

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A vivência de um laboratório social no Sertão de Pernambuco:
lideranças, mediação e práticas sociais em Mirandiba.**

Xavier Jean Charles Faure

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE - NOVEMBRO DE 2017

XAVIER JEAN CHARLES FAURE

**A vivência de um laboratório social no Sertão de Pernambuco:
lideranças, mediação e práticas sociais em Mirandiba.**

**Texto apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção
do título de Doutor em Ciências Sociais.**

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – NOVEMBRO DE 2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F265v	<p data-bbox="475 1032 774 1064">Faure, Xavier Jean Charles.</p> <p data-bbox="475 1070 1394 1160">A vivência de um laboratório social no Sertão de Pernambuco : lideranças, mediação e práticas sociais em Mirandiba / Xavier Jean Charles Faure. – Campina Grande, 2017.</p> <p data-bbox="523 1167 699 1198">452 f. : il. color.</p> <p data-bbox="475 1227 1321 1283">Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidade, 2017.</p> <p data-bbox="523 1290 1082 1321">"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".</p> <p data-bbox="523 1328 651 1359">Referências.</p> <p data-bbox="475 1411 1353 1467">1. Mediador Social. 2. Lideranças. 3. Agricultura Familiar. 4. Sociologia do Desenvolvimento. 5. Socioantropologia. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.</p> <p data-bbox="1120 1529 1369 1561">CDU 316.334.55(043)</p>
-------	---

XAVIER JEAN CHARLES FAURE

**A vivência de um laboratório social no Sertão de Pernambuco:
lideranças, mediação e práticas sociais em Mirandiba.**

Tese apresentada em 17 de novembro de 2017:

BANCA EXAMINADORA

Ramonildes Alves Gomes
(orientadora: PPGCS – UFCG)

Luís Henrique Hermínio Cunha
(examinador interno – PPGCS/UFCG)

Mércia Rangel Batista
(examinadora interna – PPGCS/UFCG)

José Gabriel Silveira Correa
(examinador externo – UACS/UFCG)

Delma Pessanha Neves
(examinadora externa – PPGA/UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Delma Pessanha Neves por sua contribuição decisiva na preparação do projeto que deu início a essa tese. Agradeço à minha orientadora Professora Ramonildes Alves Gomes e aos professores da banca examinadora que acompanharam o desenvolvimento de meu trabalho, em particular Luís Henrique Cunha e Gabriel Silveira Correa. Enfim, não sei se devo agradecer ou pedir desculpas a todos os protagonistas dessa tese – as lideranças rurais de Mirandiba e a liderança política Nelson Pereira. Escrevi muito sobre eles, usando termos que muitas vezes, cujo o tom pode parecer crítico. Enfim, agradeço a todas as pessoas, interlocutores e atores, moradores do município de Mirandiba que sempre foram muito acolhedoras e que me ajudaram a conhecer e a apreciar esse município e sua gente.

RESUMO

Esta tese descreve o processo de como lideranças políticas e comunitárias de Mirandiba (município do sertão de Pernambuco) dão corpo a intervenções do poder público e da sociedade civil cujo objetivo é a promoção dos direitos sociais de agricultores familiares e da população quilombola. Os processos estudados tiveram início nos anos 1990, quando um jovem político de Mirandiba se elegeu prefeito pelo Partido dos Trabalhadores e promoveu o que ele denominou de “laboratório social”. Ou seja, um conglomerado de programas e projetos sociais no pequeno município, – os quais tinham como objetivo o “empoderamento” da população pobre da área rural. A dinâmica criada favoreceria a emergência, nas próprias comunidades rurais, de lideranças. No ano de 2001 uma parte dessas lideranças criou uma ONG local em Mirandiba. Entre as ações impulsionadas pela ONG Conviver destaca-se o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Na mesma época, algumas lideranças da ONG protagonizaram intervenções públicas para os quilombolas – que se tornaria a identidade formal de um número significativo de comunidades locais a partir de 2006. Nesse contexto de profusão de intervenções públicas e civis voltadas para os agricultores familiares e quilombolas, faremos o retrato das lideranças comunitárias – assim como do político – Nelson Pereira – que contribuiu para a dinâmica inicial de mobilização. Esse retrato – baseado nas práticas e representações dos comunitários e das próprias lideranças – será ambivalente. Para alguns, as lideranças são interesseiras, elas tiram vantagens de suas funções, de sua influência, para si mesmo ou para seus grupos de parentesco. Para outros, as mesmas lideranças são altruístas, procuram defender os direitos sociais dos quilombolas e dos agricultores familiares. Essas contradições revelam que a materialização das intervenções, pelas lideranças, é um processo complexo. Um processo que remete a interesses diversos, dinâmicas diversas, normas diversas, poderes diversos. Para dar conta dessa complexidade, adotamos a perspectiva do mediador. A liderança é vista como uma figura mediadora, que participa da “tradução” local de programas e projetos inicialmente induzidos em esferas externas. Nosso enfoque é também inspirado pela antropologia da ação pública e das políticas públicas, a qual possibilita refletir sobre o “entrelaçamento de lógicas sociais” observadas empiricamente nas intervenções do poder público e/ou da sociedade civil.

Palavras chaves: Mediador social; Lideranças; Agricultura familiar; Sociologia do desenvolvimento, Socioantropologia.

ABSTRACT

The experience of a social laboratory in the hinterland of Pernambuco: leaders, mediation and social practices in Mirandiba

This thesis describes how political and community leaders from Mirandiba (municipality of the hinterland of Pernambuco) give shape to interventions of the public power and of civil society whose objective is the promotion of the social rights of the familiar farmers and the *quilombolas*. The processes studied began in the 1990s, when a young politician from Mirandiba was elected mayor by the Workers' Party and promoted what he called a "social laboratory." That is, a conglomeration of social programs in the small municipality, which aimed at empowering the rural population. The dynamics created would favor the emergence in the rural communities of community leaders. Part of them created in 2001 a local NGO, the "Conviver", who stands up the Food Acquisition Program. At the same time, some leaders of the NGO carried out public interventions for *quilombolas* – which would become the formal identity of a significant number of local communities as of 2006. In this context of profusion of public and civil interventions for family farmers and *quilombolas*, we will make the portrait of community leaders – as well as the politician, Nelson Pereira, who contributed to the initial mobilization dynamics. This portrait – based on the practices and representations of community members and leaders themselves – will be ambivalent. For some, leaders are self-seeking: they take advantage of their functions, of their influence, for themselves or for their kinship group. For others, the same leaders are altruistic: they seek to defend the social rights of *quilombolas* and family farmers. These contradictions reveal that the materialization of interventions by leaders is a complex process. A process that refers to diverse interests, diverse dynamics, diverse norms, diverse powers. To take care of this complexity, we adopt the perspective of the mediator. Leadership is seen as a mediating figure who participates in the local "translation" of programs and projects initially induced in external spheres. Our approach is also inspired by the anthropology of public action and public policy, which allows us to reflect on the "interlocking of social logics" observed empirically in the interventions of public power and / or civil society.

Keywords: mediator, leaders, family farmers, sociology of development, social anthropology.

RÉSUMÉ

L'expérience d'un laboratoire social dans l'intérieur du Pernambuco : **leaders, médiation et pratiques sociales à Mirandiba**

Cette thèse décrit comment des leaders politiques et ruraux de Mirandiba (commune de l'intérieur du Pernambuco) façonnent des interventions du pouvoir public et de la société civile dont l'objectif est de promouvoir les droits sociaux des agriculteurs familiaux et des *quilombolas*. Ce processus commença dans les années 90, quand une personnalité politique de Mirandiba fut élue maire par le Parti des Travailleurs et promut ce qu'il appela un "laboratoire social". En d'autres termes, la concentration d'une grande quantité de projets et programmes sociaux visant à donner plus de pouvoir aux populations rurales pauvres. La dynamique créée favorisa l'émergence, dans les communautés rurales, de leaders. Une part d'entre eux créa en 2001 une ONG locale. Parmi les actions implantées par cette ONG – la « Conviver » – se détache le PAA – Programme d'Acquisition des Aliments. À la même époque, certains leaders de l'ONG participèrent d'interventions publiques pour les *quilombolas* – l'identité de nombreuses communautés rurales à partir de 2006. Dans cette profusion d'interventions publiques et civiles pour les agriculteurs familiaux et les *quilombolas*, nous ferons le portrait des leaders ruraux – ainsi que de la personnalité politique, Nelson Pereira, qui contribua à la dynamique initiale de mobilisation. Ce portrait – basé sur les pratiques et représentations des populations rurales et des leaders – sera ambivalent. Pour certains, les leaders sont intéressés: ils tirent des avantages de leurs fonctions, de leur influence, pour eux même ou pour leur groupe de parenté. Pour d'autres, ces mêmes leaders sont altruistes: ils cherchent à défendre les droits sociaux des *quilombolas* et des agriculteurs familiaux. Ces contradictions révèlent que la matérialisation des interventions est un processus complexe. Un processus qui renvoie, chez les acteurs locaux, à des intérêts divers, des dynamiques divers, des normes divers, des pouvoirs divers. Pour saisir cette complexité, nous adoptons la perspective du médiateur. Le leader est une figure médiatrice, qui contribue à la "traduction" locale de programmes induits dans des sphères externes. Notre approche s'inspire aussi de l'anthropologie de l'action publique et des politiques publiques, laquelle étudie "l'entrelacement des logiques sociales" observé empiriquement dans les interventions du pouvoir public ou de la société civile.

Mots-clefs: Médiateur, Leaders, Agriculteurs Familiaux, Sociologie du développement, Socio-anthropologie.

LISTA DAS SIGLAS E ABREVIACÕES

ACQMI – Associação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba

AQCC – Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASA – Articulação do Semiárido

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas

CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNEC – Campanha Nacional de Educação Comunitária

COAAFAM – Cooperativa das Associações dos Agricultores dos Pecuáristas e Familiares de Mirandiba

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPSERV – Cooperativa de Serviços

CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRS – Catholic Relief Services

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DED – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

DEM – Democratas

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

GAN – Grupo de Ação Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agrônômico de Pernambuco

IRPAA – Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MILAGRO – Associação dos Agricultores Familiares de Mirandiba

MNU – Movimento Negro Unificado

MOC – Movimento de Organização Comunitária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NAPER – Núcleo de Apoio a Energia Renováveis

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAT – Programa Alimentação por Trabalho

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PECOR – Programa de Educação Comunitária Rural

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PR – Partido Republicano

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SCD – Service de Coopération au Développement

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: A evolução do PAA em Mirandiba	p.293
--	-------

LISTA DE MAPAS

MAPA 1:	Mirandiba e o Pernambuco.....	p.26
MAPA 2:	Os polos comunitários em Mirandiba.....	p.195

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	Uma rua na entrada da cidade de Mirandiba.....	p.25
FOTOGRAFIA 2	A estátua do porco queixada na entrada de Mirandiba.....	p.50
FOTOGRAFIA 3	A estátua de São João Batista que substituiu aquela do porco queixada.....	p.50
FOTOGRAFIA 4	O autor com Xéu, no seu domicílio.....	p.55
FOTOGRAFIA 5	Paisagem na saída da cidade de Mirandiba.....	p.57
FOTOGRAFIA 6	Eliseu de Arruda Campos e sua esposa.....	p.78
FOTOGRAFIA 7	Nelson Pereira (de bigode), Miguel Arraes, Poseidon Caboclo (de chapéu) e Lurdes de Beba na inauguração do assentamento rural de Cachoeirinha.....	p.162
FOTOGRAFIA 8	Nelson Pereira na sala do curso de computação.....	p.183
FOTOGRAFIA 9	A primeira cisterna construída pela AS-PTA em Mirandiba, na comunidade Caruru.....	p.188
FOTOGRAFIA 10	Vavá, a esquerda, e Magnus, a direita.....	p.236
FOTOGRAFIA 11	Sandro Luiz do Amaral, no centro, de óculos.....	p.240
FOTOGRAFIA 12	Crianças de uma comunidade rural realizando suas correspondências para os doadores da Actionaid.....	p.259
FOTOGRAFIA 13	Mazé.....	p.265
FOTOGRAFIA 14	Vavá no escritório.....	p.268
FOTOGRAFIA 15	Porfiro na frente da <i>Conviver</i> . De esquerda a direita: Rita e Daiane (funcionárias da <i>Conviver</i>), Aparecida Gomes de Souza (irmã de Porfiro) e Neide (cunhada de Porfiro).....	p.286
FOTOGRAFIA 16	Entregas de produtos do PAA na frente da <i>Conviver</i>	p.289
FOTOGRAFIA 17	Vavá apresentando mapas da situação de uma comunidade rural...	p.302

SUMÁRIO

Introdução.....	p.19
------------------------	-------------

Capítulo 1

Mirandiba e o tempo dos chefes políticos.....	p.44
--	-------------

1.1 Mirandiba: um município rural.....	p.44
1.2 Mirandiba através dos chefes políticos (do final de século XIX até a década de 1970).....	p.67
1.2.a A criação de Mirandiba.....	p.68
1.2.b A “modernização” e os chefes políticos, mediadores autoritários.....	p.76
1.2.c Coronelismo e mediação entre mundo camponês e “mundo englobante”.....	p.81
1.2.d A segunda metade do século XX: uma Mirandiba mais aberta e menos centralizada.....	p.86
1.2.e O chefe político mais influente dos anos 1960 e 1970: Chico Torres.....	p.94
1.2.f Paternalismo e patrimonialismo.....	p.98
1.2.g Outros chefes políticos: mediações mais complexas.....	p.100
1.3 Os “pequenos chefes”: lideranças e parentela.....	p.105
1.3.a Os Jerônimos e João Isidoro: boiadeiros, agricultores, comerciantes.....	p.105
1.3.b Jiboião: liderança negra.....	p.109
1.3.c Poseidon Caboclo: liderança sindical.....	p.114
1.4 A segregação social e racial em Mirandiba.....	p.121
1.5 A existência de projetos sociais e políticos alternativos?.....	p.125
1.5.a Os partidos políticos: todos iguais?.....	p.125
1.5.b A Igreja.....	p.126
1.5.c O Sindicato de Trabalhadores Rurais.....	p.129
1.5.d Intervenções do Estado Brasileiro.....	p.132

Capítulo 2

Mirandiba na fase de redemocratização: o laboratório social de um prefeito petista.....	p.136
--	--------------

2.1 Início da trajetória de Nelson Pereira, liderança política com postura alternativa.....	p.136
2.1.a Infância e adolescência.....	p.136
2.1.b A fase estudantil.....	p.140
2.1.c A volta a Mirandiba.....	p.142
2.1.d O mediador das primeiras associações.....	p.147
2.1.e Uma postura mais alternativa, mas com suas ambiguidades.....	p.151
2.1.f A criação de assentamentos rurais para os moradores sem terra.....	p.156
2.1.g A caminho da Prefeitura.....	p.168

2.2	Nelson Pereira Prefeito e o laboratório Mirandibense.....	p.170
2.2.a	As primeiras experimentações.....	p.170
2.2.b	O início do laboratório.....	p.178
2.2.c	As redes do PT.....	p.180
2.2.d	O apoio da Igreja.....	p.183
2.2.e	Uma dinâmica diferente, mas com suas ambiguidades.....	p.184
2.2.f	A AS-PTA.....	p.186
2.2.g	Outros projetos.....	p.189
2.2.h	O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.....	p.192
2.3	As representações sobre a mediação dos projetos.....	p.199
2.3.a	Teoria sobre o mediador.....	p.199
2.3.b	As representações sobre a execução dos projetos.....	p.201
2.3.c	Os projetos nunca ocorrem como o esperado.....	p.203
2.4	Os outros governos municipais e o legado de Nelson Pereira.....	p.209
2.4.a	O governo Antônio Torres: desdobramentos inesperados do assentamento rural e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.....	p.209
2.4.b	A trajetória de Nelson Pereira nos anos 2000 e 2010, mandatos de deputado estadual e um relativo afastamento de Mirandiba.....	p.218
2.4.c	O legado do laboratório segundo Nelson Pereira.....	p.220
2.4.d	O legado segundo a população.....	p.222

Capítulo 3

	A ascensão de uma ONG local de agricultores – a “Conviver” – e o reforço de suas lideranças.....	p.226
3.1	A ascensão da liderança mais influente de Mirandiba: Vavá.....	p.227
3.1.a	O começo e as raízes de Vavá.....	p.227
3.1.b	Vavá, o associativismo e a AS-PTA.....	p.231
3.1.c	A saída da AS-PTA e a criação da Associação Conviver no Sertão.....	p.236
3.2	Efetivação de uma <i>Conviver</i> polarizada em Vavá.....	p.243
3.2.a	A administração (teórica e de fato) e a estrutura da <i>Conviver</i>	p.243
3.2.b	As primeiras parcerias de peso: a contribuição decisiva de Vavá para torná-las possíveis.....	p.245
3.2.c	Execução de projetos com a Actionaid, parceiro institucional, e com uma ONG americana, parceiro pontual.....	p.248
3.2.d	Parcerias com voluntários ligados a cooperação francesa.....	p.256
3.2.e	O forte desenvolvimento da parceria com a Actionaid.....	p.257
3.2.f	Ascendência de Mazé, liderança negra.....	p.262
3.2.g	O controle de Vavá sobre os domínios estratégicos da <i>Conviver</i>	p.265
3.3	A execução do PAA em mirandiba, com o destaque de três mediadores: Vavá, Magnus e Sandro.....	p.277
3.3.a	Um contexto local favorável para a execução do PAA.....	p.277
3.3.b	A implantação do PAA com a mobilização de Vavá.....	p.282
3.3.c	O funcionamento inicial do projeto.....	p.284
3.3.d	O integrante da <i>Conviver</i> – Sandro – que se distinguiu na execução do PAA..	p.289

Capítulo IV

Crescimento e crise de crescimento da <i>Conviver</i> e de suas lideranças..	p.296
4.1 Crescimento.....	p.296
4.1.a O aumento dos recursos da <i>Conviver</i>	p.296
4.1.b A promoção do “coletivo” no discurso de Vavá.....	p.300
4.1.c Mazé: a segunda liderança de referência para os parceiros externos, e a materialização de uma <i>Conviver</i> com linhas de atuação mais diversificadas....	p.305
4.2 Crise.....	p.307
4.2.a Premissas de crises: com uma comunidade rural, com uma liderança, e com alguns projetos.....	p.307
4.2.b A grande crise: Vavá se afasta irremediavelmente de sua equipe.....	p.313
4.2.c Primeira crise no PAA.....	p.317
4.2.d Um pouco de teoria sobre os mediadores: um intermediário e suas atividades tortuosas, e sua comunicação profícua.....	p.320
4.2.e Mesmo com a crise, uma trajetória de Vavá ainda ascendente: o Vavá coordenador do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.....	p.326
4.2.f No meio da crise, um Vavá que se vê como visionário.....	p.336
4.3 A perda de influência de Vavá e o fim do PAA.....	p.341
4.3.a Investimentos mal dimensionados nos projetos do “vínculo solidário”, conduzindo a grandes dívidas.....	p.341
4.3.b Um conflito sério com uma liderança de esquerda de Carnaubeira da Penha, novo município de atuação da <i>Conviver</i>	p.343
4.3.c Grandes mudanças na <i>Conviver</i>	p.346
4.3.d A “morte” do PAA.....	p.356
4.4 Considerações sobre a materialização das intervenções pelas lideranças da <i>Conviver</i>.....	p.360
4.4.a Teoria sobre a prática do mediador, em diálogo com a atuação das lideranças mediadoras da <i>Conviver</i>	p.360
4.4.b As mudanças de sentido e as lutas de legitimação na atuação dos mediadores da <i>Conviver</i>	p.369
4.4.c Lógicas dos mediadores da <i>Conviver</i>	p.381

Capítulo V

O protagonismo das lideranças diante da categoria política quilombola.....	p.384
5.1 Parentesco e etnicidade: a trajetória de Mazé no contexto das políticas quilombolas.....	p.385
5.1.a Mazé, liderança de uma comunidade particularmente beneficiadas pelas intervenções ligadas a categoria quilombola.....	p.385
5.1.b Surgimento da trajetória militante de Mazé.....	p.389
5.1.c O início da fase quilombola.....	p.393
5.1.d A imagem de Mazé.....	p.400

5.1.e	Pensar a lógica dos demais e dos demais com a perspectiva teórica da ação pública e da mediação.....	p.410
5.1.f	Considerações finais sobre a atuação de Mazé.....	p.413
5.2	As divisões criadas pela categoria quilombola na comunidade de Juazeiro Grande.....	p.418
5.2.a	A apresentação da comunidade.....	p.418
5.2.b	A divulgação de cima por baixo da categoria quilombola e a ideia dos benefícios materiais.....	p.420
5.2.c	Tensões acirradas.....	p.427
5.2.d	As representações das lideranças dos grupos de parentesco sobre a categoria quilombola.....	p.429
5.2.e	Estratégias dos grupos locais e de suas lideranças.....	p.433
5.2.f	Lógicas entrelaçadas nas comunidades.....	p.436
	Considerações finais.....	p.439
	Referências bibliográficas.....	p.446

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar e refletir sobre a experiência de lideranças, representantes de agricultores familiares, de quilombolas e de modo mais geral da população mais excluída de Mirandiba, município do sertão pernambucano. As lideranças a que estamos nos referindo participaram daquilo que poderíamos chamar uma aventura: a aventura de um projeto de mudança social em favor de grupos historicamente desfavorecidos, iniciada na década de 1980 – com o primeiro prefeito do Partido dos Trabalhadores do Nordeste (PT) do interior nordestino¹ – e prolongada nas décadas seguintes 1990 e 2000, com lideranças agricultoras formadas através da dinâmica impulsionada pelo prefeito petista. Essa experiência que perdurou três décadas se tratou de um empreendimento ousado a saber, a eleição de um prefeito inovador e com postura “progressista” – em um município profundamente conservador –; a promoção de uma espécie de “laboratório social” visando erradicar a pobreza, por meio da articulação com entidades da sociedade civil² portadoras de projetos alternativos; e enfim, a formação de ONG (Organização Não Governamental) local, que assumiu a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA³) em Mirandiba.

Município pequeno – 15.185 habitantes em 2016⁴ – Mirandiba se destacou na região do semiárido⁵ nordestino por ter vivenciado uma grande diversidade de intervenções, visando promover grupos sociais desfavorecidos (agricultores familiares, quilombolas⁶). E, embora

¹ No momento da eleição de Nelson Pereira de Carvalho, em 1992, já havia uma prefeitura do PT em outro município do interior do Nordeste.

² A concepção de sociedade civil que será utilizada na tese é bastante simples e pragmática. Seguiremos nesse ponto Bierschenk, Chauveau e Olivier de Sardan (2000, p.12) – antropólogos da ação pública e das políticas públicas – os quais assinalam que “o que é chamado a “sociedade civil” é muitas vezes misterioso, e conota em geral uma vontade de demarcação para com o Estado, ou uma vontade de valorização das formas não governamentais de ação coletiva. Na verdade, e de modo muito simples, a sociedade civil é essas múltiplas associações, ONGs locais e entidades de todos os tipos que constituem o referente concreto de esta sociedade civil tão evocada”.

³ Criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e da melhoria da segurança alimentar e nutricional de grupos sociais atendidos por entidades sociais e escolares.

⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁵ Quando falamos de semiárido, estamos nos referindo a uma região definida na lei federal nº 7 827, de 27 de setembro de 1989. A região inclui grande parte do Nordeste e os limites noroeste do Estado de Minas Gerais (fontes: Site Wikipedia, https://pt.wikipedia.org/wiki/Semi%C3%A1rido_brasileiro).

⁶ Informamos que as categorias agricultor familiar e quilombola não eram ainda legitimadas pelo Estado na época do início do “laboratório”, em 1992. Nesses momentos, segundo as pessoas entrevistadas localmente, falava-se de populações do campo, de agricultores e de negros. A referência ao agricultor familiar teria sido promovida a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, instituindo oficialmente o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A categoria quilombola, quanto a ela, teria sido promovida a partir do

houvesse uma divulgação dessas intervenções em todo o semiárido (a partir dos anos 1980), pode-se dizer sem medo de exagerar que não houve tanta concentração de ações como em Mirandiba.

Todo esse conjunto de projetos em um município pequeno gerou a ideia – mencionada acima – da existência de um laboratório social. A ideia, aliás, não é nossa, mas de um dos principais interlocutores dessa pesquisa: Nelson Pereira de Carvalho, o prefeito do PT. Foi esse político que de certa forma foi o criador do laboratório, na medida em que sua eleição a prefeitura (em 1992) ocasionou a implantação de inumeráveis projetos (principalmente da sociedade civil nacional) visando a promover uma sociedade mais inclusiva em Mirandiba.

Ressaltamos a atuação do laboratório para destacar o papel das lideranças locais que promoveram o processo. Entre elas, Nelson Pereira de Carvalho, e depois um grupo menor de lideranças envolvidas com a ONG local – Associação Conviver no Sertão (mais conhecida com *Conviver*) – que deu continuidade ao trabalho de intervenção social.

O enfoque no trabalho e no papel das lideranças tem por objetivo refletir sobre os seguintes questionamentos: como estas personalidades deram corpo, localmente, a políticas públicas⁷ e programas da sociedade civil destinados aos agricultores familiares e aos quilombolas? Utilizamos a expressão “dar corpo” porque as referidas lideranças não foram os promotores iniciais das ações. Embora Nelson Pereira de Carvalho criasse o laboratório, não foi ele que criou as experimentações. Estas, como a “convivência com o semiárido”, a “agroecologia” – e de modo mais geral o “desenvolvimento participativo”, foram ideias e idealizações de atores das esferas externas a Mirandiba: esferas militantes da sociedade civil nacional (Igreja, Sindicatos, movimentos sociais, ONGs), da política (de esquerda), e também do Estado (INCRA⁸, Fundação Cultural Palmares) e do Governo Brasileiro (sobretudo a partir dos governos Luiz Inácio Lula da Silva, o “Lula”, em 2003).

Portanto, no laboratório social descrito, não foi Nelson Pereira nem as demais lideranças locais que criaram os elementos do processo. E não foram elas que fizeram as primeiras manipulações. Contudo, depois de alguns tempos, foram elas que reagiram e se

início do Governo Lula, quando este implantou o Decreto 4887, do 20 de novembro de 2003, relativo a regulamentação das terras quilombolas.

⁷ As políticas são muitas vezes executadas através de uma parceria entre Estado e sociedade civil. Os financiamentos são geralmente públicos, porém, parte da execução é em certos casos a prerrogativa de entidades cíveis.

⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

transformaram sob o efeito dos primeiros experimentos. Foram elas, então, um dos atores chave da materialização e da formatação local de ações inicialmente induzidas por agentes externos.

Daí nossa pergunta: com as lideranças de Mirandiba deram corpo a todo esse processo?

Mas o que estamos entendendo, concretamente, por lideranças? No caso analisado, primeiramente, trata-se de uma pessoa do município de Mirandiba, oriunda da elite local (Nelson Pereira de Carvalho, o prefeito petista⁹), ou advinda de extratos mais humildes, e que se encaixa nas categorias de agricultor familiar ou quilombola (muitas vezes, aliás, assumindo as duas categorias).

Depois, a liderança, além de ser um ator individual, é também um ator social. Um ator que age por meio de instituições e agenciamentos coletivos. As instituições, nesse caso, são os partidos políticos (no caso de Nelson Pereira), ONGs de âmbito nacional, mas com uma base local (em particular a AS-PTA¹⁰), associações comunitárias, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e enfim, a partir de 2001, uma organização que é a principal instituição interlocutora nessa pesquisa, a já citada Associação Conviver no Sertão (a *Conviver*). Os agenciamentos, em um segundo plano, são redes de atores institucionais e individuais que executam as políticas: redes de associações comunitárias, de sindicatos, de órgãos da prefeitura, de políticos locais, de órgãos federais e estaduais, de ONGs, etc.

Tão importante quanto apresentar o cenário mais geral que compôs a base empírica na pesquisa de campo, é necessário relacionar as principais lideranças analisadas além de Nelson Pereira de Carvalho. Destacamos, em particular, Dorivaldo Pereira de Sá (o Vavá), o maior representante dos agricultores familiares. Na sequência há outras personalidades menos militantes que as duas primeiras, mas igualmente influentes: Magnus Mollgaard, um agrônomo alemão morando perto de Mirandiba; Sandro Luiz do Amaral, um integrante da *Conviver* que se tornaria o gestor de referência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e enfim Maria José Gomes de Sousa, que seria uma liderança de destaque nos projetos da *Conviver* e nos projetos ligados a políticas quilombolas.

⁹ A família *Carvalho*, como grupo de parentela extensa, é justamente o representante dessa elite local.

¹⁰ AS-PTA: Agricultura Familiar e Agroecologia. Uma ONG criada em 1993 e cuja sede é situada em Rio de Janeiro.

Nos questionamos também sobre quais foram os elementos que embasaram o laboratório criado pelo prefeito. Quais foram os experimentos, as intervenções, os projetos, programas e políticas?

Em primeiro lugar, estamos nos referindo a intervenções que têm uma dupla abrangência: o rural e o “alternativo”. O rural remete a um espaço social definido por segmentos sociais históricos e/ou reconhecidos por políticas públicas voltadas ao mundo rural, quais sejam, os agricultores familiares e os quilombolas. O alternativo remete a objetivos gerais de transformação social, voltados ao empoderamento dos agricultores familiares e dos quilombolas, e conseqüentemente a promoção de uma sociedade mais justa (dado que as duas categorias supracitadas – rural e “alternativa” – são supostamente portadoras de valores sociais de justiça, de igualdade social, de solidariedade, de respeito ao meio ambiente¹¹).

Sob a “bandeira” do alternativo, temos esquematicamente dois tipos de atores: ONGs nacionais e internacionais, e o Estado (sobretudo, a partir da gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o “Lula”, em 2003). As ONGs nacionais foram decisivas para colocar o laboratório em funcionamento e assegurar sua manutenção. Com destaque para a AS-PTA, que implantou em Mirandiba os primeiros projetos de *convivência com o semiárido*, de *agroecologia* e *desenvolvimento participativo*. Depois a Actionaid, uma ONG internacional que financiaria a partir de 2001 o funcionamento da Associação Conviver no Sertão (a *Conviver*). A partir da estrutura de seu parceiro local, a Actionaid promoveria intervenções visando “combater a pobreza” e “mudar as relações de poder local”.

O segundo tipo do ator – Estado e Governo – foram fundamentais não na formação do laboratório (nos anos 1990¹²), mas no seu reforço (nos anos 2000). A partir do Governo Lula, em particular, surgiria um conjunto de ações voltadas à agricultura familiar e aos quilombolas:

¹¹ A meta de transformação social e de reforçar o poder dos agricultores familiares e dos quilombolas implica um recorte nas políticas, programas e projetos dos quais falamos. Ou seja, nem todas essas intervenções se enquadram em nossa concepção de projeto alternativo. Exemplo: um programa de construção de açudes que se restringiria a distribuir “horas de máquinas” (horas de uso de tratores esteiras) em determinadas propriedades não é considerado alternativo. Esse tipo de intervenção, comum em agências do governo federal – e muito procurado por políticos locais ou regionais – é afinal um modo de ação que não promove transformação social, uma vez que a ação se resume a distribuição de horas de máquinas, ou seja, uma ação meramente assistencial e individualizada. No entanto, um determinado programa de construção de açudes quando acompanhado de um objetivo social – como promover o uso coletivo das infraestruturas ou criar formas alternativas de gestão da água, etc – adquire uma dimensão alternativa, corroborando para a concepção de políticas alternativas já mencionadas.

¹² Na verdade, o poder público teve também sua participação nos anos 1990. Em particular os Governos Estaduais de Miguel Arraes, de 1986 a 1990, e de 1994 a 1998. No entanto, consideramos que nessa época o impulso maior do processo de mudança veio da sociedade civil regional e nacional.

construção de infraestruturas básicas de convivência com o semiárido (cisternas de casas¹³, cisternas de roça¹⁴, poços equipados); construção de moradias de alvenaria nas comunidades quilombolas (as quais substituem as casas de taipa); assistência social para a população rural (distribuição de cesta básica, seguro financeiro em caso de perda de safra); capacitações dos agricultores sobre temas com a agroecologia ou o protagonismo social; e enfim, as ações mais impactantes – apoio à produção e comercialização agropecuária da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nesse projeto ambicioso de mudança social as lideranças tiveram uma influência fundamental. Todas as intervenções da AS-PTA, da Actionaid e do Estado (durante o Governo Lula) passaram por elas. Foram essas lideranças, os representantes locais do público alvo das intervenções. E elas que encarnariam os modelos sociopolíticos alternativos em fase de divulgação.

Observa-se por parte das lideranças um trabalho de “personificação”. Ou seja, uma participação que faz com que um programa público ou civil se torne vivo, real, concreto para as populações das áreas rurais de Mirandiba. É uma participação que possui duas dimensões. A primeira é estratégica: a liderança tenta trazer os benefícios dos programas (por exemplo: poços, cisternas, cotas de produção nos mercados institucionais, ou até cestas básicas e outras pequenas ajudas) para os lugares e as populações que ela representa. A segunda é cognitiva¹⁵: a liderança dá inteligibilidade a ideias, saberes, ideologias, conhecimentos veiculados pelos programas políticos ou pelas ideias da sociedade civil. Dito de outra maneira, a liderança contribui para tornar uma ideia inicialmente externa as populações rurais (por exemplo o que é ser quilombola, teoricamente, para o Estado, o movimento social, a universidade) em uma ideia própria, identificada com essas mesmas populações (a exemplo do que é ser quilombola na prática, nos discursos, nas representações e nos atos, para as populações de determinadas áreas rurais de Mirandiba).

¹³ São cisternas de placas de cimentos de 16.000 litros, de forma cilíndrica e em grande parte enterrada no chão, que captam a água de chuva escorregando dos telhados de casas.

¹⁴ As cisternas calçadão: cisternas de placas de cimento de 40.000 litros que captam a água de chuva caindo em um calçadão situado em uma parte de terreno mais elevado.

¹⁵ No quadro de programas públicos da União Europeia, Nay e Smith (2010) enfatizam a dimensão estratégica e cognitiva da mediação realizada por políticos e altos funcionários franceses. O estratégico refere-se a “busca de soluções aceitáveis e proveitosas entre grupos distantes que não têm necessariamente os mesmos interesses” (NAY e SMITH, 2010, p.14). O cognitivo refere-se a “construção de um *sentido comum*, entre meios institucionais diferentes” (ibid., p.14).

Obviamente a contribuição da liderança, nesse processo de personificação, é bastante relativa. A liderança é um ator entre muitos que dá sentido a programas de apoio aos agricultores familiares e aos quilombolas. Em resumo, os atores, dos mais “externos” até as lideranças locais, contribuem para transferir os benefícios dos programas das esferas externas até as áreas rurais. E todos esses atores contribuem também para transformar as intervenções idealizadas (os programas na “teoria”, nos modelos) em intervenções concretas, significantes, inteligíveis para as populações excluídas.

As lideranças de Mirandiba viveram um período favorável nas décadas de 1990 e 2000. A grande maioria das políticas e programas que constituem o pano de fundo desta pesquisa foi implantada nesse período. A primeira década – como já mencionamos – corresponde a uma fase de mudanças impulsionadas pelo prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT). Já a década de 2000, no contexto do governo Lula, corresponde a uma dinâmica de mudança em nível nacional, mas que repercutiu também em Mirandiba.

Após essas décadas, que poderiam ser chamadas de décadas fastas para os agricultores familiares e quilombolas de Mirandiba – em virtude dos programas implantados, dos recursos humanos e materiais investidos – o contexto nacional mudou consideravelmente, tornando-se menos favorável para a execução dos programas – e conseqüentemente para a atuação das lideranças de Mirandiba. Basicamente, por causa da crise econômica dos anos 2010, da crise política a partir de 2014 e do processo de impeachment a partir de 2015, as políticas para a categoria do agricultor familiar e do quilombola se tornaram menos importantes, tanto em termo de número de programas implantados quanto em termo de recursos investidos. Tal retrocesso, no que se refere ao “atendimento” das duas categorias, afetou a atuação das lideranças de Mirandiba.

Mas, embora as oportunidades tivessem diminuídas nesses últimos anos, as lideranças de Mirandiba continuam atuando. Por isso, nosso trabalho abrange tanto as décadas de 1990 e 2000 quanto à última década. O que será feito é um retrato de um período bastante longo, um retrato que de certa maneira é do “fechamento do laboratório”, já que depois de 2015 o contexto nacional mudou significativamente.

A categoria mediador

Em todo o período mencionado (o “fasto” e o da “crise”) as lideranças serão às vezes designadas por meio de outro termo: o mediador. Esta é uma categoria que ninguém utiliza

localmente, mas que é útil para a análise, porque permitirá dar conta do processo de formatação dos programas públicos e cívicos pelos atores locais. A liderança – identificada como mediador em nossa pesquisa – é basicamente um intermediário local que, “tendo um pé na área rural e um pé nos programas¹⁶”, dá corpo a modelos sociais e políticos inicialmente externos ao local.

Nosso propósito é analisar a dinâmica dos programas públicos voltados para os agricultores familiares e quilombolas em Mirandiba, envolvendo as lideranças locais (neste caso os mediadores locais) e suas relações, de um lado, com seus congêneres, eleitores, parentes ou vizinhos das áreas rurais – o público alvo, ou os “mediados” –; E de outro lado, suas relações com o poder político em nível regional e com os atores institucionais em escalas mais amplas. Considerando a perspectiva do mediador local, indagaremos sobre como as lideranças mediadoras dão materialidade aos programas alternativos de apoio aos agricultores familiares e aos quilombolas. Assim, a indagação nos levará a “seguir de perto” várias lideranças de Mirandiba.

Mirandiba

FOTOGRAFIA 1: Uma rua na entrada da cidade de Mirandiba



Fonte: Nelson Pereira de Carvalho, foto tirada no início de seu mandato de prefeito, em 1993 ou 1994.

¹⁶ A imagem de “ter um pé” em dois mundos nos foi inspirado por Henri Mendras (1995), no seu capítulo sobre as mediações e os mediadores nas sociedades camponesas.

Nessa parte da introdução, tanto a metodologia quanto os questionamentos precisam ser melhor explicados. Ao falar de programas alternativos, teríamos que explicar alternativos em relação ao quê? O que seria o convencional se existe uma possibilidade de alternativa? Em que contexto local a análise da atuação de lideranças represente algo interessante e desafiante para a pesquisa científica? Apresentar o lócus empírico da pesquisa – Mirandiba – talvez, explique a pertinência de nossas indagações.

Mirandiba está situado a 465km ao oeste da capital do Estado, Recife, podendo ser considerado um município rural, em torno de metade dos 15.085 habitantes residiriam na sede, 20% em um distrito urbano¹⁷ e os 30 % restantes na área propriamente rural.

MAPA 1: Mirandiba e o Pernambuco



Fonte: Xavier Faure, 2009, mapa tirado do blog criado pelo próprio autor: <http://solidaridade.unblog.fr/2009/03/15/bienvenue-dans-notre-blog/#more-7>

As principais características socioeconômicas de Mirandiba são a pobreza e a desigualdade social. Os programas alternativos mencionados pretendem mudar esse quadro. No enfoque rural, as situações a serem mudadas são mais ou menos as seguintes: má distribuição dos recursos no seio da população, má distribuição da terra, preconceito racial, estado de submissão da maioria da população e dominação de uma elite local...

Nessa situação, duas figuras políticas emergem, com seus supostos problemas e suas supostas potencialidades: o agricultor familiar sem muita assistência, mas com grande potencial de promoção de um modelo social, ambiental e produtivo alternativo; e o

¹⁷ O distrito tem como nome Cachoeirinha.

quilombola, tradicionalmente discriminado, mas etnicamente solidário (em tese), e que poderia se valer dessa solidariedade para defender seus direitos.

No Mirandiba rural, quase todas as famílias são agricultoras – pelo menos em parte – e quase todas praticam ou praticaram a agricultura de modo familiar. Categoria criada pelo Estado e pelos movimentos sociais nos anos 1990, o agricultor familiar é uma “realidade” na qual se encaixa a população rural mirandibense. E a referida população enfrenta sérios problemas: a precariedade das condições climáticas, com a falta de chuva e seu corolário a falta de água; a dificuldade de acesso a terra, com muitos agricultores sem terras ou com terras de tamanho insuficientes; e enfim a fragilidade das organizações comunitárias, os agricultores sendo muitas vezes desunidos, pelo fato de depender dos favores de alguém em cima dele – geralmente um político oriundo da elite local.

Diante de tantas dificuldades, o Estado¹⁸, os movimentos sociais e a sociedade civil divulgaram modelos políticos e sociais, modelos cuja aplicação vale para todo o Nordeste Semiárido. As respostas promovidas não são todas homogêneas e não se inscrevem todas no mesmo paradigma, mas em Mirandiba o modelo mais impactante foi a “convivência com o semiárido¹⁹”. Durante os anos 1990, uma ONG brasileira, a AS-PTA²⁰, implantou no município uma grande variedade de projetos nessa linha paradigmática: promoção da agroecologia, construção de cisternas de casas, promoção dos fundos rotativos²¹, fortalecimento da “organização comunitária”. A partir dos anos 2000, uma ONG “puramente” mirandibense – a Associação Conviver no Sertão, criada por lideranças locais formadas no movimento da AS-PTA – deu continuidade aos trabalhos: continuação e ampliação das construções de cisternas, apoio às organizações comunitárias de agricultores e, sobretudo, execução local de um programa de compra institucional da produção da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

¹⁸ Quando falamos do Estado, falamos de um conjunto complexo e heterogêneo de atores individuais e institucionais, um conjunto complexo de ideologias e relações de poder. Não há um “Estado” unido ontologicamente, mas várias tendências dentro do Estado que se confrontam ou se aliam para promover determinados tipos de políticas.

No caso das políticas de apoio aos agricultores familiares e aos quilombolas, pode-se dizer que, mesmo na década mais favorável dos anos 2000, apenas uma parte do Estado promovia modelos sociais e dispositivos de intervenções associados às duas categorias.

¹⁹ Sobre a construção do paradigma da Convivência com o Semi-árido, ver Luis Henrique Cunha e Jonatta Souza Paulino (2015).

²⁰ Centro de Acessória e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas.

²¹ Os fundos rotativos são dispositivos comunitários de créditos. Um determinado valor, destinada a determinado pequeno projeto individual, é a seguir repassado para outros indivíduos da comunidade local (que desenvolvem outros projetos) Assim, o crédito se torna rotativo, por girar dentro de círculo de comunitários.

Outro ator coletivo de Mirandiba – que se confunde grandemente com o agricultor familiar – é o quilombola. A população do município, basicamente de fenótipo muito mais escuro que a média de Pernambuco²², se enquadra por uma grande parte na categoria quilombola – pelo menos na sua aceitação racial, tendo a associar essa identidade ao critério de ser negro. Mirandiba, para os militantes do movimento negro de Pernambuco e do Brasil²³, parece de fato um imenso quilombo, no qual uma maioria negra vive ainda dominada por uma pequena minoria branca controlando a política. Atualmente, onze comunidades são reconhecidas quilombolas – representando aproximadamente 20% da população rural. E as lideranças do movimento negro, assim como outras lideranças locais, afirmam que em torno de 80% da população seria negra. O que justificaria o uso e a reivindicação da categoria o quilombola – como instrumento de poder político, jurídico e identitário²⁴ – dado que por si só representaria uma oportunidade para transformar Mirandiba.

Mas que tipo de transformação? Aventa-se como possibilidade expurgar o estado de submissão da população negra de Mirandiba. Até os anos 1970, em uma época em que Mirandiba produzia muito algodão, os negros tendiam a ser relegados em posições subalternas, a maioria era morador de condição (agricultores sem terra que trabalhavam como moradores) vivendo e trabalhando para grandes proprietário, em geral pessoas de pele mais clara, em particular da família *Carvalho*²⁵, elite tradicional do município.

Alguns negros, particularmente dominados, eram chamados até de *criados*²⁶ por essas famílias da elite. Vivendo na casa dos brancos, onde eles cuidavam das tarefas domésticas, eles eram por assim dizer “criados” por seus “donos”, que os consideravam seres inferiores,

²² As estatísticas apontam uma população de características proporcionalmente mais negras que o restante de Pernambuco. Em 2010, 11,9% da população de Mirandiba se identificava como negra, enquanto em Pernambuco esse número era apenas de 4,9%. Em outro nível, os identificados como brancos representavam 12,7% da população de Mirandiba, contra 40,4% em Pernambuco (Fonte: IBGE, 2010).

²³ Estamos falando de militantes ou agentes de várias entidades que têm desenvolvido trabalhos em Mirandiba: “Movimento Negro Unificado”, na década de 1990; Fundação Cultural Palmares (órgão federal encarregado de certificar as comunidades quilombolas), a partir dos anos 2000; Centro de Cultura Luiz Freire, uma ONG de Olinda (PE), nas décadas de 2000 e 2010.

A ideia de “Mirandiba quilombo urbano e rural”, atribuída a agentes dessas entidades, foram mencionados por pessoas de Mirandiba que estiveram em contato com eles. O próprio autor também esteve em contato com alguns desses agentes, que expressaram esse mesmo ponto de vista.

²⁴ Existem vários estudos sobre a construção da categoria quilombola. A obra mais completa talvez seja a de Arruti (2005) que, em sua tese de doutorado, relata as mediações, os debates e embates que conduziram a construção e “ressemantização” da categoria étnica. Outros trabalhos sobre o tema são, entre outros, os de Almeida (2003), Leite (2003), Marques (2009).

²⁵ Quando falamos de “família” ‘Carvalho’, e de outras famílias, referimo-nos a grupos familiares extensos que funcionam como marcador identitário. A família, nesse sentido, não representa um lar restrito – avôs, pais, filhos – mas um grupo de contorno e conteúdo variável, que contribui para forjar a identidade das pessoas.

²⁶ Os termos em itálicos são dos próprios habitantes de Mirandiba.

quase escravos. Os criados eram submetidos a humilhações. Por exemplo, humilhações de um homem que narrou os *castigos* que sofria de sua patroa na casa da qual ele morava. No cair da noite, às seis horas, o homem contou-nos que era confinado em casa porque sua patroa não queria que ele fizesse “bagunça na *Rua*²⁷”. Narra-se também que os moradores sem terra que perdiam o teto de palha de suas casas – o vento o derrubava – não podiam substituí-lo por uma cobertura de telhas²⁸, dado que o morador, na fala do patrão, não podia viver em casas de telha. Enfim, narra-se em geral as humilhações de depender dos favores dos patrões, que concediam migalhas em troca de uma submissão implacável.

Hoje, a situação ainda que diferente, a população negra de Mirandiba ocupa geralmente empregos subalternos, a maior parte reside nos subúrbios da cidade, em bairros precários. A população local de diferentes estratos sociais comenta que os negros, apesar de serem muitos, não elegem vereadores de sua cor, eles votam em candidatos mais claros que ganham seus votos com favores e migalhas. Dado que para muitos representa um traço de subalternidade, os negros comporiam o estrato mais desprezado da sociedade local, isso reforçaria uma descrença nos seus congêneres de cores para promover qualquer mudança.

A situação descrita, tantos dos negros como dos agricultores familiares, é uma situação de precariedade. A situação que não é exclusiva do município de Mirandiba, mas é a realidade da maioria dos municípios pequenos do sertão semiárido pernambucano, embora em muito deles não haja tantas comunidades quilombolas.

Como já o dissemos a escolha do locus empírico remete à existência de um “laboratório social”, iniciado na década de 1990 por um prefeito do PT²⁹. Apenas durante os quatro anos do mandato, de 1992 a 1996, as intervenções foram múltiplas: ações de reforma agrária no município e fora do município, organização de mutirões populares para construção de redes de esgotos feito de barros – tecnologia alternativa inusitada na região; implantação de cursos profissionalizantes abertos a todos; promoção do cooperativismo por meio de atividades artesanais alternativas – fabricação de sapatos, de redes e de roupas íntimas; promoção da coleta seletiva de lixo; criação de um parque para criação de animais silvestres – visando a sua reintrodução nas propriedades rurais; criação de cursos de artes para a população – com

²⁷ A *Rua* designa a cidade, geralmente de população reduzida, ou o centro da cidade.

²⁸ Os dois exemplos são tirados de relatos de duas pessoas que vivenciaram esse tipo de sujeição: João Antônio Gomes da Silva e José Anselmo de Nascimento.

²⁹ Outro motivo de escolha é o fato do autor deste trabalho ter morado quatro anos em Mirandiba, de 2009 a 2013.

um artista plástico vindo de Recife; organização de palestras e eventos pelo “Movimento Negro Unificado”; implantação de sistemas de energia solar na área rural; implantação de sistemas de energia eólica – para bombeamento de água de poços rurais; criação de uma área ambiental – inclusive para a valorização da “maior mangueira do mundo” na área rural de Mirandiba; realização de diagnósticos rurais pela cooperação alemã; implantação de projetos de âmbito rural pela cooperação inglesa; promoção da agroecologia e da construção de cisternas pela ONG brasileira AS-PTA; e enfim, a criação de um conselho municipal de desenvolvimento rural cujo desafio era torna-lo efetivamente participativo.

Por que tantos projetos? A resposta é simples: muitos indivíduos, grupos ou entidades ligadas ao PT, as ONGs ou aos movimentos sociais desejavam colaborar com o prefeito Nelson Pereira de Carvalho. Considerando que a época, o mesmo era praticamente o único prefeito do PT no Nordeste; e que, além de ser quase o único, demonstrava dinamismo e vontade de fazer diferente. Nelson Pereira³⁰ parecia encarnar de fato um político diferente, que visava uma sociedade diferente, tal como almejava um partido de esquerda.

Todavia, a partir do final da década de 1990, haveria sinais de um relativo declínio das experimentações: os projetos implantados começavam a diminuir e, em paralelo, os políticos eleitos pelo PT eram mais numerosos – tornando assim o caso de Mirandiba menos singular. Isso significou o fim do laboratório? De fato não. A partir dos anos 2000, o dinamismo do Governo Lula gerou um impacto que deu continuidade as obras anteriores. De 2003 até 2011, basicamente, as políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e aos quilombolas foram implantadas em Mirandiba³¹. Algumas lideranças, que no tempo de Nelson Pereira participaram ativamente dessas políticas, foram formadas.

Questões de pesquisa: a dimensão material e simbólica das políticas públicas

Tendo definido o contexto local, retornamos a nossa pergunta central: de que forma as lideranças/mediadores sociais de Mirandiba dão corpo aos programas mediados? Uma análise mais refinada sugere as indagações seguintes: as lideranças/mediadoras, ao darem corpo aos programas, representam e mobilizam todos os segmentos de agricultores familiares e

³⁰ Para usar a denominação mais coerente iremos nos referir ao Nelson Pereira de Carvalho como Nelson Pereira. Aliás, por essa a forma mais utilizada por ele e pela população local.

³¹ As políticas públicas de apoio à agricultura familiar e aos quilombolas tiveram um impacto menor na década de 2010. A atuação das lideranças foi fortemente afetada por essa mudança. A partir de 2015, a crise institucional e política que se instalou no Brasil marcou um momento de refluxo, afetando consideravelmente as políticas públicas ditas alternativas – e conseqüentemente a atuação das lideranças.

quilombolas? Ou esses mediadores têm também grupos de afinidade, ligados a solidariedades familiares, políticas ou outras? E a mobilização de que falamos é uma mobilização nos moldes idealizados pelas políticas – participação “transparente”, diálogo e importância das “relações horizontais” – ou é uma mobilização mais “convencional” – pouco “transparente”, pouco diálogo, e muita verticalização? E, ainda sobre a mobilização, trata-se de uma forma de participação que revela um tipo de solidariedade étnica ou de grupo? E, em um nível mais individual, os mediadores locais agem mais em relação a uma causa, um ideal? Ou seriam esses portadores de ambições materiais, ligadas aos recursos e capitais conferidos pelo universo dos programas?

Com intuito de esclarecer um pouco mais sobre as perguntas gostaríamos de chamar a atenção para três aspectos. O primeiro é que o propósito dessa tese não é normativo. Não queremos dizer se as lideranças são boas ou ruins, manipuladoras ou altruístas, autoritárias ou democráticas, etc. Não queremos também avaliar o grau de sucesso das políticas através do desempenho de seus mediadores mais locais. Todas essas indagações, a nosso ver, são subjetivas e requerem uma avaliação normativa.

O segundo aspecto está mais relacionado ao enfoque empírico, centrado nos atores locais. Ao adotar tal perspectiva, entramos no que Thomas Bierschenk (2008) – autor que será muito citado nesse trabalho – chama de “mundo de vida³²” dos atores. Temos aqui, para ser mais claro, uma entrada pelos pontos de vista, opiniões e agenciamentos dos atores vistos como lideranças; e também uma entrada pelos pontos de vista, opiniões e agenciamentos dos que interagem com eles (em particular do público alvo).

O último aspecto consiste em pensar a mudança social e política. Através da perspectiva dos mediadores locais, informamos sobre processos de mudança. Mirandiba muda em algumas dimensões, em particular através de lideranças executando programas sociais. E aquilo que muda informa sobre a noção de programa alternativo. Um programa dito alternativo, que propõe um modelo social diferente, se efetiva de modo processual em dinâmicas concretas que diferem do modelo teórico, mas que criam de toda forma mudanças. Assim, o que importa não é tanto afirmar se os mediadores são alternativos – o que nos obrigaria a pensar o que é o alternativo e o convencional, coisa muito subjetiva e normativa – mas refletir sobre como esses mesmos mediadores contribuem para mudar o cenário social e político em Mirandiba.

³² A expressão “mundo de vida” é uma tradução do termo alemão *Lebenswelten*, utilizado pela sociologia alemã.

Pensar a mudança social na perspectiva das lideranças leva-nos a abordar uma dimensão fundamental da mediação dos programas nas áreas rurais de Mirandiba: a dimensão material, relacionada ao acesso e à alocação local, por parte das lideranças, dos benefícios materiais dos programas (moradias do “governo”, poços, cestas básicas, cisternas, seguro em caso de perda de safra, cotas de produção para aos mercados institucionais, etc.). Mais concretamente, tentaremos entender como as lideranças percebem a atuação de outras lideranças, no que se refere à alocação dos benefícios. E tentaremos também problematizar como os públicos alvos percebem a atuação das lideranças.

Esse elemento é importante, dado que essas mesmas lideranças são vistas como as figuras centrais na questão dos benefícios. E elas são centrais, de fato, porque o público alvo vê-las através de suas posições de intermediárias, que daria a elas um acesso privilegiado aos bens, recursos, serviços, equipamentos e infraestrutura veiculados pelos programas... Assim, os benefícios e a circulação destes recursos materiais são objeto de inúmeros comentários, tanto por parte das lideranças quanto de seus parentes, vizinhos ou conhecidos das comunidades rurais (o público alvo). Conforme as posições e interesses de cada um, os comentários a respeito das lideranças são ou positivos, ou negativos, ou uma mistura dos dois. Fala-se, por exemplo, que “fulano é uma liderança boa, que ajeita sua família e seus associados”, ou que “ciclano é uma liderança ruim, que desvia os benefícios para ele ou para seu grupo”. Fala-se também que “beltrano quer tudo para nele ou para seu grupinho”, ou que “o tal de presidente da associação não faz marcação, ao ajeitar todos os associados”.

Curiosamente, esses registros corriqueiros, que são muito conjecturados e comentados pelo público alvo, são poucos analisados pelas pesquisas acadêmicas, cujo enfoque é mais o protagonismo coletivo dos grupos, seus confrontos com outros grupos locais (elites políticas, por exemplo), e seus acertos e desacertos relacionados a essa mobilização coletiva³³.

Entendemos assim examinar não apenas os grupos amplos, que às vezes sofrem idealizações por parte do pesquisador, mas os “grupos reais”: grupos de afinidade ou de

³³ Não se tratam de estudos menos importante, apenas de ênfases diferentes, que cada um informa sobre determinados aspectos da mudança social. Tais como os estudos feitos em Mirandiba, ou nas suas adjacências: o de Pollielo Pacheco de Oliveira (2014), da área de geografia, que analisa os processos de emergências étnicas em Mirandiba e no município vizinho de Carnaubeira da Penha. O de Caroline Férias Leal Mendonça (2013), mais etnográfico, conta as formas de resistência de comunidades indígenas e quilombolas de Carnaubeira da Penha, as quais se mobilizam contra as elites locais que historicamente procuram dominá-las. Outros estudos, no entorno de Mirandiba, enfatizam o protagonismo coletivo de comunidades indígenas ou quilombolas. Arruti (2001), em seu livro de tese Mocambo, relata o processo de “renovação identitária” de uma comunidade do sertão do Sergipe, situada na beira do Rio São Francisco.

alianças que se formam e transformam na execução das dos programas. E grupos nos quais as lideranças jogam um papel importante.

Pensar as afinidades e os arranjos informais, e suas ligações com a dimensão material da atuação das lideranças, não significa que consideramos estas lideranças como atores oportunistas, manipuladores e materialistas. Isso seria um pressuposto normativo que não cabe nessa pesquisa. E, afinal, pensar a dimensão material é importante porque esta é inerente a qualquer ator social. Por exemplo, nas políticas quilombolas ou de apoio à agricultura familiar, os demais atores individuais – agentes públicos, das ONGs, das universidades e também das empreiteiras – confrontam-se também pelo acesso aos bens materiais. Os confrontos desses atores “externos” têm como alvo benefícios, recursos de projetos apresentados em forma de editais, acesso a determinados cargos ou funções, acesso a programas de pesquisa, aos editais de licitações para construção de obras, etc. E, para obter acesso a esses bens, a competição fica às vezes implícita e camuflada, não se fala abertamente dela, porque as lutas requerem geralmente vias dissimuladas, arranjos moralmente condenáveis ou práticas corruptivas.

Porém, os atores externos competindo pelos recursos materiais dispõem sempre, na execução de uma política, de um bem tangível e moralmente aceito, uma remuneração material regular e explícita, geralmente em forma de salários ou de prestação de serviços. Entretanto, para estes atores, a remuneração é formal: todos recebem salários ou subsídios – às vezes generosos – em troca de suas intervenções.

A liderança, ao contrário, não recebe nada formalmente. Ela não recebe salário de liderança, e não ganha nada de modo formal, a não ser que ela detenha alguns cargos formais em entidades locais (ONGs, sindicatos, cooperativas, etc.). O ganho da liderança, mais de que esses eventuais salários muito reduzidos em organizações locais, é afinal de tudo um ganho informal. Um ganho que possui três dimensões.

A primeira é o caráter de alocação indireta: a liderança não recebe diretamente e regularmente um salário, mas é retribuída pontualmente pela materialização de um direito conferido pelas políticas e pelos programas. O direito que mencionamos pode ser, por exemplo, a doação de uma moradia de alvenaria para uma liderança que morava em casas de taipa (isso acontecendo geralmente no quadro de uma política quilombola).

A segunda dimensão é seu caráter subjetivo, mesclando representações sobre o moralmente lícito e o moralmente ilícito. Ou seja, como os públicos alvos consideram a

atuação da liderança como moralmente louvável ou condenável, como honesta ou desonesta, como justificada ou injusta, como boa ou ruim. E as opiniões são múltiplas, contingentes, relativas e personalizadas. Uma mesma liderança pode ser bem vista por determinados grupos, e mal vista por outros.

A terceira dimensão, enfim, é sua contribuição em um projeto mais global de ascensão social e material. Em outras palavras, o fato de ser liderança confere, em certos casos, vantagens duradouras e impactantes, ascendência social, reconhecimento social, reconhecimento político, um trampolim político, etc.

A dimensão material que evocamos traduz lutas simbólicas e possuem desdobramentos. É uma luta pelo acesso a bens materiais, mas também uma luta pela transformação social, uma luta para mudar Mirandiba. E nessa luta, os que são mais retribuídos materialmente justificam sua retribuição por um empenho maior na luta. Pelo fato de se sentirem mais engajados, mais motivados e mais conscientes do sentido da luta, esses grupos – e as lideranças que os representam – se sentem legitimados para receber determinados benefícios dos programas. Para eles, esses benefícios não são simples benefícios sem valores simbólicos, mas direitos sociais e políticos que pertencem aos que lutam.

Assim, a luta por acesso a bens materiais se articula a luta pelo o reconhecimento de direitos. Observa-se que no outro campo – aqueles que se sentem pouco retribuídos – as representações podem ser totalmente diferentes. Sugere-se a esperteza do outro grupo, a esperteza de suas lideranças, as quais, além se serem espertas, seriam também interesseiras, calculistas e injustas com determinadas pessoas etc. Em suma, tudo isso é apenas para dizer que em torno dos benefícios materiais de determinadas políticas e programas, temos confrontos simbólicos complexos, que revelam a complexidade, a ambivalência, a ambiguidade e as contradições das lideranças e dos grupos sociais que elas representam.

Um programa social veiculado por uma política pública para beneficiar quilombolas ou agricultores familiares, facilmente desemboca em processos locais complexos, nos quais se coadunam atores individuais, atores coletivos, arranjos formais, arranjos informais, recursos materiais, recursos simbólicos, ideias, saberes, informações e ideologias.

O referencial teórico e metodológico: antropologia da ação pública e das políticas públicas

A estratégia é fazer um estudo etnográfico, baseado na convivência prolongada com atores sociais, que ocupam posições ricas e complexas. É importante esclarecer que na minha trajetória no Brasil morei quatro anos em Mirandiba (de 2009 a 2013), atuando como assistente da Associação Conviver no Sertão. Parte da etnografia resulta dessa experiência. O que significa que seus resultados são, em parte, resultado do meu envolvimento na trama descrita³⁴. As análises serão então um toque de subjetivação. E, como todo empreendimento de ciência social já é em si um pouco subjetivo. – afetando as escolhas, as hipóteses e a própria formulação das questões. No entanto, pensamos compensar esse ponto pela vantagem de ter convivido vários anos com os atores, ponto importante em qualquer exercício etnográfico.

Inscrevermos nosso trabalho nessa perspectiva antropológica, representada por um autor como Jean-Pierre Olivier de Sardan (2015). Baseada em estudos empíricos na África, essa perspectiva tem como referência os comportamentos, agenciamentos e pontos de vista dos atores locais vivenciando intervenções públicas ou projetos de desenvolvimento (BIERSCHENK, 2007). O enfoque é, portanto, fortemente empírico. O importante é entrar no “mundo de vida” (BIERSCHENK, 2007) dos atores, ao se ater ao que eles falam, mostram ou sugerem. A partir desse material, o pesquisador constrói interpretações atreladas às representações e práticas observadas. E não interpretações sobrecarregadas, ou seja, interpretações que informariam mais sobre o “mundo de vida” do pesquisador (com suas crenças, desejos e ideologias) do que sobre o “mundo de vida” do pesquisado.

Com esse propósito não normativo e com o enfoque empírico, pode-se chegar ao estudo dos processos gerados pelas intervenções públicas. As políticas públicas, os dispositivos públicos ou os projetos de desenvolvimento – todos induzidos por instituições externas³⁵ (ligadas ao estado, à sociedade civil ou a agências internacionais) –, dão lugar, na

³⁴ O envolvimento do autor na trama dos eventos descritos é coisa comum na antropologia. Porém, geralmente, isso acontece *a posteriori*, quando o pesquisador inicia sua pesquisa. Um exemplo interessante desse tipo de perspectiva é a etnografia de Laëticia Atlani-Duault (2005) sobre a ajuda humanitária, realizada por meio de um trabalho de dez anos em uma organização humanitária e de desenvolvimento. A pesquisa da autora, chamada “Au Bonheur des Autres” (para a felicidade dos outros), estuda a mediação de projetos de luta contra o AIDS. Mediação que leva a autora dos escritórios da entidade, em Nova York e Genebra, até os países alvos, na Ásia Central.

³⁵ Poder-se-ia objetar que as políticas públicas são também promovidas pelos “atores internos”, pelos “atores de bases”: movimentos sociais, sindicatos, associações locais, etc. No Brasil, uma política como o Programa de

perspectiva descrita, ao “entrelaçamento de lógicas sociais” (OLIVIER DE SARDAN, 1995). O que significa isso? Significa que, no seio dos públicos-alvo e dos mediadores locais que os representam, a política pública encontra uma profusão de reações e ações heterogêneas, vários interesses, vários atores ou grupo de atores se manifestam, vários comportamentos se observam, várias alianças se formam e se desfazem, vários arranjos se constroem e se desconstroem, várias negociações, acomodações ou subversões se desenvolvem, várias focos ou intrigas se tramam, várias representações e vários discursos se expressam... As dinâmicas observadas, longe de exprimirem um consenso local – ou ao contrario uma oposição nítida dos atores locais em relação à intervenção inicial externa – exprimem algo bem menos claro e bem mais intrincado: um “entrelaçamento” de lógicas sociais.

O espaço analítico onde se entrelaçam as lógicas é a arena. Aquela noção serve justamente para simbolizar a ausência de consenso claro, a ausência também de oposição clara, enfim a ausência de clareza. Ou seja, os processos gerados inicialmente por instituições externas são complexos, aparentando ser uma arena que “não funciona na base de um consenso social negociado, mas através de interações entre interesses (grupos), níveis de saberes locais, estratégias, normas, conflitos, compromissos e “cessar-fogo”” (BIERSCHENK, 2007, p.10).

Insistimos sobre a “falta” de clareza ou a “falta” de consenso; e sobre a complexidade das interações entre atores heterogêneos movidos por referências heterogêneas. Tudo isso remete a complexidade do real. Para a antropologia da ação pública e das políticas públicas, a realidade é feita de dinamismo, interacionismo, ambivalência, ambiguidade, contradição e incoerência; e os atores são feitos de dinamismo, interacionismo, ambivalência, ambiguidade, contradição e incoerência (OLIVIER DE SARDAN, 1995). O postulado parece banal, embora seja compartilhado por outras escolas e pesquisadores. Mas, na prática de algumas escolas antropológicas ou sociológicas, a complexidade aparece menos: o mundo social rural se torna coerente, através de uma “racionalidade mãe” ou de um paradigma fundamental, do tipo as “lutas das classes” (estudos de inspiração marxistas: MARTINS (1981, 2000, 2003);

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criada em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é geralmente apresentada como uma conquista dos movimentos sociais, que reivindicaram melhoras frente ao estado e obtiveram o certo reconhecimento de suas reivindicações. Partir do protagonismo dos atores locais, dos “públicos alvos”, para chegar ao protagonismo do Estado é uma perspectiva que de certa forma é pertinente. De fato, os atores locais influem sobre as decisões políticas. Contudo, nossa perspectiva – partir do protagonismo do poder público para chegar ao protagonismo dos atores locais – é também pertinente. Pois, afinal, uma política pública, quando entrar em fase de execução em um determinado meio local, é geralmente percebida como uma intervenção externa a esse meio.

FURTADO (1977); PRADO JUNIOR (1966)) ou a “resistência e ordem moral camponesa” (THOMPSON, 1998).

Assim, tal como Jean Claude Passeron (1991), que apela à sociologia a “abandonar seus sonhos de grandeza”, a antropologia da ação pública e das políticas públicas chama o pesquisador a abandonar sua pretensão de explicar o social com uma explicação simples. Portanto, atrás de uma determinada realidade social, não se pode postular uma lógica fundamental, seja ela “cultural”, de “luta de classe”, de “resistência”, de “ordem moral”, ou de quaisquer outras paradigmas totalizantes.

Para Olivier de Sardan (1995, p.38), o que deve predominar é “uma perspectiva menos pretenciosa, mais empírica e mais fragmentada da realidade social”. Em outras palavras, uma perspectiva mais local, mais centrada nos atores ou grupos de atores sociais. Nesse sentido, “a margem de manobra dos indivíduos e dos grupos dentro dos conjuntos de restrições definidos pelas estruturas se torna um objeto de estudo privilegiado” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.38).

A perspectiva do mediador se enquadra nessa linha. A antropologia do desenvolvimento – antecessora da antropologia da ação pública e das políticas públicas – identifica geralmente o mediador com um *broker*. Influente nos projetos de desenvolvimento, o *broker* é visto em parte como um estrategista: ele é um ator que intercede para trazer recursos externos em um determinado lugar (BIERSCHENK, CHAUVEAU e OLIVIER DE SARDAN, 2000). Essa dimensão material faz do mediador um intermediário: uma pessoa que intermedia entre duas partes ou, para ser mais direto, uma pessoa que realiza entre duas partes uma transação material – na qual ela deve, obviamente, ganhar uma forma de retribuição.

Estamos aqui um pouco longe do mediador conciliador, apaziguador, consensual, que busca um acordo – ou um entendimento – entre partes diferentes ou opostas. Todavia, em uma dimensão mais cognitiva, nosso mediador desempenha também funções conciliantes, consensuais ou apaziguantes, ele não é apenas um simples intermediário interessado, ele é um conciliador ou, melhor, um tradutor.

Por que um tradutor? O mediador traduziria entre uma parte A com sua língua A e uma parte B com sua língua B? Não é bem assim; ou pelo menos seria uma tradução imperfeita, uma tradução com mudanças de sentido. Ou seja, o mediador, ao intermediar uma mensagem

entre uma parte A e uma parte B, muda um pouco o sentido da mensagem A destinada à parte B.

Em nosso Mirandiba rural, a tradução, através de uma liderança agricultor familiar, poderia ser esquematicamente a seguinte. Supomos uma liderança que dirige uma associação de agricultores, direção que o confere certo poder e certo acesso a entidades externas. Supomos também que a liderança é “desenrolada”, que ela “corre atrás” dos projetos, dos programas, das políticas. Com esse poder e essas qualidades, a liderança pode se tornar, em determinadas situações, um mediador local, um mediador agricultor familiar, mas que é capaz de botar um pé nas políticas públicas, de “trazer” essas políticas para a comunidade. Supomos então uma política pública “implementada” na comunidade. Uma política que visa a autonomia dos agricultores, o fortalecimento das organizações locais, das associações. A “mensagem” da política – promovendo a auto-organização, a solidariedade, o associativismo – poderia ser “traduzido” pelo mediador local em uma “mensagem” de organização, de solidariedade e de associativismo um pouco diferente – talvez menos auto-organizado, menos solidário e menos associativo. Dito de outra maneira, uma política pública defendendo uma ideia de participação aberta e transparente, uma ideia de protagonismo consensual e abrangente dos agricultores familiares, poderia virar, pela execução local de mediador dispondo de certo poder e responsabilidades, uma prática de organização menos aberta, menos transparente, menos consensual e menos abrangente.

Estamos falando de modo esquemático, simplificado e até bastante normativo. A realidade é muito mais complexa, as políticas são executadas em redes, as redes são abertas e oferecem muitas conexões, e os mediadores são muitos e interagem bastante. A liderança rural do nosso exemplo não é o único intermediário entre seus congêneres da comunidade e os órgãos da política. E os congêneres da comunidade não são seres passivos, eles são, como afirma Norman Long³⁶ (1994, p.5), “participantes ativos que tratam as informações e seguem estratégias nas suas relações”.

³⁶ Tal como Oliviver de Sardan ou Thomas Bierschenk, Norman Long é um autor reconhecido da sociologia e antropologia do desenvolvimento, da ação pública e das políticas públicas. Enquanto os dois primeiros autores (Oliver de Sardan e Thomas Bierschenk) se organizam em torno de uma entidade chamada APAD (Association pour l'Anthropologie du Changement Social et du Développement), Norman Long coordena grupos de trabalhos em uma escola chamada Escola de Wagenigen (na Holanda).

A sociologia de Norman Long estuda, em países emergentes ou considerados pobres, os processos sociais gerados por políticas de desenvolvimento. A ênfase, interacionista, é centrada nos atores e um dos conceitos chave dessa perspectiva é a noção de interface, que tenta dar conta das interações entre atores oriundos de mundos diversos que se “encontram” na execução de programas ou projetos de desenvolvimento.

No entanto, mesmo com essa complexidade, a ideia é a mesma: o mediador age como um tradutor “imperfeito”. Ele age em uma realidade social complexa, dinâmica, interacionista, agenciadora, ambivalente e contraditória, mas, afinal, em todo micro processo de mediação, em toda interação envolvendo três partes, temos sempre uma mudança de sentido. É isso que afirma Henri Mendras (1995, p.148), sociólogo do campesinato, ao se referir ao intermediário mediador: “O intermediário entre intragrupo e intergrupo tem por função principal transformar o sentido das coisas e dos atos, dando-lhes sentidos e utilidades às vezes muito contraditórios em cada um dos dois universos”.

A mediação como mudança de sentido é afirmada também em situações coloniais (BAILEY, 1969), em sociedades camponesas submetidas a transformações sociais (WOLFF, 1956) e em estudos sobre lideranças políticas no Canadá (CAMAROFF, COHEN, 1976).

Todavia, em outras perspectivas, o que é enfatizado não é a “mudança de sentido”, mas a “construção de sentido”. O modo de ver os processos é um pouco diferente, o que não significa que uma perspectiva seja mais pertinente que a outra: as duas são pertinentes, porque mudanças e construções são concomitantes: o mediador muda sentidos e constrói sentidos ao mesmo tempo.

No Brasil, Delma Pessanha Neves (2008) enfatiza essa ideia de construção de sentido. Em programas de reforma agrária, de desenvolvimento rural ou de apoio a comunidades étnicas, os mediadores são geralmente:

[...] militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos (NEVES, 2008, p. 06).

A mediação assemelha-se a um “processo social e dialético” (NEVES, 2008, p. 04), processo no qual se constrói “um campo específico de produção de significados e referências comportamentais³⁷”. Conceber a mediação como reconhecimento de significados produzidos coletivamente, em bases expressando transformações mutuamente desejadas (NEVES, 2008), não impede, todavia, margens de indeterminações. Os atores institucionais e individuais, segundo Neves, não entendem sua atuação sempre da mesma maneira, gerando assim um espaço para imprevisibilidade.

³⁷ Ibid. p. 07.

Estrutura do trabalho de tese

No primeiro capítulo apresentaremos o município de Mirandiba, a trajetória de suas lideranças antigas: coronéis, chefes políticos; e também de lideranças menos influentes, chefes de famílias grandes que usufruíam de certa consideração na localidade. Descreveremos Mirandiba ao percorrer inicialmente a cidade e depois a área rural. Esse percurso tem valor heurístico, permite imergir na realidade local, descobrir os lugares, observar os personagens, encontrar sinais da atuação das lideranças ou de políticos, etc.

A passagem mais histórica tem também pertinência analítica, pois permite entender como a elite familiar local – os *Carvalhos* – construiu seu predomínio político. E esse predomínio é uma das raízes dos problemas que os programas públicos ou cívicos querem combater: a concentração dos poderes, a concentração das terras e das riquezas, a dominação dos brancos, a rejeição dos negros, a submissão da maioria através de troca de favores que só beneficiam as elites.

Outro interesse nessa perspectiva histórica é descrever a mediação a “moda antiga”. Afinal, os coronéis e chefes políticos (da primeira parte do século XX até a democratização nos anos 1980) eram também mediadores: eles “tinham um pé” nas esferas externas (governos estaduais) – esferas onde se tramavam as políticas e onde eram liberados os recursos; e eles tinham também um pé no mundo rural de Mirandiba – onde eram reconhecidos por todas as famílias como os benfeitores mais influentes.

Apesar da dominação dos chefes políticos havia certo dinamismo, mudanças pontuais, restritas. Assim faremos uma descrição, falando das mudanças políticas no decorrer do tempo, das mudanças sociais – com a ascensão de estratos intermediários. Em tudo isso, veremos que até as famílias mais dominadas, mais relegadas, dispunham de uma margem de manobra. Concluiremos esse primeiro momento refletindo justamente sobre a possibilidade do aumento dessa margem de manobra dos mais pobres. E veremos que os projetos sociais supostamente alternativos no Mirandiba dos anos 1960 e 1970 não tiveram forte impacto. Com efeito, nem a Igreja, representada por um padre carismático da França, nem o sindicalismo rural, representado por um sindicato *pelego*, representavam uma real possibilidade de ruptura política e social.

No segundo capítulo entraremos no Mirandiba do final dos anos 1980, um Mirandiba em mudança acelerada, sob o efeito da democratização do Brasil, e sob a gestão de um prefeito com uma postura mais dinâmica e diferente, Nelson Pereira de Carvalho. Faremos assim referência a criação do “laboratório” mirandibense, com sua profusão de projetos sociais alternativos, trazidos com a ajuda do PT, das ONGs e dos movimentos sociais.

Observaremos que o Prefeito se tornou mediador de programas idealizados em esferas externas, mas que localmente tinham como objetivo a promoção dos direitos das populações rurais. A ideia dos direitos e da participação, pautadas no fortalecimento da agricultura, da organização comunitária e do reconhecimento dos negros, seria traduzida localmente em projetos inovadores. As populações rurais, tradicionalmente pouco consultadas, se tornaram protagonistas de importantes mudanças, tanto no aspecto econômico como político. Mas a promoção política dessas populações teve também, como pano de fundo, a promoção material e social do prefeito e de seu grupo de apoiadores.

No capítulo três, já nas décadas de 2000 e de 2010, perceberemos que o principal indutor das mudanças no mundo rural de Mirandiba foi o estado brasileiro e seus parceiros da sociedade civil. Nessa nova configuração, os programas deram um impulso maior a categoria dos agricultores familiares. Uma ONG local de agricultores, a já mencionada Associação Conviver no Sertão, teve papel decisivo na promoção do novo ator social da agricultura familiar. Veremos então que nessa ONG, lideranças como Vavá, Magnus Mollgaard e Sandro Luiz do Amaral se destacaram, influenciando na execução dos programas, em particular do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No último capítulo, iremos descrever e analisar como lideranças de comunidades rurais – em particular Maria José de Souza Gomes – protagonizam intervenções públicas de categorização quilombola, intervenções que inicialmente levaram as comunidades a se tornar quilombola sem o conhecimento de seus próprios habitantes. Tendo como referência as práticas e representações dos comunitários, faremos um retrato ambivalente das lideranças, que, para alguns, agem a favor de seu núcleo familiar restrito, e, para outros, agem a favor dos direitos dos quilombolas em geral.

Considerações finais em relação às questões de pesquisa

Ao longo da tese, veremos que o laboratório social de Mirandiba gerou mudanças importantes. Os projetos e os programas de combate à pobreza modificaram localmente o cenário sociopolítico, pois houve uma tendência à descentralização dos poderes. De um passado – até os anos 1980 – em que os programas públicos (e dos bens públicos em geral) eram controlados pela elite local, encaminhou para um cenário mais aberto: novos atores representando os segmentos “tradicionalmente” dominados – os agricultores familiares, os quilombolas – ganharam vozes e influência. Esses novos atores, que são em particular as lideranças de nossa pesquisa, foram os participantes decisivos de programas públicos e cívicos reforçando o poder e a margem de manobra dos segmentos mais pobres.

Mas esse exame da situação é ainda muito geral. E não responde a nossa pergunta sobre a corporificação das intervenções por meio das lideranças locais. Em uma análise mais pormenorizada, veremos que as lideranças materializaram de modo complexo os programas de combate à pobreza. E de um modo que afinal questiona a possibilidade de um cenário mirandibense “fundamentalmente novo”, um cenário mais inclusivo, mais democrático, mais solidário – tal como o almejava os promotores iniciais das intervenções (nas esferas da sociedade civil, dos movimentos sociais, do Estado e do Governo Federal).

Por que falamos de questionamento? Porque há certo descompasso entre o ideal dos programas – a possibilidade de ter agricultores familiares e quilombolas solidários, unidos, protagonizando de modo coletivo as ações – e sua execução concreta. E essa defasagem se verifica em vários pontos. Primeiro deles: a força das lógicas patrimonialistas. Algumas lideranças tendem a controlar de modo autoritário e personalizado as entidades que dirigem. Isso marcaria de certa forma uma discrepância com o ideal da possibilidade de um protagonismo coletivo e solidário dos grupos sociais tradicionalmente dominados. Outra defasagem observada é à força das lógicas de parentesco. Em muitas intervenções, os grupos que se formam não são tanto o grupo da “classe” dos agricultores – ou o grupo étnico dos quilombolas – mas grupos de parentesco que competem para o acesso aos recursos. Isso demonstraria que os programas de combate à pobreza não fortalecem “automaticamente” os laços de solidariedade entre os mais pobres; mas que eles tendem também a atizar os confrontos entre grupos competindo para a obtenção de bens materiais e simbólicos.

Os confrontos entre grupos sociais dentro de uma mesma categoria, e a ascendência de determinadas lideranças sobre os grupos que representam, não devem ser necessariamente pensadas como um “descompasso” em relação em uma situação desejada. Pensar assim, aliás, seria pensar de modo normativo. O que é importante não é se referir a uma situação desejada por determinados programas de combate à pobreza, mas referir-se as dinâmicas observadas.

E nossa observação das dinâmicas leva-nos a conclusão seguinte: não podemos postular a existência de uma lógica fundamental na atuação das lideranças de Mirandiba. Ou seja, não podemos dizer que elas são fundamentalmente movidas por laços de parentesco, por interesses de aproveitamento pessoais ou por interesses de defesa dos direitos sociais dos agricultores familiares e dos quilombolas. O que observamos, afinal, é a ocorrência de lógicas entrelaçadas e contextuais. As lideranças têm comportamentos complexos, ambivalentes, contraditórios, que têm sentido a partir do momento em que são contextualizados...

Assim, em nossa pesquisa, em determinadas circunstâncias, identificamos práticas de lideranças aparentando-se as lógicas de parentesco, de aproveitamento individual ou de aproveitamento de grupos restritos. E outras circunstâncias, identificamos nas mesmas lideranças lógicas mais abrangentes, em torno da ideia de uma promoção dos direitos sociais da categoria dos agricultores familiares e dos quilombolas. E em todos esses processos observamos outras lógicas, tal como: lógicas de disputas políticas, de protagonismo associativo, e até lógicas messiânicas (a liderança vendo-se como guia profético).

CAPÍTULO I

MIRANDIBA E O TEMPO DOS CHEFES POLÍTICOS

1.1 MIRANDIBA: UM MUNICÍPIO RURAL

Entrar em Mirandiba pode ser coisa um exercício incômodo, pelo menos para as pessoas que não são do lugar. Os militantes das ONGs, dos movimentos sociais e os assessores estrangeiros – que começaram a visitar Mirandiba depois da eleição do prefeito petista Nelson Pereira em 1992 – reclamavam às vezes do município³⁸. Não havia nada contra seus habitantes, mas era perceptível o isolamento geográfico de Mirandiba e seu relativo “isolamento social”. O isolamento geográfico era relativamente óbvio: são 465 quilômetros de distância da capital Recife.

O segundo postulado era mais sugestivo, menos comentado, mas expressamente forte. No cruzamento – onde o viajante de ônibus tem que parar e esperar a condução para chegar ou sair da cidade – era comum ouvir do pessoal das ONGs comentários sobre a contrariedade de visitar Mirandiba. Tais conversas, relatadas por várias pessoas³⁹, exprimiriam afinal uma espécie de paradoxo: as pessoas querem ajudar Mirandiba, mas não gostam de permanecer lá; elas gostavam da perspectiva de ajudar, mas não gostavam ficar com os ajudados.

Luiz Claudio Mattos, agente da AS-PTA no final dos anos 1990, contou-nos como a espera no famoso cruzamento podia ser um momento complicado, momento em que se refletia sobre o tormento do ser militante social em um lugar remoto. Como expressão bruta dessa reflexão se dizia: “mas que porra estamos fazendo aqui”, expressão repetida diversas vezes, enquanto esperavam, durante longos minutos, o ônibus que traria de volta ao Recife. Sozinhos com suas mochilas no chão, na beira de uma pista onde só passavam raros caminhões, e na beira de um mato onde não passava ninguém, os militantes esperavam e murmuravam: “Mirandiba de fato, não é um lugar que é para todos, é um lugar especial mesmo”.

³⁸ Os primeiros relatos sobre a impressão causada por Mirandiba são de Luis Claudio Mattos, agente de AS-PTA de 1995 a 2002. Tais relatos concernem o período do final da década de 1990.

³⁹ Além de Luiz Claudio Mattos, ex-agente da AS-PTA, Erwan da “Association Partenaires” e Arnaud Pupet, ex cooperante da “Associação Conviver no Sertão”, relataram a dificuldade de se adaptar em Mirandiba. Erwan, voluntário francês, residiu em Mirandiba de 2006 a 2008. Ele era responsável por um projeto de apoio à agricultura irrigada e à agroecológica, em parceria com a “Associação Conviver no Sertão”, ONG de Mirandiba. Arnaud Pupet, outro voluntário francês, veio substituir Erwan. Ele residiu em Mirandiba de 2006 a 2008.

Ainda hoje, militantes e técnicos parecem reviver a mesma impressão que seus colegas dos anos 1990⁴⁰. Ir para Mirandiba ainda é viver uma espécie de aventura; e permanecer lá é um desafio. É que o município, mesmo a sede, oferece pouco conforto. Mirandiba não tem hotel confortável, não tem restaurantes requintados, não tem bares agradáveis. O lugar evoca afinal, para alguns, um ar de pobreza, um ar de “interior”, de lugar afastado do requinto das capitais. A impressão deixada é insistente. E de modo mais objetivo, a falta de opção é tanta que muitos agentes de ONGs resolvem se hospedar fora da cidade, escolhendo para dormir a cidade de Salgueiro, situada a 60 quilômetros de Mirandiba.

No entanto, Mirandiba, é um município onde pode ser bom morar. Seus habitantes gostam do lugar e os que tiveram que deixá-lo gostam de voltar. O cruzamento não é somente um lugar de reflexão sobre a militância em um lugar esquisito, é também um ponto de partida para uma viagem apreciada. Aliás, os viajantes de fora – os militantes que não imaginariam ficar vivendo em Mirandiba apreciavam também suas estadias no município. Mirandiba oferece muitas histórias cativantes, dá a conhecer muitas pessoas interessantes. É por isso que o tal cruzamento é além de tudo um ponto de partida, um ponto onde começa um percurso rico e estimulante.

O cruzamento consiste em um posto de gasolina, perto do qual se encontram quatro ou cinco casas emendadas – as casas “porta e janela” que oferecem aberturas apenas na frente e atrás. O posto de gasolina é conhecido como “Posto Carvalho”. Ele pertencia a um *Carvalho*, mais precisamente a alguém dos *Arrozeiro*, um ramo da família *Carvalho* cujo maior chefe político foi “Chico do Arroz”, dono da Fazenda do Arroz. O posto de gasolina foi vendido a uma pessoa de outra família, mas seu antigo proprietário dispõe ainda de um bom patrimônio, ele é em particular um dos maiores proprietários de terras em Mirandiba, de fazendas de gado e bodes.

Seus parentes próximos são também abastados. Um de seus primos, “Doutor Assis”, é um dos médicos mais ricos de Salgueiro, possui a maior clínica particular da cidade. Outros primos, comerciantes, enricaram ao fundar a “Tupan – O Barato da Construção”, uma rede de distribuição e de lojas de material de construção. A Tupan atenderia, segundo o site da empresa⁴¹, “mais de 12.000 clientes lojistas no Norte e Nordeste”, além de possuir sete lojas nas cidades de Serra Talhada, Caruaru, Recife e Maceió. A empresa tira seu nome da Fazenda

⁴⁰ Esse comentário não é sustentado por entrevistas formais com os primeiros interessados. Ele nasce apenas da convivência do autor da tese com agentes de ONGs que vinham visitar Mirandiba.

⁴¹ <http://www.tupan.com.br/>

Tupan, a qual pertencia ao pai dos fundadores (e irmão de Chico do Arroz). Tudo opõe, porém, a fazenda e a empresa: a primeira é abandonada, em situação total de decadência, enquanto a segunda é florescente, em uma trajetória de pleno crescimento.

Geralmente, os *Arrozeiros* são bem de vida. Muitos deles conseguem emolumentos bons através da profissão de médicos. E os médicos são muito numerosos. Se for considerar não só o grupo dos *Arrozeiros*, mas também todos os ramos dos *Carvalhos*, estima-se que tenha entre 70 e 120 médicos na família⁴². Mirandiba se destaca, neste ponto, como um dos maiores produtores de médicos em Pernambuco. O pequeno município, de apenas 15.000 habitantes, seria o berço dos doutores, mas de doutores de uma família só, da família *Carvalho* (apenas a partir da década de 2010 é que houve uma pequena mudança, quando três pessoas de outras famílias conseguiram se formar em medicina).

Entre os médicos *Carvalho* há muitos políticos. Voltando aos *Arrozeiros*, podemos destacar Francisco Xavier de Sá Carvalho (o “Doutor Xavier”, filho de Chico do Arroz), que não é político propriamente dito, mas que é o patrocinador de sua esposa Rose Cléa Maximo de Carvalho Sá⁴³, a prefeita eleita em novembro de 2016. Rose Cléa representa a continuidade de uma imensa galeria de políticos. Somente dos *Arrozeiros*, houve três prefeitos de Mirandiba, um prefeito de Belém do São Francisco⁴⁴, e um de Serra Talhada⁴⁵, que depois se tornou deputado estadual (de 1999 a 2007).

Considerando não apenas os *Arrozeiros*, mas todos os ramos do grupo familiar, pode-se observar melhor a amplitude política dos *Carvalhos*. A abrangência da família, com todos os seus subgrupos – Tiburtino, Diniz, Lopes, Nunes, Barros, Gomes de Sá, Gonçalves, Torres, Cantarelli, Lucas – não se limita apenas a Mirandiba – onde todos os prefeitos foram da família – mas a municípios de toda a região, em particular Salgueiro, Verdejantes, Serra Talhada e Belém do São Francisco.

O sucesso dos *Carvalhos* esconde alguns detalhes interessantes. No caso dos *Arrozeiros*, por exemplo, detalhes irônicos esquecidos por eles, são bem vivos para outros, em

⁴² De acordo com José Tiburtino de Carvalho Barros, irmão do ex-prefeito Bartolomeu (de 2008 a 2016). Nos anos 1990, um evento foi organizado pelos *Carvalhos*, no intuito de reunir todos os médicos da família. Segundo a pessoa entrevistada, mais de 60 médicos *Carvalhos* teriam participado.

⁴³ Rose Cléa Maximo de Sá não é considerada uma ‘Carvalho’ do “tronco nobre”, embora ela tenha sangue dessa família, através de um relacionamento fora do casamento de seu pai. Ainda recém-nascida, Rose Cléa foi deixada por sua mãe de família pobre e foi adotada por uma mulher do grupo dos ‘Carvalhos’.

⁴⁴ Belém de São Francisco é um município de 20.675 habitantes (IBGE 2015) situado a 60 km de Mirandiba.

⁴⁵ Cidade situada a 60 quilômetros de Mirandiba e que constitui a sede de um município cuja população seria atualmente de 84.970 habitantes (IBGE 2016).

particular para uma família que teria ajudado um patriarca dos *Arrozeiros* a se “levantar” na vida. Muitos membros da referida família contam que um de seus ancestrais, chamado João Isidoro – agricultor, pecuarista, dono de uma casa de farinha, e vendedor ambulante – teria emprestado dinheiro a José Alves de Carvalho Nunes (irmão de Chico do Arroz). Nos anos 1940, José Alves de Carvalho Nunes⁴⁶, filho de agricultor, era destinado a trabalhar na roça, mas tinha uma visão do futuro que abriria outros horizontes, ele queria cursar medicina, já que para ele o trabalho na roça não oferecia outras oportunidades. Porém, e embora ele fosse de família dominante, não dispunha de recursos para financiar seus estudos. Ele solicitou então a João Isidoro, agricultor considerado próspero e que, ao contrário dele, “não tinha a visão” de botar seus filhos para estudar.

A opção mais acertada seria investir no estudo dos filhos. E a escolha se manifestou através de uma crueldade do destino: o dinheiro emprestado, que contribuiu para fazer de José Alves de Carvalho Nunes o primeiro médico de Mirandiba⁴⁷, não rendeu quase nada para João Isidoro. Com efeito, por causa da inflação, o dinheiro emprestado tinha perdido valor, quando foi devolvido anos depois com juros baixos. Na fala de um neto de João Isidoro⁴⁸ a perda se expressa de uma forma muito óbvia: “o dinheiro que na época dava para comprar uma vaca boa, quando devolvido, nem dava para comprar uma cabra”.

Mas o destino foi ainda mais cruel. Enquanto dois filhos do velho arrozeiro se formaram, dando início a uma longa tradição de médicos na família, os numerosos filhos de João Isidoro continuaram sendo agricultores, dividindo assim a grande propriedade do pai que, ao longo dos anos foi sendo fragmentada. Os primeiros, os *Arrozeiros*, iram reforçar seu estatuto de família dominante, possuidores dos títulos de doutores e dos cargos políticos e administrativos; e os segundo – os descendentes de João Isidoro – iriam perder prestígio, visto que não eram mais grandes proprietários, possuíam terras que exigiam muito e rendiam pouco.

Saindo do cruzamento entramos na pista menor – doze quilômetros de asfalto até Mirandiba. Logo nos primeiros quilômetros o relevo desce suavemente e revela um panorama de resto de caatinga. Na época de seca, os arbustos, magros, intrincados e muito próximos à via, dão a impressão que o mato é pouco valorizado. Nada de pastos ou de sinal de lavoura, mas

⁴⁶ José Alves de Carvalho Nunes, chamado Zé Alves, é também primo de primeiro grau da mãe de Nelson Pereira de Carvalho, o prefeito reformista e do PT, na década de 1990.

⁴⁷ Sua ascensão social continuaria com seus filhos. Um deles, Augusto Cesar Elihimas de Carvalho, formado em farmácia, teria uma carreira política exitosa: prefeito de Serra Talhada de 1993 a 1997 e deputado estadual de 2003 a 2007.

⁴⁸ A pessoa em questão é Antônio Valério, entrevistado em abril de 2016.

uma sequência de vegetação pobre e degradada, que às vezes se retira para anunciar um açude ou uma casa.

Uma dessas casas, três quilômetros depois do cruzamento, fica situada em uma antiga fazenda, a fazenda Roça Queimada. O lugar, que pertencia a Antônio Lucas de Barros – *Carvalho* do ramo dos *Tiburtino* e tio do antigo prefeito de Mirandiba, Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros⁴⁹ – era dirigido com “mão de ferro” (segundo um descendente dos trabalhadores). O patrão exercia domínio, de modo implacável sobre uma centena de famílias, moradores negros sem terra própria. Por três décadas, de 1940 a 1970, a fazenda produzia muito algodão, assim como farinha de mandioca e outros produtos secundários. A mão de obra era constituída por moradores de condição, que trabalhavam também como meeiro para o patrão e viviam em modestas casas de taipa dentro da fazenda. Nessa relação de meação não havia pagamento em dinheiro, o patrão pegava a meia (a metade da produção do morador como pagamento), embora, na maioria das vezes, o patrão também ficava com o restante da produção, em troca do pagamento de dívidas. Ou seja, o morador, sempre estava “endividado” com o patrão, porque este último fornecia “antecipadamente” os produtos de primeira necessidade (em geral adquiridos no barracão da fazenda) – nunca tinha dinheiro em mão. O dinheiro estava virtualmente na posse do patrão, que revestia a figura do benfeitor e do credor.

Mas, para alguns descendentes de moradores, o sistema era uma escravidão disfarçada que trazia muito sofrimento. E ainda hoje, a antiga fazenda conservaria nas suas entranhas a marca da aflição dos moradores. José Jeronimo Filho, neto do antigo encarregado⁵⁰, conta que o lugar é assombrado: existiriam ainda os espíritos dos que moravam lá. Quem se atrevia a andar de noite no lugar onde viviam os moradores ouviam seus gritos.

A noite andando aqui, você vê visagem por quase todo lugar, povo gritando. Meu pai já viu, gente gritando a noite. (...) Uma noite a fazendeira do patrão falou: amarra fulano de tal, com chicote, amarra no pilão até eu mandar parar, até depois da morte dele. (...) O negro tinha matado uma escrava dela. Ela botou no pilão. É o espírito que dava o chicote. Ninguém viu, só a fala⁵¹.

Tomando como base as histórias do lugar, as pessoas narram que ainda hoje a fazenda continua a impor sua maldição sobre aqueles que se mudaram para lá. Os novos habitantes,

⁴⁹ Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros foi prefeito de Mirandiba de 2008 a 2016.

⁵⁰ o encarregado era o morador que tomava de conta da fazenda e servia fielmente ao patrão

⁵¹ Entrevista realizada dia 22 de novembro de 2016.

agricultores familiares, têm tentado valorizar o lugar, mas nada dá muito certo: a terra não produz em abundância, eventos contrários ocorrem, infelicidades e infortunas se sucedem.

É melhor então deixar a antiga fazenda e continuar andando. O relevo continha descendo, com os mesmos arbustos e o mato degradado. Após alguns quilômetros, já perto da cidade, aparece outro posto de gasolina, investimento recente de um comerciante local, que nos anos 1990, foi um dos braços direito do prefeito Nelson Pereira de Carvalho. Hoje o homem se desligou de seu antigo mentor, mas seu patrimônio aumentou, a exemplo do posto de gasolina.

Chegando enfim a cidade, aparece de repente um estranho motel em perpétua construção, erguendo-se bem na frente de um cruzeiro alto e elegantemente austero. A contiguidade do profano lúbrico e do sagrado chocou alguns, e em resposta as demonstrações de incômodo, uma vereadora, esposa do dono da obra, sugeriu arrancar o cruzeiro e deslocá-lo para um lugar mais protegido da corrupção mundana.

Depois do motel, vêm as primeiras casas de Mirandiba. Atravessa-se uma pequena ponte, e logo se impõe a visão um grande arco de bem-vindo, elevando-se em cima da rua. Durante o mandato do Prefeito Nelson Pereira o arco não existia, no seu lugar, o político tinha construído uma estátua do porco queixada, cujo sentido era valorizar o símbolo do município – já que a palavra Mirandiba é a tradução em tupi guarani da palavra porco queixada, animal muito presente nas origens do município. A estátua foi destruída alguns anos atrás pela oposição, logo após ela ter conquistado o poder. A morte simbólica do porco suscitou a aparição de São João Batista, padroeiro da cidade estampado em uma placa no topo do arco.

FOTOGRAFIA 2: A estátua do porco queixada, na entrada de Mirandiba



Fonte: Nelson Pereira de Carvalho, 1996.

FOTOGRAFIA 3: A estátua de São João Batista, que substituiu a estátua do porco queixada



Fonte: Ruama Azevedo (2016)

Assim amparado pelo santo, sobe-se na cidade. Bem cedo de manhã, mulheres varrem a calçada na frente de suas casas, momento ideal para conversar, dado que todas as casas são emendadas e são muito perto uma das outras. As donas de casa se encontram e, se não forem intrigadas, trocam ideais com suas vizinhas.

Mais para frente passamos ao lado de uma casa especial, onde morou “o diabo”. Porém, quando se observa a animação na frente da casa, nada sugere um ocorrido tão dramático: alguns moto-taxis ficam ali sentados em um banco, conversando tranquilamente entre eles ou observando de modo meio letárgico a animação fraca da rua. E a casa em si não inspira nada de assustador: uma pequena escada com apoios elegantemente talhados na pedra leva a uma veranda acolhedora, decorada de flores bonitas. A casa, de um padrão melhor que a média das construções locais, respira o bom gosto e a prosperidade. Seu dono era Joaquim Bezerra de Carvalho, chefe político nos anos 1960 e 1970, prefeito de Mirandiba de 1972 a 1976⁵². Hoje, a viúva do falecido chefe, Dona Carmita, mantém a elegância do lugar onde recebe, de quando em quando, os familiares que residem no município ou em outras regiões do Brasil.

Porém, em 1963, quando Joaquim Bezerra era casado com sua primeira mulher (Dona Carmita foi a segunda), aconteceu uma coisa terrível nessa casa. Uma coisa que foi interpretada como presença do diabo! Tudo começou com pedras caindo do céu no quintal da casa. As pedras caíam de noite e de dia, durante semanas e semanas. Logicamente, no início, pensou-se em maldades da vizinhança, ou maldades de pessoas mal intencionadas. Mas as investigações escrupulosas do clã de Joaquim Bezerra levaram a conclusão de que nenhum ser-humano estava atrás desses eventos. Se nenhum ser-humano estava por trás disso, é que tinha uma coisa assombrada, ou pior, maléfica.

Foi assim que Frei Damião foi chamado. O frade italiano, muito popular no Nordeste, era considerado uma figura de santidade e abnegação. Sua especialidade era organizar cruzadas missionárias, em que ele falava dos perigos do demônio e da salvação da Igreja. Em Mirandiba, no entanto, ele não ia encontrar seres-humanos tentados pelo demônio, mas o próprio demônio. Sua missão seria então um exorcismo. Logo depois de sua chegada em Mirandiba, ele viu que o problema das pedras caindo do céu era coisa muito séria, era coisa do diabo. Ele chamou então o coronel da época – Chico Torres –, o padre e os fiéis para orar. E

⁵² Joaquim Bezerra é também irmão – por parte do pai – de duas figuras já mencionadas: Chico do Arroz (chefe político pai do “Doutor Xavier”, esposo e mentor da atual prefeita Rose Cléa), e José Alves de Carvalho Nunes, o homem que pediu dinheiro emprestado ao agricultor José Isidoro.

no momento certo ele armou-se de seu crucifixo e começou o exorcismo na maldita casa, com a ajuda de um coroinha de Mirandiba. O ritual contra o diabo, segundo as pessoas que lembram do evento, foi uma batalhada terrível e extenuante: as pedras caíam com mais força, algumas delas se transformavam em brasas e outras atingiam Frei Damião e o coroinha, ferindo-os várias vezes. Mas o desfecho foi glorioso: Frei Damião venceu, o diabo se retirou e as pedras pararam para sempre de cair. Porém, o frade saiu chocado de sua batalha. E alguns meses depois de sair de Mirandiba, ele teria feito essa declaração muito forte: “O demônio existe, estão ouvindo? Ele existe. Em Mirandiba, entrei numa casa abandonada e ele me jogou sete pedras⁵³”.

O demônio pode até ter morado em Mirandiba, mas o evento ficou apenas percebido como um velho acontecimento sem efeito sobre o presente. E nos anos após a batalha de Frei Damião, a cidade, liberada das assombrações, pode se dedicar a coisas mais leves. Foi assim que os lugares de diversão se multiplicaram. Um desses lugares localizava-se, justamente, na frente da casa onde tinham caído as pedras. O local, que é atualmente um restaurante, era conhecido até os anos 1980 como a “Sociedade Cultural Mirandibense”. Era local da boa sociedade, ou seja, um local reservado para os *Carvalho*. Neste não podia entrar ninguém de outra família, até das famílias brancas como os *Rodrigues*. Todas as festas e apresentações de bandas organizadas, todas sem exceções, eram reservadas aos membros da família *Carvalho*. Foi apenas no início da década de 1980, durante a onda de redemocratização, que os “morenos” foram autorizados a entrar.

Aliás, na encruzilhada que segue as duas casas – a das pedras e a da “Sociedade Mirandibense” – vê-se de manhã, quando se entra na cidade, um povo mais moreno que aquele que costumava frequentar o local de diversão dos *Carvalhos*. A encruzilhada, que serve de praça durante as festas juninas, é o coração de Mirandiba. Neste lugar foram construídas as primeiras casas da cidade; e é lá também que os mirandibenses se encontram em toda a sua diversidade. A diversidade se observa através de pessoas que se agrupam para esperar as vans que, cada dia, levam seus passageiros para as cidades de Serra Talhada e Salgueiro (municípios, mais importantes onde se encontram comércios e unidades administrativas e financeiras). Perto das vans, os garis conversam antes de iniciar seu serviço. Alguns deles saem bem humorados de um barzinho onde se bebe a boa cachaça. E, afinal todos esses garis –

⁵³ Esses relatos foram obtidos de pessoas de Mirandiba: José Tiburtino de Carvalho Barros, assim como, Teodora Gomes de Souza. A frase citada encontra-se também em um blog ligado a correntes radicais da Igreja Católica: <https://regisaeculorumimmortali.wordpress.com/2013/09/24/frases-do-frei-damiaio/>.

os que bebem e os que não bebem – são de um fenótipo muito escuro, uma cor de pele que é difícil encontrar em Pernambuco, mesmos nos bairros periféricos do Recife. Essa evidente remanescência da África levou até alguns militantes nacionais do movimento negro a afirmar que Mirandiba era um imenso quilombo, tanto urbano quanto rural.

Mas para os mirandibense, a realidade não é essa. A maioria não se diz negra, ao valorizar suas raízes misturadas de brancos, índios e negros. E essa mesma maioria destaca que de fato há muito negros – identificados como os “morenos”, ou os “moreninhos” – mas que vivem separados do resto da população.

Enfim, o imenso quilombo urbano seria mais um axioma de militantes do que uma realidade percebida localmente. E a animação matinal da encruzilhada, com o povo esperando os transportes, revelaria uma população afinal nem fundamentalmente negra, nem branca, nem vermelha, nem amarela, mas uma população de cores diversas. Mas, nessa diversidade, os negros são numerosos. E uma observação rápida mostraria que todos os garis – profissão mais desvalorizada – são negros. Ao contrário, os motoristas das Vans são bem mais claros, e os passageiros são de todas as cores. Um pouco mais tarde, quando passa o caminhão de coleta do lixo, observa-se a mesma estratificação: o motorista do caminhão é bastante claro, e os que pegam o lixo são negros.

Voltando a encruzilhada, e desta vez em horários mais tarde do dia vê-se uma coisa interessante, pelo menos para o autor desse trabalho. A coisa interessante se desenrola num canto da encruzilhada, na calçada da “Casa Grande” – a casa mais velha de Mirandiba (construída em 1915) onde morou o primeiro grande chefe político da cidade: o Capitão Elizeu Campos. A casa despertou o interesse, porque esse lugar – com todo o poder simbólico que carrega, de dominação dos brancos e opressão dos negros – serve de ponto de referência para pessoas negras, que ficam ali esperando algum serviço (bicos) ou alguma esmola. Lembro bem que, geralmente no dia da feira (às sextas-feiras), encontrava lá, muitas vezes, três irmãos negros que costumavam pedir uma moeda para beber cachaça. Achando o pessoal simpático, raramente me recusava a dar alguns reais. E recentemente, quanto tive que visitar Mirandiba, continuei atendendo ao pedido da moeda para a cachaça. Porém, os irmãos são agora apenas dois: um morreu, provavelmente por causa dos excessos de bebidas.

O dia de feira – que é sempre animado – é assim comum ver essa cena da calçada da “Casa Grande”, cena em que pessoas negras pedem bicos na frente de uma construção onde

muitos de seus ancestrais foram oprimidos. Os donos do lugar, Elizeu Campos e sua filha Lilia Campos (que se tornou uma chefe política de 1960 até 1980) mantinham seu pessoal em estado de quase escravidão. Os que eram chamados os *criados* – pessoas negras das mesmas famílias que os três irmãos mencionados – eram mantidos em um estado de total submissão: viviam na casa ou nas suas dependências, trabalhavam muito e não recebiam nada em dinheiro, apenas comida e roupas velhas. A benfeitoria maior que se podia esperar, afinal, era a possibilidade de estudar na escola. Porém, geralmente, os estudos eram muito curtos e os *criados* saíam geralmente da escola sem formação.

Morador da Casa Grande quando era criança e adolescente, João Antônio Gomes da Silva⁵⁴ – conhecido como Xéu – enfrentou mais de dez anos a tirania de Lilia Campos, até ele conseguir fugir dela, ao se esconder debaixo da lona de um caminhão que saía de Mirandiba. Antes da fuga, que ocorreu nos anos 1970, Xéu vivera desde seus nove anos na casa de Lilia Campos. Criança, ele percorria todo dia 20 quilômetros com um burro para buscar água destinada ao uso da casa, nunca recebia pagamento pelas tarefas, recebendo apenas, de vez em quando, roupas velhas que se desmanchavam depois de algumas lavagens. Os momentos de “liberdade” eram raros: apenas quatro ou cinco horas diárias, na escola, eram usufruídas longe da patroa. Mas logo às seis horas da noite vinha o momento do *castigo*: Lilia Campos obrigava seu *criado* a deitar na rede, com um pedaço de queijo na boca, pois seis horas não era hora de se divertir *na rua* (na cidade), mas hora de dormir.

A fuga, depois de tantas coerções, aconteceria de um modo improvisado, por meio de um patrão do Ceará que veio contratar trabalhadores para sua fazenda de gado e de algodão. Além de uma dezena de pessoas candidatas ao trabalho, o Xéu se convidou as escondidas. Informado da vinda do fazendeiro, ele se escondeu debaixo da lona de seu caminhão – e debaixo dos outros trabalhadores – e viajou com a turma para o sul do Ceará onde encontraria condições de trabalho menos humilhantes. E lá viveu doze anos, se casou, fundou uma família, e voltou apenas quando soube que a antiga patroa Lilia Campos, adoentada, não morava mais em Mirandiba.

⁵⁴ Os fatos foram relatados pelo próprio personagem. Antes disso, alguns parentes dele já tinham evocado o episódio.

FOTOGRAFIA 4: o autor com Xéu, no seu domicílio



Fonte: Ruama Azevedo, 2016.

Hoje o sistema dos *criados* não existe mais: Elizeu Campos faleceu em 1951, sua filha Lilia em 1992, e com eles foram embora todas essas relações de sujeição franca, aberta, desinibida e paternal. Ademais, a Casa Grande não é mais “viva”: ela é apenas preservada como uma relíquia, sem nenhuma pessoa residindo nela.

Mas, para algumas pessoas de fisionomia negra, a Casa Grande é “Viva”, porque afinal ela funciona como um ponto de referência, um ponto onde, eles, os negros, manifestam sua condição social precária, sua submissão a todo tipo de serviços mal pagos ou desprezados. As pessoas que se encontram na calçada da Casa Grande, no dia de feira, fazem de tudo para ganhar alguns reais em troca de um serviço qualquer. Em certos casos continuam sem receber dinheiro. O comerciante ou a pessoa que os solicita paga uma “bicada de cachaça”.

Continuando a caminhada, depois de 200 metros, encontramos grandes armazéns de uma usina abandonada onde era processado o algodão, o “ouro branco” que movimentava a cidade até os anos 1980. O algodão plantado no município, de uma qualidade elogiada, era vendido em São Paulo, sob a forma de fardos produzidos na usina que, no auge da produção, empregava diariamente mais de 200 pessoas (PAOLLIELO PACHECO DE OLIVEIRA,

2014). Hoje, ninguém tem motivo para andar nos armazéns abandonados, o único sinal de vida é uma pequena *lan house*, situada em um anexo da usina.

Bem na frente da usina e de seus armazéns sem vida, o lugar afinal mais animado é o mercado de Ivan Leão – o “leão que devora a concorrência”, máxima usada para reforçar a propaganda do estabelecimento. Ivan Leão, filho de produtores médios de algodão, é um dos principais comerciantes de Mirandiba. Seu mercado é movido por uma clientela rural, composta, em parte por antigos moradores, ou filhos e netos de moradores que trabalhavam para os proprietários, médios ou grandes, em particular os pais de Ivan Leão. Todas essas pessoas de condição humilde viviam em parte da cultura do algodão, mas agora vivem da aposentaria rural, do bolsa família, de empregos públicos – prefeitura, estado, etc. Os vencimentos recebidos (salários, pensões e auxílios) são consumidos no mercado de Ivan Leão, o qual soube desenvolver uma relação personalizada com seus clientes.

A relação é tão personalizada que, em muitos casos, os clientes compram quase todos os bens de que necessitam no mercado do comerciante: feijão, arroz, massa de milho macarrão, produtos de limpeza, cosméticos, colchão e móveis, blocos e tijolos para a construção das casas. Nos anos de 1990, para fidelizar seus clientes, Ivan Leão dispunha até das senhas do cartão de aposentadoria. O caso chegou à polícia federal, o comerciante foi preso alguns dias e aí desistiu dessa prática⁵⁵.

O que mantém o laço com a freguesia, sem a necessidade da coerção – a exemplo, das senhas dos cartões – é o sistema de troca de favores. Ivan Leão é visto como um benfeitor, um homem poderoso que “ajuda” e que, em troca disso, fideliza seus fregueses. Na comunidade rural, onde ele passa seus fins de semana, assegura uma série de serviços⁵⁶ às famílias locais – e todas frequentam e compram no seu mercado.

Em troca disso, Ivan Leão conserva sua clientela, e a mobiliza durante as eleições municipais. O comerciante tem a fama de eleger todos os vereadores apoiados por ele. Obviamente, após a eleição, ele usufrui de sua influência, ao manter um acesso privilegiado ao poder municipal, grande comprador de mercadorias.

⁵⁵ Outro comerciante importante de Mirandiba teve o mesmo problema.

⁵⁶ Entre os serviços prestados destacam-se: transporte “gratuito” do sítio para a cidade, transporte de pessoas doentes, acesso à água de um açude, além de serviços pagos em forma de diárias na sua fazenda. E na cidade, oferece uma multiplicidade de outros serviços.

Depois do mercado, continuamos nosso percurso e chegamos ao “clube”, ponto de diversão dos fins de semana para os jovens. Vem também um colégio, e mais um clube, mas desta vez transformado em espaço de culto para a doutrina espírita. A esse ponto da caminhada, já se avista a saída da cidade. Só foi percorrido menos de um quilômetro e meio e a área urbana se retira para de aparecer de novo os magros arbustos do mato.

Indo agora na direção da área rural de Mirandiba, que reaparece na saída da cidade, é lá onde reside mais ou menos um terço dos 15.000 habitantes do município⁵⁷. Aliás, a divisão entre urbano e rural é bastante flexível e flutuante, dado que muitas famílias da área rural possuem casas na cidade ou têm parentes que residem na sede urbana do município. Muitos moradores da cidade guardam um pé no mundo rural, onde tem uma casa, um pedaço de terra, uma roça e alguma infraestrutura básica, como poços ou barreiros. Em suma, o urbano e o rural não são dicotômicos: a cidade tem uma dimensão rural, e o rural tem uma dimensão urbana.

FOTOGRAFIA 5: Paisagem na saída da cidade de Mirandiba



Fonte: Ruama Azevedo (2016)

⁵⁷ Além da cidade de Mirandiba, que concentraria em torno de 50% da população municipal, consideramos urbano um distrito denominado Cachoeirinha. Esse distrito teria em torno de 3.000 habitantes, ou seja, 20% da população do município.

A primeira visão da área rural de Mirandiba é uma visão desagradável: a coisa que salta aos olhos são sacos de lixo espalhados na estrada; e essas sacos aumentam em quantidade quando se aproxima de uma primeira entrada que leva as comunidades quilombolas da *Quixabeira* e *Feijão*. É que antes dessas comunidades, bem perto da estrada principal que liga Mirandiba a Carnaubeira da Penha⁵⁸, há um imenso amontoamento de lixo a céu aberto: o famoso lixão. O lugar parece uma pequena montanha, rodeada de mosca e de fumaças. De vez em quando o pessoal bota fogo nos dejetos e o vento se encarrega de levar à fumaça até a cidade.

O prejuízo recai também sobre as famílias da *Quixabeira* e do *Feijão* que, quase todos os dias, percorrem a estrada de terra que liga essas comunidades a Mirandiba. O percurso é curto (2km até *Quixabeira*, 4km até *Feijão*), mas o problema é a obrigação de caminhar a beira do horroroso lixão. Durante o primeiro mandato do ex-prefeito Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros, de 2008 a 2012, este prometeu resolver parte do problema. Promessa essa que teve como moeda de troca o apoio maciço das famílias das comunidades, as quais na sua grande maioria votou nele. Em retribuição ao cumprimento do acordo o prefeito mudou o traçado da estrada de terra, afastando-a alguns metros para evitar o lixão. Todavia, com o passar do tempo, o lixão se expandiu, estendendo suas sujeiras até a nova estrada. Em suma, após alguns meses de melhoria muita relativa, o problema ficou o mesmo...

De certo modo, o lixão simboliza uma espécie de manutenção do ciclo de relegação da população quilombola. Em um raio de cinco quilômetros em torno de Mirandiba, quatro comunidades quilombolas já reconhecidas vivem ainda em estado de relativa sujeição e exclusão: falta de emprego qualificado, falta de serviços públicos, falta de representação política (capaz de representa as comunidades) e falta de terra para produzir e assegurar a reprodução das famílias, ou seja, problemas quotidianos e históricos nas comunidades.

As famílias viviam em situação ainda mais precária até a década de 1970, época em que quase todas eram moradoras dos *Carvalhos*. E a década de 1980, no mesmo patamar, foi difícil. Devido à crise do algodão, que era o principal recurso de Mirandiba, as famílias perderam sua parca condição de subsistência. Muitas delas migraram para outros estados (em particular São Paulo), ou para trabalhar de meeiro, ou diaristas em grandes fazendas de agricultura irrigada em outros municípios. Outras ficaram trabalhando para os antigos patrões,

⁵⁸ Carnaubeira da Penha é um município de 12.387 habitantes (IBGE, 2013). A sede deste, onde vive em torno de um terço da população do município, está situada a 25 km da cidade de Mirandiba.

aceitando todo tipo de serviços, degradantes e/ou mal pagos. E outras pessoas, em particular de uma comunidade chamada *Queimadas*, se resignaram a exercer um trabalho também muito precário: o corte e a venda de lenha.

Hoje, de modo significativo, a situação mudou: a maioria das casas não é mais de taipa, mas de alvenaria (através de programas de apoio a comunidades quilombolas⁵⁹); a água de algumas dessas casas é encanada⁶⁰ (enquanto no passado o acesso à água era muito precário); e as opções de trabalho são mais amplas, não sendo mais restrita a “boa vontade” dos patrões.

O quadro geral dessas famílias e comunidades ainda é de “dominação”. A situação material e social é substantivamente melhor, mas a autonomia e poder decisão ainda são muito relativos. Ao comentar sobre seus problemas, elas falam da falta de interesse dos políticos locais em ajudá-las de modo mais definitivo, transformador; e falam também da desunião das comunidades – que apesar de serem todas de *uma família só*, não conseguem entrar em acordo para eleger representantes vereadores. Percebemos aqui um gargalo, paradoxo por assim dizer. As comunidades ao redor de Mirandiba têm fortes laços de parentesco, constitui uma população numericamente elevada (em torno de 80 famílias nucleares na área rural, além de um número quase igual de outras famílias morando na cidade), mas não representam uma força política, um grupo coeso, capaz de eleger representantes e defender de modo coletivo seus interesses.

A ironia da situação vem à tona quando se compara a situação de outras famílias extensas. Após a última eleição municipal de 2016, pessoas entrevistadas das quatro comunidades quilombolas evocaram várias vezes o caso de uma família que “elegeu” dois irmãos: “Damião de Alonso” e “Gilberto”, dois *Gomes de Sá*, nascidos do mesmo pai e da mesma mãe, eleitos vereadores (da mesma forma que tinha sido eleito, em outras campanhas, outro irmão da fratria, o finado João Pesão, falecido em 2014 de um câncer).

O cerne de poder dos três irmãos, uma antiga fazenda chamada *Pastos Bons*, é situada a apenas oito quilômetros da entrada da *Quixabeira* e do *Feijão*. A fazenda, situada na beira da pista de asfalto que liga Mirandiba ao município vizinho de Carnaubeira da Penha, não produz hoje nada de muito valioso, mas funciona ainda como uma espécie de incubadora de

⁵⁹ Programas ligados ao Ministério da Integração, com execução local da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); ou programas ligados a Política Nacional de Habitação Rural (PNHR), com execução da Caixa Econômica.

⁶⁰ A água encanada é também fruto de programas públicos, ligados a política de “Transposição do Rio São Francisco, ou programas ligados ao Pro Rural, dependendo do Estado de Pernambuco e do Banco Mundial.

lideranças políticas. A fratria dos três irmãos, da família *Gomes de Sá* que, sem ser *Carvalho*⁶¹, já é de um estrato social intermediário, é uma fratria que soube manter seu poder na “sua” área rural, e ao mesmo tempo soube conquistar apoios na cidade e em outras áreas rurais.

A associação local de *Pastos Bons*, composta de antigos moradores, era fortemente controlada por aquele dos três irmãos que faleceu. E pode se supor que agora, pelo menos um dos dois outros irmãos da fratria detenha um controle parcial da organização – cujo local de reunião, aliás, é ainda a “Casa Grande”, sede da fazenda que até os anos 1970 produzia muito algodão.

Temos, portanto, um caso de associação local verticalizada, onde um grupo tradicionalmente dominante continua dominar os associados. Até os anos 1970, quando não existia nem organizações coletivas nem o termo de comunidade, a hierarquia era mais nítida: a família do fazendeiro (os ‘Gomes de Sá’) mantinha seus moradores em estado de submissão. Hoje a hierarquia é menos nítida, porém, ela prevalece ainda: os descendentes dos fazendeiros mantêm seus laços com os descendentes dos moradores, de um modo mais “amigável” e descontraído, mas com a mesma relação de subordinação.

Concretamente, isso significa que vários benefícios sociais, vários direitos das políticas públicas, passam pelo filtro do grupo dominante. Quando João Pesão (o ex-vereador falecido) era a liderança de referência, ele costumava exercer controle sobre a alocação dos recursos provenientes das políticas para a agricultura familiar. Cheguei a escutar – inicialmente de modo informal, e depois de um modo mais formal⁶² – um caso que se revelou bem eloquente na execução do primeiro programa do Garantia Safra, política de seguro financeiro em caso de perda de produção dos agricultores familiares, João Pesão ficou irritado de modo muito veemente contra “seus sócios” que queriam se cadastrar no programa, sem passar por seu consentimento. O vereador teria até batido em alguns deles, uma maneira demonstrar que o Garantia Safra era sua prerrogativa, e não a prerrogativa dos associados e de seus dirigentes eleitos (presidente, tesoureiro e secretário), que são todos descendentes de moradores.

⁶¹ ‘Gomes de Sá’ não é ‘Carvalho’, mas os dois sobrenomes, comuns na região do sertão central de Pernambuco e comuns nas elites dessa região. São nomes muitas vezes associados: nas genealogias muitos Gomes de Sá têm mistura com os ‘Carvalhos’, e *vice versa*.

⁶² O caso chegou primeiro aos ouvidos do autor enquanto ele era assistente técnico na ONG “Conviver no Sertão” (de 2009 a 2013). A partir do início da tese de doutorado, em 2014, o autor se informou de modo mais específico sobre o caso, que foi confirmado através de várias conversas direcionadas sobre o assunto.

Pastos Bons, tal como as comunidades vizinhas, era controlada em grande parte por famílias de fazendeiros. No entanto, os moradores dispunham de pequenas margens de manobra: às vezes, eles conseguiam adquirir, em troca de serviço ou até de dinheiro, uma terra pertencendo aos grandes proprietários. Perto dos *Pastos Bons*, a comunidade *Riacho das Pedras* têm alguns pequenos proprietários descendentes de moradores. Para alguns deles a propriedade é muito antiga – anos 1930 ou 1940 –, virando assim uma terra de herança que compartilham múltiplos herdeiros de várias gerações. A comunidade *Araçá*, perto das duas comunidades já mencionadas, apresenta o mesmo quadro: uma propriedade adquirida pelos avôs do grupo familiar extenso, que se divide a herança dos pioneiros.

O *Juazeiro Grande*, outra comunidade situada do outro lado da pista que leva a Carnaubeira da Penha, resultou também de aquisições fundiárias por moradores. Só que aqui temos duas famílias extensas. A primeira conquistou sua terra em 1932, através dos esforços de um pai e de seus sete filhos – que construíram um açude para o patrão e obtiverão em troca disso uma terra para desmatar. E a segunda família extensa adquiriu sua terra de um modo mais dramático: o fundador do clã, em 1947, comprou a terra porque ele foi mandado embora da propriedade onde trabalhava como morador; e ele foi mandado embora porque a mulher dele tinha um caso com o patrão. A infidelidade da mulher (o caso teria sido, aliás, de um relacionamento mutualmente consentido) criou um clima de *fluxico* – clima muito perigoso porque geralmente significa que os patrões vão punir os mais fracos (os moradores) ou até matar seus líderes. Foi então que o homem traído foi fortemente convidado a sair da propriedade do patrão. Ele saiu e vendeu tudo o que ele tinha – um gado – para comprar de um primo do patrão seu pequeno pedaço de terra.

Todas as comunidades que apontamos – onde as famílias estão sujeitas a opressão e procuram autonomia – são muito semelhantes, tanto em termos sociais, econômicos, culturais origens familiares, etc. Resumindo, as pessoas de *Pastos Bons*, *Riacho das Pedras*, *Araçá* e *Juazeiro Grande* (mas, apenas umas das duas famílias nesse caso) fazem parte do mesmo parentesco. Falamos de um parentesco muito amplo, que as famílias gostam de evocar, e que alude a existência de uma *família só*.

Embora elas sejam bastante semelhantes, essas comunidades não dispõem atualmente do mesmo estatuto frente ao poder público: algumas (*Araçá* e *Juazeiro Grande*) são quilombolas, e as outras (*Riacho das Pedras* e *Pastos Bons*) não o são. Por que isso? Talvez, porque tendo a categoria quilombola vindo de cima para baixo, ou seja, a iniciativa e o

interesse em apontar quem é quilombola e quem não é veio de uma rede de atores (em particular federais) que não pertenciam às próprias comunidades. Em 2007, *Juazeiro Grande* e *Araçá* se tornaram quilombolas sem sabê-lo. Ou seja, sem que seus habitantes soubessem dessa atribuição identitária, apenas para exemplificar.

Mas, não é momento ainda de problematizar como os comunitários reagiram à imputação de identidade. O que faremos por enquanto é deixar as comunidades irmãs, voltando à estrada que leva até Carnaubeira da Penha.

Depois de uma entrada que liga de um lado ao *Juazeiro Grande* e de outro ao *Araçá*, entramos no município de Carnaubeira da Penha. De longe se avista a Serra de Umã, lugar acidentado constituindo o âmago da área indígena Atikum. A Serra de Umã, desde o início do século XX, era um lugar diferente dos lugares controlados pelos fazendeiros: ele pertencia à prefeitura de Floresta⁶³, que concedia as famílias chamadas *caboclas* o direito de cultivar e usufruir da terra, ao contrário dos grandes e pequenos proprietários do *sertão* (ou seja, as terras baixas fora das serras) que não podiam teoricamente nem entrar na área nem conseguir títulos de propriedade.

Obviamente, mesmo com as restrições legais, os fazendeiros e os proprietários menores entraram. Foi assim que, em 1947, para proteger as famílias locais das intrusões externas, foi criado um Posto Indígena, oficializando o reconhecimento da área indígena como uma área que pertence apenas aos índios (os antigamente *caboclos*). Com o passar dos anos, e apesar do estatuto local da área, o deslocamento de populações do *sertão* para a *Serra* continuou. E não foram apenas fazendeiros “brancos” que se apossaram das terras dos índios: famílias “misturadas”, dispostas de mais capital e poder que as famílias da *Serra*, investiram também na área. Entre elas os *Cirilo*, liderado por um patriarca – Manoel Cirilo – que teria tido 61 filhos e filhas na região da *serra* e do *sertão* (os filhos nasceram a partir dos anos 1960). O patriarca, ainda vivo (ele mora na cidade de Mirandiba), é dessas pessoas que não são nem das elites nem dos estratos mais pobres. Não é um “fazendeiro” propriamente dito, nem um morador pobre; mas, alguém que tinha um pouco de “sangue nobre”, que tinha um pouco de terra, e que se apossou (inclusive pela violência) de muitas terras alheias.

O grupo dos *Cirilo*, a partir dos anos 1970, começou a disputar a liderança da Serra de Umã, e chegou afinal a vencer ao eliminar (inclusive fisicamente) seus concorrentes

⁶³ Floresta é um município do Sertão Central de Pernambuco, situado nas margens do Rio São Francisco e situado a 50 km de Mirandiba.

principais, lideranças indígenas mais tradicionais, morando na serra há gerações e gerações⁶⁴. O retrato da serra hoje é de uma região conflituosa, diferente em termos de identidade (as pessoas se sentem diferentes das do *sertão*) e administrada de um modo diferente (com o dispositivo formal de lideranças, o acesso e uso diferenciado da terra, e os direitos sociais conferidos pela pertença étnica)⁶⁵.

Insistimos sobre a existência da Serra Umã e de seu estatuto especial pelo fato da realidade indígena exercer uma forte influência sobre a população de Mirandiba. Basicamente pode-se dizer que a grande maioria da população do município tem parentes na Serra Umã ou nos seus arredores do *sertão* (que fazem parte do território Atikum). Sejam as famílias “tradicionais” da serra, sejam as famílias “intrusas”, sejam as famílias – afinal maioritárias – que não são nem uma nem outra (ou seja, aquelas em que misturam ascendência “índia tradicional” e ascendência de “gentes intrusas”), enfim, todos esses grupos sociais e familiares do território indígena têm suas ramificações em Mirandiba.

O grupo dos Cirilo, por exemplo, é um grupo influente de Mirandiba. O filho de Manoel Cirilo foi vereador duas vezes no município, e seu neto foi eleito vereador na última eleição de 2016. E a realidade indígena, desde o final dos anos 2000, penetra no cotidiano de famílias elitizadas ou de estratos sociais intermediários. Referimo-nos aqui a multiplicação das auto-identificações como índios: muitas pessoas cujos filhos estudam ou querem estudar conseguem uma declaração de pertencimento a aldeia indígena. O cacique da Serra Umã, membro do grupo dos Cirilo, concede declarações aos que o solicitam⁶⁶. O critério é que o requerente tenha parentes na área indígena, o que é bastante comum em Mirandiba, até para os *Carvalhos*.

Ao se aproximar da Serra de Umã, matriz de muitas famílias tanto em Mirandiba como em Carnaubeira da Penha, demos um retorno em nosso percurso. Voltamos na direção da

⁶⁴ A dissertação de mestrado de Rodrigo de Azevedo Grunewald (1993) – ‘Regime de Índio’ e Faccionalismo: os Atikum da Serra Umã – foi fortemente perturbada por uma vaga de assassinatos tendo ocorrido na região de estudo. No final do período de mestrado, duas lideranças, o Cacique Abdon Leonardo da Silva e seu irmão Abdias João da Silva foram assassinados em um emboscada na Serra Umã.

⁶⁵ Porém, em termo de aspecto físico, a população local não se diferencia das outras de Mirandiba e Carnaubeira da Penha. Temos pessoas de fisionomia branca, negra (por exemplo: a família do atual Pajé, oriundo de uma família cabocla tradicional), e enfim todas as nuances de pessoas que têm ascendência negra, índia e branca. Em termos sociais e religiosos a especificidade da serra não é muito nítida como em outras áreas rurais de Mirandiba e Carnaubeira da Penha, a religião dominante é a católica e os cultos evangélicos, e como nas outras regiões há ainda, em algumas famílias, um substrato de crenças, cultos e religiões de matrizes africanas e indígenas.

⁶⁶ Esse cacique não é o único que reproduz esse tipo de prática em Carnaubeira da Penha, na Serra do Arapuá, da Tribo Pankará, há muitos relatos de declaração de indianidade outorgadas a personalidades da elite local.

cidade de Mirandiba ao pegar uma entrada que sai da pista principal para nos levar a um lugar chamado o *Brejo do Gama*, outra matriz do município.

Situado nas divisas entre cinco municípios (Carnaubeira da Penha, Floresta, Serra Talhada, São José de Belmonte e Mirandiba) o *Brejo do Gama* é a mais antiga fazenda de Mirandiba. Ela foi criada na primeira metade do século XVIII e foi nela que, através do Coronel Manoel Lopes Diniz Filho, começou localmente a criação do gado com uso de mão de obra escrava. O chefe do lugar era o Coronel Manoel Lopes Diniz Filho, conhecido como o “Coronel do Brejo”. Filho de Manoel Lopes Diniz – considerado o pioneiro e fundador da família Carvalho – o Coronel Manoel Lopes Diniz Filho deu início a uma fazenda que se tornaria próspera, e que contribuiria de modo significativo para o povoamento da micro região. Muitas pessoas de Mirandiba são assim descendentes de patrões, vaqueiros, escravos ou moradores que viveram na fazenda.

O *Brejo do Gama* hoje não é mais uma fazenda, mas conserva os traços de uma história muito antiga. Como símbolo dessa antiguidade ergue-se a “maior mangueira do mundo”. A árvore histórica, no coração do *Brejo do Gama*, tem mais de 11 metros de diâmetros e teria mais de 400 anos de vida. Ela foi tombada pela prefeitura na época de Nelson Pereira, nos anos 1990. O Prefeito desejava fazer do lugar um ponto turístico, uma lembrança do tempo dos índios e escravos que moravam nas redondezas. Ele mandou construir, ao redor da árvore, uma pequena praça com bancos, no intuito de atrair os visitantes de fora e incitar a população local a refletir sobre sua história. Mas hoje, não existe mais nada do que foi construído, a não ser pedaços de pedras, lembrando vagamente a construção dos bancos. O lugar retrata um cenário de decadência, além das ruínas, a pobre mangueira, outrora forte e imponente, está morrendo por causa dos ataques repetidos de cupim.

Ao deixar o *Brejo do Gama*, deixamos afinal um lugar que respira o abandono. Após alguns quilômetros de pequena estrada de areia, entramos em uma estrada maior de terra. Percorremos em torno de dez quilômetros e chegamos ao *Arroz*, comunidade onde está situada a famosa fazenda “Arroz”, propriedade até hoje de Chico do Arroz, antigamente um dos maiores chefes políticos de Mirandiba. Ao percorrer o lugar, nada indica a grandeza de um grande chefe, nos arredores da fazenda vê-se um mato muito degradado, casas de taipa, casas em estado precário.

Do lado esquerdo, uma pequena entrada que dá acesso ao que era a propriedade do falecido Oscar do Arroz – filho de um irmão de Chico do Arroz com uma empregada negra e, sobretudo, primeiro presidente, nos anos 1970, do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Mirandiba. A ascensão desse personagem resulta de dois fatores. Em primeiro lugar, Oscar do Arroz era muito apreciado por um padre francês que oficiava no município; e em segundo lugar, ele era relativamente apreciado dos *Arrozeiros* brancos, que o reconheciam como um parente, que partilhava com eles a nobreza do sangue *Carvalho*. Mas, afinal, pode-se supor que o padre francês gostava mais dele de que seus próprios parentes brancos *Arrozeiros*, que o viam como um *filho de moita*: um filho ilegítimo fruto dos ardores normais dos homens da família; um filho em parte *Carvalho*, mas em parte só, e que por isso nunca será igual aos bem nascidos.

Ao entrar na sua propriedade, percebe-se que Oscar do Arroz era de fato um *Carvalho* desprezado. A casa ocupada por sua filha mais velha é muito simples e até degradada. Nada da ostentação das casas de alguns *Arrozeiros*, e também nada da sobriedade tranquila e inabalável das casas de nível social relativamente elevado. Os próprios ocupantes do lugar confirmam a impressão de rejeição social e desprezo. A filha de Oscar, com constantes problemas de saúde, reclama da dificuldade para realizar o tratamento, não parece dispor de assistência, apesar de todos os parentes *Arrozeiros*. E pior ainda: o esposo dessa senhora, que teve as duas pernas amputadas, é obrigado a se arrastar no piso da casa⁶⁷. Aqui também se poderia imaginar que pelo menos alguém dos *Arrozeiros*, por motivos de solidariedade familiar, desse certo tipo de assistência ao longínquo parente.

Deixamos agora a casa – e nossas reflexões sobre os supostos laços afetivos entre *Arrozeiros* e seus parentes de peles mais escuros – para nos dirigir em direção à Mirandiba. Antes da cidade, há um pouco mais de 10 quilômetros, penetra-se na comunidade do *Bola*. As casas parecem mais arrumadas e o mato mais valorizado (há plantações irrigadas de goiabas e hortaliças). A comunidade parece, de fato, mais prospera que aquela vizinha do *Arroz*. E seus habitantes, por uma grande parte deles, têm laços de parentesco com aquele homem agricultor, pecuarista e vendedor ambulante que tinha emprestado dinheiro ao irmão de Chico do Arroz.

O homem em questão, que migrou com seu pai de Alagoas – fugindo da fome e da seca (durante os anos 1930) – teria conseguido adquirir certa estabilidade no atual Mirandiba. O casamento que ele fez com uma mulher que dispunha de terra deve ter ajudado nessa trajetória

⁶⁷ As amputações foram consequência de um acidente de carro.

de luta. A mulher, neta de Joaquim Jerônimo, boiadeiro que veio para Mirandiba no final do século XIX, era talvez de um “estrato social” intermediário, nem da elite nem muito pobre. Seu avô, Joaquim Jerônimo, cuja história é contada pelo imenso grupo de seus descendentes, vinha da mesma fazenda que muitos membros dos *Carvalho*: a fazenda Panela d’Água – no atual município de Carnaubeira da Penha –, que tinha-sido arrendada do morgado da Casa da Torre pelo português Manoel Lopes Diniz no século XVIII. Os descendentes de Joaquim Jerônimo contam que o homem fugiu do atual Mirandiba, porque teria casado com uma filha de boa família, uma mulher branca cujos pais se opunham a união. E esses mesmos descendentes contam também que a fuga teria beneficiada de um forte apoio. O “Senhor de Exu”, pessoa influente na fazenda Panela d’Água, teria dado assistência ao João Jerônimo, para que ele pudesse casar e sair do lugar onde ele era ameaçado.

Pode-se supor que Joaquim Jerônimo foi amparado pelo poderoso “Senhor do Exu” pelo fato dos dois terem laços de sangue. Ou seja, talvez o boiadeiro Joaquim Jerônimo pertencesse ao mesmo clã familiar que seu protetor, sem, no entanto, pertencer ao estrato mais nobre do clã. Isso é uma hipótese sustentada pelos descendentes, que consideram que “se puxar” muito na genealogia, até o século XIX, pode-se encontrar sangue dos *Carvalhos* no DNA da família. Joaquim Jerônimo vivia na fazenda “matriz” dos *Carvalho*, desempenhava uma função relativamente prestigiosa – boiadeiro – seduziu uma mulher branca e foi protegido por um poderoso homem branco. Temos aqui uma série de fatos que corroborariam a hipótese.

Seja qual for a realidade dos tempos antigos, a situação do *Bola* hoje é de uma comunidade menos precária que as comunidades quilombolas em torno de Mirandiba (*Quixabeira*, *Feijão*, *Queimadas*) ou que a comunidade vizinha do *Arroz*. E em termo de fenótipo, as diferenças são também óbvias: as comunidades em torno de Mirandiba são negras, com famílias lembrando claramente a fisionomia de populações da África subsaariana; o *Arroz* é também negro, mas já menos em relação às comunidades precedentemente mencionadas; e o *Bola* é *embraiado*, mas com uma tonalidade de cor geral bem mais clara. Aliás, em todas as narrativas, os habitantes do *Bola* confirmam um fato simples sobre a segregação social antigamente vigente: os mais claros não se misturavam com os negros. As famílias do *Bola* – e a dos lugares vizinhos apresentando laços de parentesco – se casavam “dentro da família” ou dentro de seu estrato social (e de sua cor, ou de uma cor não muito escura). E, pelas gerações mais antigas, o casamento podia até ser o fruto de uma procura de mulheres *caboclas* vistas como “selvagens” – ou seja, mulheres “*pegadas a dente de cachorro*”. Mas essas mulheres,

em nenhum caso, eram consideradas negras. Eram mulheres consideradas lindas e diferenciadas, por terem cabelos lisos – e não “*cabelo duro*” como as mulheres negras.

O resultado dessas alianças e uniões é a formação de comunidades cuja história difere bastante das comunidades mais negras. O *Bola* e os lugares vizinhos que compartilham com ele laços familiares são, em geral, constituídos de pequenos e médios proprietários. Os “sem terras” ou descendentes de moradores com terras muito reduzidas são quase inexistentes. Ou seja, a relação de moradia quase não existiu nesses lugares, ao contrário das comunidades mais negras.

Vemos então que o Mirandiba rural é heterógeno. Nossa caminhada termina após o *Bola*, depois de dez quilômetros de percurso, chegamos de novo a cidade pela mesma estrada que liga Mirandiba a Carnaubeira da Penha.

I – 2 MIRANDIBA ATRAVÉS DOS CHEFES POLÍTICOS (DO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ A DÉCADA DE 1970)

Para a construção dessa parte da tese tomamos como base várias fontes de informações. Partes delas, estudos acadêmicos: a monografia de mestrado de Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira – Revitalização Étnica e Dinâmica Territorial –, cujo empírico é Mirandiba e o município limítrofe de Carnaubeira da Penha; e o artigo de Maria Ferreira (2013), professora da FABEJA⁶⁸, que fez um estudo sobre a formação histórica das famílias tradicionais do sertão pernambucano. Outras fontes são originárias de escritores da região. Entre eles destacamos: Valdir José Nogueira de Moura (1999)⁶⁹, autor do livro *São José de Belmonte* – município do qual Mirandiba fazia parte até 1958. Utilizaremos também fontes de estudos genealógicos: o livro de Marlindo Pires Leite (1994), intitulado “Fazenda Panela d’Água: Genealogia Séculos XII –XX”; o site Genealogia Pernambucana, gerido por Paulo Ivo de Sá Araújo, engenheiro eletricitista e fotógrafo de Triunfo (sertão de Pernambuco); o livro da família Carvalho de Mirandiba e de sua região, escrito por Jonas de Sá Carvalho (1996) e

⁶⁸ Faculdades de Ciências Humanas e Aplicadas de Belo Jardim – PE.

⁶⁹ José Valdir José Nogueira de Moura e escritor e foi Secretário da Cultura e Turismo em São de Belmonte, de 2012 a 2106.

cujos nomes são Genealogia da Família Panela d'Água. E enfim as demais fontes são primárias, obtidas através das entrevistas com pessoas de Mirandiba⁷⁰.

1.2.a A criação de Mirandiba

Mirandiba e a região onde o município está situado “começou” com os índios. Mas suas histórias não são contadas, ou são contadas por terceiros. No início do século XVIII, os primeiros relatos sobre o sertão do São Francisco (do qual faz parte Mirandiba) contam o avanço da pecuária, através do estabelecimento das primeiras fazendas pela Casa da Torre⁷¹, dono oficial de vastos territórios em torno do São Francisco. Nesse avanço – visto como um progresso da civilização pelos autores e cronistas do século XIX e início do século XX – os índios aparecem apenas como atores secundários, que freiam a constituição das fazendas pelas suas ações de resistência. O foco do conflito entre fazendeiros e índios é lembrado como a “guerra dos bárbaros”. Com esse termo, historiadores como Capristano Abreu (1960 [1930]) assinala como grupos de bandeirantes e de chefes fazendeiros, a mando da Casa da Torre, “pacificaram” amplas regiões.

Uma vez pacificada – ou seja, livre das intrusões dos índios – as fazendas se desenvolveram, inicialmente através do arrendamento a Casa da Torre, e posteriormente (a partir de 1850) através do regime da Lei das Terras. Com esse segundo regime, os fazendeiros se reforçaram, e os índios ou seus descendentes se enfraqueceram, perdendo as poucas terras que restavam. Em paralelo os aldeamentos indígenas foram extintos, oferecendo assim oportunidades aos fazendeiros para aumentar suas propriedades.

No território do atual Mirandiba, o processo de colonização foi o mesmo que na vasta região do São Francisco. O único aldeamento que existia – chamado Brejo do Gama – foi extinto no século XIX. E na mesma época grandes fazendas pertencendo à família *Carvalho* foram fundadas, por meio da generalização do trabalho escravo ou servil.

A utilização de uma mão de obra submetida aos chefes de fazenda traria um terceiro “elemento” para o atual território de Mirandiba: o “elemento negro”, que se juntaria ao “branco”, das elites locais, a aos “índios” das populações mais antigas. Aliás, a fronteira entre

⁷⁰ Citamos também o trabalho de Tulaze Souza, graduada em comunicação social e que é autora do livro “Mirandiba: 100 anos de história e política”.

⁷¹ A “Casa da Torre” era uma – senão a – das maiores sesmarias do Brasil. Ela se estendia, na sua maior extensão no século XVII, dos Estados da Bahia até Alagoas, Pernambuco, Piauí e a Paraíba. Seu fundador foi o português Garcia d'Avila (1528-1609), que de sua união com uma índia teria iniciado uma dinastia de baianos grandes proprietários, da família Garcia d'Avila.

os três elementos não estaria sempre clara. Obviamente, os mais poderosos, chefes de fazendas, eram de fenótipo claro⁷², e os menos poderosos eram de fenótipo mais escuro. Mas, fora essa divisão esquemática que separa uma pequena minoria mais influente de uma grande maioria, pode-se supor que os outros tipos de marcadores de identidade eram flexíveis, dinâmicos e pouco marcados. Em outras palavras, não havia sempre uma divisa clara entre negro e índio, índio e branco, branco e negro.

A literatura desse período do final de século XVII e do século XIX relata a miscigenação das populações do sertão do São Francisco, miscigenação que levaria a um desaparecimento do elemento “índio puro” e ao surgimento de estratos mestiços pejorativamente descritos como *caboclo*, *pardo*. Para alguns autores atuais, tais como Tomas Paoillelo (2010), essa ênfase na mistura das raças – nos textos da época – esconderia uma vontade de negar a existência do índio, negar sua cultura, suas lutas, resistências e afinal seus direitos. Embora consideremos tal crítica pertinente, consideramos também que a ênfase na “mistura” tem sua pertinência, pois informa sobre um fato objetivo e de grande envergadura: a miscigenação dos negros, dos índios e dos brancos, e a concomitante “perda” de alguns “traços essenciais” dos índios de gerações mais antigas, como as línguas indígenas e o fenótipo característico das gerações mais antigas.

Assim, já na segunda metade do século XIX, pode-se supor que as populações indígenas não misturadas e falando línguas de etnias indígenas eram quase desaparecidas na região de Mirandiba. Isso não quer dizer que a dimensão indígena desapareceu da região. Significou mais precisamente que ela mudou ao se fundir como uma dimensão negra e também branca. E, embora a fusão das raças seja consequência de uma conquista violenta do sertão, ela conduziu a uma sociedade menos demarcada, pelo menos em termos raciais e étnicos.

No século XIX, essa “falta” de demarcação aparece claramente nos relatos sobre populações da região de Mirandiba. Um local acidentado de serra, chamado a Serra do Jacaré e situado a 30 km da atual cidade de Mirandiba, era descrito como um local de índios acolhendo escravos fugidos. Sendo assim, pode se supor que índios e negros se misturavam. Perto dessa serra, outro local, chamado a Serra de Umã, é também retratado pelo amalgame entre elementos negros e índios. A microrregião, que é atualmente território indígena da etnia Atikum, era conhecida como o agrupamento dos “Negros da Serra de Umã”.

⁷² Mas isso não significa que eles não tinham certo grau de sangue índio e negro nas veias.

A frequência da mistura entre negros e índios, em regiões acidentadas e de difíceis acessos, informa sobre um aspecto importante da história dos negros nos quilombos. De fato, os negros, na região de Mirandiba, não foram apenas escravos, servos ou trabalhadores dos chefes de fazenda. Eles foram também pessoas mais independentes, que fugiram de sua condição servil e encontraram refúgio em locais isolados. Nessas fugas, pode-se supor que o elemento negro se misturou ao elemento índio.

Assim, pode-se considerar que, em torno do atual Mirandiba, havia microrregiões parcialmente livres da coerção dos grandes proprietários, fazendeiros. Nessas regiões (serra de Umã, por exemplo) moravam os que eram chamados de *negros* ou *caboclos*. Todavia, os locais livres da intrusão dos fazendeiros eram poucos. A maioria das terras era controlada pelos fazendeiros. E o poder desses grandes proprietários era sustentado por algo preponderante: a família. Tomas Paiollelo (2010, pp. 66) resume de modo conciso e claro a dimensão familiar do poder na região de Mirandiba:

Estas últimas [as fazendas] formam um sistema social o qual apoia-se fortemente no estabelecimento de uma tradição das ‘grandes famílias’. Estas são organizadas através de uma ideologia patriarcal e pela primazia da relação entre as famílias e a propriedade da terra. Assim sendo a base do poder político-administrativo local e regional são as famílias e suas fazendas. Além disso, as fazendas são também, a partir de sua consolidação, as principais unidades de povoamento, condicionando a localização de todos os grupos sociais ali existentes, sejam anteriormente estabelecidos ou não.

Vamos assim contar, agora, a história local através de seus clãs dominantes: os clãs familiares. Tal ênfase é a mais comum nos escritos acadêmicos, literais ou genealógicos. Mirandiba e sua região do final do século XIX, por exemplo, é relatado através de suas duas famílias dominantes: os já conhecidos *Carvalhos*, e também os *Pereiras*. Ou seja, os dois grupos que criaram as primeiras fazendas da região de Mirandiba – que se estendiam aos atuais municípios de São José de Belmonte e Serra Talhada.

Proprietários de boa parte das terras nos atuais municípios de Mirandiba, São José de Belmonte e Serra Talhada, os dois grupos familiares dispunham também, desde o final do século XIX, do poder político (PAIOLLELO, 2010): eles eram os intermediários exclusivos entre os governos (estadual e federal) e a população local, através de cargos políticos, administrativos e policiais (que eram relacionados primeiramente ao município de Flores, criado em 1876, e depois ao município de São José de Belmonte, criado em 1893).

Assim, antes da existência de Mirandiba, já existia o embrião do clã *Carvalho*. Segundo os genealogistas (CARVALHO, 1996; PIRES LEITE, 1994), a família teria como “chefe fundador” o português Manoel Lopes Diniz (1708-1786), arrendatário da Fazenda Panela d’Água – na atual divisa dos municípios de Carnaubeira da Penha e Floresta. As terras da vasta fazenda, que pertenciam no século XVIII a Casa da Torre⁷³ – donatário oficial de uma ampla região na bacia do São Francisco – teriam sido concedidas a Manoel Lopes Diniz no quadro do sistema de sesmaria. O homem – que nasceu em Portugal e migrou adulto para o Nordeste – não é contado como alguém materialista, interessado apenas nos recursos do sertão e em poder. Ele é acima de tudo contado como um homem “civilizador” (SÁ CARVALHO, 1996; PIRES LEITE, 1994; SANTANA, 2010). Ou seja, um chefe emblemático e desbravador que promoveu a “civilização” de sua terra de origem em um mundo considerado selvagem do sertão.

Manoel Lopes Diniz seria oriundo da nobreza portuguesa. E sendo assim, ele é descrito por suas qualidades pessoais de nobreza, qualidades que transmitiu na região onde migrou. No site Wikipédia que lhe é dedicado⁷⁴, um poema, trecho da obra de Livino Barros (LEITE, 1999) relata em termo elogiável o homem, apresentando-o como um visionário íntegro, determinado e bondoso, que acumulava as qualidades de seus ancestrais lusitanos, romanos, mouros e até celtas:

Manuel Lopes Diniz vossa progênie
Aumentou, cresceu, frutificou e quantos
Rebentos vosso no Brasil são talos!
A vossa raça vai crescendo Bem.
Robusta, prosperou forte, opulenta,
Ergue cidades e constrói fazendas,
No Sertão faz açudes e vivendas,
Porque tem à lavoura um grande amor.
E abrindo estradas de um lugar a outro
Como os guerreiros Bandeirantes, ela
Tem sido sempre em trajetória bela
Representantes nobres, de valor.
.....
De Jafé, que na Europa fez guarida
Os lusitanos decendem. Mesclada
De Godos e Alanos-controlado
Com Romanos e Mouros-Portugal

⁷³ A “Casa da Torre” era uma imensa sesmaria que se estendeu nos atuais Estados da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba. Seu fundador foi o português Garcia d’Avila (1528-1609), que de sua união com uma índia teria iniciado uma dinastia de baianos grandes proprietários.

⁷⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel_Lopes_Diniz

Conservando a remota origem Céltica
Na lavoura, no amor, na lealdade,
Fez um povo de tanta heroicidade
Que formou o Brasil como ele igual.
Ó Manuel Lopes Diniz, a Raça
Que geraste na terra Americana,
Vai progredindo na pernambucana
Gleba e em todo Brasil. Ergo feliz
A minha voz para saudar cantando
O português que da Península Ibérica
Veio um povo gerar na Sul América.
Salve, ó Manuel Lopes Diniz.

.....

Vê-se que a “obra civilizatória” do homem, longe de ficar reduzida ao atual Mirandiba, se estendeu a uma vasta região denominada no poema como o Sertão e o Pernambuco. E de fato, segundo os genealogistas das elites regionais, Manoel Lopes seria um dos principais antepassados das famílias mais influentes de uma grande região de Pernambuco, que vai de Serra Talhada a Salgueiro, e passa por São José de Belmonte, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Cabrobó, Belém do São Francisco, Floresta, Verdejantes.

A fundação dessas futuras dinastias se materializou através da primeira geração nascida no Brasil. Os onze filhos de Manoel Lopes Diniz – que todos foram batizados com um sobrenome diferente, e que todos exploraram fazendas diferentes – representariam um ramo importante da genealogia das elites do sertão central de Pernambuco. Segundo Maria Ferreira (2013), e de acordo também com os estudos de genealogia (SÁ CARVALHO, 1996; LEITE, 1999), Manoel Lopes Diniz, seus filhos e suas filhas teriam contribuído para a emergência ou consolidação de clãs familiares que, ainda hoje, controlam a política local: ‘Torres Carvalho’, ‘Diniz Carvalho’, ‘Carvalho Barros’, ‘Alves de Carvalho’, ‘Torres Barbosa’, ‘Alves de Barros’, ‘Nogueira de Barros’, ‘Souza Ferraz’, ‘Gonçalves Torres’, ‘Gomes de Sá’.

Com relação ao surgimento do nome *Carvalho*, enfatiza-se três filhos, sendo um homem e duas mulheres, filhos de Manoel Diniz. O primeiro, o Coronel Manoel Lopes Diniz Filho – conhecido como o Coronel do Brejo – ficou proprietário da já mencionada fazenda Brejo do Gama, a fazenda que explorou muitos escravos e na qual se encontra a “maior mangueira do mundo”. A segunda filha Maria da Silva Barros, se tornaria a bisavó de João Barbosa de Barros, um dos “pais” de Mirandiba – proprietário da fazenda Quixabeira, onde seria fundada, no início do século XX, a sede do futuro município. Enfim, a terceira filha,

Inácia Maria da Conceição, ao casar com o *fidalgo* português Manoel de Carvalho Alves – “primeiro” *Carvalho* que, vindo da Bahia, se estabeleceu na região – traria o nome *Carvalho* ao sertão do Pajeú, do São Francisco e de grande parte de Pernambuco (SÁ CARVALHO, 1996).

O final do século XIX, poucas décadas antes da fundação da vila que daria origem a Mirandiba, é uma época em que o atual município vivia conflitos sangrentos. O maior deles era o conflito entre os *Carvalhos* e os *Pereiras*. Os dois clãs brigavam por motivos pessoais (namoros e outros assuntos privados) e por “motivos públicos”. Ou seja, brigavam pelo o controle dos cargos públicos da região (juiz de paz, vereador, prefeito ou policial regional) que ficavam concentrados nas sedes dos municípios de Vila de Flores⁷⁵, e depois na sede do novo município de São José de Belmonte (criado em 1893).

Os *Carvalhos*, no livro genealógico que homenageia os antepassados oriundos da Panela d’Água (Sá Carvalho, não datado), relatam o capítulo inicial da guerra em que foi demonstrada a influência e bravura da família. Em 1838, um membro dos *Pereiras* – ‘Pedro Nunes de Magalhães’ – teria assassinado seu parente e vizinho de terra, um *Carvalho*, Manoel Lopes Barros, o “Capitãozinho” (neto de Manoel Lopes Diniz e avô de João Barbosa de Barros – proprietário da fazenda Quixabeira na qual seria fundada Mirandiba). O livro conta como o crime, que teria sido motivado por intrigas de terra e de política⁷⁶, resultou no que é chamado uma *questão*, ou seja, um conflito entre grupos ou clãs familiares. No início do conflito, que seguiu a morte do “Capitãozinho”, teria surgido na cena sua esposa em luto (SÁ CARVALHO, 1996, sem paginação):

[...] ficando impune a morte do Capitãozinho, sua esposa, Úrsula Maria das Virgens, foi ao Rio de Janeiro pedir ao imperador D. Pedro II, 10 praças de linha (soldados) para perseguirem os assassinos do seu marido. Iriam todos para o sertão, às suas custas, com honras de comandantes. O pedido foi aceito e assim aprisionaram Pedro Nunes de Magalhães e seus cabras, que foram remetidos para a cadeia no Recife e não regressando mais ao sertão. Voltou Úrsula ao Rio de Janeiro para devolver sua tropa e agradecer ao Imperador D. Pedro II.

No trecho acima, nota-se que uma mulher influente dos *Carvalhos* solicitou o poder imperial, até bater na sua porta, para ganhar uma guerra privada. Com o passar dos anos, os donos de fazenda tornando-se chefe político, as interferências entre assuntos privados e públicos se generalizariam.

⁷⁵ Flores é o município mais antigo do sertão de Pernambuco.

⁷⁶ Segundo o site “Genealogia Pernambucana”.

Ao institucionalizar o poder privado dos clãs, o governo central conferia as brigas privadas uma conotação pública. A proclamação da República em 1889, por resultar em um aumento dos cargos públicos e administrativos no sertão, representou um momento de acirramento das tensões, as quais combinaram aspectos privados e públicos. No início do século XX, após algumas fases de calmaria em que as famílias respeitavam *acordos* de paz, os surtos de violência foram mais intensos.

O último suspiro da guerra foi um dos mais dramáticos. Ele envolveu o famoso “Nhô Pereira”⁷⁷, homem que dedicou sua vida a perseguir os *Carvalhos*, responsáveis pela morte do seu irmão. Por volta de 1915, chegando ao povoado embrionário de São José de Campos – que iria se tornar a sede de Mirandiba – Nhô Pereira descontou seu ódio, ao escolher como alvo de sua vingança um dos patriarcas dos *Carvalhos*, Antônio da Umburana. Valdir Nogueira (1999, p.97), no seu livro “São José de Belmonte”, conta de maneira crua o episódio.

[...] sedentos de vingança, entram na povoação, um arruado dos Carvalhos, assim como São Francisco era uma vilazinha dos Pereiras, cercam a pousada em que se encontrava o adversário, e após cerrado tiroteio, tocam fogo na casa. Quando Antônio de Umburana deixa a casa incendiada para não morrer queimado, Sebastião (Nhô Pereira) o enfrenta corpo e corpo, numa luta fantástica de inimigos e o mata a punhal no meio da rua. Morto, sangrado, esquartejado, uma senhora lhe recolheu em um lençol os despojos para sepultar⁷⁸.

Insistimos sobre as brigas das origens porque o conflito é um elemento fundador da sociabilidade local. Isso, aliás, não é comum à Mirandiba. Como o afirma Ana Claudia Marques (2002, p.26), em um estudo sobre *intrigas e questões* no sertão de Pernambuco, o “conflito é construtivo de uma sociedade, e não desintegrador”. E, citando Bailey (1969), a autora acrescenta que os conflitos “desagregam, demarcam, apagam fronteiras de grupos, mas ao mesmo tempo constituem grupos” (MARQUES, 2002, p.26).

Então, qual seria a especificidade de Mirandiba? E a significância do conflito em nossa pesquisa sobre mediadores locais em políticas alternativas no mundo rural? A especificidade de Mirandiba e de sua região é que o conflito – chamado localmente *briga*, *intriga* ou *questão* – atinge todas as famílias (nucleares ou extensas). Não existe nem uma mãe, nem um pai, uma

⁷⁷ Segundo Valdir Nogueira, no livro São José de Belmonte, Nhô Pereira (Sebastião Pereira) comandava um grupo que contava com um jovem chamado, Virgulino Ferreira da Silva, que ia se tornar famoso sob o nome de Lampião.

⁷⁸ Tempos depois desse ataque, um confronto maior opôs o grupo de Nhô Pereira contra 70 homens dos Carvalhos. Segundo Valdir Nogueira (1999) duas pessoas morreram e onze foram feridas durante os combates.

noiva ou um avô que não chore uma pessoa estimada morta de uma morte violenta. Todos e todas vivenciaram ou vivenciam uma *questão*.

Contudo, os *Carvalho*, que pelo visto se distinguem pelo envolvimento em brigas, desfrutam agora de uma fama de família *tranquila* que, após os surtos de violência dos anos 1920, se dedicou ao controle do poder político local – em uma respeitabilidade execrando a violência primária, bruta e impulsiva. Essa família não faz mais demonstração de força explícita, não ameaça nem procura vinganças. Ela exerce o poder de modo contido e “social”, como o demonstra sua propensão em formar médicos, cujo número desde os anos 1970 é extremamente elevado. Mas, mesmo assim, ela tem ainda suas *questões*. E, pelo fato de não viver isolada – se mistura, obviamente, com outras famílias – as *questões* dos outros interferem nela.

Em Mirandiba, o último grande episódio de violência, desencadeado nos anos 1980 por uma história de namoro, pôs em confronto duas famílias extensas, os *Benvides* e os *Abadias*. Mais de dez pessoas morreram nos dois clãs e muitas famílias nucleares foram obrigadas a se exilar em outros municípios.

Desde então, um clima de pacificação parece imperar. No entanto, é uma espécie de pseudo clima de paz, porque regularmente uma pessoa é assassinada por parente, amigo ou conhecido, por motivos diversos e vários, mas que parecem sempre fúteis⁷⁹. Geralmente a amplitude da *briga* é contida, o que não impede que seus efeitos permaneçam. As famílias não se esquecem dos fatos e guardam rancor contra as pessoas envolvidas de longe ou de perto nos assassinatos.

Todo isso significa que as *questões* e as *brigas* pesam na história local. Mas em que medida elas influenciam a pesquisa dessa tese? Sua reminiscência nos grupos sociais interferia na lógica dos atores? De fato, as lembranças dos conflitos, as desavenças que perduram, representam elementos importantes na formação dos grupos e, conseqüentemente, nas suas

⁷⁹ Dados coletados, de maneira pouco sistemática, mas com intuito de entender melhor a questão permite inferir que a criminalidade em Mirandiba é relativamente superior à média nacional e estadual. Em 2009, por exemplo, houve oito mortes violentas no município, o que daria uma taxa de homicídio de 64 mortos de mortes violentas por 100.000 habitantes (contra 29 em nível nacional e 42,6 no Pernambuco). Em 2016, o número de homicídios chegou a 10, resultando em uma taxa de 66,6 por 100.000 habitantes. Obviamente esses dados têm uma representatividade limitada. Devido ao reduzido contingente populacional do município de Mirandiba, cuja a taxa de homicídios varia bastante. Assim de 2011 a 2014, o número de crimes foi menor e a taxa conseqüentemente significativamente menor (e inferior a média nacional e estadual). No entanto, ao considerar o período de 2009 a 2016, observa-se uma criminalidade mais ou menos igual à média nacional ou estadual. Isso contradiz os relatos das pessoas da localidade, que geralmente enfatizam o clima de quietude, de paz e de segurança que predomina em Mirandiba.

estratégias diante de programas sociais e políticos promovidos por atores externos. Projetos de construção de cisternas ou poços, programas de incentivo a organização coletiva dos agricultores, ou políticas de categorização étnica, quando entram em execução em uma determinada comunidade rural, encontram um meio local dividido pelas *intrigas* e *questões* do passado e do presente. A comunidade não é tão comunitária e o que parece é *um grupo*, e em vários casos um conjunto de grupos não abertamente inimigos, mas *intrigados*.

Essas particularidades que marcam a conjuntura operam de modo tácito em programas de cunho comunitário, tal como as políticas quilombolas que induzem as famílias de determinadas localidades a se unirem em um território coletivo, cuja posse seria coletiva. Esse tipo de opção seria guiada por uma visão étnica de grupos locais, nem sempre compartilhada pela população, uma vez que está seria dividida em grupos divergentes. Até onde as pessoas são todos parentes, demonstrando uma união aparente? As clivagens se expressam no decorrer das intervenções – a suposta família unida materializa-se em grupos familiares.

Afinal, o que contamos revela não só o peso das *intrigas* e das *questões*, mas também o peso da família, no seu caráter de grupo de solidariedade coletiva. Falamos da briga dos *Carvalhos* contra os *Pereiras*, a qual perpassou as gerações e sempre se inscreveu em uma lógica familiar. Sugerimos do mesmo modo que a família é um ator chave das políticas quilombolas.

Aliás, é um ator que não é imutável, constante ou uniforme, por ele ser sujeito as circunstâncias da vida. As famílias, em outras palavras, são de geometria variável. Como o afirma Marques (2002, p.125): “um mesmo indivíduo pode ser considerado parente ou estranho, dependendo do contexto”. Temos aqui, para a autora, “uma dialética da inclusão e exclusão, muito flexível e que reserva aos indivíduos uma larga margem de imprevisibilidade” (MARQUES, 2002, p.125).

1.2.b A “modernização” e os chefes políticos mediadores autoritários

No início do século XX, o tempo da criação das fazendas e das brigas familiares deu lugar a um tempo de desenvolvimento das atividades comerciais, o que prefiguraria uma fase de “modernização” do futuro Mirandiba (TOMAS PAIOLLELO, 2010). Os efeitos das brigas estavam, no entanto, ainda muito presente na feira local. As confusões eram tantas que o nome da feira era Várzea do Tiro, em clara referência as constantes trocas de tiros ocorridas no lugar. Inconformado com essa situação, João Barbosa, bisneto do português Manoel Lopes

Diniz (e casado como uma bisneta do mesmo Manoel Lopes Diniz), decidiu doar parte de sua fazenda para criar um novo lugar de comércio, em detrimento da Várzea do Tiro que seria abandonada. O nome da fazenda de João Barbosa, Quixabeira, tirava sua origem do porco queixada muito presente na região. Foi assim que no lugar batizado em nome do animal primitivo seria fundada a nova feira. Mas não se trataria de uma feira “primitiva”, invadida como a outra por *cabras bravos* trocando tiros. Seria ao contrário uma feira propiciando paz e concórdia, com “gentes civilizados” aptos a modernizar o lugar.

No dia 22 de janeiro de 1912 teve então a primeira derrubada da mata e houve a construção de uma casa para o comércio – hoje a praça pública onde se ergue a primeira igreja de São João Batista, o padroeiro do local. Perto daquela igreja “foram elevadas duas casas de taipa, que formaram o embrião do futuro Mirandiba” (NOGUEIRA, 1999, p.282).

O empreendimento dos pioneiros da cidade foi uma obra coletiva, realizada pelos filhos de João Barbosa, mais também pelo seu único genro: Eliseu de Arruda Campos, pessoa carismática casada com Ana Alves de Carvalho (única filha de João Barbosa). Eliseu Campos, apesar de não ser um *Carvalho* de nascença, veio assumir aos poucos o papel de liderança, organizando e administrando os primeiros trabalhos coletivos, fato que explica porque ele é considerado por algumas pessoas como o fundador de Mirandiba.

FOTOGRAFIA 6: Eliseu Campos e sua esposa



Fonte: José Tiburtino de Cavalho Barros

O verdadeiro crescimento da cidade teve início mais tarde, em 1932⁸⁰. Um marco fundador dessa nova fase foi à construção da “Casa Grande”, pelo agora Capitão Eliseu Campos. O evento é lembrado por Dona Teodora⁸¹, que desenha em traços elogiosos o retrato

⁸⁰ Durante o final dos anos 1910 e os anos 1920, ressurgências do conflito entre *Pereiras* e *Carvalhos* impediram o desenvolvimento do novo povoado. Elizeu Campos, nesses anos conturbados, teve que se refugiar em outras localidades.

⁸¹ Negra, nascida no estado da Bahia, Dona Teodora veio criança para Mirandiba com seus pais que trabalhariam na usina de caroá de Mirandiba. Depois de casada, Dona Teodora foi viver na “Casa Grande”, sob o comando da filha de Eliseu Campos, Lília Campos (que era uma importante líder política de Mirandiba, mas sem nunca assumir cargos eletivos). Submetendo-se a “proteção maternal” da matriarca dos ‘Campos’, Dona Teodora criou seus filhos que, como ela, cuidavam da casa sem nunca receberem pagamentos. Mais tarde, duas filhas de Teodora foram estudar no Recife, na casa de Lília Campos.

de um Eliseu Campos rico, influente e trabalhador, cuja bondade beneficia às pessoas humildes, em particular os moradores de sua fazenda que construíram a casa onde ele ia morar:

O povo estava passando fome, Seu Eliseu mandou bater os tijolos, para o povo ganhar dinheiro. Ele mandou os tijolos da casa dele, na terra dele. Aí ele botou o pessoal para trabalhar. As mulheres ganhavam, parece que era um cruzado, nesse tempo; e os homens dois. Aí todo dia que elas terminavam carregando os tijolos, de lá, da Quixabeira para Rua, as mulheres, Eliseu de tarde pagava elas, e aí elas levavam uma comidinha para casa. Ele pagava todo dia a elas. (Entrevista realizada com Dona Teodora em 18 de março de 2014).

Nesse relato, ao ganhar fama de benfeitor, Eliseu Campos manifestou seu poder, sua superioridade, suas condições mais abastadas que lhe permitiam pagar os trabalhadores, prática muito rara na época (os patrões, geralmente, exploravam seus moradores ao mantê-los em situação de um endividamento que justificava a ausência de pagamento em espécie). Essa reputação de chefe benevolente e influente – que, insistimos, era reconhecida apenas por algumas pessoas, a exemplo de Dona Teodora – foi reforçada, em 1933, pela doação de um terreno para a implantação de uma usina de beneficiamento de caroá⁸². O Capitão Elizeu Campos, tendo herdado do sogro João Barbosa a propriedade da *Quixabeira* (onde está situada Mirandiba), tinha terras para distribuir aos trabalhadores empregados na usina. Ele reforçou ainda seu prestígio, revestindo a figura de um benfeitor que dá terra ao povo e o liberta do cativeiro das fazendas, oferecendo a oportunidade de ter um trabalho remunerado no beneficiamento do caroá.

De 1930 até sua morte em 1952, o Capitão Elizeu assumiu o status de chefe político. Seu poder e habilidade eram mensurados por sua aptidão para manter boas relações com os líderes dos governos estaduais e conseguir com eles a transferência de benfeitorias. Testemunhos como Dona Teodora evocam a suposta generosidade e influência do Capitão Elizeu, que tinha acesso às redes de poder e aos seus líderes:

Seu Eliseu entrava no palácio de Agamenon Magalhães na hora que chegava, era bem acolhido. Agamenon andou aqui naqueles tempos que deputados não andavam assim. A casa dele (de Elizeu) é onde recebia padre, bispo, político, governador, deputado, senador, todos na casa dele. (Entrevista realizada com Dona Teodora em 18 de março de 2014).

⁸² Planta da caatinga, o caroá era transformado em fibra usada pela fabricação de bolsas, chapéus, cordas e diversos artigos de decoração (Souza, 2013, p.21).

A mediação de Elizeu Campos obedecia à lógica da troca, o chefe mobilizava os eleitores locais a fim de eleger seus aliados deputados e governadores; e da força da mobilização dependia a retribuição dos líderes políticos estaduais. Popularidade local, influência política e capacidade de retribuir em benfeitorias os apoios eram os fatores determinantes que, ao se imbricarem, conferiam ao chefe local um grande prestígio. O livro genealógico dos descendentes de Panela d'Água, “Genealogia da Família Panela D'Água”, (Jonas de Sá Carvalho, 1996, não paginado) invoca a aura do primeiro grande chefe político da família, Elizeu Campos, num estilo elogiando suas qualidades de “condutor das massas” e de retribuidor:

Em 1934, consegui [Eliseu Campos] do então Governador Carlos de Lima Cavalcante, por intercessão do Deputado Agamenon Magalhães, a primeira Escola Pública de Mirandiba.

Em 1936 construiu uma casa para a instalação dos correios, e durante o tempo que ali permaneceu o posto dos Correios, não cobrava um centavo pelo aluguel da referida casa.

Em virtude de ser um grande amigo dos pobres, tornou-se um ídolo daquele povo e por esse motivo era um grande condutor de massas populares daquela terra, vencendo com espantosa maioria, todas as eleições que vinha a disputar.

Em uma época onde Mirandiba ainda não era município, as eleições dos governadores representavam o auge da “política”. O chefe vitorioso, cujo candidato se elegia, podia comemorar o evento, agradando o povo submetido as suas ordens de voto. Dona Teodora conta:

Era festa no meio da rua, muita poeira, com banda de Serra Talhada, trombone, sopra, corneta. Vinha com Cornélio Suarez, chefe político de Serra Talhada. No meio da rua, pulando e a bando tocando. Tira-gosto fazia na casa de Seu Elizeu, tinha bebida, cervejas, era coisa organizada. A poeira (*o povo humilde*) era com Elizeu mesmo. Só tinha a poeira. (Entrevista realizada com Dona Teodora em 18 de março de 2014).

Nestas comemorações, e nas campanhas que as precediam, os maiores chefes, candidatos governadores, eram homenageados e seus mandos glorificados. Segundo Dona Teodora, uma das músicas mais populares, cantadas com ou sem bandas, era um hino dedicado ao grande Agamenon Magalhães:

Na hora agá, agá, Agamenon,
Um chefe exemplar,
Pra o estado governar,
Agamenon candidato popular,
Virá novamente Pernambuco governar,
Ele fez estradas, fez escolas e hospitais,
Construiu maternidades e fez vilas sem iguais,

Agamenon Magalhães,
Vai voltar de novo pra alegria do seu povo,
Agamenon Magalhães,
Vai voltar de novo pra alegria do seu povo⁸³.

1.2.c Coronelismo e mediação entre mundo camponês e “mundo englobante”

Os acontecimentos da criação de Mirandiba, centrados na figura de Elizeu Campos, correspondem a processos gerais estudados pela literatura sobre coronelismo. Esses trabalhos, que enfatizam as relações políticas entre o poder local e o poder nacional, apontam para a lógica global de um sistema político no qual as elites locais – os coronéis – além de controlar recursos próprios (a terra, sobretudo), redistribuem recursos públicos, cuja circulação obedecia ao cumprimento de compromissos recíprocos entre os governos, as elites locais e as populações rurais.

O conceito de coronelismo remete a uma época da história do Brasil, da primeira república em 1889 até a revolução de Vargas em 1930⁸⁴, em que o governo federal e os governos estaduais estabeleceram um compromisso com os coronéis, no sentido de reforçar o poder público pela mediação das elites fundiárias (Leal, 1975). Os estudos sobre essa temática (Queiroz, 1956; Leal, 1975; Pang, 1979; Janotti, 1981), apesar de suas interpretações diferentes, têm em comum de revelarem a importância dos acordos e transações respondendo aos interesses dos governos e dos coronéis. Numa república em construção, que atribuía responsabilidades maiores aos Estados, os governos estaduais garantiam o poder do coronel sobre seus dependentes, cedendo-lhe o controle de cargos públicos e o uso de recursos para construção de infraestruturas e obras diversas. Em troca desse apoio, os coronéis traziam votos para os governantes, em virtude do poder destes de impor seus candidatos aos eleitores.

O que chama a atenção na literatura sobre o coronelismo, em particular na obra de Leal (1975), é que as transações entre o poder global e o poder local se davam em um contexto de relativa decadência econômica dos coronéis, cujos recursos próprios, gerados pela propriedade da terra e o predomínio sobre os que nela trabalhavam, eram mais escassos, ou pelo menos

⁸³ Entrevista realizada com Dona Teodora, dia 18 de março de 2014.

⁸⁴ Essa fase é geralmente considerada como o momento de maior afirmação do fenômeno coronelista. No entanto, alguns autores, segundo suas orientações teóricas, prolongam a fase do coronelismo até as décadas pós-segunda guerra mundial (ou, pelo menos, estendem suas manifestações, em formas mais ou menos reconfiguradas, até as décadas recentes).

insuficientes para exercer um controle absoluto sobre a população. O compromisso coronelista, segundo Leal, consiste assim no reforço do poder público pela alocação de fundos, cargos e bens aos coronéis que, sem essas transferências, seriam inaptos para manter seu poder.

Em uma perspectiva mais focada sobre o campesinato, não seria tanto o coronelismo a ideia central, mas a ligação entre o coronel e as populações das áreas rurais. A relação entre os chefes locais e pessoas como os pais e mães de Dona Teodora – que vivenciaram uma dominação paternal por parte de Elizeu Campos – seria uma forma de relação assimilada a uma mediação entre mundo camponês e mundo global.

A sociologia e antropologia brasileira da questão agrária e do campesinato⁸⁵, até recentemente, não manifestou muito interesse pelos temas relacionados à mediação. A literatura de inspiração marxista (Guimarães, 1963; Prado JR., 1966; Furtado, 1977; Wanderley, 2009; Abramovay, 1992) priorizou estudos macro, focando a influência da sociedade englobante colonial e capitalista sobre sociedades camponesas mais ou menos articuladas ao sistema dominante. Os autores observaram formas heterogêneas de difusão e reconfiguração do sistema colonial e capitalista em um mundo camponês heterogeneamente organizado. E nesse quadro estruturado pela sociedade englobante, as elites locais (mediando às relações entre os governos e os camponeses) eram vistas como uma classe social usufruindo de uma posição privilegiada dentro da estrutura global de poder hierarquizada.

Outra escola, mais antropológica (Candido, 2001 [1964], Heredia (1979), Garcia Jr., 1983, Woortmann, 1995, Pietrafesa de Godoi, 1999), ao enfatizar a reprodução e evolução de sociedades camponesas movidas por valores e representações específicas, dedicou-se a descrever a organização social dos camponeses e suas formas de adaptação ao mundo circundante. Atribuía-se uma real autonomia as populações locais e a preocupação central era divulgar a coerência interna dos *sistemas culturais* desses grupos. Isso não significa que as formas de interação com as esferas englobantes eram menosprezadas, mas o foco consistia em entender o sistema de senso, de valores e de conhecimento dos camponeses.

⁸⁵ A noção de campesinato e de camponês é, segundo José de Souza Martins (1974, p.22), uma importação política, uma palavra introduzida pela esquerda nos anos 60 para dar conta das lutas sociais que aconteciam no campo: “essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses”.

Na literatura europeia e norte-americana sobre o campesinato, é possível encontrar estudos focando mais especificamente a mediação. Mendras (1995 [1976]), nas suas considerações sobre a relação entre sociedade camponesa e *sociedade englobante*, salientou as funções de intermediário das notabilidades camponesas que são, por exemplo, pessoas oriundas da nobreza, grandes proprietários ou médicos, padre e outras profissões de prestígio. Frequentando ao mesmo tempo o mundo burguês e o mundo camponês⁸⁶, essas personalidades usufruem da sua posição ao construírem clientela formada por pessoas que deles dependem para ter acesso a serviços e recursos. Essa formação de grupos em situação de dívida requer do intermediário uma estratégia de construção de clientela cativa, de isolamento da sociedade camponesa. Neste contexto, a mediação visa fazer do mediador o único ator que possibilita a relação dos camponeses com a “sociedade englobante”.

Em uma mesma escala bipolar ligando o mundo rural à nação, Wolf (1956, p.1075) foi um dos primeiros a usar o termo *broker*⁸⁷, definindo-o como “groups of people who mediate between community-oriented groups in communities and nation-oriented groups which operate through national institutions”. O conceito, formulado no quadro da história do México pós-colonial, associa-se as crescentes possibilidades de mediação, à medida que o país se moderniza. Em circunstâncias de mudança social, de fortalecimento das instituições do estado – em particular no momento da revolução mexicana de 1910 – o *broker* é uma liderança que, ao intercalar-se entre as instituições do governo e os grupos comunitários, pretende responder as expectativas tanto das comunidades quanto dos governos.

Vemos aqui dois pontos importantes. O primeiro é o do controle estratégico das interconexões do local e global, que faz do *broker* um *critical guard* (WOLF, 1956), uma espécie de vigia que acampa nas “junções críticas” entre o mundo das instituições políticas e o dos camponeses, monopolizando assim o controle dos fluxos (políticos e econômicos) entre as

⁸⁶ Segundo Mendras (1995), nos espaços rurais, o chamado mundo burguês é formado, em particular nos países da Europa ocidental do final do século XIX, por notabilidades locais tais como os *châtelains* (castelões), cujo poder era herdado da posse de um castelo. Descendentes de famílias nobres ou de famílias tendo adquirido, durante a época medieval, atribuições de comando sobre os camponeses, os *châtelains* constituíam uma elite local que tendia a controlar as mediações entre o mundo rural e o mundo das instituições urbanas e públicas. Outras notabilidades, de origens mais propriamente burguesas, formavam o quadro das elites locais: padres, médicos, notários, grandes comerciantes e outras personalidades exercendo profissões de prestígio, exerciam influência sobre os grupos camponeses. Para Mendras os camponeses compunham a maioria da população rural, descritos como – pequenos e médios proprietários fundiários que praticam atividades agropecuárias em parte dedicadas à manutenção das famílias. As atividades artesanais, e outras necessárias à reprodução das sociedades locais, eram também exercidas pelas populações denominadas camponesas.

⁸⁷ Lindquist (2015) realiza um balanço do uso da noção de *broker* pela literatura da sociologia e antropologia, sobretudo de língua inglesa.

duas esferas. O segundo ponto é o da representação. Na sua posição de guarda, o *broker* fala em nome dos camponeses e os representa junto às instituições. Ele é em suma um tipo de porta-voz, que se aproveita posição ocupada e adota, em várias situações, comportamentos manipuladores.

Uma personalidade como Elizeu Campos, pelo que foi descrito, corresponderia à “notabilidade” de Mendras ou ao *broker* de Wolf. A posição social privilegiada entre dois mundos, o papel de porta-voz e benfeitor de populações isoladas são características do primeiro grande chefe político de Mirandiba.

O crédito de chefe, ademais, não se esgota na sua função mediadora. Ele nasce também de sua própria pessoa, de sua própria capacidade em retribuir diretamente seu público, sem intercessão de instituições externas. A narrativa de Dona Teodora sobre a construção da “casa grande” de Mirandiba revela a força da imagem do chefe como alguém que promove o bem e os benefícios. Elizeu Campos, retratado pela sua prontidão em pagar os trabalhadores que bateram os tijolos de sua casa, transfigura-se, na língua popular, em um símbolo do *bom patrão*.

O patrão, na literatura acadêmica, refere-se a formas de dominação sustentadas em laços pessoais⁸⁸. Tais relações se enquadram em categorias como a *patronagem*, o *clientelismo* e o *paternalismo*. Segundo Philippe Léna (1996, p. 112), os vários nomes dados ao fenômeno correspondem a “uma relação diádica (relações diretas, privilegiadas, entre duas pessoas) com um envolvimento recíproco embasado em valores e representações tal qual a lealdade, a fidelidade ou a reciprocidade”.

Na relação, segundo o autor, o terceiro (estado, lei) não intervém. Daí a diferença entre o patrão e o *broker*, este último sendo um terceiro estabelecendo um contato entre um público e uma esfera institucional. Outra diferença, corolário da primeira, é que o *broker* não controla diretamente os recursos que intermedia. Ele controla, na escrita de Boissevain (1974)⁸⁹,

⁸⁸ Outro conceito parecido com o de “patrão” é o “Big Man”, popularizado por Sahlins (1963), num estudo comparado das formas de poder na Melanésia e na Polinésia. O “Big Man” é um líder comunitário que, ao demonstrar qualidades pessoais, de coragem, de generosidade, de riqueza redistributiva, constrói um grupo de seguidores. Assim o poder do “Big Man” não advém necessariamente de seu status, mas de suas qualidades individuais, que ele deve constantemente alimentar para evitar perder influência.

⁸⁹ Boissevain (1974), no seu livro *Friends of Friends*, analisa de modo pormenorizado as funções do *broker*. O contexto da pesquisa, em ilhas mediterrâneas (Sicília e Malta) nos anos 1970, representa um quadro social mais aberto, descentralizado e fluido em relação ao quadro descrito por autores como Wolf ou Mendras. Em outros capítulos refletiremos sobre outras contribuições de Boissevain.

recursos de “segunda ordem”. Ou seja, contatos estratégicos com pessoas e instituições dispendo de recursos de “primeira ordem” (a “primeira ordem” sendo recursos diretamente controlados: terra, capital financeiro, empregos, etc.). Última diferença, fortemente ligadas as duas já citadas, é que o *broker* não prevalece necessariamente sobre o público mediado (WOLF, 1956; MÉDARD, 1973). Ele permite uma comunicação entre dois elementos, sem que haja fundamentalmente uma ideia de dominação. Já o patrão, assegura um laço exclusivo com seu público, mantém uma ligação assimétrica, vertical, permitindo que o patrão domine a relação, aumentando a dependência do outro em relação a ele.

A oposição entre um processo de mediação – em que não haveria sempre uma assimetria de status e poder econômico – e um processo de clientela – supondo fortes desigualdades – adquire muitas vezes contornos tênues e ambivalentes, dado que os padrões desempenham em vários casos o papel de mediador. Como Wolf (1956, 1966) o destacou, o patrão, em particular o da área rural, impõe-se “naturalmente” como intermediário entre as esferas nacionais e locais. Médard (1973, p.113), na mesma perspectiva, salienta que os papéis dos padrões e dos mediadores tendem a se sobrepor:

[...] os dois papéis de patrão e intermediário sobrepõem-se e combinam-se muitas vezes. Um patrão desempenha as vezes uma função de *broker*: enquanto patrão, ele é o intermediário natural entre a comunidade e a sociedade global. De modo inverso, um *broker* pode se tornar patrão se ele utiliza suas relações como recursos para justamente se constituir uma clientela.

Chefe fundador de Mirandiba, Elizeu Campos foi ao mesmo tempo mediador e patrão. Seu poder vinha de suas terras – de suas riquezas próprias – e também dos recursos públicos que intermediava. E o poder adquirido não foi apenas um poder de herdeiro, de rentista. Foi um poder conquistado, por parte de um homem que não era dos *Carvalho* (sendo apenas o marido de uma *Carvalho*). Desprezado por seus nove cunhados, Elizeu Campos venceu a oposição que enfrentava ao se tornar um líder. Os irmãos de sua esposa, donos das fazendas, administravam apenas suas terras e as famílias que viviam nelas. Eles tinham tudo para se tornar comerciantes ou chefes políticos, mas sempre ficaram confinados as suas propriedades. Já Elizeu Campos contribuiu para formar uma cidade aonde só existiam fazendas. Mas, como ele conseguiu se distinguir dos demais? Talvez por carregar uma *visão* diferente, uma *visão* que aparentemente os outros não possuíam. Elizeu Campos vinha de uma família de comerciantes abastados, na cidade de Triunfo (que era o principal centro urbano da região, na divisa com a Paraíba), e talvez por isso ele desenvolvesse uma aptidão de empreendedor. Ele

percebeu, ao se mudar para o atual Mirandiba, o potencial comercial do lugar. Convenceu então seu sogro *Carvalho* a montar a feira, e depois de alguns anos, demonstrou qualidades de lideranças associadas a um “projeto” modernizador. Sob sua direção, a fazenda Quixabeira se transformaria em uma microcidade, atraindo indústrias de caroá e mais tarde de processamento de algodão.

O projeto veiculado por Elizeu Campos talvez não fosse alternativo como o do bisneto de seu sogro, o prefeito Nelson Pereira de Carvalho. O chefe antigo não queria acabar com a dominação dos *Carvalho*: queria apenas modernizar o futuro Mirandiba, através do comando dos *Carvalhos* e de seus aliados casados com as mulheres da família. Contudo, tal como Nelson Pereira, Elizeu Campos manifestou qualidades de vanguardista, ideias “inovadoras” como patrão – pagamento dos trabalhadores –, foi empreendedor como liderança social (criação da matriz da cidade) e contribuiu para trazer uma indústria que se orientava pelas leis trabalhistas – o processamento do caroá – onde se pagava salários.

1.2.d A segunda metade do século XX: uma Mirandiba mais aberta e menos centralizada

A morte do chefe Elizeu Campos, em 1952, deixava um espaço livre para outra liderança. E o líder que se distinguiria teria no seu comando um território oferecendo mais oportunidades. Mirandiba foi transformada uma verdadeira vila: os primeiros equipamentos de infraestrutura básica (escola, correio, açougue, armazéns de comércio) tinham sido construídos. E a crise do caroá, no final dos anos 1940⁹⁰, não tinha afetado o dinamismo da economia local. A cultura do algodão tinha substituído a do caroá, ao se tornar o ouro branco de Mirandiba. O futuro município produzia quantidades exponenciais de algodão cuja qualidade era elogiada. O produto era plantado em todas as fazendas antes de ser processado em uma usina local que fabricava fardos enviados para São Paulo.

Entretanto, o substituo (ou os substitutos) de Elizeu Campos, nessa cidade e nesse território dispoendo de mais recursos, encontrariam um elemento desconhecido do antigo chefe: o de ter que lidar com um lugar mais populoso, onde outras famílias que não eram dos *Carvalhos* (ou, pelo menos, dos *Carvalhos* “nobres”) aspiravam a conquistar uma autonomia maior.

⁹⁰ Nas décadas de 1940 e 1950 aconteceu uma forte desvalorização do caroá (PAOLIELLO, 2010). A usina de Mirandiba fecha em 1956, e as outras do município nos anos seguintes.

Esse fenômeno era causado por dois elementos imbricados: a afirmação no cenário local de famílias “não *Carvalho*”, de um lado; e de outro à tentativa de afirmação de “*Carvalhos* misturados” (filhos ilegítimos de *Carvalhos* com mulheres negras, mas que em muitos casos eram “criados” como membro da família). As mudanças, pelo visto, eram em parte fruto dos *Carvalhos* e em parte fruto de outros protagonistas.

Primeiro vejamos as mudanças produzidas pelos próprios *Carvalhos*, através de suas uniões carnavais com mulheres negras. Embora a família, orgulhosa de ser branca, mantivesse sua brancura pelos casamentos endogâmicos (ou com parentes afastados de outras famílias ricas), ela era sujeita também a mistura com os estratos considerados inferiores. Tratava-se de uma mistura pouco contada, pouco comentada, mas afinal aceita, porque concernia os membros masculinos da família, cujo apetite sexual legítimo não podia ser satisfeito unicamente com as esposas legítimas.

A prática, aparentemente, não resultava em nenhuma mudança significativa. Por terem mais recursos e poderes, os *Carvalhos* homens tinham relações sexuais com mulheres negras ou morenas que eles se arrogavam o direito de escolher; e dessas uniões muitas vezes não consentidas nasciam filhos bastardos que em muitos casos eram esquecidos e desprezados.

Mais de que mudança, a prática parecia ilustrar a força da ordem estabelecida: os brancos mandavam e desmandavam, inclusive em termo de sexualidade com as negras e morenas. E a prática sexual era violenta – ou desencadeava situações de violência. Aliás, sobre esse último ponto, falamos anteriormente de um caso relevante: o de um chefe de família pobre que, em 1947, teve que fugir da fazenda onde morava porque sua mulher mantinha relações sexuais com o patrão. O referido chefe de família, que tinha conquistado alguns patrimônios – pela venda ambulante de rapadura e legumes – viu sua vida sair do eixo por causa de uma mulher volátil e de um patrão intrometido. Esse chefe de família perdeu tudo, foi mandado para correr pelo patrão que não gostava das *fluxicas* geradas pelo caso; e ao ser forçado a deixar o lugar teve que reconstruir tudo de novo, comprando de um primo do patrão uma terra pequena. Pior ainda, o preço da transação foi muito caro, e o despossado chefe de família teve que vender tudo seu gado para adquirir sua propriedade. Muitas violências afinal foram vivenciadas nessa história: a violência de ser traído, a violência de ser traído por um homem que tinha mais poder, a violência de ser traído por uma mulher que gostava do homem poderoso, a violência de nem poder reclamar do caso, a violência de ser ameaçado de morte, a violência de ser mandado embora, a violência de vender todas as suas economias e seu

patrimônio, e enfim a violência de não ter outra opção a não ser comprar por um preço alto uma terra qualquer do primo do patrão traidor.

A humilhação sofrida pelo pequeno agricultor, chefe de família, em suma, não representa muito a respeito de uma verdadeira mudança social, a mudança certamente foi para pior, enquanto o rico fortaleceu mais ainda sua posição. A ordem sobre os mais fracos se manteve firme. Outro exemplo de manutenção da ordem era o favorecimento de alguns *negros de confiança*, inclusive ao oferecê-los esposas *mulatas*, frutas dos ardores dos *Carvalhos*. Isso teria acontecido na já mencionada fazenda “Roça Queimada”, do patrão Antônio Lucas de Barros, tio do ex prefeito de Mirandiba (de 2008 a 2016), Bartolomeu Carvalho de Barros. João Jeronimo Filho, cujo avô negro era o *encarregado* da fazenda – e através disso usufruía pequenas vantagens – narra, de modo muito perspicaz, essa mistura dos brancos com os negros:

Nossa descendência toda é *filho de moita*. Forçada. Não podia fazer nada. Mulher dele [do patrão] paria, pegava outra para parir junto: a negra amamentava dois meninos, porque a branca não pode, para o peito não ficar caído. (...)

Vem essa descendência de negro misturado... (...) Mãe de pai era filha de um Carvalho com um negro, minha bisavó era mulata... Aí um negro que se destacava, Jeronimo Pifano [a avô de João Jeronimo]. Um líder. Por isso casou com a mulata [a avó de João Jeronimo]. O patrão escolheu: era descendente dele, por isso o patrão escolhia. O jogo deles. Com negro de confiança deles: entrega o ouro a ele e devolve⁹¹.

As junções de negros com brancos podem até não serem subversivas, porém a realidade era mais complexa e ambígua em relação ao que sugere os exemplos citados. Ao imergir na densidade das tramas que se jogavam nos casos de mistura entre brancos e negras, vê-se, sim, um pouco de subversão. Isso porque, pelo menos em certos casos, o fruto das uniões conduzia a uma discreta mudança na estrutura social. Tal mudança, repetimos, era circunstancial e dependia dos atores envolvidos, de seus sentimentos e de sua consideração para sua descendência misturada. Em vários casos os brancos não davam atenção aos filhos mestiços; mas em outros, davam um pouco de atenção.

Assim, em algumas situações, os filhos mestiços, apesar de não serem considerados iguais aos donos das fazendas, tampouco eram vistos como semelhantes aos negros. Em outras palavras, eles não eram verdadeiros *Carvalhos*, sem serem, portanto, verdadeiros moradores. Sendo assim, nem um, nem outro, os que eram chamados pejorativamente de *filhos de moita*

⁹¹ Entrevista realizada dia 22 de novembro de 2016.

tinham um status ambíguo: corriam nas veias deles, afinal, o sangue dos *Carvalhos*, mas sua nascença era maculada de transgressão. A educação desses filhos não podia então se aparentar a educação de um *Carvalho* “puro”; mas ele não podia também ser igual a educação das crianças negras e mulatas. Em vários casos, solucionava-se o problema ao criar os mestiços no seio da família branca – mas não no seio da família do pai, o que seria um tanto constrangedor para a esposa branca. O que se fazia, portanto, era confiar o filho a uma tia ou avó, que daria a ele o cuidado e a educação conveniente. O conveniente aqui sendo uma sociabilização quase igual aos dos brancos, mas sem transgredir duas linhas: casar como um branco ou uma branca e *enricar* demais (por exemplo, através dos estudos e dos diplomas).

Portanto, o “mestiço” seguia uma via subalterna. Mas uma via melhor que a dos demais negros, dado que ela conferia, às vezes, o direito de possuir uma terra de tamanho significativo. E como a terra, na época de ouro do algodão (dos anos 1950 a 1970) tinha um grande valor, ela conferia a seu dono um estatuto social de valor significativo.

Esse tipo de ascensão social teria ocorrido, por exemplo, com a família do já citado Oscar do Arroz, primeiro presidente do sindicato de trabalhadores rurais e sobrinho “ilegítimo” de Chico do Arroz (grande chefe político até os anos 1980). Falamos anteriormente que a filha de Oscar do Arroz materializa uma espécie de desprezo por parte dos *Arrozeiros* brancos e ricos: *a filha vive doente e sem recursos para se tratar, o marido amputado se arrasta sem suas pernas, no piso de uma casa em estado deteriorada*. Ninguém dos numerosos *Arrozeiros* médicos ou donos de clínica parecem ajudar os dois. Temos de fato uma impressão de desprezo e uma impressão de inercia social: os mais brancos conservam seu estatuto privilegiado, e os mais morenos permanecem em estado de inferioridade.

Porém, observando com mais cuidado a trajetória dos descendentes de Oscar do Arroz, vê-se sim situações de mudanças, situações de trajetórias ascendentes. Por exemplo, dois filhos de Oscar se formaram e ingressaram na polícia estadual, e alguns filhos desses filhos se formaram também, atingindo assim um nível social mais favorecido. Mas a respeito disso, pode-se objetar que, no mesmo período, muitos “*Arrozeiros*” do tronco nobre enricaram também, mantendo de fato a distância social entre os grupos. A objeção vale, porém ela sofre sérias limitações: alguns *Arrozeiros* “subiram na vida”, mas outros também estagnaram ou regrediram, o que faz com que, na mente dos descendentes de Oscar do Arroz, tenha de fato uma mudança social, uma mudança significativa em relação a um passado de total sujeição dos mais pobres.

Outro caso exemplar é o de João Jerônimo. Não o João Jeronimo cuja narrativa foi exposta acima, mas um João Jerônimo falecido, chamado Jeronimo do Catolé, filho de um *Carvalho* com uma negra e que nos anos 1980 tornou-se um dos maiores agricultores de Mirandiba. A história do homem se inscreve em uma trajetória de ascensão social, infelizmente interrompida pelo seu assassinato bárbaro, o qual desencadearia uma terrível *questão*. Referimo-nos rapidamente a esses eventos anteriormente, quando retratamos o peso das *questões* na construção e manutenção das famílias, e quando evocamos a última grande *questão* na década de 1980, que teria resultado na morte de quatorze pessoas. A família de Jerônimo do Catolé foi um dos protagonistas dos eventos.

Antes disso, Jerônimo do Catolé parecia bem-sucedido. Filho fora do casamento nascido em 1940, ele foi confiado a uma irmã de seu pai *Carvalho*, uma mulher solteira que daria todo o cuidado a seu único filho adotivo. Uma vez adulto o jovem herdou de sua mãe adotiva uma quantidade grande de terra. Uma terra boa, com muitas partes de *baixios*, as partes mais baixas nos vales dos riachos, que possuem as terras mais húmidas e férteis.

Nos anos 1960 e 1970, Jerônimo do Catolé valorizou umas das maiores propriedades agrícola de Mirandiba. Com o auxílio de sua família, ele plantou algodão, criou gado. A partir dos anos 1980, começou a diversificar suas fontes de renda, ao investir na compra de camionetes para o transporte de estudantes em Serra Talhada. Foi assim que sua família, conhecido como os *Benvinde* se tornou uma família de *morenos* sucedida, uma família que não tinha acesso à política ou aos estudos, mas que dispunha de poder aquisitivo consequente.

No entanto, um evento iria derrubar tudo isso. O problema começou com um namoro de um filho de Jeronimo do Catolé com uma filha dos *Abadias* – outra família de agricultores de nível médio, de fenótipo mais claro e que descende do já mencionado José Isidoro (o homem que emprestou dinheiro aos *Arrozeiros*). A romance dos dois jovens não daria certo: a menina perdeu a virgindade, mas seu namorado não quis saber de casamento. Uma *fluxica* nasceu e cresceu. Os *Abadias* comentavam o caso, conjeturavam sobre a má conduta do filho de Jeronimo, e tramaram algo pior: uma retaliação.

O alvo não seria primeiramente o jovem, mas seu pai Jerônimo, considerado o responsável dessas desgraças. E o namoro, afinal, não foi o fator único do problema: ele foi apenas à gota de água que fez transbordar o copo. Segundo as pessoas entrevistadas – inclusive alguns parentes dos *Abadias* – existia já uma tensão latente entre as duas famílias,

alimentada primeiro por uma rivalidade na obtenção de linhas de transportes para os estudantes. Outra tensão, na fala dos entrevistados, é hoje retratada através do termo *preconceito*. As narrativas sugerem que havia preconceito por parte dos *Abadias*, mais claros que os *Benvindes*. Ninguém dos *Abadias*, até o ocorrido do namoro, se misturava com negros. As uniões ocorriam dentro da família, ou com parentes mais afastados cuja fisionomia era morena clara, *embraçada*⁹² ou *cabocla*. O namoro dos meninos era algo inusitado: um namoro fora da família e com um *moreno*. E um namoro com alguém de uma família considerada “nova rica”, que os mais críticos achavam arrogante, por terem muita terra e esquecerem de sua condição de *moreno*, a qual sugere uma atitude mais submissa.

Assim, já no início, o namoro do filho de João Jeronimo com a moça dos *Abadias* representava algo potencialmente perigoso. E a perda da virgindade, seguida da recusa do casamento, fez estourar o frágil entendimento entre as duas famílias. O estouro inicial foi terrível: um dia, de madrugada, dois membros dos *Abadias* penetraram na fazenda de João Jeronimo, se aproximaram dele, e o degolaram enquanto ele tirava o leite das vacas. Os assassinos saíram discretamente, pensando não terem sido vistos; mas alguém tinha presenciado a cena. Alguns dias depois do ocorrido, a realidade dos fatos foi divulgada e a *questão* começou – apesar da mediação do padre local para evitar uma guerra entre famílias. Foram quatorze mortos mais ou menos igualmente divididos entre os dois clãs. Quatorze mortos em quase 10 anos, muitas vezes assassinados em condições terríveis, com rituais macabros de arrancamento das orelhas das vítimas, que a seguir eram penduradas em colares exibidos pelos assassinos.

Com o passar do tempo, a matança diminuiu. Acordos foram feitos, por meio do deslocamento dos principais atores da tragédia: os *Benvindes* saíram de Mirandiba, e os chefes mais valentes dos *Abadias* saíram também, ao se mudar para as ocupações e os assentamentos do MST, na beira do Rio São Francisco.

Termina assim, de modo trágico, a ascensão de uma filha morena nascida da mistura dos *Carvalhos* com os negros moradores das fazendas. O desfecho triste do caso não deve esconder o fato que, no Mirandiba dos anos 1960 até 1980, existiam processos de mudanças. Processos nos quais os *morenos* ganhavam um pouco de autonomia, em relação a um passado mais opressor.

⁹² Um dos sentidos de “Embraiado”, na região de Mirandiba, é de uma pessoa de origens misturadas, cujos ancestrais são de cores diferentes.

Outras mudanças, como já sugerimos, aconteciam sem a intervenção direta dos *Carvalhos*. Chegamos ao segundo ponto: as mudanças protagonizadas por outras famílias. Conforme assinalamos, nas linhas anteriores, as fazendas compondo o futuro Mirandiba eram estruturadas de modo dualista e desigual. Os donos de fazenda, brancos e *Carvalhos*, sujeitavam nas suas propriedades moradores negros ou morenos. Entretanto, algumas pessoas, nas fazendas, desfrutavam de um status intermediário. Eram em alguns casos os vaqueiros, que às vezes ganhavam recursos suficientes para comprar uma terra e se tornar pequenos fazendeiros.

Um desses vaqueiros – “Seu Preto”, avô de uma das principais lideranças que mencionaremos na pesquisa – conseguiu comprar muita terra nos anos 1950, e conseguiu, sobretudo, valorizar essas terras ao se tornar um dos principais pecuaristas de Mirandiba e um dos principais produtores de algodão. “Seu Preto” criou então muitos filhos, cada um adquiriu uma quantidade significativa de terra. A nova geração virou médios proprietários produtores de algodão, empregando nas suas terras um número significativo de moradores. Uma “microestrutura social e fundiária”, como a dos *Carvalhos*, era reproduzida: os proprietários sujeitavam um conjunto de pessoas mais humildes (e de fenótipo mais escuro) nas suas fazendas. Em suma, tem-se um processo de formação de novos patrões “não *Carvalhos*”.

No entanto, mesmo sendo vaqueiro, o antepassado desses novos patrões não parecia ter todos os atributos para iniciar uma série de trajetórias tão ascendentes. Para que uma ascendência social ocorra, eram necessárias muitas qualidades pessoais. Analisemos, inicialmente, que o vaqueiro era um empregado, o que não lhe conferia muitas oportunidades de crescimento. O vaqueiro era submetido a um patrão. E o patrão, geralmente, não queria que os empregados crescessem significativamente. Os entraves, afinal, eram fortes e para superá-los era preciso demonstrar sólidas qualidades de abnegação, visão, coragem e organização. Como todos não tinham essas qualidades, as possibilidades de ascensão social eram poucas. Apenas alguns vaqueiros conseguiam subir socialmente. Entre eles temos o “Seu Preto”, cujas qualidades individuais se encaixaram perfeitamente nas pequenas margens de manobras conferidas a função de vaqueiro. José Guerra Filho (Zé Mago), nascido e criado em um local vizinho as propriedades de Seu Preto, conta como o homem ascendeu socialmente:

Seu Preto começou sendo vaqueiro. Ele era do pessoal de finado Cindário, pessoal dos *Carvalhos*. Ele era morador deles e vaqueiro. Aí ele conseguiu comprar, ficou lá e progrediu (...).

O dono pagava renda da parição do gado. De cada quatro bezerros, o vaqueiro tinha um. Essa parte dele ele foi segurando. Seu Preto era muito seguro. Ele chegou a ser um dos maiores criadores de boi do município. O ferro dele, APC [de Antônio Pereira da Cruz, nome de Seu Preto], um ferro do gado, por onde você andava – Barreira, Cachoeira, Curral Queimado – era dele.

[O entrevistador]: mas como ele chegou a ter tanto gado?

– A cada um, paria 400 bezerros, ele tinha 100. Se ele conservava, ele fazia a fazenda dele. Não conheço outro vaqueiro que chegou a fazer isso. É que o Seu Preto era muito seguro mesmo⁹³...

Os casos de ascensão social de vaqueiro, como o de “Seu Preto” não são afinal muito comuns. A mobilidade social, e a emergência de outras elites se contrapondo aos *Carvalhos*, requeria outros fatores, entre eles o fato de ser oriundo de estratos sociais já favorecidos. Isso teria ocorrido com José de Souza Guerra, primo do ex-governador Paulo Pessoa Guerra⁹⁴.

José de Souza Guerra, nativo de Betânia⁹⁵, veio morar em 1940 na região de Mirandiba. Ele veio mais precisamente para o distrito de Carnaubeira da Penha, onde ele era proprietário e administrador de uma fábrica de processamento de caroá. As atividades eram lucrativas e alguns anos depois Zé Guerra (como ele era chamado) pode montar outras fábricas: entre elas a da *Barreira*, área rural de Mirandiba. Rapidamente a fábrica atingiu o auge de produção, chegando a empregar 400 pessoas. Todavia, nos anos 1950, a atividade começou a enfrentar sérias crises, o que a afetou consideravelmente. Zé Guerra diversificou então seus negócios, ao construir em 1958 um açude grande que constituirá a maior infraestrutura de sua fazenda. A fazenda tornou-se próspera com a criação de caprinos e bovinos, além do cultivo do algodão. Mais de 30 famílias com o estatuto de moradores tomavam conta do lugar.

Zé Mago – cujo relato, a respeito do vaqueiro Zé Preto, foi apresentado anteriormente – pinta um retrato positivo de seu tio avô Zé Guerra. Ele assinala em particular os traços de um líder diferenciado, um líder social que apoiava os mais pobres:

A fazenda dele tinha muito algodão. Criava gado. O forte era caprino: chegou a criar 4000 cabeças... Foi considerado o maior criador naquela época [anos 1970] pela secretária de agricultura do estado.

Na época o povo trabalhava de meia. Metade de tudo que produzia ia para o dono. O dono entrava simplesmente com a terra. Zé Guerra tinha esse

⁹³ Entrevista realizada dia 2 de março de 2016.

⁹⁴ Nascido em 1916 e falecido em 1977, Paulo Pessoa Guerra foi governador de Pernambuco de 1964 a 1967.

⁹⁵ Município do sertão central de Pernambuco, Betânia é situado a 200 km de Mirandiba.

diferencial: ele nunca cobrou nada... Chegou a ter umas 30 famílias. Em todas as fazendas deles, em outros municípios, ele não arrendava, doava para o pessoal trabalhar⁹⁶.

Zé Guerra é também lembrado por sua capacidade de mediar programas e projetos em Mirandiba. Seu neto Zé Mago o descreve como um mediador que sabia valorizar seus contatos nas esferas do poder estadual:

Ele [Zé Guerra] comandou a campanha de Miguel Arraes na região. No final da ditadura. Era muito amigo de Miguel Arraes. Quando voltou do exílio. Nem audiência marcava. Chegava lá e tinha acesso (...).

Na época da ditadura ele conseguiu energia para a vila da Barreira [onde tinha a fábrica de caroá], foi a primeira energia na área rural, nos anos 1970⁹⁷.

Em uma época em que Mirandiba era um município atrativo devido ao boom do caroá e depois do algodão – outras pessoas de condições mais abastadas, vindas de outras regiões ou outros estados, instalaram-se no futuro município. Como a terra era ainda pouco valorizada e fácil de comprar, essas pessoas adquiriram propriedades suficientes para assegurar sua autonomia e a autonomia de seus filhos.

Em paralelo, outro movimento de desconcentração fundiária se desenhava: antigos moradores negros ou morenos adquiriam terras dos *Carvalhos* – geralmente em troca de serviço. Embora as terras sejam de tamanho reduzido, impossibilitando a manutenção das famílias sem interferências externas, elas eram percebidas como um patrimônio suscetível de ser ampliado e valorizado. Transmitido aos numerosos filhos, o referido patrimônio permitiria a manutenção de um número maior de famílias nucleares que, a seguir, procurariam ampliar suas propriedades, ao obter outras terras.

Essa afirmação, embora ainda tímida e pouco generalizada, de famílias aumentando sua margem de manobra, não se fazia acompanhar de uma mudança significativa da estrutura política. Mirandiba continuava sob o comando político e administrativo dos *Carvalhos*.

1.2.e O chefe político mais influente dos anos 1960 e 1970: Chico Torres

Outros chefes do clã teriam a oportunidade de manter o domínio político. Um deles, Chico Torres, casado com uma sobrinha da esposa de Elizeu Campos, impôs-se como novo chefe político nos anos 1950. Mas, ao contrário de seu predecessor, Chico Torres nunca

⁹⁶ Entrevista realizada dia 2 de março de 2016.

⁹⁷ Entrevista realizada dia 2 de março de 2016.

cultivou a imagem de um líder benevolente e afetuoso. Era um líder autoritário, um coronel severo, franco e pouco indulgente. Um dos principais lemas acerca dos coronéis, “pão para meus amigos, pau para meus inimigos” (Leal, 1975), aplicava-se bem a sua personalidade e a maneira de exercer o poder. As pessoas que demonstravam para com ele laços de submissão e fidelidade eram recompensadas, e os demais eram no melhor dos casos, desprezados, e nos piores perseguidos.

Os mandamentos de Chico Torres eram sustentados pelo poder econômico e pelas crescentes oportunidades que ofereciam a gestão da política pública. Chico Torres era um dos maiores fazendeiros de Mirandiba, grande produtor de algodão e dono de muitas cabeças de gado. Dotado de uma aptidão para o comércio, ele começou adolescente pequeno vendedor de frutas na feira, e ao longo do tempo suas atividades prosperaram, até a criação de armazém atacadista, abastecendo as bodegas de venda no varejo. Já nos anos 1940, Chico Torres (nascido em 1919) adquiriu o prestígio social suficiente ao estabelecimento de uma rede de relações com as forças políticas do estado.

Foi assim que ele substituiu Elizeu Campos como figura mais influente de Mirandiba, nos anos 1950. Nesse período a cidade já se encaminhava para a emancipação, o que prometia um aumento do arsenal administrativo e financeiro da gestão da sede. Quando Mirandiba tornou-se município em 11 de março de 1962, Chico Torres foi nomeado primeiro prefeito. Porém ele não permaneceu muito tempo no cargo⁹⁸, preferindo usar sua influência nos bastidores, consciente que seu poder consagrado o autorizava a manobrar dentro do governo municipal e das esferas estaduais.

Nos anos de 1960 e 1970, vários prefeitos, todos *Carvalhos* e aliados a Chico Torres (com exceção de um) se elegeram pelo voto direito, mas o coronel permanecia o mais poderoso⁹⁹. Ele controlava em grande parte a gestão do aparelho municipal, contratando e demitindo os seus administradores (policiais, professores, coletores de impostos) e orientando a aplicação dos recursos financeiros.

Em 1959, Chico Torres obteve do governador Cid Sampaio o monopólio das representações comerciais de empresas como o Moinho Recife, empresa de farinha de trigo

⁹⁸ Chico Torres permaneceu prefeito somente alguns meses, no final de 1962, ele nomeou João Alves de Carvalho Nunes, o João Boiadeiro. Em 1962, a primeira eleição resultou na escolha de Livino Pires de Carvalho Nunes, que fazia parte de uma chapa cujo Chico Torres era comandante (SOUZA, 2013, p.42).

⁹⁹ Chico Torres, nesse intervalo, só foi prefeito dois anos, de 1971 a 1973.

que tinha ampla difusão no sertão de Pernambuco. Conquistando um peso comercial inusitado em duas cidades, Mirandiba e Salgueiro (cidade mais importante do Sertão Central de Pernambuco naquela época), ele virou o maior atacadista da região, abastecendo um grande número de bodegas.

Sua riqueza foi sua maior arma para negociar os apoios. E, paradoxalmente, sua maior fraqueza talvez fosse sua impopularidade¹⁰⁰: figura extremamente autoritária, radical e colérica, Chico Torres não manifesta esse temperamento afável, atencioso, e em certa medida flexível dos chefes mais “modernos”, que sabiam destilar um paternalismo afetuoso e maleável, útil para trocar favores e se adaptarem as mudanças de relações de força política. Em suma, ele era um desses coronéis antigos, cujo poder implacável era suficiente para assegurar a lealdade do povo. Ele atuou assim de uma maneira um pouco defasada, coronel assumidamente autoritário em uma época em que a estrutura socioeconômica em rápida transformação requeria uma liderança mais hábil no manejo de práticas paternalistas.

No entanto, Chico Torres participava da lógica assistencialista que o impelia a “prestar serviços”. Seus favores, concedidos aos grupos que demonstravam uma lealdade total, eram do mesmo caráter que seu autor: radicais, romanescos e executados de maneira enérgica e tempestuosa, como se fossem ordens. O depoimento de Seu Louro¹⁰¹ relembra um desses surtos explosivos de generosidade, que ocorreu durante o segundo período em que Chico Torres assumia a prefeitura, em 1972:

Em 1972, Chico Torres era o prefeito de Mirandiba. Eu, Vitorino de Souza de Juazeiro Grande, tive uma promessa de levantar na comunidade uma capela. Precisei de um cimento, para terminar o serviço da igreja. Aí resolvi ver o

¹⁰⁰ A impopularidade de Chico Torres faz parte do folclore mirandibense, que guarda a memória de um dos eventos mais inusitados da história política do Nordeste. Esse fato truculento pelo seu desfecho irônico e cruel – que os mais velhos contam a sociedade – foi a derrota na eleição para prefeito, como candidato único, de Chico Torres! O poderoso chefe, sem adversário na campanha municipal de 1971, conseguiu o “milagre” de tirar menos votos a favor dele do que votos brancos! Uma segunda eleição teve que ser organizada, e desta vez os votos a favor foram um pouco mais numerosos, mas o espectro de uma terceira eleição tinha passado perto. A humilhação sofrida por Chico Torres revela de maneira clara sua fraca aceitação popular, mas revela também a forte influência de um grupo político oposto, liderado por Lilia Campos (filha de Elizeu Campos). A oposição, com certeza, devia ter organizado durante aquela campanha memorável uma propaganda contrária à imagem de Chico Torres, mobilizando seus grupos de eleitores e incentivando-os a votar em branco. O que não conseguimos descobrir é o que levou os opositores a não apresentarem um candidato, como eles fizeram em 1973 (quando elegeram Quinquinha do Arroz contra o candidato de Chico Torres, Chico do Arroz).

¹⁰¹ Descendente dos *caboclos* da Serra de Umã (por parte do pai), liderança da comunidade Juazeiro Grande (onde sua família tinha adquirido dos Carvalhos uma terra), Seu Louro (Vitorino de Souza, nascido em 1930) era uma figura carismática que animava, com seus talentos de sanfoneiro, as festas de novena e outras comemorações nas áreas rurais. A partir de 1972, Seu Louro ingressa na direção do recém-criado sindicato de trabalhadores rurais, onde ele permanecerá até participar, nos anos 2000, da criação de uma nova organização sindical, o SINTRAF.

prefeito, Chico Torres. Cheguei aí no armazém que era dele e falei com ele, para ele escrever no papel, mandando para eu ir entregar na secretária da prefeitura, para lá fazer um documento para eu poder receber o cimento, e para entregar lá no mato no local da igreja. Eu peguei o papel, a ordem de Chico Torres, e fui entregar na prefeitura, a secretária dele. Quando eu cheguei lá, ela olhou, e disse – “Não entrego não, 22 sacos de cimento, e 18 sacos de cal, não dou não, só se fosse para sede (cidade), para o mato não dou não”. Aí, fazer o que? Peguei o papel e fui lá no armazém, cheguei lá contei a história a Chico Torres, aí ele falou – “Vai lá mais eu! Me acompanhe!” Aí ele saiu e sai atrás. Chegamos à prefeitura, na secretária, estava a mulher lá. Chico Torres falou – “Você não entregou esse cimento com esse cal ao Louro [apelido de Vitorino de Souza] para o serviço da capela por quê? Quem é o prefeito aqui é eu ou é você? Você é a secretária eu sou o prefeito! Se a prefeitura não tiver dinheiro, eu tenho aqui no meu bolso, eu compro e dou o cimento e o cal a ele! Eu estou aqui com o dinheiro no bolso, para comprar! Pois eu não sou de duas conversas não! Você sabe que minha conversa é um tiro! Eu não sou homem de duas conversas! Quando eu mandei você entregar 22 sacos de cimento e 18 sacos de cal é porque o homem precisa de fazer o serviço lá. Aí agora você vai fazer o que?” Aí ela disse – “Eu mando logo entregar.” Aí ela pegou o papel, foi lá onde tinha o material e um cabra da prefeitura me entregou 22 sacos de cimentos e 18 sacos de cal. (Entrevista realizada com Seu Louro em 16 de março de 2014).

Num estilo mais leve e bem humorado, Chico Torres surpreendia pela espontaneidade e imprevisibilidade dos seus favores, como se fosse cenas de uma peça de teatro onde o ator impressiona seu público. Dona Teodora conta¹⁰²: “ele ajudava no instante, morria um, dava o caixão! Chegava bem ali, olhe, morreu! Mas o caixão eu dei! Ele dizia na mesma hora!”.

O relato de Chico Torres vincula-se aos conceitos de paternalismo e de coronelismo. Falamos que o líder, embora muito autoritário, era, ao mesmo tempo uma espécie de patriarca benfeitor. Ele podia ser pouco afável, pouco simpático, mas muitas vezes ajudava e protegia: dava sacos de cimentos para construção de uma capela a uma liderança rural, dava caixões para os setores mais pobres que não tinham como enterrar com dignidade seus parentes. O homem, além de proteções concedidas de um modo paternal, distinguia-se também pelo fato de ser um coronel, ou seja, um chefe político revestido do poder público.

Os dois tipos de poder – o do patriarca e do coronel – são complementares e intrincados, e se relacionam com as figuras do patrão e do mediador *broker* descritas anteriormente. A figura do patrão – que não seria um simples patrão, mas um tipo de pai – remete a uma extensão da esfera doméstica na sociedade local. Já o *broker* associa-se a um poder mais institucionalizado, em que o poder público penetra de maneira mais profunda na sociedade local. Aliás, a imagem do *broker*, do mediador, faz pouco sentido localmente. Ela é

¹⁰² Entrevista realizada com Dona Teodora dia 18 de março de 2014.

substituída, nos termos do prefeito Nelson Pereira, pela categoria do patrimonialismo. O político progressista, na sua vontade de transformar seu município, prometia acabar com o patrimonialismo dos *Carvalho*, que para ele era uma forma de gestão personalizada e autoritária do bem público por uma elite local.

1.2.f Paternalismo e patrimonialismo

De modo mais pormenorizado discutiremos os conceitos de paternalismo e o de patrimonialismo. Começamos pelo paternalismo, na qual as relações de patronagem se enquadram, pelo menos em parte. Explicamos anteriormente que um *bom patrão*, para conseguir a obediência de seu público, não pode contar apenas com a coerção ou a riqueza material. Ele precisa de uma legitimidade sustentada por valores sociais, uma legitimidade que, nos termos de Philippe Léna (1996), nasceria de uma lógica paternalista embasada em sentimentos de lealdade e reciprocidade. Sigaud (2004, p.134), no contexto da relação de morada vigiando nas regiões canavieiras do litoral pernambucano, nos anos 1950 e 1960, oferece uma descrição empírica do *bom patrão*:

No quadro da morada, o patrão estabelecia um laço pessoal com cada um de seus moradores. O homem que quisesse trabalhar em um engenho se dirigia ao patrão para lhe pedir morada. Esta compreendia uma casa, o direito de cultivar um pedaço de terra para sua própria subsistência e uma remuneração pelo trabalho efetuado na plantação. Aquele que se tornava um *morador* sabia que poderia contar com o patrão que o protegia, sobretudo nos momentos difíceis, como em caso de doença ou morte; ele sabia também que o patrão lhe daria presentes, como roupas no Natal, peixe na Páscoa e, eventualmente, carne fresca. Em contrapartida, ele devia trabalhar apenas para seu patrão e lhe ser leal. Tais coisas não eram ditas no momento do pedido e concessão da morada, e tampouco algum documento era assinado. Tudo era implícito e todos conheciam as regras do jogo.

[...] do ponto de vista do observador, a proteção e os presentes constituam obrigações patronais, assim como os deveres de não trabalhar fora e de ser leal correspondiam a obrigações dos *moradores*. Tratava-se de obrigações cuja garantia repousava em uma convenção e cuja legitimidade estava fundada na crença na tradição, retomando aqui as proposições weberianas. Mas para o trabalhador apenas suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão ele as representava como dons, como sinais de sua bondade e sentia-se, portanto, endividado. De sua parte, o patrão concebia-se como um doador: a casa da morada, a terra para cultivar, os presentes ao longo do ano atestavam apenas a sua generosidade. Ser generoso era um valor, e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores de sua magnanimidade. Como nem todos os patrões desempenhavam suas obrigações do mesmo modo, haviam aqueles que eram tidos com melhores que os outros.

Embora os contextos do litoral e do sertão pernambucano sejam diferentes, o padrão da relação de morada descrita por Sigaud assemelha-se ao padrão mirandibense. Ambos possuem propriedades importantes, nas quais vivem *moradores*. E ambos são grandes produtores agropecuaristas que movimentam a economia local – a cana de açúcar para a região litorânea e o algodão em Mirandiba.

Elizeu Campos e Chico Torres eram padrões importantes, enquanto grandes proprietários fundiários, produtores de algodão (sobretudo o segundo). Mas no caso deles, as funções políticas predominavam sobre o papel de grande produtor. Seus poderes advinham principalmente da gestão da coisa pública.

Daí o uso por Nelson Pereira da noção de patrimonialismo, para esclarecer sobre as constantes manipulações da coisa pública pelas elites locais. Os chefes políticos tradicionais se apropriariam das funções políticas e dos serviços públicos para reforçar seu poder e impor seus interesses. Fusão do privado e do público, governo para e elite e as custas do povo, essas eram as bases do patrimonialismo segundo o prefeito reformista. O que realmente significaria essa noção? Ela se aplicaria as formas de mediações políticas exercidas pelas elites? Uma breve apresentação do patrimonialismo, tal qual foi pensado por seus principais intérpretes, fornecerá elementos de respostas.

O primeiro que concebeu o patrimonialismo foi Max Weber (1971 [1921]). Para o famoso sociólogo, a noção se encaixa na categoria da dominação tradicional, sendo que a dominação, aqui, é considerada em relação aos valores que as sustentam, antes de se referir à possibilidade de uma obediência concreta. Por isso, Max Weber sempre insistiu sobre a ideia de legitimidade nas interpretações das relações sociais. Ele percebeu, nesse sentido, que o patrimonialismo, como modo de dominação tradicional, precisa de princípios de legitimidade que se encontram na tradição. E entre os princípios destacados, teria um fundamento patriarcal, a comunidade política seria uma extensão da comunidade doméstica, e os atores reconheceram como legítimo a amplitude do doméstico no político.

Para que a comunidade política se efetive, seria necessário uma administração, uma forma de gestão política. Do mesmo modo que a dominação requer normas sociais que a validam, a administração precisa de princípios de autoridade, os quais se encontram também na esfera doméstica. Mas a administração de uma forma de poder como o patrimonial manifesta-se em uma escala muito mais ampla que a escala doméstica. O sistema, com seus

aparelhos políticos e administrativos, difunde-se em espaços onde já existem poderes instituídos. Daí um confronto de poderes e suas tensões resultantes, quando um sistema político se expende.

No caso do Brasil rural da primeira metade do século XX, a fundamentação do poder político federal ter-se-ia acomodado de uma forma de descentralização evocada anteriormente pela noção de coronelismo. Existiam poderes locais de mando nas regiões rurais, e um poder em expansão da república, e ambos teriam resolvidos suas tensões em virtude de um compromisso. Localmente, a efetivação do “acordo” entre os poderes nacionais e locais teria resultado em uma forma de poder patrimonial. As elites locais, embasadas pela lógica patriarcal, exerceriam uma gestão política baseada na autoridade da tradição, a qual, por sua vez, legitimaria a confusão entre bem privado e público.

O exemplo de Chico Torres revela como concretamente tal sistema se efetiva. Vimos que o coronel controlava um arsenal administrativo, composto de policiais, coletores de impostos ou professores. Tal corpo administrativo, dotado de uma lógica burocrática e racional (para seguir os termos weberianos) imponha em certa medida uma racionalidade administrativa, fria e neutra: uma forma de patrimonialismo estamental em suma, em que o mandante principal delegava a seus inferiores hierárquicos funções administrativas. Mas, em muitas situações – e, sobretudo quando as circunstâncias o requeriam – a administração revelava sua sujeição aos mandos do coronel. Chico Torres, em última instância, tinha o poder de manipular o sistema político e administrativo, de acordo com seus interesses e seus caprichos. É o que Max Weber chama de *sultanismo*, ou seja, um sistema político patrimonial afetado pelo livre arbítrio do mandão, do princípio ou do chefe.

Devem ser essas manipulações que tinha em mente o prefeito Nelson Pereira, quando ele dizia querer combater o patrimonialismo. No entanto, até um sistema tão centralizado em torno de uma figura patriarcal tinha suas tensões internas e suas brechas. O mandão não controlava tudo. Alguns exemplos a seguir o revelariam.

1.2.g Outros chefes políticos: mediações mais complexas

Dos anos 1960 até os anos 1970, enquanto os repasses financeiros para a Prefeitura de Mirandiba aumentavam (com uma administração municipal dispondo de mais funcionários e atribuições) o poder dos chefes tornava-se em certa medida mais contingentes e sujeitos a

várias interferências. Os prefeitos e chefes políticos da época, “homens da roça” ou do comércio quase analfabetos¹⁰³, não eram totalmente preparados para essas mudanças. A gestão do sistema autoritário de favores era mais complexa, e mais sujeita ao empenho de agentes locais dotados de competências técnicas. Os chefes com poucos estudos deviam contratar técnicos formados que desfrutavam de uma autonomia maior na gestão pública. Nessas circunstâncias, o exercício do poder podia se tornar uma experiência dolorosa, marcada pelos deslizes de gestão e artimanhas dos burocratas.

O governo do Prefeito Joaquim Bezerra¹⁰⁴ ilustra o relativo enfraquecimento dos coronéis, e em particular a dificuldade de valer-se unicamente das qualidades “tradicionais” de benfeitor cujos favores são consentidos de maneira direta, simples e rápida, sem intercessão burocrática. Joaquim Bezerra, “criado na roça”, tinha pouca aptidão às mediações complexas e ao manuseamento de aparelhos administrativos complexos. A eleição dele como prefeito em 1972 resultou de suas competências para adotar um estilo paternalista “clássico”. Mas, essas qualidades foram insuficientes para assegurar sua permanência, faltavam ao líder qualidades de estrategista.

O paternalismo “clássico” de Quinquinha vinha de seus talentos de médico “charlatão”. O homem *receitava* ao povo, se apropriando do papel de médico num município onde era preciso se deslocar em outras cidades para ser atendido. Tendo aprendido de maneira autodidata a arte de consultar os pacientes, Quinquinha tinha adquirido a fama de nunca errar nos seus diagnósticos. Ele usufruía de uma grande consideração e de uma reputação de pessoa humilde e dedicada, pronta para receber a qualquer hora e em qualquer lugar os doentes.

Uma vez eleito, Quinquinha teve que ampliar suas atribuições e enfrentar os meandros burocráticos. Ele contratou uma equipe de técnicos, e em particular um secretário com “muito estudo”, professor de inglês e parente dele, da família dos *Carvalhos*. Os procedimentos burocráticos eram completamente estranhos para Quinquinha, que preferia ficar na roça de que empenhar-se na administração cotidiana do governo municipal. O povo diz que ele vinha na

¹⁰³ Até os anos 1980, os prefeitos de Mirandiba foram agricultores e comerciantes cujo nível escolar chegava ao ensino fundamental completo. O primeiro prefeito com formação completa foi, em 1983, o Doutor Assis (Francisco Alves de Carvalho). Doutor Assis, médico cirurgião, dono de clínicas particulares em Salgueiro, é um dos homens mais ricos do sertão pernambucano.

¹⁰⁴ Além do “milagre” da derrota como candidato único à prefeitura de Chico Torres, a eleição de Quinquinha é relatada como um dos eventos inesquecíveis da história de Mirandiba. Em 1973, Quinquinha concorria contra seu próprio irmão (Chico do Arroz, apoiado por Chico Torres) e o resultado das urnas deu um empate técnico, os dois candidatos tinham tirado exatamente o mesmo número de votos! Para resolver o imbróglio, foi necessário se referir à legislação eleitoral, que estipulava que o candidato mais velho, caso tivesse igualdade completa, seria considerado vencedor. Foi assim que Quinquinha assumiu o cargo, em detrimento do irmão mais jovem.

prefeitura unicamente para assinar papéis, ordens de pagamentos e outros documentos, que o secretário preparava para ele. A papelada se acumulava e Quinquinha a assinava maquinalmente, sem saber do que se tratava.

O que se tramava era um sistema de corrupção, cujos burocratas eram os agentes principais. Ao final dos quatro anos de governo, as suspeitas de malversação financeira eram tão óbvias que o governo federal entrevistou, decidindo *lacrar* o cofre da prefeitura, as contas sendo todas manchadas pelas irregularidades. O caso do “cofre lacrado” virou assunto público, tema de rumores e fofocas, e o prefeito em final de mandato virou alvo de críticas irônicas por parte dos adversários políticos e dos eleitores. O povo conta que, ao sair nas ruas de Mirandiba depois de ter transferido ao seu sucessor as chaves da prefeitura, o Quinquinha desabafou seu rancor. Dona Teodora relata o que o homem declarava na frente dos grupos que o rodeavam: “Hoje eu sou um homem, mas antes eu era um cabra safado... Cabra safado porque prefeito tudo o quanto acontece a culpa é do prefeito¹⁰⁵.”

Joaquim Bezerra, médico do povo, homem da roça, era supostamente um *bom patrão*, mas essa qualidade não fez dele um gestor rigoroso e atento. Além disso, sua posição de chefe se limitava a gerir recursos *automaticamente* alocados pelo estado e governo federal. Suas funções de “corretagem” (*brokerage*) se resumiam a um simples trabalho de representação. Ou seja, ser o prefeito de Mirandiba, com um determinado número de votos, e *esperar* os benefícios dos poderes estaduais e federais.

Irmão de Joaquim Bezerra, Chico do Arroz, prefeito de 1971 a 1974, contentou-se com essa função “trivial” de representante. Sua maior iniciativa era bater nas portas do governo estadual e esperar uma retribuição de seus governantes. Mesmo assim, o antigo prefeito, ainda vivo, narra suas viagens a capital de Pernambuco como momentos em que era necessário muita competência e fama para conseguir apoios. Na verdade, o que contava não era uma habilidade específica de intercessor captando recursos, mas a valorização de possíveis laços pessoais com os governantes mais influentes. É o que sugere Chico do Arroz quando evoca sua amizade com o governador Nilo Coelho, amizade forjada no exército, em uma época em que as duas personalidades faziam parte das tropas preparando-se para a segunda guerra

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Dona Teodora em 18 de março de 2014.

mundial¹⁰⁶. Nas noites em que ele estava liberado de suas obrigações militares, o futuro prefeito, com seu violão, tocava as “modas de viola” para o futuro governador e seus parentes, que controlavam a política em Petrolina. Tulane Souza (2013, p.45), ao entrevistar o antigo prefeito, conta como ele narra o momento paradigmático de reencontro com seu antigo amigo, desta vez não como simples soldado reservista, mas como prefeito de Mirandiba buscando apoio. Esse momento é a viagem ao Palácio das Princesas (sede do governo estadual), logo depois da eleição de Chico do Arroz em 1971:

Quando eu cheguei ao gabinete e conversei com a secretária do governador, pedi que ele anunciasse que o prefeito de Mirandiba estava ali para falar com o governador, e assim ele fez. Depois de uns minutos eu fui chamado pra entrar na sala de Nilo Coelho e quando ele me viu levantou ligeiro, e disse bem alto: - Oxên Chiquim é tu?! Tu virou prefeito?

O evento foi proveitoso. Chico do Arroz conseguiu do governador o calçamento de ruas e uma máquina de perfuração de poços artesianos. Ele relembra sua façanha, num tom de nostalgia e de reprovação as atitudes dos atuais administradores:

Eu pedi ao governador dois ônibus e uma maquina de fazer poços. Aí ele me deu... As máquinas estão lá na prefeitura enferrujada feito ferro velho. O Prefeito faz poços para ninguém! Eu fiz poços para todo mundo! (Entrevista realizada com Chico do Arroz em 16 de março de 2014).

A articulação de contatos para drenar localmente bens e serviços era um empreendimento ainda simples. Mas, era o máximo que os chefes políticos da época podiam colocar em prática, para conter a lenta erosão do poder dos *Carvalhos*. O relativo declínio dos chefes políticos tem em certa medida uma ligação temática com um estudo de Silverman (1965) que alegou, em uma pesquisa na Itália Central rural, que o mediador e o patrão, atores predominantes nas sociedades pré-industriais, teriam um papel menor no mundo moderno. Isso porque nos países em “estado de desenvolvimento mais avançado”, as instituições públicas mais fortes (menos personalizadas) contrariam as intermediações dos patrões e mediadores.

Na perspectiva de uma evolução, de sociedades “primitivas”, pouco diferenciadas, a sociedades “modernas”, racionais e burocratizadas, o autor identifica em primeiro uma fase de dominação dos patrões, em segundo um período de transformação desses patrões em mediadores, e em terceiro um momento de eliminação dos mediadores.

¹⁰⁶ Afinal, Chico do Arroz e seus colegas não foram para Europa participar da guerra.

O aumento dos processos de mediação remete a unificação italiana, em 1860, data que iniciou uma fase de fortalecimento do estado e de suas relações com o campo. Os padrões locais, grandes proprietários de terras, tornam-se os intermediários privilegiados entre o poder público e os pequenos agricultores. Esses últimos, que obtinham do patrão serviço nas roças ou empréstimo de dinheiro, passam a solicitar o mediador para conseguir serviços de previdência social ou todo tipo de informações relativas às instituições públicas. O trânsito de recursos e bens, cuja complexidade é maior em relação ao tempo dos padrões, é em parte controlado por notáveis, os *Signori*, descendentes de latifundiários, exercendo profissões reconhecidas tais como médicos, professores, padres.

Contudo, a partir da segunda guerra mundial, os mediadores perdem espaço. Eles são, em primeiro lugar, enfraquecidos pela fragmentação fundiária: a divisão das propriedades, a falência de alguns proprietários e a ascensão de pequenos agricultores, contribuem para o declínio econômico, político e social dos padrões mediadores. Em segundo lugar, a maior penetração do Estado nas localidades rurais faz com que os serviços públicos sejam generalizados e menos sujeitos a intermediários. Enfim, o crescimento do movimento sindical – focado nas questões dos direitos sociais – e a abertura política favorecem a circulação de novas ideias e novas oportunidades que beneficiam as camadas sociais mais baixas.

Isso não significa que as mediações cessem, mas elas perdem o caráter de exclusividade e de controle: o *broker* não é mais o *critical guard* pelo qual transitam todos os recursos, bens e serviços dos governos. Silverman considera que o surgimento de novos intermediários concorrendo com os antigos, e a abertura das redes de atores mais fluidos, abertos, selam o fim da época dos *brokers* e anunciam uma fase mais democrática¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Uma análise parecida, também em contexto italiano, é a de Bailey (1969), autor cuja contribuição será mais detalhada nos parágrafos a seguir. Num artigo sobre os *Signori*, notabilidade de vilarejos, nos Alpes Italianos, Bailey descreve a passagem de uma fase em que as elites controlam as mediações dos camponeses com o mundo afora, a uma fase mais aberta, em que as intermediações são mais diversificadas e democráticas. No momento do “monopólio” dos *Signoris* (até a segunda guerra mundial), o mediador apropria-se, de maneira individual, do bem público. Ele o faz pela criação de uma ficção compartilhada por todos, em que a “redistribuição” de serviços públicos torna-se um serviço privado do benfeitor que ajuda seus grupos de obrigados (Bailey, 1969, p.243): “the *Signori* are those who have resources or skills or connections with the world beyond the village. You can enter into transactions with them-indeed, if you need something from the world outside, you must do so, for there is no other access. But the price you pay for such a transaction is not just the deference and the prestige which is, so to speak, normal. They are middlemen, rewarding themselves with big profits for small efforts, pretending that their private gain is public service”.

No momento de “abertura” os *Signoris* entram em declínio. Eles não têm mais a capacidade de serem os *critical guard* entre o mundo das instituições públicas e dos vilarejos. A industrialização, as migrações, a erosão dos modos de vida camponeses e a maior difusão das instituições públicas fazem com que os mundos rurais sejam articulados por relações diversificadas, em parte horizontais.

Obviamente a situação em Mirandiba difere significativamente em relação à Itália rural. As instituições públicas, no país europeu, eram mais desenvolvidas e impessoais que no pequeno município do sertão. E a generalização dessas instituições se dava em um contexto de menor desigualdade social. No entanto, nos dois casos, temos uma dinâmica de difusão de instituições públicas e uma dinâmica de descentralização dos poderes, com um aumento significativo do poder dos “estamentos” burocráticos.

O caso do “cofre lacrado” que, repetimo-lo, envolveu um professor da família *Carvalho* desviando recursos da prefeitura sem o conhecimento do prefeito, constitui um exemplo relevante de uma forma de descentralização. Embora tal forma seja de pouco proveito para a população, ela remete a um panorama político mais aberto e diversificado, em que pessoas dotadas de competências específicas têm a possibilidade de se beneficiar. Se o beneficiamento aqui aponta para uma personalização das instituições públicas – que o estudo de Silverman vê como um fenômeno decrescente – ele ocorre de fato em uma dinâmica de desenvolvimento do arsenal público, o qual conduz a uma perda relativa de influência dos coronéis e padrões tradicionais.

1.3. OS “PEQUENOS CHEFES”: LÍDERANÇAS E PARENTELA

Narramos o percurso de Mirandiba através de seus chefes políticos. Falta conhecer a Mirandiba dos de baixo, dos mais dependentes, dos eleitores, o povo mirandibense e em particular suas lideranças, chefes familiares interlocutores dos grandes chefes.

1.3.a Os Jerônimos e o João Isidoro: boiadeiros, agricultores e comerciantes

Começamos com três personalidades já citadas durante o percurso que fizemos com o objetivo de apresentar Mirandiba. Os três são da mesma família – avô, pai e genro do pai – e compõem o que poderíamos chamar de estratos sociais intermediários, nem da elite, nem moradores sem terra, nem dominantes na política, nem totalmente dominados na vida social.

O primeiro é Joaquim Jerônimo, figura histórica que ninguém conheceu vivo, mas cuja trajetória é contada pelos inúmeros descendentes. Lúcio Jerônimo nasceu no final do século

XIX, vinha da fazenda Panela d'Água como os *Carvalhos* e era boiadeiro, uma atividade que dava certa condição e que se beneficia de certo prestígio.

Deixamos um de seus bisnetos, José Ferino, contar como começou a “saga” de seu antepassado:

Veio [Joaquim Jerônimo] da Panela d'Água. Perto de Itaparica. Chegou perto do *Bola* [comunidade onde moram grande parte de seus descendentes], a geração era pouca nessa época.

[O entrevistador]: Em que ano?

- Quando começou a geração, é antigo. Bem antigo. Já vem de longe, do século para trás, minha mãe que contava da mãe dela...

Roubou [Joaquim Jerônimo] uma moça lá, em Panela. Botou na casa de um tal de Senhor de Exu. Nesse tempo ele era rico. Aí casou com ela. Namorou com ela a família não queria. Casou com ela, foi morar no *Bola*.

(...)

Joaquim namorou com essa moça que era branca não é. E naquele tempo antigo o pessoal só queria que se casasse se fosse da família. A família não deu casamento a ele. Robou de lá e ficou na casa do Senhor de Exu.

[O entrevistador]: A Panela d'Água é de onde vem os *Carvalhos*. Joaquim Jerônimo tinha algumas ligações com eles?

- Tinha uma ligação porque o senhor do Exu é dos *Carvalhos*, que deixou a filha na casa dele, a filha que tinha roubado. A mulher era da Panela d'Água, era de outra família, nem *Carvalho* nem *Jerônimo*. Não sei de que família, se era *Carvalho*¹⁰⁸...

Amparado pelo Senhor de Exu, o boiadeiro Joaquim Jerônimo veio em Mirandiba viver seu casamento e “começar a geração”. É nesse ponto que o antepassado é um pioneiro, um fundador de uma dinastia familiar, que estenderia seus ramos em muitos lugares de Mirandiba. Zé Ferino comenta assim:

Os filhos de Joaquim Jerônimo. Teve Lúcio, casou com uma das *Presse* [uma fazenda], que é dessa família *Carvalho*; teve Rodrigues, que gerou a família *Rodrigues*; Cândio: que casou com uma mulher da *Barreira* [outra fazenda] com família *Gomes de Sá*.

Lúcio [o primeiro filho de Joaquim Jerônimo] teve 12 filhos. Uma casou com meu pai... Muitos filhos mulheres. Outro casou com Evarista, outro com Vicente, outro com Miguel, irmão de meu pai.

¹⁰⁸ Entrevista realizada dia 25 de fevereiro de 2016.

Meu pai teve dez filhos com a primeira mulher, casou de novo. Teve mais oito¹⁰⁹.

Chegamos agora a João Isidoro, o homem que emprestava dinheiro aos *Carvalho*, em particular a um dos irmãos de Chico do Arroz, que começaria a formar uma grande dinastia de médicos. Mas, como João Isidoro, de condição humilde e casado com uma neta do boiadeiro Joaquim Jeronimo, chegou a emprestar dinheiro a pessoas da elite local? Chegou porque afinal tinha um patrimônio valioso, uma propriedade de tamanho significativo e uma atividade comercial que gerava renda.

Contudo, para conseguir essa situação, João Isidoro teve que demonstrar grandes qualidades de abnegação. Zé Ferino conta como começou a ascensão do pai:

O pai de meu pai era de Alagoas. Naquele tempo antigo, o pai dele [de meu pai] veio morar aqui, nessa família Pires [um ramo da família *Carvalho*], veio morar de morador. Meu pai se criou ali, trabalhou. A primeira roça que ele fez, naquele tempo antigo que as coisas eram difíceis, foi chupando umbu... Botou a primeira roça... O ano foi ruim. Mas botou em um terreno bom. A roça deu umas coisas, vendeu, comprou uma novilha de vaca. O patrão dele achou ruim, porque enricava. Aí meu pai casou com a filha de Lucio que tinha muita terra, comprou terra ao sogro dele. Muita terra¹¹⁰.

Uma vez casado, João Isidoro criou uma grande família (18 filhos com duas mulheres) e virou comerciante. Ele percorria o sertão para comprar alimentos, no intuito de revendê-los em Mirandiba, em particular na área rural. Antônio Valério, neto de José Isidoro, descreve a atividade de seu avô, e ao mesmo tempo descreve como essa atividade fazia dele um homem reconhecido e procurado tanto pelos mais ricos quanto pelos mais pobres:

João Isidoro fazia vasos, quadrado de tijolo, para guardar o feijão... Vendia por bom preço... Para quem precisava. Ele fez um aduzia de malas, saco de caroá, para viajar para Alagoas: doze jogos de malas, podia chover, não molhava nada. Não molhava a rapadura... Ele ia a cidade que tinha o trem para Maceió [em Alagoas]. Era oito dias para ir lá. Tinha os pontos... Comprava legumes que vinha no trem Ele voltava, legumes, milho, feijão, farinha, sal... Ele ia com os filhos, o pai da minha mulher. As vezes o pessoal pagava em comida, tinha tempo que o cabra tinha o dinheiro mas não tinha comida para comprar...

(...)

Meu avô era um senhor de engenho [ele produzia rapadura que ele vendia em Alagoas], dentro da honestidade. Ele comprou várias propriedades no *Caruru* [o nome do lugar onde morava]. A quem dava comida [João Isidoro comprava através de doações de comida]. Seu Neto do Caruru [um

¹⁰⁹ Entrevista realizada dia 25 de fevereiro de 2016.

¹¹⁰ Entrevista realizada dia 24 de fevereiro de 2016.

proprietário médio], ele vendeu, ele tinha muitos filhos, ele não tinha comida para sobreviver, passava fome, comendo comida brava.

Aí ele esqueceu de formar os filhos deles, o mundo é dos mais sabidos.. O homem formado ganha muito mais... Terra não tinha valor, naquela época. Ele não pensou em formar os filhos, não sei se ele tinha leitura... A maioria era analfabeta... O dinheiro perdía valor, vendia, valor de uma vaca, aquele que era dinheiro de uma vaca, só dava para comprar uma cabra... As coisas iam diminuindo, não tinha futuro emprestar dinheiro...

Zé Ferino lembra também o costume de seu pai de emprestar dinheiro:

Emprestava a comerciantes de Belmonte. Nessa época era Belmonte. Mirandiba não tinha comércio. Quando ele morreu quem estava devendo não pagou não. Quando vivo eles pagavam o juro.

Quando ele morreu fiquei com 9 anos de idade. Doutor Zé Alves [*Carvalho dos Arrozeiros*], o pai dele pegando dinheiro emprestado com meu pai. Zé Alves é irmão de Chico do Arroz. Ele morra em Serra Talhada, morreu já... Estudava medicina, pegava dinheiro quando precisava.

[O entrevistador]: seu pai tinha leitura?

- Só fazia as contas...

[O entrevistador]: ele nunca pensou em botar os filhos para estudar?

- Não... Tudo dele era roça. Betinho [um filho dele] dava pra se formar... Passava remédios pro povo. O povo procurava ele.

O velho era muito seguro. Para gastar com filho não¹¹¹...

Afinal, João Isidoro é descrito como honesto, trabalhador e bem-sucedido, mas é visto também como alguém que não teve uma visão muito pertinente das coisas. Ou seja, ele não teria reparado que o melhor futuro para os filhos era estudar, em vez de trabalhar de roça. Ao contrário de alguns dos *Carvalhos*, que apostavam nos estudos, João Isidoro dava valor a roça. Ele criou assim 18 filhos que todos foram dotados de uma terra para cultivar.

Outro ponto é que, com a nova geração, o patrimônio do pai ficou parcelado. Sua grande terra, em virtude de seus numerosos filhos, foi fragmentada em pedaços de terras menores, que todas deviam sustentar famílias numerosas. Enquanto os *Arrozeiros* cresciam, tirando os frutos de seus investimentos em estudos, o “clã” de João Isidoro estagnou ou até regrediu. Porém, mesmo com essa relativa decadência, João Isidoro é lembrado como um homem bom, um homem de palavra que inspirava respeito. E do mesmo jeito o pai e o avô de sua esposa – Lucio Jerônimo e João Jerônimo – são também lembrados por suas qualidades morais.

¹¹¹ Entrevista realizada dia 25 de fevereiro de 2016.

Em todas essas trajetórias, temos exemplos de líderes familiares, líderes de estratos sociais intermediários, que souberam liderar suas famílias amplas, mas não souberam adquirir um peso político ou um patrimônio econômico que pudesse mantido e até prosperado.

1.3.b Jiboião: liderança negra

Em um nível social mais desfavorecido, outro exemplo de liderança familiar é o Jiboião, que conheceu os três principais chefes políticos descritos: Elizeu Campos, Chico Torres e Joaquim Bezerra. Nascido na década de 1910, Jiboião foi morador de Elizeu Campos, e depois de Joaquim Bezerra, o qual lhe vendeu uma pequena parte de sua propriedade (que localmente as pessoas chamam de *fundo de pasto*).

Criado com sua família na Serra do Arapuá, região hoje incluída na área indígena Pankará (município de Carnaubeira da Penha), o jovem Jiboião e seu pai conheceram Elizeu Campos em uma festa de São João, que este último tinha organizado na atual cidade de Mirandiba. Procurando pessoas para trabalhar na sua fazenda, o chefe político aproveitava as comemorações juninas para “oferecer” morada as pessoas de condição humilde. Foi assim que a família de Jiboião mudou-se para sua fazenda. Jiboião foi então criado em uma pequena casa de taipa, cuidando do roçado do pai e do gado do patrão.

Contrariamente a seu pai, o jovem Jiboião não se contentou de uma simples vida de morador comum e discreto. Ele distinguiu-se por um nível de carisma e iniciativa que chamaram a atenção de Elizeu Campos. Após alguns anos na fazenda, o morador tornou-se um protegido especial que, além de expressar talentos artísticos (ele tocava e cantava nas festas), era encarregado de tarefas peculiares, como as de guarda costa de seu patrão. Jiboião, como *cabra* de Elizeu, oferecia para ele todo tipo de serviço, conforme as circunstâncias. Quando o Lampião se arranchou na sua terra, Jiboião foi mandado para trazer comida aos cangaceiros reunidos debaixo de um grande pé de baraúna, bem perto das casas dos moradores. Mesmo sem intenções abertamente belicosas, as tropas do Lampião inspiravam receio e Jiboião era a pessoa indicada para sondar os ânimos dos perigosos visitantes.

Foi, aliás, após a visita dos cangaceiros que Jiboião viveu um momento de aflição. E a aflição foi solucionada pelo patrão “magnânimo”, o qual ajudou seu protegido quando as circunstâncias o exigiam. Jiboião tinha sido preso pela polícia de São José de Belmonte, por supostamente ter colaborado com os cangaceiros. Acusava-se o morador de ter recebido de

Lampião roupas extorquidas pelos cangaceiros a uma senhora da família *Carvalho*. Jiboião teria então presenteado as roupas a sua mãe, a qual, inconformada com a oferta ilícita, ter-se-ia recusado a aceitar o presente e teria avisado a seus patrões da família *Carvalho*. A propagação do feito foi rápida, resultando na prisão de Jiboião antes de seu patrão ter tomado conhecimento dos acontecimentos. Surpreso, durante uma festa, pela ausência de seu morador que costumava tocar carrossel em todas as comemorações, Elizeu indagou sobre tal situação e aprendeu do episódio da prisão. Logo então ele procurou o policial em Belmonte, e mandou uma carta na qual se responsabilizou pelo Jiboião, que foi liberado alguns instantes depois.

Os anos passaram e depois da morte de Elizeu Campos, em 1952, seu genro, Joaquim Bezerra, tornou-se o protetor de Jiboião pelo fato de ter herdado das terras onde viviam os moradores. Nos anos 1950, a comunidade dos moradores tinha crescido bastante. Jiboião, além de ser pai de família, era considerado o líder do vasto clã dos Gomes, família extensa de pessoas negras cujas origens remontavam a Serra do Arapuá e Serra Umã (hoje áreas indígenas), Conceição das Crioulas (área quilombola) e outras localidades desconhecidas dominadas por donos de fazendas.

O grupo dos moradores em forte crescimento se beneficiaria com a intercessão de seu líder Jiboião de um acontecimento favorável. Um conflito entre o patrão da fazenda Joaquim Bezerra e um fazendeiro vizinho resultaria na venda, pelo primeiro, de uma parte de sua terra, no intuito de criar uma área neutra na divisa contestada entre os dois protagonistas rivais. Joaquim Bezerra, no início, queria vender a parcela da propriedade a outras famílias abastadas, mas seus parentes o aconselharam de cedê-la a Jiboião, já que o chefe dos moradores morava lá e era considerado como pessoa de confiança. Jiboião comprou então sua primeira terra, uma propriedade de “5000 braços e tantos de cerca” (50 hectares) intercalada entre a vasta propriedade de Joaquim Bezerra (que dispunha ainda das melhores terras e dos melhores poços) e a propriedade do fazendeiro rival, conhecido por “mexer com escrituras” e conseguir com esse viés invadir “legalmente” (através de documentos de cartórios) as terras dos vizinhos.

Novo proprietário, Jiboião conseguiu manter boas relações com seus dois vizinhos, inclusive o mais espertalhão que fraudava documentos fundiários. Gozando de uma relativa tranquilidade, e também da alta de produção de algodão, Jiboião diversificou suas fontes de renda, ao iniciar atividades comerciais. Com um jegue e uma carroça, ele começou percorrer o atual Mirandiba e o município limítrofe de Carnaubeira da Penha, vendendo pequenas

mercadorias e alimentos. Os lugares visitados eram geralmente muito perigosos – neles aconteciam muitas brigas – mas o comerciante novato andava vigilante, com seu grande punhal que sempre puxava em momentos de apertos. Em outras situações a demonstração de força nem era necessário, porque Jiboião era um grande comunicante que, além das habilidades comerciais, sabia demonstrar qualidades de apaziguador.

Porém, nosso homem revelou que não podia sofrer vexame. Nessas circunstâncias o caráter brando dava lugar a uma tremenda bravura. Foi isso que aconteceu em um feito memorável tendo como protagonista rival o antigo patrão, o próprio Joaquim Bezerra. O incidente, muito lembrado, ocorreu durante uma feira na cidade atual de Mirandiba (que na época dos fatos nos anos 1950 ainda se chamava São José dos Campos). A natureza dos fatos e seus desfechos revelariam que Jiboião tinha “prestígio” e que os patrões da família Carvalho não eram tão poderosos e prepotentes como se pensava. Seu Louro, que já forneceu um depoimento sobre Chico Torres e sua doação a uma capela, conta o evento:

Foi na feira de Mirandiba, Quinquinha [Joaquim Bezerra], chamou Jiboião de safado, de negro safado, sem vergonha! Isso é história, você é mentiroso! [Essas trocas de palavra eram originalmente uma conversa em tom de brincadeira sobre os preços das mercadorias compradas e vendidas por Jiboião]. Quando ele fechou a boca... Aí o Jiboião puxou pra faca: “ – *Diga Seu Quinquinha que eu sou negro safado, que eu sou um irresponsável, diga que eu sou negro de vergonha... Eu sou negro de verdade! Eu não tenho medo do senhor e de nem um nessa terra! Diga que eu sou safado para ver se eu pôs esse punhal em você! Diga, diga que eu sou safado!*” O negão, pegando na camisa dele, agarrando... – “ *Diga que eu sou safado, diga sem vergonha! Diga que eu sou ladrão! Eu não sou negro safado, nem negro sem vergonha como o senhor está dizendo... Fala de novo que eu quero lhe mostrar quem sou eu, o negão!*” Aí Quinquinha: “ – *O que! O que é isso Jiboião! Você está doido? Você está doido Jiboião! Você quer me matar? Você quer fazer isso comigo por quê?* Aí Jiboião: “ – *O senhor também é mal educado! Tem que saber falar com as pessoas! Me chamar de negro safado, de negro sem vergonha! Eu sou assim não! Me respeite seu Quinquinha! Eu estou respeitando o senhor, que o senhor é um homem bom, pai de família, chefe de Mirandiba... Mas eu não tenho medo do senhor não! Eu tenho medo de jeito nenhum!*” Aí Quinquinha: “ – *O que é isso Jiboião, o que é que isso? Você está nervoso? – Nervoso não! O senhor vem com um negócio para zoar aqui, eu também tem que lhe responder...*” Pronto! Ficaram amigos, camaradas, correndo todos doidos falando um com o outro...

Seu Lu, filho de Jiboião, confirma a versão de Seu Louro, mas com uma conclusão diferente, menos amigável:

Quinquinha fala [depois do ocorrido] pra meu pai, que vou lhe matar! Meu pai: - *se prepara major! Pois é Seu Major Quinquinha! Você mandou me*

preparar pra brigar, vou me preparar mesmo! Encheu de chumbo um bacamarte e botou nas costas: vou brigar com Seu Quinquinha agora! Os irmãos de pai, não vai não! Mas aí ele vem sozinho, bacamarte nas costas. Espiando pra o beco do outro lado. Esperando Quinquinha.

Quinquinha ajuntou Adilo, Livino Grande [todos da família Carvalho], Nezinho de Suza [irmão de Chico Torres], Chiquinho de Suza [Chico Torres], esses homens todinhos de mais disposição: Quinquinha não vai não, você vai se dismantelar com negro que tem nada! Um negro, mata ele arranja inimigos os parentes deles todinhos descem a Serra de Umã [que já era área indígena, perto de Mirandiba] e a Serra do Arapuá [hoje área indígena] encontrar com você, falaram para ele. Que eles [os parentes de Quinquinha] tinham mais força, eram majores, botaram na cabeça de Quinquinha para ele se aquietar. Aí ele se aquietou.

Aí se encontraram na rua. – *Diga Major!* – [Quinquinha]: *que eu quero falar com você.* – *Pronto! Falar comigo. Mas outra coisa Major! Vai falar comigo sem falsidade... Se o senhor quiser falar comigo, fala sem falsidade.* – *Não! Você mora no meu terreno, e o terreno agora é seu, aquele ali passou*¹¹²...

As narrativas sobre a briga são diferentes, mas o que as unem é a ideia de uma verdadeira margem de manobra de Jiboião que, apesar de ser um homem simples, pequeno proprietário, parente de moradores, soube impor certo grau de respeito aos mais poderosos de Mirandiba. Os *Carvalhos* dominavam Mirandiba – em particular os moradores negros de suas fazendas – no entanto, eles não eram potentes e impiedosos ao ponto de impor todos os seus caprichos.

Jiboião era negro, humilde, mas afinal ele era um chefe. Um pequeno chefe, mas um chefe mesmo, um “*homem de palavra*”, um homem cuja palavra era reconhecida e valia mais que qualquer recomendação de chefes políticos. O homem era também “metido coronel”, como o sugere alguns relatos evocando sua ação frente a polícia de Salgueiro, para tirar da cadeia seus parentes presos por um determinado caso.

“Homem de palavra”, que com seu prestígio conseguia tirar parentes da cadeia, Jiboião era afinal uma espécie de mediador. Um mediador com pouco poder e contatos, mas um mediador capaz de ajudar sua ampla família. A função mediadora de Jiboião se revelou em circunstâncias de crise geral no sertão, no período das secas e das políticas de emergência do governo militar. Depois da grande seca de 1970, seca que afetou todo o sertão nordestino, Jiboião teria conseguido se apropriar de quantidades de alimentos do governo, para redistribuí-los aos parentes, vizinhos e conhecidos de várias localidades da área rural de Mirandiba. Sem sua intervenção, os alimentos dos programas de emergência nunca teriam sido distribuídos

¹¹² Entrevista realizada dia 2 de julho de 2015.

localmente. Eles teriam sido levados em outras localidades, visto que as quantidades fornecidas pelo governo não atendiam nem de longe a demanda em alimentos da população.

A intervenção de Jiboião, nesse clima de aflição, não foi a de um mediador clássico. Ela foi uma intervenção autoritária, feita sem o consentimento do governo. Foi simplesmente uma ação violenta, um saque. Jiboião, com a ajuda de comparsas, saqueou um dia os carregamentos dos programas de emergência, ao atacar as pessoas que os dirigiam. Porém, a ação não é vista com um roubo, uma coisa ilícita, mas como uma ajuda, que beneficiou a muitas famílias que, sem o Jiboião, não teria tido acesso aos alimentos. Tratou-se, nesse sentido, de uma ação mediadora, feito através de uma intermediação pelo bem de todos. Eduardo Gomes de Souza, bisneto de Jiboião, conta o feito de seu bisavô, feito que é contado e repassado de geração a geração:

Pelo que sei dele, meus avôs contaram, no tempo das secas, o governo transportava seus alimentos em carregamento. Pessoas passando fome. Levava as comidas com alimentos. Jiboião barrava os carregamentos do governo, tomavam com feição os sacos de farinha, feijão, milho: eles pegavam e iam distribuir um pouco para distribuir. Para toda família, por onde ele passava, para fazer divisório.

[O entrevistador]: - era o tempo da emergência, da ditadura... Não tirava de outro?

- Era. Foi o tempo. Distribuir para as famílias. Não tirava de um agricultor. A gente não sabia o que o governo ia fazer com isso. Era pessoa disposta, tinha feição, não pegava tudo.

Se não fosse ele, eles não iam dar nada para vocês...

É. Como se ia passando direto: vamos deixar nosso aqui logo¹¹³ [risos].

Quando os grandes chefes políticos de Pernambuco vinham em visita no município, Jiboião expressava também suas qualidades de mediador, pelo fato de reivindicar benfeitorias para o povo em geral, e não para seu “povo” em particular. É o que relembra Dona Teodora ao relatar um fato inusitado tendo ocorrido enquanto Joaquim Bezerra, então prefeito de Mirandiba, estava recebendo o governador de Pernambuco, em 1971:

Governo veio, no pleito de Quinquina. Jiboião queria falar com o governador: - *“Eu quero falar com o major!”* O governador abraçou ele. - *Eu quero que o senhor mande fazer a ponte, daqui, que nos vive aqui ilhado, quando chove, dia de feira, não passa comida para cá.* Ele [o governador] falou: - *apos, a primeira pedra da ponte você coloca!* Saiu no jornal. O governador pediu: - *A primeira pedra que vai botar na pedra é o senhor...* O governador já vinha para isso mesmo, para falar com Quinquina. O povo ia

¹¹³ Entrevista realizada dia 24 de outubro de 2016.

pensar que ele [Jiboião] ia pedir coisa pra ele. Já vinha muito tempo o povo querer a ponte. Desta vez o governador veio, não sei se no sentido desta ponta ou se ele não sabia...

Infelizmente, Jiboião não viu a ponte construída. Ele morreu antes, em consequências de golpes de facadas que tinham deixado sequelas. Por razões poucas claras, alguém tinha tentado matá-lo em um bar de Mirandiba. Depois do susto, aliás, parecia que os golpes não seriam fatais, Jiboião tinha aparentemente recuperado sua saúde e tinha passado meses quase normais. Todavia, um médico o avisou que a facada tinha atingido o pulmão. E foi com problemas nesse órgão que Jiboião morreu.

1.3.c Poseidon Caboclo: liderança sindical

Mais jovem que Jiboião, Poseidon Caboclo seria também mais envolvido nas atividades sociais: ele foi uma das primeiras lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais, nos anos 1970 e 1980. E ele foi um dos primeiros a adotar uma postura de oposição no seio de uma entidade sindical que era considerada *pelega*, por ser controlada pelo *Carvalhos*, em particular por Chico Torres. Ao contrário de seu primo Oscar do Arroz, que assumiu a presidência do sindicato durante múltiplos anos, Poseidon não parecia se submeter às ordens ou intimidações dos chefes políticos. Ele foi uma figura muito destacada das eleições sindicais de 1985, que ele perdeu de pouco contra o grupo de Oscar do Arroz, eleito com o apoio dos *Carvalhos*.

Nessa fase de redemocratização, Poseidon parecia ter um futuro promissor: ele tinha participado da fundação do PT em Mirandiba (em 1987), tinha ganhado novos contatos nas esferas dos movimentos sociais e sindicais, e enfim tinha reforçado sua posição no movimento social local, animado pelo futuro prefeito Nelson Pereira. Todavia, o destino foi contrário, em 1989, a liderança foi assassinada pelo clã dos *Abadias*, aparentemente em decorrência da *questão* que esta família tinha com os *Benvindes*. Mesmo não fazendo parte dos dois clãs, Poseidon teria morrido por dar um apoio logístico aos *Benvindes*, com quem ele era vagamente ligado através de um de seus filhos (casado com uma *Benvindes*). Mas para muitos, ele morreu por outras razões: problemas de divisa de terras, segundo alguns, queima de arquivos, segundo outros – por ele ter sido a par de roubos de gado por parte de ladrões morando perto de sua fazenda – ou um pouco de tudo isso para outros, pelo fato dele viver em uma comunidade rural atravessada de conflitos, onde cada um se acusava mutualmente de roubar a terra ou o gado dos outros.

Seja qual for a trama de sua morte, pode-se dizer que Poseidon, junto com Nelson Pereira, foi uma das primeiras lideranças alternativas de Mirandiba. Vamos contar então um pouco de sua trajetória.

Poseidon morreu em 1989 no contexto de uma *questão*, e chegou a Mirandiba em 1960, também através de uma *questão*. Natural do atual município de Verdejantes, e mais precisamente de um lugar chamado Jatobá (onde ele possuía uma fazenda e criava gado), Poseidon veio à Mirandiba participar de *acordos* a respeito de um conflito entre um de seus parentes próximos, Zé Honório, e a família dos “Caboclos”. Zé Honório e os *Caboclos* tinham uma contenda sobre *linha de terra*: o gado e a criação dos últimos penetravam na terra do primeiro; mas como a divisa (a linha) entre as duas propriedades não era clara, cada lado alegava agir de acordo com seus direitos. Os *Caboclos* deixavam os animais pastar em lugares que eram supostamente deles, e Zé Honório reclamava da intrusão dos mesmos animais na sua propriedade. E diante da falta de diálogo entre os dois lados, a briga foi deflagrada. Os *Caboclos*, mais numerosos e valentes, “*brigaram no cacete*” contra Zé Honório, deixando-o supostamente morto. Mas o homem, milagrosamente, não morreu; e uma vez restabelecido, ele defendeu sua causa. Uma mediação foi então realizada, os chefes políticos, em particular Chico Torres, juntaram os protagonistas do conflito. Outras pessoas tendo uma relação mais ou menos direita com o caso participaram também das negociações. Foi assim que Poseidon Caboclo, primo de Zé Honório, se envolveu na resolução da *questão*.

Essa participação tinha uma justificativa simples. Poseidon era influente e sua palavra tinha valor. O homem possuía uma fazenda de tamanho significativo, ele criava gado e era bom vaqueiro, e na sua região ele era alguém reconhecido – como o comprova seu direito de posse de arma, que lhe tinha-sido outorgado por um chefe político de Verdejantes. Detentor de uma *patente*, de um título prestigioso que o autorizava a andar com sua pistola na cintura, Poseidon era um pequeno chefe. Mesmo *caboclo*, ou negro (conforme as situações), ele era um chefe. E foi nessa condição que ele teve um papel importante na resolução do conflito envolvendo seu parente.

Concretamente, sua contribuição foi comprar a terra dos *Caboclos*, afim de que estes pudessem sair de Mirandiba e investir na aquisição de outra propriedade. Uma vez a transação realizada, os *Caboclos* foram morar em um lugar distante 10 quilômetros. E no lugar de suas terras chegou Poseidon, com sua esposa e seus filhos. Novo proprietário em um local onde, afinal, ele tinha muitos parentes – Zé Honório, e também o futuro presidente do sindicato,

Oscar do Arroz, seu primo – Poseidon iria rapidamente valorizar sua nova aquisição. Ele iria comprar gado, criação, iria construir cercas, sua propriedade se tornando assim uma verdadeira fazenda, capaz de sustentar várias famílias.

José Anselmo de Nascimento, conhecido como Zé Marreca, conta como seu amigo Poseidon veio em Mirandiba como uma pessoa diferente, como uma pessoa negra capaz de impor o respeito, capaz de investir para desenvolver sua fazenda, e também, coisa mais inusitada, como uma pessoa capaz de ajudar seus congêneres negros passando dificuldades:

Quando ele veio para cá, ele [Poseidon] já tinha gado, dinheirinho, transporte como cavalo ou burro. Quando ele chegou aqui, era um homem diferente de muito aqui. Se ele via o cara caindo lá em baixo, ele perguntava com o cara, conversando, o cara, caindo feito mendigo: “vem morar mais eu !!! – Não porque não tenho família... – Vem, tenho roupa pra você, comida...” Começava brincar com o cara: “você já casou? –Não... – Vou arrumar uma noiva para você”. Uma mulher era mesma coisa... Arrumava casamento. Para o casal. Botando pessoal pra trabalhar para ele.

De acordo com esse relato, Poseidon era um benfeitor. Um benfeitor que ajuda os “mais fracos”, que lhes dava trabalho e moradia na sua fazenda. Segundo o mesmo Zé Marreca, o número de famílias morando na sua propriedade teria passado dos vinte, vinte “pessoas fracassadas” amparadas de um modo diferente pelo líder:

[O entrevistador]: as vinte famílias trabalhavam de meeiros?

[Zé Mareca]: Não! Plantava [o morador] aquele pedaço: - “planta aí pra você!” Ainda ele [o morador] tinha o compromisso de ajudar com despesas, e quando ele [Poseidon] queria também buscar capim para aquele bezerro, tirar o leite. Tudo mundo se desenvolvia.

A turma trabalhava para ele. Tinha vezes que até eu reclamava com ele: “como pegou uma pessoa daquele jeito?! – Tem que pegar assim, porque os bons já têm donos!”

No entanto, outras pessoas entrevistadas – em particular pessoas vizinhas da fazenda, situada num lugar chamado Caruru – contam de um modo menos elogioso o comportamento de Poseidon. Eles contam que os moradores, afinal, viviam uma situação parecida com moradores de outras fazendas, e que em todos os casos tratavam-se de pessoas dominadas que viviam em situações precárias. Então, seria ele benfeitor alternativo, altruísta, ou fazendeiro “normal”, interesseiro? Difícil de encontrar uma resposta clara a respeito de Poseidon. O certo é que o homem inspirava amizade e inimizade.

E em relação às divisas de terra, ele parecia suscitar mais inimizade. O Caruru, lugar onde ele morava e onde ficava situada sua fazenda, era marcado por tensões referentes aos limites entre as propriedades – os já evocados conflitos de *linha de terra*. E Poseidon, para alguns de seus vizinhos, era ganancioso, costumava cobiçar as terras alheias e até invadi-las, com a ajuda da lei. Isso teria acontecido, por exemplo, no ano de 1976, quando ele tentou uma vez formalizar uma de suas invasões pelo viés de um documento jurídico chamado usucapião (A lei do usucapião implica em uma maneira de adquirir uma propriedade por meio do seu uso prolongado, fontes: DIREITONET, 2011). Essa foi a ferramenta utilizada por Poseidon para se apropriar legalmente das terras de seus vizinhos. Mas o subterfúgio, que quase ia dar certo, foi descoberto e aniquilado nos últimos instantes. Os proprietários legítimos, informados nas últimas horas do que estava acontecendo, conseguiram impedir a formalização final da usucapião, em um momento em que os assinantes do precioso documento – Poseidon e quatro testemunhas escolhidos por ele – se preparavam para assinar a escritura. Mas concretamente, o caso teria acontecido no cartório de registro de imóveis de São José de Belmonte, órgão responsável pela regularização desse tipo de processo. Poseidon tinha levado lá uma turma de quatro pessoas que, sem sabê-lo, iriam subscrever a desapropriação de proprietários vizinhos, que possuíam documentos legais de posse de terra. E quando tudo estava pronto para ser concluído – digo o complô urdido por Poseidon (a escritura por usucapião estava redigida, só faltavam às assinaturas) – os donos legítimos da terra apareceram no cartório, paralisaram o cerimonial, clamaram sua legitimidade de proprietários ofendidos, exibiram suas escrituras de terra e exigiram a interrupção total do que estava sendo tramado, evitando assim o apossamento ilegal das terras.

O episódio do cartório deixaria marcas nas pessoas envolvidas. Os vizinhos de terra de Poseidon guardaram um profundo rancor contra ele. No dia a dia nada deixava transparecer a inimizade todo mundo se falava normalmente, todo mundo convivia aparentemente em paz, mas na mente destes vizinhos tendo vivenciado o caso do cartório, nada podia ser esquecido.

A mistura de amizade e inimizade que Poseidon suscitava na sua vizinhança seria reproduzida na escala do município de Mirandiba. Ao ingressar, em 1972, no recém-nascido sindicato dos trabalhadores rurais, Poseidon iria construir uma trajetória provocando reações de apoio e reações de oposição. No início de seu percurso sindical, no entanto, a concórdia predominava. Isso porque o sindicato se beneficiava localmente de um grande grau de tolerância. Os sindicatos de trabalhadores rurais, em geral, eram apoiados tanto pelo regime

militar quanto pelas elites rurais. O primeiro – o regime militar – considerava essas novas entidades como um espaço institucional cuja a finalidade era garantir aos “pequenos agricultores”, acesso à saúde e aos direitos trabalhistas. O segundo – as elites rurais – via nessas mesmas entidades um meio de propiciar empregos aos médicos, filhos das referidas elites, conformando assim a legitimidade do poder local. Em Mirandiba tal situação era uma realidade plena. O sindicato criado em 1972 agradava o regime militar (o presidente Médici tinha assinado o decreto autorizando a entidade) e agradava ao mesmo tempo o poder local (cujo chefe mais influente, o famoso Chico Torres, tinha também assinado o referido decreto).

Nessa situação de consenso local, um elemento era primordial: a participação do padre de Mirandiba, o muito popular Padre Robert, francês carismático que passaria 25 anos no município. O Padre – que mencionaremos mais adiante – tinha promovido a ideia do sindicato, através do bispado e da organização nacional da Igreja. Uma vez enraizada a ideia, ele tinha reunido pessoas estimadas, pessoas humildes da área rural para compor o primeiro quadro dirigente da nova entidade. Foi assim que doze amigos do padre – que quase todos se destacavam pelo fervor religioso – comporiam a primeira direção do sindicato. Entre esses doze, Poseidon não era o mais religioso. Mas ele entrou no quadro, afinal, por ser o primo do primeiro presidente do sindicato, o já conhecido Oscar do Arroz.

Durante os primeiros anos, na década de 1970, Poseidon não se destacava muito. Como os outros do quadro, ele não tomava reais iniciativas, limitando-se a fazer o trivial: ou seja, a gestão das adesões e das mensalidades para que os agricultores tivessem direito aos serviços de saúde, e a representação formal desses mesmos agricultores, através de reuniões e assembleias. Porém, em outros aspectos, o homem já se mostrava diferente. Em particular, ele não demonstrava uma atitude submissa em relação aos *Carvalhos*, ao contrário de seu primo Oscar do Arroz, que nunca queria bater de frente com seus parentes do tronco nobre.

Em 1980, Poseidon demonstraria sua singularidade. E ele o faria no contexto de um plano de emergência do regime militar, plano do qual ele conseguiu, através do sindicato, a construção de um açude na sua própria fazenda. A obra, que vinha para aliviar as dificuldades das vítimas da seca, foi uma das principais ações do governo no Mirandiba do início dos anos 1980. Foram três anos de construção, com mão de obra braçal; três anos de trabalho na terra de um homem negro e sindicalista, que permitiria que todos seus vizinhos do lugar – pequenos proprietários e moradores dos *Carvalhos* – fizessem uso do açude.

Isso era algo inusitado. Pois geralmente, na execução de programas do governo federal para as áreas rurais, os açudes ou outras benfeitorias beneficiavam as elites locais. Fazer um açude de porte médio na fazenda de Poseidon não era o esperado. O esperado era fazer as obras nas propriedades dos *Carvalhos*, ou ainda nas áreas de outras famílias influentes que mantinham “boas relações” com a elite local.

Mas Poseidon, em virtude dos seus conhecimentos e contatos, direcionou uma obra para sua fazenda. E que não beneficiaria apenas ele mesmo. Mas para beneficiar um número maior de famílias pobres que moravam ao redor.

No sindicato, que já mencionamos, era o executor local dos programas de emergência, tal postura era incomum. Em Mirandiba, os dirigentes sindicais tinham uma margem de manobra reduzida, eles deviam se submeter aos chefes políticos locais para decidir sobre a alocação dos benefícios. Oscar do Arroz, a maior autoridade, dispunha, por exemplo, de uma autoridade reduzida. Ele tinha poder de decisão muito restrito e devia em primeiro lugar se conformar aos desejos de seus “protetores” políticos – e em particular de seus protetores parentes de seu pai, os *Arrozeiros*.

Assim, ao contrário de Oscar do Arroz, Poseidon representaria uma liderança alternativa. E com a fase de democratização no início da década de 1980, essa postura se tornaria mais clara. Contra um quadro sindical considerado pelego, Poseidon assumiria a liderança representante da oposição – em particular durante a campanha das eleições sindicais de 1985, em que se confrontavam dois projetos, o do “quadro tradicional”, liderado por um Oscar do Arroz já adoentado (mas que tinha assegurado sua sucessão com a candidatura de seu filho a presidente do sindicato), e um “quadro alternativo”, liderado por Poseidon.

O primeiro (o quadro tradicional) ganharia afinal a eleição. O apoio dos *Carvalhos* e de seu maior chefe, Chico Torres, tinha sido decisivo para alcançar a vitória. E o apoio foi logístico e financeiro: ajuda em transporte para levar os sócios a assembleia geral, pagamento das mensalidades atrasadas, e outros favores relacionados aos pedidos individuais dos agricultores.

O segundo (o quadro alternativo) perdeu, mas uma derrota ameaçadora. O resultado final foi apertado, a chapa vencedora ganhando com 52% dos votos. O grande número de votos alcançados por Poseidon e sua chapa revelou que o líder era popular, e que dispunha

também de apoio forte. No caso, não era apoio financeiro, mas um apoio político de uma personalidade como o jovem Nelson Pereira de Carvalho, jovem, político, dentista de regresso a Mirandiba (depois de ter exercida sua profissão em Belo Horizonte) e que defendia a ideia de reformas na organização do sindicato.

Depois de 1985, Poseidon firmou alianças políticas e firmou seus discursos, cuja tonalidade se tornou mais alternativa. Tinha, nesse ponto, a expressão formal de uma visão diferente: Poseidon falava coisas que os outros sindicalistas não falavam; ele se expressava de um modo diferente e expressava ideias diferentes, ideias de certo modo subversivas. Atual diretor executivo da pequena ONG mirandibense “Conviver no Sertão”, Suetone comenta a singularidade de Poseidon, a singularidade de seus discursos e de sua atitude:

Poseidon tinha uma postura muito boa, era analfabeto, mas tinha... Tinha facilidade de expressão, ele discursava bem, encaixado nas palavras, no conhecimento da vida, facilidade de saber, sobre o dinheiro dos bancos, assinava quase desenhando, mas facilidade muito grande de se expressar. Ele era agricultor independente, a terra era dele, ele tinha um pequeno comercio, comprava algodão, criava gado, de raça boa. (...)

Foi um guerreiro. Ele subia em palanque, discursava contra os poderosos. Ele falava: “os pobres que gostavam de ficar muito perto de ricos eram igual à mangueira nova, que nascia debaixo da grande para ser sufocada”. Ele queria que cada um se libertasse, procura sua independência: se é para sofrer, sofre só, mas não sufocado.

Graças a seus talentos oratórios e sua atitude de compromisso com os mais pobres, Poseidon prosseguiu sua trajetória ascendente: subiu no movimento sindical – apesar de não fazer parte da diretoria local –, e ascendeu no movimento social e político. Em relação ao sindicalismo, Poseidon ganhou novos contatos, viveu novas experiências. Ele foi, por exemplo, convidado a participar, em 1988 na cidade de Brasília, de um congresso nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). No evento, ele teria conhecido pessoalmente o Lula, então sindicalista em São Bernardo dos Campos, e que dirigia um jovem partido político: o PT. Foi assim que de volta a Mirandiba, Poseidon teria trazido a ideia de criar uma antena do partido. Zé Mareca conta:

Em 1988, Poseidon foi prá uma reunião em Brasília do STR. Ele se encontrou com Lula, do metalúrgico de São Paulo. Lá já tinha vontade de ter um PT, criou a ideia de fundar o PT no Nordeste, pra diminuir a pobreza do Nordeste. Repassou o que teve na reunião e falou que tinha um sindicalista de São Bernardo: criou a ideia, e vamos partir para isso. Vamos enfrentar: a única solução para o pequeno é esse aí. Queria juntar os sócios para se afiliar, para que o partido fosse fundado dentro. Arrumamos um candidato, Nelson Pereira, era *Carvalho*, mas era pobre. Aí foram que a coisa avançou.

Outros relatos confirmam que Poseidon foi um dos atores principais da fundação do PT em Mirandiba. Ele não foi o único que lançou a ideia – ao contrário do que sugere a narrativa de Zé Mareca –, mas ele foi o líder mais destacado. Poucos meses depois da reunião sindical em Brasília, o novo partido foi então criado, com a contribuição decisiva de Poseidon, e também a contribuição importante de outra personalidade, José Eloi Firme, *Carvalho* aposentado, que tinha morado mais de 25 anos em São Paulo (onde tinha participado do movimento social promovido pelo fugaz presidente Jânio Quadros).

Nelson Pereira se afiliaria ao partido um ano mais tarde, dando uma força a um grupo que conquistaria a prefeitura de Mirandiba em 1992. Mas, infelizmente, Poseidon não assistiria à consagração do prefeito petista. Ele morreu dois anos antes da eleição, em decorrência da já mencionada questão, e em decorrência de inimizade com alguns de seus vizinhos de terra.

2.4. A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MIRANDIBA

A trajetória do líder negro demonstrou que os estratos mais pobres dispunham de certa margem de manobra, porém de uma margem fortemente condicionada pelo contexto sociopolítico. Mirandiba era um município segregado e estratificado. Os negros, sobretudo, os moradores, compunham as camadas sociais subalternas. E depois deles pequenos proprietários rurais ou famílias urbanas, de fenótipos geralmente menos escuros, representavam camadas “intermediárias” de condições mais abastadas que os negros moradores – sem, no entanto, se aproximar da pequena elite da família Carvalho, cujos elementos mais influentes controlavam ainda todas as engrenagens dos circuitos políticos.

Na área rural, o preconceito racial permeava todos os aspectos da vida social. Era um preconceito difuso, discreto, mas que se manifestava em todo tipo de situação, inclusive no seio de famílias que não eram de estratos sociais nobres. Cícero Grampão, oriundo de uma família de proprietários médios, conta anedotas revelando o preconceito de alguns de seus antepassados diante dos negros:

Meu avô Pedro Jozinho (pai de mãe) plantava muito algodão. Chamou o povo para apanhar algodão, as senhoras de Olho d’Água do Padre [hoje território indígena], chegaram lá domingo de tardezinha, já no escuro... Aí meu vô tinha um neto. Quando chegaram as mulheres, minha avó: vou arrumar redes pra esse povo dormir aonde? O neto respondeu: vô, esses negros dormem no chão! Bota eles pra dormir no chão!

Com isso, amanheceu o dia, foram embora todinhos, foram embora...

Na cidade, a segregação social atingia um nível quase sul-africano de apartheid, em particular nas primeiras décadas de “modernização” do município, dos anos 1950 até 1960. Existiam três “danças” (clubes de dança) conforme o fenótipo e o status social das pessoas. A “Sociedade Educativa Mirandibense” era chamada clube dos brancos. Nele, apenas entravam brancos ou, melhor ainda, brancos da família Carvalho. Outras famílias claras, cujas origens não se confundiam com os *Carvalhos* não eram aceitas, do mesmo modo que filhos ou filhas de mulheres solteiras. Perto do clube dos brancos onde se apresentavam bandas, tocando com um conjunto completo os bregas e música popular brasileira, havia a “dança” dos morenos, onde se tocava forró com o trio da sanfona, do triângulo e do tambor. Os homens *Carvalhos* costumavam visitar o clube dos morenos, o contrário sendo impossível, pelo menos até os anos 1960. Enfim, alguns anos depois da fundação desses dois clubes, o pessoal “preto” organizou sua “dança”, em um lugar menos arrumado, mas cuja animação não sofria da comparação com as duas “danças” estabelecidas. Entre os “morenos” e os “pretos”, aparentemente unidos por uma solidariedade “objetiva”, os marcadores sociais operavam fortemente, como o relembra Dona Carminha, filha de Chico Torres com uma empregada negra: “eram duas danças mesmo, o dos morenos como eu, e o dos pretos. O bem preto não se juntava com os da minha cor não...”

Dona Carminha, criada pelos *Carvalhos* (por uma tia de Chico Torres) era de um status social por assim dizer intermediário. Seu filho Batista, que se tornaria o primeiro prefeito “negro” de Mirandiba, soube jogar sobre essa posição ambígua. Durante a década de 1970, em que o sistema segregacionista começava a erodir, Batista o “moreno” não era mais barrado no clube dos brancos: ele entrava como moreno criado por Antônio Magalhães, chefe influente sobrinho de Chico Torres.

Os *Carvalhos*, decerto, faziam a distinção entre os “morenos” (ou “pretos”) simples moradores, e os *criados*, já não mais moradores, mas “pertencendo à casa dos brancos”. A vasta categoria dos moradores famílias sem terras, ou quase sem terras submissas aos proprietários *Carvalhos* (e de outras famílias), eram relegadas a um status inferior que os conferiam uma margem de manobra reduzida (a não ser o caso de pessoas carismáticas tal como Jiboião). Afinal, os moradores se assemelhavam em certo grau aos escravos: ambos eram sujeitos à obrigação de obedecer e ser totalmente leais aos seus patrões. Sair da relação de morada era totalmente inimaginável. Era considerada uma traição justificando represálias. O sistema, em suma, era parente do antigo sistema do *cativeiro*. Chico do Arroz, agora muito

idoso, martela nos seus discursos repetitivos como ele desenvolveu sua fazenda, a fazenda do Arroz, em termos versando na retórica do cativo. Ele afirma assim, quando se sonda sua trajetória de fazendeiro: “eu cerquei a fazenda todinha, fiz tudo, e eu cerquei os moradores”.

Ao contrário dos moradores, os *criados* se beneficiavam de vantagens. Tal como os escravos domésticos, que usufruíam de condições de vida mais oportunas, os *criados* beneficiavam de uma proximidade social com os patrões. Contudo, a proximidade não era tão nítida. Ela subentendia um distanciamento em pontos importantes. Filha de Dona Teodora, Maria de Destêrro, cuja família cresceu sob a proteção doméstica de Lilia Campos (professora influente, filha de Elizeu Campos), conta as sutilezas da socialização no seio dos *Carvalhos*:

Morei nas “Posse” [fazenda do rival de Joaquim Bezerra, com o qual existia um conflito de terra] e vim para Mirandiba com cinco anos de idade. Aí fomos morar com a família de Lilia Campos. Tratavam bem. Tinha dinheiro de lanche, de cinema. Mas não deram nada, nada de terra. Os filhos deles sim. Davam condição de estudar, mas não dava nada de terra, de casa: era assim dar as condições de estudar. E casamento nem pensar. A gente sabia. A gente saía com todo mundo, fomos criados sabendo. Quando cheguei ao Recife, falei vou ser arquiteta, ela [Lilia Campos] disse não você vai ser professora, que é profissão de pobre. Até eu agradeço...

Destêrro se formou como professora e voltou para Mirandiba. Quando Nelson Pereira se elegeu em 1993, ela foi até nomeada Secretária de Educação. A primeira secretária negra! Uma ascensão social e um reconhecimento social significativo que, todavia, não atinge o nível de promoção dos *criados* tendo sangue de *Carvalho*. Os filhos ilegítimos de brancos com negras, por portarem na pele suas origens nobres, se beneficiam geralmente de um tratamento diferenciado. Como foi visto em capítulos anteriores, eles ganhavam em alguns casos de seus parentes brancos uma terra, e em casos mais raros a terra podia ser até de grande tamanho. E como a mistura dos homens *Carvalhos* com empregadas ou moradoras negras era um fenômeno geral – alguns como Joaquim Bezerra se distinguiram por ter mais de dez filhos fora do casamento – a ascensão dos “mestiços” era fato comum. Batista, neto de Chico Torres e primeiro prefeito “negro” de Mirandiba, é o primeiro a reconhecer a importância da mestiçagem na transformação da sociedade mirandibense. Afirmando que “se você olhar bem as famílias aqui, quem não é *Carvalho* legítimo, é *Carvalho* de moita”, o ex-prefeito do município ressalta a amplitude do fenômeno, sem, no entanto, minimizar sua ambiguidade, dado que os “*Carvalhos de moita*” não eram considerados iguais aos brancos.

1.5. A EXISTÊNCIA DE PROJETOS SOCIAIS E POLÍTICOS ALTERNATIVOS?

Nessa sociedade mirandibense desigual e na qual as mudanças ocorriam paulatinamente, existiam projetos políticos alternativos, capazes de promover uma ruptura política? A descrição que fizemos do município até agora sugere uma política bastante conservadora, firmada no poder dos coronéis e de uma elite fundiária. Não obstante, dentro do grupo da elite, haveria grupos alternativos? E fora da elite, ou aliados a eles, outras forças políticas emergiriam?

1.5.a Os partidos políticos: todos iguais?

Não temos a intenção de responder, mas mesmo para refletir é necessário considerar que o contexto nacional não era propício à emergência de forças alternativas. De 1964 até a metade da década de 1980, o regime político era da ditadura militar. E antes, nas décadas de 1940 e 1950 (depois do Estado Novo de Getúlio Vargas) o regime era democrático, mas o povoado de Mirandiba tinha uma representação política fundamentada nos coronéis, ou em chefes políticos autoritários. Se existiam de fato uma real competição política (em particular ao nível dos governadores), essas eram travados entre partidos pouco diferenciados, pelo menos de um ponto de vista local.

Em Mirandiba, no final da fase democrática, os herdeiros de Elizeu Campos (falecido em 1952), em particular sua filha Lilia Campos, aderiram ao Partido Social Democrático (PSD). A ênfase era popular e o grupo político de Lilia Campos reivindicava sua proximidade com o povo – a famosa “poeira” evocada por Dona Teodora. Já a oposição, que começava a ser liderada por Chico Torres, se alinhava na União Democrática Nacional (UDN), partido assumidamente tradicionalista. O grupo, localmente, mantinha uma distância com o povo. Porém, quando se analisava os programas políticos dos dois partidos em disputa, as propostas localmente eram tênues.

Depois do golpe militar de 1964, quando Mirandiba já havia sido emancipada como município, o grupo liderado por Chico Torres ganhou espaço. O coronel se tornou o grande chefe político de Mirandiba, costumando ganhar as eleições para prefeito, deputados federais e estaduais (não havia mais eleição para governador). O partido que sustentava as vitórias era a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, no âmbito de um sistema que

proibia o pluripartidarismo, tendo apenas um partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), era legalizado.

Tal sistema político nacional, chamado de bipartidarismo (ARENA contra MDB), nem era tão vigente em Mirandiba. Em virtude do dispositivo legal da sublegenda, a ARENA podia apresentar dois candidatos em eleições majoritárias, como acontecia em Mirandiba. A disputa local se resumia a uma luta entre ARENA1 e ARENA2. A ARENA1 era liderada por Chico Torres e a ARENA2 pelo grupo de Lilia Campos (no qual se destacava Joaquim Bezerra, o prefeito médico do povo e antigo patrão de Jiboião). A ARENA1 postulava a importância da autoridade para o bem do povo, a ARENA2 reivindicava uma proximidade afetuosa com esse mesmo povo. Ambas as legendas, nos fatos, tinham atuação parecida.

1.5.b A Igreja

Agora nos interrogamos sobre a Igreja como uma real alternativa na política local. Teria a autoridade religiosa, em uma região muito católica, a capacidade de encarnar um projeto social diferente? Na verdade, o poder religioso desfrutava de uma grande legitimidade, por se ligar ao sagrado e a suas promessas. Agregando todos os fiéis – não existiam em Mirandiba igrejas evangélicas – a Igreja Católica era uma instituição de peso que foi por muito tempo (vinte e cinco anos) representada por um padre francês: o padre Robert François, chamado Padre Roberto.

Ao chegar nos anos de 1960 em Mirandiba, o Padre Roberto inspirou logo a imagem de um defensor da integridade religiosa, na sua pureza dogmática e na força de sua tradição. Nenhuma atitude que se assemelhasse a um padre alternativo ou subversivo – a não ser a volta aos primórdios religiosos que representasse uma alternativa real, em um mundo corrupto pela ação dos homens.

A primeira impressão deixada pelo padre francês, impressão que propalava essa ideia de tradição e integridade, vinha do uso cotidiano, recorrente e constante da batina – enquanto a roupa comum tinha sido autorizada pelos sacerdotes. Contra as reformas atualizando a prática religiosa, o padre francês assumia a essência da religião, com seus aparatos, costumes e dogmas. Para ele, as tentativas de modernização da Igreja era uma obra destinada ao fracasso e perversão. O certo era usar a roupa tradicional, pregar o evangelho literal e respeitar na vida cotidiana seus preceitos. Toda relativização, adaptação ao mundo moderno e aos costumes

desse novo mundo era visto como uma traição à mensagem bíblica. Os fiéis mirandibenses, acostumados com anos de relaxamento na imposição e obediência as normas religiosas, sentiriam na pele a volta aos dogmas e a tradição. As mulheres que se atreviam a entrar na Igreja com um vestido um pouco curta ou os ombros um pouco descobertos estavam sem a menor cerimônia expulsas. As crianças que na catequese se arriscavam a um momento de distração eram sujeitas a um violento puxão de orelha para aprenderem a ficar caladas. E, melhor ainda: os que tinham a indecência de gozar do padre, de ironizar sobre seu poder e honestidade, eram amaldiçoados. Dois indivíduos, que o tinham debochado, morreram alguns meses depois de um acidente e de uma doença, em represália, segundo o povo, a afronta infligida à autoridade religiosa. Temos aqui a confirmação que o Padre Roberto era o guardião implacável da Igreja “pura” cuja função não tolerava qualquer deslize na imposição das normas e da doutrina.

Essa preocupação infalível com a integridade religiosa conjugava-se com um cuidado especial aos pobres e excluídos. O Padre Roberto parecia “gostar” dos pobres, de um gosto aparentemente não compartilhado pela elite local. Nessa empatia talvez tivesse algo de um projeto diferenciado em relação à sociedade de Mirandiba. Talvez o padre representasse mesmo uma alternativa.

A rotina dele, de fato, comprovava uma possível alternativa social. Ao andar sempre de jegue e carroça, em todos os recantos do município, visitando as famílias mais pobres e celebrando o culto nos lugares mais remotos, o padre vivia uma experiência de vida simples e humilde que o aproximava dos mais pobres. Tal aproximação o diferenciava dos mais ricos que se distinguiam por entreter sua imagem de patrões poderosos.

Nas suas ações sociais, o padre também se destacava. Costumava fazer doações semanais aos indigentes, com os quais distribuía pequenas quantias de dinheiro, cesta básica, roupas e outros benefícios. E em momentos mais esporádicos ele desenvolvia uma função inusitada de benfeitor internacional, ao captar recursos da França para determinadas obras na cidade ou na área rural. Se o maior recurso foi aplicado em uma obra afinal comum – uma igreja no centro de Mirandiba – outros fundos foram investidos para os pequenos produtores rurais, por exemplo, na construção de cisternas de captação da água da chuva, cisternas de concreto anteriores as cisternas redondas do P1MC. Um projeto ainda mais ambicioso, em outro nível, foi à compra de terras para distribuição com os moradores sem terra, no final da década de 1970. A tentativa de fazer uma “micro reforma agrária” foi afinal uma experiência

frustrante, na medida em que os assentados não responderam as expectativas do padre, em vez de se tornar pequenos empreendedores camponeses, cultivando e vendendo produtos gerando melhorias na vida deles. O fato é que os assentados produziram muito pouco, e pior ainda, pelo fato de alguns deles terem vendido as terras doadas.

O padre procurava agir em prol dos pobres e mesmo os efeitos contrários de suas iniciativas não o desanimavam. Esse constante engajamento, combinado a uma probidade moral, fez dele uma personalidade muito querida, tanto pelos estratos humildes quanto pela elite. O padre era respeitado de todos. Quando ele voltou em Mirandiba nos anos 1980, depois de alguns anos de tratamento de uma doença na França, uma procissão o acolheu na entrada de Mirandiba (na junção da BR com a estrada secundária ligando a cidade) e o acompanhou até sua chegada ao centro da cidade.

A popularidade do padre, todavia, não atestava de um papel realmente alternativo. O padre não procurava uma mudança profunda e estrutural da sociedade local. Ele tentava amenizá-la, auxiliando os mais pobres, sem por isso questionar os fundamentos do poder da elite. Ele procurava, em suma, o consenso e a concórdia, através de reformas sociais circunscritas.

Uma intervenção ilustrando sua preocupação em uma mudança consensual foi seu apoio ao sindicato de trabalhadores rurais de Mirandiba. Nos anos 1970, ano da criação da entidade, a ditadura militar contava com os sindicatos para garantir direitos básicos aos pequenos produtores rurais, como o acesso a saúde e aos direitos trabalhistas. A organização da população do campo – moradores ou pequenos proprietários – era percebida pelo poder militar como um modo de amenizar as relações sociais no mundo rural, sem, no entanto, perturbar a hierarquia social separando elites rurais e produtores mais pobres. O padre Roberto, nesse contexto, auxiliou os pequenos produtores rurais na criação de um primeiro sindicato em Mirandiba. Tal tipo de ação que, aliás, era dirigida de modo geral a partir das dioceses, conduziria a outro tipo de alternativa social?

1.5.c O sindicato de trabalhadores rurais

Concretamente, criar uma entidade reunindo pequenos produtores rurais era uma novidade, porque até os anos 1970 não existiam organizações coletivas no campo. E formar

um conselho de doze agricultores como o fez o Padre Robert para criar o sindicato era um evento significativo suscetível de representar uma alternativa social.

Mas o processo de formação, afinal, era conduzido também pelos chefes políticos locais, em particular pelo maior deles, Chico Torres. Foi este último que viajou para Brasília a fim de assinar o termo de autorização do sindicato, junto ao presidente da época, Emílio Garrastazu Médici. O sindicato, desde sua nascença, era assim incubado sob a proteção do maior chefe político de Mirandiba. Aliás, uma foto dele (com o Presidente Médici, no dia da assinatura do documento autorizando o sindicato) ocupou lugar central durante muito tempo na sala principal do sindicato.

Assim, desde o início, a nova entidade parecia fortemente condicionada aos desejos de seus protetores políticos locais. E a equipe compondo o primeiro conselho de agricultores – pequenos proprietários e descendentes de moradores – não teria a postura necessária para imprimir uma dinâmica de mudança.

No seio do conselho administrativo do sindicato, as personalidades de destaque, embora tivessem um nível de engajamento importante, não tinham uma capacidade de iniciativa suficiente para bater de frente com os interesses das elites fundiárias. Como demonstração desse fato, há a atuação do presidente da entidade, Oscar do Arroz, filho “ilegítimo” de um irmão de Joaquim Bezerra e Chico do Arroz com uma moradora negra. Talvez a falta de postura desse novo líder sindical, justamente, vinha de suas origens em parte nobres. O homem, criado por uma tia de seu pai, tinha desfrutado de uma educação no meio dos *Carvalhos*. Ele não se beneficiária, no entanto, das vantagens de seus congêneres brancos – em termo de estado e acesso aos bens familiares – mas, mesmo assim, tinha recebido uma propriedade de tamanho médio, perto da grande fazenda do Arroz (pertencendo a seu tio Oscar do Arroz). Tendo consideração por seus parentes brancos que o estimavam o que não fazia dele, porém, um igual, Oscar do Arroz pareceu sempre oscilar entre sentimentos opostos, o respeito e o afeto para sua família nobre; e, o desgosto e o rancor de ser afinal desprezado por essa família. Na prática de sindicalista, ele demonstrou uma atuação que, aparentemente, puxaria mais do lado do afeto (de um afeto inspirado pelo temor da autoridade) do que ao lado de uma rebeldia inspirado pelo rancor.

Oscar do Arroz, em suma, foi um presidente dedicado, mas ao mesmo tempo apagado e sujeito a dominação de sua família branca. Daí as constantes intromissões dos *Carvalhos* na

gestão do sindicato. Por exemplo, na parte dos serviços de saúde – que eram prestados pela organização em benefício dos pequenos proprietários rurais e moradores – o médico contratado era da família Carvalho. Obviamente, não havia médicos nas famílias de estrato mais pobres suscetíveis de prestar esses serviços, não havia outra opção a não ser “escolher” alguém de um estrato social mais abastado. Contudo, a simples presença de um *Carvalho* influía fortemente sobre a forma de atuação do sindicato: era ainda alguém da elite local que “prestava favores” aos mais humildes. Os benéficos e os auxílios, na representação do povo, não advinham dos pequenos produtores, mas do segmento mais elitizado.

Afinal, os elementos mais perturbadores trazidos através do sindicato eram os advogados que vinham prestar serviços. Suas intervenções, que consistiam em defender os direitos trabalhistas de moradores prejudicados por abuso de poder de seus patrões, conduziam em alguns casos a situação de tensão. Isso aconteceu quando o recém-criado sindicato, assessorado por um advogado muito atuante, encaminhava alguns processos na justiça. Os agricultores do conselho administrativo da entidade temiam os efeitos de tais processos, mas o advogado conseguia convencê-los a dar continuidade aos casos encaminhados. Assim, quando foi organizada, em 1976, uma das primeiras assembleias gerais do sindicato, o sindicato “carregava” alguns processos polêmicos, inclusive um concernindo ao maior chefe político de Mirandiba: o próprio Chico Torres, o qual tinha sido condenado a pagar indenizações a um rezeiro expulso de maneira arbitrária de sua propriedade. Quando o coronel soube da organização de uma assembleia geral, na qual compareceria o atrevido advogado, ele decidiu intimidá-lo, ao proibir sua presença na reunião, sob a pena de uma imediata prisão na cadeia de Mirandiba. Seu Louro – a pessoa amparada por Chico Torres com a doação da capela, e que era membro da direção do sindicato – conta como foi o dia muito tenso da reunião sindical.

Nos estávamos na reunião, na assembleia do povo, muita gente. Era o dia da assembleia geral, aí chegou o Doutor Vasconcelos, o advogado. Quando o doutor chegou, começou a falar, a polícia estava na porta, a polícia chegou na porta, para prender ele. Aí o velho presidente [Chico do Arroz] do sindicato – “o que é que está acontecendo, a polícia na porta!” Aí falaram – “Chico Torres mandou para correr com o advogado daqui! Quer aqui advogado não!” Aí o advogado – “oxente eu tenho nada a ver com isso, meu trabalho é isso mesmo, é trabalhar na justiça! Eu tenho nada a ver! Me mandar embora por quê? Eu não estou trabalhando? Eu não estou no movimento do sindicato? É a assembleia, tenho que dizer alguma coisa para o povo”. Aí o presidente do sindicato foi dizendo – “doutor, após o senhor vai embora para não arrumar confusão e tiro aqui, o senhor vai e depois a gente conversa.” Eu tirei ele para porta de trás, para botar ele na minha casa. Deixei ele aqui em casa. Aí ele foi para o sindicato de Floresta, ele trabalhava lá também.

Aí quando foi no outro mês, apareceu no jornal, que ele estava juiz de direito. Aí o tribunal procurou onde ele queria trabalhar e ele disse que queria trabalhar em São José de Belmonte, que era para ele poder pegar Mirandiba e Chico Torres. O próprio Chico Torres no momento tinha uma questão, outra coisa, que ele mandou para correr com um cabra da roça, era mais uma questão... Aí chamaram Chico Torres... Ele foi lá e viu que era ele o juiz de direito, o Doutor Antônio Vasconcelos. Aí conversaram... Aí o Doutor falando: *“eu como já sou juiz de direito dessa comarca, vou ficar aqui um mês, vai vir outro juiz para cá que eu vou para Ibimirim.”* Aí Chico Torres ficou com raiva. O problema com o cabra da roça foi resolvido na justiça, perdeu de novo! O juiz só trabalhou um mês. O tempo de dar uma carga em Chico para descontar não é, se vingar. Aí depois ele saiu foi transferido para Ibimirim. Ele nunca mais voltou em Mirandiba.

O poder de subversão do sindicato decorria, afinal, de seus agentes externos, profissionais movidos por uma ideia de justiça batendo de frente com os patrões locais. Os agricultores em si, mesmo com sua boa vontade, não queriam ou não podiam representar uma força alternativa. Se seus engajamentos chamavam a atenção e inspiravam admiração – Oscar do Arroz ficou famoso por ter feito um discurso no Senado em Brasília¹¹⁴ – suas práticas concretas eram por demais consensuais por criar uma ruptura social no mundo rural de Mirandiba.

1.5.d Intervenções do Estado Brasileiro

Outra forma alternativa, que não fosse a política partidária, ou a Igreja, ou o Sindicato, talvez fossem as intervenções do Estado em favor das populações rurais. Mas aqui também as mudanças foram tímidas.

A partir dos anos 1950, em um apelo ao “combate a seca”, o Estado costumava fazer intervenções que não mudavam a estrutura social. Tratava-se de grandes obras que tinham um objetivo básico: dar trabalho e renda ao povo rural que sofria com a estiagem. Em Mirandiba, no ano de 1958, o primeiro grande programa foi uma obra de construção de uma estrada de terra entre a cidade e o cruzamento¹¹⁵ com a estrada principal, a então nova BR 232. O município, como todo o sertão nordestino, era afetado por uma grande seca que obrigava os jovens adultos da área rural de Mirandiba a se engajar nas obras. As condições de trabalho eram difíceis e marcadas pelo autoritarismo. Os administradores, da família Carvalho ou fortemente ligados a ela, impunham suas decisões sem ouvir os trabalhadores. Antônio

¹¹⁴ O discurso foi sobre o uso do jumento no sertão nordestino.

¹¹⁵ Onde há o “Posto Carvalho” descrito no início do capítulo.

Valério, neto de João Isidoro (aquele que emprestou dinheiro aos *Carvalhos*) conta que esses administradores não o deixaram assistir ao enterro do avô: “Os cabras de turma não me deixaram ir ao enterro de meu avô, administrador, se chamava. Se o cabra saísse perdia o emprego, ia morrer de fome”.

No Mirandiba dos anos 1970, as obras do Estado, chamadas frente de emergência, seriam mais numerosas. Mas, como a obra da estrada não produzia nenhuma mudança significativa, a população das áreas rurais continuavam sendo uma mão de obra básica, mal paga, mal alimentada, e sujeita aos caprichos dos chefes dos trabalhos. Embora algumas pessoas de estratos pobres conseguissem ingressar em posições intermediária – fiscal de obras, por exemplo – geralmente o benefício maior recaía sobre as pessoas de estratos sociais mais privilegiados. Muitos relatos, nesse sentido, contam que no final dos anos 1970, em obras de emergência, o já citado Ivan Leão – o maior comerciante de Mirandiba – começou sua trajetória de ascendência social. Oriundo de uma família de produtores importantes de algodão, e parente próximo dos ramos mais nobres dos *Carvalho*, Ivan Leão abriu uma bodega na frente da construção de um açude. A pequena venda lhes rendeu benefícios, o novo comerciante conseguiu economizar um capital, que foi reinvestiu em atividades ainda mais lucrativas. A trajetória de ascendência fora iniciada, e conheceria nos anos 1980 uma curva ascendente, enquanto a maioria da população sofria as consequências do declínio da produção de algodão.

As frentes de trabalho, além de beneficiar alguns comerciantes, beneficiavam de modo mais geral aos *Carvalhos*. Ainda que houvesse o açude construído na terra de Poseidon Caboclo – liderança sindical cujo percurso foi evocado anteriormente –, as obras eram feitas geralmente nas terras dos fazendeiros da elite local. O maior açude construído durante a seca de 1981 a 1983, por exemplo, foi o do Juá, situado na propriedade de um agricultor *Carvalho*. E, apesar do açude ter sido utilizado por um grande número de famílias, seu proprietário de fato era o dono da terra onde fora construído.

No final dos anos 1970, outros programas, mais diretamente voltados aos pequenos agricultores, foram também implantados sem deixar impactos significativos. No entanto, um destes, o chamado Projeto São Vicente, tinha um objetivo aparentemente alternativo: doar diretamente recursos aos pequenos agricultores, a fim que eles melhorassem sua estrutura de produção. Algumas famílias ligadas ao sindicato rural foram beneficiadas, ganhando bolas de arrame, carroça de burros ou outros equipamentos. Isso era algo inusitado, algo novo, mas que

de certa forma não gerou grandes mudanças. Os projetos eram poucos, a assistência era fraca, e o agricultor tirava muito proveito das doações. E pior ainda: a maior parte dos recursos era desviada por intermediários, em particular pelas comissões municipais encarregadas de executar o programa. Em Mirandiba, tal situação teria acontecido, de acordo com relatos de dois interlocutores¹¹⁶.

No mesmo período do final da década de 1970, apareceu também em Mirandiba uma entidade supostamente alternativa, mas que não criaria muitas alternativas: a EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. A sede local, criada em 1979, era gerida por um genro de Joaquim Bezerra, o prefeito que “receitava ao povo” e que tinha sido afetado pelo episódio do “cofre lacrado”. No início dos anos 1980, enquanto o Brasil vivia uma fase de redemocratização, a organização começou a realizar atividades de assistência técnica que como no caso do Projeto São Vicente, não deixaram impactos significativos.

Na literatura brasileira, a falta de um projeto social realmente alternativo, capaz de produzir transformações significativas na vida das populações excluídas e marginalizadas do campo, resultou em intervenções que conduziu a chamada “modernização conservadora”. O termo foi, por exemplo, usado por Marcelo Bursztnyn (1985), cujo livro *O Poder dos Donos* tende a demonstrar como as políticas de desenvolvimento rural beneficiam mais as elites fundiárias do que aos pequenos agricultores. A demonstração, baseada em estudos sobre o Nordeste rural, em particular sobre programas de assistência técnica, de crédito para a agricultura, de combate à seca e reforma agrária, nos permitiu concluir que as mediações das políticas perpetuam uma situação de desigualdade social e pobreza.

As mediações identificadas pelo autor são de dois tipos. A primeira refere-se a notabilidades tradicionais, *as elites fundiárias e políticas locais*; o segundo refere-se a *agentes públicos*, responsáveis e técnicos pela assistência técnica rural – aos quais é atribuído o papel de transmissão da “modernidade” no campo, tanto em termos de produção agrícola, quanto da importação de novas formas de organização dos camponeses, como o cooperativismo.

A tendência, segundo Marcel Bursztnyn, é que o grupo burocrático dos responsáveis e técnicos, chamado de tecnoestrutura ganhe uma importância maior na mediação das políticas

¹¹⁶ A primeira pessoa entrevistada a respeito desse tema foi Suetone, o atual coordenador da ONG local a “Associação Conviver no Sertão”.

rurais, ao passo que as oligarquias fundiárias mantêm seu controle sobre os aparelhos políticos locais:

Apesar de sua emergência, a tecnoestrutura, que pouco a pouco substitui o coronel em seu papel de mediador, não atinge automaticamente a esfera política, onde esse último continua hegemônico ao nível local. Na realidade, os “funcionários” se encontram, ao menos em um primeiro momento, em uma situação de inferioridade em face dos grupos tradicionais locais, cujo poder de fato já está enraizado, tanto pelo costume como por sua preeminência econômica e social. Em todo caso, a substituição dos notáveis locais pelos “funcionários” não significa que houve uma ruptura do equilíbrio de forças políticas; a questão das rivalidades políticas não se coloca, portanto, como fundamental. Trata-se, muito mais, de um remanejamento burocrático da função de mediação. Marcel Burszryn (1984, p.155)

As políticas de desenvolvimento rural, burocráticas, seriam também autoritárias e paternalistas. Autoritária porque querendo *inseminar* (Burstzyn, 1985, p.57) formas “estranhas” de organização social e econômica na área rural. Ao impor, através da força, técnicas e conhecimentos forjados em universos ideológicos totalmente opostos aos dos camponeses, essas políticas consagrariam a estrutura burocrática e confinariam as populações em posição subalterna. A exemplo da política de cooperativismo (Burstzyn, 1985, p.58), ilustra esse aspecto:

À medida que as cooperativas prosperam, a distância entre a maioria dos associados e os “patrões” (os cooperocratas) aumenta. O poder interno das cooperativas se legitima, neste caso, pela dominação burocrática, agindo de forma autoritária em relação ao conjunto dos associados e apoiando-se na função destes “patrões” enquanto intermediários entre os favores do Estado e os “beneficiários” teóricos. Assim sendo, o instrumento modernizador representado pelas cooperativas acaba por reviver o esquema arcaico do coronelismo, onde um grupo de mandatários encarna o papel de mediação Estado-povo, tirando, obviamente, proveito dessa prerrogativa.

Amenizando o caráter autoritário das intervenções, o paternalismo manifesta-se em programas assistencialistas que não mudam em nada as relações de força no meio rural. Ao contrário, a concretização desses dispositivos, segundo Burstzyn, criam efeitos perversos, ao beneficiarem mais as oligarquias do que aos camponeses. Por exemplo, os grandes proprietários, no quadro das Frentes de Emergência de combate a seca, recebem a fundo perdido obras de construção de açude, enquanto os pequenos proprietários enfrentam uma série de obstáculos que os impedem de receber investimentos. Refletindo sobre essa injustiça, Burstzyn (1985, p.78) conclui que o Estado se torna *patrão* para os pobres, que se tornam

empregados na construção dos açudes nas terras dos grandes; e *sócio filantropo* para as oligarquias, que obtêm recursos materializados em obras sem ter que pagar pela mão de obra.

O quadro das políticas no mundo rural nordestino dos anos 1970, tanto na literatura quanto em nossa pesquisa, é bastante inerte. Mas, afinal, o mundo rural de Mirandiba não nos pareceu tão parado no tempo, mudanças ocorriam. Mas não fundamentalmente por meio do sindicalismo, da Igreja, do Estado ou dos partidos políticos locais. Ocorriam, na verdade, de modo latente, desde a criação da cidade de Mirandiba. Tratava-se do fenômeno já descrito anteriormente, de fragmentações das fazendas, combinado ao surgimento de novos patrões não *Carvalhos* e a ascensão de “Carvalhos misturados”. E quando o município entrou na década de 80, as dinâmicas de reconfiguração do poder adquiriram uma força ainda maior, devido a vários fatores:

1. A crise do algodão. Essa produção entrou em colapso em 1983 e 1984, por causa da praga do bicudo. Grandes produtores, em particular os *Carvalhos*, perderam sua maior fonte de renda, e foram obrigados a vender ou ceder parte de suas fazendas.

2. O crescimento de novos comerciantes. Esse fenômeno começou com as *Frentes de Emergência* - promovidas pelo governo federal para empregar os pequenos agricultores afetados pelas secas – nas quais alguns comerciantes fazendeiros (que não eram dos *Carvalhos*) conseguiram o monopólio da venda de produtos básicos. Acumulando recursos significativos através desses programas, os comerciantes continuaram desenvolvendo seus negócios, se envolvendo inclusive em atividades ilícitas como o tráfico de maconha (*Cannabis sativa*), cuja produção e procura eram bastante elevados nessa época¹¹⁷, roubo de cargas e assalto a banco e carro forte. Quando, a partir dos anos 90, a economia ilegal tornou-se um empreendimento inviável, os comerciantes, já bem posicionados no mercado local, aproveitaram-se do aumento geral de poder aquisitivo da população, que começava a desfrutar dos programas de previdência social.

3. A democratização do país. O novo contexto político nacional surtiu efeito no final dos anos 80 e manifestou-se localmente pela emergência de partidos políticos “progressistas” e por formas de governança mais transparentes. Por exemplo, as nomeações para cargos públicos não obedeciam mais aos mandamentos dos chefes políticos, mas a editais que orientavam a

¹¹⁷ Mirandiba faz parte de uma região conhecida como *Polígono da Maconha*. A produção local dessa atingiu seu auge na década de 1980, antes de cair por conta da repressão policial. No município vizinho de Carnaubeira da Penha, ao contrário, a produção manteve-se importante.

organização de concursos em que, teoricamente, o mérito era recompensado e não pertencia a determinada família ou grupo de lealdade. Obviamente, as transformações não aconteciam de maneira tão nítida e rápida, mas a existência de novas regras já constituía um fator relevante de mudança.

CAPÍTULO II

MIRANDIBA NA FASE DE REDEMOCRATIZAÇÃO: O LABORATORIO SOCIAL DE UM PREFEITO PETISTA

Nos anos 1980, a democratização do Brasil influenciaria na dinâmica política e social do município de Mirandiba. E, localmente, um ator teria uma ação decisiva nesse processo: Nelson Pereira de Carvalho, líder político de 1983 a 1992, e prefeito de 1992 a 1996.

2.1 INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE NELSON PEREIRA, LIDERANÇA POLÍTICA COM POSTURA ALTERNATIVA

Em 1983, Nelson Pereira, recém formado em odontologia e recém-chegado de Belo Horizonte, onde exercia sua profissão, voltou a sua terra com um objetivo ambicioso: se tornar uma liderança política dos novos tempos. Uma liderança diferente das outras, mais moderna, mais social, mais humilde, mais progressista, mais dedicada ao povo.

O projeto demoraria alguns anos para tomar corpo. Quando ele voltou em Mirandiba, Nelson Pereira era pouco conhecido e tinha uma experiência política ainda limitada. Seria preciso um período de nove anos, de 1983 a 1992 (ano de sua eleição a prefeitura) para que ele pudesse se afirmar como a liderança política “alternativa” de Mirandiba.

Antes de contar esses nove anos de trajetória ascendente, temos de regressar a infância e adolescência do jovem Nelson. Faremos o retrato de um Nelson Pereira que se descreve e que é muitas vezes descrito como pobre e marginalizado. Pobre, porque tem origem em uma família pouco estruturada, apesar de ter o nome *Carvalho* por parte da mãe. E marginalizado, por causa dessa falta de condições, e por causa de um pai *Pereira*, família que dificilmente se misturava com os *Carvalhos*.

2.1.a A infância e adolescência

Quando era adolescente no colégio local, no final dos anos 1960, Nelson Pereira¹¹⁸ já era diferente, ou, pelo menos, se dizia diferente. Ele era um *Carvalho*, mas um *Carvalho* em

¹¹⁸ Nelson Pereira nasceu o dia 29 de março de 1956.

certo sentido pobre. Um dia, no colégio, ele teria chegado, ele e seu irmão, com um par de sapatos descombinados. Os dois, aparentemente, não dispunham de sapatos suficientes para ter um par que combinasse. Destêrro – filha de Dona Teodora, senhora que nos forneceu vários relatos no primeiro capítulo – conta o episódio:

Conheci Nelson no ginásio. Ele já era bem danado. Demonstrava que ele não estava satisfeito com a situação. Ele era pobre. Uma vez ele entrou de sapato e chinelo, e o irmão também. Minha mãe, que trabalhava lá, contou. O diretor de disciplina falou: oxente! Que história é essa!¹¹⁹

Nelson¹²⁰ confirmou o caso. Ele o confirmou dizendo que o ocorrido não foi afinal circunstancial. Foi algo normal, algo representativo de sua condição; e algo representativo também de sua capacidade de adaptação, de sua capacidade de enfrentamento de uma situação de pobreza. Nelson afirmava não ter muita condição, mas ele teria se adaptado de um modo esperto, teria encontrado a solução para seu problema de sapatos ao dividir o par bom com seu irmão – o segundo pé calçando um par mais simples, o par de sandálias. E anos mais tarde, nos anos 1970, ele demonstraria a mesma diligência na resolução dos problemas, ao fabricar ele mesmo suas sandálias. Ele conta aqui como fazia e como os demais o julgavam:

Teve um período na universidade eu confeccionava minhas sandálias. Eu fazia a sandália de pneu, percata de pneu de caminhão. Fazia um quadrado, não é. Pegava muitas vezes lá em Recife, andando na rua, aqueles pedaços de tapetes aveludado. Tapete de casa... Passava lá, tinha no lixo aqueles resto de tapetes, aqueles pedaços não é. Pegava esse tapete, recortava, fazia a sandália assim, entendeu? Pegava, botava uma parte por baixo, do pneu, revestindo o pneu, revestia com o tapete, fazia sandália assim. Do mesmo jeito, só que a gente fazia sandalhão, entendeu? Naquela época eu lançava moda né. Antigamente as calças se furavam todinha e a gente colocava remendo. Hoje você vai comprar desse da moda, as calças furadas e desbotadas. Naquela época era que furava mesmo né!

Então, nessa característica de não ter medo de demonstrar quem era, sabe? Minha humildade que era. Mas, minha personalidade sempre...

[O entrevistador]: Mas o povo não comentava?

– Ah, comentava! O povo tirava onda. A gente via que nesse talvez tivesse às vezes a intenção de mangar: rapaz, como é que você quer estudar?! Na época filhos de pobre não estudava não¹²¹.

¹¹⁹ Entrevista realizada dia 21 de setembro de 2015.

¹²⁰ Por razão de comodidade iremos nos referir a Nelson Pereira, apenas por Nelson.

¹²¹ Entrevista realizada dia 1 de março de 2016.

Nelson dá ênfase a sua humildade. Uma humildade que veio das dificuldades econômicas enfrentadas por uma família numerosa, na qual o dia-dia era simples e frugal. Mas, mesmo com essas dificuldades, havia a preocupação de investir na educação dos filhos. Nelson resume assim sua infância e adolescência:

A família da minha mãe é daqui de Mirandiba. Dessa família Carvalho. Meu pai é de outra família. Então eles se conheceram, se casaram. Tiveram três mulheres, sou o número quatro. Nove irmãos: éramos treze. Escapou nove. E aí como a gente tinha essa família numerosa, tinha essa preocupação que tivesse uma formação, em estudar... Minha mãe dizia sempre que o caminho mais fácil era estudar.

Nessa movimentação eu inicialmente, né... Nós morávamos aqui na casa dos meus avós [parte da mãe], na *Rua*. Nós não tínhamos assim, casa própria né. Quando saímos daqui, passámos... Meu pai ele era um pessoa que... Ele tinha vinculação com o público, funcionário, do estado.

[O entrevistador]: ele trabalha de que mesmo?

– Ele era professor de disciplina, censor, que cuida da disciplina na escola, essas coisas... (...) Era no colégio, colégio do estado, Francisco Alves.

[O entrevistador]: e sua mãe era dona de casa?

– Minha mãe era dona de casa...

Então nesse desenho, das minhas origens, nós não tínhamos residência, mas meu avô [pai de mãe] tinha terra, lá nos “Ervanço” né. Meu avô tinha um sítio nos Ervanço [uma comunidade rural], tive que comprar minha mãe. Aí a gente foi morar lá. Construimos uma casa de taipa, entendeu? Fomos morar, sete pessoas. Duas irmãs minha foram morar em Triunfo, na casa de meu avô, pai de pai. As irmãs mais velhas né. Meu pai era de Triunfo. Depois minhas irmãs tiveram que trabalhar. Terminaram o segundo grau. Na época meu avô formou, era o magistério. Então minhas irmãs foram trabalhar para ajudar minha mãe, em Serra Talhada, trabalhar em loja, e na área de saúde.

E aí depois nos fomos... Como aqui em Mirandiba a educação era muito precária, só tinha o ginásio, não tinha segundo grau, só tinha o primeiro grau... Aí foi um tempo que fui em Serra Talhada. Estudei dois anos de ginásio em Serra Talhada.

Primeiro eu estudei aqui no Expedito Lopes, em Mirandiba. Que era chamado de admissão, que primeiro tinha que fazer. Então nessa época a gente morava na roça. Eu vinha de jumento todo dia prá roça. Todo dia de jumento. Bicicleta nessa época era raridade, era um artigo de luxo¹²².

Nelson faz o relato de uma adolescência humilde, no Mirandiba dos anos 1960. Mas afinal sua adolescência foi bem menos humilde que a da maioria da população local. Mesmo com todas as dificuldades, sua frugalidade e austeridade, o período de vida retratado não é representativo do cotidiano da maioria das famílias realmente desfavorecidas. Ao contrário

¹²² Entrevista realizada dia 1 de março de 2016.

da família de Nelson, a grande maioria das famílias de Mirandiba nem tinham condições de assegurar os estudos dos filhos. Geralmente, as crianças da área rural estudavam apenas em pequenas escolas nas fazendas e nos sítios; e, no melhor dos casos paravam na quarta série. Com efeito, eles não tinham como continuar, porque não existia transporte escolar para ir até o colégio da cidade. Os alunos que se deslocavam da área rural para o centro eram poucos. E os que mandavam seus filhos continuar seus estudos em cidades maiores eram uma minoria, pertencendo quase exclusivamente a família Carvalho.

Aliás, Nelson pertencia – e pertence – ao grupo dos *Carvalho*. Sua mãe, Mariana de Carvalho Souza¹²³, é bisneta de João Barbosa de Barros, o homem que doou parte de sua fazenda a seu genro o Capitão Eliseu Campos, o fundador da futura cidade de Mirandiba. E a mãe é também *prima legítima* (de primeiro grau) de José Alves de Carvalho Nunes (o primeiro médico de Mirandiba¹²⁴) e de Chico do Arroz, um grande chefe político do município.

Se subir a árvore genealógica até o famoso João Barbosa de Barros, o sogro do fundador de Mirandiba, vê-se que todos os prefeitos de Mirandiba foram parentes de Nelson¹²⁵. E os que com ele têm laços de parentesco mais estreitos pertencem ao grupo dos *Arrozeiros*. Por exemplo, o já citado Chico do Arroz; e seu sobrinho, o já citado Augusto César – que foi, lembramos, prefeito de Serra Talhada e deputado estadual (de 2002 a 2010).

Nelson também pertence à elite por parte do pai. Este último é filho de um comerciante de Triunfo, que foi vice-prefeito da cidade nos anos 1940. Ao contrário do pai de seu pai, o pai de Nelson não foi comerciante, mas ele foi afinal servidor público: um estatuto em certa medida privilegiado, em um contexto de grande penúria de empregos qualificados.

No entanto, o fato de Nelson ser *Pereira e Carvalho* não significa que ele foi totalmente privilegiado. Significa que ele nasceu em um grupo familiar da elite local, mas um grupo familiar heterogêneo, com condições de vida heterogênea. Alguns primos de Nelson, do grupo dos *Arrozeiros* tiveram mais sucesso a partir dos anos 1960, ao conseguir uma posição

¹²³ Nascida em 1924, Maria de Carvalho Souza ainda está viva no momento da redação desse trabalho.

¹²⁴ E o primeiro “Arrozeiro” que conseguiu se formar, em particular através de empréstimos financeiros do já mencionado João Isidoro, o agricultor comerciante.

¹²⁵ O único prefeito e chefe político que não era descendente de João Barbosa de Barros foi Chico Torres, um dos maiores coronéis de Mirandiba já citado nesse trabalho. A esposa dele, ademais, não era descendente desse mesmo tronco. Todavia, tanto Chico Torres como sua esposa se enquadram no grupo dos ‘Carvalhos’, eles são parentes próximos de grande parte dos ex-prefeitos de Mirandiba, e são descendentes como os outros de duas figuras emblemáticas do século XVII: o português Manoel Lopes Diniz (o considerado fundador da família); e o português que trouxe o nome ‘Carvalho’, e cujo filho casou com uma filha de Manoel Lopes Diniz.

de destaque na política local e ao ingressar em profissões prestigiadas – a exemplo de José Alves de Carvalho Nunes, primeiro médico nos anos 1950. Já os parentes mais próximos de Nelson, seus primos de primeiro grau, ficaram confinados ao trabalho na agricultura, o qual oferecia menos oportunidades. Outros migraram para São Paulo, exercendo a profissão de operários.

Assim, na década de 1960, as condições de vida de muitas famílias nucleares da elite local eram simples e modestas. Fazer parte de uma elite não queria dizer ser rico. Mas, relativamente, indicava uma ascendência social e econômica em relação a famílias nucleares de outros grupos sociais. Em suma, mesmo não sendo ricos, os *Carvalhos* eram bem menos pobres que a grande maioria das outras famílias.

Outro aspecto relacionado a relativa pobreza e ao isolamento da família de Nelson era seu pai, mesmo que este tivesse vindo de uma família da elite. A mãe de Nelson, contrariamente a grande maioria das mulheres *Carvalho*, não tinha casado dentro da família. Tinha casado com um *Pereira* – família que até os anos 1930 tinha uma *questão* com os *Carvalhos* (lembramos que de 1915 a 1930, em decorrência dessa *questão* que se arrastava desde a metade do século XIX, o Capitão Elizeu Campos teve que sair de Mirandiba). E pior, o referido marido, logo nos primeiros anos do casamento, revelou um profundo vício ao álcool. Era um vício cotidiano, severo, que levou a morte do pai de Nelson. No ano de 1982, ele foi encontrado morto dentro de casa, depois de ter ingerido uma grande quantidade de cachaça.

Nelson tinha apenas 26 anos quando do falecimento de seu pai. Ele ainda não tinha regressado de Belo Horizonte. De 1973 a 1983, ele vivera fora de seu município, em uma fase importante de sua vida, a fase dos estudos e de aprendizagem em movimentos sociais, estudantil e da igreja.

2.1.b A fase estudantil

Depois de ter efetuado dois anos do Segundo Grau do Ensino Médio em Serra Talhada, Nelson vai para o Recife terminar sua escolaridade. Ele estava com exatos 17 anos e estamos em 1973. Nelson é o segundo filho a ir para a capital, depois de sua irmã mais velha que começou a estudar direito. Os dois primeiros anos, enquanto ele conclui o segundo grau, Nelson reside na Casa do Estudante de Pernambuco, que abrigava estudantes do sertão. Ele

descreve essa fase como um período de humildade, de sacrificio. Ele não tinha como pagar a “cota” (a mensalidade) da escola e para pagá-la ele teve que trabalhar de porteiro durante o dia, enquanto a noite ele estudava. Mas, além dos recursos do trabalho, ele pôde contar com um recurso extra: uma bolsa de estudo concedida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandiba, como executante local de um programa de uma entidade filantrópica, cujo nome não lembra.

Ao completar 20 anos, Nelson passou no vestibular para odontologia. Começou a estudar na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e aí teve que parar de trabalhar, pois seu tempo era todo dedicado ao estudo e a contrapartida de uma bolsa social do governo federal que ele tinha conseguido – bolsa que exigia dele um serviço de auxiliar administrativo em um mestrado de geografia. Foram quatro anos com essa ajuda do governo, quatro anos durante os quais ele se formou em odontologia. E além de formar, ele ajudaria seus irmãos mais novos, que como eles se dedicariam aos estudos na capital. Os novos da família – três mulheres e seis homens – conseguiram concluir suas formações, ganhando assim um futuro mais promissor em comparação ao a vida como agricultor.

Em paralelo, Nelson começou se envolver no movimento estudantil e em movimentos de Igreja:

A política eu iniciei ainda no movimento estudantil, na época que eu fazia o segundo grau em Recife... A gente morava na Casa de Estudante, tinha um movimento eclesial de base, da Igreja Católica, presente na Casa de Estudante, presente no colégio que eu estudava que era público, mas que pertencia, ao prédio, aos Salesianos. E lá Dom Helder morava perto. Na época da ditadura a gente tinha um bocado de gente lá que combatia, né, a ditadura. Eles conversavam com a gente. A gente começou a se engajar nesse movimento. Naquela época nós passamos aí, quantos anos? De 1974 a 1980, militando nesse movimento. O combate à ditadura...

[O entrevistador]: era o que, palestra?

- O combate à ditadura era muito assim: a gente defendia as eleições direta, ia para as ruas, entendeu? Tinha muitas passeatas, tinha aquele movimento da universidade, entendeu? O centro acadêmico de odontologia estava fechado... E a gente participava da direção do centro acadêmico, e do diretório acadêmico – que na época a UNE não tinha sido desmantelada. Era o diretório da universidade. A gente fazia parte. A gente começou por aí, fazendo esse movimento... A gente participava das assembleias, aqueles debates importantes, a favor da anistia, que se militava muito dentro da universidade, tinha muita gente fora do país... Entrei lá em 1977, o AI5 [Ato Constitucional nº5 do governo militar]. Quando entrei na universidade era proibido... Mas a gente tinha também um vínculo na universidade federal rural, comecei também fazer lá um curso de veterinário... A gente participava também lá do movimento estudantil...

[O entrevistador]: você tinha visto muitas vezes Dom Helder?

- Ah ele tinha vindo direto, direto. Ele era uma pessoa assim... No início morei numa república de estudantes de Pesqueira [cidade do sertão de Pernambuco], a gente era vizinho à casa de Dom Helder: a gente morava no primeiro andar, tinha a padaria em baixo e do outro lado tinha a Igreja das Fronteira [onde vivia Dom Helder]. Então a gente seguia toda essa movimentação, muita gente procurando Dom Helder. E aí a gente se sentia assim nesse dever de enxergar nesses princípios que ele defendia, de sociedade, de oportunidade, de igualdade, a Igreja Católica nessa época tinha uma militância muito ativa né¹²⁶.

Nelson não assumiu grandes responsabilidades no movimento estudantil. Mas adquiriu conhecimentos. E adquiriu uma nova visão do mundo social, uma visão não restrita ao fato de viver exclusivamente em Mirandiba, como a grande maioria de seus parentes, colegas e amigos do município. Ao viajar, ao conhecer outras realidades, Nelson abriu suas perspectivas, entendeu que o movimento estudantil e da Igreja poderiam se desdobrar em Mirandiba, e que ele poderia jogar um papel importante nessa divulgação.

2.1.c A volta a Mirandiba

Depois de ter passado dois anos em Belo Horizonte, onde foi dentista, abriu duas clínicas e encontrou sua esposa¹²⁷, Nelson chega a Mirandiba em 1983. Um ano particularmente difícil no sertão, que corresponde ao final de uma grande seca iniciada em 1979 e que abalou consideravelmente a região. Falta de colheitas, falta de alimentos, saque a comércios em muitas cidades – inclusive Mirandiba – são os elementos de uma situação de crise que os governos não conseguem resolver. Carro chefe do Governo Federal no combate à seca, as Frentes de Emergência são vistas como pouco impactantes. As pessoas entrevistadas de Mirandiba relembram-nas através de suas falhas: baixo nível dos salários nas obras de açudes e estradas, baixa qualidade da comida distribuída – o feijão que demora horas e horas para ser cozinhado –, e enfim baixo retorno para as famílias mais pobres, os benefícios, geralmente, ficam para os mais favorecidos, em particular aqueles que vendem os alimentos nas frentes¹²⁸.

¹²⁶ Entrevista realizada dia 1 de março de 2016.

¹²⁷ Com sua esposa de Minas Gerais e que também é dentista, Nelson teve três filhos: Nelson Filho, Nielson Antônio e Neilson Felipe.

¹²⁸ Pessoas entrevistadas de uma comunidade rural chamada “Riacho do Meio” contam a ascensão social do comerciante Ivan Leão, através das Frentes de Emergência. Agricultor com condições acima da média no final da década de 1970, Ivan Leão abriu uma bodega em uma frente de construção de açude, no ano de 1981. A obra, que era realizada sem o uso de máquinas, necessitou uma numerosa mão de obra, que comprava a maior parte dos alimentos que necessitavam na bodega do comerciante Ivan Leão.

Nelson chega assim em um município em crise, que ainda por cima sofre com a queda do algodão, cuja produção, além de ser afetado pela seca, é afetada de um modo muito mais duradouro pela praga do besouro ‘bicudo’¹²⁹. Logo depois de ter voltado, Nelson faz uma coisa inédita: ele abre, já em 1983, o primeiro consultório particular de dentista¹³⁰. Antes de sua iniciativa, não existia um serviço de odontologia regular, apenas de vez em quando vinham dentistas de fora para fazer pequenas intervenções, que ocorriam até na rua, sem nenhum conforto e anestésias. O sindicato também prestava esses tipos de serviços, de um modo mais organizado, mas com um dentista de fora que poucas vezes intervinha em Mirandiba.

Nelson marcaria sua diferença ao trabalhar exclusivamente para Mirandiba e seus arredores. Nas entrevistas, ele afirma que poderia ter optado por uma carreira profissional muito mais lucrativa em Belo Horizonte, onde ganhava, segundo o próprio Nelson, o “equivalente a 50 salários mínimos”, além de ganhar recursos com duas clínicas que ele tinha aberto. Porém, seu maior desejo, segundo ele, não era o lucro material, mas o anseio de se dedicar ao povo de sua terra. Nesse sentido, o consultório que abriu – no seu próprio domicílio – não era apenas para ele uma fonte de rendas, era um lugar de prestação de “serviço social” no qual algumas intervenções eram realizadas gratuitamente, com intuito de atender a população mais carente. Obviamente esses serviços geravam um retorno. Não um retorno financeiro no curto prazo, mas um retorno social no longo prazo. Nelson ficava cada vez mais conhecido e ganhava uma fama de benfeitor.

Isso o ajudou, funcionando como uma estratégia para começar a fazer política. E ele o faria de um modo relativamente diferente em relação aos políticos tradicionais. Pode-se dizer então que Nelson adotou logo uma postura totalmente alternativa, uma postura de ruptura? A resposta é nem tanto. Ele se destacava, a rigor, mas não se opunha abertamente aos demais políticos. Ele agia em sintonia com grupos existentes, trazendo apenas um diferencial na sua maneira de agir.

As primeiras alianças de Nelson foram com o grupo político situado mais à esquerda na escala local, o grupo coordenado por Geraldo Bezerra de Carvalho, filho de Joaquim

¹²⁹ O bicudo foi o maior responsável pela queda da produção de algodão, que teve como corolário uma profunda crise econômica em Mirandiba. De acordo com Paiollelo (2010), a praga começou a aparecer no início da década de 1980. Embora houvesse várias tentativas para contê-la, em particular por parte do governo federal, o bicudo se espalhou e impossibilitou toda recuperação da produção.

¹³⁰ Nelson destaca também que, ao chegar, ele construiu uma casa para sua mãe.

Bezerra de Carvalho (o “homem da roça” médico autodidata “que receita ao povo”, e que foi prefeito de 1972 a 1976). Primo segundo de Nelson, Geraldo Bezerra tinha assumido a liderança de um grupo que seu pai liderava alguns anos atrás, antes de adoecer. A ligação política era com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido que abrigava os opositores ao regime militar. Nelson seria assim, antes de ser do PT – que não existia no município – um dos principais representantes locais do MDB e de seu continuador o PMDB.

No contexto de Mirandiba, a postura de oposição do MDB era menos clara que ao nível nacional. Localmente, não havia reais divergências ideológicas entre o grupo e seu rival liderado por Chico Torres, ligado a ARENA. Havia apenas concorrência para a conquista do poder. Uma concorrência acirrada durante as campanhas políticas; mas que em tempo normal ficava restrita a uma rivalidade branda, entre grupos que afinal eram constituídos de parentes, compartilhando basicamente as mesmas ideias sobre a sociedade e a política.

No período de 1983 a 1985, Nelson se posiciona na esquerda do jogo político local, mas sem criar atritos com a direita, liderada por Chico Torres e a “Casa” de Chico do Arroz –, o qual, lembramos, é o irmão de Joaquim Bezerra (o médico autodidata), este último sendo o pai de Geraldo Bezerra de Carvalho, que lidera nos anos 1980 o grupo de “esquerda”.

Afinal, o maior embate de Nelson – em relação aos grupos políticos locais de direita – foi à campanha para a eleição do sindicato de trabalhadores rurais, que ocorreu em 1985. Nessa campanha, Nelson apoiaria um grupo de oposição – liderado por Poseidon Caboclo (que já mencionamos anteriormente) – contra um “grupo da situação”, liderado por Oscar do Arroz, primo de Poseidon e por parte de sua mãe e parente dos *Arrozeiros* por parte de seu pai.

Vivenciando pela primeira vez em sua história um confronto entre dois projetos relativamente marcado ideologicamente, o sindicato havia se transformado, durante a campanha, em um palco de posicionamentos políticos. De um lado, o grupo de Oscar do Arroz era apoiado pelo maior político e pelos seus aliados: Chico Torres e a “Casa” de Chico do Arroz. Do outro lado, o grupo de Poseidon era apoiado apenas por Nelson. De um lado havia a ideia de uma continuidade na gestão do sindicato, um voto de confiança em uma gestão “consensual” da organização dos agricultores e trabalhadores rurais, que não desagradava os grandes proprietários *Carvalho* e seu maior chefe o Chico Torres. De outro lado havia uma ideia de mudança, promover outra direção no sindicato, a fim de fortalecer a autonomia da organização em relação à elite local.

No termo de uma campanha acirrada na qual se confrontara os dois projetos, o grupo da situação – apoiado por Chico Torres e seus aliados – acabou ganhando. Mas esse desfecho não foi negativo para Nelson. Com efeito, o resultado final, muito apertado, revelou a forte influência do jovem político, o qual deu um impulso significativo a um grupo de oposição que partia com grande desvantagem em relação ao grupo da situação. A façanha de Nelson estava em ter conseguido levar na beira do poder um grupo que não tinha nem capital social, nem recursos financeiros. E isso ao contrário do grupo de Oscar, apoiado materialmente por Chico Torres¹³¹, e apoiado por assim dizer simbolicamente por um contexto social de relações de poder, um contexto no qual as populações rurais tendem a se submeter a seus patrões e protetores da elite *Carvalho*.

Um ponto interessante é que, na luta para a eleição no sindicato, Nelson não arrumou fortes inimizades por parte de Chico Torres e de seus aliados. A oposição entre os grupos ficou restrita ao jogo de rivalidade para alcançar a direção sindical, sem que essa rivalidade se transforme em uma guerra entre campos inimigos ou irreconciliáveis.

Mais que a oposição da elite conservadora, Nelson suscitou afinal uma oposição maior por parte de um ator aparentemente muito mais progressista que Chico Torres e seus aliados, o famoso Padre Robert (chamado Padre Roberto), padre carismático de Mirandiba nos anos 1970 e 1980. O antagonismo é resumido pelo próprio Nelson, na declaração seguinte:

Eu conheci o padre em profundidade quando eu voltei para trabalhar [em 1983]. Quando eu voltei prá trabalhar ele combatia muito o comunismo e tal, inclusive a gente começou a fazer algumas intervenções defendendo a educação, a sociedade, defendendo o sindicato, que era dos trabalhadores rurais na época... E a gente via que ele, na época, ele chamava a gente até de comunista... Ele achava como comunista qualquer pessoa que defendia essa organização e tal, popular né¹³²...

A palavra comunista, quando associada às intervenções de Nelson no sindicato, era mais utilizada pelo Padre Robert do que pelos adversários políticos locais. Esses adversários, em particular Chico Torres e Chico do Arroz, consideravam Nelson como um adversário político, mas não como um adversário ideológico. A atuação do novo político junto a população rural, seu apelo para organizá-la e educá-la através do sindicato, era algo em certo

¹³¹ De acordo com João Batista, prefeito de Mirandiba de 2004 a 2008, a maior ajuda material foi o pagamento, por Chico Torres, das mensalidades atrasadas dos sócios. Tal operação necessitava uma logística: era necessário usar intermediários – políticos locais do grupo de Chico Torres – para recolher na zona rural as carteiras dos sócios. Uma vez reunidas, as carteiras eram encaminhadas na farmácia de um membro dos ‘Carvalho’, o qual realizava os pagamentos das mensalidades de acordo com repasse de Chico Torres.

¹³² Entrevista realizada dia primeiro de março de 2016.

sentido inovador, mas a inovação não representava nada de fundamentalmente perturbador para as elites políticas locais. Estas reconheciam que Nelson tinha uma postura original e gozava de uma verdadeira popularidade. E para elas, essas qualidades não eram necessariamente coisas ameaçadoras. Tratava-se além de tudo de coisas suscetíveis de serem exploradas. Ou seja, para os chefes políticos como Chico Torres ou Chico do Arroz, Nelson tinha um futuro promissor. E em virtude disso ele podia ser cooptado para integrar os grupos políticos mais conservadores de Mirandiba.

Nelson afirma justamente que a elite conservadora tentou cooptá-lo, ao usar como moeda de troca o vínculo profissional que ele tinha com a prefeitura (através de um contrato de odontólogo). Mas ele teria rejeitado essa tentativa. E do mesmo jeito teria rejeitado os convites de Chico Torres que o chamava para integrar o grupo político dele, situado à direita. Nelson declara até que, depois dessas manobras, ele resolveu cortar seu vínculo de dentista com a prefeitura, ao pedir demissão. Ele sugere assim que deu prioridade a sua independência, em vez de dar prioridade a um emprego lucrativo com a prefeitura que iria amarrá-lo aos chefes políticos tradicionais.

Outras pessoas entrevistadas confirmam que Nelson, em 1986, cortou seu vínculo com a prefeitura. Mas elas apontam razões diferentes para explicar o fato. O desentendimento, segundo elas, não veio de uma divergência ideológica, mas de divergências pessoais. Até agora, nós não destrinchamos toda a trama dessa demissão – que talvez até combine elementos pessoais e mais ideológicos. O certo, pelo menos, é que depois de ter cortado o único vínculo que o ligava a prefeitura, Nelson foi a personalidade local de destaque na campanha para eleição de governador de Miguel Arraes (do PMDB). Era o final do ano de 1986 e eram as primeiras eleições estaduais depois de redemocratização¹³³. Um evento importante, que marcaria inflexões na forma do governo estadual lidar com os estratos sociais mais pobres, e que marcaria, sobretudo, um período mais favorável para Nelson.

Contra Miguel Arraes – situado à esquerda, que foi preso e exilado durante a ditadura, e que era apoiado por Nelson – o grupo de Chico Torres apoiaria José Múcio Monteiro, do PFL. O primeiro ganhou com facilidade ao nível de Pernambuco¹³⁴ e quase ganhou em Mirandiba, o que afinal representou uma façanha para Nelson: o município votava

¹³³ As eleições, em um turno único, ocorreriam no dia 15 de novembro de 1986.

¹³⁴ Miguel Arraes obteve 60,91% dos votos, em um único turno.

tradicionalmente pelos candidatos indicados pelo grupo de Chico Torres, e o fato de um candidato de esquerda quase atingir a maioria era para essa época uma coisa inusitada.

A eleição de Miguel Arraes representaria um trampolim por Nelson: ele assumiria uma posição mais forte de liderança, tornando-se o interlocutor local privilegiado de Miguel Arraes e o contato privilegiado de outras figuras políticas do estado. E enquanto ele assumia uma trajetória ascendente, seus aliados locais ficaram mais apagados. Em suma, Nelson conseguiu se tornar, entre o final de 1986 e o final de 1988 – e em detrimento de seus aliados locais do PMDB – a liderança de referência da oposição no município a situação, sendo o grupo de Chico Torres e Chico do Arroz que controlava o poder desde 1976.

Nesse período de 1986 a 1988, Nelson atua cada vez mais no município. Ele realiza um trabalho de mobilização social frente às populações rurais, na perspectiva das eleições municipais do final de 1988, da qual ele espera sair prefeito. Suas intervenções com as populações giram em torno de uma ideia fixa: “organizar o povo”, através de associações. Na fala de Nelson e de outras pessoas que militaram com ele, “organizar o povo” era o caminho mais certo para tirar esse povo da dependência e da pobreza. Tirá-lo do domínio da elite através de sua organização própria. Através de sua capacidade em agir de modo coletivo, solidário, sem interferências dos patrões ou chefes políticos. Um agir coletivo que requeria uma entidade formal e coletiva: a associação.

2.1.d O mediador das primeiras associações

Nelson se apresenta – e é apresentado pela população local – como o grande promotor das associações em Mirandiba. Em quase todas as entrevistas sobre as reformas e mudanças sociais na área rural, durante os anos 1980 e 1990, as pessoas das associações rurais realçam que Nelson foi o ator chave da divulgação do associativismo. Assinalam que ele liderou, no Mirandiba rural, todo o processo da criação de uma realidade associativa. Ou seja: divulgação da ideia de criar as associações, organização e animação das reuniões de assembleia geral (durante as quais essas associações eram efetivamente criadas), animação e organização das reuniões seguintes (durante as quais os associados discutiam as ações e projetos a implantar nas suas localidades). Em todos esses momentos, Nelson era a liderança de destaque que mobilizava as famílias rurais em torno da ferramenta associativa. Um grupo dentro do qual uma equipe de militantes era encarregada de três tarefas principais: escrever as atas das assembleias gerais de criação das associações, encaminhar essas atas para a redação dos

estatutos dessas entidades (que eram redigidos por outros agentes, fora de Mirandiba), e enfim escrever as atas das reuniões (que marcariam a rotina associativa depois das assembleias geral de criação).

A primeira associação do grupo seria ligada a um projeto para construção de uma casa de farinha, com recursos de fundações e do governo do Estado. Um dos principais assessores de Nelson na época, Suetone Gomes de Sá, informa sobre as circunstâncias que conduziram a essa primeira associação:

Quem andava [de 1986 e 1989] com Nelson para fundar as associações – antes de ele ser prefeito [em 1992] – era eu [Suetone], Maninho¹³⁵, e Cícero do Padre¹³⁶. A gente tinha uma ligação muito grande... Maninho era presidente do PSB [Partido Socialista Brasileiro]. E Machado Freire representava o PSB no sertão [Machado Freire, originário de Salgueiro e jornalista no Jornal do Comercio, de Recife, afiliado ao PSB, era também muito ligado a líderes políticos do PMDB]. Aí o PSB gostou de associação. Sempre! Associação era tática do PSB. Aqui em Pernambuco, e acho que no Brasil também... Aí Machado Freire dava muita orientação...

Olhe: esse prédio aqui [da Associação *Conviver*, onde foi realizada a entrevista] foi à primeira associação que nós fundamos em Mirandiba. Conseguimos um projeto da antiga LBA, a Liga Brasileira de Assistência. Isso foi no ano de 1987. Foi por isso que o PSB foi criado aqui em 1987. Machado Freire ele já dava apoio... Aí a primeira associação fundada em Mirandiba...

[O entrevistador]: como era o nome da associação?

- A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sertão Central. Ela pegou o sertão central inteiro... Porque até era aqui a área de atuação de Machado Freire. Ele deu apoio total a associação.

[O entrevistador]: quem era o presidente da associação?

- O primeiro presidente foi Nelson.

[O entrevistador]: e você era o que?

- Tesoureiro... E Maninho era secretário.

[O entrevistador]: e vocês conseguiram projeto da LBA?

- Foi... Nós conseguimos o projeto...

¹³⁵ Nome completo. Um dos principais assessores de Nelson no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Maninho vem de uma família relativamente abastada de comerciantes, do município de Triunfo que migrou do município nos anos 1960 e veio para Mirandiba.

¹³⁶ Nome completo. O apelido de “Cícero do Padre” vem da forte ligação do personagem com o Padre Robert, o padre francês de Mirandiba. Quando ele era criança o Cícero era coroinha do Padre, e era considerado como um de seus “xodós”, por acompanhá-lo em vários eventos e atividades no município de Mirandiba.

Pronto! Aquele setor jovem, que se chamava setor jovem do PMDB [liderado por Suetone], que não tinha existência oficial, elaborou um projetinho, só com um histórico – que ninguém sabia fazer projeto – só um papel, e mandou para LBA, pois a LBA apoiava a construção de casa de farinha, da LBA de Recife.

[O entrevistador]: a LBA era de que?

- Era um órgão do governo federal, época de Sarney... Aí quando o pessoal fazia um documento, a gente mandava endereço da minha casa. Para poder responder, o correio... Aí o pessoal [da LBA] fez a visita. Em 1987... Aí nós, do grupo, procuramos – porque já estava definido que Nelson ia sair candidato prefeito, e Maninho era presidente do PSB – nós procuramos Maninho e Nelson, para poder deixar eles a par... Aí... Aí o nome da moça que veio aqui era Tâmara Saraiva, do LBA... Ela veio aqui e disse que eles tinham interesse de apoiar o projeto, mas tinha que sair com um órgão oficial... Porque o... Porque aquele grupo que estava interessado, que apresentou a proposta não era oficial, não tinha... E vinha com nome do PMDB, não saía através de partido. Mas eles tinham interesse. Se a gente trabalhasse e apresentasse esse projeto... Ela ajudou... Aí nós a gente só botou uma lista para... Para o que era preciso para uma casa de farinha... Aí nós fizemos uma lista, com aquela máquina de datilografia ainda, nós precisamos, é necessário isso: a construção de um prédio, tantos fornos... Aí dizia o que era necessário... Para uma casa de farinha funcionar... Que é lá que eles montavam o projeto... E eles tinham pressa...

Aí vamos acelerar para fundar a associação, criamos a associação... Mas mesmo sem a LBA a gente ia criar a associação, pois a ideia era de Machado Freire¹³⁷...

O relato sobre a criação da primeira associação esclarece três pontos. Primeiro: Nelson não foi “O Criador” da associação, ele foi um dos criadores de um processo coletivo, que envolveu em particular Suetone, representante do grupo de jovens do PMDB. Segundo: Nelson não foi o promotor original de criação. A ideia foi sugerida por Machado Freire, militante jornalista do PSB que morava em Recife, e pelo pessoal da LBA, que financiava projeto mediante associações. Terceiro: a primeira entidade criada não era exclusivamente rural. Ela nasceu na cidade e foi dirigida por personalidades da cidade – em particular Nelson, seu primeiro presidente. A meta da entidade poderia ser ligada ao rural – construir uma casa de farinha – mas sua gestão era ligada ao “urbano”, por envolver um grupo de pessoas que não eram agricultores ou trabalhadores rurais.

Depois da fundação da primeira associação, Nelson gozaria de uma visibilidade maior na promoção do associativismo. Essa ascendência vem das qualidades do político, dinamismo, carisma, visão, capacidade de iniciativa. Os outros, os de seu grupo de militantes, eram mais

¹³⁷ Entrevista realizada dia 3 de março de 2016.

seguidores de que líderes. Foi assim que Nelson se tornou, de 1987 a 1989, a figura das associações em Mirandiba. Nesse período – e diante do sucesso da primeira experiência –, várias associações foram criadas sob a iniciativa de Nelson.

O relato a seguir, ainda de Suetone, evoca a sequência de fundação de associações:

A segunda associação foi a associação do distrito de Tupanaci. Lá é a “Associação dos Moradores e Amigos de Tupanaci”. O presidente lá foi Cirilo de Sinhô era o presidente: ele foi padre, é um sociólogo velho, mas ele já está... Na época ele era aposentado, que ele teve problema mental... Ele não trabalhava mais...

[O entrevistador]: ele é da família Carvalho?

- É. Ele é dos Diniz de Tupanaci... Ligado a padre Alfonso [padre de Serra Talhada: também dos *Carvalhos Diniz*, parente próximo de Nelson]...

[O entrevistador]: mas qual foi à reação do povo, com essa associação?

- Não, mas o povo lá era muito ligado ao Padre Alfonso, aí não teve problema não: o povo já sabia o que era associação... Mas a associação nunca avançou. Ela era bonitinha no papel, mas não tinha luta...

A terceira foi em Cachoerinha [outro distrito de Mirandiba]: Associação dos Moradores de Cachoerinha, presidente Lourdes de Beba... E a quarta associação foi a da Barreira [uma comunidade rural]: Associação Rural José de Souza Guerra... Que até hoje é Vavá... É Vavá que é o presidente...

(...)

[O entrevistador]: mas quem ajudava, por exemplo, na questão dos estatutos?

- Não... A gente... Tinha um modelo... Machado Freire dizia que tinha que ser de acordo com o Código Civil. Já tinha um modelo, a gente só fazia adaptar. Ele [Machado Freire] dizia o que não podia deixar de existir e o resto a gente ia adaptando... A gente cortava mais do que aumentava. Que os estatutos eram muito longos... E com muita gente na diretoria... E aí a gente saía cortando, o que a gente podia a gente cortava¹³⁸...

As três associações, e a primeira criada para o projeto de casa de farinha, eram lançadas em um contexto político muito favorável, o do governo estadual de Miguel Arraes que financiava projetos associativos na área rural. Suetone informa sobre o contexto político em Pernambuco, durante o governo de Miguel Arraes (de 1996 a 1990):

Quando Miguel Arraes ganhou o governo, ele atendia projetos com associação. Ele criou o GAN. O GAN: que era Grupo de Ação Municipal. E atendia o município todo, com associações. O pessoal ligado a ele [Miguel Arraes] apresentava um projeto e ele atendia... O governo atendia...

¹³⁸ Entrevista realizada dia 3 de março de 2016.

[O entrevistador]: foi nessa época que começaram serem criadas as associações?

- Foi. (...) Com o Governo do Estado, Nelson conseguiu um trator, para carregar produção da roça, a produção da mandioca, e fazer aqui, na casa de farinha [primeiro projeto financiado através da primeira associação, cujo presidente era Nelson; o financiamento do prédio da casa de farinha foi da Liga Brasileira de Assistência, como já mencionamos anteriormente]. Os agricultores arrancavam e traziam. Isso foi quando Nelson era presidente da associação.

[O entrevistador]: mas como foi mesmo a criação desta associação, você lembra? As primeiras discussões?

- Não, não houve discussão nenhuma! Praticamente não houve discussão. Machado Freire chegou e ele fez uma reunião dizendo o papel do Governo, de Arraes, que a proposta dele era trabalhar com associação, para desconcentrar das prefeituras; e também é uma forma de valorizar quem fez campanha para ele, que fizesse parte do governo, sem depender de prefeitura... E que os grupos que apoiavam Miguel Arraes tinham que se preparar para associação.

Aí ele [Machado Freire] fez uma reunião para orientar como fazer uma associação, juntar o povo, trouxe um modelo de estatuto, para fazer a declaração... Aí... Aí a gente quem participou da campanha fizemos uma reunião para dizer as pessoas... Aí quem compareceu à reunião a gente fundou...

[O entrevistador]: esse jornalista [Machado Freire] ele veio um dia aqui, vários dias?

- Ele vinha com muita frequência aqui! Ele ajudava muito Nelson. Ele fundou o PSB aqui em Mirandiba, em 1987, junto a pessoas que eram ligadas a Nelson. Para poder dar força a essa candidatura de Nelson [à prefeitura, em 1988].

Aí ele jogava na imprensa: “Mirandiba cria uma associação que atende o Sertão Central”. Jogava na imprensa para poder ir valorizando¹³⁹.

O relato revela claramente que a primeira associação – A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sertão Central – era política. Seu patrocinador principal – o jornalista Machado Freire do PSB – promovia o governo Miguel Arraes através das associações, “tática” tanto do PSB quanto do governo estadual.

2.1.e Uma postura mais alternativa, mas com suas ambiguidades

Temos, no final de 1986, um Nelson relativamente alternativo. Alternativo porque a promoção das associações representava afinal um arranjo institucional novo no município. Do mesmo jeito que Nelson criou um primeiro consultório particular de dentista. Ou apoiou a

¹³⁹ Entrevista realizada dia 3 de março de 2016.

oposição do sindicato rural, contra todos os grupos da elite local. Ou ter, em certos aspectos, um discurso diferente, que falava do poder excessivo dos *Carvalho* e da necessidade de dar mais poder ao povo. Tal discurso, aliás, se aliava a uma disposição em visitar as famílias humildes, ou os grupos de jovens, sem muito protocolo nem cerimonial. Maria do Destêrro, colega de Nelson no colégio e futura integrante de seu governo municipal (em 1992), relembra como o político se comportava com a população:

Quando ele voltou, que ele se formou, ele começou com novas ideias né: a questão do poder estar numa família só, a questão de ver o agricultor, de ver o negro... Onde esse povo estava reunido ele chegava, sem ser chamado, parecendo doido, com palito e cabelo deste tamanho e entrava no meio... Ele entrava, por exemplo, em uma formatura, ele estava lá no meio, sem ninguém chamar, e chegava e colava não é¹⁴⁰ ...

Para essa entrevistada, e para a maioria das pessoas entrevistadas de Mirandiba, o fato de “se convidar” na casa do povo ou nos eventos do povo era realmente uma coisa nova. Normalmente, um chefe político de Mirandiba não teria participado de uma formatura sem sua presença ser expressamente solicitada. Podia se tratar de uma solicitação muito simples, mas essa solicitação era exigida pelas convenções. A mesma coisa acontecia com as visitas particulares. Um chefe político muito raramente visitava as casas, e ele o fazia apenas quando era expressamente convidado para tratar de um determinado assunto. O comum, afinal, era que as pessoas procurassem o político, indo busca-lo em sua casa, no seu comércio, ou no seu escritório da prefeitura. Contudo, no caso de Nelson, e como falou um entrevistado, o “protocolo foi quebrado”¹⁴¹, o político não recebia mais as pessoas na sua casa, no seu comércio ou no escritório da prefeitura, como ele costumava fazer, mas ele ia atrás das pessoas, visitando-as nas suas casas ou nas festas.

Porém, Nelson não pode ser apresentado como “totalmente alternativo”. Ele era afinal afiliado ao PMDB, um partido considerado de esquerda, mas que não era tão diferente dos outros. O grupo do PMDB de Mirandiba, liderado pelo primo segundo de Nelson – Geraldo Bezerra de Carvalho –, tinha uma postura de oposição que se expressava, sobretudo, nas campanhas políticas. Fora as campanhas, as divergências ideológicas com os outros políticos não eram nítidas.

¹⁴⁰ Entrevista realizada dia 21 de setembro de 2015.

¹⁴¹ O termo é de autoria de Dito Messias, que fazia parte do grupo político de Nelson Pereira, no início dos anos 1990.

E, mesmo pertencendo a um grupo a esquerda do jogo político local, Nelson era procurado pelas lideranças dos grupos de direita, que admiravam nele sua popularidade e seu dinamismo. Um jovem político tão popular, tão entusiasta, representava uma figura valiosa digna de ser cooptada. E sobre esse ponto, já narramos que Nelson afirmou ter recusado uma tentativa de cooptação do grupo de Chico Torres e Chico do Arroz. O jovem político teria preferido romper seu contrato de dentista com a prefeitura, a ficar devendo favores aos chefes políticos do município. Mas essa é a versão do próprio interessado. Outras pessoas entrevistadas, como já o dissemos, apontam fatores pessoais no rompimento da ligação de Nelson com a prefeitura.

Os meandros da trajetória do político são lembrados por João Batista, prefeito de 2004 a 2008. Em entrevista, ele conta que, pouco depois das eleições municipais de 1988, Nelson, amigo de lideranças dos grupos que faziam oposição a ele, indagava com elas o desenho das próximas disputas eleitorais, sem atritos e com a possibilidade de acordos e arranjos:

Eu fui paro o Recife de carona, eu, Nelson e Antônio Magalhaes [o futuro candidato a prefeito, eleito em 1988] e Dona Marília [a esposa de Nelson]. Acho que foi em 1986... E eu ia só, atrás, e eles ficavam conversando os dois na frente: Nelson e Antônio Magalhaes. Nelson dizendo que Antônio Magalhaes devia sair prefeito e Antônio Magalhaes dizendo que Nelson devia sair.

E terminou saindo Nelson contra Antônio Magalhaes. Em 1988. Eram amicíssimos e depois ficaram muito intrigados.

[O entrevistador]: então, na época, Nelson era amigo dos parentes?

É. Ele chegou de Belo Horizonte, formado, com a mulher formada... Estava se incluindo... Quando ele botou a cabeça... Aí mexeu com os interesses né. É mesmo caso que digamos... Tenho um genro que só fala que ele quer se candidatar. Sempre falo para ele pra não entrar. Não entre não porque quando você entrar você perde todo o sossego que você tiver. E o pessoal vai lhe ver com outros olhos não é¹⁴².

O certo, pelo menos, é que Nelson inspirou mais inimizade quando ele começou se afirmar no cenário político local. Sua candidatura a prefeito, pelo PMDB, em 1988, acirraria os ânimos e revelaria um Nelson com postura de oposição mais marcada. Na disputa para a eleição, Nelson somaria suas forças com um novo ator institucional: o Partido dos Trabalhadores (PT). O partido – criado em 1987 por personalidades como Poseidon Caboclo, e que incluía também o atual diretor da Associação Conviver no Sertão, Suetone – era apoiado

¹⁴² Entrevista realizada dia 3 de maio de 2015.

pelo jovem candidato à prefeitura, que emprestava um prédio para as reuniões do grupo, reuniões das quais ele participava.

Foi assim que, amparado por lideranças de um grupo político mais diversificado – que incluía o PT e também o novo PSB¹⁴³ – Nelson iniciou a campanha para as eleições municipais de 1988. A campanha foi dura, apertada, mas afinal ela resultou na vitória do candidato de direita: Antônio Oliveira de Carvalho, cujo apelido era Antônio Magalhaes¹⁴⁴.

O resultado final da campanha, mesmo desfavorável, foi considerado positivo por Nelson, que enfatizou o trunfo de ter conseguido muito apoio sem dispor de duas vantagens fundamentais: a *máquina da prefeitura*, com seus empregos e outros benefícios servindo de moeda de troca no momento do voto; e os recursos financeiros próprios à campanha, que se prestam a comprar os votos ou agradar os eleitores. A desigualdade das forças em disputa, em termos materiais, foi vista como uma grande desvantagem, mas que em certos aspectos foi contornado, como o próprio Nelson relata:

[O entrevistador]: escutei falar que você dizia muitas vezes, nas campanhas: olhe, a turma da mala preta vai chegar, vocês podem aceitar o dinheiro, mas votam comigo! Você falou isso?

A gente falava isso, não era só nos comícios, a gente falava isso diariamente. A gente dizia... A gente fazia o seguinte: nós eramos candidatos sem nem um centavo, não tinha emprego, não tinha nada! A gente só tinha um consultório, que a gente trabalhava com esforço nosso. E eles tinham a máquina municipal, a prefeitura. E a gente dizia: essas pessoas que querem vincular o apoio de vocês, o apoio da candidatura deles em troca de favores, peguem o dinheiro, peguem o que eles tiverem. Agora procure votar – e nem a gente dizia para votar na gente não – procure votar em candidatos que possam corresponder aos anseios e aos sonhos de vocês... A gente falava isso com a maior tranquilidade¹⁴⁵.

Se, de fato, o grupo de Nelson não era “rico”, não significa, no entanto, que era desprovido de recursos. O grupo dispunha de uma importante articulação política, logística e financeira: a articulação das redes do PMDB, lideradas na região do sertão pelo deputado federal Luiz Gonzaga Patriota (do PMDB). E na escala mais local, houve também um apoio importante: o do chefe político Chico Torres que, por razões de divergências pessoais com a *Casa de Chico do Arroz*¹⁴⁶, decidiu mudar de lado e investir na campanha de Nelson. Mas o

¹⁴³ Partido Socialista Brasileiro.

¹⁴⁴ Antônio Magalhaes faz parte do grupo dos *Arrozeiros*.

¹⁴⁵ Entrevista realizada dia 22 de março de 2016.

¹⁴⁶ A divergência vem de um desentendimento em relação a escolha do vice-prefeito.

velho chefe, debilitado por um câncer, não teve a energia suficiente para dar um forte impulso. Aliás, ele faleceu antes da eleição, o que faz dizer a algumas pessoas¹⁴⁷ que se ele tivesse vivo no momento dos votos, Nelson teria conseguido vencer a eleição.

O certo é que Nelson perdeu de pouco e que ele se projetou logo em outras campanhas, outros desafios. Em 1990, ele foi candidato a deputado estadual, conseguindo um número limitado de votos ao nível estadual¹⁴⁸, mas vencendo a votação localmente¹⁴⁹. E em 1992, ele foi candidato novamente a prefeitura, com o desfecho positivo desta vez.

Do final de 1988 ao final de 1992 (data da eleição municipal), a principal mudança na trajetória de Nelson foi à adoção de uma postura mais alternativa. Um posicionamento de oposição mais marcado, que se materializou em vários pontos. O primeiro, aparentemente não relevante – ou pelo menos superficial – foi uma mudança de nome: Nelson Pereira de Carvalho não se autodesignaria mais como Nelson Carvalho, como era comum até agora, mas como Nelson Pereira. A passagem do *Carvalho* ao *Pereira* é às vezes explicada por uma estratégia de marketing regional, na campanha para as eleições estaduais de 1990, Nelson teria valorizado seu lado *Pereira* para conquistar os votos dos *Pereira* de Serra Talhada – que constitui um grupo muito influente na política de uma das maiores cidades da região. Outra explicação, mais local, e talvez mais pertinente, aponta que Nelson tirou o *Carvalho* de seu nome para afirmar sua oposição radical ao grupo controlando tradicionalmente o poder em Mirandiba.

Enfim, com seu novo nome mais *Pereira* do que *Carvalho* Nelson seria um opositor mais radical. Haveria três expressões dessa radicalidade: a primeira, seria uma afiliação ao PT (em 1989); a segunda, um discurso mais afinado de ruptura em relação ao modelo social e político vigente em Mirandiba; e a terceira, uma série de intervenções estruturantes destinadas a população rural como, por exemplo, a criação de assentamentos rurais.

Nelson se tornou mais alternativo porque suas ideias, suas crenças, suas ideologias eram realmente alternativas? Ou tratou-se de uma estratégia política? Ou de um posicionamento ditado pelas circunstâncias – políticas, sociais e até pessoais? Não há

¹⁴⁷ Em particular José Tiburtino de Carvalho Barros, irmão do ex-prefeito de Mirandiba (de 2008 a 2016), Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros... Assim que Suetone Gomes de Sá, o atual diretor da Associação Conviver no Sertão.

¹⁴⁸ Foram 2413 votos em todo o Pernambuco (fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco).

¹⁴⁹ Foram 1189 votos em Mirandiba, a maior votação (o segundo colocado atingiu o número de 766 votos).

respostas simples. O próprio interessado, obviamente, dá o destaque a seus princípios ideológicos e políticos de esquerda, a sua vontade de promover um modelo social alternativo em Mirandiba. Outros, ao contrário, enfatizam o pragmatismo do homem, sua capacidade em se posicionar do lado melhor para a conquista do poder. Outros também evocam fatos pessoais que o levaram a adotar uma postura de oposição mais nítida¹⁵⁰.

Nossa interpretação é que tem de tudo isso um pouco em Nelson. A realidade de sua postura política não se esgota em uma explicação apenas ideológica, de valores, de princípios, de militância social. Ela não se esgota também em uma explicação mais instrumental, focando a instrumentalização da política local. E não se esgota enfim em explicações psicológicas ou de circunstâncias pessoais, que dariam conta de todas as decisões e rumos seguidos pela liderança. Pensamos que tudo que é dito aqui tem algum sentido, a partir do momento em que nenhum dos fatores se torne essencial e exclusivo. É nesse sentido que falamos que todas as dimensões enfatizadas – os valores, a estratégia, a vida pessoal – têm sentido na compreensão da trajetória de Nelson.

2.1.f A criação de assentamentos rurais para os moradores sem-terra

Chegamos agora a uma das principais expressões da política de Nelson: a criação de assentamentos rurais para agricultores sem terra. A meta era distribuir terra para quem não tinha; e o lugar escolhido foi o distrito de Cachoerinha, situado a 20 km de Mirandiba. Um lugar particular, muito populoso – mais de 200 famílias no final da década de 1980 – e onde a terra era concentrada na mão de uma única família: a família Laudelino. Envolver-se na questão fundiária em um lugar totalmente controlado por um pequeno grupo valeu a Nelson fortes inimizades. Inimizade, obviamente, do grupo poderoso, que mantinha quase 200 famílias agricultoras em situação de dependência, através do sistema da moradia. É preciso então contar um pouco qual era esse grupo que se tornaria um dos principais adversários de Nelson.

Os *Laudelinos*, na verdade, compõem uma elite que não pertence aos *Carvalhos*. E por causa disso, eles nem eram considerados brancos. Eram considerados pessoas *cabra*, termo pejorativo designando na época as pessoas claras de *cabelos ruins*. Detentor do poder local, os

¹⁵⁰ Um fator pessoal que teria sido importante foi a falta de apoio do primeiro círculo da família, em particular de um irmão da mãe de Nelson que era um comerciante bem sucedido. Este último nunca teria apoiado seu sobrinho porque ele o considerava como alguém sem as qualidades necessárias para o exercício do poder.

Laudelinos era um grupo familiar liderado por três irmãos. Três irmãos pioneiros que diziam ter nascidos pobres e terem crescidos na vida pelo mérito próprio. Tudo teria começado na Serra do Arapuã, em Carnaubeira da Penha (hoje área indígena), onde a fratria nasceu e de onde saiu para trabalhar de *empreita* – com remuneração mediante a realização de uma obra, e não mediante diárias – em obras públicas, durante os anos 1940 e 1950. Um enriquecimento a base de esforços e sacrifícios, que começou através de trabalho manual em projetos de eletrificação e asfaltamento no Piauí e em Pernambuco.

Com os recursos economizados, a fratria comprou terras a proprietários *Carvalhos*. Ela abriu também um pequeno comércio, no lugar da fazenda recém-comprada, que se chamava Cachoeirinha. Ao contrário dos antigos proprietários, que já começavam a se desinteressar do trabalho da agricultura, os *Laudelinos* apostaram no potencial de suas terras. E o meio mais óbvio para sua aposta foi plantar grandes quantidades de feijão, utilizando uma mão de obra acordada no sistema de meação – o qual obrigava o trabalhador (meeiro) a dar metade de sua produção ao proprietário da terra.

Dos anos 1950 a 1990, o feijão sustentaria as propriedades dos *Laudelinos*, por meio de famílias de trabalhadores vindos do atual território indígena, situado em Carnaubeira da Penha. Eram famílias negras – nos anos 1950, quando começou a expansão das propriedades, o termo índio não era utilizado – que se sujeitavam a seus patrões. O sistema de submissão era implacável, os *Laudelinos* controlavam inescrupulosamente toda a produção. Eles pegavam toda a produção de feijão verde para tirar metade dela da mão do produtor. E eles recolhiam todo o feijão destinado a ser estocado (o *feijão de corda*), que eles pesavam de um modo fraudulento, ao manipular a pesagem em seu proveito, a fim de deixar menos da metade da produção na mão do produtor. O patrão ficava afinal com a maior parte e os trabalhadores não tinham como reclamar, porque senão seriam punidos.

Foi assim que o lugar de Cachoeirinha se tornou, nas narrativas locais, um *curral*. Os *Laudelinos* controlavam tudo: a terra, a produção, a vida social e econômica das famílias produtoras. Toda a vida social dos meeiros era sujeita aos mandos do clã, o trabalho, obviamente, mas também o acesso a todo de tipo de bens, de serviços, e enfim o voto, que era um *voto de cabresto*, imposto pelos desejos dos patrões.

Tal sistema opressivo, parecido com as formas mais radicais de exploração das primeiras fazendas de Mirandiba, tinha conseguido se manter porque os *Laudelinos* ganhavam

muito dinheiro com suas propriedades. Eles lucravam porque suas terras, arenosas e férteis, eram totalmente adaptadas à produção do feijão. Mas seus lucros vinham também de uma forte predisposição ao comércio, os *Laudelinos* eram comerciantes habilidosos. Eles controlavam grande parte da cadeia comercial, da colheita ao transporte, passando pelo armazenamento e a distribuição. E eles lucravam não apenas através do comércio do feijão. Controlavam também parte da distribuição do algodão, que compravam a grandes e médios produtores de Mirandiba e Carnaubeira da Penha.

É nesse lugar totalmente controlado que Nelson, a partir de 1987, começou a atuar, inicialmente de um modo discreto, e posteriormente de um modo mais explícito, o que faria dele o inimigo número um do grupo dos *Laudelinos*. Antes de pensar a criação de um assentamento para as famílias sem terra, Nelson aprendeu a conhecer Cachoeirinha. Através de seu trabalho de dentista, ele se aproximou de algumas famílias do lugar. Mas, afinal, não eram famílias de meeiros trabalhadores das propriedades dos *Laudelinos*. Estas nem tinham acesso a nenhum serviço de saúde. Quem podia solicitar o serviço de odontologia de Nelson eram pessoas de estratos menos pobres, que eram pequenos proprietários de terra e viviam em torno de Cachoeirinha.

Diante das dificuldades do acesso à saúde para população dominada pelos *Laudelinos*, Nelson tentou levar o sindicato dos trabalhadores rurais até o distrito de Cachoeirinha. Até o momento dessa iniciativa, e apesar de já ter completado quase 15 anos de existência, o sindicato não existia no lugar. Os *Laudelinos* barravam-no, usando de todo seu poder para dissuadir a população de recorrer a ele. Aliás, os dirigentes sindicais, temendo a reação dos *Laudelinos*, não faziam nada para mudar a situação. Foi então necessária a intervenção de Nelson, que convenceu os membros do sindicato a atender a população de Cachoeirinha. Mas, até o início dos anos 1990, o atendimento era extremamente limitado: apenas três ou quatro encaminhamentos para beneficiários de aposentadoria, por meio da sede do sindicato em Mirandiba – Cachoeirinha não dispunha de um local para atender a população.

O evento importante, afinal, não foi a tímida chegada do sindicato, mas uma ação do que chamaremos de micro reforma agrária. Nelson, com a contribuição de lideranças, conseguiu conceder a alguns moradores de Cachoeirinha o uso e a posse de uma terra agrícola, que era propriedade de um médico *Carvalho*. O *Carvalho* em questão fizera um acordo com Nelson para vender uma de suas propriedades, situadas nos arredores de Cachoeirinha. O

arranjo, realizado em 1989, tinha-se tornado possível graças ao governo estadual de Miguel Arraes, o qual promovia ações de reforma agrária.

Maria de Lurdes Sobreira, chamada “Lurdes de Beba”¹⁵¹, presidente da associação de Cachoeirinha criada por Nelson em 1989, relata seu envolvimento na luta pela terra. Tratou-se de fato de uma luta, porque o contexto seria particularmente desfavorável. Os *Laudelinos* se oporiam de modo veemente a reforma agrária; e eles usariam de todas as estratégias para impedi-la. E a disposição de Lurdes de Beba em enfrentar o grupo dominante talvez viesse de sua relativa autonomia em relação a este grupo. A liderança morava em um lugar chamado “Posse”, a 10 km de Cachoeirinha, onde ela era média proprietária, ela e seu marido. E ela tinha também vivido mais de 15 anos em São Paulo, onde passou sua adolescência e se casou.

Assim mais delineado o perfil da liderança, vemos aqui como ele conta sua participação na ação de reforma agrária de Cachoeirinha:

A associação da Cachoeirinha foi criada em... Em setembro de 1989 não foi? Era Associação dos Moradores de Cachoeirinha.

[O entrevistador]: nessa época, a associação, quem foi que incentivou?

- A associação é o seguinte: aqui não tinha nem uma associação, os moradores não tinham a quem recorrer, nada quando precisasse de alguma coisa... Aí Nelson Pereira começou andar por aqui.

[O entrevistador]: e ele não era prefeito na época...

- Não. Ele não era nada ainda. E a gente não sabia que ele fazia plano de ser também... Ele não falava em política não... Ele falava que o povo devia se organizar para adquirir alguma coisa. Porque uma pessoa sozinha não podia fazer nada, não é... Então um grupo organizado podia arrumar muita coisa aqui para Cachoeirinha. Aí a gente se organizou...

[O entrevistador]: ele [Nelson] tinha alguns assessores?

- Não... Ele andava só...

[O entrevistador]: ele não tinha um trabalho aqui?

- Sim, tinha... Não! Na época ele não tinha. Na época da criação da associação ele não tinha trabalho nenhum. Depois da associação que ele começou trabalhar de dentista. Na época ele só fazia o trabalho dele lá para Mirandiba, aqui não...

¹⁵¹ Esse apelido vem do apelido de seu marido: Beba.

[O entrevistador]: e ele já era conhecido aqui?

- Não. Não era todo mundo que conhecia ele não. Quem conhecia ele mesmo só era... Eu conheci Nelson... Uma vez levei meu menino para ajeitar um dente dele, na *Rua* [em Mirandiba]. Eu nem sabia quem ele era. Me indicaram ele, eu fui... Aí comecei a conhecer ele, porque o tratamento do dente demorou um pouco. E a gente foi se conhecendo. Aí depois ele foi lá em casa. Não tinha quem procurar aqui [em Cachoeirinha]. Aí ele foi lá em casa [no lugar chamado Posse, a 10 km de Cachoeirinha]. Aí ele disse: “Lurdes, o que é que você acha de a gente fundar uma associação aqui? Aqui o povo são tão soltos assim, não tem nada...” Solto no sentido de arrumar nada né.

[O entrevistador]: o povo não tinha terra?

- Não. Todo morador, ou rendeiro. (...) Aqui o povo dizia que era curral fechado né.

[O entrevistador]: dos *Laudelino*...

- É. Eles plantavam na roça deles, colhia, e tinha que fazer o que eles quisessem. Votar, e o que eles fizessem... Porque eles estavam dentro do terreno deles né. Eles eram quem mandava...

[O entrevistador]: o morador, ele tinha direito de plantar a roça dele?

- O morador? Não. Ele tinha que dar a metade ou o arrendamento. O meeiro ele tem que dar a metade de todo o que ele colher. Ele tem que dar em legumes. Ele tem que dar metade: se tirar dez sacos de feijão, ele tem que dar cinco pro dono da terra. E o rendeiro ficava com cinco para tirar despesas dele na roça e o restante, também vender. Aí o rendeiro em Cachoeirinha era “de cinco um”, tinha deles que era “de quatro um” né. Aí... Era todo trabalhando para esse pessoal. O rendeiro só tinha a terra lá para se manter, o dono só dava a terra para o rendeiro plantar... E colher, e dividir com ele...

[O entrevistador]: enfim, nesse lugar que ninguém tinha terra, Nelson chegou, fez amizade (...).

- Sim, fizemos amizade eu e meu marido com ele. Aí um dia ele chegou lá em casa, ali ele falou para que a gente fizesse uma associação aqui. Aí eu disse: “Nelson, não sei. A gente pode tentar, mas não sei se o povo vai querer não”. Aí ele falou: “vamos tentar criar uma associação, porque aí a gente faz associação, registra, e pode até adquirir alguma coisa para o pessoal”. Eu disse: “eh, vamos tentar!”

Aí a gente tentou. No começo, só tinha uma faixa de 12 ou 13 pessoas. O povo ficava com medo. O povo veio deixar de ter medo depois que a gente adquiriu algumas coisas...

Posso falar do terreno?

[O entrevistador]: pode...

-Quando a gente adquiriu esse terreno. Que esse terreno foi adquirido assim: o Doutor Miro [da família Carvalho] veio oferecer a meu marido né.

[O entrevistador]: quem era o Doutor Miro?

- Doutor Miro era o dono desse terreno que Miguel Arraes comprou.

[O entrevistador]: ele era amigo de Nelson?

- Não. Ele era conhecido né. Que eles moravam todos na mesma cidade. Pode ser da família também: são todos *Carvalhos* né. Mas não era assim: chegado. Não era chegado a Nelson não.

Aí ele ofereceu a meu marido o terreno: “Beba! Compra esse terreno meu! Eu vendo barato e você paga quando você quiser e você puder.” E aí a gente já tinha bastante terra na *Posse*... Aí Gilberto [Beba] falou: “eu não vou querer não Doutor Miro. Porque eu já tenho muita terra, e eu nem consigo trabalhar nas terras que eu tenho...”

Aí quando a gente fundou a associação Gilberto disse: “Nelson, já que vocês fundaram a associação, porque não comprar o terreno?” (...) Aí Nelson disse: “eh, a gente já registrou a associação, pode entrar com pedido para ver se o governador compra o terreno aí.”

Aí Nelson foi até Doutor Miro. Aí era o tempo que a associação era registrada e tudo... Nelson entrou com o resto das papeladas e os pedidos para comprar o terreno.

Aí comprou o terreno... Miguel Arraes comprou o terreno, veio aqui. Aí entregou o terreno para eu dividir com o pessoal. Que eu sou a presidente da associação. Aí ele entregou o terreno para eu dividir com o pessoal, Miguel Arraes. 232 hectares. Aí eu dividi. Quem podia plantar dois hectares, plantava dois hectares. Quem podia tocar dois hectares de terra eu dava dois. Quem podia só tocar um, eu dava um.

Mas no começo foi muito difícil o povo querer viu! Porque os donos, os patrões deles ameaçavam até derrubar as casas com os tratores. Aí o povo ficaram com medo. Os patrões ameaçavam derrubar as casas¹⁵².

A aquisição efetiva do terreno, com recursos do Governo Miguel Arraes, ocorreu em 1990, um ano apenas após a criação da associação. Como falou Lurdes de Beba, o governador se deslocou até Cachoerinha, inaugurando no meio do povo (e das lideranças do grupo de Nelson) o assentamento. O evento foi algo incrível para os moradores de Cachoerinha, que nunca tinham recebido a visita de alguém tão importante. E, contrariamente aos chefes políticos locais que cultivavam uma imagem de autoridade severa, Miguel Arraes chegou com uma atitude humilde. Ele chegou abraçando o povo, apertando as mãos e visitou até a casa de um morador que tinha ganhado um lote no terreno. Essa visita, afinal, era bem mais de que

¹⁵² Entrevista realizada dia 31 de julho de 2015.

uma demonstração de carinho por parte de um político poderoso. Era a consagração de um projeto aparentemente levado a cabo: um projeto de micro reforma agrária, que daria terra aos moradores e rendeiros, e que os libertaria das cadeias da dependência.

FOTOGRAFIA 7: Nelson Pereira (de bigode), Miguel Arraes, Poseidon Caboclo (de chapéu), Lurdes de Beba, na inauguração do assentamento rural de Cachoeirinha



Fonte: Nelson Pereira de Carvalho.

Porém, apesar de todo o aparato dessa inauguração, o projeto enfrentaria sérios problemas. Miguel Arraes tinha vindo apenas oficializar a compra pelo Estado do terreno. Faltava ainda a emissão dos títulos da terra. Títulos que garantiriam a seus detentores a posse efetiva dos lotes. E nos anos seguinte esse problema dos títulos se arrastaria, revelando a existência de um conflito intenso para a posse e a gestão efetiva do terreno.

Basicamente, o confronto nasceu do intrometimento dos *Laudelinos* que, uma vez conformados com a existência do assentamento, decidiram assegurar seu controle através de grupos de seguidores locais. O estratagema, concretamente, resultou no confronto de dois lados, contra o grupo liderado por Lurdes de Beba – no qual 72 moradores reivindicavam a posse efetiva de seus lotes; e um grupo dissidente, apoiado pelos *Laudelinos*, que reivindicava a posse da terra para seus seguidores. E, como o grupo de Lurdes de Beba enfrentava dissensões, os *Laudelinos* conseguiram atrair para o lado deles um grande número de

moradores. E essa força de atração, com o passar dos anos, foi alimentada pelo carisma de um ator chave, uma liderança do grupo dos *Laundelinos* de origem humilde, chamado Antão, e que conseguiu liderar uma oposição forte ao grupo de Lurdes de Beba.

Não é tempo ainda de descrever de modo pormenorizado a trama do confronto, que continua até hoje entre os dois grupos. Por enquanto, pode-se dizer que, no início de 1991, o pequeno distrito de Cachoeirinha tinha vivido o evento totalmente inusitado, um começo de micro reforma agrária. E que atrás desse evento Nelson desempenhava um papel fundamental. Por isso, o político se tornou, para a elite local, o inimigo número um, o inimigo que era preciso derrubar, pela fomentação de divisões dentro de seu próprio grupo, e também pela difamação de seu nome e do nome do PT, o partido que Nelson representava agora.

Morador de Cachoeirinha, João Neto, que na época era um jovem associado da associação de Lurdes de Beba¹⁵³, conta como o nome de Nelson e do PT foram transformados em uma ameaça pela elite local:

Essa história que eles iam derrubar as casas, que eles não acostumavam, que naquela época só existia um partido. Para eles só podia votar se votasse no partido que eles mandassem. E foi quando apareceu esta história do PT começou anunciar. E aí eles diziam desse jeito: “estão fazendo isso pro povo porque querem retorno! Eles vão querer. E aí se vocês forem para lá pra votar com eles vamos derrubar as casas de vocês, que o terreno daqui da *Rua* é nosso!” E daí eles começaram... Mas daí foi quando o povo foi criando liberdade com essa terra. E o povo foi tendo outra mentalidade: “nós mora, mas você não dá feira a nós, não dá de comer a nós; se nós não trabalhar nós morre de fome, então nós vive a nossa custa”. Outros diziam assim: “eu lhe comprei o chão para fazer a casa, como é que seu?!” E aí eles começaram medir assim... Tinha uma pessoa que, às vezes, tinha um quintal maior, um muro maior... Eles chegavam e mandavam passar a trena, “Olhe, você agora vai ficar com terreno bem curtinho que é para você tomar jeito...” Aí diminuía... Até o ano atrasado eles faziam isso! Você tem uma casa... Mas se o cabra fosse embora, um exemplo, “não eu não vou mais morar ou vou criar uma condiçãozinha e vou ajeitar minha casa, que é muito baixinha, vou subir a casa...” Eles diziam assim: “agora você só pode subir essa casa se você tiver o dinheiro de me pagar o chão. Está com vinte anos que você mora aí, agora vai ter que me pagar o chão.”

Então funcionou aqui até o ano passado. Ainda isso existiu né. E é assim, o povo foi, cada vez mais avançando né, foi criando¹⁵⁴...

Nesse relato, o avanço do povo de Cachoeirinha, iniciado com a aquisição do terreno de 232 hectares, está relacionado a um fato importante. O projeto trazia benefícios concretos,

¹⁵³ Nascido em 1970, João Neto é o atual de uma das associações de Cachoeirinha: a Associação...

¹⁵⁴ Entrevista realizada dia 31 de julho de 2015.

como a terra, obviamente, mas também benefícios inusitados para o lugar, como programas de distribuição de cestas básicas, do governo estadual.

Assim, pode-se dizer que a intervenção de Nelson foi uma mediação trazendo recursos do Estado de Pernambuco para Cachoeirinha. Ao contrário dos padrões *Laudelino*, que mantinha na dependência a população, e a retribuía com benefícios advindo de seus próprios recursos (a terra de morada, algumas “ajudas” e “serviços”), Nelson e seu grupo começou a retribuir essa população com recursos exteriores, recursos do poder público que se tornariam, nas representações do povo, muito mais consequentes que as retribuições habituais dos padrões.

Lurdes de Beba, no relato seguinte, conta como ela – assim que seu mentor Nelson – se tornou uma mediadora, numa mediação trazendo recursos da esfera estadual para a esfera local:

Aí quando falou do terreno, já ficou um grupo de 40 pessoas. E quando Miguel Arraes veio aqui, todo mundo queria entrar na associação. Eu mesmo: todo mundo que quis vir, coloquei, vieram...

Aí na época da divisão do terreno [entre 1990 e 1991], aí eles pararam um pouco, porque eles estavam ameaçando que eles iam derrubar as casas. E o povo ficaram com medo de pegar...

E foi duro para eu poder achar as famílias para tocar esse terreno aí... Mas até que eu consegui... Aí arrumei essas 72 famílias, que ficaram lá, no terreno.

Aí eu fui pra Recife, lá tinha um órgão com nome de DESOL¹⁵⁵. Aí eu consegui 76 feiras. Cestas básicas. 76 cestas básicas. Aí dividimos com esse povo. Aí depois o povo queria entrar, mas não tinha mais vagas, foi confusão geral né, porque o pessoal só acredita vendo né. Não tem esse negócio de dizer: não, eu vou arrumar. Mas mesmo assim os que entraram eu dividi, tirava um quilo de alimento de cada um, aí formava aquela cesta básica e eu dava aqueles que não tinham o nome lá...

Aí depois adquiri 58 bolas de arrame para cercar... Do Governo Miguel Arraes... Aí o pessoal cercaram o terreno todo. Uma cerca só... Aí depois foi que adquiri trator...

[O entrevistador]: o trator foi através do Governo do Estado?

- Foi através do Pro Rural, que tem também a ver com governo [estadual], né. Mas foi tanta coisa contra! Tanta coisa que eu batalhei! (...) E essas cestas

¹⁵⁵ A respeito do DESOL, o autor não conseguiu informações precisas. Talvez o DESOL signifique o “Departamento de Economia Solidária”.

básicas foi o ano todo. Todos os meses eles recebiam. E quando não recebiam eu ia lá buscar e conseguia carro e tudo e trazia... (...)

Eu ia todo mês, todo mês eu estava no Recife procurando coisas para trazer para esse povo. Todo mês.

Eu estava tão conhecido no Recife que uma vez a gente foi para uma assembleia lá, uma reunião de Miguel Arraes... Aí tinha um círculo, no meio de um monte de gente... E Nelson estava no meio, que a gente foi procurar água. Que aqui não tinha água! Água de jeito nenhum! E a gente queria falar com Miguel Arraes para ele... Para ele colocar de alguma forma uma água para Cachoeirinha. Porque não tinha água: o povo vivia morrendo de sede.

[O entrevistador]: é água de que, que vocês tinham?

- A gente só tinha água de barreiro, e secava! E o povo ficava com sede. E carregando água de longe.

[O entrevistador]: o barreiro era dos Laudelino?

- Não. Era do Governo. Um açude do DNOCS¹⁵⁶. Foi o pessoal do DNOCS que vieram. Aí tinha um açude e um barreiro. Aí o povo pegava água do açude e lavava roupa no outro barreiro. Eu acho que o açude foi construído nos anos 1980. Eu nem me lembro se eu estava aqui nessa época. De 1980 para 1970... Acho que deve ter sido na época dos militares. (...)

Aí a primeira vez que eu fui para Recife, eu fui com Nelson Pereira. Aí ele chegou nos órgãos, me apresentou, apresentou a associação. Aí a primeira eu já fui com ele para conhecer os órgãos que beneficiavam as associações, e tal... Era o FUNTEP, o Pro Rural, que a gente procurava alguma coisa para a associação...

Aí lá no Recife eu conheci esse órgão que se chamava o DESOL. Que fornecia cesta básica. Aí lá mesmo, no Recife, eu conheci esse órgão e fui procurar. Ficava na Ilha do Leite se não me engano...

[O entrevistador]: e você estava falando para uma reunião, que tinha um círculo de gente, e que você já era muito conhecido, que eles reconheciam você...

Sim. O motivo dessa reunião era a água, que a gente estava querendo. Aí era muita gente que tinha nessa reunião! E Miguel Arraes me conheceu no meio desse povo todinho! Ele falou: “eu estou conhecendo a senhora!” Eu disse: “de a onde?” – De Cachoeirinha, do terreno que doei lá para o pessoal de Cachoeirinha. E como é que está lá? E foi conversando comigo e tudo não é.

Aí daí para cá eu fiquei assim... De vez em quando, quando eu ia para Recife eu ia lá, procurar ele, falar com ele, eu nunca fui barrado! Toda vez eu ia lá, conversa com ele.

[O entrevistador]: e essa reunião da água resultou em alguma coisa boa?

¹⁵⁶ Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

- A reunião da água foi bom porque... Não conseguimos fazer poço não. Mas conseguimos carro pipa. Aí ficaram botando água de pipa. Melhorou bastante a situação né. Aqui foi botado um chafariz, e eles botavam a água lá. (...)

[O entrevistador]: e você não disse que conseguiu um arado?

E o arado não foi na gestão de Miguel Arraes não. Eu consegui 120 arados. Foi no tempo de Carlos Wilson¹⁵⁷. Que ele ficou no lugar de Miguel Arraes. Consegui com ele, 120 arados¹⁵⁸.

A dimensão material da mediação, evocada aqui, foi tema de pesquisa na literatura sociológica e antropológica. Os estudos sobre os mediadores, ao utilizar frequentemente a palavra *broker* ou *courtier*, dão uma ênfase as dimensões materiais da mediação. O mediador, nessas concepções, é um intermediário que contribui para captar recursos de uma esfera global para uma esfera global.

A definição do *courtier* na obra coletiva de Olivier de Sardan, Bierschenk et Chauveau (2001) – “Les Courtiers en Développement: les villages africains en quête de projets” – se enquadra nessa dimensão instrumental e material da mediação. No contexto de projetos e programas de desenvolvimento, implantados em países da África Subsaariana, o *courtier* é um subtipo de mediador: um mediador “especializado” na captação e redistribuição, para uma determinada esfera local, de programas de desenvolvimento idealizados em esferas maiores (agências internacionais, em particular):

Os “*courtiers* locais em desenvolvimento” são atores sociais implantados em uma arena local (na qual eles desempenham um papel político mais ou menos direto) e que servem de intermediários para drenar (no espaço social correspondendo a esta arena) recursos exteriores referindo-se a ajuda ao desenvolvimento. Se considerarmos o “projeto de desenvolvimento” como a forma quase ideal-típica da operação de desenvolvimento, qualquer que seja o operador, os *courtiers* representam os portadores sociais locais dos projetos; eles asseguram a interface entre os destinatários do projeto e as instituições de desenvolvimento; eles são, supostamente, os que representam a população local, ou expressam suas “demandas” para com as estruturas de apoio e de financiamentos exteriores (BIERSCHENK *at. Ali*, (Orgs), 2000, p.7).

Tal definição apresenta similaridades com a de Olivier Boissevain (1976), produzida em outros contextos. Aqui, o empírico não corresponde mais a projetos de desenvolvimento na África, mas a situações sociais diversificadas nas ilhas mediterrâneas dos anos 1960 e 1970.

¹⁵⁷ Vice-governador de Miguel Arraes, Carlos Wilson assumiu, a partir de abril de 1990, e governou durante onze meses o Estado de Pernambuco. O motivo dessa promoção foi o pedido de licença de Miguel Arraes, que tinha decidido concorrer, no final de seu mandato, a uma vaga no Senado.

¹⁵⁸ Entrevista realizada dia 31 de julho de 2015.

De modo mais concreto, trata-se de interações quotidianas na Sicília e em Malta, interações envolvendo “amigos de amigos”, vistos como intermediários – *brokers* – para o alcance de determinados objetivos.

O autor relata, na introdução de seu trabalho, uma situação que o levou a pensar a perspectiva do *broker*: um professor universitário de Palermo (Sicília), cujo filho era supostamente bloqueado da entrada na universidade por um mafioso influente, procurou outro mafioso para resolver o problema. A pessoa em questão, com a qual o professor tinha laço de consideração, contornou o obstáculo criado pelo primeiro mafioso. Ele encontrou uma solução para o problema, ao lançar mão de sua influência diante de outros atores influentes.

Através desse exemplo, Boissevain pondera que os atores sociais consagram muito de seu tempo a ativar suas redes de contatos (os amigos dos amigos). As interações, nesse sentido, são transações. Insiste-se sobre as motivações individuais, as redes, a manipulação de valores e normas sociais para o alcance de determinados objetivos (BOISSEVAIN, 1974, p.143). Assim, o indivíduo, longe de ser um agente passivo submetido as normas e a outros códigos sociais, é um ator dinâmico em um mundo social que ele manipula conforme seus interesses. E o *broker*, ator cuja margem de manobra é particularmente importante, é descrito como um “professional manipulator of people and information who brings about communication for profit” (Boissevain, 1974, p.144).

As intermediações do *broker*, nessa perspectiva interacionista, não são baseadas na posse direta de determinados recursos (como seria o caso do patrão), mas no acesso a determinados recursos, através de redes de contatos e de informações. Como no caso da associação de Cachoeirinha, na qual Nelson Pereira e Lurdes de Beba conseguem benefícios para os associados, o *broker* de Boissevain age como intermediário para conseguir melhorias a favor dos que o solicitam. E, embora os contextos entre a Sicília dos anos 1970 e Mirandiba do início dos anos 1990 sejam diferentes, a perspectiva interacionista subentende um postulado que pode ser compartilhado nos dois casos empíricos: o mundo social não é inerte, não é congelado (em estruturas e normas sociais implacáveis), não é estático; ele é, ao contrário, dinâmico, ambivalente, agenciador. Melhor ainda: em situações de mudanças sociais e políticas como o Brasil do final dos anos 1980, a sociedade se torna mais dinâmica. As oportunidades de interações são maiores e as intermediações adquirem uma importância central.

2.1.g A caminho da prefeitura

É tempo agora de voltar ao percurso de Nelson. As intervenções em Cachoeirinha marcam uma forma de radicalização do futuro prefeito que, aliás, deu outro indício de seu posicionamento mais à esquerda, ao se afiliar em 1989 ao PT. E foi sob a bandeira do partido vermelho que Nelson se candidatou as eleições para deputado estadual em 1990. O resultado final, para ele, não foi muito exitoso – Nelson atingiu um número de votos de 2413 – mas o apoio que conseguiu em Mirandiba (1189 votos) demonstrou sua popularidade local. O único ponto negativo para ele, depois da campanha, foi apenas a eleição do Governador – Joaquim Francisco (PFL¹⁵⁹), contra Jarbas Vasconcelos, candidato pelo PMDB apoiado por Miguel Arraes. Nelson perdia com esse novo governo estadual um importante apoio. A ligação direta e privilegiada com o Palácio das Princesas (a sede do governo de Pernambuco) seria mais problemática.

Nos dois anos que separavam a eleição estadual da eleição municipal, Nelson continuaria sua trajetória ascendente. Ele reforçou seu grupo militante, ao dispor em cada lugar da área rural – lugares que começavam a ser chamados de comunidades – de lideranças fieis a ele. E, em relação a suas alianças com as forças políticas locais, ele tirou proveito de um evento favorável, uma divergência no grupo que ocupava o poder, que resultou na migração de lideranças políticas do campo da situação (ligadas ao prefeito) para o campo da oposição (ligados a Nelson).

Em meados de 1992, começou a campanha para as eleições municipais que ocorreriam no mês de novembro. A campanha foi árdua, tal como na eleição anterior. Várias lideranças nos círculos do poder consideravam Nelson como inimigo. Não um adversário, mas um inimigo que era preciso combater com todos os meios possíveis, inclusive a difamação, a pressão psicológica e o que é chamado na região de *perseguição política* – ou seja, práticas de grupos no poder visando prejudicar grupos opositores, por meio de manobras visando a excluí-los do acesso a serviços ou a benefícios, saúde, por exemplo.

A força dos antagonismos, a força da inimizada dirigida contra Nelson, é ainda ilustrada pelo relato de Lurdes de Beba, referente aos dias que se seguiram à eleição municipal de 1988, na qual o jovem político foi derrotado por pouco. Nos dias de comemoração do grupo dominante, grupo do qual os *Laurindo* de Cachoeirinha faziam parte – lembramos que esse

¹⁵⁹ Partido da Frente Liberal.

grupo familiar representava a elite do pequeno distrito – nesses dias de festa, enfim, houve uma forma de festividade totalmente nova, totalmente inusitada, na história do município de Mirandiba. Pela primeira vez, grupos vitoriosos desfilaram nas ruas com um caixão de papelão representando um candidato derrotado. Nunca em campanhas municipais ocorridas anteriormente havia acontecido tal modalidade de manifestação. Mesmo que houvesse disputas acirradas, disputas verbais entre militantes dos grupos opostos, havia afinal das contas uma espécie de respeito mútuo entre os candidatos. Os chefes cobiçando o poder local se enfrentavam na política, mas eles eram acima de tudo parentes e colegas que sabiam diferenciar a competição pelo poder dos laços profundos de reconhecimento entre membros da mesma elite local. Porém, no caso da curta derrota de Nelson, em 1988, o respeito e a consideração pareciam ter sumidos. Lurdes de Beba, alvo das comemorações irônicas dos *Laudelinos* de Cachoeirinha e de seus seguidores, conta como ela reagiu quando soube que a procissão do caixão se aproximava de sua casa:

A primeira eleição que Nelson saiu candidato ele perdeu. Aí quando ele perdeu, a gente estava certo que ele ia ganhar. Mas não ganhou, perdeu. Aí fizeram um caixão... Aí passaram nessa rua todinha... Todas as ruas de Cachoeirinha eles passaram com esse caixão de Nelson. Aí disseram que iam passar lá em casa. E aí disseram que iam passar em frente de casa com o caixão. Peguei uma espingarda velha de soca soca. [Risos]. Aí botei um bocado de coisa dentro e... Se passarem aqui eu atiro neles! Quero nem saber! Aí Minezinho que era meu vizinho correu lá em baixo e avisou o pessoal para eles não subirem lá na minha rua: que eu estava esperando com espingarda... E do jeito que eu estava com raiva eu ia matar um bocado de gente não é... A gente faz cada coisa né... Aí eles não passaram não. Eles respeitaram minha rua¹⁶⁰.

Os relatos mostram a determinação do grupo no poder em combater por todos os meios o grupo de Nelson. E pode-se imaginar que as intimidações e a *perseguição política* aos militantes de oposição em período “normal”, tornar-se-iam ainda mais fortes na campanha política. Porém, como foi dito anteriormente, determinadas lideranças oriundas da elite *Carvalho* resolveram migrar do grupo no poder ao grupo de Nelson. Em decorrência de divergências sobre a nomeação do vice-prefeito para a campanha de 1992, esse grupo, ligado a família Tiburtino (uma família nuclear que pertencia a família extensa Carvalho) concedeu seu apoio moral, logístico e financeiro a Nelson. Assim, pode-se dizer que Nelson, embora inspirasse intimidade por parte de determinadas lideranças políticas mais conservadoras, representava também um líder com quem se podia negociar. Chico Torres, o grande chefe político dos anos 1960 e 1970, já tinha concedido seu apoio na última eleição municipal – em

¹⁶⁰ Entrevista realizada dia 31 de julho de 2015.

um momento em que ele estava na fase terminal de um câncer, que não o deixaria ver a curta derrota do jovem líder na eleição. Após Chico Torres, seus parentes do grupo dos *Tiburtino*, em particular seus “sobrinhos segundo”, manteriam essa propensão em negociar com os políticos em vista. O que importava, afinal, não era a postura política do candidato – postura que podia ser considerada muito relativa – mas seu potencial de popularidade e de sucesso nas disputas políticas.

Amparado pelos novos apoios locais, Nelson sairia vitorioso da campanha eleitoral de novembro de 1992. Uma vitória histórica. Um divisor de águas na vida de Mirandiba, dado que pela primeira vez um candidato com um discurso diferente, com uma postura diferente, com um grupo político diferente, tinha vencido a disputa local pelo poder.

As comemorações após a eleição de Nelson, no final de 1992, manifestariam essa ideia do acontecimento de um marco histórico, de uma nova época. Foram comemorações diferentes anunciando – pelo menos para a maioria dos eleitores – uma era em que começaria uma nova forma de fazer política. Francisco Gomes de Sá, cujo apelido é Chico Prosperino, relembra o clima das comemorações do prefeito que ele apoiava desde a primeira eleição:

Era um clima de festa. Era arrastão e arrastão. Todo mundo a pé. Nessa época não era carreata, não tinha carros, não tinha nada, nem camisetas tinha. Era arrastão, muita gente, com bandeiras do PT. Era festa, com todo tipo de zoadas. O povo contando a música. A música da campanha: “é Doutor Nelson que é bom!” Até as crianças cantavam. O refrão era: “é doutor Nelson que é bom. É todo mundo cantando Doutor Nelson que é bom, todo mundo pulando Doutor Nelson que é bom”...

(...)

Tinha um povo carregando ele [Nelson] nas costas. Da estação [antiga estação de trem, a 500 metros da cidade] para cá, o centro. Não estou lembrando quem foi os caras, mas ele passava de umas costas para outras, sempre nas costas¹⁶¹.

2.2 NELSON PEREIRA PREFEITO E O “LABORATÓRIO MIRANDIBENSE”

2.2.a As primeiras experimentações

Depois das longas comemorações, a posse efetiva de Nelson marcaria uma pequena revolução – ou pelo menos, mudanças tangíveis na forma de governar o município. O que

¹⁶¹ Entrevista realizada dia 15 de abril de 2017.

mudou nos primeiros dias do governo? Em primeiro lugar, e nos primeiros dias, uma coisa concreta: a formação de uma equipe governamental menos ligada aos *Carvalhos* e mais vinculada a lideranças de famílias humildes. Pela primeira vez na história de Mirandiba, a equipe dirigindo a prefeitura não seria composta unicamente (ou na sua grande maioria) por membros da família Carvalho. Embora alguns deles fizessem parte do quadro de funcionários e secretários, a maioria das pessoas contratadas para executar a política do município foram pessoas de outras famílias, pessoas geralmente de estratos sociais mais pobres. A secretária nomeada para assumir a educação, por exemplo, era uma mulher negra: Maria do Destêrro, jovem professora formada no Recife, que vinha de uma família de moradores dos *Carvalhos*.

Uma promoção, aliás, que não foi bem vista, a chefe política Lilia Campos¹⁶², que se dizia a protetora de Maria do Destêrro (por “tê-la criada”, ela e sua mãe, na sua casa, onde a mãe era doméstica), não gostou de ver sua “protegida” assumir um cargo de responsabilidade. Lilia Campos considerava Maria do Destêrro como parte de sua família, porém, isso não outorgava a esta última o direito de alcançar uma posição de destaque. A hierarquia entre os brancos e os negros íntimos dos brancos, na visão da chefe política, era bem clara: aos brancos eram dados as responsabilidades, as funções de comando; e aos negros eram concedidas as funções menos prestigiadas, de execução básica ou de subordinação. Maria do Destêrro tinha se beneficiado do apoio logístico de sua protetora, com intuito de estudar para ser professora do ensino médio. Isso era tolerável, já que para Lilia Campos professor era “profissão de pobre” – como relatou Maria do Destêrro em uma entrevista. No entanto, o que não era tolerável era que uma pessoa negra, criada com pessoas de famílias brancas, assumisse uma função de responsabilidades, de mando, de atuação política.

O que chocou muitas pessoas da elite, justamente, foi o número de negros seguidores e militantes que acompanhavam Nelson. Lilia Campos dizia até que as procissões do político pareciam cenas de urubus encostando uma carniça apetitosa. “Os urubus com a carniça” virou assim palavra de ordem quando a oposição se referia ao grupo de Nelson. Para os que eram alvos de zombarias de parte da elite conservadora, as difamações podiam se desdobrar em outra dimensão: o caráter imoral e insano das pessoas que seguiam Nelson. Dito Pereira, que fazia parte do grupo de Nelson até 1993, conta:

¹⁶² Lembramos que Lilia Campos, de seu nome completo Maria do Destêrro Campos, é filha de Elizeu Arruda Campos, um dos fundadores da cidade de Mirandiba.

Quando Nelson iniciou a política o grupo dele era tachado do grupo dos desvalorizados, era o partido das raparigas, do corno, do ladrão, de todo o que era ruim. A elite de Mirandiba tachava o grupo de Nelson de grupo que não prestava. Que era a mazela da sociedade¹⁶³.

Esse grupo desprezado chegou, enfim, ao poder. Mas quem fazia parte dele exatamente? Na Secretária de Educação: Maria do Destêrro, mulher negra já citada acima – e que tinha crescido na *Casa Grande*, sob a proteção opressiva de Lilia Campos. Na direção do departamento de compras: Cícero Franquilino de Souza (chamado Cícero do Padre, por ser antigo coroinha do padre Roberto), de pele negra como Maria do Destêrro. No gabinete do prefeito: Suetone, neto de um *Carvalho* tendo tido um filho fora do casamento com uma mulher negra. Na Secretária de Agricultura: Sebastião Davi Lopes (Bastos), que era funcionário da EMATER, e que foi um dos primeiros não pertencendo aos *Carvalhos* que fez estudos superiores, formando-se em agronomia.

Uma vez constituído seu governo, Nelson promoveria duas mudanças internas na gestão da prefeitura. Em primeiro lugar, impor a o que ele chamou de “gestão colegiada”, ou seja, a realização de reuniões semanais de planejamento, em que todos os secretários e o pessoal do gabinete daria sua opinião. Todos os dias de sexta-feira, essa equipe discutia os principais assuntos referentes à gestão da prefeitura: realização das obras, pagamentos dos funcionários e dos investimentos, relações com os órgãos externos, etc.

Em segundo lugar, Nelson impor a uma gestão financeira que chamou de “austera”. A ideia geral era reduzir os gastos com o funcionamento da prefeitura para investir mais recursos em obras sociais: na educação, no saneamento, na agricultura, no acesso a água, etc. A ideia, mais precisamente, não era tanto de reduzir os custos de todas os setores da prefeitura, mas de reduzir os gastos de sua direção. Ou seja, pagar menos ao próprio prefeito, os próprios secretários e assessores de gabinete. E, afinal, pagar mais aos funcionários de níveis mais básicos: os garis, vigias, motoristas, professores de ensino fundamental, merendeiras, etc. Esse projeto aparentemente social e igualitarista impunha assim uma austeridade aos privilegiados – a direção da prefeitura – e benéfica a massa mais humilde dos pequenos funcionários. Outra mudança na mesma linha, como já foi dito, era investir os recursos economizados em obras para o bem de todos. Nelson Pereira resume aqui esse projeto idealizado:

¹⁶³ Entrevista realizada dia 30 de junho de 2016.

Nós tratamos a gestão de forma austera, então essa austeridade ela nos permitia ter algumas ações. Por exemplo, quanto ao próprio salário do prefeito, eu sou servidor público concursado do estado. Então eu me permitia abrir mão do salário do município e optar pelo salário do estado, com esse propósito de deixar nos cofres públicos municipais o valor do salário que iria ser pago a mim e destiná-lo para ações no município.

Estou dizendo isso aqui, eu não fazia propaganda disso.

[O entrevistador]: era interno assim?

Era interno, uma coisa que prá mim era necessário porque a gente vivia no município nosso, um quadro de muita pobreza, de muita miséria, nós não tínhamos programas sociais tipo bolsa família, seguro safra, tipo nenhum programa de transferência de renda podemos dizer assim né.

E nós tínhamos que utilizar o recurso da prefeitura. A gente fez a opção de na época reajustar os salários mais de 300%. Que uma pessoa ganhava, vamos supor, um salário mínimo hoje é 1.000 reais né, a pessoa ganhava 50 reais, 100 reais né, de salário e a gente conseguiu assim, é as pessoas que trabalhavam 8 horas a gente conseguiu reduzir a carga horária vamos supor de 8 para 4 horas e pagando meio salário mínimo, quem trabalhava 6 horas interruptas pagávamos pelo menos um salário mínimo¹⁶⁴...

Tantas mudanças parecem caracterizar o que seria uma revolução. Uma revolução social tirando dos mais ricos e distribuindo com os mais pobres. Obviamente não foi aquilo. Porém, embora o quadro apresentado possa parecer idílico, ele reflete parte da realidade: houve de fato uma política oficial de redução dos gastos nas secretárias e no gabinete do prefeito, e houve em paralelo um aumento generalizado dos salários dos funcionários dos níveis mais baixos. E na mesma linha, observou-se um aumento significativo dos investimentos em obras sociais.

Logicamente, a intensidade e o conteúdo das reformas inspirariam críticas. Algumas delas referiam-se a austeridade nos gastos. Outras a própria realidade da reforma. Alguns indivíduos, da equipe ou não, começaram a duvidar da existência de reais mudanças. Para eles, o que mudava era mais o discurso ou a postura, do que a real prática, os reais comportamentos.

Começamos por essas críticas sobre a realidade das reformas. Sobre a gestão colegiada, por exemplo. Mais do que um avanço democrático tratar-se-ia, segundo Suetone de uma postura escondendo uma realidade crua e pouco democrática: a última palavra, a palavra que valia, era de Nelson. Embora tivessem reuniões semanais reunindo todos os secretários, afinal a pauta era sugerida pelo prefeito, e as decisões também. Suetone conta isso agora, enquanto ele não é mais o aliado político de Nelson – os dois se desentenderam e integram, há mais de

¹⁶⁴ Entrevista realizada dia 14 de abril de 2017.

10 anos, grupos políticos opostos. Tal opinião revela a realidade dos fatos? Ou revela o rancor de um ex-assessor decepcionado com seu antigo mentor? Talvez tivesse um pouco dos dois nessa visão. Mas o certo é que outras pessoas, indagadas sobre o mesmo assunto, contam com palavras parecidas a ambiguidade da gestão coletiva da prefeitura nessa época, ambiguidade que se verificaria também na gestão das recém-criadas associações rurais, que muitas vezes tinham suas pautas sugeridas pelo prefeito.

Outro fato tangível, nesses primeiros meses de governo reformista, foi um certo desgaste na equipe do governo situacionista. As primeiras fissuras apareceram com Maria do Destêrro, que resolveu sair da Secretária de Educação apenas oito meses depois de ter assumido o cargo. A decisão teria sido tomada devido a sua insatisfação com a remuneração, a qual não cobriria a perda de seu salário de professora. Observa-se aqui que a política de austeridade nos gastos começava e ser questionada. Além de Maria de Destêrro outros membros da equipe também manifestaram insatisfações com a falta de condições materiais. Uma ideia latente, e depois mais explícita, era que Nelson crescia materialmente e ao mesmo tempo impunha o sacrifício a seus assessores. A austeridade para o grupo, e as luzes para o líder, em suma. Isso já era o pensamento de alguns, depois de um ano de governo. Assim, não foi apenas Maria de Destêrro que saiu do quadro, mas também outros membros¹⁶⁵.

Além dos atritos nascidos da gestão interna do governo, uma crítica surgiu em relação a política de intervenção da prefeitura. O foco foi uma decisão mesclando um objetivo de austeridade e de valorização dos recursos locais, a decisão de otimizar as despesas com a merenda escolar, a qual passava por dois pontos polêmicos. O primeiro, substituir os botijões de gás pelo uso da lenha, para cozinhar nas escolas. E depois, substituir, na própria merenda, a comida industrializada pela comida natural da agricultura e pecuária local.

O forno tradicional em troca do gás moderno, e a comida da roça em troca da comida industrial, eram de fato decisões surpreendentes. As escolas maiores do município utilizavam o gás, considerado mais moderno, e os produtos alimentícios industrializados, vistos também como um sinal de modernidade. Contra essas coisas que representavam um avanço para

¹⁶⁵ Outro problema, pelo menos para algumas pessoas entrevistadas, foi a ascendência de uma figura agindo nos bastidores: Miguel Gouveia, funcionário em disposição da EMATER, que desempenha muitas funções informações na administração da prefeitura. Um papel de “mexer os pauzinhos”, em suma: muito útil para o prefeito, que precisava de alguém capaz de agir com diligência e discrição; mas muito criticável para outros, que apontavam a falta de circulação da informação no seio da máquina municipal.

muitos, Nelson valorizou um retorno às tradições. Uma volta ao passado, que daria mais valor aos produtos locais, mas que também daria mais trabalho as merendeiras, obrigadas a cortar a lenha para fazer a cocção. A maior polémica, assim, não foi tanto o uso dos produtos da agricultura local – feijão, milho, macaxeira, leite, carne de bode – mas da lenha. O fogão tradicional implicava em mais trabalho e trabalho árduo.

A oposição se aproveitou das reclamações de algumas merendeiras, para ironizar sobre o novo governo. Nelson ganhou um novo apelido: “o prefeito fogão de lenha.” Indagado sobre esse ponto, o primeiro interessado ponderou que tais comentários eram na verdade reações de humor de uma elite local que não se conformava com o apoio dados aos pequenos produtores. Utilizar a lenha e, sobretudo, os produtos da roça, os produtos dos próprios pequenos agricultores, eram coisas que os mais poderosos não podiam suportar:

[O entrevistador]: tinha essa crítica, que você não gostava de gastar, esse apelido de prefeito fogão com lenha, de querer fazer economias a custa das merendeiras...

Achei essa crítica excelente! As pessoas criticavam porque na época, a gente entrou na prefeitura, era um período de muita seca, a área rural, as escolas eram com gás, mas não tinha merenda. Era ração, coisa muito pouco. A gente inovou, protagonizou um novo modelo, comprar dos próprios produtores, e... E cozinhar a merenda com a lenha que era nosso combustível natural... Gostaram, deu muito certo. Quem criticou por conta disso foram aquelas pessoas que achavam que a prefeitura tinha que ser assim: de elite, usar macarrão, produto industrial...

Melhorou em quantidade e qualidade, cardápio todo da roça: feijão, milho, bode, galinha, porco. Não era sardinha, leite de não sei o que... Era todo natural, leite natural, fruta natural.

É tanto que todas essas ações nossas, muito tempos depois, foram copiadas até em programas nacionais. Do Governo Federal, do Governo do Estado¹⁶⁶...

Nelson se apresenta aqui – ou melhor, ele apresenta seu grupo – com um precursor. Um ator que inova no bom sentido, ao valorizar os recursos locais. Ao valorizar o natural, o sadio. Ao valorizar circuitos produtivos que dão respaldo a economia local, em vez de dar respaldo à economia globalizada. As oposições contra tal projeto, nesse sentido, viriam de grupos sociais que se opõem a um modelo social mais justo. E esses grupos colocariam na mente das merendeiras que elas são exploradas por um prefeito oportunista. Que elas são usadas por um governo que ganha dinheiro em detrimento delas. Em certo sentido, esse descontentamento das merendeiras, sob a influência dos grupos da elite, demonstraria uma falta de entendimento de um projeto social inovador e benéfico. Em outras palavras, as

¹⁶⁶ Entrevista realizada dia 13 de abril de 2017.

merendeiras não entenderiam o sentido da luta; elas não entenderiam o sentido das inovações sociais promovidas pelo governo reformista.

Outro ponto de vista é possível e já foi expresso. Em várias entrevistas e conversas informais, participantes do governo de Nelson disseram que as merendeiras se sentiam exploradas porque sentiam que a diminuição dos gastos recaía sobre elas, e não recaía sobre os gestores da prefeitura. Ou seja, para elas, exigia-se um esforço – em tempo, em trabalho, em fadiga – para o bom avanço do projeto de valorização de merenda local; enquanto para os que dirigiam à prefeitura, em particular seu maior gestor, não se exigia nenhum sacrifício. As merendeiras presumiam, aqui, que a austeridade valia apenas para elas, que eram levadas a trabalhar mais para economizar dinheiro; e ao mesmo tempo, o prefeito e seu primeiro círculo enricavam sem fornecer muitos esforços.

É difícil destrinchar com clareza a validade desses vários pontos de vista. Porém, o importante, para a nossa pesquisa, é que já existia, no início do governo reformista, um tímido descontentamento. Pessoas do grupo que se tornou situação faziam críticas à gestão, ou melhor, reclamavam contra a ambivalência de algumas medidas. Por exemplo, o apelo a austeridade, coisa supostamente boa, era uma austeridade para todos os gestores, ou uma austeridade para os funcionários da base? A austeridade era para o prefeito, ou era apenas para os outros? O sacrifício de participar de um projeto social inovador era uma exigência para o prefeito? Ou este não se sacrificava tanto, enricando à custa dos demais?

Apesar dessas críticas e questionamentos, o governo municipal gozava de aprovação. Os maiores perigos, afinal, vinham dos grupos de oposição. Concretamente, isso se verificou logo nos primeiros meses do novo governo por uma tentativa de destituição –um *impeachment* – tramado pela câmara de vereadores, cuja a oposição tinha a maioria na câmara¹⁶⁷. Mas, graças à intervenção do Juiz da Comarca de São José de Belmonte (de onde dependia Mirandiba) a tentativa foi inibida¹⁶⁸.

¹⁶⁷ No momento desse fato, início de 1993, falava-se muito do processo de impeachment contra o presidente Fernando Affonso Color de Mello. Tal processo, que tinha resultado na deposição do presidente em dezembro de 1992, sugeria aos opositores de Nelson Pereira, destituí-lo através de uma ação legal, constitucional, apontando um crime de responsabilidade por parte do primeiro gestor da prefeitura. O motivo do desencadeamento de uma ação contra Nelson Pereira foi a suposta falta de repasses das informações do governo municipal para a câmara de vereadores.

¹⁶⁸ Uma vez inibida a tentativa de destituição, Nelson teria um susto grande, seria vítima de uma violenta intimidação, segundo alguns, ou vítima de uma tentativa de assassinatos, segundo outros. Nós nunca o questionamos sobre o ocorrido, nem com ele nem com o autor da agressão: Batista, presidente da câmara de vereador a época, oposição ao prefeito (e que seria prefeito de Mirandiba de 2004 a 2008). O que aconteceu

Amparado pela maioria da população, Nelson teria a latitude suficiente para construir sua política. Ele implantaria uma série de intervenções cuja ideia geral seria, na fala de Bastos Lopes David – então secretário de agricultura – “de chegar perto do povo, de fazer a administração para a maioria, e não para a minoria”. Na fala de Maria de Destêrro, entrevistada sobre o curto período em que ela foi secretária de educação, uma das metas era de “libertar o povo da prefeitura”, ou seja, dar mais oportunidades ao povo, dar a possibilidade de gerar atividades lucrativas, fora dos circuitos das trocas de favores envolvendo o poder local. Quando relembra seu mandato, o próprio Nelson usa também palavras que evocam a vontade de aproximação com a população e a preocupação em libertá-la: “valorizar o coletivo”, “educar o povo”, “conscientizá-lo”, “valorizar seu voto”. A valorização sendo aqui a ideia de que “o povo não devia favor aos políticos, porque pagava os impostos que financiam as políticas”.

A política como direito e não como favor. Com esse princípio Nelson tomaria uma decisão forte: organizar o transporte escolar da área rural para a cidade de Mirandiba. Isso era uma novidade, dado que até agora não existia nenhum tipo de incentivo a escolaridade para os alunos da área rural. Uma vez terminado a quarta série, a última série do ensino fundamental realizada em pequenas escolas nas fazendas e nos sítios, as crianças da área rural não podiam continuar os estudos. Porque eles não tinham como se deslocar até a cidade, onde havia o colégio e oferta das séries superiores.

Assim a decisão do novo governo gerou impactos, possibilitando aos alunos da área rural a utilização de transporte fretado para ir todos os dias ao colégio de Mirandiba. E essa melhoria não resultou em um investimento muito grande. O projeto foi financiado com recursos da prefeitura, que nessa época eram reduzidos¹⁶⁹.

realmente? Talvez apenas os próprios envolvidos (Nelson, Batista e dois membros de seu grupo) possam falar. O que se sabe é que Batista e seus homens chegaram de noite, armados, na casa de Nelson. Depois nada de muito claro. O certo, contudo, é que houve uma vítima colateral: o cachorro de Nelson foi baleado por Batista e acabou morrendo. Mesmo vítima de uma agressão que de quebra o fez perder seu cachorro, Nelson continuou trabalhando de modo aparentemente sereno. Continuou a andar a de sua casa até a prefeitura e continuou andando sem vigias. O que não significa que ele andava só. Quase sempre, uma multidão de eleitores e militantes o acompanhava nos deslocamentos. De manhã, na sua casa, um grupo de seguidores tomava café com ele e o seguiam até a prefeitura. De tarde, outros grupos se formavam para segui-lo até seu domicílio. E a noite, mais militantes e eleitores se despediam dele em casa, em torno de um café da noite.

¹⁶⁹ Outro projeto de destaque na área de educação, financiado por recursos próprios, foi a criação, no Recife, de uma casa dos estudantes de Mirandiba. A medida permitiu a jovens recém-formados do ensino médio prosseguir seus estudos na capital do Estado. Muitos estudantes que não eram da família *Carvalho* tiveram assim a oportunidade de concluir uma formação superior. A prefeitura de Mirandiba bancava os custos de funcionamento da estrutura: aluguel, refeições, parte dos equipamentos (colchões, móveis, etc.).

Tratou-se, de fato, de uma inovação. Uma inovação simples, mas que ninguém tinha cogitado antes. Na mesma ordem de ideia, Nelson e seu grupo tentariam promover outras inovações, mas desta vez com a ajuda de entidades externas. Um objetivo geral, na fala do então prefeito, era “trazer políticas avançadas com garantia de resultados, trazer experiências inovadoras”. A ideia de fazer com que Mirandiba fosse um “laboratório” seria lançada e efetivada.

2.2.b O início do laboratório

O laboratório mirandibense necessitaria de atores externos, que iriam experimentar seus modelos sociais alternativos no município. Nelson seria o facilitador do processo, trazendo atores para o local e os convenceria a fazer suas experimentações. Mirandiba, isolado, pobre e mantido sob o jugo dos *Carvalhos*, se tornaria, pela mediação de seu prefeito, um lugar conectado ao mundo alternativo da sociedade civil, um lugar aberto a projetos sociais visando reverter o quadro de pobreza e desigualdade social.

A ideia de fazer de Mirandiba um laboratório foi divulgada, entre outros, em um evento presidido por Dom Helder Câmara no Recife, em 1995. Luís Claudio Mattos, agente da ONG AS-PTA nos anos 1990, relembra como ele conheceu Nelson durante esse evento. Ele relembra também que foi logo após ter conhecido o prefeito que ele e seus colegas fecharam um acordo com ele. Um acordo que levaria a AS-PSTA em Mirandiba e que mudaria o mundo rural do município:

O evento que a gente conheceu Nelson foi na faculdade de filosofia, na Conde da Boavista, antes do shopping [no Recife]. Era ligado à Igreja Católica. Um evento do CRS [Catholic Relief Service, uma ONG norte americana] com a abertura de Don Helder Câmara. O negócio era divulgar os resultados do programa Alimentos por Trabalho (PAT).

Tinha a ideia de terminar com o ciclo do assistencialismo. Fazer assistência sem assistencialismo. Ideia que na emergência o agricultor está amparado, mas na chuva, o agricultor está com ele mesmo. Um paradoxo com o qual tem que se acabar. Ideia da permanência do agricultor na propriedade para si mesmo, garantindo a segurança alimentar, cobrando dele que se preparasse para o futuro.

Tinha também nessa época um monte de ideias inovadoras. Muitas tecnologias. Muito antes da ASA¹⁷⁰. Veio CAATINGA¹⁷¹, CPT¹⁷², MOC¹⁷³.

¹⁷⁰ Articulação do Semiárido Brasileiro. Entidade criada em 1999. A ASA funciona com uma rede de organizações que promove políticas públicas inscrevendo-se no paradigma da “convivência com o semiárido”.

(...)

Aí foi feito o anúncio que o Brasil tinha acabado de sair da lista de países receptor de alimento. Era o último projeto do PMA [o projeto do qual participava o CRS, a ONG americana que organizou o evento]. As ONGs eram contra o Brasil sair. Os problemas continuavam: as prefeituras não faziam nada, todas oligarquias. Aí os caras participando do evento descendo o pau no governo. Mesmo assim o poder público era convidado, mas não comparecia: havia uma distância grande entre poder público e sociedade civil. “Esses caras falando mal da gente”, eles [os políticos] pensavam isso.

No fim do evento, abriu para plateia, depoimentos de agricultores, de ONGs, algumas criticaram. Inclusive organizações foram criticadas, por fazer assistencialismo, distribuição de alimentos, que absurdo! Discurso bem politizado. Esses tipos de programas iam acabar. Foi o último. Outros falaram não, é para quebrar o ciclo da seca.

Aí aquele rapaz, veio se apresentou... Alguém levanta, pede inscrição, levanta: “meu nome é Nelson, sou prefeito, venho aqui, a gente está inaugurando uma nova fase, a gente como prefeito não se vê como adversário da sociedade, ao contrário, mas parceiro, construir parcerias, a gente quer que vocês visitem Mirandiba: município pequeno, isolado, humilde, desconhecido, muito bom, povo alegre, caloroso, mas feliz, estamos de braço aberto, querem levar isso, cisternas, trazer novas tecnologias, etc... Estamos de braço aberto”...

Nelson tinha já ficado famoso no *métier*. Naquela época o PT tinha ficado excluído. Algumas prefeituras isoladas, ligadas a movimentos operários: Angra dos Reis... E uma perto de Fortaleza. E Nelson em Mirandiba! Eu me lembro que Pablo [Pablo Sidersky, um dos responsáveis da AS-PTA] falou: “um dia a gente tem que conversar com esse prefeito, será que ele é mesmo”?

Aí voltei, depois de alguns dias falei com Pablo: “você se lembra do prefeito? Ele estava lá! Bora”?! Marcamos uma ida em Mirandiba. Era a estratégia da ASPTA: construção de referências locais, transformação em políticas¹⁷⁴.

Indagado sobre esse encontro, Nelson confirmou-nos o relato de Luís Cláudio. E acrescentou:

Fomos além do que falou Luís Cláudio, quando a gente disse que queríamos que nosso município fosse um laboratório.

[O entrevistador]: você falou isso diante da plateia?

¹⁷¹ CAATINGA: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Instituições Não-Governamentais Alternativas. A ONG foi criada em 1988 em Pernambuco. Ela foi no estado do Pernambuco uma das principais divulgadoras do sistema da agroecologia.

¹⁷² Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica e que apoia, como o nome indica, a reforma agrária e o direito à terra para as populações camponesas.

¹⁷³ Movimento de Organização Comunitária. Uma ONG criada em 1967, com atuação principalmente no Nordeste semiárido, onde promove programas e projetos ligados ao paradigma da convivência com o semiárido.

¹⁷⁴ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2015.

- Falei. Falei que essas entidades que hoje trazem, que estão trazendo inovações, políticas avançadas, já com uma certa garantia de resultados. Porque as ONGs elas têm trabalhado em muitos locais no mundo não é... Então essas experiências inovadoras dão muito certo. Surgem em muitos lugares, e a gente aqui, pensando: “rapaz, que projeto bonito não é!” Então para a gente foi assim excelente, convidar essas entidades¹⁷⁵ ...

2.2.c As redes do PT

Antes de ter participado deste encontro, Nelson já tinha conseguido vários projetos com entidades externas. Para atraí-las para Mirandiba, o prefeito acionava as redes do PT. O partido dava a ele um apoio privilegiado, ao fazer de Mirandiba o município onde seriam implantados projetos sociais alternativos, executados por entidades sociais alternativas – da sociedade civil, das universidades e/ou das fundações filantrópicas. Sendo quase o único prefeito do PT no Nordeste¹⁷⁶, Nelson tinha uma vantagem: todas as atenções do partido de esquerda e de seus apoiadores eram dirigidas para ele, com intuito de fazer do governo municipal de Mirandiba um modelo de gestão social alternativo¹⁷⁷.

Assim, quando a AS-PTA começou a atuar em Mirandiba no final de 1995, o município já era palco de experimentações de uma multiplicidade de projetos sociais, geralmente da sociedade civil. Luís Claudio Mattos narra o contexto no qual teve início o trabalho de sua ONG:

Com Nelson foi o seguinte: a gente chegou... Fomos lá de carro. Pablo, eu e Rémi [Rémi Triez, cooperante francês da AS-PTA]... O Nelson destacou Bastos [seu secretário de agricultura]. Um cara que corria o município todo. Nelson tinha aquelas lideranças popular, não da elite... A gente andou com Bastos. A gente falou para Nelson: foi muito legal.

Nossa segunda visita: a gente apresentou nossa proposta de trabalho. Bastos entendeu o lado de aprendizagem que a gente estava propondo... Ele estava interessado.

Nelson já tinha firmado muitas parcerias. O pessoal doido prá trabalhar com ele. Exemplo: a NAPER: Grupo de Apoio a Projetos de Energia Renovável.

¹⁷⁵ Entrevista realizada dia 22 de março de 2016.

¹⁷⁶ Segundo os relatos de Luís Claudio, de Nelson Pereira e de outras lideranças de Mirandiba, Mirandiba era praticamente a única prefeitura do Nordeste governada pelo PT em 1992. Embora tivesse o caso de Fortaleza, que teve uma prefeita eleita pelo partido já em 1985, nos municípios menores não havia casos similares. Em 1992, fora Mirandiba, apenas uma prefeitura de um município pequeno do Nordeste teria tido um prefeito do PT.

¹⁷⁷ A atenção dada, aliás, podia se transformar em transferências diretas de recursos do PT para Mirandiba. Segundo Suetone, antigo assessor de Nelson e atual coordenador da ONG mirandibense Conviver no Sertão, o PT de Pernambuco recomendava aos seus vereadores eleitos no Recife, repassar parte de seus salários para o governo municipal de Mirandiba.

Uma ONG criada por um professor da universidade federal. Não sei dos financiamentos. Era um professor do PT¹⁷⁸.

Aí Nelson falava com esses caras: “traga! Placa solar: traga!” Tudo com ele é: “traga!”

Exemplo: o porco, com um professor de Mossoró. Mirandiba era a cidade do porco queixada, o nome de um bicho que deu o nome a cidade. Queriam reintroduzir o queixada em Mirandiba. Repovoar. Esse professor tinha esse projeto. O cara foi lá: “vamos introduzir o queixada! – Mas esse bicho é extinto! – Mas temos o porco caititu”. Aí rebatizaram... O queixada era mais primitivo. Pois a ideia era reintroduzir animais silvestres. A prefeitura doou uma área. Um primeiro centro...

Teve também o projeto Mangueira do Brejo. A maior mangueira do mundo! Ele aparecia na mídia: “Prefeito de Mirandiba!”. Tudo aquilo que acontecia aparecia no jornal.

E a estátua! A estátua do porco. Ele contratou um artista local, fazia muita coisa com ele. O cara botou a placa: “porco queixada”. Todo mundo gostou...

Ele tinha essa atitude dinâmica. Quem tinha coisa nova: traga! As vezes a estratégia de um batia com outra... Mas era sempre assim com ele: traga!

Mirandiba apareceu no mapa. Começou a aparecer no mapa. Não é mentira¹⁷⁹ ...

Concretamente, as parcerias de Nelson por meio das redes do PT tinham as seguintes linhas de intervenção: promoção da energia solar na área rural, bombeamento dos poços artesianos através da energia eólica, reintrodução de animais silvestres, criação de uma escola de informática na cidade. Na maioria dessas ações, a articulação dos projetos envolvia as universidades. Pois muitas das personalidades ligadas ao PT eram também professores universitários.

Por exemplo, Paulo Rubem Santiago. Professor de educação física pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e um dos fundadores do PT e da CUT¹⁸⁰ no estado do Pernambuco, ele era vereador em Recife pelo PT quando Nelson se elegeu prefeito. Dois anos depois ele se tornou deputado estadual pelo mesmo partido. Usando de sua influência de militante e de político eleito, ele apoiou o prefeito de Mirandiba, ao apresentá-lo e recomendá-lo a outros professores e militantes da capital do estado e das outras cidades. Ele foi assim um ator chave de três intervenções que ocorreram em Mirandiba: a promoção de energia solar, a promoção da energia eólica, e a reintrodução dos animais silvestres.

¹⁷⁸ O principal fundador do NAPER era Heitor Scalambrini Costa, professor do departamento de energia elétrica na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

¹⁷⁹ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2015.

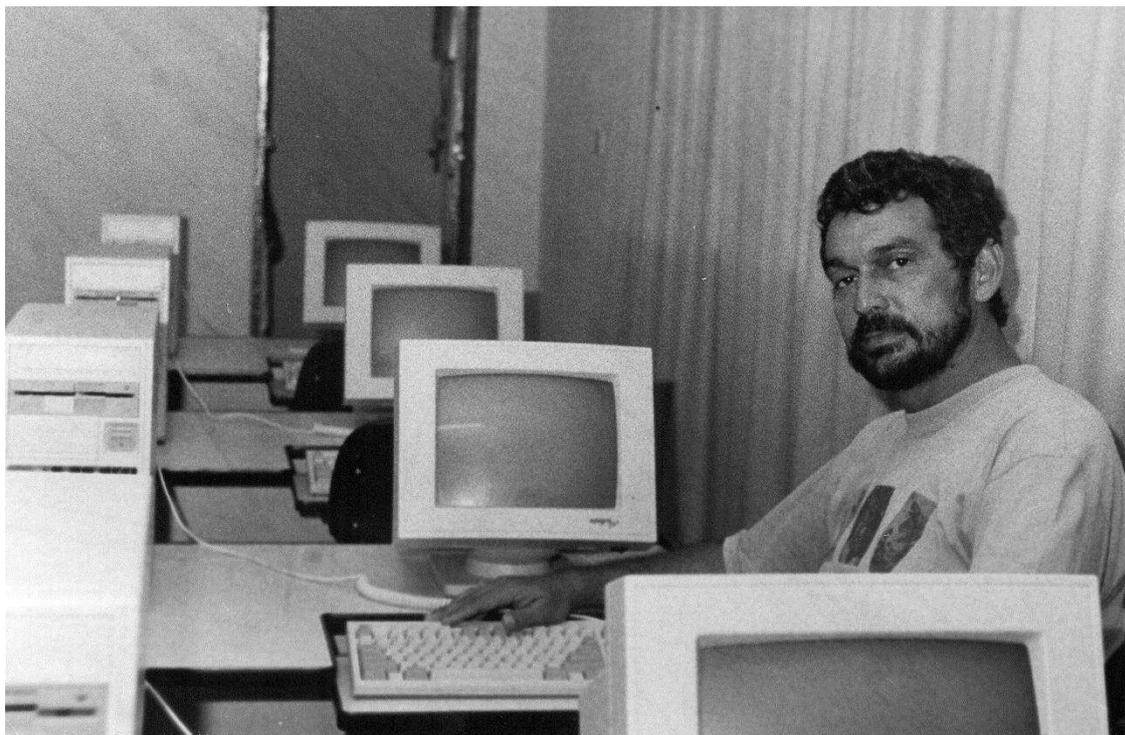
¹⁸⁰ Central Única dos Trabalhadores.

Outro apoio de Nelson foi o hoje famoso Humberto Sérgio Costa Lima, chamado Humberto Costa¹⁸¹. Formado no movimento estudantil da UFPE, esse médico de profissão foi um dos fundadores do PT pernambucano, em 1980. Continuando no mesmo partido, ele conseguiu se eleger deputado federal em 1995. Ele era assim, nos anos 1990, uma das personalidades mais influentes do partido. E foi ele que ajudou Nelson a conseguir recursos para a criação de uma escola de informática na cidade de Mirandiba¹⁸². O contato para a efetivação do projeto, amigo de Humberto Costa, tinha sido Helder Zebral, um dos dirigentes da Fundação Banco do Brasil na época, que era também afiliado ao PT.

¹⁸¹ Atualmente senador pelo estado de Pernambuco, Humberto Costa foi Ministro da Saúde no primeiro governo Lula, de janeiro de 2003 a julho de 2005.

¹⁸² A escola de informática, concretamente, consistiu na aquisição de 20 computadores. A prefeitura reservou um espaço nos seus locais para administrar aulas com os novos equipamentos.

FOTOGRAFIA 8: Nelson Pereira na sala do curso de computação



Fonte: Nelson Pereira de Carvalho.

2.2.d O apoio da Igreja

O PT foi um dos apoios do prefeito, mas não foi o único. Um auxílio importante veio da Igreja. Em particular do padre de Mirandiba nos anos 1990, um padre italiano cujo nome era Mário Costalunga. Contrariamente a seu antecessor, o padre francês Robert, Mário era uma figura de esquerda – da teologia da libertação – que procurava organizar o povo mirandibense para libertá-lo da dominação da elite local. Enquanto o padre francês falava de assuntos morais durante seus sermões – a moralidade cristã, o casamento, a imoralidade do divórcio, os comportamentos morais e imorais – o padre italiano falava de luta política, de luta pelos direitos sociais. Para este último, a eleição de Nelson foi uma ocasião de colocar em prática esses preceitos.

O primeiro e o principal projeto nessa linha seria a criação de um assentamento rural para a população da periferia de Mirandiba¹⁸³. O assentamento seria reservado às pessoas que,

¹⁸³ Houve dois outros projetos de destaque, a criação de uma rádio comunitária, e a compra de um ônibus para o transporte dos estudantes.

vivendo na cidade, precisavam também de um pedaço de terra para sua autossustentação alimentar. A população urbana, geralmente, já dispunha de uma terra agrícola; mas as terras eram distantes demais da cidade para serem exploradas quotidianamente. A doação de lotes agrícolas situados perto da cidade permitiria resolver o problema; a ideia foi então concretizada pelo padre e pelo prefeito, 100 hectares de terra foram doados na saída de Mirandiba e foram divididos em 100 lotes para agricultores urbanos. O assentamento seria chamado Chico Torres, em homenagem ao grande chefe político do município, falecido em 1988 e que tinha apoiado Nelson durante sua primeira campanha a eleição municipal.

Tinha aqui uma espécie de paradoxo: o coronel de Mirandiba, que sempre foi conservador e contra a reforma agrária, era homenageado em uma ação que se assemelhava a uma reforma agrária. A contradição se dava nesse ponto. Porém, sob outro ângulo, a atribuição do nome se justificava, de um lado, pelo fato do irmão de Chico Torres ter vendido o terreno para o projeto; e de outro lado, Nelson procurava o consentimento de parte da elite local a favor de suas reformas sociais.

Enfim, em 1993, no início do mandato, o assentamento ganharia forma. O padre tinha conseguido doações da Itália para a compra do terreno ao irmão de Chico Torres. Este achou bom o acordo, porque obteve um preço bom pela venda da terra que ele não explorava mais. Parte da população de Mirandiba ficou também satisfeita, porque adquiriu gratuitamente lotes suscetíveis de serem cultivados. E os lotes pareciam ter um potencial maior que uma terra qualquer. Presumia-se a possibilidade de irrigá-los de um modo muito eficiente – já que o projeto tinha financiado um poço e um sistema de irrigação proveniente de Israel, país conhecido por ser vanguardista nesse domínio.

Assim, o assentamento parecia ter um futuro promissor. Todavia, no início do mandato de Nelson, todo o potencial do projeto não era valorizado. A parte irrigada, por exemplo, era apenas experimental. A quase totalidade dos lotes não tinha ainda acesso à água, eram apenas de sequeiro. Outro ponto é que a escolha dos beneficiados não parecia ter obedecido a critérios apenas sociais, ou seja, critérios de carência e interesse das pessoas em cultivar para sua subsistência. Diversos relatos a respeito desse projeto¹⁸⁴ assinalam que a seleção dos beneficiários foi política: quem adquiriu a terra era eleitor de Nelson, independentemente da condição material e da vocação para trabalhar na terra.

¹⁸⁴ Em particular os relatos de Suetone Gomes de Sá e Clodoaldo Rodrigues Clodoaldo Limeira (que foi agente da EMATER em Mirandiba, e secretário de agricultura da prefeitura, de 2008 a 2016).

2.2.e Uma dinâmica diferente, mas com suas ambiguidades

Apesar dessas contradições, no momento da execução do projeto, tinha-se a impressão de que algo novo, alternativo, estava acontecendo. A mesma coisa acontecia com os projetos da escola de informática para os jovens, de energia solar para a população rural e de energia eólica para o bombeamento dos poços artesianos. Tantas intervenções, em um município onde as políticas públicas foram sempre muitas raras, era uma verdadeira novidade. E tantas intervenções sem a intermediação direta da elite – que geralmente controlava as políticas e se beneficiava delas – era também algo inusitado.

Por exemplo, o projeto de energia solar. Quando foi implementado, em 1994, quase toda a área rural de Mirandiba não tinha acesso à energia elétrica. A chegada de placas solares fornecendo a luz, em onze casas e em duas escolas, uma em uma comunidade que seria reconhecida como quilombola, foi um evento significativo. Nunca, na história do município, famílias de pequenos proprietários ou agricultores sem terra (moradores) tinham recebido esse tipo de benfeitorias. E jamais uma escola rural, frequentada por alunos de famílias pobres, tinham sido beneficiada dessa maneira. O máximo de assistência que essa população havia recebido eram as “benesses das frentes de emergência”, controladas por grupos da elite e cujo impacto se resumia a empregos precários e a distribuição de alimentos de qualidade duvidosa.

Resumindo, o mundo rural e a cidade de Mirandiba viviam, nos primeiros anos do mandato, uma dinâmica especial, tendo como prioridade na atenção os eleitores de Nelson – os projetos atendiam famílias que apoiavam o governo municipal. Tal como no caso do assentamento Chico Torres, havia lógicas propriamente políticas – clientelismo local – na atuação alternativa do governo. A alternativa, em suma, tinha suas ambiguidades e acomodações.

A natureza um pouco ambivalente das mudanças tinha sido notada pelos agentes da AS-PTA, quando estes começaram a atuar no município. O que transparece nos relatos de Luís Claudio Mattos, e em um relatório de trabalho da ONG – água, tecnologia e participação. A experiência original da AS-PTA em Mirandiba é que o governo municipal, apesar de ser alternativo, mantinha práticas do tipo “tradicionais”, como o clientelismo.

2.2.f A AS-PTA

As intervenções da ONG – neste caso da AS-PTA – em Mirandiba tinha justamente a pretensão de mudar esse quadro. O meio para isso era fazer um trabalho social e didático. O social consistia na promoção de novas tecnologias para melhorar o cotidiano da população rural: cisternas de placas, barragens subterrâneas, entre outros. O didático mais relacionado a um trabalho de formação da população, através das obras e dos projetos realizados. Todo o processo, no relatório da AS-PTA e nas entrevistas de Luís Claudio, é tratado como se fosse uma aprendizagem. A ideia era trazer novas tecnologias – as cisternas, por exemplo – para fazer com que a prefeitura e a população rural aprendessem o que é a participação popular, a solidariedade comunitária e o desenvolvimento sustentável. Outra ideia, desdobramento da primeira, era tornar possíveis mudanças no protagonismo dos atores. Uma mudança na população rural, que se tornaria mais organizada e autônoma; e uma mudança na prefeitura que, nas suas intervenções, agiria de modo mais democrático.

Essas mudanças, segundo os relatos a que tivemos acesso da AS-PTA, aconteceram com dificuldades. Obstáculos culturais e outros afetariam o decorrer das intervenções. Em Mirandiba, a “cultura” da violência, do clientelismo, das trocas de favores seriam os principais gargalos¹⁸⁵. E a prefeitura, como todos os atores locais, estariam sujeitos a tais interferências, pois estariam impregnados neles os hábitos, os costumes, os reflexos de viver a violência, de fazer clientelismo e da troca de favores com os eleitores. Nelson, prefeito com postura alternativa, seria o fruto desse mundo. Como o resto de sua equipe, ele também faria clientelismo e negociaria favores com a população. Ele faria também o possível para conter a violência de seus eleitores e opositores. É isso que aparece nos relatos de Luís Claudio e no relatório da AS-PTA. Nestes, Nelson aparece como diferente dos outros políticos locais, mas sua diferença é afetada pelo contexto local. Em outras palavras o prefeito não é totalmente diferente, não é totalmente alternativo com o queria a AS-PTA.

¹⁸⁵ A cultura da violência é particularmente enfatizada no relatório da AS-PTA. Isso aparece de modo muito claro na página 44, em uma introdução sobre as parecerias da ONG com o poder municipal: “Escravos, cangaceiros, coronéis, latifundiários e pistoleiros fazem parte de um passado nem tão remoto, que deixou marcas profundas e continua moldando as relações sociais no sertão. Mirandiba não escapa à regra. (...). Hoje como ontem, a cultura da vingança, o culto da honra, a força da instituição familiar faz parte da realidade local. Mais recentemente, à tradição veio acrescentar novos tipos de violência: o cultivo da marijuana e sua máfia armada até os dentes (Mirandiba fica ao norte de Floresta, um dos principais pólos do “Polígono da Maconha”); os assaltos a carros e bancos (a agência local do Banco do Brasil já chegou a fechar por conta dos sucessivos assaltos). Esse é o ambiente no qual o prefeito Nelson Pereira iniciou seu mandato em 1993, após uma campanha extremamente dura, cuja violência veio confirmar que a tradição sertaneja, nos seus aspectos mais rudes, resiste ao tempo e continua bem viva em Mirandiba.

No entanto, o mais importante é que ele é apresentado como a pessoa certa para o município. A pessoa certa para lidar com o contexto local e para promover mudanças alternativas na gestão da prefeitura. Sobre o primeiro ponto de saber lidar com o contexto local. Luís Claudio Mattos relembra uma situação em que Nelson demonstrou suas qualidades:

Eu estava no gabinete dele [de Nelson]. Ele estava me perguntando como é que estava lá o trabalho... E de repente entrava um... Daqueles caras... Gritando: Nelson! Entrou um vereador... Furioso... Reclamando de uma coisa com Nelson. Aí Nelson: “não é assim não! Estamos na luta. Vamos conseguir as coisas com calma”... Aí o cara deu um soco na mesa. Um barulho da nada. E Nelson parado. E depois falando: “você é nosso aliado Luís Claudio”. Falando na frente do cara. Acho que até para ele era mais seguro eu ficar aqui. O cara gritando e ele falando: “companheiro, esfria a cabeça, não é assim, vamos marcar um dia”! Nelson é o cara certo para estar num lugar daquele¹⁸⁶!

Sobre o segundo ponto – promover mudanças alternativas na gestão da prefeitura – Luís Claudio sugere que as mudanças são gradativas. Ou seja, mudar de um quadro tradicional – governo movido por logics partidárias e clientelistas –, para um quadro alternativo – governo promovendo a participação popular –, é um processo demorado. Um processo que passa por várias fases e que nunca conduz a uma perfeita combinação entre as lógicas da ONG, as lógicas da população e as lógicas da prefeitura. Para ilustrar essa ideia, Luís Claudio relata a primeira ação importante da AS-PTA em Mirandiba:

Episódio importante: dois intercâmbios [para conhecer os projetos da ONG CAATINGA e em particular a experiência das cisternas]. A primeira viagem, um monte de amigos da prefeitura, cabo eleitoral, funcionários, monte de gente que queria viajar. O pessoal do caatinga já tinha feito contatos com Nelson. Enfim... Ideia de um projeto de escola com a caatinga. O primeiro encontro cheio de políticos. E a gente queria levar agricultores. A gente falou para Bastos: “não deu certo”! O segundo [intercâmbio] foi importante, definimos uma estratégia mais direita... Perto das comunidades. Não é que Nelson tinha essa lógica. Um prefeito é político. Governa como político¹⁸⁷.

A AS-PTA e a prefeitura tinham suas lógicas, mas afinal ambas se entenderam na questão da participação dos agricultores. Após o primeiro intercâmbio que reuniu apenas o grupo restrito de Nelson, o segundo abrangeu um grupo maior composto por verdadeiros agricultores. Da mesma forma que essa primeira intervenção uma parceria entre as duas entidades, outras intervenções seriam executadas conjuntamente. Uma colaboração proveitosa seria iniciada e demoraria durante o mandato de Nelson Pereira e do sucessor que ele apoiara.

¹⁸⁶ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2015.

¹⁸⁷ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2015.

As principais ações seriam as seguintes: capacitação de pedreiros locais para construção das cisternas de placas, visando o armazenamento da água da chuva; construção efetiva de 170 dessas cisternas; construção de barragens subterrâneas (pequenos diques de terra que permitem a infiltração da água no solo); e enfim implantação do sistema de créditos rotativos (fundos comunitários repassados entre agricultores para microprojetos individuais).

FOTOGRAFIA 9: A primeira cisterna construída em Mirandiba pela AS-PTA, na comunidade *Caruru*



Fonte: Nelson Pereira de Carvalho.

Outra ação importante, mas que ocorreria no mandato do sucessor de Nelson – seria o apoio ao conselho municipal de desenvolvimento rural. Nova instituição, promovida em nível nacional pelo Estado a partir da democratização, o conselho municipal era uma ferramenta supostamente participativa, que favorecia a execução coletiva das políticas públicas, por todos os atores envolvidos nelas (poder público e população). Veremos mais adiante como esse projeto ocorreu em Mirandiba. Por enquanto, abordaremos as primeiras intervenções relatadas acima.

O projeto das cisternas foi considerado um sucesso. Iniciado através de um intercâmbio em Ouricuri¹⁸⁸, onde os agricultores e o grupo político de Nelson descobriram experiências promovidas pela ONG CAATINGA, ele prosseguiu por meio de uma capacitação em Mirandiba. Uma capacitação que permitiu a construção da primeira cisterna numa escola de uma comunidade rural e a formação dos primeiros pedreiros de Mirandiba. Assim formados, os atores do município – pedreiros da área rural, agricultores, prefeitura – executaram um importante programa de cisterna. Junto com a AS-PTA, o primeiro financiador do projeto, 125 cisternas foram construídas. O projeto original previa 75 construções, mas a participação da prefeitura – logística, financeira – permitiu atingir o número de 125 cisternas. Um exemplo de parceria proveitosa, demonstrando a implicação do poder público local em um programa alternativo.

O relatório da AS-PTA (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.47) destaca o êxito do projeto, ao salientar não só a pertinência da tecnologia das cisternas e a participação dos agricultores, mas também a participação da prefeitura:

Os ingredientes dessa façanha: uma tecnologia barata e pouco exigente em assistência técnica; pedreiros do próprio município formados para construir cisternas e capazes de capacitar outros pedreiros; o envolvimento da comunidade em tarefas simples, porém, bastante caras (escavações, por exemplo) e uma contrapartida das famílias (água e areia). Outros fatores importantes, destinar os recursos públicos [da prefeitura] diretamente à uma ação concreta e liberá-los sem burocracia. O resultado, menos de um ano após as visitas para Ouricuri, a construção de cisternas tinha se transformado em uma espécie de programa municipal.

Segundo Luís Claudio Mattos, a parte falando das “cisternas com espécie de programa municipal” foi polêmica. Alguns da AS-PTA pediram mais cautela nas conclusões a respeito da contribuição do poder público local. Porém, para os agentes atuando diretamente no município – Luís Claudio e mais dois colegas – havia realmente uma dinâmica especial, inclusive com o governo municipal que se mostrava em muitos aspectos realmente alternativo.

2.2.g Outros projetos

A avaliação positiva dos agentes da AS-PTA sobre o governo municipal e seu maior líder nascia não só do êxito do programa de cisternas, mas também de outras realizações do poder público. Entre outras, os projetos já mencionados de energia solar e energia eólica para bombeamento dos poços; e também projetos financiados pela própria prefeitura, como a

¹⁸⁸ O intercâmbio ao qual se refere Luís Claudio Mattos no relato anterior.

construção de esgotos de barro, tecnologia alternativa experimentada na cidade de Bezerros¹⁸⁹, e trazida para Mirandiba pelo prefeito e sua equipe.

Fazer esgotos utilizando manilhas de barro, e ainda através do sistema de mutirões populares, era algo inusitado em Mirandiba e na região¹⁹⁰. Nelson tinha pensado essa ação durante os eventos que participava, no Recife e em outras cidades. Em um desses eventos, ele tinha encontrado um grupo da área da mata que experimentava a tecnologia alternativa da manilha de barro. O prefeito, seduzido pela ideia, chamou seus promotores, que vieram passar seis meses em Mirandiba, para construir as manilhas e orientar a população. Uma pequena cerâmica foi erguida, e em torno dela um trabalho popular começou. Mutirões foram organizados pela prefeitura para escavação da rede de esgotos. Os habitantes da cidade, beneficiados com a obra, participavam como mão de obra de um projeto visto como diferente, por ser mais barato que os programas de esgotos convencionais, e por ser mais participativo. O custo reduzido advinha da tecnologia e matéria prima utilizada – a cerâmica, o barro – existente no próprio município, portanto requeria poucos investimentos. O processo participativo, de outro lado, permitia uma maior contribuição da população e um barateamento dos gastos – já que os trabalhadores dos mutirões intervinham de modo voluntário.

Ainda com recursos da prefeitura, Nelson implantou ações que podem ser consideradas de fato originais. O político convidou, por exemplo, um artista plástico de Recife – Val Bomfim – para fazer formação em técnicas de moldagem de barro. O artista ficou seis meses em Mirandiba, com todas as despesas de hospedagem e alimentação pagas pela prefeitura, além da remuneração pelo trabalho realizado.

Outra ação foi a coleta seletiva de lixo. Nunca uma cidade do interior tinha experimentado tal coisa! A prefeitura instalou cestas de lixo nas ruas, formou a população, incentivou a separação e triagem dos resíduos.

Em uma escala mais regional, desta vez, o prefeito interviu em uma ação de âmbito muito maior: o apoio a ações de ocupação de terra e criação de assentamentos rurais. Nelson foi o único prefeito de Pernambuco que participou ativamente da primeira grande ocupação de terra no sertão pernambucano: a ocupação da fazenda SAFRA, iniciada no dia 7 de agosto de

¹⁸⁹ O município de Bezerros é situado na região do Agreste, perto da cidade de Caruaru.

¹⁹⁰ A tecnologia da manilha de barro, todavia, não foi utilizada em toda a rede de esgoto construída em Mirandiba. Com efeito, a prefeitura tinha conseguido recursos do governo federal para a instalação das principais redes de esgoto da cidade. As redes secundárias, não contempladas pelo projeto federal, seriam feitas de barro.

1995. Das 2.204 famílias participando do início da ocupação, mais de 500 seriam de Mirandiba e do município vizinho, Carnaubeira da Penha. Uma proporção tão alta para municípios tão pequenos teria sido provocada por Nelson. O prefeito mantinha contatos estreitos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizador da ocupação. Ele estava assim a par de todos os preparativos. E ele foi um dos maiores líderes na mobilização dos agricultores da região do sertão pernambucano.

Uma vez iniciada a ocupação da fazenda – que tinha entrado em falência depois do fim dos subsídios para a agricultura irrigada (no início do Governo Fernando Henrique Cardoso) – Nelson e o governo municipal dariam um apoio financeiro, logístico e por assim dizer moral aos inúmeros mirandibenses participantes da luta. Regularmente a prefeitura mandava camionetes entregarem comidas e remédios aos ocupantes da fazenda. Até bandas foram levadas para divertir o pessoal. As ocupações eram perigosas – a polícia federal e os capangas de fazendeiros ameaçavam os ocupantes –, mas nunca Nelson desistiu de apoiá-los. Ele era o único prefeito, repetimos, a apoiar abertamente essa luta, se juntando a lideranças da Igreja na luta promovida pelo MST.

Um ano antes, ele tinha sido também o único prefeito a participar da ocupação da SUDENE¹⁹¹, um movimento que reivindicava pautas claras do Estado na gestão da terrível seca de 1993, a qual tinha levado muitas famílias do Nordeste a saquear os mercados e invadir as prefeituras. Nesse clima de profunda instabilidade, que afetava também Mirandiba, Nelson, junto com lideranças do movimento sindical em nível estadual (a FETAPE¹⁹²), organizou localmente o movimento. E depois, no dia escolhido para dar início às reivindicações concretas, ele levou agricultores e eleitores de Mirandiba para ocupar a sede da SUDENE (o órgão federal responsável pela execução dos programas de emergência). Junto com o grupo de Mirandiba e com outros grupos (agricultores e militantes) do Nordeste, Nelson passou vários dias acampando na instituição. Um evento inesquecível para muitas pessoas de Mirandiba que pela primeira vez participavam de um movimento social.

¹⁹¹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁹² FETAPE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco. Uma das suas principais lideranças, no movimento de ocupação da SUDENE, foi Manoel José dos Santos, conhecido como Manoel Santos. Nascido em 1952 no município de Serra Talhada, e “criado na roça”, Manoel Santos ingressou no movimento sindical rural no final da década de 1970. Em 1993, ele é eleito presidente da FETAPE. Entre 1998 e 2009 ele foi presidente da CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. E enfim ele foi eleito pelo PT deputado estadual em 2010. Morreu em 2015 em consequência de um câncer.

Fora essas iniciativas, financiadas pela própria prefeitura, Nelson intermediou outras ações de destaque. Desta vez, os financiamentos eram externos e a iniciativa externa. Porém, a concentração de projetos em Mirandiba – que virou um centro de atração de políticas e programas públicos – fez do município um lugar diferente. Os projetos em si podiam ser não necessariamente alternativos, mas a concentração destes em um mesmo lugar criava uma dinâmica social e política jamais vivenciada.

Entre os projetos financiados por entidades externas, destacaram-se três ações: um programa de construção de escolas rurais, conseguidas através de uma emenda parlamentar do deputado federal Gonzaga Patriota, apoio de Nelson Pereira; um programa de construção de 54 moradias rurais¹⁹³, executado pela FUNASA; e enfim um programa de cursos de capacitação profissional, financiados pela Liga Brasileira de Assistência (LBA), através de contatos com uma liderança política de Serra Talhada, cuja filha trabalhava nesse órgão.

O último programa – de cursos – é mais lembrado. A população entrevistada traz a memória da grande quantidade de capacitações que de repente foram organizadas no município: curso de teia, de confecção de redes, de marcenaria, de sapataria, de música, de computação. Nunca aquilo tinha acontecido. Até a eleição de Nelson Pereira, a educação e as formações se restringiam geralmente ao ensino primário (primeiro grau). E alguns privilegiados estudavam no segundo grau, que corresponde atualmente ao final do ensino fundamental. Fora o ensino escolar, já fortemente limitado, não havia alternativas. Por isso, a organização, durante mais de um ano, de curso visto como profissionalizante, abertos a todos, era considerada uma grande mudança. E a mudança era ainda maior porque ela se juntava a outras importantes medidas da prefeitura na parte de educação: a criação de linhas de transporte para levar os alunos da área rural até o colégio da cidade, a construção de cinco escolas na área rural, a criação de uma casa de estudantes de Mirandiba no Recife, e enfim a primeira criação do primeiro colégio no distrito de Cachoeirinha.

2.2.h O conselho municipal de desenvolvimento rural

Além dos programas e projetos mencionados nesses parágrafos, houve uma ação transversal, estruturante, relacionado ao planejamento geral das políticas e intervenções

¹⁹³ Esse número nos foi dado por Suetone Gomes de Sá.

públicas. Uma ação que sempre faz parte das primeiras lembranças quando se fala do governo Nelson Pereira foi a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

Contudo, os conselhos municipais de desenvolvimento rural e a necessidade de criação de outros conselhos começavam a conquistar efetividade no Brasil dos anos 1990. Ao nível nacional, em todo o processo de redemocratização e com constituição de 1988 o apoio aos Conselhos era uma maneira de incentivar a participação popular na gestão das políticas públicas. O conselho municipal – rural, de educação, de saúde, etc. – era visto como ferramenta essencial na promoção de políticas participativas. Ou seja, de políticas definidas e executadas de modo coletivo e consensual, com a intervenção não apenas do poder público nacional e local, mas também da sociedade civil organizada em associações de moradores, de produtores, de sindicatos, de movimentos religiosos, etc.

O que diferenciaria então Mirandiba? Na verdade, pouca coisa, pelo menos formalmente. Porém, em termos de funcionamento, havia uma dinâmica singular. Ou seja, em comparação a muitos conselhos implantados, que em geral eram meras instancias formais impostas pela burocracia para a liberação dos recursos, ou meras instancias controladas pela prefeitura. O conselho de Mirandiba promoveria em certos aspectos a participação dos segmentos rurais da população. Seria uma participação de certo modo ambivalente e limitada, mas que marcaria uma diferença em relação aos conselhos de outros municípios.

Vemos, primeiramente, a organização formal do conselho. Este era, na verdade, um desdobramento da política dos Estados da Federação. Alguns recursos destinados aos estados passavam pelos conselhos, em particular recursos públicos destinados ao desenvolvimento rural. No Pernambuco, parte desses recursos vinha de um órgão financiado pelo Banco Mundial: o ProRural, órgão estadual, que se tornaria o principal responsável institucional dos conselhos de desenvolvimento rural no estado. Em meados dos anos 1990, o Banco Mundial exigiria do ProRural que implantasse projetos através de organizações intermediárias representando os atores locais (governo municipal, agricultores, etc.). Surgiria em consequência um novo programa que deixaria forte impacto em Mirandiba: o Fundo Municipal de Apoio Comunitária (FUMAC).

O FUMAC, de fato, sustentaria o conselho de Mirandiba. A maioria dos projetos financiados por meio do novo conselho, criado em 1995, adviriam desse programa e de seu gestor estadual, o ProRural. Nesse sentido, o conselho pode ser visto como um simples

desdobramento da política do Estado do Governo Miguel Arraes (eleito em 1994). Todavia, não era apenas o governo estadual que injetava recursos nos conselhos. O Banco do Nordeste, através de projetos de eletrificação rural, era também um órgão que financiava as intervenções.

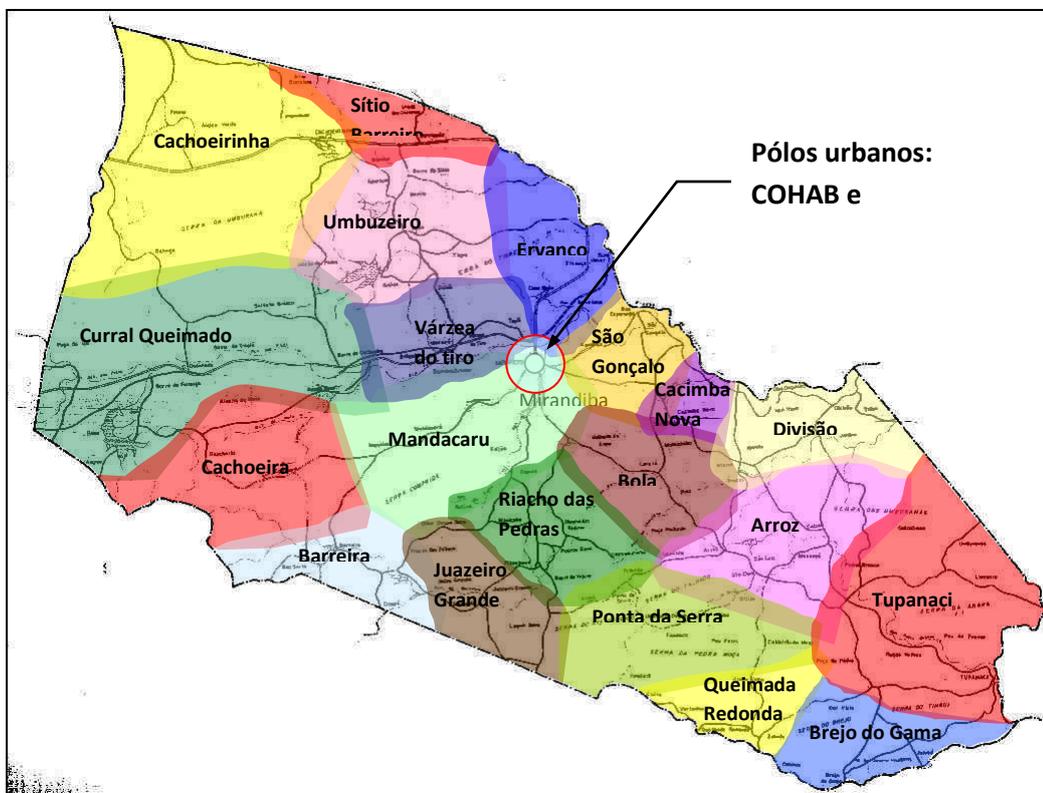
Nos anos 1996 e 1997, três tipos de intervenções foram executados por meio do conselho municipal de Mirandiba: projetos de eletrificação rural; projetos de apoio à produção agropecuária (fornecimento de tratores, perfuração de poços); e projetos de acesso à água na área rural (construção de cisternas de placas de captação da água da chuva).

Fortalecido pela alocação desses recursos, o novo Conselho de Mirandiba iniciaria suas atividades em 1995, com um colegiado formado da seguinte maneira: 7 vagas para membros da sociedade civil, 6 para o governo municipal e uma para o ProRural.

Até esse momento da descrição, nada parece diferenciar a experiência de Mirandiba de outras experiências no estado de Pernambuco. O quadro formal dos conselhos era similar a qualquer outro município. E os projetos de desenvolvimento rural eram também organizados de modo parecidos, com o papel primordial do ProRural e do FUMAC. O que então seria diferente nesse conselho? Afinal, seria certa abertura – mas uma abertura não formalizada – aos segmentos sociais da área rural, os agricultores e seus representantes locais. Contrariamente a outros conselhos, onde os representantes da área rural teriam tido muitas vezes um papel apenas formal, os de Mirandiba teriam dispostos de uma margem de manobra. Como demonstração disso, Nelson, em entrevistas, ressalta o papel fundamental de uma ferramenta de organização dos agricultores e outras populações rurais de Mirandiba: os polos comunitários. Mas o que era aquilo? Os polos comunitários, concretamente, eram microrregiões formadas em Mirandiba para funcionar como espaço de definição e planejamento de políticas e intervenções públicas de âmbito rural. O município fora dividido em 11 polos rurais e um urbano (que discutira intervenções no espaço urbano). Em cada polo as associações locais e a população em geral se reuniam para discutir as ações públicas e projetos públicos em geral. Mas, inicialmente, todo isso não tinha base formal. Ou seja, quando eles foram formados em 1995, os polos não tinham regulamentação oficial, eram espaços informais adotados pela prefeitura para incentivar a mobilização da população rural em torno de seus projetos.

Mapa 2: os polos comunitários de Mirandiba

Fonte: Bloch, Mattos, Sirersky, 2000



A ideia de organizar o conselho em polos não veio de Nelson, mas de uma liderança sindical do município de Afogados da Ingazeira – Braz Emídio, conhecido como Braz – que organizou localmente os primeiros polos rurais, com bases em experiências de gestão popular em Cuba, país que o sindicalista havia visitado. Naquele país, a existência de conselhos populares, de camponeses mobilizados em polos microrregionais, foi vista pela liderança como ações subversivas que poderiam ser introduzidas nas áreas rurais do Brasil.

De fato, os polos adquiriam forma em Afogados da Ingazeira. O que possibilitou isso, além da iniciativa da Braz, foi o apoio da prefeitura local. Esta era dirigida, desde 1992, por um governo do qual fazia parte a liderança sindical, através de um cargo de secretário de agricultura do município. Fortalecido pelo respaldo da prefeitura, Braz criou então o conselho de desenvolvimento popular, organizado em polos – como supostamente eram organizados os conselhos rurais em Cuba.

Informado sobre essa iniciativa, Nelson quis conhecê-la para poder implantar em Mirandiba. Ele foi então visitar Afogados de Ingazeira com alguns membros de seu governo. E após a visita, os polos foram criados em Mirandiba, mas de um modo informal. E, embora

eles não tivessem o respaldo institucional do poder local – como em Afogados da Ingazeira, onde uma lei municipal efetivava suas atribuições – os polos teriam uma existência informal, através de reuniões locais organizadas com a presença de responsáveis da prefeitura.

Assim, em 1995 e 1996, paralelamente ao funcionamento do Conselho Municipal, os polos rurais tinham certo reconhecimento na definição de políticas públicas. Porém, poucos deles chegariam a funcionar de fato. Segundo os relatos de agentes de AS-PTA e de lideranças de Mirandiba, apenas dois polos adotaram uma dinâmica de organização e de reunião. Os nove outros só “existiam”, eventualmente, quando o poder municipal os solicitava para fazer uma reunião.

Segundo relatos de Nelson, de membros de seu governo e de agentes da AS-PTA, o conselho tirava seu dinamismo da participação popular cujo impulso vinha da organização informal dos polos. E de modo mais geral, tirava a dinâmica de organização era promovida pela prefeitura, através da formação de associações rurais e do incentivo a participação delas na gestão das intervenções públicas.

E nessa dinâmica, a prefeitura não se arrogaria o controle de todas as decisões. Nelson realça esse ponto nas entrevistas. E de modo mais nuançado, o relatório da AS-PTA expressa uma ideia parecida. Nesse relatório, por exemplo, o coordenador do Conselho, o secretário de agricultura Bastos, não é apresentado com uma pessoa de comando, ou um intermediário do prefeito e dos interesses da prefeitura. Ele é apresentado como uma liderança, cujo papel é promover discussões coletivas (envolvendo prefeitura e sociedade civil) sobre as políticas públicas.

Essa visão de um conselho funcionando como um espaço de aprendizagem do desenvolvimento participativo aparece no relato seguinte do documento da AS-PTA (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.51), referente ao ano 1996:

Através desse primeiro conselho, Mirandiba estava começando a formar lideranças e todos os atores, inclusive a AS-PTA, estavam ganhando maturidade. Apesar das dificuldades, o conselho não caiu na armadilha da “prefeiturização”, ao contrário de muitos municípios onde o controle foi monopolizado pelo prefeito.

Na opinião de Sebastião Davi Lopes, ex-Secretário de Agricultura e coordenador do primeiro conselho, este “foi mais uma oportunidade de aprendizagem do que um órgão muito eficaz. Discutimos alguns projetos que

seriam apresentados ao Prorural. Entre eles, alguns relativos a cisternas e caprinos, porém, a maioria era de eletrificação rural. No início, estávamos pouco preparados, mas as discussões começaram a ficar interessantes e fomos aprendendo. Acabei coordenando o conselho, o que nunca foi uma tarefa fácil, pois a verdadeira democracia supõe o cumprimento de regras por todos. Decidimos, por exemplo, que quem chegasse com mais de 15 minutos de atraso não teria mais direito a voto, apenas a voz. Inútil dizer que alguns relutavam em cumprir essa norma e que isso rendeu boas discussões. Por outro lado, porém, qualquer pessoa que quisesse participar, fosse ela membro do conselho ou não, sempre teve direito a voz.”

O relato do secretário de agricultura, no documento da AS-PTA, vem reforçar a ideia de um conselho participativo, em que os representantes da área rural tinham como se expressar e defender seus interesses. No entanto, havia problemas: a ocorrência de projetos sem a participação dos agricultores; a ocorrência de práticas ilícitas (corrupção); e a reprodução de práticas vistas como tradicionais no sertão – as trocas de favores. A seguinte parte do relatório da AS-PTA resume as dificuldades:

Alguns projetos eram mal elaborados, outros não eram discutidos nas comunidades, abrindo assim espaços para a fraude e a corrupção. Além disso, não havia muita preocupação com o tamanho do financiamento para cada projeto, em geral todos buscavam atingir o teto máximo, em torno de R\$ 50000,00 (ou US\$ 30.000). Isto resultava em grande ineficiência na aplicação dos recursos. O maior problema, porém, eram as trocas de favores: o representante de uma comunidade aprovava o projeto de outro representante visando no futuro o apoio para a aprovação do seu projeto. Tudo isso com direito a discursos e palavras vibrantes sobre comunidades “muito sofridas” (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.54).

Outros relatos sobre o conselho dos dois primeiros anos não enfatizam tanto a participação dos representantes das comunidades. A ênfase é mais a falta de discussão nas comunidades – problema também apontado pela AS-PTA, mas não como o maior – e afinal a existência de negociações direitas entre o prefeito e o governo do estado para trazer projetos já prontos, ou seja, projetos que não exigem a participação dos atores locais para sua definição.

Suetone, assessor de gabinete de Nelson durante todo o seu mandato, expressa esse ponto de vista:

[O entrevistador]: oficialmente eram projetos que passavam pelo conselho?

Não, não. Eram ofícios, as associações apresentavam projetos através de ofícios. A prefeitura mandava... Todas as associações mandavam projetos... Aí Miguel Arraes mandava chamar Nelson. Aí ele dizia para Nelson: “eu posso apoiar um milhão para Mirandiba”, falava pra Nelson: “escolhe aí... Eu aprovo um milhão, escolhe o que vai se encaixar aí”... Era basicamente isso: Miguel Arraes mandava escolher. O que encaixa o Governo liberava...

Pronto! No dia que Miguel Arraes visitava Mirandiba ele convidava o deputado federal Humberto Costa [de 1995 a 1999, pelo PT] com ele. O

Governador vinha inaugurar projetos em Mirandiba. Aí ele trazia Humberto Costa. Humberto Costa sempre foi o cara mais esperto do PT, no meio... No meio dos bastidores... O Governador trazia Humberto Costa na comitiva...

Foi muito bom para Nelson. O Governador botou foi duro aqui. Fazia questão de fazer as coisas em Mirandiba...

Qual seria então, a realidade desse conselho? Uma instituição formal, supostamente participativa, que funcionava de fato como apêndice da prefeitura na transferência de projetos e intervenções públicas? Ou uma instituição em construção, favorecendo a aprendizagem da participação popular, mesmo com todos os entraves vinculados a lógicas partidárias ou as trocas de favores?

Muitos anos depois é difícil encontrar uma resposta clara. O importante, porém, é que o conselho materializou uma dinâmica de mudança. Mesmo com a ocorrência de negociações diretas entre a prefeitura e o poder estadual para a alocação dos recursos públicos – que poderiam ser interpretadas como reprodução de práticas políticas “tradicionais” – a existência em si do conselho contribuiria para transformar as interações entre poder local e poder estadual. E, na escala das comunidades rurais, a possibilidade de ter alguns de seus representantes participando do conselho e das discussões que nele aconteciam representava outra mudança significativa.

Pode-se assim dizer que o Conselho representou, para as populações rurais, um projeto com características alternativas. Em que sentido? Inicialmente, porque as populações rurais, pela primeira vez, eram levadas a se reunirem em suas microrregiões – os polos – para discutir junto com o poder municipal as ações de desenvolvimento rural. Depois, porque, agora os recursos oriundos das políticas públicas do governo estadual foram transferidos para às áreas rurais através das discussões ocorrendo nos polos.

O primeiro ponto – a discussão das políticas nos polos microrregionais – era bastante óbvio. De fato, as reuniões ocorriam com representantes das populações rurais. O segundo ponto – a tramitação dos projetos dos polos até o governo estadual, em um processo participativo – era menos óbvia. Em outras palavras, não era bem claro se os projetos de desenvolvimento rural eram implantados conforme as demandas dos polos; ou se de eles eram implantados independentemente destas, através de negociações diretas entre o governo municipal e o governo do Estado de Pernambuco. Aliás, a concretude das demandas não era também muito clara: tratava-se de pedidos da população rural, ou de propostas fortemente

inspirada pelo poder público, que já estava a par dos tipos de intervenções suscetíveis de serem financiadas?

2.3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MEDIAÇÃO DOS PROJETOS

2.3.a Teoria sobre o mediador

No capítulo anterior, descrevemos os projetos da sociedade civil (e algumas intervenções do Estado) que o governo municipal conseguiu para seu município, de 1992 a 1996. Em um intervalo de quatro anos foram muitas intervenções; e na efetivação da maioria delas, pode-se dizer que Nelson foi decisivo. Ele próprio, nas entrevistas, minimiza sua atuação ao usar geralmente o “a gente”, enfatizando desse modo o processo coletivo que levou a implantar as ações. Porém, tal maneira de falar não deve nos enganar. Para nós – e talvez para o próprio Nelson – a autoria das mudanças teve como impulso o prefeito, e não o governo do prefeito. Obviamente, este não agiu só. Mas ele agiu como um líder. Ele liderou o movimento, tomou as iniciativas, procurou os contatos – e também foi procurado por uma série de atores externos que queriam apoiá-lo.

A população de Mirandiba percebe nitidamente esse papel fundamental de seu antigo prefeito, mencionando sempre nas entrevistas, ou conversas informais, que “Nelson foi aquele que trouxe todos os projetos pra Mirandiba”. Não foi seu governo ou sua equipe, ou seus assessores locais, foi Nelson. Foi ele a figura decisiva, foi ele o homem das mudanças e da abertura de Mirandiba a entidades de fora.

O ato de “trazer projetos”, “trazer instituições externas”, e afinal “trazer benefícios”, é uma forma de mediação. A ação de um terceiro que intermedia determinadas ações entre uma parte 1 – a sociedade civil, o Estado e o terceiro setor (ONGs) – e uma parte 2 – a população de Mirandiba. Vimos que, na literatura de língua francesa e inglesa, tal função é conceituada através dos termos *broker* ou *courtier*. As duas palavras, que significam corretor em português, enfatizam uma mediação que tende a transferir recursos de uma esfera global para uma esfera local.

Na literatura brasileira – ou sobre o Brasil – essa dimensão instrumental da mediação é também enfatizada. Em uma tese sobre políticas participativas, conferências municipais de mulheres – Marie Hélène Sa Vilas Boas (2012) nota que, para a população, a legitimidade dos políticos é avaliada sob o critério de suas realizações concretas. Ou melhor, é avaliada pelos

projetos, serviços ou benefícios que estes políticos supostamente trazem. Retomando as análises de sociólogos e antropólogos franceses tendo pesquisado a realidade brasileira, a autora declara:

Vários autores notaram que no Brasil os habitantes julgam a ação dos políticos eleitos à luz de suas realizações no lugar de residência. Em um estudo sobre o clientelismo nas favelas do Rio de Janeiro, Camille Goirand observa assim que os políticos eleitos são considerados em função do que eles “dão” a um lugar e a sua população. Ademais, Dominique Vidal mostra que no Recife os eleitos conquistam o apoio dos dirigentes associativos de uma favela em função das realizações concretas que eles implantam. A relação que os habitantes dos bairros populares têm com seus representantes políticos depende daquilo que é “feito” ou “dado” a um determinado lugar (VILAS BOAS, p.265).

A legitimação do político local pela alocação e distribuição de recursos materiais é também um ponto importante da pesquisa de Karina Kuschnir (2000). A autora carioca, em *O Cotidiano da Política*, acompanha uma vereadora do Rio de Janeiro que maneja informações e contatos estratégicos como instrumento de redistribuição de determinados benefícios para seus eleitores¹⁹⁴. A ênfase na prática cotidiana da política mostra que para muitos – eleitores e políticos – o bom político é aquele que “corre atrás” de benefícios para seus eleitores. Ou seja, aquele que se distingue pela qualidade de contatos – os quais consistem em acessos nas escalas dos atores institucionais e individuais dispondo dos recursos públicos.

Um artigo de Delma Pessanha Neves – que não foca os políticos, mas as lideranças associativas – faz também uma indagação sobre a dimensão material da mediação ou, para ser mais justo, sobre o poder dessa dimensão na legitimação dos mediadores. Em *O Associativismo e a Imposição do Agricultor Solidário*, a autora demonstra que no Rio de Janeiro, em programas ligados a reforma agrária dos anos 1960 a 1990, os movimentos sociais de base consideram como prioritário, nas suas mobilizações, a captação de recursos. Ou seja, o que importa mais não é um projeto coletivo e de longo prazo para melhorar profundamente e estruturalmente a sociedade rural e suas organizações. O que importa é a possibilidade de trazer recursos pontuais, recursos materiais respondendo a objetivos pontuais e circunscritos. Assim, no quadro do movimento social de base ligado a reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, as associações, “[...] apêndices da ação do Estado [...]”¹⁹⁵, por serem impostas como condição para o acesso a políticas públicas, representam para os agricultores uma ferramenta

¹⁹⁴ Os serviços prestados aos eleitores pela vereadora são, por exemplo, o acesso ao atendimento médico, à construção de pequenas infraestruturas nos bairros, ou doações de material de construção para moradias.

¹⁹⁵ Id. p.5.

de captação pontual e contextualizada de benefícios. Ao invés de ser a emanção de uma missão coletiva de agricultores promovendo seus direitos, a associação se manifesta, nas mediações com os órgãos públicos, pela atuação do seu representante, cuja função é buscar, num momento determinado e numa situação determinada, um benefício concreto do poder público, no sentido de redistribuí-lo aos associados. Essa liderança, interface entre o governo e os agricultores, é vista como “[...] o porta-voz que sabe correr atrás, que é capaz, por insistência, de furar barreiras para assegurar a transferência de bens [...]”¹⁹⁶.

2.3.b As representações sobre a execução dos projetos

O que foi dito no início desse capítulo – tanto na parte teórica como empírica – remete a dimensão material da mediação. O foco foi o prefeito contribuindo para trazer recursos e projetos para o município de Mirandiba; e a atuação de políticos mediadores contribuindo para transferir bens e obras para a localidade de seus eleitores. No entanto, a mediação possui também uma dimensão social, uma dimensão de mudança social, de transformação da sociedade. Isso apareceu indiretamente no capítulo anterior, quando foram mencionados os projetos promovidos pela prefeitura. Nesse projetos, apareceu entre as linhas um objetivo social mais ambicioso: a transformação de Mirandiba, em bases mais justas e iguais.

A meta transformadora do governo de Nelson Pereira será o pano de fundo das descrições aqui. Mais precisamente, tentaremos responder as perguntas seguintes: como a população de Mirandiba avaliou a atuação do prefeito? E como avalia as mudanças promovidas? Sobre os mesmos pontos, qual foi à avaliação dos parceiros externos à prefeitura?

Antes de responder as perguntas, é preciso dizer que o período ao qual nos referimos é reduzido. Trata-se do primeiro mandato de Nelson Pereira, de 1992 a 1996, e também de seus anos de ascensão no cenário político local, de 1983 a 1992. As pessoas entrevistadas podem também se referir ao mandato de seu sucessor, apoiado por ele, portanto “colocado” pelo o Nelson na prefeitura. Estamos falando de Antônio Torres, prefeito de 1996 a 2000. Já a partir da década de 2000, quando Nelson assume o mandato de deputado estadual, a visão sobre ele muda. Pode-se dizer que tem o momento de “Nelson prefeito ou jovem político em ascensão” e o momento de “Nelson deputado no Recife”. As duas fases são claramente

¹⁹⁶ Id. p.7.

delimitadas para a maioria das pessoas entrevistadas. Descreveremos então, em um primeiro tempo, as representações sobre o “jovem Nelson”, o Nelson de 1983 a 2000.

Essas representações, geralmente, são de uma tonalidade positiva. As pessoas de Mirandiba entrevistadas tendem a falar bem do Nelson prefeito e jovem político em ascensão. Elas destacam a pertinência das realizações do governo municipal e destacam a postura inovadora do prefeito. Enfatizam as mudanças na relação com os mais pobres – os negros (chamados *morenos*) e o *povo do campo* em geral. Uma mudança positiva, pois esses segmentos marginalizados foram levados a assumir responsabilidades e adquirir conhecimentos. “Quem popularizou Mirandiba foi Nelson. O negro era discriminado. Antes não entrava *morenos* para direção, quando Nelson entrou, começou” afirma Chico Prosperino, pedreiro e fiel eleitor de Nelson, ao se referir aos primeiros anos de mandato. “Os *morenos* não tinham voz e Nelson os colocou na prefeitura”, declara, na mesma ordem de ideia, a esposa de “Chico da Frutaria”, agricultora e pequena comerciante de pele negra.

Sobre a postura e a pertinência das realizações do governo, temos o relato de Dito Messias, antigo colaborador do grupo político de Nelson:

Eu não posso negar, o primeiro governo de Nelson foi excelente. Por quê? Primeiro, ele colocou para fazer parte do primeiro escalão do Governo, pessoas humildes, pessoas simples. Maria de Destêrro Rodrigues [a mulher negra que tinha sido criada na casa da chefe política Lilia Campos], Secretária de Educação; Cícero Damião, que é Cícero do Padre, Secretária de Obras; eu, Edilton José da Silva, conhecido como Dito Messias, me colocou no Departamento de “Arte e Gráfica”, que era o departamento encarregado de fazer as pinturas das placas, dos tambores de lixos, de adesivos dos carros, e tudo isso a gente produzia dentro da prefeitura mesmo, a impressão dos lençóis do hospital, etc. Então toda a parte de mídia de publicidade da prefeitura era feita na prefeitura.

Então na verdade considero Nelson uma quebra de barreira. E ele quebrou um certo preconceito em Mirandiba. E as pessoas pobres e humildes começaram a ter acesso a cargos, que antes só era prerrogativa da elite...

E aí ele trouxe projetos: escolas de artes e ofícios... Existia o Ministério da Ação Social que tinha vários cursos, e Nelson começou a trazer essas coisas para Mirandiba. Então ele montou, uma escola de marcenaria, montou uma escola de carpintaria, montou uma escola de música, de tear, para aprender a tecer, a fazer lençol, redes. Era parceria da prefeitura com Governo Federal¹⁹⁷ ...

As pessoas que não são de Mirandiba e que foram entrevistadas também avaliam positivamente a gestão de Nelson prefeito. Pensamos em particular em Luís Claudio Mattos –

¹⁹⁷ Entrevista realizada dia 30 de junho de 2016.

agente da AS-PTA que fez muitas viagens no município – como uns daqueles que sempre destaca o papel fundamental de Nelson na transformação de Mirandiba. Uma transformação que, primeiramente, veio de um prefeito com uma postura diferente. Esse ponto, já mencionado pelos relatos anteriores de pessoas de Mirandiba, se expressa, segundo Luís Claudio Mattos da seguinte maneira:

Nelson fez muito para diminuir o preconceito. Ele criava uma antipatia com a elite racista. Esses caras, Suetone, Seu Lu, essas novas figuras, que todos eram pobres, foi através de Nelson. Muita gente também veio do polo Fonseca [um polo participando do conselho municipal de desenvolvimento rural]. O povão entrou na prefeitura!

Me lembro que as meninas da elite vinham na prefeitura, filhas de comerciantes... Elas queriam seduzir a gente [o pessoal da AS-PTA] E elas pensavam: o que é que esses malucos vêm fazer aqui? Eles pensavam isso¹⁹⁸.

Um ponto interessante avançado por Luís Claudio Mattos, que vai além dos comentários positivos sobre a mudança de postura, é a ideia de que Nelson atuou como mediador de ideais que vinham de fora. Ou seja, era um mediador que não era um grande ideólogo, mas que teve o mérito de trazer para o município ideologias e projetos alternativos. Esse processo de difusão de ideias novas para um ambiente fechado como Mirandiba aparece na fala de Luís Claudio Mattos, em uma perspectiva de mudança coletiva promovida por atores alternativos. E, para que aconteçam mudanças, é preciso que pessoas com Nelson ou agentes da AS-PTA permaneçam no lugar a serem mudado, para servir de “detonador”:

Em nossa concepção do desenvolvimento, você tem instituições, estruturas, relações sociais sólidas, coisas acontecendo [por meio de entidades da sociedade civil]. Mas isso por si só não detona um processo social. Essas coisas não criam sinergias transformadoras por si só. Nada muda... As coisas têm tendência à inércia. Mas, quando tem um agente externo, você desorganiza, aproxima, bagunça no bom sentido. Essa reordenação leva a uma acomodação, que pode levar a uma transformação positiva, ou não (os recursos levados podem também criar conflito). Enfim, chegando ao local imbuído da missão de transformação, você começa a interferir. Isso era o papel da AS-PTA.

Nelson fez isso também, serviu como uma espécie de polo atrativo para as ideias. Não era o cara das ideias, mas era aberto as ideias em um campo muito fechado... Muita gente ia a Mirandiba, mas não ficava. Tipo o INPA, veio muitas vezes, mas não ficou, deu o curso, só isso, nada acontece.

A ASPTA construiu negócio com as comunidades, começou interferir nos processos sociais, trazer novas ideias, reconhecer fortalecer novas lideranças, subjacente ao tecido social. A gente conseguiu quebrar laços de dominação, estimular os que tinham menos vozes. O papel da gente não era neutro. Aí a

¹⁹⁸ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2016.

gente coloca ideais, mas tem que ter gente com Nelson para fazer as coisas acontecerem¹⁹⁹ ...

2.3.c Os projetos nunca ocorrem como o esperado

O que expomos aqui é positivo para Nelson. Porém, veremos que a realidade pode ser ambígua e contraditória. As mudanças ensaiadas em Mirandiba foram elogiadas por uns, mas pode ser paradoxal para outros. Em particular, porque nem sempre ocorrem do modo como foi previsto. Para ilustrar essa afirmação relataremos um projeto relativamente importante, pouco impactante, mas esclarecedor no que se refere ao inesperado. Este projeto, que rapidamente não deu certo foi a tentativa de reintrodução do porco queixada em Mirandiba.

Antes de o projeto ser pensado, os porcos queixadas, extintos no município desde os anos 1950, estavam presentes em Mirandiba apenas de modo simbólico. Por que isso? Porque o nome Mirandiba, escolhido por um jornalista nos anos 1950 no momento de criação do município, era uma tradução de porco queixada em tupi-guarani. Aliás, muitos anos antes da emancipação de Mirandiba, o lugar já era marcado pelo simbolismo do porco selvagem. Com efeito, os *Carvalhos* do início do século XX batizaram Vila Queixada a fazenda na qual seria edificada, a partir de 1910, a vila que se transformaria na cidade sede. Tal nome teria sido inspirado pela presença de um cadáver do porco encontrado nos arredores da futura vila, quando os pioneiros tinham iniciado a construção das primeiras casas.

Com Nelson, o símbolo das origens iria transformar em algo concreto. Ou seja, os animais silvestres, desaparecidos há muitos anos, iriam reaparecer em “carne e osso” no município, a partir de um encontro como o professor Paulo Vasconcelos, professor de agronomia na Universidade Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Assim, em 1993, o jovem prefeito Nelson procurava contatos e parcerias para seu novo governo. O professor de Mossoró, contactado, através do professor universitário Paulo Rubens – que era vereador na cidade do Recife pelo PT – seria um desses contatos que resultou em parceria.

Uma das principais experimentações do professor potiguar era a criação de animais silvestres, com intuito de reintroduzi-los em seus habitats naturais. Em geral, apenas a primeira fase da experiência – a criação – ocorria de modo concreto; a segunda – a reintrodução dos animais em seu habitat – ficava unicamente como promessa, como

¹⁹⁹ Entrevista realizada dia 24 de novembro de 2016.

possibilidade futura. Assim, concretamente, as pesquisas se resumiam em criar os animais dentro de jaulas, em um espaço da universidade de Mossoró. Para serem libertos, para serem reintroduzidos no mato do Nordeste, os animais precisavam de iniciativas do poder público. Mas essas iniciativas não aconteciam, os governos estaduais e os governos municipais não solicitavam os serviços do professor.

Porém, um deles, na figura de Nelson, toparia com a ideia de reintrodução dos animais silvestres. O projeto seria assim lançado. E teria dois objetivos. Primeiro: aclimatar os animais (em particular os porcos queixadas), através de sua permanência, durante alguns meses em um parque de aclimação. Segundo: favorecer a reintrodução dos animais aclimatados na área rural de Mirandiba, através da introdução dos animais nas propriedades rurais. Os proprietários assumiriam a função de criar os animais, com a expectativa de garantir a carne para suas famílias. Aqui, tinha um objetivo claramente definido pelo professor: transformar os caçadores em criadores. Em outras palavras, transformar os agricultores, que tinham o costume de caçar, em criadores de animais silvestres, com o novo costume não de caçar, mas de criar para usufruir, para garantir o acesso a uma carne saborosa de animais criados de modo mais natural.

Esse objetivo começou a se materializar em Mirandiba. A prefeitura doou um terreno que serviria de parque de aclimação para os animais silvestres. Uma vez o espaço cercado, tudo estava pronto para iniciar as atividades, para dar vida ao parque. O próprio Nelson Pereira fez então, com um motorista e seu assessor de gabinete, uma primeira viagem para buscar os animais – que seriam primeiramente os porcos queixadas²⁰⁰. A viagem começou sem turbulência, de modo tranquilo; porém, ao chegar em Mossoró, o pessoal se deparou com um primeiro imprevisto: os porcos não eram “queixada” – pois não existia mais essa raça – mas de uma raça menos primitiva, chamada caititu. Os caititus foram então rebatizados “queixadas”, em nome do simbolismo primitivo. Uma vez rebatizados e selecionados, eles foram forçados a sair de suas jaulas e foram conduzidos em direção a estranha camionete da prefeitura. Mas carregá-los não foi fácil: os animais estavam brabos e estressados, se moviam muito, faziam inúmeros círculos, levantam muita poeira com suas patas e faziam um barulho estranho e ameaçador com seus dentes proeminentes – um “RRRRRRRRRR” segundo Nelson, ainda

²⁰⁰ As informações sobre o projeto vieram do próprio Nelson Pereira, Suetone, o assessor de gabinete na época e o motorista do caminhão que fez as viagens à Mossoró. Outras pessoas, não diretamente envolvidas no projeto, comentaram: Luíz Claudio Mattos, agente da AS-PTA já entrevistado nesse trabalho, Ditinho, agente da prefeitura na época, e muitos outros moradores de Mirandiba que conversaram de modo informal com o autor da pesquisa.

impressionado pelo barulho, muitos anos depois do ocorrido. Nessa cacofonia de ruídos e gritos, ainda lembrada hoje por aqueles que participaram do “resgate”, os porcos, depois de muita resistência, foram arrastados até a camionete. E logo após terem entrado a força, iniciaram uma viagem extremamente desagradável, enfrentando a rudeza do tempo e o descuido (involuntário) da equipe de resgate.

Uma vez chegados a sua terra de deportação, alguns animais, aflitos pelo castigo do banimento que lhes fora imposto, se recusaram a comer. Um deles, em particular, além de não comer, teria entrado em convulsões, agitando-se no parque e cavando buraco no chão com sua cabeça, como se quisesse refugiar-se no âmago da terra para escapar de sua agonia no meio dos humanos. E, em poucos dias de exílio forçado, esse porco caititu rebatizado queixada teria infelizmente morrido (como se fosse, afinal, uma espécie de suicídio).

Mas, como se a agonia final do animal não bastasse, alguns indivíduos resolveram comê-lo: o porco virou churrasco, acompanhado de cachaça. Sua carne foi muito apreciada, e na euforia do festim alcoolizado, as pessoas que participaram das festividades começaram a pedir, de modo irônico, novas missões de busca dos porcos. Obviamente não era para salvá-los e introduzi-los nas matas de Mirandiba. Era para degustar de novo sua carne suculenta, mais saborosa que a carne ordinária dos animais domésticos.

Logicamente, o prefeito não se conformou com essa perversão imposta a seu projeto. As pessoas que tinham roubado o porco para comê-lo eram conhecidas, mas suponha-se que eles não iram recomeçar. Os responsáveis pelo parque tomariam agora mais cuidado para evitar novas contrariedades. E o projeto seguiria adiante. Outros animais seriam resgatados. Assim, Nelson organizou outras viagens a Mossoró. Outras missões de resgate aconteceram. Algumas tiveram desfechos menos trágicos que a primeira; porém, afinal, depois de alguns anos de tentativas frustradas, o projeto de repovoamento das matas de Mirandiba pelo porco queixada foi abandonado.

Pode-se dizer, nessa história, que o que foi previsto não aconteceu. Os porcos queixadas, “muito primitivos” e sujeitos idealizados do projeto, foram substituídos por porcos “menos primitivos”: os caititus. Os caititus, embora fossem menos selvagens que seus congêneres queixadas, não se aclimataram no seu parque de aclimação. E o que dizer do objetivo idealizado no projeto: transformar os caçadores em criadores? Os caçadores que deviam se transformar em criadores não se transformaram desse modo. Os habitantes de

Mirandiba que tiveram um contato mais estreito com os porcos – aqueles que os pegaram para comê-los – não se tornaram de jeito nenhum criadores. Mas, acabaram se tornando uma turma de ladrões. Ladrões que pularam a cerca do parque de aclimação para roubar os porcos suculentos. Nem precisava mais caçar os animais no mato, e ainda menos criá-los com muito cuidado e paciência. Bastava pegá-los agonizantes e deprimidos no seu habitat cercados e confinados. Consequentemente, o ideal dos “caçadores transformados em criadores” virou, no decorrer do projeto, uma realidade dos “caçadores transformados em ladrões”.

O projeto frustrado de reintrodução dos porcos queixadas funciona, para nós, como uma forma de alegoria. Na sua dura crueza, ele permite expressar coisas mais difusas que ocorrem em outro tipo de intervenções. Ele mostra, através de uma história trágica, o que acontece de modo menos trágico – mas com a mesma lógica – em outros projetos. Durante o mandato de Nelson Pereira e do sucessor que ele colocou no poder, os projetos executados não resultaram naquilo que era esperado. Houve um descompasso na lógica do que fora planejado. O descompasso entre o ideal e o concreto. Entre os objetivos e os resultados. Obviamente, o descompasso não foi sempre tão óbvio, claro, a exemplo no projeto dos porcos, mas ele sempre existiu.

Outra situação exemplar aconteceu quando da vinda do artista Val Bomfim, escultor, convidado por Nelson para formar a população na arte e nas técnicas da moldagem do barro, e que passou apenas seis meses no município. O artista não percebeu grande interesse do público, talvez porque as pessoas não tinham mesmo vocação, ou interesse como assinalaram alguns entrevistados²⁰¹. O certo é que os cursos não deram certo e Val Bomfim não voltou mais para Mirandiba.

Outra situação exemplar ocorreu com o projeto de energia solar na área rural. As placas solares funcionaram por um ano em duas escolas e onze casas. Todavia, rapidamente, um evento contrariaria o projeto: a execução de programas de fornecimento de energia elétrica na área rural, programa que foi ampliado a partir do final dos anos 1990. A energia solar não tinha como concorrer com a energia elétrica e assim, o projeto foi sendo desativado.

Outro exemplo ainda: a instalação de cata-ventos para o bombeamento de poços. Os cata-ventos, sem dúvida, foram bem eficientes por algum tempo; porém, houve um momento em que eles começaram a falhar, e aí a manutenção para restaurá-los, custava caro para os

²⁰¹ Suetone. Magnus.

agricultores. Nem um deles teve como pagar as despesas, os cata-ventos ficaram parados. E a energia elétrica, chegando à área rural logo após acabou por substituí-los no bombeamento da água.

Em tudo isso, poderíamos objetar que Nelson não teve muito influência. Ele apenas contribuiu para trazer os projetos até Mirandiba. No entanto, Nelson foi mais influente em um projeto importante, por ser um dos mais caros em termos investimentos. E, tal como nas outras intervenções, os resultados não foram o esperado pelos idealizadores. Estamos nos referindo, enfim, ao projeto de geração de renda para a recém-criada cooperativa de Mirandiba.

A cooperativa, chamada COOPSERV (Cooperativa de Serviços), receberia em 1996 um financiamento de mais de um milhão de reais do Banco do Nordeste. O projeto tinha sido articulado através de um contato de Nelson. Esse montante do financiamento seria importante, para o prefeito e sua equipe, resolverem um problema da administração municipal, qual seja, os baixos vencimentos dos gestores da prefeitura, cujos salários eram considerados irrisórios em relação as responsabilidades assumidas. Em outras palavras, o montante captado compensaria os limitados salários da equipe do prefeito. E a forma de compensação seria através da criação de atividades de geração de renda. Ou seja, os membros da equipe, que constituíam o primeiro círculo de militantes em torno do prefeito, se tornariam empreendedores. Os empreendimentos escolhidos seriam variados: lava jato, construção de portões de ferro, construção de tubos, costureiro, sapataria, marcenaria, etc. Seriam 30 sócios – todos colaboradores próximos do prefeito, além do próprio, os quais receberiam um recurso estimado em 1.200.000 reais²⁰².

Obviamente, o montante alocado devia ser devolvido com juros. Tratava-se de crédito. Porém, segundo Suetone e o próprio Nelson, nenhum dos 30 sócios reembolsou os valores. O dinheiro tinha sido utilizado – e nem sempre nas atividades previstas – mas nenhum centavo tinha disso devolvido com o passar dos anos. Um prejuízo de mais de um milhão de reais para o Banco do Nordeste, mas um benefício para os sócios, que acumularam uma boa quantia de dinheiro. Aliás, para alguns sócios mais organizados, o montante captado foi muito proveitoso. Enquanto alguns investiram em atividades não viáveis ou desperdiçaram o recurso, outros mais visionários souberam investir. Foi o caso em particular de um agente de saúde contratado pela prefeitura, cuja pequena venda de madeira, criada com o crédito da cooperativa, daria

²⁰² Segundo Nelson Pereira de Carvalho e Suetone Gomes de Sá.

início a um lucrativo empreendimento de construção civil. No final do mandato de Nelson, em 1996, e no mandato de seu sucessor (do mesmo grupo), o novo empreendedor deixaria seu emprego de agente de saúde e se consagraria a construção de pequenas obras financiadas com recursos públicos. Ele acumularia assim somas importantes para a região, tirando proveito do aumento constante de obras públicas referentes a programas de moradia rural, de escolas, de quadras e outras obras de infraestruturas.

2.4. OS OUTROS GOVERNOS MUNICIPAIS E O LEGADO DE NELSON PEREIRA

2.4.a O governo Antônio Torres: desdobramento inesperado do assentamento rural e do conselho municipal de desenvolvimento rural

Em 1996, graças a sua popularidade, Nelson Pereira consegue eleger como prefeito um candidato pouco carismático, Antônio Torres. Sobrinho do famoso chefe político Chico Torres (o maior chefe político de Mirandiba durante os anos 1960 e 1970), Antônio Torres era um advogado pouco conhecido no município. Ele exercia sua profissão no Recife e só se familiarizou com a população local a partir do momento em que se lançou candidato. Durante sua campanha, não demonstrou carisma e teve uma atuação discreta, ficando na sombra de Nelson.

O fato de ele ter vencido a eleição, mesmo sem muita expressão popular, foi considerado uma façanha de Nelson. Este, afinal, fez ganhar um candidato visto como impopular, um candidato apagado.

Uma vez eleito, Antônio Torres tentaria dar continuidade a gestão de seu antecessor. Mas para isso faltava ao novo prefeito uma postura de liderança, certo dinamismo, alguém que toma iniciativas e busca parcerias. O contexto global também não ajudaria, uma vez que a partir de 1996 havia mais prefeituras na mão do PT, o que fazia com que Mirandiba não fosse mais o polo de atração exclusivo para entidades sociais portadoras de projetos alternativos.

Contudo, os projetos implantados no mandato de Nelson – e até antes – continuariam. Mas eles seriam afetados por uma mudança: a intromissão de grupos sociais e políticos conservadores. Tais grupos, cientes de que não podiam se opor abertamente aos projetos

implantados por Nelson e a seu governo, tentaram participar deles, a fim de moldá-los conforme seus próprios interesses.

Dois projetos foram particularmente transformados pela participação desses grupos: o assentamento rural do distrito de Cachoeirinha, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Analisemos rapidamente o primeiro projeto, antes de descrever de modo mais pormenorizado o segundo.

Nos capítulos anteriores tínhamos falado que umas das maiores intervenções de Nelson Pereira, antes de ele ser eleito, tinha sido a criação do assentamento rural de Cachoeirinha. O projeto, que tinha provocado uma profunda oposição da elite local, era uma tradução local da política do governo estadual Miguel Arraes, cujas intervenções previam ações circunscritas de reforma agrária. Até 1990, data do final desse governo, as ações tinham ocorrido de modo proveitoso pelo grupo de Nelson Pereira e de seus seguidores locais: a terra do assentamento tinha sido comprada pelo governo, um grupo de assentados tinha sido mobilizado, programas assistenciais beneficiavam esse grupo (por exemplo, distribuição de cestas básicas).

No entanto, a partir de 1990, dois fatores modificaram o projeto: a criação de um grupo de assentados apoiados pela elite local; e a emergência no governo estadual de forças políticas favoráveis aos interesses do grupo supracitado. Analisando o primeiro ponto, sobre a criação do grupo de assentados concorrente ao grupo dos pioneiros (liderados por Lurdes de Beba com o apoio de Nelson Pereira). A elite local – ou seja, os três irmãos da família *Laurindo* – percebeu que o assentamento representava afinal algo a ser explorado – em vez de ser algo a ser combatido. Esse grupo mais empoderado compreendeu que o assentamento podia gerar um retorno político, na medida em que era apoiado pelo governo estadual, através do programa de cestas básicas e do fornecimento de material agrícola para os assentamentos. Havia, em outras palavras, recursos públicos envolvidos nesse projeto, recursos cujo controle podia assegurar um benefício político.

Foi assim que, a partir de 1990, os irmãos *Laurindo*, em sintonia com uma pessoa de sua confiança – a liderança Antão, que trabalhava com eles – decidiu criar uma segunda associação que concorria com a primeira. Logo no início, esse grupo, que seria liderado por Antão – pessoa de origem humilde, mas fortemente ligado aos *Laurindos* –, decidiu cooptar um braço direito da liderança rival Lurdes de Beba, chamado João Duvirgem. A saída dessa pessoa da associação pioneira, e sua chegada na outra, representaria um trunfo para a liderança

Antão e os irmãos *Laurindos*. Isso porque João Duvirgem tinha certa popularidade em Cachoeirinha... Fortalecido com esse novo reforço, a nova associação montaria um segundo grupo de assentado, que reivindicaria lotes no assentamento.

Em resumo, depois de um ano do novo governo estadual (de Joaquim Francisco), havia duas associações em Cachoeirinha, e dois grupos de assentados reivindicando lotes no assentamento. Os irmãos *Laurindos*, a liderança Antão e a liderança cooptada João Duvirgem, tinham conseguido atrair muitas pessoas na associação nova. E mais que isso, tinham atraído pessoas da primeira associação, dado que muitas delas se diziam decepcionadas com a gestão desta, a qual era centralizada na figura da presidente Lurdes de Beba. Uma centralização mal vista por muitos, devido ao suposto autoritarismo e controle exclusivo dos bens e equipamentos conseguidos, através do poder público. Mais precisamente, alguns associados reclamavam da propensão da presidente Lurdes de Beba em usar a associação em benefício próprio, por exemplo, um trator conseguido do governo estadual. O trator teria ficado apenas com ela e, uma vez com problemas, ele não teria sido reparado. E pior ainda: parte de suas peças teriam sido vendidas às escondidas para beneficiar a presidente...

Nesse contexto, o grupo liderado pelos irmãos *Laurindos* e suas lideranças não teve dificuldades em convencer parte da população a aderir a sua associação. E a nova entidade, além de tirar proveito da desunião no seio da primeira associação, desfrutava de um contexto político favorável. Com efeito, o governo de Joaquim Francisco (1990-1994), do PFL, apoiava a nova associação em detrimento da mais antiga, cuja ligação era com o partido de Miguel Arraes (o qual tinha sido derrotado nas eleições de 1990).

Em 1995, a terceira eleição de Miguel Arraes como governador inverteria a situação. A primeira associação seria mais beneficiada, em detrimento da segunda. No entanto, independentemente das interferências da política estadual, consolidava-se a divisão de Cachoeirinha em dois grupos sociopolíticos opostos. O primeiro, ainda liderado por Lurdes de Beba, mantinha seus seguidores e conservava o apoio de Nelson. E o segundo, liderado por agentes próximos aos *Laurindos*, fortalecia suas posições, através de projetos agrícolas conquistados no governo precedente (trator, equipamentos, etc.).

Afinal das contas, em 1997, no início do mandato do prefeito Antônio Torres, um dos principais projetos impulsionados por Nelson tinha sido afetado pela oposição. A ação alternativa inicialmente promovida havia se tornado uma ação de grupos sociais

conservadores. E tais grupos possuíam o respaldo de grande parte da população de Cachoeirinha, não convencida pela atuação da presidente da primeira associação. O que poderíamos chamar de penetração de grupos conservadores nos projetos alternativos se verificaria no maior projeto de governança participativa, implantada durante o mandato de Nelson: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, organizado em polos comunitários.

Anteriormente, dissemos que o conselho teve início em 1995, no segundo ano do mandato de Nelson. E até 1996, ele teria uma forma parecida com os outros conselhos de desenvolvimento rural, isto é, um colegiado igualmente dividido entre representantes da prefeitura e da sociedade civil, e a importância dos projetos do órgão estadual o ProRural (que financiava a maioria das intervenções).

A partir do governo de Antônio Torres, contudo, a organização do conselho mudaria e adotaria um caráter mais alternativo. Dois fatores tinham contribuído para tal mudança: o sucesso da primeira experiência, nas avaliações do Estado de Pernambuco; e as iniciativas de Nelson, voltadas a promoção de uma organização da área rural em polos comunitários, polos formados em 1995 e que se tornariam em 1997 a base de planejamento do segundo conselho.

E, ao contrário do primeiro conselho, o novo se apoiaria formalmente sobre os polos comunitários. Com efeito, estes foram oficialmente reconhecidos, através de uma lei municipal aprovada pela câmara de vereadores em 1997. Havia assim, muitas novidades no novo conselho, novidades que poderíamos resumir em quatro pontos. O primeiro deles é a inclusão do conselho de Mirandiba como conselho piloto. Junto com o conselho municipal de Afogados da Ingazeira, Mirandiba experimentaria o FUMAC-Piloto, programa experimental do Estado de Pernambuco e do ProRural, que delegava ao conselho a gestão direta dos recursos destinados às associações comunitárias. Em outras palavras, tratava-se de uma gestão descentralizada, experimental (por ser testado apenas em Mirandiba e Afogados de Ingazeira), e supostamente participativa. O segundo ponto em relação às novidades do conselho foi a efetivação dos polos comunitários. Isso resultaria em uma mudança significativa na composição do conselho. Ou seja, no lugar de ter a paridade entre membros da prefeitura e da sociedade civil (como no primeiro conselho), teria na nova organização uma maioria de membros dessa sociedade civil: das 31 vagas, 22 estariam ocupadas por representantes de associações comunitárias e do sindicato rural.

Outro ponto importante – o terceiro – é que no novo conselho a AS-PTA manteria sua vaga. Um de seus agentes, Luiz Claudio Mattos, participaria mensalmente das reuniões, influenciando assim a qualidade dos debates e o posicionamento dos representantes das associações. Através da participação da AS-PTA, podemos abordar o quarto ponto importante na dinâmica do novo conselho: o suposto reforço da influência dos agricultores, e a dificuldade da prefeitura – representada por Antônio Torres, coordenador do Conselho – de impor suas decisões na definição e execução dos projetos. Nas linhas seguintes, apresentaremos uma descrição do processo divulgada no relatório da AS-PTA. Tendo pano de fundo relatos, que envolvem a relação dos representantes dos agricultores com o prefeito e os representantes da prefeitura, temos a distribuição dos recursos de desenvolvimento rural entre os vários polos (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.54):

Nesse mesmo ano de 1997, o Prorural promoveu a elaboração do primeiro Plano Operacional de Atividades (POA), uma espécie de planejamento que visava a criação de projetos comunitários. Num primeiro momento, os membros do conselho fizeram uma lista de sugestões de atividades. Quando chegaram os recursos, houve embate entre duas propostas. A primeira, defendida pela prefeitura, previa que as verbas fossem concentradas em apenas três projetos. A segunda, defendida pela AS-PTA e alguns agricultores, era de que o dinheiro fosse distribuído de maneira equitativa entre os 22 pólos. Houve muita discussão, seguida por uma votação. A proposta do prefeito perdeu. “No momento, ele não gostou e ameaçou se afastar do conselho. A gente conseguiu acalmá-lo dizendo que, se a proposta dele tivesse ganhado, a gente não ia sair: essa é a regra do jogo” contam, com certa malícia, os agricultores que, na época, defenderam a proposta vencedora – a divisão igualitária dos recursos, princípio que, aliás, continua vigente até hoje.

Os representantes dos pólos promoveram, então, uma discussão nas suas respectivas comunidades para decidir o que fazer com esses recursos (cerca de R\$7.000,00 por pólo). Nos três pólos onde a AS-PTA já havia feito o planejamento participativo, foi fácil, as comunidades já tinham uma idéia clara das suas prioridades e a maioria dos projetos foram dedicados à água.

Outra discussão animada ocorreu quando o ProRural liberou inicialmente apenas metade dos recursos prometidos, reduzindo a dez o número de pólos que podiam ser beneficiados. Dos 22, quais seriam os escolhidos? A solução mais justa acabou vingando, houve sorteio, criando uma espécie de consórcio. Dos dez pequenos projetos implementados quase todos deram certo. Apenas um, no pólo Bola, apresentou problemas, quando chegou a seca de 98, os camponeses não resistiram e, por necessidade, venderam as cabras compradas através do projeto.

Identificamos no relato da AS-PTA a visão de um Conselho que é um espaço de discussão dos próprios agricultores. E não um simples desdobramento da prefeitura. Entre as

linhas, aparece também que a ONG – representada por Luiz Claudio – consegue influenciar as posições e decisões dos representantes dos polos.

Nessa outra narração, em que Bloch *at. Ali.* (2000, p.55) relata uma reunião do conselho, aparece um fato importante: a intervenção de grupos opostos a prefeitura, que tem voz nos polos e que questionam a interferência da prefeitura no conselho:

Terça-feira, 13 de setembro de 1999, 9:30 da manhã. Quarenta pessoas estão presentes na reunião mensal do Conselho Municipal de Desenvolvimento. A atmosfera parece pacífica, adversários políticos se cumprimentam. Simples aparência ou realidade?

O prefeito Antônio Torres, que coordena os debates, abre a sessão lembrando o caráter supra-partidário do conselho. A pauta do dia inclui assuntos como a fiscalização das obras em andamento, as reuniões que a Comissão Executiva está organizando nos pólos para a elaboração dos futuros projetos, os convênios que já estão prontos e a situação financeira do conselho. Seu Lu, o agricultor que representa o pólo Arroz explica tudo o que se conseguiu fazer com pouco mais de R\$5.000,00, quatro poços Amaáreas e um sistema de irrigação. Miguel Gouveia, o Secretário de Agricultura, faz comentários sobre a eficácia desse tipo de pequenos projetos simples, que se tornam muito baratos graças à contrapartida da comunidade em mão-de-obra.

Rapidamente, porém, a discussão foge da pauta e do tom de consenso, para abordar um assunto muito mais polêmico: a renovação dos representantes de pólos. O secretário do conselho, João Batista, da oposição, lembra que o regimento interno fala em avaliação dos representantes a cada seis meses e em eleições a cada dois anos. Miguel explica que a Comissão Executiva não dispõe de tempo para fazer tudo o que deveria ser feito. O tom vai subindo, o Secretário ameaça entrar com mandado de segurança. O prefeito não resiste e sai da sua função de Coordenador, lembrando que a oposição não apareceu quando foi convidada para construir o conselho, e ficou ausente nos últimos quatro anos, “Nessas condições, acho estranho a atual pretensão da oposição em cobrar algo dos membros do conselho”, lança ele. Um agricultor levanta para falar em defesa do conselho: “Vamos concertar o que está errado, porém não podemos acabar com o conselho”, e pede para voltar à pauta. Lourdes Santos, do Prorural, aproveita para sugerir que as questões polêmicas sejam registradas como encaminhamentos, já que o mais importante neste dia é a liberação dos recursos e a prestação de contas.

Esse é apenas o início de uma sessão de mais de três horas em que, entre momentos de confusão e outros de discussão construtiva, ficou claro o caráter de aprendizagem democrática do conselho. Afinal, esse é um espaço único de debate público onde, apesar das exortações sobre o caráter supra-partidário, as tensões políticas afloram. É também um espaço onde qualquer um pode tomar a palavra e expressar a sua opinião ou, simplesmente, sentar e ficar assistindo aos debates.

Então, mesmo se esse espaço público toma, às vezes, feições de feira sertaneja, sair da pauta para provocar uma briga verbal é sempre mais saudável do que sair na rua para provocar uma briga armada.

Nessa narrativa, o Conselho parece representar a pluralidade política do município. Nele, a prefeitura é presente e a oposição também. E ambos têm uma postura dinâmica, procurando defender seus interesses. Entre os dois, há representantes dos polos e do ProRural que tentam manter a dinâmica das reuniões, a dinâmica de discussão dos projetos de forma coletiva. Um pano de fundo, é de certa forma a “cultura da violência”. Os debates são acirrados e viram até confrontos abertos entre grupos que usam ameaças de encaminhamentos legais contra seus opositores. O relato da AS-PTA realça que o caráter contido e formal desses embates – que ficam restritos a “brigas verbais” dentro do espaço público do conselho – é um avanço. Antigamente, presumia-se que tais desavenças seriam resolvidas por meio de “brigas armadas”. Em suma, a situação teria melhorado porque a violência física, tradição do lugar, vem se transformando em embates de ideias. Isso é pelo menos o que ocorre no conselho, um espaço de aprendizagem de uma certa forma de cidadania – ou seja, de uma forma de comportar-se de modo mais social e consensual, sem procurar o confronto violento com o opositor.

Porém, pessoas de Mirandiba entrevistadas comentam de modo diferente o ânimo um tanto exagerado que podia acompanhar os debates no conselho. Para elas, não havia necessariamente melhorias no funcionamento do conselho, mas sim intimidações por partes daqueles que usam a violência. Vários relatos afirmam, nesse sentido, que alguns representantes dos polos chegavam até a virem armados nas reuniões do conselho. As armas na cintura, quase exibidas, deixariam bem claro que aqueles que dispõem de poder de violência tem o poder de comandar os debates. O Conselho, nessa visão, não era necessariamente um espaço de aprendizagem da cidadania, mas um espaço de reprodução das hierarquias.

Nesse espaço havia, como foi dito, a intervenção da oposição a prefeitura. Uma das pessoas no último relato da AS-PTA – João Batista, secretário do Conselho – era a principal figura dessa oposição. João Batista – e mais duas outras lideranças participando do conselho – era também conhecido por ser uma personalidade *disposta*. Ou seja, ele era visto como alguém capaz de usar a violência quando as circunstâncias o exigiam. Foi ele, em particular, que, enquanto presidente da câmara, tinha invadido a residência de Nelson e atirado no seu cachorro. Algumas pessoas de Mirandiba falam que foi uma tentativa de assassinato ao próprio prefeito – devido a oposições em algumas de suas decisões – outros afirmam que foi

apenas um recado. Mas, de qualquer maneira, essa intrusão na casa do prefeito foi um ato violento, um ato revelador da ocorrência histórica de práticas violentas em Mirandiba.

João Batista, além de trazer certo tipo de violência para o Conselho, teria afinal trazido seu grupo de oposição. Ele teria, de certa forma, contribuído para fazer do conselho um espaço representativo do cenário político e social de Mirandiba, um espaço clivado politicamente, um espaço com relações de força entre grupos usando de intimidações, mas também de negociações entre grupos que defendem seus interesses e tentam captar benefícios das políticas públicas.

Na narrativa seguinte, João Batista explica como resolveu investir no Conselho:

Eu era vereador, Mané vereador [Mané da Barreira, um dos vereadores mais popular, apoio de Nelson], e surgiu uma vaga pra câmara. Então a câmara iria indicar; aí eu sugeri que tivesse uma eleição e lancei Mané da Barreira como representante meu para representar a câmara no conselho... E aí Ivan que era vereador disse que Mané não era competente. Que ele era analfabeto. Disse isso abertamente, no plenário, na frente de todo mundo! Aí Mané ficou com raiva e disse: agora eu voto com João – ele me chamava de João. E aí eu consegui mais dois votos lá e entrei para o conselho não é.

E no conselho quando entrei ia ter renovação. Foi Antônio Torres, o coordenador do conselho que falou. Renovação dos cargos: coordenador, secretário e tal... Antônio Torres colocou no quadro mesmo, que estava a disposição os cargos de coordenador, secretário e passou para quem quisesse... “Quem quer ser secretário? Quem quer ser tesoureiro?” Fiquei na minha aguardando. Como eu vi que ninguém estava querendo Miguel Gouveia [Secretário de Agricultura] foi no quadro e colocou: “pronto: vamos botar aqui. Coordenador: Miguel Gouveia... E secretário! Ninguém...” Aí quando eu vi que ninguém se movimentou levantei a mão: “concordo ser!” Aí quando eles viram não tinha mais como fazer. Entrei na chapa porque eu tinha votos lá dentro para me eleger.

[O entrevistador]: você conquistou seu espaço...

Conquistei meu espaço no conselho. E, posteriormente, foi que eu descobri que era o secretário mais o coordenador que assinavam os cheques do conselho... Essa parte, politicamente, me ajudou. Não é porque eu tinha o dinheiro. É porque usei o dinheiro e com estratégia.

Então lá na frente... Era um conselho piloto não é, não como hoje... Só tinha Mirandiba e Afogados da Ingazeira... E fui uma vez a uma audiência... Um encontro em São José do Egito, com o Secretário de Estado, na época Arlindo Siqueira. E eu fui um dos políticos que pediu para acabar com o Conselho. Isso foi antes. Porque na época só tinha Mirandiba e Afogados da Ingazeira, tinha sido criado por Miguel Arraes. Uma máquina de apoio político para Nelson. Eu sabia que o conselho estava cheio de correligionários de Nelson.

Aí quando eu passei a ser secretário e vi os projetos que tinha e... Como eu assinava os cheques junto com Miguel falei pra ele: “olhe Miguel é o seguinte, vamos ter que dividir os projetos. Ou seja, meu grupo político pega metade dos projetos, e metade para o grupo de Nelson.”

E aí a gente começou a comungar as ideias do conselho. E conseguimos na época colocar a energia no Ferro Velho...

[O entrevistador]: então você fez um tipo de acordo com Miguel, para dividir os apoios, um jogo de cintura...

Exatamente. Inclusive fiz um acordo, contra na época o pessoal do meu partido: o pessoal da direita, da extrema direita não queria. Que ia só ser besta... Que lá estava cheio de adversário²⁰³...

Aqui, o Conselho aparece claramente como um instrumento político, usado pela prefeitura e usado também pela oposição, para evitar o aproveitamento exclusivo do grupo da situação. Ao ingressar no conselho, João Batista diz corrigir uma suposta injustiça: a discriminação da oposição, que seria lesada pelo grupo no poder. E se não for a estratégia do líder da oposição de ocupar os espaços, o grupo de Nelson seria supostamente o único a se beneficiar politicamente dos recursos e projetos.

Contra essa visão de João Batista, de um Conselho político, Nelson avança na ideia de um conselho popular podendo ser afetado por intrusões de grupos políticos conservadores. Ou seja, o popular, como espaço participativo onde os representantes dos polos discutam políticas públicas e projetos públicos, se contraporá ao político, como espaço onde a direita tenta manter os representantes dos polos na sua dependência, ao controlar os projetos.

Nelson avalia aqui a intrusão de João Batista no Conselho. E na leitura política que ele faz, vê desdobramento na situação atual do conselho de Mirandiba, assim como na situação política mais geral, referindo-se ao Brasil:

Esse projeto só passou a degradar, com alguns gestores, como instrumento de estratégia política. Para ganhar votos. Antônio Torres começou um declínio que veio se acentuando. Elegeram um cara lá que tinha nada a ver [João Batista]. Um cara que ganha uma licitação que tem nada a ver, um atravessador. O conselho era forte, independente. Passou a ser um conselho aparelhado. Perdeu sua essência. Ainda hoje tem esse processo de aparelhamento, os caras recebendo 200 400 reais para estar lá... Para ser cabo eleitoral. Quem paga isso é a própria prefeitura. Dizendo que é ajuda, eles

²⁰³ Entrevista realizada dia 6 de março de 2015.

fabricam esse dinheiro... Lava jato permite isso, fazem do mesmo jeito, vem da política brasileira, uma endemia não é, processo endêmico²⁰⁴.

2.4.b A trajetória de Nelson Pereira nos anos 2000 e 2010: mandatos de deputados estaduais e um relativo afastamento de Mirandiba

No final de 1996, Nelson não se candidata a prefeito porque ambiciona se candidatar a deputado estadual. Em 1998, ele concorre e consegue um número bastante elevado de 11.371 votos, que o colocam na suplência de João Paulo Lima e Silva, ex-vereador de Recife (e futuro prefeito da cidade do Recife pelo PT). A votação expressiva de Nelson é fruto de sua popularidade em Mirandiba, assim como do apoio do MST, que fez dele o candidato de destaque, uma referência nas suas intervenções, especialmente nas ocupações no assentamento da SAFRA.

Após a eleição de 1998, Nelson cogita um novo mandato de prefeito. Ele se elege em 2000, em substituição a Antônio Torres. Mas não assumiria esse novo mandato, pois no mesmo momento, o deputado estadual João Paulo, ao se eleger prefeito de Recife, liberaria sua vaga de deputado. Nelson se torna então de fato deputado estadual, e deixa seu vice-prefeito – Jorge Rubens de Sá Carvalho – assumir a prefeitura.

No ano 2000, Nelson seria promovido presidente estadual do PT. Tal promoção marcaria o início de seus problemas no partido. Com efeito, ele foi afastado devido a uma suposta agressão a uma liderança do partido (durante uma reunião). Segundo depoimentos dessa liderança, e de um de seus aliados Humberto Costa, Nelson teria puxado uma arma contra seus opositores. Real ou suposto, o fato teve um resultado concreto: o afastamento de Nelson do partido. E para evitar a expulsão Nelson teria decidido se afastar do PT e ingressar no PCdoB.

Para o próprio Nelson todo esse processo não passou de uma armação tramada por grupos do PT. Ele teria sido afastado, e seu nome difamado, porque ele se oporia as práticas corruptas que o partido começava assumir. E o episódio de ele ter puxado a arma teria sido montado para justificar seu afastamento da presidência e substituí-lo por lideranças favoráveis as manobras políticas fraudulentas.

²⁰⁴ Entrevista realizada dia 26 de março de 2016.

Como deputado do PCdoB, Nelson afirma ter sido muito atuante. Ele lembra as emendas parlamentares que conseguiu para o município de Mirandiba (em particular para uma quadra esportiva, a perfuração de poços na área rural e a reforma do hospital). Porém, ele explica também que seu desempenho na esfera estadual não teve muito respaldo em Mirandiba, devido à relativa inconsistência dos governos municipais. Seu sucessor Jorge – prefeito de 2000 a 2004 pelo PT e depois pelo PCdoB – não teria dado continuidade aos mandatos anteriores. A “velha política”, nos termos de Nelson, teria voltado com o novo prefeito. Ou seja, as práticas visando benefícios materiais para o grupo que ocupa o poder em detrimento das necessidades gerais da população. Em suma, a partir de 2000 tem início uma gestão pública visto como negativa na prefeitura de Mirandiba.

Na segunda metade dos anos 2000, essa tendência seria ainda mais reforçada. Tudo iria “por água abaixo”, nas palavras de Nelson. Em 2004, a figura de oposição, João Batista, se elegeu prefeito, pelo PSDB²⁰⁵. Uma gestão que seria avaliada ainda pior que a precedente (a de Jorge), devido à corrupção generalizada, as contas rejeitadas, a atrasos nos salários dos funcionários, e ao não término de obras financiadas por emendas.

Em 2006, a eleição para o cargo de prefeito de Bartolomeu, do mesmo grupo político de Nelson, não teria representado uma melhoria (na avaliação de Nelson). A gestão do novo prefeito seria do mesmo padrão que as duas precedentes, e ainda pior. Nelson considera, com efeito, que Bartolomeu – um ex-aliado que foi do PCdoB, antes de mudar do lado para o PR²⁰⁶ – foi o pior prefeito dos últimos anos. Um prefeito que representaria a política tradicional: a política das trocas de favores, do patrimonialismo, da corrupção.

Em 2010, contra esse governo, Nelson se candidatou de novo prefeito, fazendo desta vez aliança com a ex-vice prefeita de João Batista, o líder da oposição situada a extrema direita no cenário político nacional. Bartolomeu, candidato a reeleição, conseguiu barrar seu adversário, ao atentar uma ação na justiça que resultou na ilegitimidade de Nelson (por um suposto abandono de cargo público).

Livre de seu maior adversário, Bartolomeu se elegeu. Nelson ficou na oposição, se candidatou a deputado federal em 2014 – mas não se elegeu – e resolveu concorrer para a prefeitura em 2016. Ele foi o terceiro candidato de uma campanha dominada pelo candidato de

²⁰⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

²⁰⁶ Partido da República.

Bartolomeu e pela candidata do grupo da direita, Rose Clea Carvalho – que tinha a vice da chapa de Nelson quando este tentou se candidatar em 2010.

A última campanha, em termos de votos, foi um fracasso para Nelson. Ele conseguiu apenas 330 votos, apenas 3,26 % dos votos de Mirandiba. Ele ficou na sombra dos dois grupos dominantes, e meses antes da eleição, vendo que não tinha apoio popular resolveu não investir recursos na campanha. Fez então uma campanha discreta, com poucos militantes e com um grupo de candidatos a vereadores, que na sua maioria não tinha muito expressão.

Como um prefeito tão popular nos anos 1990, que alcançou mandatos por duas vezes de deputado estadual, chegou a esse número insignificante de votos? A maioria das pessoas entrevistadas em Mirandiba assinala que Nelson perdeu sua credibilidade, sua postura de líder das massas. O próprio Nelson, depois do resultado pífilo, lançou mão de uma explicação que o torna quase um vencedor, afirmando ter se candidatado apenas para derrubar o grupo político de Bartolomeu, o ex-prefeito que o afastou da campanha municipal de 2012, através de uma ação judicial.

2.4.c O legado do laboratório segundo Nelson Pereira

Nelson avalia sua trajetória como sinal de sua própria integridade. Integridade de alguém que sempre foi de esquerda e que procurou fortalecer o povo. Integridade de um político honesto que sempre se recusou a entrar nos esquemas fraudulentos dos partidos – inclusive do PT. O auto retrato de si mesmo é muito positivo. E nele os pontos negativos estão relacionados àqueles que participaram de suas lutas, alguns membros de seu próprio grupo político local, lideranças políticas do estado de Pernambuco, e também personalidades de Mirandiba tendo contribuído pontualmente para os programas e projetos implantados.

O lado positivo, que aparece no balanço geral, pode ser percebido na declaração do próprio Nelson:

Acho que o legado nosso foi a organização que nós imprimimos ao município. Criamos associações, cooperativas, dividimos o município em... Criamos micro regiões, vinte micro regiões, cada polo tinha discussões, um colegiado. Então um conselho de desenvolvimento, todos os polos, um conselho comunitário²⁰⁷.

Além do nível de organização, Nelson ressalta o que fez em favor da educação (escolas, transporte escolar, casa de estudante no Recife). Ressalta também a facilitação do

²⁰⁷ Entrevista realizada dia 22 de março de 2016.

acesso aos bens básicos para a população rural, e enfim, uma série de intervenções visando quebrar o ciclo da miséria e da dependência.

Então porque tudo isso “não deu certo”? Nelson aponta duas razões imbricadas. Primeiro: os companheiros de seu grupo político local, muitos deles, resolveram seguir outras vias, procurando enricar e se submeter a grupos conservadores poderosos. Segundo: as forças políticas conservadoras, ao nível regional, estadual ou nacional, conseguiram manter seu controle sobre os processos políticos, fazendo com que os projetos sociopolíticos alternativos não tivessem respaldo.

Observamos agora o que “não deu certo” com os companheiros. Nelson afirma que o problema deles foi falta de ética, de ideologia, de valores. Progressistas quando estavam na oposição, estes companheiros mudaram sua conduta no exercício do poder, ao se submeterem a grupos conservadores que assegurariam seu apoio contra vantagens materiais. Depois do mandato de Nelson na prefeitura, quando muitos dos companheiros já teriam revelado a falta de consciência política – ao revelar que suas reais motivações para participar do governo era o enriquecimento – os mandatos dos sucessores demonstrariam ainda mais essas condutas impróprias a uma liderança progressista. Isso é, repetimos, na visão de Nelson. Uma visão forjada, sobretudo, pelo período de seu ex-aliado – Bartolomeu – na direção da prefeitura (de 2008 a 2016). Este último, que passou da direita ao PCdoB quando se juntou a Nelson, e que em 2008 passou de novo para a direita ao se aliar ao deputado mais influente da região – Inocêncio Oliveira – um político que representaria a típica figura do político oportunista que, fundamentalmente, busca o poder para se beneficiar materialmente e para manter o povo na dependência.

Bartolomeu é visto por Nelson como o principal responsável pelo o suposto retrocesso do município, depois da fase de avanço dos anos de 1990. E o pior é que tal retrocesso ocorreu com a participação ativa de quase todos os ex-companheiros de Nelson. Quase todas as lideranças que faziam parte de seu grupo nos anos 1990, que o acompanhavam nas campanhas e o auxiliavam nos governos municipais, tiveram um papel de destaque na gestão de Bartolomeu, de 2008 a 2016.

Afinal, isso pode ser considerado um fato normal, dado que o grupo político de Bartolomeu representa a continuação daquele de Nelson. São as mesmas cores – “os vermelhos”, cor da mobilização do grupo –, ou seja, uma mesma bandeira que se opõe aos

“azuis”, representados pelos grupos políticos ligados a figuras como João Batista – prefeito de 2004 a 2008. Assim, nessa organização dual da política municipal – em que dois grupos, vermelhos e azuis, se enfrentam – os companheiros de Nelson, na sua maioria, permaneceram no campo vermelho, e se oporiam aos azuis.

Mas para Nelson, haveria uma traição na conduta dos ex-companheiros. Embora estes tivessem permanecidos de fato na mesma bandeira vermelha, eles teriam renegado seus valores e engajamentos ao apoiarem um prefeito – Bartolomeu – considerado por Nelson como o pior representante da “velha política” – do patrimonialismo, da dependência, das trocas de favores.

2.4.d O legado segundo a população

É interessante analisar também a opinião da população mirandibense a respeito do período de Nelson na prefeitura e enquanto deputado estadual. Anteriormente, vimos que a população avalia geralmente de modo positivo o período de Nelson na gestão da prefeitura. Destaca os projetos implantados, a preocupação do governo municipal com os mais pobres, a abertura da administração municipal as pessoas que não faziam parte da elite, e enfim a abertura geral do município, que saiu de seu isolamento ao receber uma variedade de entidades externas. Resumindo, ressalta-se o bom empenho do prefeito, que muitas vezes é elogiado como o “melhor prefeito da história de Mirandiba”.

No entanto, essa opinião positiva refere-se ao mandato do próprio Nelson, de 1992 a 1996, e eventualmente ao mandato do sucessor Antônio Torres, de 1996 a 2000. Depois, no que se refere à década de 2000 – Nelson deputado estadual – a tonalidade das opiniões muda consideravelmente. De modo geral, avalia-se que “Nelson abandonou Mirandiba”, que “ele mudou”, que o “poder subiu à cabeça dele”. Descreve-se, afinal, um Nelson que perdeu muito da sua credibilidade.

Paralelamente, há descrições sobre o legado dos projetos implantados. Muitas vezes, a população ressalta a importância das intervenções dos governos de Nelson e de Antônio Torres – na área de educação, de criação de assentamentos, de formação profissional, de acesso à água na área rural – mas a população pondera também que muitas dessas intervenções não deram certo, devido a um fato simples: “o povo não estava preparado para aquilo”. Aqui,

o culpado não é tanto Nelson – que trouxe os projetos – mas a população que não soube tirar proveito deles.

Maria do Destêrro, que foi secretária de educação no seu governo, ao avaliar Nelson tanto associa a falta de preparação do povo em relação aos projetos da prefeitura, quanto a ambiguidade do próprio Nelson. A primeira parte da entrevista, relatada aqui, enfatiza o despreparo da população:

Ele trouxe as cooperativas, que não deram certo. Porque as pessoas não... Apesar de ele ter trazido as pessoas primeiro para fazer a formação né, para a capacitação, para trabalhar em cooperativas... Veio muita gente... Fazer isso... Eles não souberam, não estavam preparados... Apesar de ter feito muita formação e tudo o pessoal não confiou um no outro. Preferiam trabalhar só e muita gente pegou o dinheiro e compraram coisas que tinham nada a ver... Venderam as máquinas, pegaram o dinheiro e pronto...

[O entrevistador]: teve o zoológico também...

Sim, ele fez, mas eles não se adaptaram... Ele trouxe os animais, mas não eram animais assim, não eram leões nem nada... Eram os porcos... Mirandiba o nome não é um porco que deu origem? O porco queixada, foi aquele porco que ele trouxe. Aquele que deu origem ao nome da cidade. Só que eles não valorizaram. Tem gente que disse que comeram os porcos. Que mataram e comeram, não sei lhe dizer não.

Ele fez também a estátua do porco. Aí fizeram [a oposição] um plebiscito e tiraram a estátua, foi no governo de Batista²⁰⁸...

Em outra parte da entrevista, Maria do Desterrô imputa a Nelson a falta de impacto dos projetos implantados. O político não seria tão altruísta como ele próprio se define. E ele não seria tão sincero quando fala que é apenas preocupado com a libertação do povo:

Com aquela história de deputado o povo começou a ter aversão. Ele não fez nada pelo município.

Mas ele ficou... Quando se afastou, aí ele comprou um carrão, os filhos dele foram para faculdade. E depois de uns tempos pra cá ele queria tomar aquela mesma postura de quando ele começou, de pobrezinho e tal, só que não cola mais. Todo mundo viu. Depois de deputado ele não ligou mais para ninguém. Aí o pessoal viu que realmente ele não era a mesma pessoa... Ou que ele nunca foi, usou uma máscara né, para poder se candidatar. E de repente quando conseguiu as coisas a máscara caiu... Ele nos enganou muito bem se for assim mesmo. Se foi engano mesmo.

[O entrevistador]: mas você acha que foi engano ou que ele mudou mesmo?

²⁰⁸ Entrevista realizada dia 22 de setembro de 2015.

Acho que ele mudou. Que não é possível não, na época ele era bem diferente, uma pessoa bem estudada, estruturada. Mas eu acho que ele conseguiu o que ele queria. Conseguiu coisas para ele para os filhos... Conseguiu poder aquisitivo. Eu acho que foi assim...

[O entrevistador]: então ele não era tão revolucionário assim?

Pelo que ele demonstrou agora eu acho que não. Lembro que aquele negócio dele era andar descalçado, de chinelo, de carro velho e tal... Depois que ele conseguiu as coisas ele mudou... Ou então não mudou tanto. Ele estava nos usando, nós, os pobres, os negros... Isso... Acho... Até veja bem porque o exemplo de Suetone e Cícero. Suetone, nunca teve ninguém para ajudar ele mais que Suetone! E ele nunca contribui para ele! Com uma faculdade, uma bolsa né. Nunca deu nada! “Vou dar uma bolsa para Suetone estudar, vou dar uma bolsa para Cícero estudar”. Nunca. Eles estão estudando agora, estão se formando por conta deles. E eles nunca receberam nada não. Nelson nunca ajudou ninguém. Nem um companheiro! Ajudou não. Nem um!

Porque se você é uma coisa, você vai ser sempre. Exemplo: Lula, eu acho que ele é aquilo a vida toda, entendeu... Nelson não é que nem Lula. Ele mudou, mal ouvia as pessoas... Comprou aquele carro, muito caro né. Fez aquela casa, aquele palacete...

Eu acho, eu não sei lhe dizer não... Eu acho que ele estava nos usando. Ele pode até voltar, se candidatar prefeito de novo, mas ele não vai fazer o mesmo trabalho. E o povo está desacreditado, as coisas mudaram²⁰⁹.

Tal relato é bastante revelador da opinião de muitos mirandibenses. Em muitas conversas informais, estes falam da mudança de Nelson no tempo, ou então da revelação com o decorrer dos anos de seu suposto verdadeiro caráter, de uma pessoa esperta, ambiciosa e interesseira, que usou a população para subir na vida. Os mais críticos enfatizam que Nelson não tem afinal nada de diferente dos demais políticos locais, é interesseiro e converteu sua popularidade inicial em um enriquecimento que fez dele um dos cidadãos mais ricos de Mirandiba. Nessa linha, enfatiza-se o patrimônio que ele supostamente conseguiu: apartamentos alugados no Recife e em Serra Talhada, empreendimento lucrativo de venda de equipamentos odontológicos. Por isso, a suposta propensão de Nelson a se apresentar como pessoa humilde – sua marca distintiva desde que ele começou na política – seria uma máscara que não funciona mais agora. Seu jeito descontraído de se vestir, seu gosto pela cachaça mais barata – da marca Pitu –, enfim sua simplicidade exibida não teria mais o poder de enganar o povo. Em suma, Nelson fingiria ser pobre, mas na verdade ele seria rico.

Outras pessoas, menos críticas, reconhecem que Nelson perdeu credibilidade. Mas isso não significaria que ele é um político ruim. Ele seria, acima de tudo, uma figura de destaque

²⁰⁹ Entrevista realizada dia 22 de setembro de 2015.

da política mirandibense, uma pessoa que foi o melhor prefeito do município, que foi um prefeito inovador, dinâmico e que deu oportunidades a população. Uma vez deputado estadual, nos anos 2000, essa imagem boa teria sido afetada pela falta de empenho do político, que “teria esquecido” de seu município. E mais tarde, no final dos anos 2000, quando sua oposição contra o prefeito Bartolomeu, do mesmo grupo político, pelo menos localmente, foi percebido como um erro estratégico. Em outras palavras, presume-se que Nelson devia ter ficado aliado ao grupo do poder, grupo do qual participava a maioria de seus ex-companheiros.

CAPITULO III

A ASCENSÃO DE UMA ONG LOCAL DE AGRICULTORES – A “CONVIVER” – E O REFORÇO DE SUAS LIDERANÇAS

Falamos até agora de Nelson Pereira, dos antigos chefes políticos e de algumas lideranças menos influentes do passado (até os anos 1980), *homens de palavra* que inspiravam certo respeito por parte de seus interlocutores – inclusive os mais poderosos. As personalidades descritas, tanto as mais influentes quanto às de estratos mais humildes, eram em certos aspectos mediadores. Elas representavam grupos sociais – de tamanho diferente, do município até grupos de parentesco – e intermediavam determinados assuntos entre as esferas maiores e a esfera local.

Nelson, a personalidade mais enfatizada, foi o mediador mais influente dos anos 1980 e 1990. E pode ser dizer com absoluta certeza que suas intervenções tiveram um impacto fundamental sobre as lideranças que serão apresentadas nesse capítulo e nos dois capítulos seguintes, as lideranças agricultores familiares e quilombolas participando de projetos de ONGs nacionais, ou de programas do Governo Federal.

Um dos principais legados de Nelson, na dinâmica promovida, foi à chegada da AS-PTA em Mirandiba. Falamos de legado porque a ONG, ao intervir em Mirandiba depois do convite de Nelson, desenvolveu uma série de projetos que funcionaram como incubadoras de lideranças rurais. Muitas das lideranças que se afirmaram no cenário mirandibense dos anos 2000 e 2010 participaram ativamente dos referidos projetos: elas se familiarizaram com as intervenções, se familiarizaram com os modelos, discursos e valores que estas veiculam; e afinal aprenderam a liderar ações e projetos ligados a defesa da categoria do agricultor familiar.

O processo de aprendizagem não se encerrou com a saída da AS-PTA de Mirandiba, no início dos anos 2000. Ele continuou porque lideranças formadas nos projetos da ONG, assim como um dos próprios agentes da entidade – Luís Claudio – criaram uma estrutura que daria continuidade a tudo o que foi implantado. Essa estrutura seria a Associação Conviver no Sertão, conhecido como a *Conviver*. Uma associação criada em 2001, com o objetivo de

desenvolver atividades semelhantes às executadas pela AS-PTA²¹⁰. A *Conviver* será uma associação na qual atuariam as principais lideranças cuja trajetória será descrita nesse capítulo.

3.1. A ASCENSÃO DA LIDERANÇA MAIS INFLUENTE DE MIRANDIBA: VAVÁ

3.1.a O começo e as raízes de Vavá

E, para começar, descreveremos o percurso da principal liderança, da figura de referência da nova ONG local *Conviver*: Dorivaldo Pereira de Sá, conhecido como Vavá. No Mirandiba dos anos 1990, 2000 e 2010, pode-se dizer sem riscos de exagerar que nenhuma pessoa incorporou de modo mais militante, mais entusiasta – e até mais exaltado – o estatuto de liderança da agricultura familiar como o fez Vavá, personalidade rica e complexa que dedicou sua vida a defender a causa do *homem da roça*, do agricultor familiar.

É importante assinalar também que o próprio autor dessa tese conviveu mais de três anos com Vavá (de 2009 a 2012), por meio da associação *Conviver*. Eu – o autor – como assistente estrangeiro, e Vavá como diretor executivo. Assim convivíamos diariamente. E isso em uma época um pouco conturbada, pelo menos na gestão interna da ONG. Com efeito, Vavá esteve intrigado da sua equipe (quatro funcionários) e de um grupo de associados (uma dezena de agricultores). Ou seja, o diretor não se comunicava mais com o restante do quadro, não havia quase nenhum tipo de comunicação. No meio dessas divisões, em um contexto em que o diretor era isolado no comando da *Conviver*, minha colaboração com Vavá era uma verdadeira relação de companheirismo. Companheirismo de duas personalidades que compartilhavam seu tempo, seus humores, suas reflexões sobre o mundo rural de Mirandiba, seus projetos, programas e políticas públicas.

Depois de três anos, houve, no entanto, uma profunda divergência que resultou em separação. Digo, eu e o Vavá nos afastamos de modo radical, principalmente depois de eu ter contribuído para tirar o Vavá da direção da *Conviver*. Vavá, após doze anos no comando da pequena ONG – numa gestão extremamente centralizadora – foi afastado da direção em parte

²¹⁰ *Grosso modo* os mesmos tipos de atividades. Mas ao analisar de mais perto a atuação da *Conviver*, nota-se uma ampliação da área de abrangência: não só o acesso aos recursos hídricos e o apoio à organização comunitário (caso da AS-PTA), mas também o apoio à produção agrícola e comercialização dos produtos. Todavia, o que é destacado, no momento da criação da nova entidade é a ideia de uma continuidade em relação a AS-PTA. Continuar os projetos implantados, manter a dinâmica, manter as lideranças, e desenvolver a partir disso outras intervenções.

por causa de uma articulação feita por mim com os associados da *Conviver*, resultando na sua saída.

Após esse fato, a comunicação entre nós dois foi rompida drasticamente. Assim, depois do eu ter deixado a *Conviver* e ter iniciado a minha tese de doutorado, não foi possível entrevistar o ex-diretor. Sendo assim, há certo prejuízo nesse ponto, que será em parte compensado pela minha experiência de convivência com Vavá, e por relatos de pessoas que participaram dos projetos da *Conviver*.

Feitas essas ressalvas, passarei a relatar minha versão da trajetória de Vavá. Primeiramente, é interessante contar que este é neto de um personagem que foi descrito no primeiro capítulo da tese. Estamos nos referindo a Seu Preto, um vaqueiro e antigo morador de grandes proprietários de terras da família Carvalho (nos anos 1930), que conseguiu com o tempo adquirir uma terra própria e uma certa quantidade de gado. Apenas em alguns anos, e por meio de sistema de *quarteação* – que possibilitava ao vaqueiro de ficar com um bezerro para quatro bezerros nascidos – Seu Preto se tornou um dos maiores criadores de gado de Mirandiba – e de modo geral um dos agricultores e pecuaristas mais sucedidos do município. Em alguns anos, na década de 1930 e 1940, o homem não mudou apenas na dimensão do poder econômico, mas também em uma dimensão mais social. De morador sem terra, ele se tornou grande proprietário de uma terra na qual trabalharia dezenas de moradores.

Aliás, não era apenas ele que teria subido na vida. Na mesma época – e até alguns anos antes – um de seu tio tinha também adquirido um patrimônio significativo. E a mesma dinâmica de ascensão teria ocorrido. Uma ascensão em várias etapas: inicialmente, trabalho de vaqueiro para integrantes da família Carvalho; com o tempo, aquisição de gado pelo sistema de *quarteação*; depois aquisição de uma terra própria; e enfim, chegada de moradores sem terra na nova propriedade.

A ascensão concomitante dos dois vaqueiros significa um ponto importante: o grupo social que subiria não seria apenas o da família nuclear de Seu Preto, mas uma parentela extensa – com vários patriarcas – que estenderia sua influência em uma microrregião incluindo parte de Mirandiba (a atual comunidade *Barreira*) e parte do município vizinho de Salgueiro. Assim, uma proporção significativa dos parentes de Vavá, tios ou primos de primeiro, segundo

ou terceiro grau, seriam agricultores relativamente bem-sucedidos²¹¹. Alguns deles seriam até designados como *fazendeiros*. Em particular aqueles que estariam em conflito (a partir dos anos 1990) com as lideranças da maior comunidade quilombola de Pernambuco – Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro –, a qual reivindicaria territórios, cuja parte, era ocupada por famílias de agricultores, parentes mais ou menos próximos de Vavá²¹².

Antes de tudo isso, importa dizer que os antepassados de Vavá – Seu Preto e o tio dele – construíram as bases de um patrimônio familiar que se inscreveria no longo prazo. Em uma primeira etapa, eles transmitiriam e dividiriam as grandes propriedades entre seus numerosos filhos. Entre ele havia o pai de Vavá, que se tornaria um agricultor e pecuarista relativamente próspero, cujas fontes de renda seriam não apenas dos recursos gerados pelo gado, mas, sobretudo dos recursos exponenciais do plantio de algodão (a partir dos anos 1950). E, tal como no caso do avô de Vavá, o sistema de produção seria sustentado por agricultores moradores, mais precisamente uma dezena deles que viviam e trabalhavam a serviço do patrão.

A partir da terceira geração – a de Vavá, nascido no final dos anos 1950 – a fonte de sustento da família não seria mais a agropecuária. A tendência seria, para os mais jovens, trabalhar em cidades da região, migrar para São Paulo, ou tentar se formar para conseguir empregos mais qualificados. Enquanto os mais velhos, da geração do avô, valorizavam exclusivamente o *trabalho da roça*, a geração mais jovem – adulta nos anos 1970 – entendia que a agricultura não viabilizava oportunidades de emprego e renda.

Vavá, ao contrário da maioria de seus irmãos e irmãs, não tentaria realizar uma formação superior ou conseguir um emprego mais qualificado em cidades da região. Sua formação foi apenas até o início de ensino médio, tendo cursado o ensino fundamental na escola da comunidade *Barreira*, que só tinha até a quinta série do ensino fundamental (atualmente sexto ano). Adolescente, Vavá ajudaria seu pai na propriedade; e, no final dos

²¹¹ Não todos, apenas alguns seriam bem-sucedidos. Havia no seio da parentela indivíduos com condições econômicas bem diferenciadas. Entende-se ser “bem-sucedidos” no contexto de Mirandiba, apenas uma condição de vida melhor que a média dos agricultores.

²¹² O conflito entre as lideranças de Conceição das Crioulas e os “fazendeiros” teria um desdobramento inesperado, um conflito entre Quilombolas e Índios. A partir dos anos 1990, uma liderança vereadora representando o suposto grupo dos “fazendeiros” – uma prima de segundo grau de Vavá – lideraria um movimento de reivindicação indígena, ligado ao território indígena da etnia Atikum (situada perto de Conceição das Crioulas e das terras dos parentes de Vavá). As tensões ligadas ao movimento de Conceição das Crioulas adquiriram assim o caráter de uma disputa de terra e de uma disputa de influência social, política e identitária. Os líderes quilombolas como os líderes índios reivindicariam territórios comuns, em áreas onde os habitantes foram levados a escolher sua identidade étnica – e concomitantemente escolher suas afiliações políticas.

anos 1970, com apenas 18 anos, iria para São Paulo ao encontro de parentes para tentar conseguir um trabalho que daria algum sustento (já que a situação em Mirandiba era de profunda agonia, devido à crise do algodão). Vavá ficaria um pouco mais de cinco anos na cidade grande e voltaria para sua terra na metade dos anos 1980.

Ele seria, aliás, o único de uma família de sete irmãos que tentaria permanecer como agricultor e pecuarista. Porém, o contexto era desfavorável: o plantio de algodão estava em total colapso (por conta da praga do bicudo) e não havia nenhuma produção alternativa que pudesse sustentar os agricultores. Apenas a produção ilícita de maconha – que se generalizou no início dos anos 1980 – era potencialmente lucrativa, mas com sérios riscos devido a repressão da polícia federal e aos conflitos entre produtores. Vavá não teria experimentado essa atividade ilícita, mesmo reconhecendo que outros plantaram na terra dele, sem seu consentimento –, uma atividade que para ele era por demais arriscada e ilegal.

Aqui, Vavá demonstra certa probidade moral, por não se envolver em uma atividade ilícita, condenável legalmente e moralmente. E por não fazer como muitos de seus vizinhos e parentes, que eles se envolveram. Isso reflete as características de alguém que se apresenta como diferente dos demais, alguém mais honesto. Uma forma de falar de si que, para o autor deste trabalho, tem sentido, na medida em que Vavá, nas suas narrativas, insistiria sempre sobre esse ponto.

Enfim, nos anos 1980, Vavá é um jovem adulto que voltou de São Paulo. Ele voltou solteiro e iria se casar alguns anos mais tarde, com uma prima de segundo grau que, como ele, foi criada na comunidade *Barreira*. Ao contrário de seus irmãos e irmãs, Vavá casaria dentro da família, perpetuando uma prática que era uma norma social até os anos 1950 ou 1960. Ao *se casar na família*, e ao permanecer na área rural, nosso homem demonstraria certo apego a sua terra, a *vida na roça*. Um apego que ele converteria na sua vida profissional e militante dedicado a defesa do agricultor familiar.

Mas, no final dos anos 1980, as preocupações eram outras, Vavá não tinha um trabalho fixo e não tinha experiência no movimento das ONGs e dos projetos ligados à agricultura familiar.

Um último ponto, na apresentação das raízes de nosso homem, refere-se a sua identidade. Mais precisamente a identidade de sua parentela extensa, vista como grupo de

pessoas que não eram brancas nem eram negras, que não eram da elite nem dos estratos mais pobres. Um grupo intermediário em suma, de pessoas que até os anos 1970 eram chamados de *cabra* – pessoas de pele clara mais com traços físicos que indicavam também origens *menos nobres*, de pessoas negras ou índias.

A questão de identidade é importante na medida em que informa sobre as relações de Vavá com outros grupos sociais. No seu futuro envolvimento de liderança, Vavá conviveria com pessoas negras de Mirandiba que, como ele, participaria dos projetos da AS-PTA e depois da *Conviver*. Ele interagiu com esses grupos, carregando um pouco do passado de sua família, ou seja, de padrões empregando moradores negros. Mas, contrariamente a seus antepassados, que sempre mantinham distância dos negros, ele demonstrava certa proximidade e companheirismo, principalmente nas atividades implantadas. Obviamente a questão racial ressurgiria em certos casos, em certas circunstâncias das atividades promovidas pela AS-PTA e pela *Conviver*. Todavia, nesses momentos, Vavá manteria a imagem de alguém que colabora sem muito preconceito com as pessoas negras (porém, a esposa de Vavá era acusada em certos casos, pelos negros, de ser preconceituosa).

3.1.b Vavá, o associativismo e a AS-PTA

É tempo agora de voltar ao início de nossa narração, falando do legado de Nelson Pereira no surgimento das lideranças. Esse legado teve uma primeira materialização importante na vida de Vavá: a criação da associação rural na sua comunidade da *Barreira*. A associação, fundada em 1989 por iniciativa de Nelson Pereira – em um momento em que o jovem político não era ainda prefeito de Mirandiba – iria se tornar uma organização dinâmica e atuante. Por trás desse dinamismo teria o envolvimento de Vavá. Contrariamente a outras organizações do mesmo tipo, que se animavam apenas quando Nelson organizava reuniões, a associação da *Barreira* teria sua vida própria, independentemente da atuação de políticos ou lideranças de fora. A associação local, chamada Associação José Guerra (em homenagem a um dono de empresa de caroá, descrito no capítulo I, e que era a maior liderança do lugar até os anos 1970) teria assim como pessoa de referência não a personagem histórica que aparece no seu nome, mas uma nova liderança, de estrato menos favorecido. Com efeito, contrariamente a José Guerra, empreiteiro de antigas fábricas de caroá, que era primo do governador de Pernambuco Paulo Pessoa Guerra²¹³, Vavá só podia reivindicar origens

²¹³ Paulo Pessoa Guerra foi governador de Pernambuco de 1964 a 1967.

humildes, de um neto de vaqueiro e filho de produtor de algodão, de uma família de pessoas simples que eram agricultores e não tinham estudos nem formação acadêmica.

Assim fortalecido pela nova associação, Vavá atuaria inicialmente em um campo diferente da defesa da agricultura familiar: o campo religioso. Antes de ser militante da agricultura familiar, Vavá seria defensor de Deus e do catolicismo. Um envolvimento um pouco improvável para o autor deste artigo, que em três anos nunca viu o próprio interessado falar de religião ou participar de atividade religiosa. Aliás, outras pessoas dos primeiros círculos de Vavá, que conviveram com ele na associação e nos projetos sociais, ironizam também sobre sua transformação²¹⁴, sua passagem de uma figura de abnegação e devoção religiosa a uma figura muito mais laica, militante da agricultura familiar que não falava mais em religião.

Enfim, o que se pode supor é que no início dos anos 1990, em uma Mirandiba rural ainda pouco aberta aos projetos alternativos da sociedade civil, a forma mais sólida de protagonismo social era ligada à religião católica e as suas festividades e eventos. Talvez por causa disso Vavá tivesse-se envolvido nesse domínio²¹⁵. Pode se supor – *a posteriori* – que o que ele procurava naquele envolvimento não era tanto estimular o fervor religioso na sua comunidade, mas achar um meio, um pretexto, um instrumento, para poder exercer suas qualidades de líder e organizador do povo.

O protagonismo religioso de Vavá, e de modo mais geral seu dinamismo, aparece em um parágrafo do relatório da AS-PTA (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000). Nele, nosso homem é descrito pela sua contribuição decisiva na vida da associação local e na organização coletiva da comunidade, que começou antes das outras comunidades a ter o costume de discutir de modo coletivo os problemas locais e as soluções para resolvê-los. Toda essa dinâmica, no documento da ONG, é vista como um processo fundamentalmente endógeno. Ou seja, como algo inerente a iniciativa dos atores locais – em particular Vavá – e não de atores externos. No entanto, e contrariamente ao que é escrito no documento, a decisão de criar a associação local não foi da comunidade, mas de Nelson Pereira²¹⁶. Isso, no entanto, não

²¹⁴ Entre essas pessoas, destacamos Daiane Pereira, sobrinha da esposa de Vavá e integrante da *Conviver*, assim como Maria Elza da Cruz, filha do vizinho de Vavá, e que integrou também a equipe da ONG.

²¹⁵ Vavá participava também do Sindicato de Trabalhadores Rurais, mas ele não era muito influente nele.

²¹⁶ Chegamos a essa conclusão através de conversas com algumas pessoas da comunidade Barreira e de pessoas ligadas a *Conviver*: Zé Mago, neto do empresário José Guerra, a principal liderança de Barreira até os anos 1970; Mané da Barreira, que foi vereador durante quatro mandatos; Chico Grampão, primo de primeiro grau de Vavá; Pedro de Anísio, outro primo de Vavá, e um dos principais criadores de cabras e ovelhas do município; Roberto

interfere na pertinência do diagnóstico, de fato havia uma dinâmica diferente em *Barreira*. Assim, nas linhas seguintes:

Identificamos três associações anteriores a essa gestão [de Nelson Pereira prefeito], em Cachoeirinha, Tupanaci e Barreira. Esta última tem uma história peculiar, formou-se em 1990, após um longo trabalho comunitário liderado por Dorivaldo Pereira de Sá, o Vavá. Na ocasião da missa mensal realizada na comunidade, Vavá começou a lançar discussões de interesse coletivo. Também graças ao Vavá, outra manifestação religiosa, a festa de Nossa Senhora da Conceição, foi revivida na forma de uma festa comunitária. Houve, assim, reaproximação das famílias, até a formação, em 1990, da associação de Barreira, que contou com o apoio do padre e do próprio Nelson Pereira. Essa associação é, hoje, uma das mais atuantes do município (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.8).

A referência à associação da *Barreira*, anterior aos trabalhos da AS-PTA em Mirandiba, tem um desdobramento em outra parte do relatório da ONG. Tal como na parte anterior, enfatiza-se o dinamismo da associação local e de seu líder comunitário. Embora o contexto seja diferente – existem os polos, promovidos pelo Governo Nelson para fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – a dinâmica é a mesma, Vavá promove a organização comunitária das famílias de sua localidade, através de seu envolvimento nos projetos da AS-PTA:

Barreira é, também, um pólo particularmente dinâmico. Juntou-se com outro pólo (Cachoeira) para criar um embrião de Conselho de Recursos Hídricos. Essa é, aliás, outra consequência, talvez a mais importante, da nossa intervenção, o reforço da organização comunitária. É verdade que o presidente da associação local, o Vavá, sempre foi muito ativo (o que justificou sua posterior contratação pela AS-PTA) e seu discurso é bastante direto: “Aqui, a coisa é pesada. Os políticos [vereadores e cabos eleitorais] sabem que a gente não tem medo de expressar a nossa opinião. Mas ainda existe muita gente ‘solta’. A gente precisa melhorar ainda mais nossa organização.”

O estímulo à organização permitiu novas conquistas da comunidade, através da elaboração de pequenos projetos financiados por fundos diversos: trator Comunitário (Prorural), cisternas de placas - fase 1 (Prorural); cisternas de placas - fase 2 (Conselho de Desenvolvimento Municipal/Prorural); fundo rotativo de barragens subterrâneas (Fundo Novib); energia solar (Prefeitura/Universidade Federal de Pernambuco); formação de banco de sementes (Sindicato dos Trabalhadores Rurais /Fundo de mini projetos da Cáritas).

Isso veio confirmar o fato de que o bem maior do Pólo Barreira é a sua organização, que mobiliza um número cada vez maior de famílias da comunidade (BLOCH, MATTOS, SIDERSKY, 2000, p.39).

Pedro dos Santos, primo de segundo grau da esposa de Vavá, e que seria presidente da Associação Conviver; Socorro Franquilino, da comunidade vizinha do Croatá, cujas famílias eram associadas na *Barreira* (até 2001 e a criação de uma associação local); Suetone, assessor de Nelson nos anos 1990 e atual diretor executivo da *Conviver* (desde 2014); Ninho de Torre Quatro, assessor de Nelson nos anos 1990 e atualmente dono de um posto de gasolina em Mirandiba.

Aqui o dinamismo de Vavá, que dá um impulso a organização comunitária de sua comunidade, tem um resultado positivo: a elaboração e aprovação de projetos de desenvolvimento rural. Já que no relatório da AS-PTA o protagonismo do polo da *Barreira* é destacado – por ser muito maior que o de outros polos – pode-se supor que sem a presença de Vavá a comunidade e seus arredores não desfrutariam de tantas melhorias. Sem ele então não teria tanta organização e tantos projetos sociais. Vavá é assim apresentado como um benfeitor, um benfeitor de um estilo diferente dos políticos, por aparentemente buscar o fortalecimento da organização coletiva e não o aproveitamento individual.

A dinâmica de mobilização coletiva, proporcionada pela liderança no período de 1995 a 1999 (correspondendo aos primeiros anos de intervenção da AS-PTA), teria contribuído para o sucesso dos projetos implantados. Exemplo: o trator adquirido do Prorural. Ao contrário de outros tratores como o da Associação de Cachoeirinha, era relativamente bem gerido, era utilizado por todos os agricultores e sua manutenção era assegurada por doações dos associados²¹⁷. Outro exemplo, os fundos rotativos promovidos pela AS-PTA. Tal sistema, de repasse de verbas de um agricultor para outro (para pequenos projetos como as cisternas de placas), teria funcionado sem maiores problemas²¹⁸. O agricultor que recebia do Prorural uma cisterna repassava parte do valor para um companheiro. Assim, em vez de ter um número limitado de cisternas construídas, caso o projeto fosse a fundo perdido, teria uma quantidade maior desses equipamentos, graças aos repasses solidários dos fundos adquiridos. Concretamente, em vez de 15 (com fundos perdidos), teriam sido 20 cisternas construídas no polo Barreira, de 1997 a 1999.

O empenho espetacular de Vavá geraria para ele um retorno importante: ele seria contratado pela AS-PTA, de 1999 a 2001, no âmbito de um financiamento da União Europeia – que previa a montagem de uma pequena sede e de uma equipe da AS-PTA em Mirandiba. Pela primeira vez nossa liderança teria a possibilidade de trabalhar formalmente (e em tempo integral) em um projeto de desenvolvimento rural. Mais precisamente, ele seria o representante dos agricultores em uma equipe de duas pessoas (entre elas, um técnico), responsável pela implantação das ações de acesso aos recursos hídricos e apoio a organização comunitária: construção de cisternas, promoção dos fundos rotativos, construção de barragens

²¹⁷ A impressão de uma boa gestão do trator foi dominante até os anos 2000. Depois, surgiram problemas.

²¹⁸ As experiências mais exitosas de fundos rotativos remetem ao período dos anos 1990. Depois, quando o Governo Lula multiplicou os projetos a fundos perdidos – por exemplo, doações de cisternas – o sistema de fundo rotativo entrou em rápida decadência.

subterrâneas, formações e capacitações sobre associativismo e protagonismo social para fortalecer as potencialidades das comunidades rurais em termos de organização.

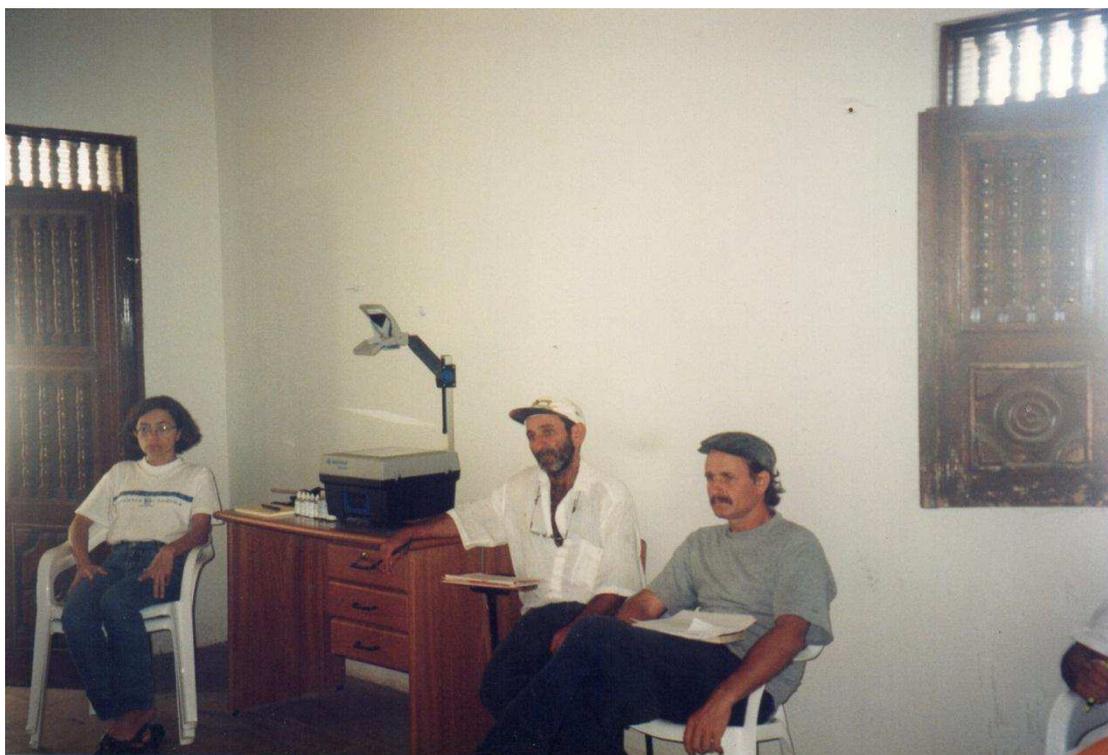
Junto com Vavá, o técnico contratado pela AS-PTA²¹⁹ seria Magnus Mollgaard, outra pessoa chave, que deu uma contribuição fundamental em todos os projetos implantados. Formado em agronomia, Magnus Mollgaard, de nacionalidade alemã, ingressou no final dos anos 1970 no Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED). Trabalhou inicialmente no sul do Ceará, onde se casou e teve uma filha, no início dos anos 1990. Ainda como agente do DED, Magnus teve a oportunidade, em 1995, de conhecer Mirandiba, no quadro de um projeto visando realizar diagnósticos rurais de comunidades do município. Tal como em todos os casos das entidades externas que chegariam à Mirandiba nos anos 1990, a vinda do DED tinha sido induzida por Nelson Pereira. O político tinha encontrado representantes desse serviço, e os tinha convencido a implantar projetos em Mirandiba. Foi assim que Magnus²²⁰ veio ao município e conheceu as experiências implantadas – em particular pela AS-PTA com a participação de Vavá.

O encontro de Magnus com Vavá e sua formalização em um projeto da AS-PTA seria muito proveitoso: o primeiro traria suas competências como agrônomo, sua capacidade na elaboração de projetos, de procurar fundos e escrever relatórios de execução das intervenções; enquanto o segundo traria suas habilidades como mobilizador dos agricultores, como líder, militante dedicado dia e noite a causa dos agricultores familiares. Junto com os dois, um agente da AS-PTA – Luiz Claudio Mattos – continuaria mobilizando conhecimentos mais qualificados (ou mais reconhecidas no *métier* das ONGs) de elaboração e avaliação dos projetos, nos moldes idealizados pelas instituições da sociedade civil e das agências internacionais.

²¹⁹ A ideia de contratar um técnico formado não veio da AS-PTA (que queria dois agricultores na equipe), mas do próprio Vavá.

²²⁰ Por questões de comodidade chamaremos Magnus Mollgaard de Magnus a partir de agora.

FOTOGRAFIA 10: Vavá, a esquerda, e Magnus, a direita



Fonte: Associação Conviver no Sertão, ano desconhecido, mas refere-se ao período da sede da AS-PTA em Mirandiba, de 1999 a 2001.

3.1.c A saída da AS-PTA e a criação da Associação Conviver no Sertão

Mesmo com esse grupo capacitado e motivado, o projeto da AS-PTA financiado especificamente para Mirandiba não demoraria muito. Seriam apenas dois anos, de maio de 1999 a maio de 2001. Por que essa brevidade? O projeto não deu certo? A União Europeia, o financiador, não quis mais dar continuidade? Outras entidades externas não tiveram interesse em financiar outras intervenções? A resposta é mais simples. A AS-PTA não quis continuar a experiência, que ela avaliou de modo relativamente negativo, devido a dois fatores: uma suposta falta de protagonismo dos próprios agricultores; e em corolário um suposto protagonismo exagerado dos mediadores externos – ou seja, de agentes da AS-PTA como Luiz Claudio Mattos e o do cooperante estrangeiro Magnus. Em resumo, o projeto foi visto pela direção da AS-PTA sob o ângulo da falta de empenho dos atores locais. Para os pensadores influentes da ONG, os agentes da mudança deviam ser os próprios agricultores familiares, e não agentes externos. Assim, a mudança deveria ter vindo dos agricultores organizados em associações rurais ou sindicatos, e não de uma sede local da AS-PTA gerida por técnicos.

Essa avaliação negativa representaria uma reprovação da atuação de Luiz Claudio Mattos (que sustentou todo o processo da AS-PTA em Mirandiba, de 1995 a 2001). Alguns líderes da ONG afirmavam que este último “estava se valendo dos movimentos²²¹”, ao se intrometer em assuntos que eram dos agricultores (criticava-se em particular seu envolvimento no conselho municipal de desenvolvimento rural). A maior crítica, aliás, advinha de um movimento ideológico, “basista”, um movimento de inspiração maoísta, no seio da AS-PTA, e que afirmava que todo processo de mudança deveria vir da “base”, da “massa” organizada de “agricultores conscientizados”. Em outras palavras, dos agricultores com consciência política – de esquerda, ou melhor, de extrema esquerda – agricultores que promoveriam de modo endógeno mudanças políticas e sociais em prol do seu grupo social²²².

Na fala da figura mais destacada da ONG, o Luiz Claudio Mattos, a AS-PTA em Mirandiba dos anos 1990 foi considerada um “filho bastardo” da ONG. Um “fruto esquisito e não comestível”, que não se enquadrava nos valores e princípios promovidos pela AS-PTA. Embora alguns líderes da ONG não pensassem assim (e apoiavam Luís Claudio), um grupo influente de “basistas” tinha desqualificado o processo ocorrido em Mirandiba. Embates ideológicos, entre agentes ideologizados, tinham afinal resultado na depreciação da AS-PTA no município.

Para a equipe local de Mirandiba, em particular Magnus, essas disputas internas não passavam de querelas improdutivas e absurdas entre agentes da AS-PTA. Para o agrônomo alemão os embates entre “basistas” e os outros eram contendas bobas, entre ideólogos que tentam “inventar a roda” ou debatem do “sexo dos anjos”²²³. E, enquanto os agentes da ONG brigavam para impor seus modelos certos, suas ideias certas, corria-se um grande risco: deixar escorrer “por água abaixo” tudo o que tinha sido implantado em Mirandiba; deixar se perder a dinâmica criada, os projetos executados, as lideranças formadas.

Era preciso então dar continuidade ao que havia sido feito. E isso se passava sem a anuência da AS-PTA, que não queria mais investir seu tempo e seus recursos no município. Qual seria, nesse contexto adverso, a solução? A ideia de uma saída veio de Luís Claudio, que sugeriu uma resposta simples: criar uma associação local, de lideranças e agricultores de

²²¹ Essas interpretações e relatos são tirados de uma entrevista realizada com Luiz Claudio Mattos, em maio de 2015 na cidade do Recife.

²²² Segundo Luiz Claudio Mattos, o movimento “basista” teria começado no Sul do Brasil, em uma região onde os agricultores teriam desenvolvido um nível de organização mais avançado.

²²³ Esses relatos foram obtidos em uma entrevista realizada com Magnus Mollgaard no dia 10 de março de 2014.

Mirandiba, cuja função seria promover o mesmo tipo de intervenção que a AS-PTA vinha fazendo.

Em maio de 2001, foi assim organizado a assembleia geral que marcaria a fundação da *Conviver*. Vinte e quatro pessoas participaram dela. Todas tinham sido envolvidas nos projetos da AS-PTA (como gestores ou participantes ativos). E quase todas eram agricultores e habitantes da área rural. Apenas três dos associados fundadores – Luís Claudio e mais um casal desempenhando funções de técnicos em uma pequena ONG da região – não viviam em Mirandiba e nos municípios vizinhos. Outro associado importante – Magnus – vivia na área rural de São José de Belmonte, a trinta quilômetros de Mirandiba (onde ele estava montando uma micro-fábrica de processamento de óleo de produtos locais). O resto do quadro – dezanove dos vinte e quatro associados – era propriamente mirandibenses. E, como foi dito, todos esses eram agricultores. Alguns em “tempo integral”, ao trabalhar diariamente nas propriedades rurais; e outros de modo mais pontual, pelo fato de manter “um pé” na área rural e “um pé” na cidade, onde trabalhavam também.

Os três associados mais influentes já são conhecidos. Luís Claudio, o ex-agente da AS-PTA que liderou os projetos da ONG em Mirandiba; Magnus, o agrônomo alemão; e Vavá, a liderança de referência dos agricultores. Esses três representam os pensadores e idealizadores da *Conviver*. Luís Claudio foi, por assim dizer, o seu criador e mentor, aquele que possibilitou sua fundação e assegurou seu reconhecimento formal – pela redação de seu estatuto e a realização de todo o processo formal referente à sua legalização. Magnus, quanto a ele, foi por assim dizer seu fiador. A pessoa que asseguraria o cumprimento básico dos deveres da ONG – as tarefas administrativas mais complexas, a montagem de projetos, a procura de verbas. De modo mais anedótico ele seria também uma espécie de “padrinho”, ao escolher seu nome *Conviver* (de “conviver com o semiárido”). Vavá, enfim, seria de certa forma sua figura de referência, a pessoa que representaria a legitimidade local, a legitimidade do representante dos agricultores, do líder local que asseguraria um comprometimento incansável a causa da agricultura familiar.

Os demais associados teriam uma postura muito mais passiva. Embora eles tivessem participado ativamente dos projetos da AS-PTA, a contribuição destes foi mais como seguidores do que de líderes. Dentro desse grupo, podemos destacar João Leão de Carvalho, agricultor da família Carvalho (mas não apenas agricultor, ele tinha outras fontes de renda), que participava também do Sindicato de Trabalhadores Rurais e representava o polo

comunitário de Tupanaci (um distrito de Mirandiba). Outra figura: Anchieta de Carvalho Diniz, também dos *Carvalho*, agricultor que – como quase todos os outros – mantinha outras atividades para assegurar seu sustento. Anchieta, nos projetos da AS-PTA, tinha se tornado um agricultor de referência, por ter inventado uma bomba manual para bombeamento da água dos poços. A “bomba Anchieta”, construída pelo interessado e funcionando apenas com a força dos braços, representava para a AS-PTA a materialização das capacidades de iniciativa e invenção dos agricultores. Outra figura importante: Roberto Pedro dos Santos, primo em primeiro grau da esposa de Vavá (e conseqüentemente parente dele) e que se tornaria, doze anos mais tarde, um dos principais responsáveis pelo afastamento do líder da *Conviver*. Em 2001, no entanto, quando foi criada a associação, o homem não pensava em tomar essas iniciativas, ele era um seguidor de Vavá, um seguidor fiel que não se envolvia na direção e gestão dos projetos.

Na relação dos associados podemos também destacar Geraldo Gomes – Seu Lu – liderança de comunidades negras perto da cidade de Mirandiba, e filho do já citado Jiboião – uma liderança negra que foi homem de confiança do chefe político Eliseu Campos, e que continuou sendo uma pessoa gozando de certo grau de consideração e respeitabilidade no Mirandiba dos anos 1960 e 1970. Como seu pai, Seu Lu se tornaria uma pessoa conhecida, uma referência, que sempre participava do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e de modo mais geral dos projetos alternativos implantados pelas ONGs em Mirandiba. Um dos efeitos dessa participação foi um retrato gigante de Seu Lu (em forma de fotografia), que tinha sido exposto nos locais da Universidade Federal de Pernambuco, devido à participação da liderança negra nos projetos de eletrificação solar nas comunidades rurais. Seu Lu, já com mais de 70 anos, representava uma geração antiga que não teria real influência na *Conviver*. Ao contrário, uma geração jovem seria mais ativa.

No quadro dos associados, destacava-se em particular Sandro Luís do Amaral – que seria, depois de Vavá e Magnus, a terceira pessoa mais influente da *Conviver*. Isso não pelo fato de ele ser um dos futuros funcionários da entidade, mas, sobretudo, pelo fato de ter se tornado, a partir de 2006, o gestor de referência do principal projeto implantado pela *Conviver*: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No momento da assembleia geral de criação da associação, contudo, Sandro²²⁴ tinha pouca influência. Com apenas 26 anos de idade, Sandro trabalhava como agente de saúde bucal na área rural (um programa federal implantado na

²²⁴ Por comodidade iremos nos referir a Sandro Luiz do Amaral apenas como Sandro.

gestão do prefeito Nelson Pereira). Ele era também o presidente da associação rural da comunidade do *Bola*, que se destacava pelo seu dinamismo no quadro dos projetos da AS-PTA.

FOTOGRAFIA 11: Sandro Luiz do Amaral, no centro, de óculos



Fonte: Associação Conviver no Sertão, ano desconhecido, mas provavelmente 1999 ou 2000.

A Comunidade do *Bola*, além de sua associação, possuía também um polo comunitário – os polos representados no Conselho Municipal de Desenvolvimento – que era considerado pela AS-PTA como particularmente atuante, ao contrário da maioria dos demais. Um dos fatores de destaque da comunidade teria sido o nível de desenvolvimento de sua agricultura, fundamentada por agricultores médios dispostos de terras e estruturas suficientes para experimentar as intervenções propostas pelas ONGs e entidades filantrópicas que chegaram durante a gestão de Nelson Pereira.

A existência na comunidade de agricultores que nem eram grandes proprietários, nem produtores completamente sem terra – remete a uma história de povoamento iniciado por líderes que eram de estrato social intermediário. Como quase todos os habitantes do *Bola*, Sandro Luiz do Amaral é descendente de pessoas, relativamente, menos pobres que os moradores sem terra (que constituem a mão de obra predominante das propriedades rurais maiores). No final do século XIX, seu tataravô, cuja história foi contada no capítulo I, era um

boiadeiro da Fazenda Panela d'Água, situada a 50 km de Mirandiba, e de onde vinham os antepassados dos *Carvalhos*. E seu avô, descendente do tataravô e de alagoanos que tinham fugido a seca e a fome dos anos 1940, era dono de um engenho de rapadura e comerciante, um *tropeiro*, que conduzia tropas de burros, com seus filhos, para buscar em uma cidade de Alagoas, legumes e produtos de primeira necessidade, que ele revendia na área rural de Mirandiba. Um agricultor relativamente bem sucedido, que era conhecido por emprestar dinheiro a comerciantes maiores, assim como ao futuro primeiro médico de Mirandiba (fato já mencionado no capítulo I dessa tese).

Como alguns de seus antepassados, parentes da geração de Sandro conseguiram adquirir um estatuto social intermediário. Um tio de Sandro, falecido no final da década de 1990, era um grande apoiador de Nelson Pereira na comunidade *Bola*. Ele tinha sido retribuído, aliás, pela doação de um lote de terra no assentamento criado pelo prefeito junto com o padre italiano de Mirandiba, nos arredores da cidade. O filho mais velho deste tio, que manteria o apoio de seu grupo de parentes a Nelson, ganharia uma vaga de agente de saúde no mesmo projeto em que Sandro trabalhava como agente de saúde bucal. E anos mais tarde, esse mesmo tio, no mandato de prefeito de Nelson, conseguiria montar uma venda de material de construção. Venda que constituiria seu suporte para ganhar licitações de obras públicas que fariam dele, anos mais tarde, um dos comerciantes mais ricos de Mirandiba.

A descrição da família extensa de Sandro ilustra uma dimensão significativa da *Conviver*: o fato que seus associados eram de estratos sociais intermediários. Eles compõem, no seio da heterogênea categoria do agricultor familiar de Mirandiba, um grupo menos desfavorecido. Dois deles – João Leão de Carvalho e Anchieta Carvalho Diniz – são oriundos da parentela extensa da elite local. Eles representam uma fracção que era minoritária na década de 2000, aquela que permaneceu fortemente ligada à agricultura, uma agricultura de tipo familiar, com propriedades de tamanho médio e uso do trabalho familiar. Outros dois associados – Vavá e seu primeiro de terceiro grau Roberto Pedro dos Santos²²⁵ (futuro presidente da associação, em 2007) – são oriundos de famílias de agricultores, pecuaristas e vaqueiros que eram proprietários de suas terras – e em certos casos mantinha significativos grupos de moradores sem terra nas suas propriedades.

²²⁵ O irmão de Roberto Pedro dos Santos participou também da assembleia geral de fundação, tornando-se assim de fato associado da *Conviver*.

Pode-se objetar que a liderança negra, Seu Lu, vinha de um estrato mais desfavorecido. No entanto, no seio de uma população negra que geralmente nem tinha terra própria, ele gozava de uma situação relativamente melhor. Seu pai – Jiboião – tinha adquirido uma terra de seu patrão *Carvalho*, por ele ser sua pessoa de confiança, a pessoa que tomava de conta de sua fazenda e que era o líder da parentela extensa dos moradores negros. Seu Lu, anos mais tarde herdaria desse papel, ao se tornar a figura de referência dos núcleos de moradores negros descendentes de Jiboião e de seus parentes.

Na mesma ordem de ideias, o associado Jeremias Nogueira, de uma comunidade que agora é quilombola (Juazeiro Grande), tinha de certa forma uma ascendência sobre sua parentela extensa. Esta última tinha se desenvolvido em uma terra de herança, adquirido pelo avô de Jeremias (e seis irmãos dele) nos anos 1930 – em troca do serviço de construção de um barreiro (por conta de um tio avô de Anchieta Carvalho Diniz, outro associado da *Conviver*). As famílias nucleares, cada vez mais numerosas, permaneceram na terra. A maioria delas em condições precárias, na dependência dos agricultores *Carvalhos* do entorno. Jeremias, contudo, viveria em condições um pouco melhor. Ele conseguiria comprar uma pequena terra para seu uso próprio e diversificaria suas fontes de renda, ao investir em uma camionete para o transporte de mercadorias e alunos da escola. Em suma, ele “desenvolveria mais”, como diz seu vizinho o associado Anchieta Carvalho Diniz (que mora a 300 metros da casa dele). Ou seja, partir das condições relativamente iguais de sua parentela extensa, Jeremias conseguiria um estatuto social melhor, que resultaria em “privilégios”, especialmente privilégios individuais.

Contexto social e circunstâncias individuais são assim as duas bases que compõem a trajetória de Jeremias. Do mesmo modo que a trajetória dos associados da *Conviver*. E de suas lideranças. Pode-se dizer então que os associados são de estrato social intermediário não só porque eles se beneficiam de um contexto social favorável, mas também porque eles demonstraram qualidades individuais que os diferenciaram dos congêneres da parentela extensa.

Além desses fatores sociais e individuais, os principais fatores explicando a formação do grupo dos associados são os seguintes: o grupo formado pela *Conviver* teve uma participação de destaque nas intervenções da AS-PTA, e ele fazia parte também dos apoiadores de Nelson Pereira.

O político, no entanto, não teria influência na criação da nova entidade. Em 2001 ele era deputado estadual, morava no Recife e não acompanhava de perto tudo o que acontecia no seu município. Sua contribuição, afinal, foi de ter contribuído para trazer a AS-PTA, que criou depois uma dinâmica de mobilização da qual participaram as lideranças da *Conviver*.

3.2. EFETIVAÇÃO DE UMA *CONVIVER* POLARIZADA EM VAVÁ

A *Conviver* começaria assim sem maiores interferências do poder político. Com o tempo, ela manteria essa reputação – *de não fazer política* – e tentaria desenvolver projetos para os agricultores familiares, independentemente de suas afiliações partidárias. Por enquanto, em 2001, a perspectiva de montar projetos era ainda embrionária. A primeira etapa da nova entidade era criar a estrutura administrativa e de intervenção.

3.2.a A administração (teórica e de fato) e a estrutura da *Conviver*

A organização administrativa, teorizada por Luís Claudio na redação do estatuto, nasceu concretamente durante a assembleia. Teria basicamente duas instâncias: um conselho administrativo – presidente, secretário, vice-secretário²²⁶ –, eleito pelos associados na assembleia; e uma direção executiva, na realidade um diretor (que seria Vavá), eleito teoricamente pelo próprio conselho administrativo. Ao conselho administrativo incumbiria o legislativo: legislar sobre pontos importantes referentes às atividades da *Conviver*, tomar as decisões de ordem geral e o ponto mais importante, eleger o diretor executivo. Ao diretor executivo incumbiria, como o nome o indica, a execução, quer dizer, executar no dia-dia as atividades e projetos da associação, possivelmente por meio de uma equipe contratada para tais finalidades.

Na assembleia, contrariando os procedimentos formais estabelecidos pelo estatuto, os associados votaram ao mesmo tempo para o conselho administrativo e o diretor²²⁷. E, na realidade, eles votaram além de tudo naquilo que era visto como o cargo mais importante, o de diretor, que todos escolheram por ser Vavá.

²²⁶ Além desses três cargos, havia também dois suplentes, que teoricamente podiam assumir responsabilidades apenas em caso de ausência de um dos três efetivos.

²²⁷ A maioria dos associados fundadores da *Conviver* conversou com o autor deste trabalho sobre os momentos da criação da entidade.

A eleição do conselho administrativo, quanto a ela, passou quase despercebida. Nem sequer os associados se lembraram em quem haviam votado²²⁸. O presidente e os dois secretários, que teoricamente dispunham de responsabilidades significativas tinham sido escolhidos de modo improvisado, sem que os próprios eleitos tivessem cogitados, minutos antes da assembleia, a possibilidade se serem nomeados. Afinal, os três do conselho administrativo foram levados a assumir essa função apenas para preencher formalmente as vagas. E foi Vavá que os incentivou a colocar seus nomes, dado que ninguém tomou por si só a iniciativa de concorrer a uma vaga.

De fato, a assembleia marcou uma polarização na figura de Vavá. Aliás, no caso dele, nem se pode dizer que houve um voto dos associados para nomeá-lo diretor. Na verdade, Vavá era tão popular entre os agricultores, tão reconhecido como liderança legítima, tão incontestado e incontestável, que a questão do voto nem teve persistência. Havia uma unanimidade total dos associados para fazer dele o diretor. O voto foi assim puramente formal, dado que todos queriam – e sabiam – que Vavá seria o líder que conduziria a *Conviver*.

Assim, o diretor Vavá concentraria desde o início grande parte dos poderes. Ele seria o referente central da *Conviver*, ao contrario do conselho administrativo que existia apenas no papel. Embora este conselho tivesse teoricamente várias prerrogativas, ele se resumia de fato a uma lista virtual de pessoas que não se reuniam nem tomavam decisões. O único de seu membro que teria, afinal, certa responsabilidade seria o presidente – João Leão de Carvalho. Isso porque ele seria encarregado de assinar os cheques de movimentação bancária da *Conviver*, junto com o diretor Vavá.

A centralização da *Conviver* na figura de seu diretor, mesmo que contraria ao que previa os estatutos escritos por Luiz Claudio, era algo considerado normal para todos os associados. Como vimos antes, Vavá era o líder respeitado pelo seu comprometimento. O líder ao qual todos os associados haviam confiado o voto. Outro ponto é que nenhum associado tomava iniciativa. Os demais eram, como foi dito, mais seguidores do que líderes.

Assim, na prática, a *Conviver* teria desde o início um funcionamento centralizado. Vavá comandaria no dia-dia das atividades. Mas isso não significa que ele seria o único líder influente. Magnus e Luís Claudio teriam responsabilidades importantes. Porém, essas

²²⁸ Esse ponto foi avançado por quatro associados entrevistados a respeito da criação da *Conviver*: Magnus, Sandro, Roberto Pedro dos Santos, Anchieta.

responsabilidades não se manifestariam no dia-dia da *Conviver*. Magnus teria uma atuação pontual, mas fundamental. Ele procuraria financiamentos nas agências internacionais (e mais tarde no Estado); e ajudaria pontualmente na gestão administrativa de futuros projetos.

E Luiz Claudio, em um nível mais afastado – inclusive porque residia no Recife, e trabalhava agora em uma ONG americana, a *Catholic Relief Service* – ajudaria na procura de parceiros institucionais que possam apoiar a nova entidade.

3.2.b As primeiras parcerias de peso: a contribuição decisiva de Vavá para torna-las possíveis

Foi justamente Luiz Claudio que impulsionou a *Conviver*. Além de sugerir sua criação, escrever seu estatuto e realizar os procedimentos referentes à sua legalização, o ex-agente da AS-PTA permitiu que a ONG pudesse dispor de recursos durante seu primeiro ano de funcionamento. Com efeito, ele convenceu a AS-PTA de fornecer a *Conviver* um apoio logístico e financeiro: ajuda de custo do diretor Vavá, repasse de verbas para outras despesas de funcionamento, e doação de alguns equipamentos já usados – em particular um carro picape de pequeno porte, de um modelo Ford Pampa.

No entanto, os primeiros meses foram difíceis, os recursos eram extremamente limitados (em torno de R\$ 4.000 por um ano) e possibilitava apenas o mantimento do diretor Vavá, de uma forma quase voluntária. Mas, já a partir do final de 2002, a *Conviver* começou a receber de uma ONG um apoio fundamental. Um apoio de parcerias institucionais duráveis que constituiriam a quase totalidade dos recursos da *Conviver* até agora (ou seja, a base de seus orçamentos anuais). Esse parceiro quase exclusivo, enfim, seria a Actionaid.

Criada na Inglaterra em 1972, a organização cresceu rapidamente. Ela adquiriu uma estatura internacional – ela atua agora em 45 países – e abriu logicamente uma sede no Brasil, em 1999, na cidade do Rio de Janeiro²²⁹. A chave dessa expansão internacional, desse sucesso no domínio da solidariedade internacional, era e permanece como um sistema muito engenhoso de arrecadação de recursos, o “apadrinhamento de crianças”, que consistia basicamente na criação de um “vínculo” entre um doador de um país rico e uma criança de um país pobre. Um vínculo em torno do qual haveria trocas de correspondências e implantação de projetos sociais e de desenvolvimento nas localidades onde vivem as crianças.

²²⁹ Para ter mais informações sobre a Actionaid, ver seu site: <http://actionaid.org.br/>.

Veremos mais adiante em que consiste exatamente esse sistema. Mas, por enquanto, o que nos interessa é que a parceria com a Actionaid foi uma conquista de dois atores chaves: Luiz Claudio, graças a seus contatos na sociedade civil; e Vavá, que em um determinado momento causou boa impressão diante do coordenador da ONG internacional.

O momento chave da afirmação de Vavá como líder reconhecido e elogiado pela Actionaid – ONG que financia todo o orçamento da *Conviver* até hoje – ocorreu alguns meses antes da criação da associação. O contexto foi uma etapa final de avaliação dos projetos da AS-PTA em Mirandiba, realizada por um consultor que era a época, diretor da Actionaid no Brasil. Segundo Luiz Claudio, a boa impressão causada por Vavá no referido consultor o teria convencido de apoiar a *Conviver*, através da ONG que ele dirigia: a Actionaid.

A pessoa a qual estamos nos referindo é Jorge Osvaldo Romano que, além de suas funções de consultores para as ONGs e diretor da Actionaid, era professor do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural Rio de Janeiro (UFRRJ). No evento do qual falamos, que viu uma forma de consagração simbólica de Vavá, Jorge Romano era avaliador dos projetos da AS-PTA em Mirandiba, cujas intervenções estavam se encerrando.

Concretamente, a avaliação consistiu em uma oficina de um dia e uma noite, na sede da AS-PTA na Paraíba (na cidade de Esperança). Luiz Claudio articulou o evento em Mirandiba, e convidou para participar dele duas pessoas tendo vivido de modo intenso os projetos da AS-PTA: Vavá, que foi o representante dos agricultores durante dois anos; e uma mulher agricultora que se destacava por experimentar com um aparente sucesso todas as inovações propostas pela ONG.

Em 2001, algumas semanas depois da criação da *Conviver*, Luís Claudio, Vavá e a agricultora se deslocariam até à Paraíba, para participar da oficina. Mas, enquanto Vavá se destacaria pelas suas qualidades de comunicante, a mulher/agricultora teria um comportamento pouco convincente.

A salvação – e que salvação! – veio como se podia se esperar de Vavá. A liderança teve um comportamento extremamente adequado. E mais que isso, ele conseguiu seduzir todos os presentes. Nas suas apresentações, assim como nas suas conversas informais nos intervalos dos trabalhos, ele captaria em particular a atenção do mais influente e mais poderoso

participante da oficina, o próprio organizador, o diretor da Actionaid, o avaliador, consultor, diretor e professor Jorge Romano.

Segundo Luiz Claudio, o que marcou o avaliador foi o discurso de Vavá sobre a política local, sobre a postura dos governantes em Mirandiba e outros municípios pequenos. Um discurso apontando a relação clientelista dos políticos com os eleitores, sua tendência em mantê-los dependentes e pobres através de pequenos favores veiculados ao voto. Essa narrativa, na avaliação de Luiz Claudio, teria impressionado Jorge Romano, pois este último a teria interpretado como a comprovação de um Vavá conscientizado a respeito da política e das políticas públicas. E também de um Vavá “acima da média dos agricultores”, o que fazia com que “ele não fosse compreendido pelos demais” (que supostamente teriam a tendência de não entender o sentido de suas colocações nas reuniões ou palestras organizadas em Mirandiba).

Magnus confirmou-nos esse relato. Embora ele não tivesse participado da oficina, ele foi informado sobre ela por Luiz Claudio. E segundo o agrônomo alemão, Luiz Claudio sempre repassou para ele que o discurso de Vavá foi fundamental na promoção da experiência de Mirandiba diante dos atores influentes das ONGs nacionais como a Actionaid:

Foi no final do tempo da AS-PTA. Jorge Romano era o chefe, praticamente, da Actionaid no Brasil, o coordenador da Actionaid. Um cara da esquerda não é. Acho que ele é estrangeiro: chileno ou... E ele estava ligado a AS-PTA também, ficou sabendo desse projeto... Aí no decorrer do projeto o Jorge Romano ouviu falar de Vavá. Que na época, realmente, não tinha essa dinâmica de hoje: não tinha lideranças, lideranças e grupos e trabalhos e tudo... Na época era tudo muito pequeno ainda. Então Vavá realmente foi o destaque de tudo. Ele era a referência para tudo aí. Para quem chegasse aí para conhecer Mirandiba tinha que ser por Vavá.

Aí Jorge Romano falou com ele e gostou muito dele. Uma hora parece que ele perguntou: “como é a relação de vocês com a prefeitura?” Aí Vavá respondeu: “Nós estamos juntos para ganhar a eleição, mas, quando é a gente para poder discutir políticas e fazer críticas a gente bate forte também.” Então isso foi, eu não vi isso, mas isso foi uma coisa que Luís Claudio falou muitas vezes depois né. Disse que essa frase impressionou muito o Jorge Romano né. E ele [Jorge Romano] tirou disso... Achou que isso foi um sinal de maturidade política²³⁰.

²³⁰ Entrevista realizada com Magnus Mollgaard no dia 10 de março de 2014.

3.2.c Execução de projetos com a Actionaid, parceiro institucional, e uma ONG americana, parceiro pontual

A imagem de um Vavá conscientizado, vanguardista, colocaria a *Conviver* nos trilhos do sucesso. A partir de 2003, a nova entidade formalizaria sua primeira parceria com a Actionaid. Ela receberia um orçamento anual para assegurar seu funcionamento e montar pequenos projetos de desenvolvimento com as famílias rurais. Em torno disso, ela implantaria em Mirandiba um sistema de arrecadação de fundos da Actionaid: o “apadrinhamento de crianças”.

Mas o que é isso? O apadrinhamento de crianças é uma forma de arrecadação de recursos baseado em um chamado “vínculo solidário” entre o que a Actionaid designa como um “padrinho” (concretamente, um doador financeiro, geralmente estrangeiro) e uma criança de uma região em “situação de pobreza”. As doações são aplicadas – em tese – em projetos de desenvolvimento na localidade onde vive a criança. Em torno disso, efetua-se uma troca de correspondências entre o “padrinho” e a criança, conferindo, assim, mais visibilidade ao mundo a ser desenvolvido e ao impacto gerado pela ajuda do doador. Assim, em virtude das trocas de correspondências entre crianças pobres do Brasil e doadores de países ricos, ocorreria uma melhoria tangível na vida das pessoas. Uma melhoria que a Actionaid chama de “mudança de vida”²³¹.

Isso, concretamente, significa que no caso de Mirandiba as comunidades das crianças apadrinhadas seriam contempladas por projetos – cisternas, poços, pequenos açudes, etc. – que melhorariam sua vida. E mais, o benefício não seria apenas material, mas seria também social e político. As famílias não receberiam apenas uma cisterna, um poço, um barreiro, mas elas desenvolveriam – através dessas benfeitorias – novas formas de gestão e organização coletiva que teriam um caráter transformador e alternativo, ao dar mais autonomia às populações rurais.

Vasto programa. E coisa totalmente nova, inusitada e esquisita para o pessoal de Mirandiba. Vavá e os demais se tinham acostumado com as intervenções da AS-PTA e de outras ONGs ou organizações filantrópicas. Eles tinham aprendido muito com elas, e tinham desenvolvido um protagonismo que os permitiu desfrutar de algumas melhorias concretas: as

²³¹ A “mudança de vida” é um do principal lema da ONG, quando se refere aos seus possíveis resultados no mundo empírico.

cisternas de casa, os fundos rotativos que permitiam construir mais dessas cisternas, as barragens subterrâneas que melhoravam o acesso à água nas roças. Todo aquilo era em certa medida tangível e compreensível. E até o discurso social que as ONGs tinham formulado em torno de todo isso era de certa forma inteligível: entendia-se um pouco em que medida as cisternas e outros projetos podiam contribuir para tornar os agricultores menos dependentes dos políticos locais e da prefeitura; entendia-se que as ONGs defendia uma forma de trabalhar diferente... Mas o apadrinhamento de crianças, que era mais simplesmente chamado “vínculo solidário”, o até “vínculo”!? Que novidade! Que coisa estranha! O que é um “vínculo”? E que “vínculo” poderia ser esse? E porque falar de “padrinho”? E o que diabo era a Grécia, o país dos doadores? Todos os relatos a respeito da introdução desse sistema em Mirandiba²³² convergem pelo mesmo ponto: ninguém entendia do que se tratava! Ninguém entendia concretamente o que implicava todas as terminologias novas que a Actionaid tentava difundir...

A introdução do “vínculo solidário” em Mirandiba, e sua apropriação pelos atores da *Conviver*, seria então um processo longo e trabalhoso. Até a pessoa mais entendida, a pessoa mais acostumada com as ONGs – estamos falando de Vavá – teria tido dificuldade em entender os possíveis desdobramentos desse novo sistema. O próprio interessado falava a respeito disso com o autor deste trabalho, enfatizando o quanto complicado e esquisito era esse “tal de vínculo solidário” no início. Complicado para quem devia o implantar, e ainda muito mais complicado e ininteligível para quem tinha sido escolhido para experimentá-lo: as famílias rurais e suas crianças a serem apadrinhadas...

Como já o dissemos em 2002 a *Conviver* dependia da AS-PTA, esta repassou para ela parte de seus equipamentos – um carro em particular – e financiou uma ajuda de custo para o diretor Vavá. A partir de 2003, a Actionaid começaria a apoiar a *Conviver*. O objetivo seria de contribuir para o funcionamento da *Conviver*, através de uma parceria de longo prazo. Os primeiros financiamentos, no entanto, eram mais experimentais de que duradouros. Eles eram limitados – em torno de R\$ 40.000 em 2003 – e deviam permitir sondar o potencial da *Conviver* em promover o sistema do “vínculo solidário”. Se a implantação do sistema der certo – com muitas crianças cadastradas e muitas famílias motivadas em participar do programa – a *Conviver* disporia de recursos mais consequentes.

²³² Os relatos são, entre outros, de Sandro Luiz do Amaral, Daiane Pereira de Sá e Maria Elza da Cruz, funcionários da *Conviver*.

Nesse ano de 2003, em um período ainda de incertezas e de experimentações, o diretor Vavá começaria a montar uma equipe para as atividades da *Conviver*. Ele chamaria primeiramente pessoas jovens, de Mirandiba, filhos ou filhas de agricultores, com ensino médio completo (mas sem formação superior) e com uma vontade de trabalhar que compensava a falta de experiência profissional. Estas pessoas seriam também da família ou do círculo de vizinhança. Ou seja, seria uma sobrinha, Daiana Pereira de Sá, e a filha do vizinho de Vavá, que fazia parte também de sua parentela extensa e era muita amiga da sobrinha: Maria Elza da Cruz.

Devido ao volume extremamente reduzido de recursos, não se podia esperar a contratação de uma equipe com experiência profissional e exigências salariais. Assim, convidar pessoas da família e da vizinhança (na *Barreira*) foi a melhor estratégia para fazer funcionar a *Conviver*. Segundo relatos do próprio Vavá ante a novidade e as situações de improviso vivenciadas por ele, quando do início da sua gestão na direção da nova entidade, ele convidou a família “para ajudá-lo”. Para ele, “tocar o barco” de uma ONG, sem ter experiência, com recursos limitados e garantias mínimas em relação ao futuro, era um grande desafio. Apenas parentes próximos teriam a compreensão para trabalhar em condições precárias, sem salários definidos, nem ajudas de custo.

A *Conviver*, para seu diretor, começava assim na “base do sacrifício”. Um “sacrifício” de trabalhar muito e ganhar pouco. A ideia do “sacrifício” exigia afinal que se evitasse falar em dinheiro, remunerações, etc. Daiane e Maria Elza confirmam esse ponto, ao relatar que Vavá nunca falava, nesse período inicial, de remuneração e condições de trabalho. O dinheiro era assunto tabu e apenas de vez em quando as mulheres recebiam uma retribuição. Todavia, um pouco mais tarde, a partir de 2004, as ajudas de custo foram formalizadas: Maria Elza passaria a receber metade de um salário mínimo, sem carteira assinada, e Daiane um quarto de salário, também sem carteira.

Além do recrutamento familiar, Vavá chamaria também um jovem associado da *Conviver* que se tornaria, anos mais tarde, uma pessoa influente: Sandro Luiz do Amaral. Lembramos que este último, além de ser agente de saúde do PSF, era neto de João Isidoro (o agricultor que emprestou dinheiro ao primeiro médico de Mirandiba) e presidente da associação comunitária do *Bola* – associação cujos sócios eram geralmente agricultores menos pobres que a média dos agricultores de Mirandiba.

Tal como nos casos em que foram convidadas a sobrinha e a amiga, o “recrutamento” de Sandro não foi algo oficial, Vavá não discutiu formalmente com ele as condições de remuneração pelo o trabalho, suas perspectivas futuras, etc. A ideia era a mesma adotada com as pessoas da família: “tocar o barco” e participar de um desafio incerto, mas interessante, e que talvez rendesse frutos no futuro.

No começo difícil da *Conviver*, Magnus seria um apoio importante, na medida em que ele traria financiamentos e projetos. O primeiro deles foi a reforma do prédio que se tornaria a *Conviver* – onde até o ano 2000 funcionou uma casa de farinha (financiada pela primeira associação, criada por Nelson e seu grupo, em 1986). E o segundo projeto, aprovado em 2003 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, seria o apoio a atividade de processamento de polpa de fruta. O montante deste projeto era reduzido – R\$ 24.000 – mas ele daria um impacto significativo.

E, além disso, ele materializaria uma novidade benéfica para a *Conviver*, o começo do governo Lula que, além de ter financiado o projeto, daria nos anos seguintes muitas oportunidades as organizações representativas dos agricultores familiares. Assim, a partir de 2003, dois fatores iriam interferir no futuro desenvolvimento da *Conviver* – e o concomitante “desenvolvimento” de suas lideranças: o advento do Governo Lula que iria multiplicar os investimentos para a agricultura familiar, e o crescimento da Actionaid, a qual começaria uma parceria exitosa com a *Conviver*.

Em 2004, aconteceria um evento importante: a aprovação, em benefício da *Conviver*, de um projeto de emergência visando basicamente a recuperação de açudes destruídos pelas enchentes que tinham assolado Mirandiba em 2003. O financiador da ação seria a *Catholic Relief Service*, ONG americana cuja sede brasileira localizava-se no Recife – e, sobretudo, ONG na qual trabalhava Luiz Claudio, o ex-agente da AS-PTA. Como se pode supor, este último tinha fortemente contribuído para a aprovação do projeto em Mirandiba. E a *Conviver*, com esse projeto, receberia um financiamento durante um ano para ações emergências que, além da reconstrução de açudes, previa muitas intervenções de assistência para as vítimas das enchentes de 2003: doações de colchões, de redes, de lençóis, de calçados, de alimentos, de água mineral...

Havia aqui uma ação de envergadura. A *Conviver* ganharia maior visibilidade. E conseqüentemente seu diretor Vavá ganharia maior destaque. O que, de fato, era previsto

como algo consequente, que obviamente geraria retorno para seus gestores. Era planejada, oficialmente, a reforma dos 67 açudes destruídos pelas enchentes²³³. E, além disso, havia ações de assistência de curto prazo, doações de equipamentos e alimentos.

Para gerir toda essa logística, Vavá não seria, todavia, o único responsável. O projeto requeria a contratação de um gestor financeiro. E a pessoa escolhida seria alguém diversas vezes citado neste trabalho, um antigo assessor de gabinete de Nelson Pereira: Suetone Gomes de Sá. Antes de relatar como foi a execução do projeto voltarei um pouco sobre a trajetória de Suetone, que apareceu indiretamente nesse trabalho, mas nunca ficou no centro das descrições.

Nascido em 1963, de um pai que era filho de um *Carvalho* com uma negra, Suetone pode ser considerado como oriundo de um “estrato intermediário”. O pai dele tinha sido criado junto com um de seus tios brancos. Já o pai do pai, o avô de Suetone, não reconheceu seu filho. Anos mais tarde, esse mesmo tio daria de herança uma propriedade relativamente importante para o contexto de Mirandiba (400 hectares), uma terra agrícola onde se podia plantar algodão, a maior geração de renda da região até os anos 1970.

Em 1982, Suetone foi para o Recife a fim de se formar. Ele podia ter ficado em Mirandiba e ter seguido o “curso de magistério”, mas ele era consciente que, não sendo da elite e não podendo se beneficiar das indicações dos chefes políticos locais, não teria oportunidade por essa via. Assim, resolveu tentar uma formação alternativa, ao estudar na Campanha Nacional de Educação Comunitária (CNEC) em Camaragibe (região metropolitana de Recife). Era de fato um meio alternativo, o CNEC tinha sido criado por associações formadas por pessoas ligadas ao movimento da Igreja²³⁴. No final da ditadura, em 1982, essas escolas – presentes em vários estados – representavam uma oportunidade para os jovens de estratos sociais humildes, dado que os alunos pagavam um valor simbólico para seguir os cursos. Tirando então proveito da existência de uma dessas escolas em Pernambuco, Suetone se integrou ao curso e iniciou uma formação de dois anos.

²³³ Os 67 açudes correspondia a uma lista oficial elaborada pela prefeitura, em relação as destruições geradas pelos enchentes.

²³⁴ Segundo Suetone, o CNEC foi criado no dia 29 de junho de 1949 no Recife. A ideia dos fundadores, um grupo de oito estudantes, era oferecer aulas a noite gratuitamente, para os alunos do interior do estado que não tinha condições. Rapidamente, foi criada uma associação, a qual foi reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal. Amparado pelo poder público, o CNEC pude contratar professores e ampliar suas atividades a outras cidades do Brasil. Na época do regime militar, a Igreja teria apoiado o movimento, para que ele pudesse continuar administrando os cursos.

Uma vez formado em “técnico em administração de empresa”, ele voltou em 1985 em Mirandiba. Mas seu diploma não o projetou para um trabalho regular. Depois de ter efetuado alguns trabalhos informais, Suetone ingressou em uma ONG com sede em São José de Belmonte (35 km de Mirandiba), que atuava na região: o PECOR, Programa Nacional de Educação Comunitária Rural. Nessa organização ele fazia intervenções de cunho social, para as populações rurais de Mirandiba. Mais precisamente tentando “sensibilizar” estas acerca das questões ligadas a democratização, aos direitos dos pequenos agricultores, ao sindicalismo, a política, aos partidos políticos, aos desafios da preparação da nova Constituição. Seria um trabalho efetuado com condições muito simples: os descolamentos na área rural eram realizados de bicicleta, e as remunerações eram praticamente insignificantes.

O objetivo geral das intervenções, que eram financiadas por uma organização da Holanda²³⁵, era apoiar o movimento sindical. Mas em Mirandiba, o sindicato era considerado *pelego*, por ser controlado pelo chefe político Chico Torres. Assim, o PECOR, priorizava o grupo de oposição – que era liderado por Poseidon Caboclo e tinha perdido de pouco as eleições sindicais de 1985.

Nas ações junto à oposição do sindicato, Suetone teve a oportunidade de colaborar com o principal apoio dos opositores: Nelson Pereira. Na verdade, os dois já se conheciam, eles eram parentes, a mãe de Nelson sendo a prima de primeiro grau do avô branco de Suetone (o pai de seu pai). As colaborações entre o jovem político e o jovem militante do PECOR seriam proveitosas. Ambos participaram, junto com um de seus tios comuns (um primo da mãe de Nelson), da fundação do PT em Mirandiba, durante o ano de 1988. Além desse tio, que foi maquinista de trem em São Paulo e foi militante no movimento associativo promovido pelo presidente Jânio Quadros, o grupo dos petistas contava também com Poseidon²³⁶.

Em 1992, a eleição de Nelson Pereira como prefeito seria uma consagração para Suetone, que se tornaria assessor especial. Os dois, literalmente, ficariam inseparáveis: Suetone estaria sempre perto do escritório de Nelson (ou até no seu escritório), ele o acompanharia também nas suas movimentações em Mirandiba, e enfim ele o acompanharia em quase todas suas viagens e eventos afora. Reuniões com os líderes do PT no Recife, reuniões com o governador Miguel Arraes (a partir de 1994) e seus secretários, eventos das

²³⁵ Suetone não conseguiu informar precisamente o autor sobre a identidade desta organização.

²³⁶ Nelson Pereira participou da fundação do PT em Mirandiba, por razões de estratégia eleitoral, ele ficou afiliado ao PMDB até 1990. Suetone era também afiliado ao PMDB, mas ele saiu antes de Nelson, ao ingressar no PT no momento de sua criação em Mirandiba.

ONGs e do movimento sindical, eventos em universidades, viagens para o andamento de projetos (como o da reintrodução do porco queixada), ocupação do local da SUDENE com o movimento sindical, visitas aos acampados mirandibense do MST na beira do Rio São Francisco, em todas essas caminhadas, aventuras, empreendimentos e negociações Suetone estava presente ao lado de Nelson.

A eleição do sucessor de Nelson na Prefeitura em 1996, não afetaria a relação, uma vez que este era do mesmo grupo. Depois de quatro anos, quando Nelson assumiu seu mandato de deputado estadual pelo PCdoB, em substituição a Paulo Guerra, deputado efetivo que assumiria a prefeitura de Recife, ele chamaria Suetone para ser seu assessor de gabinete. Porém, a partir de 2003, um desentendimento com seu mentor – e também a perspectiva de seu casamento – fizeram com que Suetone voltasse à Mirandiba. Foi então que ele se aproximou da *Conviver* e foi indicado para participar do projeto do CRS (Catholic Relief Services).

Voltamos então a esse projeto, problematizado a gestão de Suetone. Haveria algum destaque nessa gestão? Ou Vavá continuaria exercendo um papel preponderante, mesmo sem ser responsável pelos recursos financeiros? Na prática, Vavá seria a pessoa que se destacaria mais. Embora ele não concentrasse as funções administrativas e financeiras, ele seria a pessoa mais dinâmica e visível, ou seja, a liderança que mobilizaria os proprietários dos açudes, que mobilizaria os agricultores vítimas das enchentes, e que decidiria sobre as aplicações de recursos do projeto. Suetone agiria mais nos bastidores. Seria responsável pela contabilidade, pelas prestações de contas, etc. Mas ele deixaria Vavá exercer o trabalho de campo, como a movimentação nas áreas rurais para decidir sobre as obras e acompanhar a execução destas.

Em março de 2005, no momento de sua conclusão, o projeto foi elogiado pelos avaliadores da CRS. Entre todos os projetos financiados pela ONG no Nordeste semiárido afetado pelas enchentes, o de Mirandiba teria recebido a melhor avaliação. Segundo Suetone, essa avaliação positiva deveu-se a realização das ações previstas. O destaque foi em particular para a recuperação de vinte e dois açudes, realizados inteiramente pela *Conviver* com o recurso alocado pela CRS. O grande número de obras, para os avaliadores, revelou a eficiência da *Conviver*, que teria usado de modo racional os recursos disponíveis, sem desperdício nem desvios. Ao contrário da prefeitura, que devia também recuperar açudes com seu próprio orçamento e repasses do Estado, e não levou adiante o projeto, a pequena ONG de Mirandiba teria respeitado seus compromissos, revelando assim a eficácia e retidão de seus gestores.

De modo mais preciso, o que foi evidenciado foi a boa aplicação dos recursos pelos dois principais gestores do projeto: Suetone e Vavá. Estes tinham muitas possibilidades de desviar recursos da construção dos açudes – que são contabilizados em “horas de máquinas” de trator esteira, as quais são facilmente manipuláveis pelos gestores – mas, aparentemente, a totalidade (ou quase a totalidade) do orçamento previsto tinha sido aplicada nas obras. Este era um fato inusitado, dado que geralmente esses projetos – com gestão do poder público ou de entidades da sociedade civil – dão lugar a muitos esquemas de corrupção.

Afinal, segundo Suetone e os funcionários da *Conviver*, as únicas falhas estariam relacionadas à gestão das doações de assistência para às vítimas das enchentes: cestas básicas, colchões, redes, água mineral, botijões de gás, roupas, etc. Essas doações, as quais representavam apenas 10% do orçamento, teriam sido feita com lentidão. E pior: parte delas não teria sido distribuída, por causa do diretor Vavá. Alegando que a *Conviver* devia distribuir o material junto com a prefeitura – que disponha também de recursos para isso – Vavá esperou uma intervenção do poder municipal que nunca se concretizou. Meses e meses teriam se passado e a situação era de inércia total – onde se esperava a atuação da prefeitura que nada fazia. Assim, as redes, colchões e outros equipamentos armazenados em condições precárias teriam sido atacados por cupim, traças, etc. E o resultado foi a perda de boa parte das doações.

Um prejuízo que revelou um traço de caráter geralmente apontado quando se fala de Vavá: sua teimosia. Ao perceber que a prefeitura não iria intervir, o diretor poderia ter mudado sua posição, poderia ter efetuado a distribuição do material, contado com o próprio orçamento e a logística da *Conviver*; mas isso não aconteceu e os materiais foram se deteriorando. Mesmo assim o diretor não mudou de ideia e continuou alegando a necessidade de esperar a atuação da prefeitura.

O fracasso na distribuição das frentes de emergência – que não foi tão prejudicial, por se tratar de um objetivo secundário do projeto – teria se revelado em outro problema na atuação de Vavá. Sua propensão em fazer e decidir as coisas às escondidas, sem se comunicar com ninguém. Indagado sobre esse ponto, tanto Suetone como os funcionários e associados da *Conviver* confirmam que já na época do projeto da CRS, Vavá demonstrava uma forte centralização na execução das intervenções, aliado a uma tendência em manter o segredo sobre as decisões tomadas.

Independentemente das qualidades e defeitos do diretor, os relatos dão conta que este último tinha ascendência sobre os demais gestores da *Conviver*. No projeto da CRS Suetone tinha também responsabilidades importantes – a gestão financeira – mas na prática foi Vavá quem se destacou na execução das atividades. Foi Vavá quem mobilizou os agricultores, negociou com o motorista do trator esteira construindo os açudes. Foi ele também quem decidiu sobre a alocação dos recursos e sobre a estratégia – mesmo que fracassada – de distribuição das doações de emergência.

Assim, no final de 2005, Vavá confirmava sua posição de liderança incontestável da *Conviver*. Ele era a pessoa que se empenhava mais, que tomava mais iniciativa e que assumia as intervenções sem temer as consequências – às vezes negativas – dessas responsabilidades. Os demais podiam até criticar – como nos casos que evocamos – mas não tentavam realmente mudar a situação.

3.2.d Parcerias com voluntários ligados à cooperação francesa

A liderança de Vavá seria fortalecida por uma nova parceria da *Conviver*, desta vez com uma ONG francesa, chamada *Partenaires*²³⁷. Na verdade, esta era apenas uma associação no papel, cujo fundador e único gestor era um consultor francês que havia trabalhado em agências internacionais responsáveis por projetos de desenvolvimento rural em países pobres ou emergentes. O consultor, com a ferramenta associativa, tinha conseguido um financiamento de uma Região da França²³⁸ para um projeto de desenvolvimento de agricultura irrigada e comunitária em Mirandiba. A escolha do município do sertão teria sido motivada pela fama positiva do diretor da *Conviver* – fama já internacional devido ao trabalho de cooperantes franceses na AS-PTA.

Concretamente, as ações se materializariam através de um jovem voluntário francês – se beneficiando de um estatuto de voluntário internacional reconhecido pelo Estado Francês²³⁹ – que veio coordenar o projeto em Mirandiba, em parceria com a *Conviver*. Os recursos das intervenções eram limitados – inferiores aos do projeto da CRS – mas dariam visibilidade ao trabalho da *Conviver*. E permitiriam dar continuidade as ações da AS-PTA, ao incentivar a

²³⁷ Que significa “parceiros” em francês.

²³⁸ As regiões são as maiores divisões administrativas legais do território francês. Elas são dotadas de poderes diversos, em particular de celebrarem termo de cooperação internacional.

²³⁹ Esse reconhecimento permite a diversas ONGs francesas enviar voluntários franceses para países pobres, ou emergentes. No caso de Mirandiba, foi o SCD (Association de Service de Coopération au Développement) que ficou responsável pelo voluntário.

organização coletiva dos agricultores na gestão de hortas irrigadas cultivadas de modo orgânico. Seriam promovidos, nesse sentido, cinco grupos coletivos de agricultores²⁴⁰, os quais experimentariam novas tecnologias de irrigação e agricultura orgânica em cinco comunidades rurais de Mirandiba.

Depois desse primeiro voluntário, viria outro. Desta vez em 2006, e sem a articulação do consultor francês que tinha criado a ONG *Partenaires*²⁴¹. O novo voluntário, como seu antecessor, não traria despesas para a *Conviver*, ele se autofinanciaria por meio de uma associação criada por ele²⁴², a qual tinha recebido uma pequena verba da Região de sua moradia.

Em 2009 foi a minha vez, inicialmente, também com financiamento próprio, custeado pela minha Região de origem na França, por meio de uma associação, cujo nome era Solidaridade²⁴³, sem o “e”. Contrariamente aos dois voluntários precedentes, que permaneceram dois anos em Mirandiba, eu permaneci quatro anos²⁴⁴.

Em todos os casos, a figura de referência que atraía os voluntários era o Vavá. O homem era reconhecido por seu engajamento e sua retidão, e era considerado como o único, verdadeiro militante da *Conviver*, os demais da equipe não demonstravam a mesma capacidade de tomar iniciativas, de abnegação e de entusiasmo. Aliás, em muitas conversas que o autor teve com seus congêneres, havia a ideia de uma *Conviver* insustentável sem seu líder. Se este saísse da entidade, aquilo que tinha sido construído iria desmoronar, dado que os demais não tinham as capacidades para dirigir a *Conviver* e enfrentar os desafios da gestão de projetos de desenvolvimento rural.

3.2.e O forte desenvolvimento da parceria com a Actionaid

É o momento agora de voltar a principal parceria da *Conviver*: a Actionaid. No final de 2005, que corresponde ao final do projeto da CRS (reconstrução de açudes), a Actionaid já entrava no seu terceiro ano de colaboração com a *Conviver*. Tratava-se de uma cooperação

²⁴⁰ Devido a desentendimentos internos, quatro desses cinco grupos pararam de funcionar depois de um, ou dois anos de projeto. Apenas um grupo – constituído por parentes muito próximos – teve uma duração maior, e de certa forma continua funcionando até agora.

²⁴¹ Mas com o enquadramento institucional da ONG francesa SCD (ver nota acima), que tinha competência em organizar trabalhos de voluntários internacionais.

²⁴² O nome da associação era Sertaeau, trocadilho em francês, com as palavras Sertão e Eau (água).

²⁴³ O autor manteve, de 2009 a 2010, um blog sobre suas atividades: <http://solidaridade.unblog.fr/>.

²⁴⁴ E contrariamente aos outros voluntários, o autor seria remunerado pela *Conviver*, a partir de 2010. Ele receberia inicialmente uma remuneração de R\$ 1000,00 e depois R\$ 1250,00 (como prestação de serviços).

estreita, a ONG internacional financiava o funcionamento da *Conviver* – ajuda de custo da equipe, escritório, etc. – e pequenos projetos de desenvolvimento rural. Os recursos, de apenas 40.000 reais em 2003, tinham subido para 76.000 reais em 2004 e 103.000 reais em 2005. Os montantes eram limitados – sobretudo, quando comparados aos níveis de salário dos funcionários da Actionaid²⁴⁵ – mas eles aumentavam e forneciam parte do sustento de Vavá e da equipe que ele coordenava (sua sobrinha, a amiga dela, e Sandro).

E a base, o fundamento, o alicerce de toda essa parceria era o desenvolvimento e a reprodução do sistema de arrecadação da Actionaid, o apadrinhamento de crianças (a partir de 4 anos)²⁴⁶ chamado “vínculo solidário”. Desenvolver e manter o sistema se tornaria uma rotina fundamental da *Conviver*, cujas intervenções muitas vezes se resumiam ao cadastro de crianças no sistema do “vínculo solidário” e, a realização em seguida de correspondências entre essas crianças e os doadores na Grécia.

No trabalho da equipe da *Conviver*, tal procedimento seria chamado de “coleta de mensagens” – o que correspondia a “coleta” das mensagens enviadas pelas crianças aos doadores estrangeiros. Uma atividade que concretamente consistia na organização de pequenas oficinas nas escolas das comunidades rurais, oficinas durante as quais as crianças eram reunidas pela equipe da *Conviver* para escrever suas correspondências – as quais incluíam também um pequeno desenho – e eventualmente receber e responder as cartas enviadas pelos doadores gregos. A Actionaid exigindo de seus parceiros locais duas correspondências por ano, a *Conviver* devia, duas vezes por ano, visitar as crianças nas escolas rurais. E como já falamos, essas visitas seriam chamadas pela equipe de “coleta de mensagens”.

²⁴⁵ Não foi possível obter informações precisas sobre os salários pagos pela Actionaid Brasil. Porém, em uma consulta efetuada na internet, foi encontrados anúncios de empregos propostos pela ONG, que iam de 6.000 a 9.000 reais mensais. Ao supor um salário médio de 6.000 reais, pode-se avaliar um custo de 100.000 reais anuais para a ONG (com os encargos sociais), o que corresponde à quase um terço do orçamento anual da *Conviver* em 2017 (311.000 reais). Assim, nessa base de cálculo muito esquemática, um assalariado da Actionaid ganharia anualmente um terço do montante anual do orçamento da *Conviver*, o qual se refere a uma equipe de seis pessoas (em 2017) com uma estrutura de escritório e uma série de intervenções e projetos sociais a favor de mais de 600 famílias rurais...

²⁴⁶ Em tese, não havia idade limite para as crianças. Os adolescentes também participaram do vínculo solidário. Geralmente, quando eles atingiam idades mais avançadas, eles decidiam de sua própria iniciativa de não continuar as trocas de correspondências.

FOTOGRAFIA 12: Crianças de uma comunidade rural realizando suas correspondências para os doadores da Actionaid



Fonte: Daniel Vasquez, 2011.

De 2003 a 2005, em virtude do número reduzido de comunidades participando do programa, não havia muitas “coletas” a realizar. Portanto, não havia muito trabalho. No máximo, eram quinze dias reservados para a realização das oficinas, cuja organização ficava a cargo de Rita, Daiane e Sandro (a equipe) – assim como a filha de Vavá, que na época era uma jovem adolescente. Fora o período das “coletas”, havia outra atividade que era “tirar as pendências” – as pendências sendo as correspondências faltantes das crianças que não tinham comparecido as oficinas. Em outras palavras, a equipe da *Conviver* percorria novamente as comunidades para encontrar as crianças e trabalhar com elas as cartinhas.

Como dissemos acima, tudo isso – a “coleta das mensagens”, e as “pendências” – não consumia muito tempo. O resto do ano – na verdade a maior parte do ano – a equipe era pouco ocupada. Sandro, em várias situações, acompanharia os projetos de horticultura desenvolvidos pelo primeiro voluntário francês. Rita e Daiane acompanhavam de vez em quando Vavá em reuniões na área rural. Em outros momentos elas resolviam também assuntos pessoais, já que o trabalho na *Conviver* era na verdade ainda informal, pouco remunerado e pouco exigente em termos de horários.

A partir de 2006, o volume de atividades aumentaria. O número de crianças cadastradas seria cada vez maior, o que exigiria da equipe mais “coletas” e mais “viagens para tirar as pendências”. Ademais, a *Conviver* começaria a executar o PAA, projeto no qual toda a equipe seria inicialmente envolvida. Mesmo assim, o volume de trabalho era reduzido. Pelo menos essa era a ideia do diretor Vavá, o qual começaria a culpar a equipe pela falta de empenho. Ou seja, Vavá, convencido de trabalhar muito, criticava a falta de dedicação de sua equipe. Ele a acusava em particular de não se incomodar em se ocupar apenas da rotina pontual da “coleta de mensagens”, e de se recusar a “correr atrás” do verdadeiro trabalho, o trabalho de “cair em campo” para promover a missão da *Conviver* nas comunidades rurais (por exemplo, o fortalecimento dos agricultores familiares, por meio de atividades de capacitações, assistência técnica, sensibilizações e acompanhamento).

Assim, na visão de Vavá – e de outras pessoas envolvidas nos projetos da *Conviver* – a “coleta de mensagens” representaria uma atividade trivial. E de fato ela funcionaria de um modo um pouco mecânico, sem muito dinamismo e motivação²⁴⁷. As crianças não demonstrariam grande entusiasmo na redação das correspondências e na realização dos desenhos. Tampouco a equipe da *Conviver* e as mães das crianças²⁴⁸. Por que essa falta de motivação? Primeira razão: as crianças geralmente não gostavam de escrever. E, mesmo o desenho, que era uma atividade apreciada pelos mais jovens, tampouco provocava grande entusiasmo. Segunda razão: as crianças não entendiam a necessidade de mandar uma carta para alguém desconhecido, morando em outro país cuja existência nem se supunha²⁴⁹. O ato de escrever, aliás, não era dominado pela maioria das crianças, nem as das séries menores, nem também das séries maiores. Neste caso o animador da *Conviver* redigia ele mesmo a carta (supostamente conforme as narrativas das crianças). Terceira razão, enfim: a equipe da *Conviver* – Sandro, Rita, Daiane – geralmente não demonstrava entusiasmo com as atividades de redação das cartas das crianças. E sequer gostava de orientar os mais avançados a fazer essas redações.

Resumindo, ninguém era muito interessado, motivado, etc. E esse fato se verificaria na execução das atividades propriamente ditas. As mensagens em si já refletiam o desânimo, uma vez que não eram personalizadas, não expressavam as ideias e os sentimentos das crianças.

²⁴⁷ Os relatos sobre a “coleta de mensagens” são baseados em duas fontes de dados: entrevistas com os membros da equipe da *Conviver*, e minhas observações, enquanto participante das atividades nos anos 2011 e 2012.

²⁴⁸ Os pais, quanto a eles, não acompanhavam geralmente as oficinas de coleta de mensagens.

²⁴⁹ Os doadores da Actionaid que eram vinculados às crianças de Mirandiba eram inicialmente da Grécia. A partir de 2008 doadores do Brasil seriam também incluídos.

Elas representavam afinal apenas a cópia de um modelo de mensagem padrão, fornecido pela Actionaid. Nada de carta escrita com emoção e dedicação, com empenho e apego, mas uma carta copiada quase letra por letra de um modelo. Assim, quando as crianças escreviam sobre as atividades na roça, o cotidiano da busca da água, os animais e a criação no sítio – uma entre outras temáticas de mensagens que a Actionaid propunha – elas não relatavam as coisas com suas palavras, disposições, etc; mas copiavam um texto já pronto, que o animador da *Conviver* colocava na mesa para ser copiado coletivamente. E, se por acaso, a criança demonstrasse mais interesse na atividade, ou vontade de se destacar, era levada pela equipe a conter seu entusiasmo, dado que a mensagem devia ser realizada rapidamente, para não atrapalhar o ritmo das “coletas”. É que as oficinas de realização das correspondências tinham um caráter mecânico, quase que automático, sem criatividade, sentimentos, verdades. As manifestações de originalidade por parte das crianças não eram toleradas. Tudo devia ser formatado, mecanizado e rápido. Havia muitas crianças “devendo a produção das cartas”.

O aspecto forçado e formatado da “coleta” era visto como algo normal. Nas comunidades rurais de Mirandiba, de maneira geral, as crianças têm um nível de escrita pouco avançado. No melhor dos casos as mais velhas – com 10 anos a mais – escrevem sem ajuda externa; mas as outras não conseguem escrever. Enfim, o nível de alfabetização é muito baixo. E, mesmo que houvesse domínio da escrita o fato é que as crianças não compreendiam o sentido dessa correspondência. Por que escrever a alguém desconhecido? Por que fazer um desenho? Por que mandar uma carta a uma pessoa que não fala sua língua?

Porém, ao doar mensalmente dezenas de euros para a Actionaid, o doador acreditava contribuir para a promoção do bem-estar daquelas crianças pobres em um país pobre. A ajuda não é vista como meramente assistencialista. Mas, ao contrário, ela seria libertadora, pois supostamente permitiria uma mudança real na vida da criança e de sua família. As correspondências, os desenhos, o vínculo solidário – enfim, o que materializa o processo – tudo isso é, para aqueles que fazem doações, algo fundamentalmente bom. Sendo assim, o doador acredita que a criança é entusiasta quando redige a carta e faz os desenhos. E ele supõe também que esse entusiasmo é compartilhado pelas mães e pelos pais. Supondo aquilo, chegasse, em alguns casos a enviar correspondências para as crianças, nas quais os doadores apresentam sua família, sua casa, seu país, cidade. Em suma, dão corpo e sentido ao vínculo, reforçando, que este é baseado em um laço afetivo e de reconhecimento.

Mas, de fato, essas coisas não existem. Ou, para ser mais exato, não existem da forma idealizada pelo doador. Entre o ideal e o real, há uma grande defasagem, que se verificou de modo extremo, caricatural, na visão inicial de muitas crianças, que acreditavam que o doador era uma versão moderna do *papa-figo* – monstro do folclore pernambucano que mata os meninos mentirosos para chupar o sangue e comer o fígado. E os pais e as mães, não menos assustados e desconfiados de que seus filhos, temiam outra coisa: a possibilidade de todo esse sistema se tratar de um esquema para tirar as crianças de suas famílias e vendê-las a pessoas ricas.

Assim, para sustentar o processo de divulgação do “vínculo solidário”, era necessário a intervenção de mediadores. Pessoas que entendiam um pouco dos interesses da Actionaid e de seus doadores, e entendiam também dos possíveis interesses das famílias rurais. Esses mediadores, mais do que os agentes da Actionaid – que faziam duas ou três visitas por ano para auxiliar na implantação do sistema – seriam, sobretudo, os membros da *Conviver*, em particular Vavá. Para este último, embora o apadrinhamento de crianças representasse inicialmente alguma coisa esquisita, representava também um sistema de oportunidades. Falava-se de projetos e melhorias através o vínculo criado. Tais perspectivas justificavam uma experimentação. Foi assim que Vavá convenceu seus parentes e vizinhos da comunidade *Barreira* a confiar na proposta da Actionaid. A comunidade seria umas das primeiras a experimentar o sistema, ao cadastrar uma dezena de crianças (inclusive a filha de Vavá).

E, na prática, o “vínculo solidário” seria replicado no *Bola* (a comunidade do integrante da *Conviver*, Sandro Luiz do Amaral) e na comunidade do *Feijão*, onde havia uma liderança muito ativa, Maria José de Souza, conhecida como Mazé, cuja a trajetória como mediadora analisaremos a seguir.

3.2.f Ascendência de Mazé, liderança negra

Neta de Jiboião (a liderança negra apresentada no primeiro capítulo), sobrinha de Seu Lu (o associado da *Conviver*, filho de Jiboião), Mazé se tornaria particularmente influente nos projetos da *Conviver*, assim como no movimento quilombola local. Era uma pessoa jovem – hoje com 42 anos. E uma pessoa com grande potencial de discernimento e qualidades, destacadas para se tornar uma liderança reconhecida, tanto pelas famílias das comunidades, quanto por Vavá e pelos agentes da Actionaid.

Esse reconhecimento externo da *Conviver* e da Actionaid cresceria na metade dos anos 2000. Alguns anos antes, Mazé era conhecida, fora de seu círculo de íntimos, por ser professora em escolas rurais de Mirandiba. Ela tinha sido a primeira mulher negra a ser aprovada em concurso público municipal para professor. Uma façanha – devido as desigualdades que pesavam sobre a população negra em Mirandiba – que deu a ela certo prestígio nos círculos da prefeitura. Mas, fora o pequeno mundo dos professores e dos agentes da prefeitura que trabalhavam com eles, Mazé não desfrutava ainda de uma real influência.

Ela iniciaria uma ascendência mais efetiva ao voltar a comunidade do *Feijão*, sua comunidade de origem e onde seria professora da escola, a partir de 2001. Quando ela voltou, começou a se envolver na gestão da associação comunitária. Sua participação mais intensa faria frente à liderança de seu tio, Seu Lu, que até então era o “manda chuva” da comunidade. Uma ascendência que tinha sido construída em virtudes de projetos induzidos por Nelson Pereira: o projeto de eletrificação solar ligado a UFPE, e as ações do Conselho de Desenvolvimento. No primeiro projeto – a eletrificação solar – Seu Lu tinha se destacado como um dos beneficiários mais ativos nas intervenções. Seu depoimento, sobre a instalação de placas solares na escola do *Feijão*, foi gravado pelos avaliadores do projeto, e seu retrato foi tirado e exposto em forma de um quadro gigante nos locais da UFPE. No segundo projeto – o Conselho de Desenvolvimento – Seu Lu assinaria como presidente da associação do *Feijão* uma obra particularmente impactante: a eletrificação das comunidades rurais do Feijão e de seu entorno. Essa intervenção foi possível pelo prestígio de Seu Lu diante de Nelson Pereira e de outras lideranças políticas. E foi uma das ações mais comentadas do Conselho. Lideranças da oposição a Nelson, e em particular ao futuro prefeito João Batista, demonstraram reações de inveja em relação ao ocorrido e tentaram desviar o projeto – sem sucesso – para suas bases eleitorais.

Todavia, embora Seu Lu tivesse um grande crédito, ele perderia parte de sua legitimidade na comunidade do *Feijão*. Os habitantes culpavam-no de ser autoritário e de ter uma “falta de visão”. Por ele pertencer a uma geração criada na época dos chefes políticos e patrões que trocavam favores com o povo do campo, Seu Lu não entenderia os desafios do novo contexto político e social do Brasil democrático – um contexto que seria mais aberto à sociedade civil, aos processos participativos e as políticas públicas para o agricultor familiar. Foi assim que, no início dos anos 2000, e com a aprovação da grande maioria dos associados,

um grupo liderado por Mazé alcançou a direção da associação, sem que Seu Lu de nenhuma forma participasse da nova diretoria.

Gozando já de certa ascendência, por participar de eventos do sindicato dos professores, do movimento negro (o MNU) e da AS-PTA, e por ser a “pessoa tendo mais estudo” na sua comunidade, Mazé seria a líder indiscutível da nova geração do *Feijão*. E com o desenvolvimento da *Conviver*, essa posição de destaque se reforçaria ainda.

A súbita ascendência de Mazé e a concomitante decadência de seu tio teria expressão na aceitação do “vínculo solidário”. Enquanto para Seu Lu, tal sistema era algo incompreensível²⁵⁰, para Mazé era algo a ser experimentado. Isso é pelo menos a opinião de pessoas da comunidade do *Feijão* que, indagadas sobre esse ponto, assinalam um fato importante: a iniciativa de incluir o *Feijão* no “vínculo solidário” foi de Mazé, e unicamente dela – e isso contra a opinião dos mais velhos como Seu Lu, que não enxergava nenhuma vantagem nessa proposta.

Aliás, no início de 2004, o *Feijão* conseguiu o primeiro projeto financiado pelos recursos do apadrinhamento de crianças. A *Conviver*, através de seu diretor seduzido pelo empenho da comunidade, resolveu investir uma pequena verba na cavação manual de um poço destinado a agricultura irrigada. Esse benéfico, importante materialmente, representaria uma coisa ainda mais importante e duradora. Significava que, além dos bens materiais, o que prevalecia na relação entre o *Feijão* e a *Conviver* de Vavá era o companheirismo das atividades em comum, ao qual se associava, na representação do diretor da *Conviver*, uma adesão a valores comuns. As lideranças do *Feijão* – ou seja, Mazé e um grupo familiar em torno dela – seriam vistas pelo diretor da *Conviver* como pessoas que compartilhavam de sua *visão* acerca do desenvolvimento das comunidades. Como ele, as lideranças do *Feijão* demonstravam uma crença no potencial transformador da auto-organização dos agricultores.

²⁵⁰ Os parentes de Seu Lu, da comunidade do *Feijão*, chegam a essa conclusão ao destacar sua falta de entendimento. Ao ser entrevistado Seu Lu informou que não demonstrou interesse nesse sistema.

FOTOGRAFIA 13: Mazé



Fonte: Associação Conviver no Sertão, ano desconhecido, provavelmente de 2003 a 2005

3.2.g O controle de Vavá sobre os domínios estratégicos da *Conviver*

A escolha por construir um poço amazonas no *Feijão* foi tomada unicamente por Vavá. Uma decisão não coletiva e, de certa forma, meio em segredo, uma vez que os habitantes do *Feijão* não foram informados de onde vinham o recurso. Com receio da propagação de rumores e fofocas sobre a quantidade de dinheiro circulando na ONG que ele dirigia, Vavá preferiu abafar o assunto – altamente perigoso, na sua concepção, devido ao suposto caráter polêmico. E o modo mais óbvio para encobrir tudo isso foi utilizar um discurso simples e enigmático, não dizer nada de preciso sobre as origens do primeiro projeto financiado pelo

“vínculo solidário”, e limitar-se a dizer que tinha aparecido um recurso, o qual foi destinado às famílias do *Feijão*²⁵¹.

Quando agentes da Actionaid, em visita de avaliação a Mirandiba, perguntaram a opinião das famílias do *Feijão* sobre o projeto do poço, ficaram surpresos ao saber que ninguém tinha conhecimento da origem dos recursos. Como era possível que pessoas tivessem sido materialmente beneficiadas com uma ação do “vínculo solidário” e não tivessem nenhuma ideia a respeito disso, a respeito da concretização do “vínculo”, através de um projeto? Como era possível que as pessoas não soubessem que as correspondências de suas crianças, destinadas a doadores gregos, tinham resultado em uma ação concreta que iria supostamente “mudar suas vidas”? O que os doadores gregos, que davam mensalmente dezenas de euros a Actionaid, iriam pensar daquilo? Doar dinheiro para mudar a vida de pessoas pobres, ver parte desse dinheiro utilizado para um poço, e ficar sabendo que as famílias beneficiadas pelo poço nada sabiam sobre a origem dos recursos, portanto que a bendita água vinha das cartas que suas crianças trocavam com eles... Parece em tudo isso que havia de fato um problema. Ou seja, corria-se o risco de inviabilizar o apadrinhamento das crianças. Como as famílias iriam se sentir motivadas a manter suas crianças no sistema, se ninguém tinha conhecimento que tal sistema resultava em benefícios materiais e sociais?

Inconformados, os agentes da Actionaid exigiriam que Vavá explicasse às famílias rurais as origens dos projetos. Para eles, falar de recursos, de verbas, de dinheiro, era uma coisa normal e necessária. Não se devia manter aquilo no segredo, como se fosse um tabu. Vavá foi assim fortemente convidado a mudar sua estratégia de comunicação, parar com os segredos e falar claramente sobre a relação entre os recursos e o vínculo solidário.

Vavá entenderia o recado: nos meses seguintes, quando foram implantados outros pequenos projetos do “vínculo solidário”, ele informaria as famílias das origens dos recursos. Seria, no entanto, informações sucintas e ainda rodeadas de uma onda de mistério. Vavá não comunicaria sobre o montante das intervenções e os detalhes dos usos destes. Ele falaria o mínimo, por medo de falar demais e de suscitar uma curiosidade exagerada dos beneficiados.

A polêmica do não repasse de informações sobre os recursos do “vínculo solidário”, rapidamente resolvida pela Actionaid, mostrou indiretamente a existência de um fato

²⁵¹ Esses relatos sobre o primeiro projeto do vínculo solidário foram obtidas em entrevistas e conversas com Mazé e seu irmão Porfiro, também liderança de destaque.

importante: Vavá era o gestor quase exclusivo do orçamento da *Conviver*. Ele era de fato o diretor administrativo e o diretor financeiro, o coordenador dos projetos e o responsável pela contabilidade. Uma centralização em suma, com uma concentração de poder estratégico nas mãos do diretor.

Tal situação era algo novo para Vavá. Quando ele era representante dos agricultores no projeto local da AS-PTA (de 1999 a 2001), não tinha acesso aos recursos. A aplicação das verbas era prerrogativa de Luís Claudio Matos e de agentes da AS-PTA, que trabalhavam na sede da Paraíba e vinham pontualmente em Mirandiba. Mas, quando ele assumiu a direção da *Conviver*, Vavá foi levado a ser o gestor financeiro.

Pode-se objetar que falar de “gestor financeiro” é um pouco exagerado. Os recursos repassados pela Actionaid para a *Conviver*, entre 2002 e 2005, eram bastante limitados. Nessas condições, ter um “gestor” em tempo integral não era necessário. Precisava apenas realizar a contabilidade dentro da pequena equipe, dividindo as responsabilidades entre seus membros, o diretor e as três pessoas que trabalhavam com ele. E, em outros momentos, era preciso comunicar a aplicação dos recursos aos associados da *Conviver* e ao seu conselho administrativo – presidente, secretário, vice-secretário – que se reuniam uma vez por ano, durante a assembleia geral.

Essas coisas simples, todavia, não aconteciam. Havia uma centralização da gestão dos recursos nas mãos de Vavá, centralização que se acentuou durante os primeiros anos. Enquanto, inicialmente, o diretor encarregava uma mulher de sua equipe – Rita – a anotar em um caderno as despesas diárias, ele se encarregou depois de fazer isso, sem repassar as informações para os demais. A partir de 2004, Vavá fazia pessoalmente, e sem comunicar a respeito, quase todas as tarefas de aplicação e gestão dos recursos: a contabilidade básica, a decisão sobre o destino dos recursos, a realização dos pagamentos dos funcionários e prestadores de serviços.

Aliás, os pagamentos, que seriam realizados com cheques preenchidos em uma velha máquina de escrever, representariam momentos de intensa satisfação para Vavá. Tal alegação, por parte de um autor pretendendo a objetividade, pode parecer muito subjetiva. Mas, de fato, nos inúmeros momentos em que eu estava com o interessado presenciei diversas vezes o cumprimento da tarefa de preenchimento dos cheques. E nesses momentos de uso do velho equipamento (a máquina de escrever), observava uma transformação tangível no rosto de

Vavá, sua expressão mudava como se fosse um efeito de magia, e nessa expressão via-se um ar de satisfação impressionante²⁵².

FOTOGRAFIA 14: Vavá no escritório da *Conviver*



Foto tirada em 2009 pelo autor.

Enfim, o dinheiro era prerrogativa de Vavá. A máquina de escrever era de seu uso exclusivo e quando ele a utilizava não gostava de ser incomodado dando informações sobre os detalhes do preenchimento dos recibos e dos cheques. Em resumo o restante da equipe não estava informado sobre o uso dos recursos. O diretor não fazia reuniões sobre aquilo e nem conservava de modo mais informal.

No entanto, a falta de repasse de informação e a centralização da gestão financeira não eram totais. Havia, sim, uma divisão das tarefas. Mas está excluía a equipe e concernia três pessoas com os quais Vavá devia obrigatoriamente colaborar. A primeira era o contador – um funcionário de um escritório de contabilidade situado na cidade de Serra Talhada. As notas

²⁵² Em outro momento no qual constatei que Vavá estava muito feliz foi no dia em que o acompanhei na execução de um projeto de construção de cisternas de casa (aquelas cisternas cilíndricas de 16.000 litros para captação de água da chuva. Nesse dia Vavá visitou as famílias que seriam beneficiadas. E marcou com elas o lugar onde seria cavado o buraco da futura cisterna. No momento em que vi o Vavá medir e traçar os círculos marcando o lugar preciso das construções, observei que havia nele uma expressão de profunda satisfação, com se a perspectiva da construção das cisternas, aliado ao papel central que ele mesmo desempenhava neste processo provocasse nele um sentimento genuíno de felicidade.

fiscais, recibos e outros comprovantes de despesas eram repassados para ele. Isso era obrigatório para uma ONG do porte da *Conviver*.

A segunda pessoa seria o próprio presidente da *Conviver*, João Leão Carvalho, que era responsável por assinar os cheques relativos a movimentação financeira, junto com Vavá. Inicialmente, tinha-se decidido que este último seria o único assinante. Mas o Banco do Brasil de Mirandiba, no qual a *Conviver* tinha sua conta, exigiu da pequena ONG que ela desse dois nomes para essa função, dado que ter um nome só levaria a um risco de abuso de poder por parte do responsável pela movimentação bancária. Assim, Vavá preenchia os cheques, assinava, e levava para o presidente assinar, depois de ter explicado a este a finalidade das despesas. Tal procedimento fluiria de maneira simples, na medida em que o presidente não perguntava muito sobre o uso dos recursos.

Enfim, a terceira pessoa que assessoria Vavá seria Magnus. Pois ele era o único capaz de realizar a prestação de contas com a Actionaid. O trabalho exigido – mandar, uma planilha em Excel, com a relação das despesas – era algo difícil para Vavá, por ele não ter conhecimentos em informática.

O mais complicado, contudo, não eram tanto as planilhas em si, mas a maneira de apresentar a chamada “prestação por objetivos”. A exigência era da Actionaid, que dizia trabalhar por meio de um “planejamento por objetivo” – método que valia tanto para ela como para os parceiros locais que ela financiava. Na parte financeira, isso se materializava na referida “prestação por objetivos” que, concretamente, tinha a característica seguinte: cada despesa da Actionaid e de seus parceiros – salários, escritório, transporte, repasse para projetos, etc. – era dividida entre, de um lado, uma série de itens chamada “objetivos específicos”, e de outro, um item, “custo de funcionamento”. O primeiro grupo – os objetivos – devia representar no mínimo 70% do orçamento total e o segundo – o funcionamento – no máximo 30%.

Até agora, tudo isso parece claro, mas as coisas se complicam quando se trata de definir os itens referentes aos objetivos e ao funcionamento. Na prática os salários podem ser considerados “objetivos”, ou seja, investimentos inerentes à realização de um projeto concreto, beneficiando diretamente ao público alvo – e não aos gestores e funcionários da ONG. Na prática também, uma mesma categoria de gasto – transporte, viagens de funcionários, etc. – pode ser repartido em vários itens. No caso da *Conviver*, isso significa que uma única despesa

como, combustível, pode ser dividida em várias despesas e corresponder a vários objetivos. Do mesmo modo, as ajudas de custo da equipe e do diretor – e, a partir, de 2006, os salários formais – podem ser divididos em objetivos diferentes e custos de funcionamento distintos.

Essa ordenação complexa tem um objetivo engenhoso: aumentar artificialmente o volume dos investimentos em projetos e diminuir, conseqüentemente, o volume dos gastos em funcionamento da estrutura. Em outras palavras, trata-se de um artifício destinado a fazer crer que a Actionaid investe 70% de seus recursos em ações diretamente destinadas ao público alvo, e apenas 30% em ações destinadas a seu funcionamento – escritório, salários, etc. Uma astúcia que, afinal, é destinada aos doadores da Actionaid, aos quais é explicado que 70% de suas doações vão para ação concreta em benefício das crianças, e apenas 30% em gastos em salários e estrutura da ONG.

Na realidade, a Actionaid aplica mais de 50% de seu orçamento na manutenção de sua própria estrutura²⁵³. Os parceiros locais – que executam os projetos junto com as famílias das crianças apadrinhadas – recebem apenas o restante. E desse restante, esses mesmos parceiros possivelmente tiram a metade para suas próprias estruturas. Resultado, menos de 25% das doações são efetivamente aplicadas em projetos diretamente direcionados ao público alvo. Mas o problema não por aí: desses 25%, boa parte é aplicada em gastos que não impactam significativamente a vida das crianças apadrinhadas. São gastos em capacitações, em pequenas obras, que às vezes beneficiam mais aos “capacitadores” do que aos capacitados, e aos construtores do que aos beneficiados pela construção. No final das contas, pode-se considerar que menos de 10% da doação resulta em algo tangível para a criança e sua família²⁵⁴.

Nesse cenário, a *Conviver* aparece como uma ONG que gasta pouco com sua estrutura. Ajuda de custo e salários, um carro velho, duas motos de terceira mão, um escritório austero e sem conforto, isso é a modesta estrutura da *Conviver*, bem longe da grandiosidade da sede da Actionaid no Rio de Janeiro, ou até da qualidade das sedes de ONGs que está última financia, como a AS-PTA na Paraíba. Mas, voltando ao assunto, o que interessava a Vavá não

²⁵³ Em 2011 participei do evento anual da Actionaid com os parceiros locais das ONGs. Nesse evento o responsável financeiro fez uma prestação de contas explicando claramente a divisão do orçamento em duas partes: a primeira referente ao funcionamento da Actionaid – salários, escritório, comunicação, etc – e que representava 50% das despesas, e a segunda referente aos repasses para os parceiros – uma quinzena de ONG no Brasil – e que representavam os 50% restante.

²⁵⁴ Estamos falando de modo esquemático, a realidade sendo mais nuançada. Mas nossa ideia é mostrar que a comunicação da Actionaid atribui proporções maiores aos seus investimentos em projetos e subestima voluntariamente seus gastos em funcionamento. Tal procedimento, aliás, é comum nas ONGs levadas a comunicar com possíveis doadores para arrecadar fundos.

eram essas considerações, mas a realização concreta das prestações de contas trimestrais e anuais que manteriam o fluxo dos repasses da Actionaid.

Nesse processo, a contribuição de Vavá seria algo simples: uma relação das despesas datilografada. Uma apresentação breve, mas muito racional e refletindo, de fato, a realidade da aplicação dos recursos: ajudas de custo, salários, pagamento do escritório de contabilidade, custos com o escritório e transporte, e investimentos relativos a pequenos projetos para as famílias do “vínculo solidário” – como a perfuração de poços, a distribuição de matrizes de cabras e ovelhas, a construção de sede das associações rurais, a distribuição de pequenos equipamentos de irrigação, etc.

Disso tudo, Magnus faria uma prestação computadorizada e complexa. Uma prestação com vários objetivos: “acesso à água”, “apoio à produção irrigada”, “apoio às atividades pecuárias”, “incentivo a agroecologia”, “incidência política”, etc. Objetivos que, aliás, não refletiam fielmente as atividades da *Conviver*: alguns itens – como a “incidência política”, ou anos mais tarde o “apoio a comunidades quilombolas” ou “apoio ao orçamento participativo da prefeitura”, existiam apenas no papel e nos desejos da Actionaid.

Enfim, no final disso, Magnus produzia planilhas que se encaixavam nos requisitos da Actionaid. A *Conviver* se harmonizava com os modelos da Actionaid. E esta última podia comunicar sobre a realização de seus objetivos – incidência política, igualdade de gênero, fortalecimento das capacidades dos grupos de agricultores familiares, entre os itens mais destacados – e sobre o suposto fato de que 70% de suas despesas eram investimentos destinados diretamente ao público alvo.

Essa descrição da prestação de conta leva-nos a perceber que Magnus era uma figura central da *Conviver*. Mas, qual era exatamente sua situação em relação à entidade? Ele era funcionário? Era um assessor remunerado pontualmente? Era um colaborador mais afastado?

Na realidade, Magnus era mais um “projetista”. Ele montava e escrevia projetos destinados a entidades possivelmente financiadores de intervenções da agricultura familiar: ONGs nacionais e internacionais, fundações filantrópicas, agências internacionais, órgãos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), etc. No seu trabalho, Magnus seria eficiente. De 2002 a 2005, ele conseguira muitos financiamentos: um recurso do DED (Cooperação Alemã) para reforma da sede da *Conviver* e aquisição de computadores; um recurso do MDA

para fabricação em pequena escala de polpas de frutas; e um recurso do mesmo financiador para a construção de uma pequena fábrica de polpa (projetos que detalharemos mais adiante).

Em algumas dessas ações, Magnus conseguia tirar algumas remunerações. Seu sustento não dependia, assim, dos fundos repassados anualmente pela Actionaid. Mas, na verdade, seu envolvimento na *Conviver* se tornaria quase uma atividade secundária. Isso porque Magnus se dedicaria à outra atividade: ele construiria e desenvolveria uma pequena fábrica para a produção de óleos tirados dos produtos do sertão (como a linhaça, o coco, a moringa). Magnus havia mudado para a área rural de São José de Belmonte (35 km de Mirandiba) em 2000, onde ele tinha comprado um terreno agrícola no qual iria construir a fábrica. A partir de 2002 e 2003, período marcado pelo início da *Conviver*, a fábrica começaria gerar renda.

Embora, através de seu papel de projetista, Magnus contribuísse para atividades estratégicas da *Conviver*, Vavá ficaria como seu líder central. Vários fatores explicam esse fato. O principal deles é que a Actionaid acordava uma grande autonomia aos seus parceiros locais. Ela exigia deles apenas que implantassem o “vínculo solidário” e executassem pequenos projetos de desenvolvimento que pudessem agradar as famílias cadastradas nos programas. Fora a necessidade de manter um grande número de crianças apadrinhadas, e manter uma dinâmica de ação a partir da qual a ONG internacional pudesse comunicar – divulgando a seus doadores a existência de projetos e ações mudando a vida das pessoas pobres ajudadas – não se exigia muito em relação à organização interna dos parceiros apoiados. Enfim, seja em Mirandiba, ou em outras regiões, a Actionaid não se intrometia nos assuntos internos das ONGs que implantavam o “vínculo solidário”. O que prevalecia era a dinâmica interna das entidades parceiras, e no caso da *Conviver* essa dinâmica era de ascendência de Vavá sobre os demais. Sendo assim, Vavá tinha uma grande liberdade de ação e o único fator suscetível de mudar essa situação seria uma mudança na organização interna da *Conviver*, vindo de iniciativas internas dos membros e associados da pequena ONG.

Mas, por enquanto, ninguém pensava em contestar o poder do diretor Vavá. O presidente da *Conviver* – que, teoricamente, poderia assumir responsabilidades maiores – admitia que seu papel era limitado, devendo apenas ajudar discretamente o diretor na sua missão. Indagado a respeito, João Leão Carvalho – o primeiro presidente, de 2001 a 2004 – conta que suas intervenções se resumiam em pedir informações sobre o conteúdo das despesas referentes aos cheques preenchidos. Vavá se conformava a isso, explicando ao presidente os itens que contavam nos montantes dos cheques. Uma vez prestada a explicação, o presidente

assinava e retornava a suas ocupações normais, fora da *Conviver*. Em suma, a função do presidente era basicamente de assinar os cheques.

No seio da equipe da *Conviver*, a ascendência de Vavá era também reconhecida e aceita (estamos nos referindo ao período de 2001 a 2006). O diretor desfrutava de uma imagem positiva, construída por um longo percurso como liderança. Ele era visto como a pessoa certa para administrar a *Conviver*, a pessoa legítima para assumir as responsabilidades dessa gestão, mesmo que isto implique uma forte centralização a seu favor. No seio das comunidades rurais, e no mesmo período de 2001 a 2006, Vavá gozava também de uma grande legitimidade. Ele era reconhecido e aprovado por suas qualidades de liderança, de mobilizadores dos agricultores.

Três qualidades concorriam para tal reconhecimento. A primeira seria a retidão. A segunda o comprometimento. E a terceira um grande talento de comunicante. Começamos pela retidão. Vavá era visto – *grosso modo* – como alguém honesto. Qualidade rara, na opinião comum, entre as pessoas dispostas de poder e responsabilidades em associações ou outras organizações coletivas. Podia-se supor que o diretor, através de suas funções, fosse envolvido em esquemas para desviar recursos em seu próprio benefício, ou de seu grupo de parentes, ou aliados. Isso era considerado coisa normal em organizações coletivas. Enfim, nas representações dos habitantes da área rural de Mirandiba – e dos mirandibenses em geral – considerava-se normal que um líder se beneficiasse “ilicitamente” de suas funções. Desviar às escondidas recursos e reservá-las para si, seus parentes ou seus aliados era um fato considerado comum, legítimo, na medida em que estes permanecem nas justas proporções, sem afetar a retribuição dos que participavam dos projetos da associação. Porém, no caso de Vavá, nem se podia presumir pequenos desvios. Nada, na sua atitude e no seu estilo de vida, indicavam qualquer forma de enriquecimento baseado no aproveitamento de suas funções. Desde que ele começou a participar dos projetos da AS-PTA, e até sua consagração na direção da *Conviver*, Vavá sempre ostentou a mesma humildade de condição. Uma humildade que se manifestava em vários pontos: a ausência de um carro próprio, a ausência de bens diferenciados, a posse de uma casa simples – uma casa na *roça* que era do pai, dessas casas de agricultores médios (tijolo, alvenaria, muros altos, varanda), iguais a seus parentes próximos. Apenas a partir de 2004, Vavá revelaria uma condição melhor, ao alugar uma casa na cidade, de um padrão relativamente bom. Mas a casa alugada, afinal, não era um luxo. Era coisa normal para alguém que trabalha diariamente na cidade. E tal como na cidade, a vida de Vavá

na área rural era simples. Por exemplo, sua propriedade rural não denotava uma melhoria de condição. Denotava apenas o trabalho de um agricultor familiar igual a muitos outros. Vavá tinha algumas vacas, uma criação de ovelhas e cabras, mas muitos de seus parentes tinham muito mais matrizes de que ele. Vavá teria também, a partir de 2006, duas pessoas que trabalhariam de modo informal em sua propriedade, fato já um pouco mais raro de encontrar, e que talvez começasse a indicar uma acumulação de bens “ilícitos” através da *Conviver*. Mas, afinal de contas, em meados do ano 2000, após quatro ou cinco anos na gestão da pequena ONG, não havia nada de evidente que comprovasse uma mudança exagerada no status social de Vavá.

Pode-se objetar que os recursos suscetíveis de serem desviados eram reduzidos – R\$ 103.000 em 2005. Havendo pouco dinheiro, haveria poucas oportunidades de enriquecer desviando recursos. Porém, a experiência dos projetos associativos de desenvolvimento rural, os quais tinham se multiplicado nos anos 1990, a partir de fundos públicos, mobilizados e promovidos por Nelson Pereira, essas experiências mostravam que geralmente um repasse de verba pública para um projeto social gerava práticas fraudulentas. Mesmo que o valor fosse pequeno – mil, três mil, cinco mil reais – havia sempre sinais tangíveis de desvio de finalidade de verbas, ou aproveitamento individual. Porém, no caso de Vavá, nada disso, nada de gritante revelava um aproveitamento “ilícito”.

A ideia de um Vavá honesto estava associada a outra qualidade: uma tendência em “não fazer política”. Na opinião das pessoas que conviviam com ele ou participavam dos projetos que coordenava na *Conviver*, Vavá era uma liderança que “não se envolvia em política”. Em outras palavras, uma liderança que agia para todos os agricultores familiares da área rural, sem discriminar ninguém por conta de afiliações partidárias, e sem tirar proveito de seu trabalho social para se candidatar a um cargo político.

De fato, embora Vavá participasse da política local – ele sempre apoiou Nelson Pereira e seu grupo político, e se filiou ao PT no início dos anos 1990 – ele parecia dissociar seu envolvimento político de seu engajamento nos projetos da AS-PTA e da *Conviver*. E havia a respeito disso uma prova manifesta: Vavá nunca considerou a possibilidade de se candidatar a vereador. Com todos os projetos dos quais ele participava, podia-se supor que tentaria ingressar na política, valorizando seu trabalho social e transformando esse trabalho em capital político. Mas, segundo os relatos dos agricultores de Mirandiba, desde que se tornou

conhecido no município (na segunda metade dos anos 1990), Vavá jamais demonstrou interesse em um cargo político.

A dissociação do trabalho social em relação à disputa local se manifestava no dia-dia das atividades de Vavá. Nas reuniões que organizava, ou nas reuniões das associações rurais das quais participava, nunca tocava em assuntos da política. Nunca incentivava agricultores a votar em determinado grupo político ou lideranças. Todo mundo sabia que apoiava Nelson Pereira e o grupo dele, mas esse apoio era restrito a esfera privada, Vavá, nas atividades públicas da *Conviver*, não pedia voto para os políticos, nem falava deles. E, além disso, não excluía ninguém por causa de afiliações políticas. Todos os agricultores familiares, independentemente de seus votos, eram suscetíveis de participar dos projetos da *Conviver*.

Outra qualidade destacada, quando se fala de Vavá, é seu comprometimento. Temos aqui a ideia de uma liderança que se dedica dia e noite, de segunda-feira a domingo, a sua missão de auxiliar as famílias rurais. Tendo o acompanhado durante mais de três anos, tive a oportunidade de constatar o trabalho dessa liderança. Vavá não parava de trabalhar – ou pelo menos não parava de visitar as comunidades rurais para divulgar os projetos da *Conviver* e, em outras ocasiões, participar das reuniões das associações rurais, que geralmente ocorriam aos domingos. Perguntadas a respeito, as pessoas da área rural muitas vezes falam que “a vida de Vavá é a *Conviver*”.

Tal comprometimento se associa a uma imagem de frugalidade. Nas narrativas da população rural, Vavá, nos seus primeiros anos na direção da *Conviver*, nunca ostentou sinal de riqueza e de mudança de estatuto social. Quando ele conversava comigo sobre o período inicial na AS-PTA e na *Conviver*, falava em termos parecidos, insistindo sobre sua humildade. Uma humildade que geralmente confinava-se com a ideia do “sacrifício”. Ou seja, Vavá dizia “ter se sacrificado” pela causa da *Conviver* e do “homem do campo”. Como ilustração daquilo, ele lembrava suas caminhadas longas, a pé, à noite, da cidade de Mirandiba até sua casa nas *Barreiras* (18 km de distância), caminhadas ligadas a sua participação em reuniões da AS-PTA que ele nunca perdia, qualquer que fosse o horário ou a disponibilidade de transporte. Todas essas andadas, sem transporte próprio, muitas vezes com a única força das pernas e dos pés, era a imagem de um trabalho quase voluntário que Vavá prestava para a AS-PTA. A liderança afirmava ao autor não ter ganhado quase nada, em termos materiais, de seu envolvimento na ONG nacional. E ele afirmava também que, durante os primeiros anos da *Conviver* – quando o orçamento repassado pela Actionaid era muito limitado – o trabalho

diário que ele consentia, de segunda-feira a domingo, de manhã cedo até o cair da noite, era um trabalho quase voluntário, sem verdadeiro salário nem verdadeiros benefícios materiais. Um sacrifício, que ninguém em Mirandiba teria tido a coragem de assumir.

A última qualidade de Vavá que avalio ser importante comentar é o talento comunicativo. Revelamos anteriormente uma manifestação deste talento: a impressão muito positiva deixada pela liderança em Jorge Romano, diretor da Actionaid no início dos anos 2000. Foi graças a essa imagem – pelo menos em parte – que a ONG internacional decidiria apoiar a recém-criada *Conviver*. Em outras ocasiões, situações parecidas aconteceriam. Vavá seduziria seus interlocutores, ao falar em termos que fazia sentido para eles. Impor-se-ia então, para os parceiros externos, a imagem de uma liderança íntegra, abnegada, conscientizada e vanguardista. Tantos os agentes da AS-PTA, quanto aquelas da Actionaid, seriam convencidos a ter encontrado em Vavá a pessoa certa para mobilizar os agricultores em torno de projetos sociais alternativos.

O interessante é que a boa impressão deixada diante dos atores externos não se repetia necessariamente diante dos agricultores e das famílias rurais. As falas e os discursos de Vavá, comoventes para as ONGs que visitavam Mirandiba, não o eram tanto para a população local. Isto é um ponto de vista manifestado por pessoas de Mirandiba, que indagadas a respeito falam que Vavá tinha muitas vezes a tendência em repetir as mesmas coisas ou não abordar os assuntos mais importantes. O próprio autor deste trabalho observou também aquilo. Em várias reuniões, nas comunidades rurais, Vavá discursava sobre assuntos sociais diversos – o associativismo, a força do coletivo, o protagonismo social – assuntos em si potencialmente interessantes, mas que não interessavam as pessoas presentes, as quais esperavam intervenções mais ligadas a seus interesses a curto prazo. Em outras palavras, esperava-se um Vavá discursando sobre ações concretas resultando em benefícios concretos (poços, cisternas, barreiros, etc.), mas muitas vezes a liderança falava de assuntos mais amplos (o protagonismo coletivo, a autonomia em relação aos políticos locais) que não respondiam as expectativas mais triviais da plateia.

Ao que parece, Jorge Romano da Actionaid já tinha notado esse ponto, quando ele teria afirmado, segundo Luiz Claudio, que “os agricultores não entendiam a fala de Vavá”. Nesse relato, haveria a ideia de um Vavá dispendo de um nível de conscientização mais elevado que a média dos agricultores. Um nível que o permitia entender coisas – sobre a política local, as políticas públicas, o protagonismo coletivo e social dos agricultores para defender seus

interesses – que os demais ainda não entendiam, por pensarem demais em “termos tradicionais”. Assim, como todo líder introduzindo ideias novas em um meio social afetado pela inércia, Vavá enfrentaria uma grande dificuldade por não ser entendido pelos congêneres.

Mas, voltando aos primeiros anos da *Conviver* (de 2001 a 2005), isso não era prejudicial. O fato de não ser sempre entendido não afetava a imagem de Vavá nas comunidades rurais, dado que essa imagem positiva repousava sobre outras qualidades da liderança: sua retidão e seu comprometimento, associados a implantação concreta de projetos trazendo benefícios materiais para as populações. E a realidade desses benefícios, a realidade dos projetos de recuperação de açudes, construção de cisternas ou de poços, devia em parte significativa a atuação de Vavá. Se não fossem as qualidades de comunicantes de Vavá, suas qualidades de militante da causa da agricultura familiar, as entidades externas não teriam apoiado de modo maciço a *Conviver*.

3.3 A EXECUÇÃO DO PAA EM MIRANDIBA, COM O DESTAQUE DE TRÊS MEDIADORES: VAVÁ, MAGNUS E SANDRO

3.3.a Um contexto local favorável para a execução do PAA

Até agora, relatamos a ascensão da *Conviver* e de Vavá através de duas parcerias com entidades da sociedade civil: a ONG de origem americana Catholic Relief Service (CRS), que financiou um projeto de recuperação de açudes, e a ONG internacional Actionaid, que começou apoiar de modo institucional a *Conviver*, ao financiar a partir de 2003 a manutenção de seu escritório e a execução de pequenos projetos de desenvolvimento rural. Essas duas parcerias – e, sobretudo, a da Actionaid, que se inscreve no longo prazo – tiveram um impacto significativo na *Conviver* (no período de 2003 a 2006). E de certa forma um impacto também na área rural de Mirandiba, em particular com a recuperação de 22 açudes em 2004 (projeto CRS). Porém, parece claramente que os apoios externos obtidos pela *Conviver* impactaram mais a própria estrutura da ONG e suas lideranças do que o público alvo dessas intervenções, os agricultores familiares e em geral os habitantes da área rural de Mirandiba²⁵⁵.

²⁵⁵ Faremos referência a impactos no curto prazo. A médio e longo prazo, todavia, é possível que um apoio institucional como aquele da Actionaid resulte em mudanças tanto na *Conviver* como no público alvo.

A partir de 2006, no entanto, a *Conviver* necessitaria um programa público que mudaria sensivelmente – e rapidamente – as áreas rurais de Mirandiba: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entraria assim em cena o Estado, através do Governo Lula investindo, desde sua eleição em 2003, em políticas e programas de apoio à agricultura familiar.

O PAA, que seria executado em Mirandiba através de vários convênios de 2006 a 2011, seria incontestavelmente o projeto de destaque da *Conviver*. E sem nenhuma dúvida foi o projeto no qual as lideranças tiveram mais oportunidades de ganhar destaque. E em particular três delas: Vavá, Magnus Mollgaard, e Sandro Luiz do Amaral, sendo que este último no início do PAA era ainda membro da equipe menos influente.

A relativa ascendência de Sandro, que depois de algum tempo se tornaria o gestor de referência do PAA, causaria atritos com Vavá, habituado até agora a ser o maior líder. Essas tensões serão enfatizadas nas linhas seguintes, mas por enquanto apresentaremos rapidamente o que é o PAA e como ele começou a ser implementado em Mirandiba.

Criado em 2003, no âmbito do Programa “Fome Zero”, o PAA²⁵⁶ tem como objetivo promover a segurança alimentar dos grupos atendidos por instituições que prestam assistência social e educativa, possibilitando, ao mesmo tempo, o aumento da renda dos agricultores familiares. Um objetivo mais estrutural é reforçar as organizações da agricultura familiar, como cooperativas e associações comunitárias, para que elas possam ser responsáveis pelo processo de mobilização e execução do PAA nas regiões rurais²⁵⁷.

Na modalidade de “Compra com Doação Simultânea²⁵⁸”, que seria implantada em Mirandiba, o PAA compra sem licitação a produção dos agricultores familiares e a redistribui para entidades públicas (escolas, creches, hospitais) ou integrantes da sociedade civil (pastorais da criança, associações caritativas) atendendo a grupos considerados vulneráveis ou a crianças de regiões desfavorecidas. A concretização das ações é realizada através de pedidos de projeto: associações de agricultores, cooperativas e/ou sindicatos, os quais elaboram propostas que são instruídas em cada Estado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os projetos aprovados têm vigência de um ano, prorrogáveis até atingir as metas de

²⁵⁶ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são responsáveis pelo o financiamento do programa.

²⁵⁷ Entidades públicas, como as prefeituras, ou órgãos de extensão rural, podem também mediar o programa.

²⁵⁸ O PAA é operacionalizado em várias modalidades: “Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, “Compra Direta da Agricultura Familiar”, “Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite”, “Compra Institucional” e enfim “Compra Com Doação Simultânea”, esta última será mais analisada neste trabalho.

produção previstas. Cada agricultor dispõe de valor máximo de produção, que ao longo da existência do programa, passou de R\$ 2.500,00 a R\$ 8.000,00 entre 2002 a 2014. Uma vez concluído o projeto, é preciso elaborar uma nova proposta a ser instruída novamente pela Conab.

Em Mirandiba, a *Conviver*, por meio de Vavá e de Magnus, elaboraria uma proposta para a Conab, na segunda metade de 2005. Antes disso, a pequena ONG tinha implantado pequenos projetos de produção e comercialização agrícola, os quais criaram uma dinâmica favorável à futura implantação da PAA. Magnus foi o principal promotor dessas primeiras experiências. Foi ele quem conseguiu, em 2003, financiamentos do Estado para o primeiro micro projeto produtivo: a produção artesanal de polpa de fruta congelada.

Os principais executores da ação seriam os agricultores de uma comunidade rural que teria um papel privilegiado na implantação do PAA: a comunidade do *Feijão*, que a partir de 2006 seria registrada na categoria jurídica quilombola. Em 2003, no entanto, quando começaram as atividades impulsionadas por Magnus, as famílias não tinham quase nenhum conhecimento sobre a categoria quilombola. Elas eram apenas consideradas como pertencendo a uma comunidade de agricultores, no caso em tela de agricultores negros (chamados localmente *morenos*) que eram descendentes de moradores sem terra. Enfim, o *Feijão*, em 2003, tinha algumas lideranças como Mazé (já apresentamos um pouco em linhas anteriores) que já se destacavam nos projetos da *Conviver*: o sistema do “vínculo solidário” e a primeira ação concreta financiada através dele, a construção de um poço para a agricultura irrigada.

Enfatizamos a participação do *Feijão* e de lideranças como Mazé, porque no futuro, a comunidade teria um papel de destaque no PAA. Ela participaria de um arranjo em torno da instituição da *Conviver*. Arranjo no qual Vavá seria inicialmente o coordenador principal, apoiado por Magnus e pela equipe da *Conviver*. Magnus – o promotor das primeiras experiências produtivas – relata que como começou o micro projeto, que foi por assim dizer o precursor do PAA:

O início do projeto [de fabricação de polpa de fruta] se confunde praticamente com o início da *Conviver*. Que a ASPTA fazia projetos de recursos hídricos, exclusivamente de recursos hídricos, em Mirandiba. Aí quando a AS-PTA se retirou nós fundamos a *Conviver* e a primeira decisão que a gente tomou foi trabalhar a agricultura familiar como um todo. Incluindo principalmente a parte produtiva. Aí a gente tentou arrumar recursos prá trabalhar. E um dos primeiros projetos foi pelo MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Abriram um edital para a

convivência com o semiárido. Era para emitir propostas que tivessem a intenção de melhorar né... E era um projeto meio ligado a ecologia... E aí a gente lançou a proposta de produção de polpa e de caroá (que fornece fibras né). O caroá seria para confecção de artesanatos e o umbu que era para fazer polpas, sucos.

Aí esse projeto a gente conseguiu. Conseguimos o recurso, foi uma quantidade pequena (...). Aí a gente foi comprar uma instalação mínima: alguns freezers, um freezer ou dois, uma despolpadeira muito pequena e... não sei... um liquidificador... era muito pouco mesmo... E a fábrica funcionou num prédio da prefeitura... Aí começamos operar né, com poucas famílias, eu acho que tinha *Feijão, Feijão* estava no meio, e mais três comunidades. Eram poucos agricultores também, eu acho que não chegava a 20 agricultores.

Aí a produção foi vendida para a Prefeitura [o Prefeito era Jorge Rubens de Carvalho, eleito em 2000, do grupo político de Nelson Pereira]. Mas foi vendido pouco também: foi um projeto muito pequeno mesmo marginal. Mesmo assim o pessoal gostou. E foi muito bem avaliado também pelo MDA: elogiaram muito, tanto a proposta como a execução. Acho que foi um dos melhores que eles viram. Eu me lembro que eles estavam fazendo a visita aqui em Mirandiba, vinha um cara muito legal...

Era o início do governo de Lula né. E teve mudanças né. A gente teve acesso à primeira vez ao MDA. Que antes não existia isso. Era outro mundo. Naquele ano [2003] realmente era uma grande mudança. Pela primeira vez a gente se comunicava diretamente com o ministério, com alguém do ministério, conseguir recursos sem intermediação... Muito bom nesse sentido também²⁵⁹ ...

Nas ações mencionadas, havia já todos os fatores que contribuiriam para o futuro sucesso do PAA em Mirandiba: um contexto político nacional favorável, com o Governo Lula viabilizando recursos para a agricultura familiar e a *convivência com o semiárido*; um contexto local propício, graças a *Conviver*, sua estrutura e suas lideranças capazes de mobilizar os agricultores, elaborar projetos e conseguir financiamentos; e enfim a existência de agricultores organizados, em particular na comunidade do *Feijão*, mas também naquelas da *Barreira* (de onde vinha Vavá) e do *Bola* (de onde vinha Sandro).

O único freio na primeira experiência da fabricação artesanal de polpas de frutas seria o acesso aos mercados. O PAA, mais tarde, iria resolver essa dificuldade, ao abrir para os produtores rurais os mercados institucionais (escolas, creches, hospitais, etc.). Mas, em 2003 e 2004, na execução do pequeno projeto de polpa de fruta, a ligação com o poder público não daria certo. A Prefeitura, que havia assumido o compromisso de comprar as polpas, não respeitou o acordo, comprou durante apenas três ou quatro meses pequenas quantidades de

²⁵⁹ Entrevista realizada no dia 10 de março de 2014.

polpas – que tinham sido distribuídas nas escolas – mas a seguir ela alegou a falta de verbas para continuar a experiência.

Porém, como ponderou Magnus, o micro projeto financiado pelo MDA foi um sucesso. Um sucesso em forma de um aprendizado que prepararia a *Conviver* e os grupos de agricultores para a intervenção maior do PAA. Magnus relata como ocorreu a transição entre os dois projetos, entre os anos 2004 e 2005:

O Prefeito Doutor Jorge²⁶⁰ ele comprova alguma coisa. E era meio... Assim com tudo não é... Como tudo que passava pela prefeitura era complicado. Eram poucas coisas que comprovam... Mesmo assim as comunidades adoravam e elas queriam continuar. Os que estavam entregando recebiam alguma coisa e eu acho que foi isso que gerou uma dinâmica. E também a boa avaliação do pessoal das comunidades.

Eu me lembro que Cida [irmã de Mazé, liderança da comunidade *Feijão*] ela fez um depoimento muito bom assim, bom diante de um avaliador lá do MMA [Ministério do Meio Ambiente]. Ela falou: “olhe tudo isso aí [a fabricação das polpas] não tem ninguém ajudando nós, nós que fazemos isso, nós que entregamos, nós processamos, nós fazemos tudo.” Ela falou muito bonito, isso também ajudou na avaliação do MMA. E para a gente também era um sinal que estava certo o caminho...

Bom. Aí surgiu o negócio da Conab [do PAA, sendo que o projeto será chamado pelos agentes da *Conviver* e os agricultores o “Projeto da Conab”, devido a execução do programa por esta instituição]. (...) Donicelio [associado da *Conviver*] e mais Sandro [o integrante da equipe da *Conviver*] eles foram em uma oficina, alguma coisa lá, em Juazeiro da Bahia. Essa oficina estava ligada ao IRPAA²⁶¹. E na Bahia, eles já tinham esse projeto: de venda de produtos para a Conab.

Aí a gente percebeu – acho que foi o mérito de nossa equipe – a gente percebeu o potencial. Na hora a gente sacou: isso aí é para nós! Aí a gente fez todo o encaminhamento. Fizemos o projeto. Entramos em contato com o pessoal da Conab de Recife. E eles quase não tinham experiências...

[O entrevistador]: essa parte de escrever o projeto foi você quem fez?

- É. Essa parte aí eu fiz tudo mesmo. Não era digitalizado, era formulários impressos que tinha que ser preenchidos, não era uma coisa online como hoje. Esses formulários vinham pelos e-mails, sei lá...

E o pessoal da Conab de Recife não tinha nem uma experiência. Eles só tinham um projeto aqui. Que inclusive acho que nunca funcionou. Em Pombos, perto de Recife. Então era nós e eles, Pombos... Pombos é conhecido como um polo de produção de hortaliças. Eles são um dos principais produtores de hortaliças para Recife. E eu acho que o projeto deles nem era verdura, era só mandioca. Só era um produto...

²⁶⁰ Nome completo: Jorge Rubens de Sá Carvalho, prefeito de 2000 a 2004, do mesmo grupo que Nelson Pereira.

²⁶¹ Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada. Uma ONG sediada em Juazeiro, no Estado da Bahia.

Aí em Recife não tinham experiência, aí encaminharam para nós o projeto de Pombos. Aí a gente viu. Era coisa simples: histórico da associação. E as DAP²⁶² né, o principal documento de comprovação.

[O entrevistador]: tinha exigência de agricultura orgânica?

- Sim. A gente botou como orgânico. Mas era muito pouco a exigência: quem comprovava era o IPA²⁶³ ou CECOR²⁶⁴, essas coisas. Passou muito tempo nesses termos. Com uma declaração simplesmente, era muito fácil. (...)

Aí quem fez a mobilização nas comunidades foi Vavá. Isso aí a gente tem que reconhecer. Ele andava nas comunidades e convencia eles de participar. O que não foi fácil. Inclusive a gente chegou daqueles 19 ou 20, daquela primeira fase [o projeto de fabricação de polpa de fruta], a gente chegou a 82 eu acho. 82 agricultores. Aí pronto: Vavá conseguiu realmente mobilizar esse povo²⁶⁵...

3.3.b A implantação do PAA com a mobilização de Vavá

Vavá surge assim em cena. Ele não foi o responsável pela elaboração técnica do projeto – os formulários, os documentos escritos – mas ele foi o mobilizador dos agricultores (e das entidades que receberiam os produtos agrícolas).

E como falou Magnus, a tarefa não foi fácil. Embora houvesse a experiência positiva do primeiro projeto de fabricação de polpa de fruta, a grande maioria dos agricultores ainda eram desconfiados em relação às intervenções do governo. Fora o pequeno grupo de 19 ou 20 agricultores que tinham participado do pequeno projeto do MDA, os demais produtores de todo o município relutaram em se engajar. Foi assim necessária toda a persuasão de Vavá, todo seu empenho em organizar reuniões nas comunidades, enfim, todo esse esforço para que um grupo maior de agricultores se mostrasse interessado. Um grupo que basicamente originário das comunidades onde havia sido implantado o projeto de polpa de fruta: *Feijão, Barreira, Bola*. Apenas uma comunidade “nova”, *Juazeiro Grande*, entraria no projeto. A ampla divulgação feita por Vavá não foi suficiente para atingir um grande número de comunidades. Mas, pelo menos, a formação de um grupo de 82 agricultores que seriam cadastrados já representava um número significativo de pessoas.

A ação empreendida por Vavá não se limitou a mobilizar os agricultores. Durante longos meses, o diretor realizou também viagens e muitas reuniões para sensibilizar as

²⁶² DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf. Um documento de identificação do agricultor familiar, emitida por entidades públicas e por sindicatos rurais.

²⁶³ IPA: Instituto Agrônomo de Pernambuco, dependendo do Estado de Pernambuco.

²⁶⁴ CECOR: Centro de Educação Comunitária Rural. ONG fundada em 1992 na cidade de Serra Talhada, sertão de Pernambuco.

²⁶⁵ Entrevista realizada no dia 10 de março de 2014.

entidades públicas potencialmente consumidoras dos produtos: as redes municipais de educação, responsáveis por escolas em quatro municípios (Mirandiba, Salgueiro, Exu, São José de Belmonte), além dos hospitais. Geralmente, os gestores dessas entidades não demonstravam muito interesse em relação ao novo programa. Se não fosse o empenho de Vavá, eles não teriam formalizado sua participação.

Uma vez firmado o engajamento desses gestores, Vavá enfrentou inércias burocráticas para conseguir obter das entidades a documentação exigida pela Conab. Nessa fase de alinhamento as exigências do órgão gestor do PAA, o diretor da *Conviver* tentou vencer os obstáculos ligados à montagem de um projeto que, além de conter documentos de 82 agricultores e de entidades que seriam beneficiadas pelos produtos, continha também várias declarações, listas de preços dos produtos agrícolas definidos pelos agricultores, certidões, aptidões, etc.

Vavá, como se pode supor, não teria as competências necessárias para elaborar um documento de projeto finalizado, suscetível de ser financiado. Como foi dito anteriormente, essa etapa decisiva foi assumida por Magnus, o qual, como ele mesmo nos explicou, não encontrou muita dificuldade no andamento deste trabalho.

Assim, a burocracia parecia limitada até o surgimento de um obstáculo sério: a definição, pelos próprios agricultores, dos preços dos produtos a serem incluídos no projeto. A Conab exigia que os produtores escolhessem o valor das verduras e das frutas destinadas às entidades sociais e às escolas, mas arrogava-se, por outro lado, o direito de rejeitar as propostas. Com o decorrer do tempo, enquanto o diretor da *Conviver* mobilizava os agricultores em reuniões onde eram decididas, “sob pressão”, as listas de preços, a Conab alegava que os valores não se adequavam ao preço do mercado. As listas eram rejeitadas, as reuniões se repetiam e o último prazo para finalização do projeto se aproximava perigosamente. Magnus relata o momento crucial em que precisou intervir para concluir as negociações com a Conab:

Vieram às reuniões de Vavá com as lideranças sobre os preços. Acho que começou em setembro de 2004, e demorou, em outubro, novembro, dezembro... Era um vai-e-volta, uma coisa pouco amarrada a negociação dos preços... O diretor mandava uma tabela e a Conab dizia que tal produto tinha um preço alto demais, que não dava com o mercado. Aí tinha que fazer de novo, fazer outras reuniões...

As diretrizes [eram] deles (da Conab) e eles poderiam dizer “o preço é isso”. Mas não, a gente tinha que propor, e eles reprovavam e tinha que propor de novo. Enfim eu sei que era complicado! Aí com esse vai-e-volta, vai-e-volta, nunca [se] chegou a ter uma proposta de preço: o projeto nunca ia ser aprovado assim.

Aí eu me lembro, era o final do ano, eu estava voltando de Recife e ligou a Conab. O cara falou: “pronto, a gente quer aprovar o projeto”! Faltavam três dias para finalizar o ano e acho que tinha um recurso, e eles tinham pressa em gastar esse dinheiro. Então voltei para a Conab. Tinha lá o chefe do setor que falou: “bom, vamos resolver agora os preços”! Aí a gente foi olhar os preços, eu e mais ele, um por um, a gente negociou todo e tal...

Depois falei que não podia tomar essa decisão só. Eu devia falar com o diretor Vavá. Liguei e disse para ele que a Conab ia aprovar o projeto e que a gente tinha que ver esses preços. Falei a ele o seguinte: “vou lhe dizer os preços e você vai dizer se topa”. Mas ele respondeu que não: “esse preço aqui não dá, isso também não, temos que discutir isso na reunião!” Respondi a ele que discutindo a gente ia perder o projeto! Era para resolver tudo agora mesmo! Aí ele falou que não, e depois, meio aborrecido, ele falou: “faça o que quiser”! Então falei com o cara: “tá bom! Tá aprovado aqui: pode colocar esses preços”. Foi tudo resolvido e chegou o projeto (informação verbal²⁶⁶).

3.3.c O funcionamento inicial do projeto

Foi com esse epílogo que, em 2005, começou o primeiro projeto do PAA em Mirandiba. Uma vez obtido o financiamento (R\$ 205.000, referente a produção de 82 agricultores), Vavá voltou a ocupar as posições de destaque: organizava reuniões semanais para discutir a execução das ações com os agricultores e procedia aos seus pagamentos mensais, preenchendo com a já citada velha máquina de escrever os recibos correspondendo aos montantes comercializados pelos 82 agricultores cadastrados²⁶⁷.

Esses recibos, porém, não eram assinados pelo coordenador, mas pelo presidente e tesoureiro do proponente oficial do projeto, a Associação dos Agricultores do Sítio Feijão e Posse. Por não ser uma associação de agricultores, mas uma entidade de apoio, a *Conviver* não podia assumir a representação dos agricultores²⁶⁸: esse papel foi então delegado à associação da comunidade do *Feijão*, dirigida, como já informado anteriormente, por Mazé e seu grupo familiar muito envolvido nas atividades de apadrinhamento de crianças.

²⁶⁶ Informações cedidas pelo agrônomo integrante da ONG *Associação Conviver no Sertão* em entrevista realizada em 10 de março de 2014.

²⁶⁷ Durante esse primeiro projeto, os pagamentos eram efetuados em espécie, com os recibos comprovando os valores. A partir do segundo projeto, a forma de remuneração foi feita através de cheques.

²⁶⁸ Isso, pelo menos, foi o ponto de vista dos agentes da Conab de Recife, que orientaram a *Conviver* a escolher associações de agricultores para apresentar o projeto.

De fato, insistimos sobre esse ponto na área rural de Mirandiba, o *Feijão* era uma das comunidades mais dinâmica – com a *Barreira* de Vavá – no que se refere aos projetos da *Conviver*. Foi a primeira comunidade que implantou o sistema do “vínculo solidário” – as crianças que escrevem correspondências para os doadores da Actionaid – e foi a primeira comunidade na qual um projeto financiado por esse sistema foi executado. Escrevemos também que o grupo local de agricultores foi particularmente dinâmico no projeto de fabricação de polpa de fruta, financiado pelo MDA em 2003 e 2004.

A escolha da associação comunitária do *Feijão*, no arranjo local do projeto do PAA, aparece então uma decisão lógica. Uma decisão que recompensa o protagonismo das lideranças da comunidade – em particular Mazé, a jovem professora da escola local, e seu irmão Porfiro Gomes de Souza, que no início do projeto do PAA era presidente da associação local. Porfiro seria justamente um dos principais protagonistas do PAA. Ele não teria a influência de Vavá – e depois de Sandro –, mas ele seria sempre uma liderança de destaque. É necessário então apresentar brevemente sua trajetória.

Nascido em 1977, Porfiro enfrentou, como todos os habitantes do *Feijão*, a crise dos anos 1990. Falta de terra para produzir (apenas a terra de herança do avô Jiboião, liderança descrita no capítulo I), falta de perspectiva na agricultura (o algodão tinha entrado em colapso), falta de oportunidades de trabalho, tudo concorria para uma situação de profunda atonia. E, apesar das reformas lançadas por Nelson Pereira, as alternativas eram poucas. Por isso, muitos adultos do *Feijão* – inclusive Porfiro – deviam buscar trabalho fora de Mirandiba.

Uma das opções foi trabalhar em grandes lavouras de cebola (no município de Floresta, distante 50 quilômetros de Mirandiba) em troca de um salário muito baixo e com considerável risco à saúde, devido ao manuseio constante de produtos tóxicos. O irmão mais velho de Porfiro iniciou o movimento, ao ficar permanentemente nas fazendas. Ele ganharia seu magro sustento como meeiro. E, embora ele tivesse uma renda muito baixa, ele convidaria seu irmão caçula, Porfiro, a se juntar a ele. Porfiro faria assim várias estadias nas fazendas – de três a seis meses – trabalhando como diarista.

No final dos anos 1990, contudo, os dois irmãos resolveram se fixar em Mirandiba. Sua volta coincidiria com o retorno da irmã Mazé, que começaria ensinar na escola da comunidade, depois de ter passado quatro anos em outras escolas do município. A reunião dos três marcaria o início do fortalecimento de um grupo de parentes. Um grupo formado por

Porfiro, Mazé e mais um irmão e uma irmã. Ou, para ser mais preciso, um grupo vasto com alianças, já que haveria uma sequência de casamentos entre as duas famílias nucleares: a família de Mazé, de sua irmã e de um de seus irmãos (mas não Porfiro), com a família de dois irmãos e uma irmã, primos de segundo grau da primeira família nuclear. Essas uniões não representariam apenas uniões matrimoniais. Seriam uniões funcionando como dispositivo de atuação política e social, a partir do grupo formado, deliberar-se-ia todo tipo de assunto ligado a projetos políticos ou sociais envolvendo o *Feijão* e suas adjacências. O agenciamento formado se assemelharia a um primeiro núcleo de deliberação comunitária, que antecederia o segundo, o da reunião dos associados, que possuía entre 20 e 30 associados regulares.

Nesse agenciamento, Mazé teria certa ascendência, por ele não ter “mais estudos” – os outros tinham apenas seguido o ensino fundamental básico – ela seria levada a assumir mais responsabilidades. Ademais, suas qualidades individuais – curiosidade, discernimento – combinadas a suas experiências iniciais no sindicato de professores e no emergente movimento negro – a partir do Movimento Negro Unificado, baseado em Recife – contribuiria para essa posição de destaque.

No entanto, os demais teriam uma atuação importante. E, em particular, Porfiro. No início, relativamente marginalizado, por ele ter uma esposa – de outra parentela – intrigada com suas irmãs e seus irmãos, Porfiro ocuparia uma posição de maior destaque em virtude de seu engajamento nos projetos da *Conviver*. Já a partir de 2002, ele seria uma das lideranças mais envolvidas nas atividades ligadas ao “vínculo solidário” e ao projeto de fabricação em pequena escala de polpas de fruta. E, a partir de 2006, quando começou o PAA, ele seria um principal gestor representando a associação do *Feijão* e de modo mais geral os agricultores.

FOTOGRAFIA 15: Porfiro na frente da Conviver. De esquerda a direita: Rita e Daiane (funcionárias da Conviver), Aparecida Gomes de Souza (irmã de Porfiro) e Neide (cunhada de Porfiro)



Fonte: Xavier Faure, 2009

Fechamos agora o parêntese sobre Porfiro e voltamos ao início da gestão e administração do PAA. Na prática, a colaboração entre a *Conviver* e a Associação do *Feijão* seria rapidamente proveitosa. A primeira mobilizaria os agricultores e asseguraria a coordenação geral do projeto, enquanto a segunda auxiliaria na logística e administração das atividades. Ademais, o fato do presidente da Associação do *Feijão* – Porfiro – assinar os documentos referentes ao projeto – convênios, movimentação bancária – reforçava a posição das lideranças de sua comunidade.

Nessa colaboração, no entanto, as funções de destaque seriam prerrogativas da *Conviver*, em particular de seu diretor Vavá. Caberia a ele, e não as lideranças agricultoras do *Feijão*, a mobilização dos agricultores e das entidades sociais e educativas, a definição das medidas estratégicas, e, enfim, a organização dos pagamentos mensais dos 82 agricultores, no ritmo da famosa máquina de escrever que barulhentemente determinaria o valor das vendas de acordo com a entrega das produções.

Tais entregas, pagas rapidamente e sem contestações sobre os valores, contribuíram para mudar profundamente o cotidiano das famílias rurais. Com efeito, logo nos primeiros meses do projeto, gerou-se um forte impacto²⁶⁹. Os agricultores das quatro comunidades envolvidas vinham de camionetes, de carroças de burro, de bicicletas, entregarem seus produtos – hortaliças, legumes, carne de bode e frutas – na sede da *Conviver*. A pequena fábrica de polpa de frutas – financiada, como foi dito acima, por um projeto submetido por Magnus – garantia trabalho aos filhos dos agricultores e fornecia seus produtos às entidades sociais e às escolas de quatro municípios da região. As frutas, que geralmente eram desperdiçadas nas propriedades rurais – como as mangas, os cajus, as goiabas, as acerolas, os mamões e os umbus – tornavam-se fonte de renda para os agricultores e constituíam uma fonte de vitamina muito apreciada pelas crianças das escolas cadastradas no projeto.

A movimentação na sede da *Conviver*, a cada segunda feira, fazia-se muito intensa. Os agricultores descarregavam suas produções, enquanto outros (em particular, Porfiro e uma de suas irmãs) realizavam a conferência dos itens, pesando e anotando as quantidades entregues. Dentro da *Conviver*, a logística era também importante, dois funcionários (Sandro e Rita) registravam nos computadores a produção de cada agricultor e preparavam as notas fiscais necessárias para a realização da prestação de contas mensal encaminhada à Conab.

²⁶⁹ Para outras abordagens sobre o PAA em Mirandiba, enfatizando, em particular, seus efeitos entre os agricultores, as mulheres e as entidades receptoras, ver Jalil (2010), Zimmerman & Ferreira (2008).

FOTOGRAFIA 16: Entrega de produtos do PAA na frente da *Conviver*



Fonte: Xavier Faure, 2009.

Como se pode supor também, o grupo do *Feijão* estava muito envolvido com a administração e logística do projeto. O presidente da associação comunitária, Porfiro, acompanhava os funcionários da *Conviver* na gestão quotidiana, recebendo por isso uma ajuda de custo financiada com recursos obtidos pelo PAA. Um de seus irmãos, num nível diferente, transportava, numa charrete, resíduos das polpas de frutas e os produtos agrícolas excedentes – os quais eram distribuídos para as famílias consideradas carentes de Mirandiba. Além disso, uma das irmãs e um dos cunhados de Porfiro, atuando nos dias de entrega dos produtos, auxiliavam nas funções de pesagem e registro dos produtos. Enfim, no que se referia a fábrica de polpa de frutas, dois de seus sobrinhos trabalhavam no processamento das frutas, inicialmente de maneira informal e, após mais de um ano, com carteira assinada²⁷⁰.

3.3.d O integrante da *Conviver* – Sandro – que se distinguiu na execução do PAA

Durante essa fase inicial, Vavá começou a perder espaço. Em um primeiro momento, ele tentou realizar uma gestão centralizada e “no papel”: passou assim a anotar e calcular

²⁷⁰ Nessa mesma época, outro sobrinho de Porfiro, recém-formado em zootecnia, se integrou à equipe da *Conviver*.

(apenas com folhas, canetas e uma calculadora) toda a produção entregue e distribuída pelos 82 agricultores – ao todo eram, na parte da distribuição quatro Redes Municipais de Educação, três Redes Estaduais²⁷¹, uma creche, um hospital, uma pastoral da criança e uma APAE²⁷², e duas Redes Indígenas: Atikum e Pankará²⁷³. Mas, diante da multiplicidade das organizações e dos atores envolvidos no projeto, o sistema logo demonstrou seus limites. Magnus montou então um programa informatizado (no *software* Excel) mais apto para registrar com eficiência as complexas movimentações. A informatização da administração permitiu um maior envolvimento de dois dos três funcionários da *Conviver* (Sandro e Rita) que, ao contrário de Vavá, tinham habilidade com o uso dos computadores.

Sandro, cujo maior trabalho até agora era a “coleta de mensagens” das crianças apadrinhadas, começou a se sobressair. Ele passou a participar da administração cotidiana do PAA (recebimento e anotações da produção, preenchimento das notas fiscais) e, sobretudo, passou a gerenciar as atividades mais complexas de representação do projeto junto às entidades receptoras dos produtos²⁷⁴.

Por ele ter uma noção precisa dos processos de entrega e distribuição dos produtos, Sandro se tornou rapidamente um elemento de referência tanto para os agricultores quanto para as entidades receptoras: ambos o solicitavam para tirar suas dúvidas ou resolver determinados problemas ligados à execução do projeto. A coordenação geral das atividades, os pagamentos e a animação das reuniões eram ainda atribuição de Vavá, mas suas orientações não eram sempre concretizadas, devido às oposições dos demais gestores, em particular de Magnus e de Sandro, cujas ideias encontravam respaldo entre os agricultores. Por exemplo, a opção do diretor por uma gestão “no papel e na caneta” da administração dos processos produtivos e distributivos foi rapidamente rejeitada. Do mesmo modo, sua determinação em uma dupla pesagem dos produtos – no momento da entrega dos agricultores e no momento do recebimento pelas entidades – foi logo contestado por dificultar a gestão, pois sempre havia disparidades de peso (certas vezes, as hortaliças e legumes variavam de algumas gramas), o

²⁷¹ As redes municipais e estaduais de Educação eram responsáveis por várias escolas nos seus respectivos municípios.

²⁷² Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

²⁷³ Os territórios indígenas são situados no município vizinho de Carnaubeira da Penha.

²⁷⁴ As entidades de quatro municípios da região eram solicitadas para conferirem os documentos fiscais. Em muitos casos, o representante da *Conviver* era indagado sobre os valores das produções distribuídas, as formas de prestação de contas com a Conab, e outros assuntos referentes aos aspectos financeiros das intervenções.

que resultava em uma grande inércia, os pesos devendo “bater” para concluir o registro da produção e as prestações de conta²⁷⁵.

Vavá parecia inconformado com essa perda de influência. Ele nunca aprovava abertamente as resoluções que não eram de sua autoria, e sua reação se resumia em manter um silêncio que poderia ser qualificado de reprovador, ou pelo menos de enigmático²⁷⁶.

Assim, ele dispunha de um poder circunscrito, já no termo do primeiro projeto. Tal fato, aliás, se adequava aos objetivos participativos do PAA. Porém, num plano mais subjetivo, ele não parecia condizer com a perspectiva adotada na gestão de Vavá que, nas outras atividades da *Conviver*, desenvolvia uma forma de atuação cada vez mais centralizada, em particular na aplicação dos recursos do “vínculo solidário” da Actionaid.

Por ocasião do início do segundo projeto, em 2006, o crescimento das atividades impôs um novo direcionamento no qual Vavá poderia redefinir suas funções, em bases talvez mais favoráveis a seus interesses. A nova ideia, compartilhada pelos agentes da Conab de Recife e pelos membros da *Conviver* era de promover a participação dos agricultores: a pequena ONG restringir-se-ia a seu papel de acessória, formando os agricultores – em particular, Porfiro – para que estes se tornem os principais responsáveis do projeto. Nesse aspecto, Vavá, pelas suas qualidades de liderança, se distinguiria como a pessoa mais apta a imprimir uma dinâmica de mobilização dos agricultores.

De fato, já no primeiro projeto, os agricultores participavam de maneira significativa. Um deles, Porfiro, era envolvido quotidianamente na gestão e desenvolvia funções parecidas com as do técnico da *Conviver*, embora com um nível de iniciativa menor. Com o início do segundo projeto – que contava com 228 agricultores, 14 comunidades rurais, e 16 entidades receptoras de 8 municípios – a *Conviver*, amparada pela experiência da gestão do primeiro PAA, poderia aprimorar a formação de Porfiro, o qual, embora fosse ainda inseguro nas ações requerendo diligência e disposição, apresentava todo o potencial para assumir verdadeiramente a coordenação do projeto.

Contudo, o PAA continuou crescendo sob a responsabilidade de Sandro, e não de Porfiro. Mesmo que o segundo auxiliasse na logística, na animação e na administração, ele

²⁷⁵ Afinal, foi decidido que o peso seria registrado apenas no momento da entrega dos produtos pelos agricultores.

²⁷⁶ Todas essas descrições são baseadas em narrativas dos próprios participantes do PAA: Porfiro, Magnus, Sandro, a funcionária da *Conviver* Rita e enfim o sobrinho de Porfiro que trabalhava na fábrica de polpa de fruta.

ficava indeciso nas circunstâncias exigindo disposição. Nesses casos, então, ele se abrigava nas decisões do Sandro, que se tornaria o homem da última palavra.

Tal situação era interpretada de modo diferenciado: por um lado, Vavá e alguns agricultores frisavam o controle excessivo exercido por Sandro; por outro, o próprio Sandro e certos agricultores (e até os mesmos que insistiam no seu autoritarismo), ressaltavam a “falta de ambição” dos agricultores e de Porfiro, que não sabiam desfrutar das oportunidades de coordenar eles mesmos o projeto.

Contudo, embora o projeto fosse centralizado no que se refere às funções estratégicas, criava uma dinâmica de mobilização que incluía a maioria dos agricultores. Uma parte significativa deles, que se reunia com os gestores a cada sexta feira, exercia uma forma de autocontrole – referente ao planejamento produtivo – que fazia com que o projeto se caracterizasse como projeto dos agricultores, e não um dispositivo de ação permeado por esquemas políticos nos quais se intrometem grupos de lealdade partidária, ou abastados, como atravessadores ou grandes proprietários.

Assim distribuídos de maneira relativamente igualitária – entre as famílias que realmente trabalhavam na área rural e produziam – os recursos arrecadados pelos agricultores eram investidos no mercado local, dando um impulso significativo ao comércio de Mirandiba. As movimentações eram tão importantes e a dinâmica de produção tão centrada nos agricultores, que a *Conviver* transformou-se em referência em todo estado de Pernambuco, em uma época em que o PAA de Mirandiba concentrava quase 25% de todas as verbas investidas pela Conab estadual²⁷⁷.

Dotado de um orçamento de R\$ 798.000 reais, referente às metas de produção de 228 agricultores, dispondo cada um de uma cota de R\$ 3.500,00, o PAA de Mirandiba era, com efeito, um projeto de grande envergadura, no qual Sandro coordenava uma logística mais complexa. Os recursos para administrar as atividades eram também significativos. Metade dos valores arrecadados pela venda das polpas de fruta era descontada do pagamento aos agricultores para alimentar um fundo de manutenção destinado a assegurar, de uma parte, o funcionamento da fábrica, e de outra, as despesas relativas à logística do projeto. Nos anos de 2006 e 2007, esse recurso representou um valor de aproximadamente R\$150.000,00 que era

²⁷⁷ Estamos nos referindo aos anos de 2006 e 2007, anos em que o PAA não era ainda uma política muito difundida em Pernambuco e no Nordeste em geral.

investido no funcionamento da fábrica de polpa (ajuda de custo, energia, manutenção), em ajudas de custo para os agricultores (Porfiro e, secundariamente, mais quatro outros) que participavam da logística e da administração, pagamento de fretes ligados às viagens nos municípios das entidades receptoras, e no pagamento do contador e do veterinário encarregado de conferir a qualidade dos produtos (em particular a carne de bode).

O quadro abaixo resume a expansão do programa em Mirandiba, que, desde 2006, articulava-se em três “projetos oficiais” geridos pela *Conviver*, sendo o montante máximo dos convênios autorizados inferior à demanda dos agricultores. Vale dizer que a *Conviver*, na época, conseguia montar até três projetos ao mesmo tempo.

QUADRO 01: Expansão do PAA em Mirandiba-PE entre 2005 e 2011.

Projeto (ano)	Número de famílias	Valor total por pessoa	Valor total do Projeto (soma dos projetos oficiais gerenciados pelo <i>Conviver</i>)	Associações rurais envolvidas	Número de projetos oficiais
01 (2005)	82	2500	205.000,00	4	1
02 (2006)	228	3500	798.000,00	14	3
03 (2007/2009)	393	3500	1.375.000,50	17	3
04 (2010/2011)	468	3500	1.638.000,00	17	3

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor.

Uma das funções estratégicas de Sandro, neste contexto de crescimento do programa, foi, a partir de 2006, o monitoramento das “metas” dos agricultores cadastrados. Como os participantes tinham capacidades de produção desiguais – uns eram capazes de atingir um volume de venda de mais de R\$ 10.000,00 anualmente, enquanto outros não tinham capacidades significativas de produção –, era necessário efetuar uma “transferência de metas”. Com efeito, se fosse para seguir a regra da meta indivisível, cada agricultor completando sua cota de produção, o projeto nunca seria concluído, sabendo que, para a sua finalização, a Conab exigia que todos os participantes atingissem suas respectivas metas. Nesse sentido, o risco de se adequar aos procedimentos formais era paralisar totalmente a dinâmica da produção, pelo fato de inviabilizar a montagem de um novo projeto, com novas metas de produção e novas possibilidades de geração de renda para os agricultores.

A fim de evitar problemas com o órgão gestor, as “transferências de metas” foram comunicadas à Conab, que tolerou esse tipo de prática, considerando-a uma adaptação legítima à realidade local. Assim autorizada, essas transferências se desenvolveram sem obedecer a uma regra explícita. Os arranjos, conhecidos de todos, eram administrados por Sandro, em concordância com as três associações proponentes do projeto, os agricultores envolvidos e suas associações locais. Em certos casos, havia também acordos estipulando que um agricultor transferisse o valor de suas produções na meta do outro. Tais acordos podiam ser definidos em reuniões das associações rurais, através de atas nos quais determinados agricultores se prontificavam a disponibilizar um determinado valor a outros agricultores da comunidade.

Confortado pela gestão dessas negociações, a influência de Sandro parecia incontestável, e Vavá, aparentemente conformado, delegou-lhe a função pensada como a mais prestigiosa, a do pagamento dos agricultores (que de fato era a única função significativa que ele ainda desempenhava). O momento simbólico do repasse de poder ocorreu na metade do terceiro projeto (2007/2009), que já contava com 393 agricultores. Sandro relata:

Eu estava sentado, mexendo no computador, e aí chegou de repente Vavá. Ele jogou em cima da mesa os talões de cheques [referente às movimentações das contas do PAA], jogou uma pasta com a papelada e falou para mim: “agora você se vira”! Aí ele virou as costas e foi embora sem dizer mais nada... Depois disso ele nunca mais falou comigo (informação verbal²⁷⁸).

Entretanto, foi após esse acontecimento que Vavá divulgou com mais firmeza sua visão de um PAA que devia ser coordenado pelos próprios agricultores, e não pela entidade de apoio (a *Conviver*, mas, na verdade, por Sandro). Apoiando-se em Porfiro e nos presidentes das três associações de agricultores, todas proponentes formais do projeto frente à Conab, Vavá alegava que “o projeto era dos agricultores e não do técnico [ou seja, Sandro]”, e que o “o técnico devia cair em campo”, isto é, prestar assistência técnica aos agricultores, participando do PAA, ao invés de “ficar no escritório mexendo com administração do projeto”. Essas declarações, recorrentes, eram formuladas nos momentos em que Vavá reunia Porfiro e os outros representantes dos agricultores para opinar sobre o projeto, apontando as falhas de sua gestão. Sandro, aliás, nunca era convidado naquelas ocasiões, embora muito se falasse dele.

²⁷⁸ Informações cedidas pelo técnico da ONG *Associação Conviver no Sertão* em entrevista concedida ao pesquisador, em 02 de março de 2014.

Vavá, nessas reuniões paralelas, sugeria medidas permitindo (em tese) o fortalecimento da participação dos agricultores. Uma dessas medidas foi reformar a modalidade de pagamento, com os presidentes das três associações proponendo substituir Sandro no preenchimento dos cheques. A ideia, que, afinal, correspondia às normas de qualquer projeto associativo (os próprios proponentes têm autonomia sobre a movimentação financeira de suas instituições), foi rapidamente colocada em prática. Mas, de fato, quase nada mudou. Sandro continuava sendo a pessoa mais informada e competente sobre a administração. Era ele, e só ele, que tirava as dúvidas sobre os valores pagos aos agricultores, e sobre outros aspectos de recebimento e distribuição dos produtos.

Em suma, a fachada dos pagamentos tinha sido transformada, mas, nos bastidores as iniciativas ainda pertenciam ao técnico. Vavá, lembrando dos tempos em que sua máquina de escrever barulhenta dava o tom do projeto, pensava que a posse dos talões de cheque iria “dar uma força” a Porfiro e aos presidentes de associações. Nada disso, porém, aconteceu e o técnico continuou orquestrando o projeto.

CAPÍTULO IV

CRESCIMENTO E CRISE DE CRESCIMENTO DA *CONVIVER* E DE SUAS LIDERANÇAS

Até agora, vivenciamos uma situação bastante eufórica, tanto para a *Conviver* quanto para os líderes e os agricultores. Contudo, a partir de 2008, primeiros sinais de crises apareceriam. Mas, ao mesmo tempo, a *Conviver* e suas lideranças continuariam crescendo, em virtude do aumento dos recursos do PAA e da Actionaid. Vavá também assumiria mais responsabilidades, ao ser eleito presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural em 2008.

Depois dessa fase contraditória, mesclando crescimento e sinais de crises, uma fase mais nítida de problemas e mudanças surgiria. A partir de 2011, oposições internas na *Conviver* afetariam consideravelmente a atuação de Vavá, até conduzir a seu afastamento das atividades. Em paralelo, o PAA entraria em uma crise de âmbito nacional, o que levaria o projeto a não ser mais implantado em Mirandiba (e geralmente no Brasil).

Começamos esse capítulo pela primeira fase, ou seja, as primeiras crises coincidentes com um contexto global de crescimento das atividades.

1. CRESCIMENTO

4.1.a O aumento dos recursos da *Conviver*

Da mesma forma que o projeto do PAA, as outras atividades da *Conviver* se desenvolveram, no período de 2006 a 2010. Mas, enquanto no PAA, Vavá tinha menos prerrogativas que inicialmente, na própria gestão da *Conviver* ele tendia a concentrar cada vez mais responsabilidades e poder.

No começo, a centralização crescente na *Conviver* – observada nos projetos do “vínculo solidário” – não gerou grandes preocupações. Os associados da entidade e seu público alvo – as famílias cujos filhos eram “apadrinhados” no programa da Actionaid – consideravam essa situação como relativamente aceitável. Três razões explicavam isso. Primeiro, o sucesso do PAA dava uma imagem positiva da *Conviver*, imagem que recaía sobre todos os seus gestores, inclusive Vavá. Segundo, os recursos da Actionaid repassados para a

Conviver aumentavam significativamente cada ano, fazendo com que houvesse um número crescente de famílias rurais beneficiadas com pequenos projetos do “vínculo solidário”. Terceiro, embora sua gestão fosse cada vez mais personalizada e por isso mesmo bastante criticada, Vavá gozava ainda de muito crédito, devido ao seu forte comprometimento e a sua perceptível honestidade na gestão dos recursos.

Primeiro sinal dessa situação favorável, o aumento dos recursos da *Conviver*. De 2005 a 2010, os repasses da Actionaid passariam de R\$ 103.000 a R\$ 411.000. Atrás disso, havia dois fatores: o crescimento geral do sistema de vínculo solidário no Brasil e o dinamismo de Mirandiba, onde o cadastramento de novas crianças funcionava “a todo vapor”. O primeiro fator – o crescimento geral do sistema – vinha do fato de que cada vez mais doadores estrangeiros (e até brasileiros) apoiavam a Actionaid, seduzidos pela ideia de “mudar a vida” de uma criança pobre. Através de campanhas de marketing particularmente eficazes, propagadas por atores famosos e outras figuras conhecidas, a Actionaid se tornava uma ONG de destaque no cenário brasileiro. E no cenário local – o de Mirandiba – o dinamismo da *Conviver*, estimulado pelo PAA e pelo compromisso de Vavá, fazia com que cada vez mais famílias rurais quisessem cadastrar suas crianças no “vínculo solidário”.

Reforçada pelo aumento dos recursos e do número de crianças “apadrinhadas”, a *Conviver* teria mais latitude para reforçar sua estrutura e montar pequenos projetos de desenvolvimento rural. Vemos rapidamente o primeiro ponto, a estrutura. A partir de 2005, as três pessoas da equipe seriam oficialmente contratadas, com carteiras assinadas. Rita e Daiane receberiam remunerações de um salário mínimo e Sandro 10% a mais.

No final do mesmo ano, correspondendo ao término do projeto da ONG Catholic Relief Service (de recuperação dos açudes destruídos pelas enchentes), Suetone integraria também o quadro dos funcionários. Ele passava assim de um contrato temporário (dois anos, no âmbito do projeto da ONG americana) a uma situação mais estável. Suas novas responsabilidades, no entanto, seriam menos importantes que as precedentes. Ele não ocuparia funções financeiras, como no caso do projeto anterior, mas se restringiria a assessorar Vavá em algumas tarefas burocráticas e de campo: redação de documentos, acompanhamento das oficinas de “coleta de mensagens”, participação em eventos relativos aos projetos da *Conviver*.

Um ano depois da chegada de Suetone, uma quarta pessoa, Zuleide Brito de Lima, integraria a equipe. Como as outras, ela receberia um salário mínimo²⁷⁹ (ou apenas 10% a mais). Em paralelo, Vavá continuaria trabalhando de forma não declarada. Porém, contrariamente ao início, onde ele era pago mediante um recibo de ajuda de custo, ele receberia agora 750 reais através de um arranjo mais sofisticado construído pelo contador da *Conviver*: o diretor seria considerado na contabilidade oficial como um agricultor vendedor de cabras e ovelhas, recebendo mensalmente um montante de 750 reais pela suposta venda dos animais.

Além da equipe, a estrutura da *Conviver* contava uma sede muito simples, a mesma já descrita no início: uma antiga casa de farinha reformada, uma entrada e três salas de escritórios, e atrás do prédio, outra construção: a fábrica de polpa de fruta, financiada através de um projeto submetido por Magnus.

A parte do escritório era equipada de modo rudimentar: de três a quatro computadores (em parte conseguido através de um projeto montado por Magnus), uma sala com ar climatizado (mas que funcionaria apenas três anos), um estante de ferro, algumas mesas simples... Fora isso, o maior equipamento eram um carro velho – camionete Pampa – que pertencia a AS-PTA e uma moto que pertencia a outro programa social. Com o tempo, o carro, por falta de manutenção, ficou inutilizável. Anos mais tarde, em 2008, Vavá compraria de um ex-cooperante francês da AS-PTA um carro pequeno, um Fiat Uno.

Nada de muito luxuoso em todo isso. A *Conviver* vivia de modo frugal, longe da ostentação de ONGs maiores dispondo dos últimos modelos de carros picapes traçados ou de frota de motos novas adaptadas as estradas ruins. O escritório, também, era de uma simplicidade austera e por assim dizer desleixada: sem decoração, sem salas de reuniões arrumadas, sem desenhos, mapas e fotos bonitas. Nada da apresentação refinada de ONGs maiores, com suas galerias de fotos cuidadosamente escolhidas ou com seus quadros onde aparecem palavras de ordens da entidade, palavras afinal bonitas por expressar objetivos ambiciosos e generosos.

Para quem a visitava e via seus escritórios sem decoração nem arrumação, a *Conviver* dava realmente uma imagem de desleixo. Mas para quem trabalhava nela, isso não importava. O que contava era que a *Conviver* crescia. Tendo começado quase do nada, a pequena ONG

²⁷⁹ O salário mínimo era de 350 reais em 2006 e 380 em 2007.

vinha atingindo certo padrão, com uma equipe remunerada e perspectivas de mantimento de uma parceria proveitosa com a Actionaid.

É verdade que, em um município pobre e pequeno como Mirandiba, a *Conviver* podia parecer privilegiada, pelo fato de dispor de recursos e financiamentos regulares. Porém, comparada a outras ONGs, ela era afinal muito modesta: em 2010, por exemplo, seu orçamento total – que foi o maior de sua história – devia representar apenas dois ou três salários anuais de funcionários da Actionaid²⁸⁰.

Enfim, mesmo tendo muito menos recursos que seu financiador, a *Conviver* vivia uma fase ascendente. Isso se verificaria nos projetos implantados, por meio do “vínculo solidário”.

Como foi dito, o primeiro deles, em 2004, foi a cavação de um poço amazonas para a agricultura irrigada, na comunidade do *Feijão*. O segundo, no mesmo ano, foi a construção de uma pequena passagem molhada na comunidade de Vavá, a *Barreira*. O terceiro, enfim, foi a construção da sede da associação²⁸¹ da comunidade do *Bola*, de onde vinha o Sandro.

Em 2005 as três comunidades onde tinha sido implantado o projeto “vínculo solidário” – *Feijão*, *Barreira*, *Bola* – tinham recebido benefícios concretos. Ainda que fosse um benefício coletivo, ou seja, os projetos atendiam os comunitários em geral, e não as famílias nucleares – , o que para as mães e os pais, representava o resultado tangível da troca de mensagens das crianças “apadrinhadas”.

Além disso, o retorno materializava o trabalho de animação de Vavá. O diretor organizava reuniões em que os pais e as mães das crianças apadrinhadas discutiam os projetos a serem implantados. Cada um fazia sua proposta, conversava com os demais, e daí saía uma série de “demandas”. Em última instância, Vavá decidiria quais delas teriam possibilidade de se concretizar. E no caso aqui, do projeto, “vínculo solidário”, as “demandas” resultavam em ações concretas. Um crédito para Vavá, que era o único responsável e o único animador de todo o processo de discussão e definição dos projetos do “vínculo solidário”.

²⁸⁰ Já falamos anteriormente do nível de salarial da Actionaid, que devem representar pelo dez vezes mais que os salários da *Conviver*.

²⁸¹ As sedes das associações comunitárias são na realidade construções muito simples: um pequeno prédio de alvenaria, no máximo uma sala e uma despensa, um teto geralmente baixo.

4.1.b A promoção do “coletivo” nos discursos de Vavá

Nesse processo, havia algo muito menos visível, palpável, que os benefícios concretos – como o poço, a sede social das associações, ou a passagem molhada. Havia uma ideia difusa, não muito clara, mas presente nos discursos de Vavá: a ideia da promoção de uma transformação social. Uma valorização do coletivo, do agir junto, da solidariedade entre os comunitários. Um incentivo a organização comunitária, a fim de reforçar o poder das famílias rurais, fazendo com que estas adquiram autonomia em relação às elites locais. Sendo mais autônomas, mais organizadas, mais solidárias, estas famílias teriam mais liberdade para defender seus interesses sem se submeter às trocas de favores dos políticos locais.

A mensagem promovida por Vavá através de palavras de ordem como o “pensar coletivo” era um desdobramento da mensagem da Actionaid, que no seu “combate à pobreza” incentiva seus parceiros locais – as ONGs como a *Conviver* – a “mudar as relações de poder”. Ou seja, “empoderar” as comunidades rurais, e tirar um pouco do poder das elites locais, que tendiam a manter os agricultores familiares e as populações em estado permanente de dependência.

Em conversas com o autor deste trabalho, Vavá dizia sempre “bater na tecla” da “organização”, do “coletivo”. Na sua visão, as reuniões organizadas nas comunidades rurais não eram apenas sobre a obtenção de benefícios materiais (os poços, as passagens molhadas, as sedes das associações), mas sobre a divulgação de uma nova forma de organização social, o agir coletivo, para “chegar juntos diante dos políticos”, sabendo “cobrar deles” melhorias coletivas (e não melhorias individuais).

“Chegar junto diante dos políticos” requeria, segundo Vavá, uma organização coletiva das demandas das comunidades rurais. Havia aqui uma espécie de inversão de paradigma. Uma inversão em relação às representações e práticas locais referentes à transferência e alocação de determinados bens públicos. Geralmente, o “político” – vereador, secretário de prefeitura, prefeito, deputado estadual ou federal com base eleitoral local – negociava de modo individual a obtenção dos benefícios públicos²⁸² para as famílias rurais. Negociava-se “horas de máquina” (construção de barreiros), perfuração de poços, e enfim quaisquer benefícios, não para uma “comunidade” em si – um conjunto de famílias nucleares em um determinado

²⁸² Benefícios públicos que vinham, por exemplo, de entidades como a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), empresa pública que executa emendas parlamentares de deputados federais da região.

território – mas para núcleos familiares restritos – uma família nuclear, ou um conjunto de familiares nucleares parentes próximos (conjunto, aliás, que é a “geometria variável”, dado que sua formação e manutenção obedecem às circunstâncias locais). Para as famílias rurais e suas lideranças, o referente do político não é assim o “coletivo”, mas o “grupo”. Um grupo cuja influência depende do número de votos. Nos discursos das famílias, isso se materializa em falas do tipo: “minha casa tem x votos”, ou “eu tenho x votos em casa”, ou “temos tantos votos aqui”.

Contra essas práticas dominantes, Vavá dizia promover uma forma coletiva de transferência e alocação de bens públicos. O referente não era a mais a família de fulano ou ciclano, ou “os fulano e os ciclano”, mas a comunidade. Não se tratava mais de negociar “de casa em casa” possíveis melhorias matérias, mas de promover uma discussão coletiva para a obtenção de uma melhoria muito maior, uma melhoria que beneficiaria a todos, e que fortaleceria os laços de solidariedade entre os comunitários, independentemente de suas afiliações familiares. E, nessa ideia de fortalecimento dos laços, havia algo suscetível de resultar em um avanço considerável: o benefício transferido não era atrelado a um voto ou um apoio a um político, era um benefício “livre”, um direito social destinado a todos, independentemente de suas afiliações partidárias.

Isso representava, de fato, um projeto de transformação social. E para promovê-lo, Vavá não se limitava a proferir discursos. Ele promovia uma nova forma de prática. Inspirado pela metodologia da AS-PTA, ele se dirigia à comunidade, ao grupo comunitário (e não as famílias nucleares, aos grupos restritos). De modo mais preciso, isso significa que ele organizava reuniões amplas e abertas em que todos os comunitários de diversas comunidades poderiam participar.

No quadro da gestão dos projetos do “vínculo solidário”, o processo das reuniões tinham três etapas: uma fase de “diagnostico participativo”, em que a situação e os problemas da comunidade eram discutidos coletivamente; uma fase de “escolha das prioridades”; e enfim uma fase de efetivação das escolhas, com a execução concreta de projetos os quais, como já o dissemos, eram geralmente os seguintes: perfuração de poços, construção de barreiros e pequenos açudes, obtenção de equipamentos para a pequena irrigação, construção de pequenas sedes de associação, distribuição de matrizes de bodes ou ovelhas para os criadores.

No processo das reuniões, Vavá introduziria atividades inspiradas pela AS-PTA, que representavam algo realmente inusitado para as famílias. Uma metodologia particularmente incomum era a elaboração e o uso de mapas de diagnósticos da situação da água. Os documentos, produzidos pelas famílias rurais – quase sempre, as mulheres²⁸³ – representavam a distribuição das casas, dos riachos e das infraestruturas de água. E a partir desse material, devia-se promover uma discussão coletiva para definir as possíveis melhorias em relação ao acesso à água: o melhor lugar para perfurar um poço, o melhor lugar para construir um barreiro, etc.

FOTOGRAFIA 17: Vavá apresentando mapas da situação de uma comunidade rural



Fonte: Xavier Faure, 2010.

Os “discursos sobre o coletivo” de Vavá, os mapas, os diagnósticos, os processos e as etapas inspiravam, nas famílias rurais, uma mistura de entusiasmo e perplexidade. Vavá era ciente disso. Ele chegou a relatar que muitas vezes as famílias eram um pouco desconfiadas da

²⁸³ Logo no início, o “vínculo solidário” foi considerado atividade para as mulheres. Os homens não costumavam participar. Ou, pelo menos, eles tinham uma participação menos visível, pelo fato de não comparecer – ou comparecer pouco – as reuniões organizadas por Vavá. Após as reuniões, no entanto, eles costumavam conversar com suas esposas sobre o conteúdo das discussões.

sua metodologia de trabalho. Para ele, globalmente, “o povo não pensava coletivo”. Isso dificultava sua vontade de quebrar o paradigma, de promover o protagonismo coletivo em substituição ao “toma lá dá cá” prevalecendo na relação entre comunidades e poder público. Porém, em determinadas comunidades – como aquela do *Feijão*, da liderança Mazé – Vavá avaliava que o pensamento era mais coletivo: “as famílias entendiam mais das coisas”, elas entendiam mais, em sua opinião, o “por quê” e o “como” de todo esse processo de discussão em torno dos projetos.

As famílias das áreas rurais confirmaram essas impressões. Quando indagadas sobre a metodologia de Vavá, elas expressaram ideias em que mesclavam entusiasmo e perplexidade. Por ele ter uma reputação de relativa retidão associada a uma imagem de líder influente e poderoso, Vavá inspirava em muitos casos uma grande aprovação. Para algumas pessoas, ele podia falar até coisas às vezes incompreensíveis (sobre o protagonismo coletivo, o associativismo), mas no final havia sempre uma recompensa concreta, a comunidade era beneficiada com um projeto. E suas “falas complicadas” não eram desnecessárias, elas tinham um sentido real, referente aos passos a seguir para uma melhoria futura do mundo rural de Mirandiba.

Mas, às vezes, na opinião de Vavá, o “povo não entendia das coisas”, porque não era “preparado”, o que denotava, afinal das contas, que ele era “conformado”. Ou seja, resignado a aceitar o modo de fazer a política local: negociar bens públicos em troca de votos ou apoios. E essa postura de resignação, que contribuía para manter a pobreza, não ajudava a entender o alcance dos discursos alternativos de Vavá.

Porém, outras pessoas, indagadas sobre o mesmo ponto, interpretam de modo diferente o protagonismo de Vavá. Resumindo, elas o descrevem como “enrolado”: “Vavá gosta de enrolar as coisas”. Ou seja, ele repetia as mesmas coisas, repetia as reuniões, prolongava os diagnósticos e as discussões, não porque quisesse promover o coletivo, mas porque “gosta de enrolar”. O líder é visto como alguém poderoso – que tem contatos, recursos, articulações – mas ele concedia a liberação do dinheiro e dos projetos depois de muitas tergiversações. E, atrás disso, teriam coisas tortuosas: Vavá não era tão honesto como ele deixava entender, ele tinha suas áreas de sombra, suas intrigas e malversações.

Enfim, sejam quais forem os grupos – aqueles que aprovavam ou os que eram desconfiados – o que importava para ambos era a obtenção final de um benefício material, um

poço, um barreiro, uma sede de associação, alguns equipamentos para a agricultura, etc. É nessa ótica que o “vínculo solidário” se propagou em Mirandiba. De em torno de 50 crianças cadastradas em 2004, o número passaria a 350 em 2007. Das 3 comunidades rurais iniciais (em 2003) teria em 2007 o número de 16 comunidades. Quase todas situadas na área rural de Mirandiba teria um grupo de crianças no sistema.

E em 2007 haveria uma novidade importante: o “vínculo solidário” seria implantado no município vizinho de Carnaubeira da Penha, desta vez através de doadores brasileiros da Actionaid (e não gregos como em Mirandiba). A perspectiva de ampliar o alcance geográfico da *Conviver* traria novas oportunidades em termos de financiamentos. Mas ela necessitaria também de uma carga maior de trabalho por parte da equipe, já que o município era mais afastado, e acessível apenas através de estradas de terra em estado precário.

Com todas essas intervenções – o “vínculo solidário”, o PAA, entre outros – a *Conviver* se tornaria mais conhecida. Em consequência, ela atrairia pessoas de instituições externas, de outras regiões do Brasil e até do estrangeiro. E a liderança de referência sendo Vavá, era por meio dele que esses atores conheceriam Mirandiba.

Assinalamos anteriormente que, em virtude da boa imagem de Vavá, a *Conviver* tinha iniciado uma parceria com uma ONG francesa que, na verdade, era apenas a ferramenta de um ex-agente da cooperação internacional, destinada a captar fundos de regiões francesas para projetos de desenvolvimento em países pobres ou emergentes. Enfim, com esse novo contato, o responsável pela entidade francesa tinha mandado em Mirandiba um jovem técnico francês formado em agronomia, cuja função seria promover pequenos projetos de hortas comunitárias e agroecológicas.

Esse voluntário – que permaneceu em Mirandiba de 2004 a 2006 – seria substituído por outro, de 2006 a 2008. E em 2009 o próprio autor deste trabalho entraria no lugar do precedente. E ficaria até 2013. Além dos voluntários franceses a *Conviver* receberia outras visitas pontuais: a de uma pesquisadora equatoriana, que fez um estudo sobre gênero e desenvolvimento rural; a de pesquisadores espanhóis que realizaram uma pesquisa sobre o PAA; e enfim a de uma estudante em mestrado na França, que estudou o associativismo (e ficou conhecida por seu estilo boêmio e hippie, suas roupas folgadas e seu estilo descontraído, enfim uma série de características que chamaram a atenção dos mirandibenses, os quais me perguntavam sempre se se todas as mulheres francesas eram assim).

Obviamente, atores externos importantes seriam também aqueles da Actionaid. A partir de 2003, a ONG sempre organizava visitas de avaliação e oficinas de trabalho em Mirandiba. Seriam em torno de três a seis visitas por ano, conforme as atividades. Geralmente vinham duas, três ou quatro pessoas. Algumas participariam mais, e desenvolveriam uma relação de proximidade com Vavá.

Pois, sempre o diretor era a referência. A pessoa considerada mais comprometida, mais atuante e mais a par de tudo o que acontecia na *Conviver*. Nas conversas que tive com os voluntários franceses, antes de vir para Mirandiba, seus congêneres descreviam Vavá como a liderança que sustentava a *Conviver*, graças a sua dedicação incansável e a sua visão apurada dos problemas sociais e das soluções para resolvê-los²⁸⁴. Os demais da equipe, ao contrário, eram apresentados como funcionários menos atuantes, menos engajados, menos militantes, menos visionários, funcionários no sentido literal do termo, cujo pensamento no trabalho era mais de “cumprir horários” e realizar o “trivial”. Surgia assim a ideia, compartilhada pela Actionaid, de uma *Conviver* dependente do empenho de Vavá, não porque este controlava o poder, mas porque os demais não se envolviam com o mesmo entusiasmo nas atividades da pequena ONG. Em suma, fora Vavá, havia a ideia que a *Conviver* não poderia continuar.

4.1.c Mazé: a segunda liderança de referência para os parceiros externos, e a materialização de uma *Conviver* com linhas de atuação mais diversificadas

Tirando Magnus, apenas uma liderança era vista como tendo um grande potencial: Mazé, a liderança da comunidade do *Feijão*, que participou dos projetos da *Conviver* desde o início. Mazé era particularmente reconhecida pelos agentes da Actionaid. Estes viam nela uma pessoa que tinha muitas qualidades: visão social, comprometimento, sociabilidade, honestidade, espírito de liderança e competências formais (em parte devido a sua formação acadêmica, de professora concursada do ensino fundamental). E, de modo concreto, para os agentes da ONG, essas qualidades – que faltariam aos membros da equipe da *Conviver* – podiam ser valorizadas nas linhas de atuação da Actionaid: a promoção da agricultura familiar

²⁸⁴ Como último dos três voluntários que trabalharam na *Conviver* tive também uma boa apreciação de Vavá. Isso, sobretudo, durante os dois primeiros anos, em 2009 e 2010, quando trabalhamos juntos. Depois, quando contribuí para mudar a organização interna da *Conviver* – o que acabou prejudicando seu diretor – essa opinião mudou significativamente.

e agroecológica, a promoção dos direitos da população negra, e a promoção da igualdade de gênero.

Embora Mazé fosse reconhecida, ela não entraria formalmente no quadro da *Conviver*. Seu nome tinha sido cogitado, em 2007, para administrar os programas de “vínculo solidário”. Agentes da Actionaid e Magnus apoiavam essa promoção. No entanto, Mazé não aceitou o convite, alegando que para ela não compensaria deixar seu emprego de professora concursada. Mas, assim mesmo, manteria sua posição de liderança apoiando o movimento da *Conviver*, sem fazer parte formalmente dela. Isso não contraria, aliás, seu empenho, que encontraria uma linha de atuação privilegiada: a promoção da igualdade de gênero, um dos principais objetivos da Actionaid.

A partir de 2007, justamente, a ONG internacional desenvolveria em Mirandiba um projeto no qual Mazé poderia intervir na temática do direito das mulheres. A ação, materializada na criação de um “Fórum das Mulheres Cidadãs de Mirandiba”, visaria a divulgar “ações de sensibilização” sobre as questões de gênero. Mazé se tornaria a líder da nova entidade informal – o Fórum de Mulheres – que receberia anualmente um pequeno recurso (de R\$ 5.000 a 10.000) para a execução de palestras e oficinas sobre as temáticas do gênero, no meio rural visto como profundamente machista de Mirandiba.

O “Fórum de Mulheres”, na realidade, era um agenciamento simples: uma existência informal, um repasse de recursos através das contas da *Conviver*, e um grupo envolvido de cinco a seis mulheres (inclusive uma irmã e uma cunhada de Mazé). Esse grupo realizava regularmente palestras e reuniões na área rural. E muitas vezes ele era acompanhado da equipe da Actionaid, quando a ONG vinha realizar atividades em Mirandiba. Outra atividade do “Fórum de Mulheres” era a participação em eventos e intercâmbios em Pernambuco e no Brasil²⁸⁵.

Afinal pouco conhecido fora os círculos da *Conviver* e da Actionaid, o *Fórum de Mulheres* seria impactante na vida de seus gestores, em particular de Mazé e seu grupo de parentesco próximo (sua irmã e cunhada que participam das atividades). Os contatos regulares com agentes da Actionaid, em particular uma responsável pelas questões de gênero, as viagens

²⁸⁵ Esses eventos levaram Mazé e uma congênera do Fórum a conhecer um país estrangeiro: a Bolívia. O evento, sobre gênero e etnicidade. Mazé participou como liderança mulher e quilombola. E o evento foi organizado pela Actionaid e contou com a presença de responsáveis pela ONG e de pesquisadores universitários.

e intercâmbios, as formações recebidas de militantes de ONGs de outras regiões, tudo isso contribuiu para mudar alguns aspectos da vida das mulheres do grupo.

Por enquanto, o que nos interessa é que o *Fórum de Mulheres*, e a ascensão de Mazé, se inscrevem no processo de crescimento da *Conviver*. Aumento dos recursos, aumento das famílias atendidas com projeto, aumento do impacto do PAA, aumento das temáticas abordadas nas reuniões e palestras – não só a agricultura familiar, mas também o gênero – aumento dos contatos com atores externos, temos aqui uma série de fatores indicando que a *Conviver* adquiriu um estatura maior.

Isso vale também para Vavá. O diretor alcançou um nível de responsabilidade maior. Ele vivenciou grandes mudanças em relação à época da AS-PTA e do início da *Conviver*. Adquiriu mais responsabilidades, chegou a gerir mais recursos, desenvolveu sua rede de contatos, e enfim aprimorou seus discursos, os quais se tornaram mais elaborados e mais diversificados – ele abordava, por exemplo, a questão do gênero, a *Conviver* sendo levada, pela Actionaid, a tratar desse tema.

Então, tudo parecia transcorrer bem, tanto para Vavá quanto para outras lideranças e a *Conviver* de maneira geral. Porém, já a partir dos anos 2007 e 2008, apareceriam sinais de crises. Crises que se agravariam e dificultavam as atividades. Os motivos teriam causas diversas, tanto internas como externas.

4.2 CRISE

4.2.a Premissas de crises: com uma comunidade rural, com uma liderança e com alguns projetos

Em primeiro lugar, houve as primeiras reações de descontentamento nas comunidades rurais, participantes do “vínculo solidário”. Famílias, cujos os filhos eram “apadrinhados” reclamavam da falta de projetos e benefícios. A insatisfação, obviamente, seria dirigida contra Vavá. E seria forte na comunidade do *Bola* – a comunidade de Sandro, cujos os agricultores possuíam condições de vida um pouco mais a cima da média dos agricultores de Mirandiba. O ápice da crise aconteceria em 2007. Durante a reunião mensal da associação comunitária, alguns dias antes do dia previsto para a realização da “coleta das mensagens”, as famílias que

tinham filhos cadastrados no “vínculo solidário” decidiram uma medida de retaliação contra Vavá. A retaliação seria essa: não levar suas crianças para a oficina em que seriam redigidas as mensagens destinadas aos doadores da Actionaid. Ou seja, o dia da “coleta de mensagens”, nenhuma criança e nenhuma mãe ou pai compareceu à escola da comunidade, onde tinha sido planejada a oficina.

Uma medida tão drástica tinha sido motivada por uma promessa supostamente não cumprida por Vavá: a promessa de construção de uma passagem molhada, situado em um ponto crítico (um córrego inundado durante as fortes chuvas), de uma pequena estrada de terra (ligando à comunidade a cidade de Mirandiba). O projeto coletivo, decidido pelas “famílias do vínculo” (as que tinham suas crianças “apadrinhadas”) em reuniões com o diretor da *Conviver*, “nunca teria saído do papel”. Dois anos teriam passados assim, sem nada de concreto, provocando a ira das famílias. Uma ira contra Vavá, acusado de “enrolar”, de não fazer o prometido e enganar as pessoas.

Contra essa suposta injustiça, a solução do não comparecimento à oficina das mensagens das crianças parecia ser uma espécie de protesto. Uma “greve das mensagens”, em suma. Uma paralização das atividades para conseguir suas reivindicações. De acordo com a visão das famílias, já que Vavá não cumpria o prometido, era preciso ameaçar “tirar as crianças do vínculo” (sair do sistema de apadrinhamento), tirando assim as fontes de recursos que sustentavam a *Conviver*. Supunha-se assim que Vavá, receando uma queda dos recursos de sua ONG (financiado pelo “dinheiro das crianças”) consentiria na execução do projeto da pequena passagem molhada. Mas ele não fez aquilo. Ou pelo menos ele não o fez durante o tempo em que as famílias²⁸⁶ esperavam. Estas esperaram alguns meses uma reação do diretor, mas a reação não veio. Resolveram então fazer uma coisa ainda mais drástica que a “greve das mensagens”: “tirar” de vez suas crianças do “vínculo”, ou seja, desistir de participar do sistema de apadrinhamento promovido pela *Conviver* e a Actionaid.

Assim, pela primeira vez na história da *Conviver*, uma comunidade inteira decidiria de modo coletivo sair do programa do “vínculo solidário”. O fato assustou a Actionaid, cujo sustento era o sistema de apadrinhamento. O que aconteceria se outras comunidades rurais tomassem a mesma decisão? Seria o fim da parceria com a *Conviver*! E um prejuízo financeiro para todos, tanto para a Actionaid quanto para a entidade apoiada.

²⁸⁶ Afinal, a passagem molhada não foi construída.

A retaliação da comunidade do *Bola* representaria também, para a Actionaid, uma espécie de transgressão de seus objetivos. Para entender isso, observemos quais eram esses objetivos. Um deles é “mudar as relações de poder”. Objetivo que se aplica as famílias rurais que, em virtude dos projetos financiados pelo “vínculo solidário”, se tornam mais organizadas e mais capacitadas, sendo assim com “empoderada” para negociar de modo autônomo melhorias com o poder público local (o que seria uma “mudança de poder”, em relação a um cenário tradicional de troca de favor e dependência). Pois bem: a relação de poder supostamente muda no que se refere à ligação entre as famílias rurais e as elites locais, as primeiras se tornam menos dominadas pelas segundas.

Porém, no caso da comunidade do *Bola*, temos um cenário diferente. O que mudou não foi a relação da comunidade com a elite local, mas sua relação com o diretor da *Conviver*. As famílias não se “empoderaram” diante dessas elites, mas elas se “empoderaram” diante de Vavá. Seu movimento de “greve” foi, com efeito, uma forma de empoderamento. Embora não tivesse resultado em uma melhoria (a construção da passagem molhada), esse movimento demonstrou que a comunidade soube adotar uma atitude mais dinâmica, uma atitude de confronto de um grupo “conscientizado”, que não se submete aos supostos desejos e incoerências de Vavá.

Daí o problema. Para a Actionaid, o “empoderamento” faz sentido na relação comunidade / elite tradicional, mas, não o faz na relação comunidade / “lideranças do movimento”. A pergunta expressando esse descompasso entre um objetivo idealizado e uma prática concreta poderia ser a seguinte: por que mudar a relação de poder entre a liderança de referência e os agricultores, já que não existe (na realidade idealizada) um poder coercitivo opondo o líder e o liderado? Ambos – a liderança e os agricultores – não são supostos compartilhar os mesmos interesses, os mesmos valores, as mesmas representações sobre o mundo social e seus problemas? Por que mudar já que ambos supostamente pertencem ao mesmo grupo, um grupo unido por valores comuns?

Mas a realidade tem suas ironias. Do público alvo, os objetivos passaram a atingir o promotor das intervenções (Vavá), com efeitos até mais tangíveis. A ideia de “mudanças na relação de poder”, dificilmente se aplicava as famílias rurais, se aplicavam de modo mais enérgico ao diretor da *Conviver*. Malícia da mediação dos projetos da Actionaid: o “empoderamento” dos atores, ferramenta de combate à pobreza, voltou-se contra seu principal mediador, Vavá, ao “empoderar” contra ele os comunitários do *Bola*!

A “crise” da comunidade do *Bola*, afinal, não teria um grande impacto. O sistema do “vínculo solidário”, encerrado na comunidade, se desenvolveria em outras localidades. E os comunitários do *Bola*, desvinculado do “vínculo solidário”, manter-se-iam fortemente ligados a *Conviver*, através de sua forte presença nos projetos do PAA.

O episódio seria então apenas uma crise circunscrita. Mas outros eventos iriam perturbar o bom andamento das atividades da *Conviver* e de seu diretor Vavá. Um dos problemas seria a falta de impacto do maior projeto financiado pelo vínculo solidário: a reforma de uma casa de farinha, na comunidade de Cachoeirinha (onde Nelson Pereira promoveu a criação de um assentamento rural, com o apoio do governador estadual - Miguel Arraes, no final dos anos 1980). O projeto, no qual foram investidos em 2007 mais da metade dos recursos para investimentos nas comunidades – em torno de R\$ 100.000 – não daria resultados positivos. Em um primeiro tempo – de 2007 a 2009 – a casa de farinha não funcionaria. Apesar da entrega de equipamentos de qualidade, permitindo o processamento da mandioca, ninguém na Cachoeirinha organizou a produção de farinha. As máquinas ficaram paradas. Em um segundo tempo – 2010 – presumiu-se que a atonia da fábrica podia ser resolvida através da capacitação de seus gestores. Um intercâmbio e uma formação foram então organizados, com pessoas que geriam casas de farinhas em outras regiões. Mas as capacitações não resultaram em ações concretas. A casa de farinha permanecia sem funcionar. E as duas associações locais que deviam geri-la não se organizaram para isso. Seus líderes, representantes de dois grupos opostos – com afiliações políticas opostas²⁸⁷ – não procurariam realmente implantar uma gestão coletiva e compartilhada. Outros fatores também contribuíram para a falta de resultado: a dificuldade do acesso ao mercado, o baixo preço da farinha de mandioca. Enfim, a casa de farinha ficou parada. Um investimento importante para a *Conviver* não deu nenhum retorno, nem para a associação, nem para os moradores de Cachoeirinha.

O descontentamento em algumas comunidades e o fracasso de alguns projetos, como o da casa de farinha, são de certa forma ligados a Vavá. Obviamente, não se pode culpá-lo de tudo o que não dá certo, mas sua gestão personalizada e centralizada o levou a ficar no centro das críticas. Na gestão interna da *Conviver* as reclamações seriam até mais fortes.

²⁸⁷ A oposição de uma mesma localidade em duas associações tem sua origem nos conflitos criados pelo projeto do assentamento rural, no final dos anos 1980. Como escrevemos anteriormente, um grupo liderado por Lurdes de Beba, com o apoio de Nelson Pereira, tinha fundado a associação que criaria o assentamento. No entanto, um ou dois anos depois, um grupo concorrente, apoiado pela elite local da família Laudelino, incentivou a criação de outra associação, que reivindicaria também a posse do assentamento. Desde então, duas associações, com ligações partidárias opostas, existem em Cachoeirinha.

Geralmente, a primeira crítica feita pelas pessoas que participaram dos projetos da *Conviver* é acusar Vavá de ser “mau pagador”. Ou seja, sua tendência em demorar a efetuar o pagamento pelos serviços prestados no âmbito da *Conviver* – frete, venda de produtos, manutenção do carro, da moto, etc.

Vavá perderia até um amigo por causa desse costume, um associado da *Conviver*, Anchieta Carvalho Diniz, que alugava seu carro camionete para os serviços de “coleta de mensagens”²⁸⁸. Em 2007, depois de dois meses de viagens repetidas no município vizinho de Carnaubeira da Penha – onde a *Conviver* começava a implantar o “vínculo solidário” – Anchieta começou procurar Vavá para o pagamento do serviço. Ele tentou várias vezes falar com ele, mas geralmente era recebido com muita indiferença. O diretor virava as costas quando o via, ou resmungava breves comentários chamando-o para vir depois de alguns dias, quando houvesse dinheiro na conta. Um dia, depois de várias tentativas frustradas, nosso homem voltou mais uma vez no escritório de Vavá. Ele o encontrou sentado, mexendo na sua máquina de escrever. Um sinal bom, já que a máquina servia para o preenchimento dos cheques. Mas, quando ele tentou iniciar o assunto, tentando tirar seu interlocutor de sua tarefa, a decepção foi grande. Vavá não se virou para ele e pior, ficou calado. Nosso homem formulou de novo algumas palavras para iniciar um simulacro de conversa. Mas de novo, nada. Foi então que Anchieta teve uma reação totalmente explosiva. Um surto totalmente incontrolado de cólera. Ele saiu furioso do escritório, e quando chegou a entrada da *Conviver* – uma varanda – deu golpes repetidos no portão de ferro, porta principal da associação. Os golpes foram tão fortes que o portão, mesmo de ferro, quebrou.

Depois do ocorrido, Anchieta não falou mais com Vavá. Nem uma palavra, nem um bom dia. Tampouco procurou receber seu dinheiro. Nem através de um intermediário. Um companheirismo de mais de dez anos, construído nos projetos da AS-PTA e depois da *Conviver*, terminou bruscamente. Anchieta era um dos participantes mais ativos do movimento criado pelas ONGs, um homem elogiado por ter criado uma bomba manual para puxar a água dos poços – que se tornou a “Bomba Anchieta” nos relatórios da AS-PTA –, e todo isso tinha sido feito com a liderança de Vavá.

A ruptura entre os dois protagonistas foi muito comentada. Quando eu cheguei a Mirandiba e quando se tocava no assunto da crise da *Conviver*, os integrantes da equipe

²⁸⁸ Anchieta era formalmente secretário da *Conviver*, cargo que na prática – ou seja, na forma de organização da *Conviver* – não exigia dele nenhum trabalho nem iniciativa.

sempre evocavam a história “do portão quebrado”. Um episódio sintomático das dificuldades de convívio com Vavá. Anchieta seria o primeiro de uma longa lista de pessoas que romperia com ele. Outros – ou seja, toda a equipe da *Conviver*, assim como os participantes dos projetos da entidade – ficariam um tempo sem se comunicar com o diretor.

Outro momento problemático aconteceria no mesmo ano, em 2007. Ele nasceu de uma intervenção da Actionaid, que repassou para a *Conviver* uma verba extra – de R\$ 24.000 – destinada a implantar o sistema de “vínculo solidário” no município de Carnaubeira da Penha. Antes mesmo do repasse, uma equipe tinha sido montada, com o objetivo de divulgar o sistema de apadrinhamento nas comunidades de Carnaubeira da Penha, e realizar a seguir os primeiros cadastramentos de crianças, nos lugares onde havia famílias interessadas. Uma vez o trabalho realizado, os membros da equipe – uma filha de Anchieta, dois funcionários da *Conviver*, um voluntário francês, o proprietário do carro que fazia o transporte – solicitaram Vavá para o pagamento dos serviços. A verba-extra tinha sido transferida, havia recursos. Porém, Vavá alegou falta de dinheiro e adiou o pagamento. Quando foi solicitado nos meses seguintes, ele continuou alegando e dando as mesmas explicações, até avisar que o recurso tinha sido utilizado para outros fins, devido ao volume de projetos nas comunidades rurais contempladas pelo sistema de vínculo solidário.

Por fim, ninguém recebeu o pagamento. A filha de Anchieta, tal como seu pai, não recebeu nada pelo serviço realizado junto às crianças apadrinhadas de Carnaubeira da Penha e as demais crianças. Este descaso teve uma consequência prejudicial: Suetone, o membro da equipe mais capacitado em termos administrativos, pediu sua demissão. A *Conviver* perdia um elemento importante.

Na visão dos que participavam dos projetos da *Conviver*, a atitude enigmática de Vavá vem do fato que ele é “ruim de pagar”. Qualquer assunto relativo ao dinheiro da entidade o arrepiaria, o deixaria profundamente nervoso. Quem quiser se atrever a tocar no assunto com deve usar de muito tato. Esta era a avaliação daqueles que convivem com Vavá, inclusive os que mantêm apenas relações cordiais com ele.

No entanto, além desse fato que já foi comentado anteriormente, outro elemento que explica o comportamento de Vavá é sua tendência em desviar os recursos de sua finalidade, e isso não apenas para o andamento dos projetos, mas também para interesses próprios, interesses particulares, relativos à vida privada. A imagem de um Vavá nem tão honesto,

contraria a sua imagem dominante de retidão, seria corroborada por indícios materiais. Vários exemplos são dados: o aluguel de uma casa de certo padrão na cidade de Mirandiba, os serviços de dois trabalhadores na propriedade rural, e o serviço de uma empregada na casa do sítio. Esse padrão de vida, segundo pessoas da *Conviver* indagadas a respeito, não era compatível com o rendimento oficial de Vavá, que era de 750 reais até 2007, e depois de 1000 reais. No momento de tensão acompanhado do não repasse da verba extra da Actionaid (que evocamos acima), as pessoas participantes das intervenções usavam essa explicação para interpretar o comportamento do diretor. E anos mais tarde, no momento da produção desta pesquisa, as mesmas pessoas, confortadas pelos acontecimentos posteriores, continuaram reproduzindo a mesma interpretação, apontando os desvios de finalidades.

4.2.b A grande crise: Vavá se afasta irremediavelmente de sua equipe

Além dessas apreciações negativas referentes ao uso dos recursos, havia outro problema: o isolamento de Vavá no seio da equipe. Esse fato o levaria a romper totalmente com seus colegas, aliás uma situação que permanece até hoje. Ou seja, não existe mais nenhum tipo de comunicação entre Vavá e os demais membros da *Conviver*, inclusive com sua sobrinha e a amiga dela.

O problema interno da *Conviver* começou em 2008. Ele teve inicialmente como protagonista uma nova funcionária da *Conviver*, Zuleide Brito de Souza, que tinha sido convidada por Vavá (em 2007) para auxiliar a equipe nas atividades do “vínculo solidário”. Pela primeira vez, alguém que não tinha participado do movimento da AS-PTA, que não era parente de Vavá, integraria a *Conviver*. Zuleide tinha sido convidada, porque seu marido, pessoa afável trabalhando em um posto de gasolina, pedia muitas vezes a Vavá – quando este abastecia o carro da *Conviver* – para chamar sua esposa para ajudar nos serviços da entidade. A persistência do esposo foi recompensada e depois de algum tempo Zuleide começou a trabalhar, inicialmente de modo informal, e depois de um ano com carteira assinada.

Até agora nada de problemático. Porém, uma tensão teria início já no momento da contratação. Uma tensão ligada à paixão amorosa que Vavá sentiria por Zuleide²⁸⁹, paixão esta que de modo algum era correspondida, mas rapidamente ela a chamaria para acompanhá-lo em todas as atividades da *Conviver*. A nova funcionária, ainda sem carteira assinada, se dedicaria

²⁸⁹ Esse assunto foi evocado por todos os membros da equipe da *Conviver* – tirando Vavá. Aliás, antes do caso, Vavá teria tentado seduzir a sobrinha de sua esposa, Daiane, integrante da equipe. A intervenção do noivo desta última permitiu reprimir as investidas de Vavá.

com muito entusiasmo a seu novo trabalho. E, com seu patrão, ela manteria uma relação de amizade, evitando responder a suas investidas amorosas, mas mantendo ao mesmo tempo uma relação respeitosa sem outras intenções.

Porém, depois da formalização do vínculo, Zuleide mudaria seu comportamento, mantendo distância em relação ao Vavá, deixando-o intender que não tinha mais possibilidades de um romance futuro. A mudança de Zuleide afetaria profundamente seu patrão. E o conduziria a cortar totalmente relações com ela, inclusive a comunicação.

Mas, os efeitos colaterais seriam ainda piores, Vavá se afastaria de modo inexorável de toda sua equipe. A separação não seria apenas uma ausência de comunicação – que, aliás, seria total –; mas também uma separação física, Vavá abandonando os escritórios da *Conviver* para se mudar para sua própria casa, onde ele aguardaria meticulosamente todos os documentos referentes as suas atividades como diretor.

Esse novo reduto domiciliar se tornaria uma “sede bis” da *Conviver*. Uma sede administrativa e também um ponto de encontro para uma “equipe bis”, composta de duas pessoas que auxiliaram Vavá em todas as intervenções. As referidas pessoas – um sobrinho da liderança Mazé, que tinha acabado de se formar em zootecnia, e uma parente de Vavá, desempregada – trabalhariam em condições precárias: sem carteira de trabalho, sem remuneração, nem ajuda de custo explicitamente definidos. Enfim, elas trabalhariam de modo informal e precário, mas em uma relação de total submissão a Vavá.

Em paralelo, a “equipe histórica”, trabalhadores formalizados, permaneceria nos seus escritórios. Tirando Sandro, que estava muito empenhado na gestão do PAA (onde ele tinha uma real autonomia), o restante – Zuleide, Daiane (a sobrinha) e Rita – ficariam literalmente sem fazer nada. Uma vez que essas três pessoas dependiam totalmente de Vavá – que as faziam trabalhar nas “coletas de mensagens” – seu súbito desaparecimento iria afetá-las imensamente. Elas não teriam mais chefe para lhes dar ordens e estariam por assim dizer desamparadas, sem rumo, sem orientação enfim.

Tendo vivido em Mirandiba de 2009 a 2013, presenciei o “abandono” da equipe – o qual, aliás, não era vivida com tristeza, mas com um relativo bom humor, dado que as três funcionárias permaneciam formalmente nos seus cargos, com seus vínculos e salários mensais assegurados. Mas, mesmo que ninguém ficasse triste, o ambiente na sede da *Conviver*, nos

anos de 2009 e 2010 – auge da crise – era bem estranho. As três funcionárias chegavam de manhã, quase na hora oficial (8 horas) do início do serviço, e ficavam conversando entre elas, sobre o tudo e o nada. Zuleide, quando não conversava, ficava no computador jogando paciência. De vez em quando, Vavá aparecia no escritório, quase correndo, para fazer uma ligação ou pegar um documento. Outras vezes ele surgia para entregar os cheques dos pagamentos da equipe. E ele o fazia sem dizer nada, limitando-se a deixar os documentos de modo calado, ou com um vago resmungo.

Intrigado com sua equipe, Vavá estaria também com os associados da *Conviver*. Entre eles, o secretário Anchieta Diniz, aquele que tinha quebrado o portão da entrada da *Conviver*. O desentendimento, nesse caso, não teria nenhuma influência, dado que o mandato de secretário era puramente formal. Com efeito, o conselho administrativo da *Conviver* (presidente, secretário, vice-secretário) não funcionava na prática, sendo apenas uma relação de cargos destinada a se enquadrar no estatuto da associação.

Outro desentendimento, todavia, teria certo nível de importância: o desentendimento com o presidente. Relatamos que, no início da *Conviver*, o diretor mantinha interações cordiais com o presidente. Uma relação harmoniosa: o primeiro comandava as atividades, o segundo obedecia, ao se contentar em ser informado das principais despesas, que se materializavam em cheques assinados pelos dois protagonistas. Mas, a partir dos anos 2009 e 2010, no mandato do segundo presidente da *Conviver*, as relações começariam a desandar. O presidente – que era primo de segundo grau de Vavá – ficaria insatisfeito. Ele não concordaria com a gestão cada vez personalizada de Vavá, com seu desvinculamento da equipe, e também com o que era percebido como falta de projetos nas comunidades rurais – projetos de “vínculo solidário” destinados as famílias das crianças apadrinhadas.

Pelo fato de ser pai de uma criança apadrinhada, o presidente – Roberto Pedro dos Santos – decidiu marcar sua desaprovação com uma retaliação afinal um pouco inócua: a retirada de sua criança do sistema de “vínculo solidário”. A ideia era mais ou menos a seguinte: “já que Vavá não me escuta e não me considera, vou tirar meu filho do “vínculo”, para que ele entenda minha desaprovação e faça alguma coisa”. Mas o recado não surtiu o efeito esperado: Vavá não mudou em nada na sua atitude, seja com o presidente, seja com a equipe. E a única evolução – pouco visível – seria uma reação de discreta irritação de Vavá. Irritação que se manifestava em comentários sobre o fato do presidente “não entender das coisas”.

Nesse período de divisões e tensões dentro da *Conviver*, houve um momento grave e misterioso. Em abril de 2009, um mês depois de eu ter chegado a Mirandiba, uma pessoa, ou um grupo de pessoas, tentou botar fogo na sede da *Conviver*. Foi uma tentativa desajeitada – um botijão de gás devia ter explodido, mas não explodiu realmente – que gerou afinal poucos estragos: apenas alguns papéis queimados e duas telas de computadores deformados. Mas, mesmo sem deixar muitos prejuízos, o ataque comoveu o pessoal da *Conviver*. Todos entenderiam que, se a tentativa tivesse dado certo, teria havido muita destruição na sede. E entenderiam também que algumas pessoas estavam furiosas com a *Conviver*.

Aqui começam as conjecturas. Todos queriam saber o que aconteceu, mas ninguém descobriu nada de concreto. Houve apenas rumores, palpites, vagas suposições. Alguns apontaram uma retaliação contra Vavá. Porém, não o Vavá da *Conviver*, mas o do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Nossa liderança, que era, desde 2008, presidente desta instituição, tinha assumido responsabilidades importantes na execução de algumas políticas para o agricultor familiar. Uma delas – o Garantia Safra – podia ter criado polêmica, e nesse sentido presumia-se que Vavá podia ter sido visado.

Veremos mais tarde a trajetória de Vavá no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, mas por enquanto focaremos em outra possível fonte de tensão em torno da *Conviver*. Desta vez, Vavá não era visado, mas outras lideranças que estavam gerindo os projetos do PAA. A tentativa frustrada de explosão na sede da *Conviver* talvez fosse ligada a esses projetos. Isso foi pelo menos um dos rumores a respeito do caso.

Aqui começam as conjecturas. Todos queriam saber o que aconteceu, mas ninguém descobriu nada de concreto. Houve apenas rumores, palpites, vagas suposições. Alguns apontaram uma retaliação contra Vavá. Porém, não o Vavá da *Conviver*, mas o do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Nossa liderança, que era, desde 2008, presidente desta instituição, tinha assumida responsabilidades importantes na execução de algumas políticas para o agricultor familiar. Uma delas – o Garantia Safra – podia ter criado polêmica, e nesse sentido presumia-se que Vavá podia ter sido visado...

Veremos mais tarde a trajetória da Vavá no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, mas por enquanto focaremos outra possível fonte de tensão em torno da *Conviver*. Desta vez, Vavá não era visado, mas outras lideranças que estavam gerindo os projetos do

PAA. A tentativa frustrada de explosão na sede da *Conviver* talvez fosse ligada a esses projetos. Isso foi pelo menos um dos rumores a respeito do caso.

4.2.c Primeira crise no PAA

Mas por que esse possível ódio contra a gestão do PAA? Dissemos anteriormente que o projeto era elogiado e representava uma referência em todo o Nordeste. Não apontamos seu forte impacto em Mirandiba, sobre a vida dos agricultores familiares de todo o município?

De fato, tudo isso tem sentido, mas a partir de 2009 haveria também um início de crise. Um desgaste ligado à amplitude do projeto, envolvendo na época 393 agricultores. Nesse grupo, talvez tivesse algumas pessoas frustradas com os repasses financeiros referentes à produção entregue para cada produtor? Talvez tivesse alguém reclamando de um erro nos valores repassados, um erro visto como intencional, devido a supostos esquemas dos gestores?

No momento descrito, havia realmente rumores sobre uma suposta vingança de agricultores frustrados com a gestão do PAA. Nada de muito claro, mas não se pode destacar essa possibilidade. E no caso o alvo não seria Vavá, mas Sandro, a liderança de destaque na execução do PAA.

Depois do ocorrido, no final do ano 2009 e durante todo o ano 2010, as tensões envolvendo o PAA chegariam até a aumentar. Um problema, particularmente, geraria um clima de preocupação. Um problema muito frequente na execução do PAA no Brasil: o tempo de latência entre os projetos aprovados. Ou seja, o tempo entre a conclusão de um convênio junto a Conab (o órgão gestor) e a aprovação e liberação de novos convênios, garantindo a continuidade da dinâmica de produção e comercialização.

Em Mirandiba, assim como no Brasil a fora o PAA funcionava por ciclos. Um projeto, ou uma série de projetos eram montados, em seguida aprovados pela Conab – que liberava os recursos – e ao final as ações eram executadas. O ciclo demorava geralmente um ano, ou um ano e meio. Depois disso, devia-se montar outra proposta de projeto, e esperar novamente a avaliação e aprovação da proposta. Teoricamente todo esse dispositivo fluía. Os recursos, inicialmente (de 2005 a 2008) eram abundantes e facilmente acessíveis. No entanto, a partir de 2009, haveria uma tendência à inércia: os recursos demorariam mais tempo para serem liberados.

Foi isso que ocorreu com a *Conviver* na gestão do último ciclo de projetos jamais implantados no município: os projetos 2010/2011, oficialmente apresentados por três associações de agricultores, e de um valor de R\$ 1.638.000 (referente à produção de 468 agricultores). Na segunda metade de 2009 o projeto anterior tinha sido concluído, e os gestores da *Conviver* – em particular Sandro – se lançaram na preparação do seguinte, que seria o maior jamais implantado. Amparado pelas experiências anteriores, vistas como positivas – porque o tempo de latência entre os projetos era bastante curto – Sandro entrou confiante na preparação dos novos convênios. Ele pensava que a Conab de Pernambuco não iria demorar em aprovar as novas propostas. Convencido disso, ele decidiu – junto com os demais gestores e as lideranças dos agricultores – iniciar a entrega dos produtos antes da aprovação oficial do projeto. A ideia era não afetar a dinâmica de produção. O ano de 2010 começava, e com ele a perspectiva de muita chuva e muita produção. E o vasto grupo de agricultores, fortalecidos pelas experiências anteriores, eram ávidos de continuar a produzir e comercializar seus produtos nas escolas e entidades sociais da região.

Pois bem, os agricultores produziram. E muito. Na primeira parte do ano 2010 eles entregaram frutas para a pequena fábrica de polpa, carne de bode, hortaliças, macaxeiras, e até rapaduras, tudo em grande quantidade, já que o inverno foi particularmente chuvoso. Todas essas entregas, é importante lembrar, eram realizadas sem receber “na hora” os recursos. Como já dissemos anteriormente, o projeto não tinha sido ainda aprovado. As entregas eram feitas na base da confiança. Confiava-se que a Conab liberaria os recursos dentro de alguns dias, algumas semanas, alguns meses.

Porém, os meses passaram, o inverno terminou, e nada do financiamento. A Conab não tinha recursos disponíveis para iniciar oficialmente os convênios. Estava cada vez mais claro que a situação demoraria. E que era tempo de parar as entregas. A decisão foi tomada coletivamente. Mas, na mente dos agricultores o principal responsável por todo esse processo demorado era Sandro, o gestor de referência para todos. Era ele quem montava os projetos, quem mediava o contato com os agentes da Conab, quem tomava as decisões estratégicas. E quem seria acusado se tivesse qualquer problema no andamento das coisas.

E as acusações começariam com o atraso na liberação das verbas. Depois das últimas entregas (que teriam atingido quase 50% do montante total dos três convênios previstos), os meses passaram. O ano de 2010 terminou, e nada de projeto aprovado! Começa 2011, e nada de previsão de liberação das verbas. Todos os dias agricultores perguntavam a Sandro quando

começaria o “projeto da Conab”. As perguntas eram feitas em todos os momentos, todas as situações, e Sandro respondia que dentro de alguns dias a Conab liberaria os recursos. Reuniões eram organizadas na sede da *Conviver e*, da mesma forma que em outros momentos de interação, Sandro tentava tranquilizar os agricultores, ao dizer que o projeto estava realmente aprovado, que a Conab tinha dado seu acordo, que faltavam apenas pequenos detalhes para iniciar todo o processo.

Mas, com o passar do tempo, estas garantias não surtiam o efeito esperado. Muitos agricultores começaram a desconfiar de Sandro, pensando que “ele estava enrolando”, e que na verdade ele não sabia de nada do que podia acontecer com a Conab. Outros, mais céticos ainda, conjecturariam que “Sandro tinha comido o dinheiro da Conab”. Ou que, pelo menos, ele tinha dividido esse dinheiro com os agentes da entidade governamental.

A onda de suspeição aumentou e alguns começaram a proferir ameaças contra Sandro. Não ameaças abertas, mas alusões indiretas, por meio de terceiros ou de comentários irônicos. Quando indagado a respeito, Sandro reconhece que o clima não estava favorável para ele. Ele sabia dos rumores sobre sua pessoa, mas afirma que nada daquilo o afetava. O autor do trabalho não sabe se tais palavras refletem realmente os sentimentos do interessado nesses momentos críticos. Talvez fosse verdade. Talvez Sandro não fosse muito preocupado ao ponto de perder sua tranquilidade. Porém, sabendo da violência que impera na região de Mirandiba, da ocorrência de assassinatos por motivos aparentemente fúteis, e do ataque que tinha sofrido a *Conviver* no ano anterior, pode-se supor que Sandro tinha motivos de preocupações. O certo, nessas ocasiões, é que ele demonstrou certa capacidade de resistência à pressão.

E, afinal, essa resistência foi recompensada. O projeto, depois de meses e meses de uma interminável espera, foi aprovado pela Conab. Estávamos na metade do ano de 2011 e os agricultores poderiam gradativamente receber os pagamentos pelas entregas do ano passado. O recomeço das atividades sofreria algumas turbulências, mas em geral os agricultores conseguiriam fechar suas metas de produções e receber suas remunerações.

4.2.d Um pouco de teoria sobre os mediadores: um intermediário e suas atividades tortuosas, e sua comunicação profícua

Nas linhas anteriores, sobre o início da crise na *Conviver*, um ponto foi subentendido: a liderança – no caso, Vavá, e também Sandro – pela sua posição de intermediário, inspira muitas vezes desconfiança.

Na opinião de algumas pessoas que convivem ou interagem com ele, Vavá, pelo seu acesso aos parceiros institucionais da *Conviver* e aos recursos que eles movimentam, é suspeito. Alguns presumem que ele desvia verbas, favorece grupos de agricultores, prejudica outros e combina esquemas junto aos atores influentes das instituições que financiam as intervenções. Na mente de muita gente, ele pode ter uma imagem de retidão, mas isso não significa que todos a compartilham. E até aqueles que o acham honesto, conjecturam também que ele tem seus esquemas secretos, suas intrigas.

Sandro, quanto a ele, nem goza de uma imagem de retidão. Ele beneficia apenas de certo reconhecimento pelo seu envolvimento no PAA. Mas, em muitas situações, os agricultores o suspeitam de ter suas “trambicagens”. Pelo fato de ele ter um acesso direto aos gestores da Conab e um acesso direto ao registro de produção dos agricultores – que ele processa pessoalmente em um programa informatizado – Sandro pode ser visto como a figura central dos negócios escondidos e fraudulentos do PAA.

Enfim, em determinados contextos e em determinadas circunstâncias, a liderança intermediária é suspeita de atividades tortuosas. Esse ponto já foi pensado por autores que se debruçaram sobre os intermediários (BAILEY, 1971). Veremos isso nas linhas seguintes.

Podemos ver também outro ponto: as qualidades de comunicante da liderança. Alguns podem acusá-la de atividades tortuosas, mas isso pode ser compensado por uma propensão em comunicar, em discursar coisas que tocam o entendimento dos interlocutores, que os comovem, os agradam, os convencem.

Um comunicante particularmente talentoso é o Vavá. Ele fez, como já o relatamos, forte impressão no coordenador da Actionaid, antes da ONG ser parceiro institucional da *Conviver*. Se não fosse essa boa imagem deixada no evento de avaliação dos projetos da AS-PTA (no início dos anos 2000), talvez a Actionaid não tivesse apoiado a *Conviver*.

A questão da comunicação, e aquela das “atividades tortuosas”, serão discutidas aqui. São duas dimensões aparentemente contraditórias – a imagem boa do comunicante e a ruim do “trambiqueiro” – mas em muitas representações, opiniões e pontos de vistas das pessoas entrevistadas, essas dimensões referem-se à mesma figura de liderança. Elas são, por assim dizer, as faces opostas da mesma moeda. A cara e a coroa.

Obviamente, as representações mudam conforme as circunstâncias e conforme as pessoas entrevistadas. Alguns podem insistir sobre o lado tortuoso da liderança, outros sobre seu lado social, comunicativo. Os que focam os possíveis esquemas podem também reconhecer as qualidades de comunicantes da liderança. E, ao contrário, os que focam o lado mais social, visível e agradável podem reconhecer a possibilidade de um lado mais ambíguo.

Enfim, em nossa avaliação, veremos que, geralmente os atores internos – agricultores de Mirandiba – enfatizam mais o “aspecto tortuoso” da liderança, enquanto os atores externos – da Actionaid, as outras ONGs, os órgãos públicos – enfatizam seu aspecto mais visível, comunicativo, convincente. Em outras palavras, essas lideranças gozariam de uma reputação melhor nas esferas externas do que nas internas...

Mas, por enquanto, o que nos interessa mais não é essa avaliação diferenciada. O que apresentaremos é a literatura sobre a cara e a coroa da liderança intermediária: suas atividades tortuosas e suas qualidades de comunicantes.

Vejamos o primeiro ponto. E começamos com Bailey (1971, p.189), que escreve o seguinte: “o fato de ser suspeito de atividades tortuosas, e até enganosas, é inerente ao papel de intermediário”. A afirmação, de âmbito geral, refere-se aos todos os tipos de intermediários – inclusive os mediadores que constituem uma categoria central de nossa pesquisa. O autor, todavia, retira suas análises de situações coloniais. Ele se interessou aos intermediários em países colonizados, como a Índia. Em uma perspectiva em que se mesclam elementos interativos e estruturais, ele enfatiza a “posição marginal” do intermediário. Encaixado entre duas estruturas, uma global e uma local, esse intermediário, segundo ele (Bailey, 1971, p.184) “tem um pé em cada um delas”, o que o autoriza a facilitar a comunicação entre as duas. Tal processo é ambivalente porque o êxito do intermediário “pode depender de sua habilidade em enganar, isto é, em travestir a força e as intenções de cada lado para o outro (BAILEY, p.188)”. Assim, a comunicação estabelecida entre as estruturas, longe de ser “perfeita”, é fortemente “filtrada”: o intermediário, tirando sua força de sua capacidade em distorcer as

informações, torna esse artifício indispensável para sua função de mensageiro. Ostentando, de modo disfarçado, um comportamento de respeitabilidade – afirmando querer fazer o bem de todos – o intermediário continua, no entanto, inspirando desconfiança²⁹⁰.

A desconfiança vem com a ideia de uma dissimulação. Jerome Coll (2000), da antropologia do desenvolvimento (que se desdobrou em antropologia da ação pública e das políticas públicas) falou a respeito disso de “estratégia de dissimulação”. O autor estava se referindo a contextos da África Oriental, no âmbito de projetos de desenvolvimento rural das agências internacionais. O foco era especialmente os “projetistas”, intermediários *broker* especializados na procura de verbas das agências internacionais, para transferir determinadas intervenções em determinados lugares. Ao esconder informações importantes a seus concorrentes, ou a tomar iniciativas sem avisar seus parceiros locais – potencialmente beneficiários dos projetos – o projetista, segundo Coll, mantém uma forte discrição nas suas atividades, para não levar suspeita ou criar expectativas demasiadas grandes no seio das entidades e populações locais. O empreendimento é, em outras palavras, um trabalho em parte solitário, que camufla mais que divulga suas etapas, meandros e realizações. E, afinal, os parceiros locais, associações ou grupos comunitários envolvidos nos projetos, são solicitados nos últimos momentos, quando se trata de assinar uma declaração ou carimbar um ofício.

Vejamos agora o segundo ponto: o lado da coroa, as qualidades de comunicante. O que Jérôme Coll (2000) chama, ainda, de “estratégia de ostentação”. No quadro de programas e projetos de desenvolvimento, o projetista, e em geral o *broker* (que corresponde a nossa categoria do mediador) precisa dispor de uma capacidade cenográfica, que consiste em saber montar uma vitrine – um projeto modelo, uma horta comunitária, um grupo de mulheres organizadas – capaz de seduzir financiadores e técnicos em visita de campo (BIERSCHENK; CHAUVEAU; OLIVIER DE SARDAN, 2000).

²⁹⁰ A suspeição que pesa sobre o intermediário faria com que esse papel seja às vezes conferido a figuras sociais tradicionalmente isoladas ou desprezadas. Essa dimensão de uma marginalidade do intermediário, que confina ao desprezo, é destacada por Bailey nos contextos da Índia colonial. Segundo o autor, durante a fase inicial da Índia colonial, quando as forças coloniais procuravam descobrir a realidade das populações locais, uma tribo indiana, que considerava imoral interagir diretamente com os estrangeiros, usava para essas transações o serviço de um intocável. O intermediário marginalizado, desprezado pela sua condição de classe, era um indivíduo cuja abjeção o levava a tratar diretamente com o poder colonial, enquanto a tribo protegia-se do contato direto que ia “sujá-la”. Essa rejeição por parte de uma população de um grupo forasteiro, com quem se deve tratar pela intermediação de um “ser abjeto”, é brilhantemente resumida numa metáfora do autor (Bailey, 1971, p.193), o qual afirma que o intermediário, nessas circunstâncias, é “a grande colher que utiliza o homem sábio quando ele janta com o diabo.”

Na coletânea sobre os *Courtiers em Desenvolvimento* (mediadores em desenvolvimento), Roch Mongbo (2000) realizou uma etnografia muito relevante dessas estratégias. O autor descreve, no Benim²⁹¹, situações concretas onde é encenado o encontro entre uma ONG internacional e populações rurais organizadas em *groupements* (associações comunitárias, principalmente de mulheres). A interação entre os dois mundos manifesta-se em um evento especial, na ocasião da visita da ONG em um pequeno vilarejo pobre e isolado, onde nunca tinha sido implantado projetos de desenvolvimento significativo. No referido evento, os mediadores locais, que atuam a partir dos *groupements*, montam o que poderíamos chamar de “show do desenvolvimento”. Trata-se de um dia de comemorações, apresentações e palestras, com seus rituais, suas etapas e suas demonstrações que visam a expressar os problemas do vilarejo e a convencer a ONG internacional de ajudá-lo. Mais de 100 pessoas da localidade, em maioria mulheres, são mobilizadas. Na praça da aldeia, os participantes abrem a celebração cantando música de benvinda aos convidados, com a intervenção de jovens crianças que interrompem o ritmo para declamar slogans evocando a falta d’água, a desertificação das terras. As crianças, nesses breves instantes em que a música é suspensa, dialogam com os adultos, em cenas comoventes que expressam o sofrimento da população. Uma vez concluído a abertura, as etapas seguintes tratam de frente os problemas: os *groupements* se apresentam, falam de suas lutas e seus sonhos, e outros grupos fazem pequenas representações teatrais cujos temas são o acesso à água e a proteção do meio ambiente.

Em Mirandiba, a capacidade “performativa” de nossos mediadores parece menos avançada. Mas ela é de fato presente, pelo menos que se refere a Vavá e a Mazé – a liderança negra que tem uma participação de destaque nos projetos da *Conviver*. Embora as duas lideranças não tenham o nível de iniciativa dos mediadores descritos por Mongbo (2000), elas demonstram uma capacidade em encenar os projetos implantados. Essas encenações, geralmente, acontecem nos momentos das visitas da Actionaid. Juntos com os agentes da ONG internacional, as lideranças mais comunicativas como Vavá e Mazé são levadas a montar pequenos eventos nos quais são organizados rituais referentes às ações da *Conviver* e da Actionaid.

As atividades ritualísticas são múltiplas: visitas de campo em que pessoas beneficiadas pelos projetos dão seu depoimento diante de agentes brasileiros e estrangeiros da Actionaid;

²⁹¹ País da região ocidental da África.

pequenos eventos na zona rural com apresentação de danças (no caso das comunidades que ingressariam na categoria quilombola, a partir da segunda década de 2000²⁹²), palestras sobre os projetos, comidas típicas; organização de pequenas festas, com bandas de forro das comunidades rurais – geralmente poucas equipadas (muitas vezes, o único instrumento é um teclado), mas cujas apresentações comovem tanto o público local com os agentes externos; realização de vídeos de marketing da Actionaid, filmando comunidades rurais modelos, em que os projetos do “vínculo solidário” conduziram a uma “mudança de vida”.

Não é por acaso, aliás, que o primeiro vídeo de marketing foi realizado na comunidade *Feijão*, a comunidade da liderança Mazé²⁹³. Nesse vídeo duas mulheres do *Feijão* (Mazé e uma cunhada dela) e uma sobrinha de Mazé contam como era seu cotidiano antes do “vínculo solidário”, e como tudo se transformou com o início deste sistema. Além das pessoas da própria comunidade, Vavá dá seu depoimento, colocando as intervenções em uma perspectiva maior, a dos objetivos gerais da Actionaid.

Depois desse primeiro trabalho, realizado em 2007, um vídeo cujo impacto seria muito maior foi realizado com a contribuição de Vavá, em 2010. Desta vez, o objetivo não era de apresentar especificamente “mudanças de vida” (como no primeiro caso), mas de mostrar uma comunidade rural muito pobre como forma de incentivar a generosidade de potenciais doadores. Seria, em suma, um vídeo de marketing totalmente assumido, destinado a aumentar o número de doadores no Brasil²⁹⁴.

O palco escolhido para isso foi uma comunidade de Carnaubeira da Penha, em que a população local vivia em condições de grande precariedade – falta de acesso à água, falta de terra disponível, falta de emprego (inclusive os empregos “clássicos” ligados à prefeitura), periculosidade das raras atividades lucrativas (muitas pessoas trabalhando com mão de obra no plantio ilícito de maconha). Um quadro terrível, comovente, que viria a presença durante uma semana da equipe de comunicação da Actionaid, acompanhada por Vavá cujo papel era de servir de intermediário com as famílias locais.

²⁹² Em Carnaubeira da Penha, nas comunidades pertencendo ao território indígena Atikum, os eventos seriam ritmados pelas danças de Toré.

²⁹³ O vídeo é disponível no site Youtube, no link seguinte: <https://www.youtube.com/watch?v=GEJUfOjwNFU>

²⁹⁴ Em 1999, quando a Actionaid começou atuar no Brasil, todos seus doadores eram estrangeiros. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 2000, um número cada vez mais crescente de doadores brasileiros financiaram os projetos da ONG.

O resultado do trabalho foi um vídeo emocionante, mostrando uma família abalada pela seca, pegando água em um açude barrento, muito sujo, e morando em uma casa de taipa sem nenhum conforto²⁹⁵ ... Uma atriz da Rede Globo, Julia Lemmertz, serve de apresentadora. Ele apresenta o caso da criança Paloma (nome fictício, e endereço da criança fictício²⁹⁶), cuja vida sofrida pode ser mudada graças a possíveis doações para a Actionaid. E, justamente, depois das passagens mostrando o cotidiano de extrema pobreza da “Paloma” e de sua família – o açude sujo, a casa de taipa, as expressões sofridas da criança e dos adultos – outras passagens mostram a realidade mudada pela Actionaid: grupos de pessoas outrora pobres exercendo atividades artesanais gerenciando renda, grupos de agricultores com acesso água plantando hortas irrigadas...

Essas encenações extremamente eficientes são fundamentalmente o fruto do trabalho da Actionaid, e não de Vavá. Assim, no caso apresentado, a entidade mediadora principal é a ONG internacional. Uma mediação entre uma comunidade pobre do Nordeste semiárido e as classes mais abastadas das grandes cidades do Brasil. É uma mediação com alguns mediadores, os da Actionaid, obviamente, mas também os do mundo das estrelas da televisão, representado pela atriz Julia Lemmertz.

Se os agentes da Actionaid e seus parceiros nacionais podem ser considerados como mediadores dotados de um grande talento comunicativo, não se pode, no entanto, subestimar a contribuição comunicativa de Vavá, o parceiro local que intermediou os contatos com a família da comunidade rural. Apesar de ele ter pouca iniciativa na realização concreta do vídeo, Vavá teve uma contribuição fundamental: ele escolheu entre muitas famílias pobres de Carnaubeira da Penha uma família em particular; ela explicou para esta em que consistia o

²⁹⁵ O link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=iiOvn2FhOIY>.

²⁹⁶ No filme, a criança “Paloma” e sua família moram supostamente no Norte da Bahia. Carnaubeira da Penha, no entanto, fica em Pernambuco, a 25 km de Mirandiba.

Os nomes e os lugares fictícios obedecem a uma lógica básica: impossibilitar um contato direto entre os doadores da Actionaid e a família. Para a ONG, é fundamental que o contato entre as crianças e os doadores seja intermediado. Geralmente, isso é feito através das correspondências das crianças e das eventuais correspondências dos doadores. Em casos muito mais raros, podem ser também organizadas, pela a Actionaid e os parceiros locais, visitas *in sitio*. Ou seja, os doadores podem encontrar fisicamente as crianças e suas famílias, mas com a presença permanente dos agentes da Actionaid e das entidades locais.

Para a Actionaid, um encontro sem nenhum intermediário é uma das coisas mais terríveis a ser evitada. Com efeito, a ONG receia fortemente os possíveis efeitos colaterais de relações mais estreitas entre os doadores e as famílias. Entre esses efeitos: ajudas financeiras e matérias dos doadores a família; criação de laços por demais íntimos, com todas as ambiguidades e incompreensões que esses laços podem criar; e também criação de um clima de tensão nas comunidades, devido a possíveis reações de inveja das outras famílias.

É possível, enfim, que o maior receio da Actionaid seja algo muito mais constrangedor para a ONG. Referimo-nos aqui a uma provável desilusão do doador que, ao ver a realidade de vida da criança e a realidade dos projetos do “vínculo solidário”, possa considerar que suas doações não mudam em nada as condições de vida da referida criança.

filme a ser realizado, ele convenceu-a de participar. Todo esse trabalho preparativo foi por assim dizer uma mediação comunicativa. Uma mediação que criou, na mente da família escolhida, um grau de inteligibilidade de uma intervenção externa de caráter muito enigmático.

4.2.e Mesmo com a crise, uma trajetória de Vavá ainda ascendente: o Vavá coordenador do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Apesar das oposições na gestão interna da *Conviver* e das reações de insatisfações em algumas comunidades rurais, Vavá continuaria crescer como liderança de destaque dos agricultores familiares. Ele ganharia novas responsabilidades, ao ser eleito presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (que chamaremos o “Conselho”) em 2008. E o mesmo ano, com a eleição do Prefeito Bartolomeu Tiburtino de Carvalho Barros – oriundo do mesmo grupo político que Nelson Pereira²⁹⁷ – ele teria oportunidade de estabelecer parcerias com o poder municipal, no quadro dos projetos da *Conviver* e, sobretudo, dos projetos públicos transitando no Conselho.

Antes desta eleição a prefeitura, as oportunidades no cenário político local eram mais limitadas para Vavá. Isso porque ele não tinha nem o apoio da prefeitura, nem do Conselho.

Vejamos rapidamente o primeiro ponto: a relação da Vavá com a prefeitura, de 2004 a 2008. Na perspectiva da direção da *Conviver*, não se tratava de uma relação proveitosa. O governo municipal de João Batista (de 2004 a 2008), prefeito eleito pelo partido de direita PFL (oposição ao grupo de Nelson Pereira), não tinha demonstrado interesse em colaborar com *Conviver*. Vavá nunca recusou por princípio fazer parcerias com aquele governo, porém, não encontrou nele uma real vontade de colaboração. João Batista se distinguiu por uma gestão por assim dizer conservadora, que iria contra os interesses da *Conviver*. O prefeito priorizou retribuir grupos sociais favorecidos que financiaram sua campanha²⁹⁸. E com essas prioridades ele teria atingido altos níveis de corrupção, os quais se verificariam em descasos de gestão pública: não pagamentos ou pagamentos atrasados de servidores públicos, não pagamento de despesas da prefeitura, etc. Afinal de contas, com essa gestão, João Batista teria deixado, na representação dominante da população, uma “prefeitura quebrada” (endividada, inadimplente).

²⁹⁷ Todavia, no início da campanha para prefeitura de 2007, Nelson Pereira se afastou do grupo de seus apoiadores. Ele resolveu ficar neutro na disputa entre Bartolomeu e a candidata da situação, Rose Cléa.

²⁹⁸ Em particular grupos ligados ao clã dos “Arrozeiros”, um dos ramos mais poderoso da família *Carvalho*.

Com a consagração de Bartolomeu Tiburtino de Carvalho, que Vavá apoiou durante a campanha política, o contexto político traria assim novas expectativas, teoricamente muito mais positivas para os projetos da *Conviver*.

Vejamos agora o segundo ponto: a relação de Vavá com o Conselho, de 2004 a 2008. Pode-se dizer que, devido a “prefeiturização” deste, a relação era extremamente limitada. A coordenação do Conselho era assegurada pelo secretário de agricultura da prefeitura, um técnico agrônomo do Estado (do IPA) que sempre tinha sido um fiel apoiador de João Batista. Este último, aliás, quando foi vereador e presidente da câmara de 2000 a 2004, já participava ativamente do Conselho, em uma participação alimentada por uma lógica política, de aproveitamento político.

Como escrevemos anteriormente, tal cenário desfavorável para Vavá acabaria em 2008. Pouco depois da eleição do Prefeito Bartolomeu (novembro de 2007), ele seria eleito presidente do Conselho.

E ele teria rapidamente a ocasião de se distinguir. Sua primeira ação de envergadura seria ligada ao Garantia Safra – uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Garantia Safra, consistindo em doações financeiras²⁹⁹ para agricultores familiares do Nordeste³⁰⁰ prejudicados pela seca e o excesso de chuvas, tinha sido criado em 2006.

Nesse período correspondendo ao final de mandato do prefeito João Batista, Vavá ainda não tinha responsabilidades além da *Conviver*. Ele não tinha então como contribuir para a execução do referido programa. No entanto, a partir de 2008 ele seria, pela sua posição no Conselho, um dos atores-chaves do que foi considerado uma de suas maiores façanhas: o que poderíamos chamar de resgate do Garantia Safra em Mirandiba, dado que esse programa corria o risco de não ser implantado localmente, devido a interferências prejudiciais do governo municipal de João Batista.

²⁹⁹ Com relação a safra 2013/2014, o benefício do Garantia Safra era R\$ 850 (fontes: Site do Ministério de Desenvolvimento Agrário, <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>).

³⁰⁰ A área de abrangência do programa é correspondente à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além do Nordeste, são também incluídas as áreas nortes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (MDA.gov.br).

Com a relação à categoria de agricultor familiar, os critérios de abrangência são menos objetivos. Eles remetem às exigências do PRONAF; e, além disso, eles estipulam certas condições: tamanho da propriedade do agricultor (de 0,6 a 5 hectares), rendimento familiar (que não deve ser superior a um e meio salário mínimo). Ou seja, não são todos os que se enquadram na categoria agricultor familiar que tem direito a acessar o programa.

Para entender do que estamos falando, é preciso ver o que seriam essas interferências. Afinal, estas foram simplesmente um descaso: em 2007, a Prefeitura (de João Batista) não pagou sua contrapartida necessária à execução local do Garantia Safra. Tratava-se de um valor de 15 reais por agricultores cadastrados³⁰¹, que o governo local devia se comprometer a pagar para a efetivação do programa. Os agricultores tinham também sua contrapartida – R\$ 5,50 por pessoa³⁰² – e com o valor repassado pela Prefeitura – de um montante de R\$ 25.500, referente a 1700 agricultores – o município de Mirandiba tornava-se um potencial beneficiado do Garantia Safra. Ou seja, caso houver a ocorrência de uma perda de safra – ocorrência avaliada pelos serviços do Estado de Pernambuco – os agricultores familiares teriam direito a uma indenização de R\$ 550 parcelada em três vezes.

Mas, como já foi dito, a Prefeitura não tinha feito sua parte. Assim, em 2008, os agricultores familiares de Mirandiba se enquadrando no programa – em torno de 1700 pessoas – corriam o risco de não receber o precioso auxílio. E quando, em julho de 2008, os técnicos do IPA decretaram o estado de “perda de safra” – devido a uma suposta má distribuição das chuvas ao longo do inverno – o risco se materializou: Mirandiba ia ficar fora do Garantia Safra!

Foram nesses momentos que Vavá entrou em cena. No entanto, enquanto coordenador do Conselho, ele não tinha aparentemente uma grande margem de manobra: a execução era local dependia fundamentalmente da Prefeitura, por meio de sua contrapartida. O Conselho tinha apenas um papel no cadastramento dos agricultores, junto com os sindicatos rurais³⁰³. O que ele podia fazer, eventualmente, era informar os agricultores, mas ele não podia financiar o montante que faltava para a execução do programa. O novo governo municipal, aliás, alegava não ter recursos disponíveis para garantir essa execução. Ele tinha apenas alguns meses de exercício e teria recuperada uma “prefeitura quebrada” pelos descasos da gestão precedente.

Enfim, o problema era grande. Então, para resolvê-lo, Vavá faria o que ele sabe muito bem fazer: ele promoveria uma grande mobilização dos agricultores, desta vez para convencê-los de pagar a contrapartida da Prefeitura – o objetivo final sendo que Mirandiba se

³⁰¹ Em 2008, havia um número de 1700 agricultores cadastrados.

³⁰² Segundo Clodoaldo Rodrigues Clodoaldo Limeira, essa contrapartida evoluía cada ano. Em 2016, ela tinha subido para R\$ 15 reais.

³⁰³ A partir de 2008, haveria dois sindicatos rurais em Mirandiba: o “tradicional” Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o novo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF).

enquadre no Garantia Safra. Graças a sua legitimidade entre os agricultores familiares, a ideia pegaria: a totalidade dos 1700 agricultores pagaria o valor individual de 15 reais para que o município tivesse a arrecadação exigida.

A mobilização envolveria então – mas discretamente – a prefeitura. Vavá faria um acordo com o novo Prefeito Bartolomeu. O autor deste trabalho não dispõe de informações precisas sobre os detalhes desse arranjo, mas o certo é que houve realmente um acordo, o qual passou por um repasse de verbas dos agricultores para a prefeitura, mediante o Conselho. Pois afinal, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, gestor do programa, o que valia era a arrecadação da prefeitura junto com aquela dos agricultores. Sem as duas, não haveria benefícios para Mirandiba. Então, a arrecadação “extra” dos agricultores se transformou em arrecadação da prefeitura. As verbas conseguidas pelos primeiros foram transferidas nas contas da segunda, a fim de se enquadrar nas normas oficiais exigidas pelo ministério.

A mobilização promovida por Vavá suscitaria conjecturas, rumores e especulações. A população comentou muito o assunto. Algumas pessoas fiéis ao antigo prefeito derrotado especularam malversações por parte de Vavá e do novo prefeito. Outras, ao contrário, elogiaram os dois. O certo é que a mobilização surtiu efeito: a partir de setembro de 2008, os 1700 cadastrados receberiam os valores do seguro referente às perdas de safra (ou as supostas perdas).

Depois do ocorrido, Vavá ganhou legitimidade no Conselho. Ele se tornou um coordenador dinâmico que, todas as primeiras sextas-feiras do mês, animava reuniões em que compareciam um grande número de representantes das comunidades rurais. A partir de 2008, o quadro do Conselho seria composto de 24 representantes das 24 associações rurais cadastradas. Os dias de reuniões, que era também dia de feira em Mirandiba (em que a população rural costuma ir para a cidade), eram particularmente animados: a extrema maioria dos representantes das associações participava, junto com um representante da prefeitura, dos dois sindicatos rurais, e um do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), órgão de extensão rural do Estado de Pernambuco. Às vezes, e conforme o andamento dos projetos e programas de desenvolvimento rural, havia também a presença de órgãos públicos: agentes do ProRural, do Ministério da Integração, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do INCRA...

De 2008 a 2010, o Conselho liderado manteria boas relações com a prefeitura. Como falamos acima, Vavá apoiava o Prefeito Bartolomeu. Ele tinha participado da sua campanha

para as eleições, sem, no entanto, que essa participação interferisse no andamento dos projetos da *Conviver*. No quadro do Conselho, a colaboração entre as duas partes se materializaria em vários pontos: o pagamento do aluguer da sede do Conselho pela prefeitura, a participação de um de seus representantes em todas as reuniões, e a presença como vice-coordenador do Conselho de uma personalidade ligada a prefeitura – João Batista Rodrigo dos Santos, presidente da associação rural das *Queimadas* (uma comunidade quilombola) e ao mesmo tempo responsável do serviço de cadastra fundiário da prefeitura.

A colaboração entre o Vavá do Conselho e o poder municipal se materializava também pela organização de reuniões informais na casa do primeiro. Geralmente uma vez por mês e de noite, Vavá recebia na sua casa da cidade o prefeito e as lideranças da prefeitura ligadas ao mundo rural: o secretário de agricultura, Clodoaldo Rodrigues Lima – ex-técnico da EMATER, até 2004 na oposição ao atual prefeito –, o secretário dos recursos hídricos (uma secretaria que foi criada por sugestão de Vavá, e cujo responsável era em geólogo parente próximo do prefeito), e enfim a pessoa que trabalhava nos serviços fundiários, mas que tinha também o papel de representar a prefeitura em todos os assuntos ligados às políticas para as comunidades quilombolas (e que, afinal, era também vice-coordenador do Conselho).

Essas reuniões resultaram em várias ações concretas. Em 2009, no âmbito de um projeto do ProRural de abastecimento de água em duas comunidades rurais (que consistia na perfuração de dois poços artesianos ligados a duas grandes caixas de água), a prefeitura investiu em uma contrapartida de R\$ 39.000. Essa participação concretizou uma parceria entre o poder municipal e o Conselho – o primeiro sendo um apoio à realização do projeto, o segundo o órgão responsável de sua gestão local.

Antes dessa parceria, o projeto teria passado um período de um ou dois anos “engavetado”. Isso por falta de interesse do governo municipal precedente que, segundo João Batista (vice-coordenador do Conselho), tinha todas as cartas na mão – todos os documentos de acordo entre as partes tinham sido assinados – mas não fez nada para assegurar sua contrapartida e executar as ações. Assim, o “resgate” de um projeto escondido em uma gaveta – a descoberta do documento teria ocorrido por acaso, quando Vavá e sua colega João Batista

estavam organizando a papelada da gestão precedente³⁰⁴ – esse resgate, enfim, foi considerado uma espécie de façanha do novo Conselho e da nova prefeitura.

Além dos projetos em comum no quadro do Conselho, haveria intervenções em comum no quadro da *Conviver*. O aparente êxito das colaborações se desdobraria na própria ONG. Desta vez, o acordo foi o pagamento de “200 horas de máquina” por parte da Prefeitura, para a construção de um açude beneficiando a famílias cadastradas no sistema do “vínculo solidário”. O prefeito Bartolomeu assegurou um investimento que – em 2009, ano das realizações – representou um valor de aproximadamente 20.000 reais. Isso para formalizar os serviços de um motorista de trator esteira, do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), que iria participar de uma obra relativamente importante, necessitando o uso de várias máquinas e os investimentos tanto da *Conviver* como da Prefeitura³⁰⁵.

Em resumo, pode-se dizer que nos primeiros anos do governo municipal (2008 e 2009), havia certa sinergia entre o Prefeito e Vavá. O primeiro negociava diretamente com o segundo. E ele o assegurava sempre de seu apoio, em um acordo de princípio do tipo: “me diga o que você precisa, que a prefeitura dá sua parte”.

Pouco importava, afinal, que os projetos sejam do Conselho ou da *Conviver*. Na gestão personalizada dessas duas entidades, Vavá era percebido como sendo a *Conviver* e o Conselho. Nas representações da população, fora ele, não tinha ninguém nessas entidades. Embora tivesse Sandro na gestão do PAA, essa presença era percebida como referente ao “projeto da Conab”, um projeto financiado com recursos extra. Mas a *Conviver* com seus recursos regulares (da Actionaid) era visto como domínio de Vavá. E no Conselho, embora tivesse um vice-coordenador, um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro, tudo supostamente girava em torno de Vavá: era ela e ele só que tomava as decisões e tomava as iniciativas.

A parceria personalizada de Vavá e do Prefeito marcaria uma mudança nas alianças políticas do primeiro. Durante todos os anos 1980, 1990 e até 2008, Vavá apoiava Nelson Pereira, mas no momento da campanha para prefeitura de 2008, isso mudaria: o apoio seria rompido.

³⁰⁴ Contaremos no último capítulo da Tese esse episódio. Isso será feito quando descrevermos a trajetória da João Batista, liderança que se destacou na prefeitura, assim que no movimento quilombola.

³⁰⁵ O projeto, que seria o maior investimento da *Conviver*, afetou consideravelmente as finanças da ONG. Veremos mais tarde este ponto.

O que causou o rompimento foi o afastamento de Nelson de seu grupo político habitual, o grupo dos “vermelhos” cujos opositores eram os “azuis” – os quais eram ligados ao antigo Prefeito João Batista, afiliado ao PSDB. Bartolomeu, incubado no “grupo vermelho”, tinha se candidatado uma primeira vez a prefeito em 2004, contra João Batista dos “azuis” – e com o apoio de Nelson Pereira (ambos, nessa época eram afiliados ao PCdoB). Em 2008 Bartolomeu se candidataria de novo (com o desfecho positivo, e com uma nova afiliação, pelo PR); mas, desta vez seu antigo mentor não o apoiaria: Nelson Pereira manteria uma posição neutra, na disputa entre o futuro vencedor e seu opositor, a candidata Rosi Cléia de Carvalho, ex-vice prefeita de João Batista e afiliada ao Partido Verde (PV).

A estratégia de neutralidade de Nelson na campanha de 2008 chocou a maioria de seus aliados. Em particular Vavá, que não concordou com esta escolha. Foi então que ele e grande parte desses aliados – “companheiros de luta” de Nelson durante muitos anos – resolveram romper a aliança, seguindo assim Bartolomeu, o prefeito vencedor.

Vavá, amparado por sua legitimidade e suas articulações políticas, administraria o Conselho de um modo parecido com a *Conviver*: centralização, personalização, dinamismo, comprometimento.

Os dois últimos pontos fazem quase consenso na população de Mirandiba e nos parceiros institucionais. As lideranças agricultoras que participavam do Conselho, qualquer que sejam suas alianças políticas, tendem a ressaltar o engajamento de Vavá e sua dedicação. E elas também reconhecem sua relativa honestidade – sobretudo, comparado a outros coordenadores do Conselho. Nos relatos, embora essas lideranças afirmassem que Vavá, como toda pessoa gozando de responsabilidades, tem seus esquemas e atividades tortuosas, elas ponderam afinal que as coisas segredas não afetam seu serviço prestado. É essa relativa confiança que faz com que os participantes do Conselho começassem a pagar regularmente as mensalidades das associações que representavam (essas mensalidades, tornado possível o funcionamento da entidade, não eram pagas com a mesma regularidade durante a gestão anterior, marcada por uma forte influência do governo municipal de João Batista Martins da Silva).

A apreciação positiva do empenho de Vavá era também ressaltada pelos parceiros externos. O autor deste trabalho lembra-se de conversas com agentes do ProRural, que se mostravam encantados pela animação das reuniões do Conselho, pela forte presença dos

agricultores, pela clareza das pautas que eram apresentadas por Vavá no quadro – antes de iniciar as falas – e eram discutidas coletivamente. Os mesmos agentes reconheciam que, de vez em quando, os debates fugiam da pauta e tomavam rumos por demais exaltados, mas tudo isso fazia parte de um processo participativo de discussões de políticas públicas.

Os dois primeiros pontos que evocamos acima – a personalização e centralização – representavam uma opinião compartilhada pelos agricultores. Estes reconheciam que o Conselho era o domínio de Vavá: era ele e ele só que tinha a capacidade de sustentar a entidade. Pela sua *visão*, seu comprometimento e sua relativa honestidade era ele a pessoa certa. Isso justificava e requeria uma gestão centralizada e personalizada.

Na prática havia vários indícios dessa centralização personalizada: uma polarização em Vavá, que tomava todas as iniciativas relativas à gestão do Conselho – a única tarefa importante que ele não fazia sendo a redação das atas da reunião (que era realizada por seu vice-coordenador, João Batista Rodrigo dos Santos); uma justaposição das atividades da *Conviver* e do Conselho, Vavá gerindo as duas no mesmo escritório; e enfim o recrutamento de uma jovem pessoa – Anderson – que iria desempenhar simultaneamente funções ligadas ao Conselho e a *Conviver*.

A respeito disso, Vavá dizia que Anderson era do Conselho. Ele tinha sido chamado para desempenhar de modo informal – sem salários nem carteira assinada – tarefas administrativas da entidade: recolhimento das mensalidades das associações, redação de ofícios e documentos, recepção dos agricultores, etc. Porém, a partir de 2008, ele desempenharia também as atividades da *Conviver*, ao integrar de fato a “equipe-bis” da ONG, que tinha substituído a “equipe oficial e histórica” na realização da “coleta de mensagens” das crianças do “vínculo solidário”.

Outra crítica feita a Vavá – e que era formulada diretamente ou indiretamente pelas pessoas envolvidas na *Conviver* – referia-se ao uso dos recursos da ONG para as atividades do Conselho. As recorrentes interferências da Vavá, que usava o carro da *Conviver* (um Fiat Uno comprado de um ex-cooperante francês da AS-PTA) para intervenções ligadas ao Conselho, eram sempre questionadas. Do mesmo modo que o uso que ele fazia do telefone da ONG, cujas despesas crescentes eram causadas pelo Conselho.

Em suma, tinha a ideia que a *Conviver* sustentava o Conselho: era supostamente ela que pagava seus custos de transporte e comunicação, e ela afinal que pagava as indenizações de seu coordenador. O Conselho tendo poucos recursos próprios – apenas as mensalidades das associações rurais e o valor de um por cento dos projetos aprovados das entidades públicas como o ProRural – ele dependia materialmente da *Conviver*. Ou, para ser mais preciso, na representação dos integrantes desta, ele tinha-se tornado o domínio de Vavá, um domínio comum ao da *Conviver* – o que fazia com que a segunda bancasse o primeiro.

Criticado na sua gestão interna, Vavá seria ao mesmo tempo relativamente elogiado em relação a suas intervenções públicas. E isso não só em virtude de suas qualidades individuais evocadas acima, mas também em virtude de uma característica vista como realmente elogiável: o fato de “não fazer política”.

Tal qualidade se verificava na execução do Garantia Safra. Segundo os representantes dos agricultores que participavam do Conselho, Vavá não se envolvia em “esquemas políticos” na execução do programa federal.

Esses esquemas, nas representações locais, são promovidos por lideranças políticas que desvirtuam o Garantia Safra, ao cadastrar nele “pessoas que têm nada a ver com a roça”. O problema do desvirtuamento era muito comentado, tanto pelos agricultores quanto pelos gestores da prefeitura e a população em geral. Alguns *políticos* (vereadores, cabos eleitorais, secretários de prefeitura), “candidatos a políticos” (pessoas com pretensões nas futuras disputas políticas), sindicalistas (dos dois sindicatos) e presidentes de associações rurais (que podiam ser também políticos ou cabos eleitorais) eram acusados de cadastrar no programa pessoas que não se enquadravam nos critérios: funcionários da prefeitura, comerciantes com renda significativa, ou mais simplesmente pessoas que não plantavam roça, que ficavam o tempo todo na cidade... Obviamente, tais manobras eram interpretadas por seu viés político: supunha-se que seus organizadores esperavam dos beneficiados uma retribuição política (um voto, um apoio para um candidato). No caso dos sindicatos, a suposição era também que os dirigentes queriam fortalecer sua base de sócios, ao incluir nela um grande numero de pessoas que moravam na cidade, mas tinham também algumas ligações com o meio rural (uma terra de herança, um pai agricultor).

Como é de se esperar, as intrigas e manobras do Garantia Safra dividiam a população. Cada um tinha seus argumentos e seus critérios para definir o verdadeiro agricultor do falso,

ou beneficiado legítimo do ilegítimo. Na opinião de alguns sindicalistas, “não se podia prejudicar fulano só porque ele mora na cidade”: essa pessoa teria realmente sua roça, que ela plantaria; viver na cidade não impediria de trabalhar no campo... Outros objetavam que tais argumentos eram mentiras: “o cidadão não plantava mesmo”, “o cabra do sindicato quer um voto”, e o beneficiado quer o dinheiro à custa do agricultor. Os critérios em relação ao fato de trabalhar na prefeitura conduziam também a grandes divergências: uns realçavam o “sofrimento” dos contratados da prefeitura – que por alguns ganhavam metade de um salário mínimo –, a “pessoa sofrida” teria assim direito a um benefício, e em particular do Garantia Safra, dado que os mais pobres trabalhando pela prefeitura (na cidade) teriam também suas roças ou terras de herança. Outros, ao contrário, argumentavam que a maioria do pessoal da prefeitura “não entendiam nada de roça”, sendo apenas interessado em ganhar dinheiro sem fazer nada.

Enfim, os meandros da definição dos beneficiados davam lugar a infinitos debates e embates. Mas, nessa confusão generalizada, Vavá matinha uma posição bastante clara e afinal bastante favorável aos que moravam na zona rural. Sua ideia era que o cadastramento dos beneficiados devia ser realizado nas comunidades rurais, com a aprovação dos dirigentes e associados das associações rurais. Assim organizado, o processo seria participativo e justo: os agricultores teriam como exercer um autocontrole sobre a definição das vagas, ao afastar os possíveis intrusos e integrar as pessoas legítimas.

Esse modo de fazer, que inspiraria uma significativa aprovação dos moradores da zona rural, seria de fato colocado em prática. Em 2009 e 2010, o Vavá do Conselho, junto com dirigentes dos dois sindicatos e dirigentes da prefeitura, criaria uma equipe para realizar em todas as comunidades rurais – onde há associações – o cadastramento dos beneficiados. No dia definido, os associados rurais participariam do cadastro nos seus respectivos lugares. Seriam assim beneficiados os verdadeiros moradores rurais, aqueles “que moram e trabalham na roça”.

Evidentemente, haveria também desvio de finalidades nesse processo. O dia das reuniões, muitas pessoas se deslocavam da cidade para a zona rural. O movimento dos carros e das motos se fazia intenso para trazer os “agricultores urbanos”. Haveria também casos de pessoas originárias de Mirandiba mas morando em outro município – até Petrolina, distante de 275 km – que compareceriam nos dias de cadastro...

Todos esses arranjos eram organizados pelos líderes associativos e suas bases de parentes e associados. Vavá não tinha como influir sobre isto. Mas, pelo menos, ele teria promovido uma forma de atuação mais aberta, mais “transparente”. E, nos depoimentos de vários agricultores, essa forma de agir seria elogiada. Um dos pontos de vista é que se não fosse essa intervenção de Vavá o desvirtuamento do Garantia Safra teria sido ainda muito maior...

4.2.f No meio da crise, um Vavá que se vê como visionário

A ascendência de Vavá e sua resistência às oposições têm a ver com a forma como ele se vê: a de um líder visionário, comprometido, que entende os desafios do movimento para a agricultura familiar, ao contrário dos demais. Em muitas ocasiões, o interessado confessou ao autor deste trabalho que ele “tinha uma visão acima dos outros”, o que justificava seu poder e sua hiperatividade. Por supostamente “não entender das coisas” e não se comprometer, os outros não teriam atingido seu nível de responsabilidades. Aliás, Vavá se dizia até pronto a assumir menos iniciativas na *Conviver*, ou até a deixar sua direção. Ele indagava que as responsabilidades pesavam nele, que o trabalho pedia muito sacrifício, e que por isso ele pensava às vezes em se afastar. Ele subentendia assim que o poder não o interessava, e que ele não teria nenhum receio em confiar à outra pessoa a direção das coisas. Só que, nesse ponto, um problema apareceria, um problema nunca expressado pelo interessado, mas que era certamente presente na sua mente: ninguém tinha a coragem de assumir tudo que ele fazia; e ninguém tinha sua visão acerca dos projetos sociais para os agricultores, acerca das políticas públicas, do fortalecimento da organização da agricultura familiar, enfim de todas as dimensões ligadas ao movimento iniciado quinze anos atrás pela AS-PTA.

Vejamos agora de modo mais pormenorizado como se manifestava essa ascendência percebida por Vavá.

Primeiramente ela se manifestava pela suposta mediocridade dos membros da *Conviver*. Ou seja, Vavá gozaria das qualidades necessárias ao bom desempenho da ONG, enquanto os demais seriam desprovidas delas. Apenas ele teria a competência, a visão e a motivação necessária. Os demais – em particular, os quatro membros da equipe, mas também os associados – não teriam nem as capacidades nem a vontade de assumir o bom andamento dos projetos ligados a *Conviver*.

É que a *Conviver* tinha uma missão importante – transformar o mundo rural de Mirandiba pela promoção da agricultura familiar e da organização coletiva dos agricultores – missão que requeria a execução de muitos projetos e o envolvimento de uma equipe motivada e capacitada. No entanto, devido a sua equipe supostamente medíocre e desmotivada, a *Conviver* não teria como desempenhar todos seus projetos. Apenas Vavá teria essa capacidade, mas ele só não poderia dar conta de tudo. Haveria então falhas na *Conviver* – uma falta de atuação em alguns domínios – resultando não de seu diretor, mas de sua equipe.

Mas o que seria esse conjunto de projetos? Até agora, não destrinchamos uma grande gama de intervenções na *Conviver*, a qual foi basicamente descrita através de duas atividades básicas: a “coleta de mensagens” das crianças do “vínculo solidário”, e a definição e execução de pequenos projetos de desenvolvimento para as famílias cujos filhos são “apadrinhados”. A primeira – a “coleta” – visando a assegurar a arrecadação dos fundos, a manutenção do sistema; e a segunda – “os projetos do vínculo” – visando a retribuir as famílias rurais e suas crianças por meio de ações suscetíveis de “mudar suas vidas”: cavação de poços, construção de pequenas sedes de associações comunitárias, reforma de uma casa de farinha, distribuição de bodes e cabritos para os criadores, distribuição de material para a pequena irrigação de hortas, reforma de barreiros e açudes, etc.

Todavia, e de acordo com seu *plano de atividades* elaborado cada ano, a *Conviver* deveria fazer muito mais. Em 2009, por exemplo, o referido plano – redigido por Magnus com as recomendações de Vavá – estipulava as linhas de ações seguintes: apoio a uma feira agroecológica semanal em Mirandiba, apoio a oficinas de orçamento participativo (em relação aos recursos da prefeitura), apoio ao fortalecimento das capacidades das lideranças das comunidades quilombolas, acompanhamento do “Fórum das Mulheres de Mirandiba” (a organização informal liderada por Mazé) a fim de “sensibilizar” a população rural sobre as questões de gênero e igualdade dos direitos, capacitações dos agricultores em agricultura agroecológica, capacitações destes em apicultura...

Em suma, havia uma série de objetivos visando a mudanças estruturais, mudanças em termo de auto-organização dos agricultores, em termo de modelos produtivos e sociais (a agroecologia) e afinal em termos de “relações de poder” (reforço do poder dos agricultores e diminuição da dominação das elites locais, reforço do poder das mulheres e diminuição do machismo). Tudo isso correspondia a objetivos bem mais ambiciosos que a rotina da equipe da *Conviver* de “coletar as mensagens”. Era algo mais profundo que “correr atrás” das famílias e

pedir que suas crianças escrevam as correspondências para os doadores, mantendo assim o fluxo de recursos entre a *Conviver* e a Actionaid.

Aliás, esse plano de atividade era fortemente inspirado pela Actionaid. A ONG tinha como palavra de ordem o “combate a pobreza”, as “mudanças de vida” e em termos mais técnicos – mais reservados aos parceiros locais (e menos aos doadores) – um objetivo de “mudanças das relações de poder”. Tais metas, de fato ambiciosas, não podiam se restringir a coisas triviais como a simples “coleta” de uma mensagem ou a simples doação de um poço ou de cabritos para as famílias rurais. Isso significava que em torno das correspondências das crianças e em torno dos pequenos projetos devia haver algo mais profundo: uma meta de transformação social.

Vavá se sentia investido dessa missão. Mas ele declarava sempre ao autor deste trabalho que o restante da equipe não compartilhava aquilo. Segundo ele, os demais se contentavam em cumprir horários – porém, sempre chegando atrasado e saindo mais cedo – e em ficar a maioria do tempo sentado no escritório, conversando e fofocando. Ninguém deles queria “cair no campo”, visitar as comunidades rurais, fazer um trabalho social, capacitar os agricultores ou sensibilizá-los sobre temáticas como o associativismo, a agroecologia, a “incidência política”...

Essa opinião era alimentada por três fatos. Primeiro: a equipe, que não tinha formação especial – todos tinham apenas concluído o ensino médio – não demonstrava nenhum interesse em se formar (por exemplo, em trabalho de animação social, ou em agronomia). Segundo: sendo não formados e não querendo se formar, essa equipe não era capacitada para cumprir a missão da *Conviver*. Terceiro: essa falta de capacidade era agravada por uma falta de empenho, de motivação.

Na prática, esse suposto conjunto de defeitos e mediocridade se materializava na atividade mais importante para três das quatro pessoas da equipe³⁰⁶: a “coleta de mensagens”. Vavá alegava que esses três – sua sobrinha, a filha de seu vizinho, e a mulher que ele tinha contratado – se contentavam de fazer o trivial: fazer copiar os modelos de mensagens as crianças, ou escrever eles mesmos as correspondências, caso as crianças não soubessem escrever. Essa rotina repetitiva e mecânica, que não exigia iniciativas, era para Vavá algo que não podia ser aceito. Era, pelo menos, isso que falava quando conversava com o autor do

³⁰⁶ A quarta pessoa, Sandro, trabalhava quase exclusivamente na gestão do PAA.

trabalho – ou até com agentes da Actionaid em visita a Mirandiba. Segundo ele, a “coleta de mensagens” devia ser um momento de animação e festa, de palestras e oficinas. Um momento em que as crianças poderiam brincar, se divertir. Um momento em que se podia fazer pequenas encenação de teatro... E, sobretudo, um momento em que a *Conviver* podia divulgar – por meio de sua equipe – uma série de mensagens relativas à sua missão social: a importância do coletivo, o associativismo, a “união que faz a força”, as questões de gênero, os direitos das mulheres, os direitos dos quilombolas, a importância da agroecologia, a importância de “saber cobrar dos políticos”, o orçamento participativo da prefeitura...

Promotor do sistema, a Actionaid tinha informado a *Conviver* que a “coleta de mensagens” era aquilo: uma festa para as crianças e uma formação para os adultos. Nesse último caso uma formação pela organização de pequenas oficinas e palestras em que seriam debatidos os problemas das comunidades rurais e as soluções para resolvê-los: a promoção do coletivo, o associativismo, a promoção dos direitos das mulheres, a promoção dos direitos dos quilombolas, a agroecologia, a “incidência política” (se organizar para influir nas políticas públicas municipais e até nacionais).

E, para tornar possível esse momento festivo e pedagógico era preciso uma equipe animada e motivada, uma equipe não necessariamente dotada de diplomas e formação acadêmica, mas pelo menos dotada de uma grande vontade de trabalhar e se capacitar.

Vavá tiraria partido dessas orientações da Actionaid para depreciar sua equipe. Ele afirmaria que está última não sabia nem queria assumir a “verdadeira” forma de “coletar as mensagens”. Em suma, a equipe não era competente e nem queria sê-lo. E isso justificava a montagem de uma equipe bis, a partir de 2008. De fato, lembramos que, a partir daquele ano, Vavá romperia toda forma de comunicação e de trabalho com o quadro formal da *Conviver*: ele transferiria seu escritório para seu domicílio, e chamaria três outras pessoas – um sobrinho da liderança Mazé, formada em zootecnia, uma mulher parente da comunidade *Barreira*, e o jovem que o “ajudava” no CMDR – para as atividades do “vínculo solidário”, e enfim para todo tipo de atividade ligada a *Conviver* e ao orçamento repassado pela Actionaid.

O rompimento valeria também para Sandro, o gestor do PAA. Aqui, a desaprovação de Vavá seria do mesmo tipo que aquela referente ao restante da equipe. O diretor da *Conviver* acusaria seu subalterno de se limitar em fazer o trivial, ficando no escritório sem fazer quase nada, mesmo que tenha muito a fazer em relação ao PAA.

E pior: Vavá acusava Sandro de tirar um proveito individual da gestão do projeto, em detrimento dos agricultores. Evocamos esse fato no parágrafo sobre o PAA, ao mostrar que Vavá sempre dizia que o “papel do técnico (Sandro) era cair no campo” e não de se intrometer na administração de um projeto que era prerrogativa dos agricultores. Um discurso que é preciso associar a ascendência tomada por Sandro, que se tornou a liderança de referência do projeto – papel que no início (em 2006) era de Vavá.

É justamente nessa coordenação do maior projeto gerido pela *Conviver* que Sandro teria tirado um proveito exagerado. Segundo Vavá, ele teria favorecido alguns de seus parentes da comunidade do *Bola* na gestão das cotas individuais de produção (permitindo a alguns de produzir mais). Ele teria também ganhado dinheiro demais, ao exigir – e conseguir – dos três presidentes de associações rurais oficialmente proponentes do projeto ajudas de custo para seu serviço de coordenador. Além dos recursos que ele recebia pelos serviços de frete com seu carro próprio, os quais eram ligados às deslocamentos nos municípios receptores da produção (onde as entidades entregavam documentos referentes a movimentação dos produtos).

Tudo isso se coadunava com uma administração vista como ineficiente e fora dos padrões do que deve ser um PAA no campo. Nos argumentos de Vavá, a incompetência de Sandro se resumia nas falhas seguintes: desleixo generalizado no atendimento aos agricultores; falta de visitas nas propriedades rurais para orientá-los; falta de clareza nos critérios referentes às quantidades e qualidades dos diferentes produtos a ser entregue; falta de rigidez em relação à intromissão de atravessadores – que em certos casos conseguiam entregar produtos (na cota de outros agricultores); excesso de autoritarismo na gestão da fábrica de polpa de frutas, cujo responsável (dentro de uma equipe de cinco pessoas) era dominado por Sandro; excesso de centralização na gestão financeira, esse mesmo Sandro se arrogando o poder de decidir sobre todas as decisões relativas a compras e despesas no quadro do PAA.

Ainda por cima, uma grande irregularidade era apontada por Vavá: a falta de “consciência agroecológica” de Sandro, no quadro de um PAA que era oficialmente executado em uma modalidade de agricultura orgânica. Segundo Vavá, muitos agricultores não respeitavam essa exigência e isso acontecia com a cumplicidade de Sandro, o qual teria deixado acontecer às coisas erradas sem nunca tomar atitude...

4.3. A PERDA DE INFLUÊNCIA DE VAVÁ E O FIM DO PAA

Afinal, sem que não tenha efeito de causa – pelo menos é o que ele espera – foi a partir da chegada do autor deste trabalho (em 2009) que a fase eufórica vivida por Vavá – mas também pela *Conviver* e pelos agricultores – começaria desandar.

Como já falamos, já afloravam, na verdade, todos os fatores que conduziriam a uma crise maior. A liderança de Vavá já começava a ser contestada e sua gestão da *Conviver* conhecia sérios problemas.

4.3.a Investimentos mal dimensionados nos projetos do “vínculo solidário”, conduzindo a grandes dívidas

O aumento de crise foi ligado, em primeiro lugar, a uma aplicação ineficiente dos recursos do “vínculo solidário”. Em 2009, sobretudo, Vavá escolheria investir em obras de açudes mal dimensionadas, pouco impactantes, que afetariam consideravelmente as finanças da *Conviver* e em corolário a imagem de seu diretor.

Aliás, foi um projeto no qual o autor deste trabalho teve uma contribuição significativa que começou prejudicar o orçamento da *Conviver*. Estávamos em 2009 e o autor tinha apresentado a uma fundação francesa³⁰⁷ um projeto de construção de açude para uma comunidade rural de Mirandiba. Ele tinha elaborado a proposta junto com o voluntário francês presente antes dele. E, rapidamente, devido à presença de um amigo do antecessor francês na fundação, o projeto foi aprovado. O financiamento seria pequeno – 7000 euros, apenas 20.000 reais em 2009 – mas seus efeitos coletareis seriam imensos. Porque isso? Porque o açude consumiria muito mais que os 20.000 reais da doação. Ele levaria afinal a um gasto de em torno de 250.000 reais, mais de doze vezes o valor da contribuição da fundação! E mais de seis vezes o valor do projeto inicial, baseado em cálculos de um engenheiro topógrafo.

De que então seria a culpa de tamanho desacerto? Do voluntário francês, que redigiu a proposta de projeto para a fundação? Do engenheiro, que fez planilhas e mapas cujas representações seriam extremamente desligadas da realidade? Ou de Vavá, que escolheu o lugar onde seria construído o açude? De fato, Vavá teria a responsabilidade maior, por ele ter definido um lugar muito inapropriado. Sua sugestão foi um riacho cercado de ladeiras bastante

³⁰⁷ O nome da entidade é Saur Fondation. O Groupe Saur é um conjunto de empresas que acompanha os programas públicos das chamadas “collectivités locales” (coletividades locais, divisão administrativa do Estado Francês), no que se refere aos aspectos ligados à gestão da água.

elevadas, o que daria logicamente um açude com uma parede de terra muito alta, alta demais para o orçamento de uma pequena ONG como a *Conviver*. Os agricultores indagados a respeito confirmam esse ponto: eles teriam escolhido um lugar mais adequado, um riacho menor; mas eles respeitariam a decisão de Vavá, na ideia de beneficiar de uma obra de grande porte.

A ideia de Vavá era, portanto, de fazer algo impactante, um açude que possa juntar muita água e atender mais de quarenta famílias da comunidade. A obra começou então, primeiramente com recursos do projeto da fundação francesa, e depois com uma parceria com a prefeitura. Era uma obra simples, que a *Conviver* costumava excetuar: serviços de um trator esteira, montando uma parede de terra com o material encontrado no vale do riacho. Contudo, a parede da barragem estando ainda muito baixa em relação à configuração do lugar, foi necessário acumular horas e horas de serviços de tratores. Os recursos do “vínculo solidário” foram então investidos, ou seja, os recursos da própria *Conviver*. A construção prosseguiu, e o trator esteira não dando conta de todo serviço, foi necessário após algumas semanas utilizar os serviços de caminhões caçambas. Muito dinheiro estava sendo então investido, em uma obra que nunca terminava. Quando, enfim, o açude pareceu pronto, ficou evidente que teria um imenso buraco nas contas da *Conviver*: seria impossível pagar todas as despesas no orçamento anual; e seriam necessários vários anos para quitar as dívidas do projeto.

Porém, mesmo com a perspectiva deste “elefante branco”, Vavá apostou na construção de outros açudes para as famílias das crianças apadrinhadas, em particular em um novo município em que a *Conviver* atuava: Carnaubeira da Penha. Após longos meses em que dois tratoristas realizavam as obras, os açudes ficaram prontos, mas em detrimento, mais uma vez, das contas da *Conviver*: a organização estava em situação de dívidas que prejudicariam fortemente as atividades do ano seguinte, e até dos anos mais longínquos. Pior ainda: os açudes construídos não agradavam a maioria das famílias. Alguns deles tinham problemas de vazamento, e outros problemas relacionados a um uso muito limitado – porque eles eram muito distantes das casas ou eram monopolizados por algumas famílias.

Em 2010 e 2011, anos seguindo o período de investimentos inapropriados, a contestação ao trabalho do Vavá aumentou consideravelmente. A *Conviver* não investia mais em pequenos projetos para as famílias apadrinhadas, que acusavam seu diretor de “comer o dinheiro das crianças”.

4.3.b Um conflito sério com uma liderança de esquerda de Carnaubeira da Penha, novo município de atuação da *Conviver*

A oposição maior seria em Carnaubeira da Penha, onde muitas famílias – cujos filhos eram cadastrados no “vínculo solidário” – contestaram de um modo mais veemente a atuação de Vavá. Essa oposição era alimentada por uma liderança local, a figura da esquerda e do movimento sindical em Carnaubeira da Penha: Davi Gonçalves. Antigo operário na região do ABC de São Paulo, no início dos anos 1980, e militante do PT desde sua criação nacional, Davi Gonçalves tinha voltado na sua terra natal no final dos anos 1980. Ele seria então o principal líder do sindicato de trabalhadores rurais e do PT local. Anos mais tarde, ele contribuiria também para o movimento da Igreja, ao se tornar a pessoa de confiança e de referência das Freiras do município, cuja maioria era italiana e mantinha estreitos contatos com seu país (mantendo assim um fluxo de ajudas financeiras e de pequenos projetos para as comunidades rurais).

O conflito que nasceria entre Vavá e Davi oporia assim duas lideranças de destaque. E duas figuras supostamente alternativas no cenário local. O fato dos dois serem parentes relativamente próximos daria também um caráter ainda mais dramático às tensões.

A raiz do problema seria ligada ao “caráter complicado” dos dois personagens. Vavá, que tinha chamado Davi para ajudá-lo na implantação do “vínculo solidário” em Carnaubeira da Penha, teria com ele a mesma atitude que com os outros colaboradores locais: tendência em não falar dos aspectos financeiros do trabalho, atraso nos eventuais pagamentos e, sobretudo, ocorrência de repetidos momentos de mau humor ou pior, de momentos de extrema irritabilidade... Davi, com esse trato, se sentiria desprezado e humilhado. E, em uma região profundamente violenta como a de Carnaubeira da Penha – onde os índices de violência eram ainda pior que em Mirandiba³⁰⁸ – o sentimento de ser desconsiderado, “pisoteado” e “desmoralizado” pode conduzir a reações extremamente agressivas.

E foi isso que aconteceu. Davi nutriria uma raiva profunda contra Vavá. Raiva que seria alimentada por algo muito prejudicial para o primeiro: a grande desaprovação que Vavá inspirava em Carnaubeira da Penha, devido ao mau uso dos recursos do “vínculo solidário”.

³⁰⁸ O autor não dispõe de dados precisos sobre os casos de violência em Carnaubeira da Penha. Mas, informações que ele conseguiu coletar de modo informal, pelo convívio com pessoas do município, apontam grandes índices de assassinatos. Apenas em 2010, por exemplo, pessoas informaram o autor que 11 pessoas tinham sido assassinadas no município – ou seja, um índice de 91,6 mortos por morte violenta por 100.000 habitantes, muito maior a média nacional, que era 27,8 aquele ano (fonte: Ipea, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada).

Ou seja, Davi, que tinha introduzido Vavá nas comunidades do município (este não conhecia o lugar), sentiu-se traído por ele, pois ele tinha confiado na sua proposta e depois de um tempo, viu que nada do que tinha sido prometido – os projetos para as comunidades rurais – aconteceria.

Houve então uma ruptura. Em um primeiro tempo, Davi pararia de comunicar com Vavá. E ao mesmo tempo ele falaria mal dele nas comunidades rurais de Carnaubeira. Soprando nas brasas – as famílias já tinha uma imagem negativa de Vavá – ele criaria um clima muito adverso para a atuação da *Conviver*.

E depois, quando a paciência dele foi esgotada, Davi proferiu ameaças abertas contra Vavá: ele “convidou-o” a nunca mais pisar o chão de Carnaubeira da Penha, o que nas representações locais significa uma ameaça de morte – caso a advertência não fosse respeitada. Ficou então óbvio que o diretor não podia mais visitar as comunidades daquele município.

Alguns meses antes de ser proibido de trabalhar em Carnaubeira da Penha, Vavá enfrentou outro problema: a desintegração de parte de sua “equipe bis” (que se reunia no seu domicílio – transformado em escritório – e fazia as atividades do “vínculo solidário” em substituição da “equipe histórica”). Aconteceria aqui uma ingerência da vida privada de Vavá nas suas atividades profissionais. Rumores de seu suposto namoro com a mulher de sua equipe bis – rumores lançadas através uma carte anônima dirigida para a esposa legítima – perturbaram consideravelmente as atividades do “escritório domiciliar” da *Conviver*. Para resolver o problema, Vavá decidiu expulsar a mulher do quadro da equipe – sem indenizações³⁰⁹ – e decidiu por um fim a seu escritório dentro de casa. Ele transferiu então os documentos e a papelada da *Conviver* para a sede do Conselho.

E, já que sua “equipe bis” tinha sido em parte destruída, ele teve que se conformar em utilizar de novo os serviços de sua “equipe histórica”. Mas devido à impossibilidade de ele conversar com os demais, a volta aos trabalhos foi coordenada pelo autor deste trabalho – que servia por assim dizer de passarela entre o diretor e o quadro dos funcionários.

É nesse contexto que o autor participou das “coletas de mensagens” em Mirandiba e Carnaubeira da Penha, durante o ano 2010. Em Mirandiba, onde a *Conviver* beneficia ainda de

³⁰⁹ Um ano depois de ter sido expulsa, a mulher acionou a justiça e conseguiu dela a obtenção de indenizações para os serviços prestados.

uma imagem positiva – em parte graças ao PAA e a atuação passada de Vavá – as contestações das famílias rurais eram contidas. A maioria delas ainda dava seu voto de confiança na *Conviver* e acreditavam que, com o passar do tempo, esta possa investir de novo em pequenos projetos para os pais e as mães cujos filhos eram “apadrinhados” no “vínculo solidário”.

Em Carnaubeira da Penha, ao contrário, o clima era mesmo de confronto. Davi, bastante influente no município, incentivava as famílias a não mandar suas crianças escrever as mensagens para a Actionaid e os doadores. Ele afirmava que, enquanto Vavá não sair da direção da *Conviver*, não haveria nenhuma melhoria para as famílias. Continuará a mesma situação que aquela prevalecendo em 2010: ausência de investimentos nas comunidades, ausência de benefícios – embora as crianças fossem cadastradas há mais de três anos no sistema do “vínculo solidário”.

Durante o ano 2010, o autor sentiu um evidente clima de hostilidade, em particular em três ou quatro comunidades de Carnaubeira conhecidas por seus altos índices de violência e de envolvimento no plantio e comercialização de maconha³¹⁰. Nesses lugares, as mães das crianças apadrinhadas não hesitaram em barrar o trabalho da equipe de “coleta de mensagens”, exigindo desta a execução concreta de projetos. “Sem projetos, não há mensagens das crianças”, isso a palavra de ordem dominante. Palavra acompanhada de comentários irônicos sobre as competências da equipe... Mas o pior era reservado a Vavá: falava-se dele como um mentiroso, um “cabra que gosta de enrolar”, que não cumpre o que ele promete fazer nas reuniões, que acumula as reuniões “de onde não sai nada de bom”, e que, afinal das contas, “come o dinheiro das crianças”...

Vavá sendo impedido de andar em Carnaubeira da Penha, sob pena de correr risco para sua vida, foi o autor que assumiu as negociações com as famílias locais. Mas junto a ele, havia também uma liderança formada na gestão do PAA – o já citado Porfiro, irmão de Mazé – que era visto como podendo assumir (em médio prazo) as funções de Vavá. Enfim, no período de crise de 2010, havia fortes sinais de reforma na *Conviver*.

³¹⁰ Lembramos que Mirandiba e Carnaubeira da Penha fazem parte do “Polígono da Maconha”, conhecido por altos índices de plantação da droga. Ao contrário de Mirandiba, o plantio de maconha permaneceu importante em Carnaubeira da Penha, em parte por razão de grandes áreas indígenas, onde as intrusões da polícia são dificultadas.

Vamos ver então quais foram essas reformas. E perceber que, afinal, iniciou-se um processo para retirar Vavá da função que sustentava seu poder: o controle das finanças.

4.3.c Grandes mudanças na *Conviver*

O processo começou a partir da assembleia geral da *Conviver*, organizado em fevereiro de 2011. Pela primeira vez na história da entidade, a eleição de renovação do conselho administrativo – presidente, secretário, vice-secretário – se tornaria um evento importante. A razão era simples: os membros do referido conselho, que até agora sempre tiveram uma atuação apagada, queriam agora assumir suas responsabilidades, o que passava por uma diminuição do poder de Vavá. Em outras palavras, eles queriam jogar seu papel de autoridade máxima da *Conviver*, encarregado de tomar as principais decisões, inclusive as referentes à nomeação do diretor executivo, que agora poderia ser outra pessoa que Vavá.

O interessado, aliás, tinha percebido a possível ameaça de um reforço do conselho administrativo. Ele percebia que muitos associados eram cada vez mais opostos a ele, e que o atual conselho administrativo – que podia se candidatar novamente em 2011 – era particularmente contrário a seus interesses, dado que nele havia o presidente Roberto dos Santos (primo segundo de sua esposa, e que queria “tirar sua criança do vínculo solidário” em sinal represália contra sua atuação de diretor). Ademais, havia também no conselho Anchieta, o homem que tinha quebrado o portão da *Conviver* (depois de muitas tentativas para receber o dinheiro de seu serviço de frete para a entidade).

Resumido, Vavá presumia que a maioria do possível futuro conselho administrativo e a maioria dos associados eram contra ela. Um ano antes da assembleia que elegeria os novos membros desse conselho, ele cogitou então uma mudança no quadro dos associados. Sua ideia era trazer novos associados que seriam a seu favor e que votariam num presidente, um secretário e um vice-secretário favorável a ele. Na fala de Vavá, isso consistia em “convidar lideranças que entendem das coisas”. Ou seja, lideranças que integrariam o quadro dos associados da *Conviver* e que apoiariam todo tipo de decisão favorável a Vavá.

Assim, na assembleia de 2010 – anterior a da eleição de renovação do conselho administrativo – um grupo de cinco pessoas foi convidado por Vavá para integrar o quadro dos associados. O estatuto previa que a assembleia decidisse sobre a entrada de novos integrantes – bastava à decisão da maioria dos membros para isso. Assim um grupo no qual se destacava

Mazé e seu irmão Porfiro integrou o quadro dos associados. Isso significava que daqui um ano esses novos associados, aparentemente fiéis a Vavá, teriam a poder de votar...

Em 2011 chegou então o momento da assembleia decisiva. Vavá, convencido que ninguém contestaria abertamente seu poder durante a reunião, não tinha articulado nada de especial para a eleição. Ele pensava que, amparado pelos novos associados favoráveis a ele, um conselho administrativo também favorável sairia da votação...

Mas o contrário ocorreu. A assembleia deu lugar a fortes críticas contra Vavá. Os mais críticos foram os associados Magnus, Sandro, Roberto Pedro dos Santos e Anchieta. Logicamente, os dois últimos foram chamados para se candidatar a um novo mandato no conselho administrativo. E tudo indicava que suas posições poderiam ser contra os interesses de Vavá.

Em reação contra essas oposições veementes e inesperadas, Vavá decidiu de modo improvisado lançar Mazé como candidata ao cargo de presidente³¹¹. Ao lado dela, foram chamados com dificuldades outros associados – em maioria os novos – para compor uma chapa.

Mas o grupo da situação ganhou. Roberto Pedro dos Santos assumiria um segundo mandato de presidente e Anchieta um segundo mandato de secretário. Os eleitos, para concluir a assembleia, fizeram um pequeno discurso e informaram de uma futura reunião para a nomeação da direção executiva. Pela primeira vez, o diretor não seria nomeado pela assembleia geral. As normas oficiais do estatuto seriam respeitadas. O conselho administrativo assumiria suas responsabilidades...

Ele tomaria sua decisão duas semanas após a assembleia. Uma dupla foi nomeada na direção: Porfiro Gomes de Souza e Vavá. Mas o primeiro ficaria com a função mais importante: o poder de assinar os cheques de movimentação bancária, junto com o presidente.

³¹¹ Vemos aqui que Vavá beneficiava de uma real aprovação nos círculos da comunidade do *Feijão*, liderada por Mazé. Afinidade que nasceu do comprometimento do grupo de Mazé nos projetos da Conviver – “vínculo solidário”, PAA – e de uma percebida adesão comum aos valores do movimento da agricultura familiar (a “força do coletivo”, a agroecologia, etc).

A ligação estreita tem também outras explicações. Em particular esta: várias pessoas entrevistadas apontam que Mazé e seu grupo apoiava Vavá para conseguir deles retribuições materiais, com a participação em projetos ou a inclusão de jovens do *Feijão* na equipe da Conviver. A realidade desse apoio indicaria também, indiretamente, que Mazé e seu grupo considerava o restante da Conviver – em particular Magnus e Sandro – com contrário a seus interesses. Em suma, havia a ideia, presente em muitos relatos, que Mazé esperava melhor retribuição com Vavá de que com seus adversários...

Retirar a assinatura de Vavá equivalia, na mente do conselho administrativo, a tirá-lo do comando exclusivo das atividades. Sem as funções financeiras, presumia-se que ele se retiraria progressivamente dos trabalhos da *Conviver*, concentrando-se mais nas suas funções no Conselho.

Porém, as mudanças decididas tardariam a se concretizar. Isso por causa da agência bancária da *Conviver* (o Banco do Brasil) que demoraria para tratar do processo, o qual devia supostamente passar por uma superintendência do banco, no Recife. Depois de muitas lentidões burocráticas, a agência de Mirandiba deu uma notícia que atrasaria ainda mais as mudanças: ela não podia substituir Vavá por Porfiro como assinantes, porque o estatuto da *Conviver* estava desatualizado em relação às últimas normas oficiais. Devia-se mudar o estatuto para efetivar as mudanças nas assinaturas.

Devido a essas reviravoltas e lentidões burocráticas passou-se quase um ano de *status quo*: o cenário de um Vavá mandando nas finanças foi mantido, as únicas modificações sendo a tímida afirmação de Pórfiro com diretor subalterno, exercendo funções de atendimento as famílias do “vínculo solidário”, junto com o autor deste trabalho.

Como, por causa das ameaças da liderança Davi, Vavá não se podia se deslocar em Carnaubeira da Penha, Porfiro e o autor serviam de mediadores entre ele e as famílias rurais. O município continuava sendo o núcleo das contestações, e todas as atenções eram dirigidas para ele, numa tentativa de resgatar a confiança das famílias.

Após meses e meses de paralização das mudanças, o estatuto foi afinal mudado, por meio da deliberação final de uma assembleia extraordinária. Tratou-se da maior reunião da história da *Conviver*, da qual participou Luís Cláudio Mattos, que se deslocou de Recife para trazer sua legitimidade de especialista em estatuto e vida associativa. Vavá, que logicamente não tinha organizado nada em relação a todo esse processo de mudança, aceitou com dificuldade a efetivação do novo estatuto, que prenunciava eventos desfavoráveis para ele...

Após ainda muitas lentidões burocráticas, e tentativas de Vavá de convencer o diretor do Banco de Brasil de Mirandiba de não mudar nada em relação às assinaturas, houve a mudança tão desejada pelo conselho administrativo e a maioria dos associados: Porfiro foi efetivado com responsável de assinar a movimentação bancária.

O evento foi extremamente importante. Porfiro, que informou a respeito dele o próprio Vavá, contou a reação deste último quando soube do ocorrido. Como se pode se esperar, foi uma reação extremamente exaltada: Vavá teria declarado que “em cima de eu na *Conviver*, só tem Deus, o resto é café pequeno”.

Resta saber qual foi à atitude de Porfiro em relação a isto. E de modo mais geral em relação a todo o processo de mudança, que o promoveria no topo da hierarquia da *Conviver*. Até agora falamos pouco dele. Porém, ele era a figura de destaque, a liderança na qual a maioria dos membros da *Conviver* depositava sua confiança para dirigir de forma mais eficiente à entidade. É preciso então voltar um pouco no passado, no momento da assembleia ordinária que elegeria Porfiro como “primeiro diretor”, dotado da função a assinar os cheques de movimentação bancária.

Após ter sido nomeado diretor, Porfiro esperava formar uma diretoria dupla com Vavá. Ao contrário do presidente eleito da *Conviver* – Roberto Pedro dos Santos – que não acreditava na possibilidade de uma colaboração mútua e igual entre os dois diretores, a expectativa de Porfiro era que essa colaboração fosse realmente possível. O autor deste trabalho acreditava também nessa opção. A ideia – do autor e de Porfiro – era de resolver o problema da ausência de comunicação entre Vavá e sua equipe, já que Porfiro era bem visto pela equipe da *Conviver* (e supostamente por Vavá).

Porém, a dupla rapidamente não daria certo. Vavá, muito inconformado com a divisão das tarefas, mantinha uma atitude de mandão e se recusava a ceder à responsabilidade financeira – que ele teoricamente iria perder depois de formalizar as mudanças com o banco. Porfiro, novo responsável financeiro no papel, mas assustado com a atitude de Vavá, começava demonstrar uma atitude de insegurança. Certos dias, ele não comparecia ao trabalho, e outros dias ele costumava ficar distante, apagado. O autor deste trabalho tentava encorajá-lo, ao assegurá-lo de seu total apoio e do total apoio da equipe, de Magnus e dos associados. Mas as respostas obtidas eram enigmáticas: Porfiro falava pouco ou de modo indireto, tortuoso. E suas raras palavras deixavam entender que a possível gestão dos recursos pesava nele.

O talão de cheque simbolizava esse peso. Vavá tinha sua guarda, sua posse, seu controle, e a partir dele ele fazia, ele só, toda o que era visto como estratégico: a definição do que seria gasto e aplicado em projetos, a decisão referente aos valores a serem aplicados, os

prazos dos pagamentos... E tudo isso era ritmado pela velha máquina de escrever, cujas teclas batiam de modo barulhento os valores relativos a todos os tipos de pagamentos e despesas. Assim, mais que bloco de folhas, o talão de cheque era a posse do poder, a posse exclusiva de um Vavá que se via como o líder tendo levantado a *Conviver* pelo seu suor, suas lutas, seus sacrifícios, sua abnegação e dedicação.

Tirar isso dele causaria fortes turbulências. Porfiro, ciente do problema, falou para o autor que “era melhor deixar o homem” – ou seja, “deixar Vavá com o talão e as finanças”. Em outro momento de desabafo, ele falou também que “não se mexia assim com dinheiro no sertão”, subentendendo aqui que “tirar o dinheiro” do Vavá podia conduzi-lo a reações incontroladas: uma depressão profunda, uma doença, um súbito susto de loucura ou pior: retaliações contra algumas pessoas.

O autor deste trabalho receava assim que Porfiro não assumisse de fato suas novas responsabilidades. Daqui algumas semanas, ele podia ser formalmente investido do poder de assinar os cheques, mas na prática corria-se o risco dele se submeter a Vavá para todo o que era importante: as decisões sobre a aplicação dos recursos, as decisões sobre o conteúdo e o valor dos cheques... Em suma, o autor cogitava que Vavá continuaria orquestrando tudo, inclusive um Porfiro que seria apenas na mão dele uma marionete. E da qual se tiraria as preciosas assinaturas dos cheques...

O presidente da *Conviver*, Roberto Pedro dos Santos, tinha a mesma preocupação. Nas suas inúmeras conversas com o autor, ele dizia que Porfiro não teria coragem de assumir verdadeiramente a diretoria. Uma coragem que, aliás, não teria faltado ao presidente, quando ele resolveu opor-se frontalmente a seu parente Vavá. Uma oposição que ele assumiu, mas que possivelmente teria consequências na sua vida de sócio da associação comunitária da *Barreira*, entidade da qual fazia parte tanto ele como Vavá.

Roberto Pedro dos Santos, de fato, tinha uma relação de grande proximidade com o segundo. Ambos viviam na mesma comunidade, pertenciam a mesma associação comunitária, eram ligados por profundos laços de parentesco e vizinhança. E nessa relação local quem mandava era Vavá. Ele era o mandachuva da associação da *Barreira*: ele organizava as reuniões da entidade na sua casa³¹², guardava toda sua papelada – estatuto, declarações,

³¹² Inicialmente, as reuniões da associação local ocorriam na escola da comunidade. Mas, a partir de 2005, Vavá fez de sua casa o lugar onde se reuniram os associados.

documentos de contabilidade – em gavetas bem fechadas de seu quarto, e enfim mandava e desmandava em tudo que se referia à vida associativa. Podia ter outro presidente na associação local, ele era manipulado por Vavá.

E, nesse contexto, Roberto Pedro dos Santos tinha um medo: sofrer *marcação* por parte de Vavá. Em outras palavras, sofrer uma perseguição do líder, a qual podia se manifestar de modo seguinte: uma exclusão do associado rebelde (Roberto) de todos os possíveis benefícios conseguidos por meio da associação da *Barreira*, por exemplo, a obtenção de uma cisterna calçadão, o uso do trator da entidade, e enfim todo tipo de bens ou projetos que passavam pelo filtro da associação...

Porém, apesar de tudo isso, Roberto teria uma atitude firme. Mas ele dizia que o diretor nomeado por ele – Porfiro – “não era disposto”. Faltava-lhe disposição para arcar com as possíveis consequências de uma decisão desfavorável ao líder Vavá.

Um dia, a preocupação do presidente teria matéria para se fundamentar. Esse dia foi o momento da possível consagração de Porfiro, que se transformou para ele em um momento de revés. O acontecimento ocorreria quando o banco, depois de inúmeros meses de burocracia, efetivou a mudança das assinaturas. O dia em que isso aconteceu, Porfiro foi buscar na agência seu primeiro talão de cheque. O primeiro no qual ele colocaria sua assinatura e, sobretudo, o primeiro no qual haveria a materialização de sua decisão, a decisão de um diretor autônomo tomando decisões de acordo com os interesses da *Conviver* e de sua equipe.

Pois bem. O momento era importante. Mas, quando Porfiro chegou à sede da *Conviver*, com o talão de cheque novíssimo, sua primeira reação foi querer entregá-lo a Vavá. A solução mais razoável, para ele, era deixar o preciso talão com o líder histórico da *Conviver*, já que “não se podia mexer assim com dinheiro nesse sertão”.

O autor deste trabalho, que estava conversando com Porfiro nesses momentos, segurou então seu braço, tirou dele o talão, e colocou-o dentro de uma gaveta cuja chave estava na mão de Sandro. E o dia seguinte, acompanhado desse mesmo Sandro, ele foi comprar um gaveteiro metálico com chaves – com fechaduras bem sólidas – para guardar os preciosos cheques. Somente ele e uma colega da equipe – Rita – teriam a posse das chaves.

Vavá não iria mais dispor dos cheques, e Porfiro não iria se submeter a ele para preenchê-los...

E, tal como tinha acontecido na gestão do PAA, Porfiro ficaria na sombra do Sandro. O primeiro, com as cartas na mão, perderia oportunidade de liderar a gestão de uma ONG. Do mesmo modo que, com vários apoios no PAA, tinha-lhe faltado disposição e diligência para assumir a coordenação do projeto. E nos dois casos, a liderança mais influente seria afinal Sandro, por ele não fugir das responsabilidades e não recear as reações de Vavá...

Enfim, depois do ocorrido, Porfiro começou atuar de modo desiludido. Embora ele participasse das reuniões com a equipe, Magnus e o autor – que agora aconteciam, contrariamente a época da gestão de Vavá – sua participação era apagada. E, embora ele assinasse os cheques, suas iniciativas se resumiam a por suas letras no papel. O resto – a gestão financeira – tinha-se tornado atribuição do autor deste trabalho, junto com Sandro.

Apagado com a equipe, Porfiro o seria também com Vavá. Este último, que evitava escrupulosamente cruzar o caminho de qualquer membro da *Conviver* – ele ficava recluso no seu escritório do Conselho – evitava também falar com o diretor que o tinha substituído na movimentação dos cheques. (A única ligação restante de Vavá com a *Conviver* era afinal seu pagamento mensal, um cheque que lhe entregava o sobrinho de Mazé e Porfiro – e novo funcionário da *Conviver* – a única pessoa com a qual ele conversava. De fato, a última ligação que mantinha Vavá era aquela com as lideranças da comunidade do *Feijão*: Mazé continuava o apoiando, do mesmo modo que seu sobrinho presente na equipe da *Conviver*.)

Um dia, Porfiro, que parecia cada vez mais ausente e triste, teria uma reação totalmente inesperada: ele sumiria – literalmente – de Mirandiba. Sem avisar ninguém, nem sua esposa e seus três filhos, ele tinha ido para um lugar inicialmente desconhecidos de todos.

O sumiço do diretor era problemático, já que ele assinava os cheques. Corria-se o risco de uma paralização total das atividades!

A equipe da *Conviver* tentou conjecturar o que podia ter causado a súbita loucura de Porfiro. E rapidamente soube-se que sua fuga tinha sido motivada por uma mistura de causas: um problema pessoal com a esposa, uma romance com outra mulher que morava em Petrolina, e como pano de fundo de tudo aquilo um sentimento de mal-estar na sua nova vida de diretor da *Conviver*.

Felizmente, depois de dez dias, Porfiro deu sinal de vida. Ele negociou então, por intermédio de seu sobrinho funcionário da *Conviver*, a assinatura de alguns cheques no lugar onde morava.

E semanas depois, uma nova diretoria foi nomeada pelo conselho administrativo, a fim de retomar um clima de normalidade na gestão da *Conviver*. Magnus foi promovido diretor executivo dotado do poder da movimentação das contas. E Vavá foi também mantido, para que ele pudesse continuar receber seus cheques mensais sem atrapalhar a vida dos associados e o dia-dia da *Conviver*.

O gradativo afastamento de Vavá foi compensado pela contribuição do autor deste trabalho. De fato, a coordenação da *Conviver* seria sua atribuição. Magnus, embora fosse diretor oficial, teria mais um papel de assessoria.

A posse do autor resultou em um encolhimento da missão social da *Conviver*. Ao assumir sua coordenação, este último iniciou uma inflexão nos seus objetivos induzidos pela Actionaid. As novas palavras de ordem não seriam mais de querer “mudar a vida” das crianças e de suas famílias, ou de querer “combater a pobreza” ou “mudar as relações de poder”.

De modo muito mais prosaico, a meta seria a seguinte: reganhar a confiança das famílias apadrinhadas, ao atendê-las com benefícios tangíveis que, na maioria dos casos, seriam benefícios “individuais”, sem nenhuma pretensão em promover outro tipo de sociedade mais “coletiva” (que seria uma sociedade mais solidária e organizada, em que as famílias rurais seriam protagonistas de seu desenvolvimento).

Tal inflexão decorreu da necessidade de salvar o sistema de “vínculo solidário”, que corria o risco de ser suprimido em Mirandiba e Carnaubeira da Penha (por razão da crescente desaprovação das famílias). E, como a *Conviver* dependia exclusivamente desse sistema para sua manutenção, a entidade em si estava em perigo de fechar suas portas. Nos momentos da crise, nas comunidades rurais, as famílias se recusavam a enviar suas crianças fazer as mensagens: todas queriam “tirar suas crianças do vínculo” (ou seja, do vínculo solidário da Actionaid) em forma de represália contra a falta de benefícios para as famílias.

Assim, para recuperar a confiança das famílias, a estratégia da *Conviver* seguiu o rumo mais pragmático de fazer um assistencialismo individualizado. Os projetos coletivos, ambiciosos e onerosos – do tipo construção de açude – foram substituídos por projetos

menores, individuais e sem ambição de transformação social – tal como ações de distribuição de cabras ou cabritos as famílias, distribuição de material de construção para reformas de casas, recuperação de poços de uso familiar, etc.

Pelo meio dessa opção em ações individualizadas, que foi combinada a uma gestão financeira mais rigorosa e a uma aplicação das verbas mais distribuídas (tendendo as investir os recursos do apadrinhamento em todas as comunidades cada ano), as famílias acreditaram de novo na pertinência do “vínculo solidário”. As pessoas que cogitavam “tirar sua criança do vínculo” diminuiriam. E ao contrário, as candidaturas para entrar no sistema aumentariam. A Actionaid mandou então a *Conviver* cadastrar novas crianças, o que manteria assim o fluxo de recursos...

A saída do autor deste trabalho³¹³, em 2013, não interferiu significativamente o andamento dos projetos. Isso porque um novo diretor exclusivo seria nomeado esse mesmo ano (em substituição de Magnus, que não podia assegurar uma permanência regular em Mirandiba).

O novo diretor seria Suetone, o ex assessor de Nelson Pereira e ex funcionário da *Conviver*.

Suetone seria, aliás, o único oficialmente nomeado: Vavá sairia formalmente do quadro da direção. Ele não receberia mais sua ajuda de custo, que representava ainda seu sustento (mesmo que ele não mais trabalhasse mais de fato para a *Conviver*, desde 2012 e seu afastamento das finanças).

A perda dos recursos da *Conviver* afetaria consideravelmente Vavá. Já, a partir de 2012, quando ele tinha sido excluído da parte financeira, seu nível de vida tinha diminuído. Segundo as duas funcionárias da *Conviver* (e parentes ou vizinhas de Vavá) a primeira perda de responsabilidade teve resultados tangíveis para o líder: a demissão dos dois trabalhadores que diariamente trabalhavam na sua propriedade rural, a saída da empregada de sua casa no “mato”, e a devolução da casa que alugava na cidade. (Tudo isso apesar de, oficialmente, sua remuneração não ter diminuído – o cheque que recebia era do mesmo valor que os dois anos precedentes).

³¹³ A saída aconteceu de fato em março de 2014, quando o autor começou seu doutorado na Universidade Federal de Campina Grande.

E, depois dessa primeira perda, a segunda seria mais radical. Vavá, desta vez, teria apenas o Conselho para se sustentar – ele permanecia na sua coordenação, apesar de não ser oficialmente seu coordenador. Mas o Conselho não tem o nível de recursos da *Conviver*. Ele funciona por assim dizer sem quase nada, recebendo apenas as mensalidades das associações e de vez em quando o valor de um por cento dos projetos públicos cuja execução passa por ele.

Sem grandes margens de manobra, Vavá ficou dependendo da família. Seus irmãos e irmãs, que por a maioria deles têm um padrão de vida correto, ajudam regularmente o irmão despossado...

Enquanto Vavá sofre de certa relegação material e simbólica, a *Conviver* vive uma situação de atonia. Apesar de ter reganhado – relativamente – a confiança das famílias apadrinhadas, o clima geral que envolve suas atividades é de uma falta de ânimo. Isso porque os recursos repassados pela Actionaid começaram estagnar ou até diminuir, ao passo que mesmo tempo o custo de vida no Brasil tem aumentado consideravelmente. Em suma a *Conviver* não desfruta mais do padrão material do auge do “vínculo solidário” – de 2008 a 2011 – quando o orçamento chegava a mais de R\$ 400.000. Em 2016, o valor repassado pela Actionaid era de apenas R\$ 311.000. A partir disso, a *Conviver* de pagar uma equipe de um coordenador e cinco funcionários, pagar os custos de escritório e de transporte, e tirar daquilo que sobrou pequenos projetos e benefícios para 500 famílias (e 755 crianças) cadastradas no “vínculo solidário”.

O desafio é difícil. E as famílias veem essa situação famílias com algumas insatisfações. Algumas delas, quando conversam com o autor deste trabalho, mostram-se irritadas com a falta de recursos. E em alguns casos elas avançam uma ideia afinal racional, que de fato resolveria parte do problema. Essa ideia pode ser resumida do modo seguinte: “não seria melhor mandar diretamente o dinheiro do “vínculo solidário” para as famílias, em vez de passar por uma organização intermediária como a *Conviver*”?

Obviamente, isso seria o fim da *Conviver*, e o fim da Actionaid. O apadrinhamento de crianças, mesmo afetado por crises e críticas, continua firme e forte. Porém, nas representações de muitos habitantes de Mirandiba, a *Conviver*, mesmo amparado pelas crianças apadrinhadas, não existe mais. É que, para as pessoas que não têm crianças participando diretamente do “vínculo solidário”, a *Conviver* de fato fechou. Porque isso? Porque ela não vive mais a efervescência das atividades ligadas à execução do PAA...

4.3.d A “morte” do PAA

Lembramos que a pequena *Conviver*, criada e gerenciada por agricultores ou filhos de agricultores, e dotada de recursos modestos (sem nenhuma comparação com outras ONGs de acessória), tornou-se o quadro de um grande “Projeto” do PAA, se for considerar a sequência dos “projetos” implantados. Chegando a movimentar, de 2007 a 2011, quase um milhão de reais por ano – referente à renda direta para os agricultores³¹⁴ - o “Projeto” atingiu quase um terço das famílias nucleares rurais³¹⁵, as quais distribuíram suas produções em 12 municípios do sertão pernambucano (na maioria dos quais não existia o PAA para os agricultores³¹⁶), alguns localizados a mais de 200 km de Mirandiba.

E o mais singular foi que tudo isso aconteceu a partir de uma entidade formada por pessoas que não dispõem de formação acadêmica (exceto Magnus, que intervia de maneira pontual). Diferentemente das ONGs maiores, com atuação na temática do desenvolvimento rural, especializadas em diagnósticos participativos, *empoderamento* das comunidades rurais, incidência política, a *Conviver* parecia ter poucos atributos para imprimir uma dinâmica de mobilização envolvendo os agricultores. Porém, na prática, ela virou cenário de um projeto de referência, elogiado pela Conab, pelos poderes públicos e por ONGs como a Actionaid.

Mas, a partir de 2012, tudo isso acabou. A experiência do PAA executado pela *Conviver* em Mirandiba permanece apenas como recordação de um belo tempo consumado. É por essa razão que parte da população local acredita que a “*Conviver* fechou” – enquanto, na verdade, suas atividades continuam, através dos recursos do apadrinhamento de crianças. A ideia da extinção da ONG, compartilhada localmente por muitas pessoas (políticos, comerciantes, população urbana e grande parte dos próprios agricultores), procede de um senso comum fundado e compreensível, considerando a animação que caracterizava a *Conviver* no tempo das entregas dos agricultores, e a monotonia atual, apenas perturbada pela gestão de pequenos projetos do vínculo solidário, bem menos impactantes.

³¹⁴ Esse valor aproximativo, estimado a partir dos projetos 2007/2009 e 2010/2011, leva em conta os custos de manutenção, os quais foram deduzidos para estimar a renda direta obtida pelo conjunto dos agricultores.

³¹⁵ Para obter essa porcentagem, consideramos uma população rural em Mirandiba de aproximadamente de 7000 pessoas (isto é, 50% da população total do município, que era de 14308 habitantes em 2010 segundo o IBGE). A partir desse número de 7000 habitantes na zona rural, estimamos um número de 1400 famílias nucleares, das quais 468 participariam do PAA em 2009 / 2011.

³¹⁶ Nos doze municípios identificamos três projetos do PAA, implantados de 2007 a 2012. O maior dele, em Serra Talhada, que era gerenciado pelo Conselho Municipal Rural de Desenvolvimento Sustentável junto com a Prefeitura, tinha um orçamento total equivalente a um terço do valor do projeto de Mirandiba.

Na verdade, a crise do PAA é nacional. No Brasil, o programa está quase parado. A partir de 2012, houve uma queda significativa dos projetos implantados. A primeira razão disso foi uma diminuição global dos recursos investidos pelo Governo Federal. Mas houve um segundo fator: a ocorrência de suspeitas de fraudes na execução dos projetos. Em 2011, a Polícia Federal iniciou no Paraná – e secundariamente em Mato Grosso e em São Paulo – a operação “Agro-Fantasma”, destinada a apurar casos de desvios de recursos envolvendo mediadores das associações de agricultores, das esferas políticas locais e também da Conab. Vinte e dois projetos foram investigados, e em todos eles foram detectados irregularidades.

As suspeitas de malversações não pararam por aí e de 2012 a 2014 muitos projetos tiveram desdobramentos na esfera judicial. Na região de Mirandiba, o PAA de Serra Talhada foi alvo de denúncias por parte de agricultores apontando a existência de desvios de recursos a favor de lideranças políticas ligadas à prefeitura – que era de fato o executor do projeto. Algumas pessoas alegaram que essas suspeitas não passavam de boatos espalhados por grupos políticos de oposição, inconformados com o aparente sucesso do programa³¹⁷.

Em Mirandiba, não houve nenhum caso de denúncias. Mas, como quase todos os outros, o projeto parou. O contexto nacional tornou-se demasiado desfavorável: a *Conviver*, as associações de agricultores, os próprios agricultores e enfim todo o município seria vítima da queda dos investimentos, da multiplicação dos casos na justiça e, sobretudo, da ausência de projeto político de retomada das intervenções.

Retomar o PAA em Mirandiba representa assim um desafio particularmente complicado. Um desafio que ultrapassa as competências dos atores locais. No entanto, as lideranças de nossa pesquisa tentaram – e veem tentando – continuar a experiência.

Como se podia esperar, um dos primeiros que se propôs a fazer isso foi Vavá. Dado que ele não tinha mais influência real no PAA da Conviver, ele tentou implantar o projeto através de uma cooperativa dirigida por ele – a COOAFAM³¹⁸, que ele tinha criado em 2007

³¹⁷ As recorrentes denúncias na execução dos projetos do PAA, e o grande empenho da esfera judicial e da Polícia Federal, foram também interpretados como uma “judicialização” da política pública. No encontro da Rede de Estudos Rurais de 2016, da qual participou o autor deste trabalho, esse tema foi abordado por pesquisadores universitários. A hipótese era que o impacto significativo das primeiras experiências do PAA chamou a atenção do poder judicial. Rapidamente, a partir de 2010, a maioria dos projetos foi investigada. E a ocorrência de fraudes na maioria deles serviu de justificativa para diminuir os recursos aplicados no PAA. Em suma, o poder judicial teria desqualificado a experiência do PAA, obedecendo aqui a lógicas políticas de desqualificação das intervenções do PT voltado as camadas sociais desfavorecidas.

³¹⁸ Cooperativa das Associações dos Agricultores dos Pecuaristas e Familiares de Mirandiba.

como um grupo de agricultores (inclusive Porfiro). A COOAFAM, polarizada em Vavá, tal como a *Conviver* – tinha inicialmente uma existência apenas teórica ela não tinha nem reais cooperados, nem reais produtores, nem real vida cooperativa; tratava-se de um dispositivo adormecido, existente apenas no papel, mas que inspirava grandes sonhos a seu idealizador e fundador Vavá. Grandes sonhos que se esbarravam na crua realidade de uma cooperativa sem vida e sem projeto tangível.

A partir de 2011, no entanto, a COOAFAM geraria algumas expectativas. Vavá daria a esperança que ela pudesse ser o quadro de um novo PAA. Ele promoveu então um movimento para reerguer a estrutura adormecida. Para isso, organizou uma assembleia geral, destinada a renovar a composição do conselho administrativo da entidade. Incentivou sua esposa a aceitar o cargo de tesoureira, e conseguiu incentivar – com muita persuasão – Porfiro a aceitar o cargo de presidente. O fato de ser obrigado a colocar sua mulher na tesouraria indicava que a COOAFAM não atraia um grande número de agricultores. Por falta de opções, Vavá preenchia as vagas com as pessoas mais próximas³¹⁹ – além de sua esposa, um dos cargos seria também preenchido por um de seus empregados, que trabalhava na sua propriedade rural – mas esse relativo desinteresse não o desencorajaria. No médio prazo, ele acreditava na possibilidade de resgatar o PAA em Mirandiba.

Em 2013, a esperança ganhou forma. Vavá iniciou formalmente a montagem de um projeto que seria proposta a Conab de Recife. Para responder aos requisitos dos órgãos federais, ele teve primeiramente que criar um quadro de cooperados, que cada um traria sua cota-parte. O montante definido foi de meio salário mínimo. E, afinal, um grupo de uma quinzena de agricultores resolveu investir – Vavá demonstraria assim que ele dispunha de poder de persuasão e de legitimidade.

Amparado por seus cooperados e por certo capital social, a COOAFAM virou um dispositivo mais forte para assumir a execução do PAA. Mas faltavam-lhe recursos humanos para finalizar um documento técnico de proposta de projeto. Vavá não tinha todas as competências exigidas por tal tarefa. Mas, mesmo assim, ele recusou em 2013 o auxílio de Magnus. Escaldado pelas experiências difíceis das mudanças na *Conviver* – da qual Magnus

³¹⁹ Vavá não estava interessado em ocupar formalmente as vagas na administração da cooperativa. Ele preferia deixar outras pessoas ocupá-las, o que o permitia comunicar sobre uma cooperativa dirigida pelos agricultores, e não fundamentalmente dirigida por ele. Outra vantagem é que ele deixava os administradores eleitos resolverem alguns assuntos burocráticos, como as visitas ao escritório de contabilidade (em Salgueiro), visitas necessárias para a atualização legal da cooperativa diante dos órgãos públicos.

participou ativamente – Vavá não queria mais recorrer às pessoas que tinham contribuído para sua relativa marginalização...

Ele recorreu então a pessoas desconhecidas, de outras regiões. Solicitou primeiramente os serviços de uma rede de cooperativas – a Unicafes³²⁰ – a qual o indicou a um projetista de São Paulo. Mas o documento produzido por este último foi considerado “como repleto de incoerências” pela Conab³²¹. Resultado: ele não foi aprovado.

A partir de 2015, Vavá encontrou um apoio que seria bem menos inconsistente que aquele do projetista da Unicafes. Desta vez, seria um jovem integrante de uma ONG³²² da maior comunidade quilombola da região: Conceição das Crioulas, situado a 40 km de Mirandiba (e 20 km da comunidade de Vavá). O integrante ao qual estamos nos referindo, que desempenhava funções na gestão de projetos do PAA para as populações quilombolas, montaria um novo documento de projeto. Projeto este que seria apresentado novamente a Conab. O retorno do órgão público seria até positivo – o projeto respondia globalmente aos requisitos – mas havia ainda problemas: uma falta de comprovações a respeito da realidade da produção orgânica dos produtores (que era a modalidade do projeto enviado pela cooperativa).

É que as exigências do poder público, em termo de qualidade e características da produção, eram muito mais severas que durante os primeiros anos do PAA, de 2006 a 2011. Tudo isso, associado à burocracia inerente aos serviços do Estado, tornava particularmente complicado a montagem e aprovação de uma proposta de projeto...

Mas Vavá não é alguém que desiste facilmente. Ele teria conseguido superar essas dificuldades e com a ajuda do integrante de Conceição das Crioulas ele teria obtido da Conab a aprovação do projeto. Porém, esse discurso, sobre essa suposta aprovação, dura desde 2015. Os meses e os anos passam e no momento da redação desta tese (agosto de 2017) nada está resolvido. E pode se conjecturar que o contexto político nacional impossibilita a real aprovação e concretização do projeto...

O resgate do PAA parece de fato uma façanha impossível de realizar. Contudo, antes do desfecho negativo das propostas da COOAFAM, outro grupo liderado por Sandro e Magnus tentou o desafio.

³²⁰ União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Agricultura Solidária.

³²¹ Informação verbal concedida no dia 4 de maio de 2015 por um agente da Conab durante uma entrevista telefônica.

³²² A ONG é a AQCC: Associação Quilombola de Conceição das Crioulas.

Incomodado pela recusa de Vavá, que virou as costas quando ele ofereceu sua ajuda para a montagem do PAA, Magnus resolveu montar seu próprio projeto, por meio de uma nova organização. Junto com Sandro – com o qual é ligado por anos de companheirismo na gestão dos projetos da *Conviver* – ele mobilizou um grupo de agricultores que se tornariam os membros fundadores de uma nova estrutura: a Associação dos Agricultores Familiares de Mirandiba – cujo nome social, estranhamente, seria o MILAGRO.

A partir de 2014, Magnus se empenharia na montagem de uma nova proposta de projeto. Em paralelo, Sandro asseguraria a ligação com os agricultores e a resolução de todo tipo de assuntos referentes à elaboração da proposta. Rapidamente, um grupo de 167 agricultores seria formado. Todos antigos participantes dos PAA da *Conviver*.

Mas, tal como no projeto da COAAFAM, as dificuldades seriam maiores em relação ao passado. As exigências rígidas da Conab, associadas à ineficiência dos órgãos públicos ligados a agricultura familiar, concorriam para isso. Entre os novos requisitos, havia a necessidade de respeitar condições mais estritas de higiene, no que se refere, por exemplo, ao processamento da carne de bode (um dos produtos de destaque em Mirandiba, de 2006 a 2011). Contudo, como a região não disponha de um matadouro moderno, esse produto teve que ser retirado do projeto. Com relação à polpa de fruta – outro carro chefe – a Conab exigiria da fábrica de processamento que ela se adequasse a determinadas normas. Seria preciso fazer investimentos e esperar longos e longos meses a visita de agentes do Ministério para que a fábrica seja considerada apta para fabricar as polpas.

Mesmo com essas adaptações e os esforços de Sandro e Magnus, o projeto ainda não foi financiado. A partir de 2016, os responsáveis da Conab de Recife informaram que a proposta estava aprovada, mas não há recursos disponíveis.

Tal como o da COAAFAM, o projeto do MILAGRO (a nova associação criada por Magnus e Sandro) é vitimo de um contexto político particularmente desfavorável...

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES PELAS LIDERANÇAS DA *CONVIVER*

4.4.a Teoria sobre a prática do mediador, em diálogo com a atuação dos mediadores da *Conviver*

No segundo e terceiro capítulo, vimos que a trajetória de Vavá, e também de Magnus e Sandro, teve como pano de fundo importantes mudanças no mundo rural de Mirandiba. Houve momentos de euforia e de crise nas intervenções de nossas lideranças, mas, seja qual for a tonalidade dos períodos, sempre houve mudanças.

Pode se dizer que os três protagonistas foram atores essenciais de um processo de mudança social, iniciado anos atrás com as intervenções da AS-PTA, e reforçado nos anos 2000 pelos projetos da Actionaid e do PAA. Para alcançar esse grau de influência, Vavá, Magnus e Sandro souberam, de um lado, tirar proveito de uma conjuntura oportuna – estrutura da *Conviver*, recursos da Actionaid, disponibilidade de recursos no início do PAA –, e de outro valorizar qualidades humanas e técnicas.

Não é preciso relevar a importância do contexto nacional, pois nosso enfoque é empírico e local. Pode-se salientar, pelo menos, que a dinâmica promovida por Nelson Pereira e pela AS-PTA, nos anos 1990, e a dinâmica promovida pelos governos Lula, de 2003 a 2010, foram fundamentais. Sem tudo isso, teria pouca coisa a contar sobre nossas lideranças.

Estas últimas, justamente, expressam qualidades e disposições individuais para acompanhar e promover essa dinâmica.

Em primeiro lugar, elas se envolveram nos projetos em o que poderíamos chamar de “lógica de descoberta” (BIERSCHENK *at alli.* (Orgs), 2000). Elas experimentaram, por exemplo, a implantação do PAA, sem intenção planejada nem teorização preliminar. Isso remete a uma participação que não é fruto de competências programadas, de um plano de carreira. Casos que afinal são parecidos com os dos *courtiers en développement* (mediadores em projetos de desenvolvimento) descritos pelos autores supracitados, os quais declaram:

A “carreira” de *courtiers en développement* não remete a uma execução obstinada e paciente de um plano deliberado, ela remete muito mais a uma lógica de “descoberta”, que poderíamos qualificar também como “procedural”, no desenrolar dos acontecimentos. A intencionalidade não é totalmente ausente – por exemplo, a intenção militante ou o engajamento associativo –, mas ela não é geralmente centrada inicialmente sobre as atividades de mediação por si só. Outras condições, que o futuro *courtier* não controla, são indispensáveis para orientá-lo nessa via (BIERSCHENK *at alli.*(Orgs), 2000, p.24).

“Colocados” sem intenção planejada “no mesmo barco” de projetos em prol do agricultor familiar, nossas três lideranças demonstraram qualidades diferentes.

Vavá corresponde às características de uma liderança militante, engajada numa missão de transformação da sociedade. O início de sua trajetória foi de conquista. Incansável no seu trabalho de procura de projetos, de promoção de uma visão social em prol ao agricultor familiar, Vavá contribuiu de maneira decisiva para a implantação dos projetos da Actionaid e do PAA. Se não fosse sua abnegação e seu carisma, esses projetos talvez não tivessem existido em Mirandiba, ou pelo menos não tivessem existido daquela forma, incluindo a maioria dos agricultores sem discriminação.

Porém, com o passar do tempo, Vavá revelou uma gestão centralizada mais improdutiva, e uma propensão a monopolizar as questões financeiras. Embora se possa questionar a realidade dessa centralização na sua animação do PAA – afinal, no conflito com Sandro, ele apelava para a participação dos agricultores – nos aspectos financeiros é menos duvidoso que sua gestão apresentava um caráter verticalizado. Com efeito, seu controle inicial dos pagamentos no PAA sugeria uma forma de mando de “cima para baixo” que, aliás, não surtiu prestígio e ascendência no PAA – uma vez que os agricultores perceberam que Vavá não estava por dentro das etapas fixando os montantes pagos a cada participante.

Nos projetos propriamente da *Conviver*, essa centralização foi mais nítida. Vimos que Vavá arrogava-se a gestão exclusiva da aplicação dos recursos referentes aos projetos do “vínculo solidário”. Seja qual forem seus momentos, de crise, de desgaste de poder, de crescimento ou de consagração, Vavá sempre demonstraria as mesmas disposições. A primeira, e a mais importante para explicar sua ascendência, seria o dinamismo de militante, que sempre ele manifestaria.

Nesse aspecto, ele parece encaixar-se na categoria do mediador com tendências messiânicas, como evocado por Neves (2008). Comprometido dia e noite na sua missão de transformação social, Vavá incorporou o *status* de um guia profético, lutando para trazer benefícios e promover novos valores capazes de melhorar a vida dos agricultores. Esse engajamento visto por ele como providencial, esbarrou-se com as supostas acomodações e mesquinhas dos agricultores, considerados despreparados em relação à mensagem divulgada. Daí suas constantes referências ao “povo que não pensa coletivo”, ou “as lideranças que não entendem das coisas”. E também sua ideia, sempre presente nas suas falas em círculos

privados, de que os outros (os agricultores em geral, e suas lideranças) estavam muitas vezes errados, enquanto ele sempre considerava que estava certo.

A impressão do autor deste trabalho, aliás, é que esse descompasso entre o ideário de Vavá– em que ele é reconhecido e lidera agricultores “conscientizados” – e a realidade – em que ele não é muito reconhecido e em que os agricultores não são muito conscientizados – é vivenciado com amargura. Amargura que, afinal, torna a personagem dramática e comovente. Assim, apesar de seu autoritarismo perceptível, Vavá produz encantamento em muitos de seus interlocutores: em determinados momentos, os agricultores, os membros da *Conviver*, os agentes da Actionaid ou os voluntários europeus (como o próprio autor desse trabalho) são seduzidos.

Sedução que, é importante dizer, tem um efeito comunicativo; o que nos leva a segunda grande qualidade de Vavá: sua facilidade em comunicar e em construir relações.

Já vimos esse ponto anteriormente, quando escrevemos que Vavá era o interlocutor privilegiado dos agentes da Actionaid, por ele saber dizer palavras que tocavam seu entendimento. Falta-nos falar um pouco, no entanto, do aspecto sedutor da comunicação e do comunicante. Um aspecto que poderia se resumir no fato que geralmente as pessoas de fora se sentem a vontade com Vavá. E esse sentimento tem profundos efeitos, na medida em que ele contribui para dar uma forte legitimidade à liderança.

Bierschenk *at. Ali.* (2000) citam uma etnografia, de Nancy Gonzalez (1972), cuja ênfase é justamente o poder de sedução exercida por lideranças de uma associação de desenvolvimento, diante de representantes de agências internacionais. O contexto – a República Dominicana e uma associação liderada por pessoas de classe média alta – é bem diferente do de Mirandiba e da *Conviver*. Porém, há elementos que parecem com nossa análise de Vavá. Apresentamos aqui uma referência ao trabalho, tirada de Bierschenk (2000. p.21 e 22):

O segundo texto é uma brilhante análise por Nancy Gonzalez (1972), realizada no final dos anos 1960, de uma associação de empresários e membros de profissões liberais para o desenvolvimento da cidade de Santiago de los Caballeros, segunda cidade da República Dominicana. A atividade principal desta associação é de canalizar nessa cidade verbas da USAID³²³ e de outros importantes financiadores internacionais, como a Fundação Ford ou o Banco Mundial. Gonzalez descreve os membros da

³²³ United States Agency for International Development.

associação como mediadores na junção de dois mundos. Eles são estreitamente integrados a elite política de seu país por laços de parentela, de afinidade, de amizade ou de parceria comercial. Quando a ocasião política o exige, eles não hesitam em expressar opiniões terceiro-mundistas, anti-imperialistas e anti-americanas. Entre eles, eles falam todos muito bem o inglês (a maioria deles frequentaram universidades americanas) e, diante dos visitantes estrangeiros, eles se distinguem pelo estilo de vida (e o de suas esposas), que é muito americano em muitos aspectos, e pelos hábitos de se vestir, maneira de falar, práticas de determinados esportes, seus convites nas suas casas... “Os Norte-Americanos se sentem então a vontade com eles, e eles confundem facilmente este sentimento de bem-estar com uma crença na honestidade, na inteligência, nas capacidades e na filosofia política dos membros daquele grupo” (Gonzalez, 1972, p.198).

Essas práticas se aparentam a estratégias. Não exatamente a mesma coisa do que faz Vavá, nas suas relações com os agentes externos. O segundo não manifesta um comportamento deliberadamente interessado como aquele das lideranças dominicanas. Contudo, como estas últimas, Vavá inspira reações de confiança e de bem-estar nos seus interlocutores da Actionaid e de outras organizações externas. E, essa impressão positiva é capaz também de alterar o entendimento dos referidos interlocutores. Estes podem em algumas situações projetar em Vavá qualidades e valores que ele não tem. Ou, para ser mais preciso, eles podem projetar uma imagem idealizada dele, uma imagem que reflete mais seus desejos do que a realidade dele.

Esse poder de sedução, lembrado por Magnus quando ele falou da forte impressão deixada por Vavá no diretor da Actionaid Jorge Romano, tem uma importância fundamental: ele permite construir passarelas entre mundos diversos. Mundos que são, em nosso caso, o da Actionaid e o da zona rural de Mirandiba. Sem a presença de mediadores suscetíveis de encantá-los, os primeiros (a Actionaid) não encontram com a mesma facilidade os segundos (os moradores da zona rural). O encontro entre os três, obviamente, têm suas ambiguidades e idealizações. Seus “mal-entendidos cognitivos” evocados por Coll (2000): os agentes externos pensam entender o mediador, o mediador pensa entender esses agentes, mas os dois nem sempre têm a mesma compreensão do significado das palavras e dos atos... A mesma coisa se repete na relação entre o mediador e os “mediados”, e entre estes e os agentes externos. Enfim, as contradições e ambivalências sempre permeiam as interações.

A comunicação, obviamente, é apenas parte da atuação dos mediadores. Estes precisam também de competências técnicas (BIERSCHENK *at. Ali*, 2000). É essa parte, aliás, que constitui o calcanhar de Aquiles de Vavá. Embora este tenha grandes capacidades de

mobilizador e animador, faltaram-lhe habilidades mais específicas, em particular na gestão administrativa de recursos, na redação de relatórios e na elaboração de proposta de projeto.

São essas qualidades que fizeram a força de Magnus. No quadro da *Conviver* e do PAA, o agrônomo se enquadrou no perfil do *courtier en développement*, ao conseguir financiamentos dos governos ou das agências internacionais. E, uma vez obtida às verbas, ele deu sua contribuição na gestão administrativa das intervenções.

Ao contrário de Vavá, Magnus não pode ser considerado um mediador militante. Ele tem um perfil mais pragmático: ele não parece perseguir um ideal, sua preocupação sendo mais de participar de programas políticos que possam, de um lado, melhorar o nível de vida dos agricultores, e de outro, providenciar-lhe um serviço adaptado a suas competências.

Magnus considera que, para melhorar o nível de vida dos agricultores, é preciso projetos que possam aumentar suas rendas. Por isso, ele avalia que o PAA foi o melhor programa implantado pelo Estado. Foi, na visão dele, um programa objetivo, que abriu mercados aos agricultores familiares e ao mesmo tempo reforçou suas organizações. Ao contrário, intervenções mais “ideológicas”, promovendo a agroecologia ou modelos sociais alternativos (mas sem promover o acesso aos mercados), são para ele menos eficientes. Ele considera-as como inadaptadas as realidades locais, por seguir uma meta de transformação social desconectada dos interesses dos agricultores.

Magnus, nesse sentido, não parece com os militantes da AS-PTA ou da Actionaid, que seriam mais ideologizados. Ele próprio expressa essa ideia, ao apontar a falta de objetividade de alguns agentes das ONGs, cujos objetivos idealizados – generosos e ambiciosos – não condiriam com as expectativas dos agricultores.

Embora não tenha o nível de formação de Magnus, Sandro apresenta um perfil um pouco parecido com ele, no que se refere ao “caráter não militante”. Isso se verificou em uma atividade de intercâmbio da qual o autor participou, junto com Sandro e Magnus, nos municípios baianos de Remanso e Campos de Lurdes (região do alto sertão do Rio São Francisco). Organizado em 2016 pela Actionaid e seu parceiro local o SASOP³²⁴ (uma ONG participando do “vínculo solidário”, e que atua na área da agricultura familiar), o evento visava a fortalecer os laços entre a entidade e a *Conviver* – que são de certo modo da mesma

³²⁴ Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais.

região (mesmo que tenha 350 km entre Mirandiba e Remanso). Um dia de atividade de campo, o autor deste trabalho foi com Sandro conhecer o trabalho do SASOP nas comunidades rurais. O objetivo era conhecer uma dinâmica promovida como os agricultores – cujo nome foi esquecido pelo autor – que consistia basicamente em realizar um diagnóstico da propriedade rural, através do preenchimento de um questionário e da realização de um mapa. Um diagnóstico avaliando tudo o que é importante para o agricultor: a presença e o trabalho dos membros da família no dia-a-dia da propriedade, as produções em toda sua diversidade, o autoconsumo e a venda dos produtos, os pontos de acesso à água, a organização da roça, a organização dos espaços de pasto, etc... O mapa, nessa dinâmica, representava um elemento essencial: ao desenhá-lo o agricultor devia tomar consciência de que sua propriedade era muito diversa e sustentável, ao ser o lugar de uma multiplicidade de atividades harmoniosas que concorriam para um modelo familiar rico de sua sustentabilidade.

Pois bem. Tudo isso representaria uma atividade afinal tranquila e sem polêmica. Ajudado pela animadora do SASOP, o agricultor realizava as tarefas pedidas, com bom humor e certo respeito para com o pessoal presente na sua casa. Houve, no entanto, no meio de momentos de certa apatia, uma intervenção de Sandro que marcaria profundamente a agente do SASOP. Quando o agricultor começou desenhar, no mapa, os lugares onde plantava o feijão, Sandro disse a sua colega da ONG que não compensava mais plantar esse tipo de produto. Ele afirmou-lhe que tinha chegado a essa conclusão ao se reunir com seus parentes agricultores e ao calcular com eles os custos referentes ao plantio de feijão: preparação da roça, mão de obra, preços no mercado. E a conclusão teria sido unânime: o feijão era insustentável para um agricultor familiar do sertão. Insustentável até para o autoconsumo, dado que requeria muito tempo e muito trabalho, tempo e trabalho que, se forem avaliados em diárias, daria um custo maior em relação ao custo do feijão nos supermercados! Aí, essa afirmação apontando a inviabilidade de uma dos cultivos mais emblemáticos do agricultor familiar não passaria de maneira nenhuma despercebida. Depois da fala de Sandro, a animadora do SASOP teve uma reação espontânea, uma reação expressando uma real contrariedade. Mas a reação foi breve, afim de não chamar a atenção do agricultor – coisa que perturbaria certamente o bom andamento das atividades. O autor deste trabalho, ao tentar lembrar-se o momento intenso e rápido em que a mulher do SASOP respondeu, poderia resumir o que esta falou do modo seguinte: “Sandro, não fala essas coisas na frente dos agricultores, você vai quebrar todo nosso trabalho”!

Felizmente para ela e para os presentes, o agricultor em questão, muito atarefado pelo desenho do mapa, não tinha prestado atenção à fala de Sandro. Então, este último, alertado pela reação de sua colega, teve o bom senso de mudar de assunto. A normalidade voltaria. O bom humor que acompanhava as atividades, compartilhados por todos os presentes desde o início da visita de campo, podia permanecer sem mais contrariedade...

O momento da fala de Sandro e da breve resposta da animadora do SASOP tinha durado, no máximo, um minuto. Mas ele ficou gravado na mente do autor que presenciou a cena. E, ao pensar depois no ocorrido, nossa interpretação foi que a mulher não necessariamente desconcordava de Sandro. Pode ser até que ela compartilhasse seu ponto de vista sobre a insustentabilidade do plantio do feijão. A contrariedade, então, não nasceu de um desacordo. Ela veio do fato de Sandro ter falado uma coisa que não podia ter falado na frente de um agricultor. Dizer que o plantio do feijão, o cultivo emblemático de um modelo social de sustentabilidade – baseado na policultura, no trabalho familiar, e no respeito do meio ambiente –, dizer enfim, que esse cultivo era insustentável representava algo muito constrangedor para a animadora do SASOP. Era quebrar, de certa forma, o protocolo do bom andamento de uma atividade de sensibilização do agricultor, em que se devia lhe explicar que o modelo da agricultura familiar – policultura, respeito a meio ambiente, autoconsumo – era viável e representava uma alternativa diante de outros modelos.

A intervenção de Sandro revelou, por fim, que ele não é muito ideologizado. Isso não significa que ele não sinta um apego à categoria do agricultor familiar – categoria da qual ele faz parte e que ele defende quando conversa sobre ela. Mas, quando ele toma a defesa dela, ele o faz de um modo não ideologizado. Por exemplo, a agroecologia, para ele, não deve se tornar uma palavra de ordem que exclui a possibilidade de encontrar outras alternativas para o agricultor familiar. Entre estas, a possibilidade de ser um “pouco capitalista”: se especializar em cultivos mais rentáveis, deixar plantios tradicionais mas não lucrativos, usar produtos agrotóxicos, etc. E nas suas práticas de agricultor – que sempre ele manteve –, Sandro, de fato, procura essas opções: ele se especializou no cultivo da goiaba, a qual tem uma boa aceitação no mercado mas é muito exigente em produtos químicos³²⁵. Nesse aspecto, Sandro, para os mais militantes, se encaixaria na categoria do “agronegocinho”. A palavra – utilizada, por exemplo, pelo coordenador da AS-PTA na Paraíba, Pablo Sidersky, durante uma palestra no

³²⁵ A cultura da goiaba tem se desenvolvido em Mirandiba, a partir do final dos anos 2000. É agora a maior produção de geração de renda no município.

encontro da Rede de Estudos Rurais em Natal³²⁶ – designa os agricultores familiares acusados de querer ser agricultores capitalistas, agricultores do agronegócio. Um termo pejorativo, obviamente, cujo uso serve a condenar essa suposta tendência do povo humilde do campo de querer imitar os modelos dos grandes. Uma vontade de gentes que, nas representações de Pablo Sidersky e de outros, seriam alienados: o pequeno agricultor, ao querer reproduzir a lógica do grande, cavaria seu próprio túmulo; ele entraria numa lógica de produção que em longo prazo o condena a precariedade e pobreza (devido à insustentabilidade de seus modos de produzir).

Evidentemente, pode-se pensar que Sandro não tem o perfil para trabalhar em uma ONG com a AS-PTA. Por ele não demonstrar uma crença no modelo da agroecologia, ele não se enquadra na imagem do militante procurado pela ONG.

Ao contrário, para esta, lideranças como Vavá – e também os irmãos Porfiro e Mazé – teriam um perfil muito mais interessante. Essas três pessoas de fato correspondem a alguns requisitos da AS-PTA: elas defendem o modelo da agroecologia, tanto nos seus discursos quanto na sua prática quotidiana de agricultores. Obviamente, o modelo não tem o mesmo significado para um líder da AS-PTA e nossos líderes locais. Insistimos anteriormente, em nossa perspectiva do mediador, que o sentido das coisas muda em todo processo de mediação: um mediador como Vavá não entende da mesma maneira o que é agroecologia de que um dirigente da AS-PTA... Pois bem, mas mesmo assim, há certo consenso: tanto Vavá com os da AS-PTA manifestam, ao contrário de Sandro, uma crença na agroecologia. No caso do diretor histórico da *Conviver*, essa crença se observa facilmente. O autor deste trabalho, por exemplo, nunca vi Vavá comer tomates, dado que ele achava que esse produto era sempre infestado de agrotóxico. E na propriedade rural do mesmo, os mesmos sinais de uma “consciência agroecológica”: o uso escrupuloso de produtos naturais para adubar a roça, e a recusa em plantar goiabas – fruta rentável, mas que não se dá bem sem o uso intensivo de agrotóxicos.

4.4.b As mudanças de sentido e as lutas de legitimação na atuação dos mediadores da *Conviver*

³²⁶ Trata-se do Encontro de Rede de Estudos Rurais de 2016.

É tempo agora de ver como nossa perspectiva do mediador informa sobre a trajetória de nossas lideranças. No capítulo II, vimos a dimensão material do mediador, que contribui para transferir recursos de uma esfera global para uma esfera local. No capítulo III, abordamos o ponto do mediador comunicante e ao mesmo tempo suspeito de atividades tortuosas. Neste capítulo enfatizaremos dois aspectos. Primeiro: as mudanças de sentido: o mediador que intermedia um projeto induzido em uma esfera global contribui para mudar o sentido do projeto na esfera local. Segundo: o fato que as ideias, as ideologias, os conhecimentos, os valores veiculados pelos projetos se tornam, nas representações e práticas do mediador, objetos de lutas e legitimação. Isto porque vários mediadores estão em concorrência e usam os objetos – as ideias, os valores – para se engrandecer e para deslegitimar os outros.

Começamos pelo primeiro ponto: as mudanças de sentido. Um ponto de partida pode ser a afirmação do sociólogo das sociedades camponesas Pierre Mendras (1995, p.149): “o intermediário entre intragrupo e intergrupo tem por função principal transformar o sentido das coisas e dos atos, dando-lhes sentidos e utilidades às vezes muito contraditórios em cada um dos dois universos”.

O autor usa aqui o termo intermediário que, para ele, é quase sinônimo do de mediador: ambos são intermediários; e o segundo difere apenas do primeiro por buscar uma espécie de conciliação, tornar conciliável o significado das coisas entre os mundos intermediados. O caso do escrivão público – que, nas sociedades camponesas europeias, auxiliava as famílias nos aspectos jurídicos da transmissão da terra entre pai e filhos – esclarece esse ponto:

Os notáveis exprimem na língua jurídica englobante a prática costumeira camponesa; o que o conduz muitas vezes a moldar a lei para que ela responda a vontade do camponês. Eles também [os notáveis] dão a uma prática do intragrupo um sentido aceitável para o intergrupo. Eles são mediadores no sentido literal do termo (MENDRAS, 1995, p. 149).

Depois do escrivão público, Mendras (1995, p.149) menciona dois mediadores importantes nas sociedades camponesas: o Padre e o Político:

O padre é um intercessor encarregado de dar relativamente ao sobrenatural um sentido aos atos e as crenças: ele toma as oferendas dos fieis e torna-as “agradáveis a Deus”. Mediador espiritual para com ao além, ele joga um papel particularmente importante nos últimos momentos da vida. Mas também mediador temporal e representante de um poder englobante.

Ademais, o político é um mediador que transforma a confiança depositada pelos seguidores em significação no sistema político englobante. Votar num

partido, uma doutrina ou um programa é desprovido de sentido em uma sociedade de interconhecimento onde se deposita confiança em um homem ou, mais frequentemente, em aquele que ocupa uma posição privilegiada e do qual se pode esperar proteção e benefícios, sem se interessar na sua posição política.

Nesse capítulo, o mediador não foi padre ou político, mas uma liderança. Uma liderança camponesa nos termos de Mendras. As figuras mudam, mas a lógica é a mesma. O mediador não é aquele que constrói significados comuns entre universos diversos, mas aquele que tenta tornar conciliáveis esses significados, ao mudá-los nos processos de intermediação.

Vamos ver agora exemplos dessas mudanças. Começamos por algo muito óbvio, que foi amplamente descrito no capítulo III: a gestão do “vínculo solidário” da Actionaid – ou seja, o “apadrinhamento das crianças” organizado em “coleta de mensagens”.

Por que óbvio? Porque nesse sistema – colocando em contato os mundos dos doadores e os das famílias rurais pobres de Mirandiba e Carnaubeira da Penha – o significado das coisas muda consideravelmente, o que não impede que exista uma forma de conciliação entre os atores interligados.

Para ilustrar nossa ideia, não tomaremos como referência Vavá, Sandro ou Magnus, mas outra liderança que foi muitas vezes mencionada: Mazé, a professora da escola da comunidade negra do *Feijão* – que se tornou uma das pessoas mais influentes nos projetos da *Conviver*. Uma ascendência que deve em parte ao grande discernimento dessa pessoa em relação a início da implantação das “coletas de mensagens do vínculo solidário”. Ao contrário de muitas lideranças de outras comunidades rurais, Mazé percebeu logo o real potencial deste novo sistema que ninguém conhecia. Por isso, ela incentivou seus parentes da comunidade a cadastrar as crianças, enquanto nas outras comunidades as famílias desconfiadas se recusavam em “botar seus filhos nesse negócio sem futuro”.

Assim, longe de ser um “negócio sem futuro”, ou pior, uma armação de pessoas de fora para roubar as crianças – representação muito forte inicialmente – o “vínculo solidário” seria para Mazé um projeto podendo ser alvo de aproveitamento. E, para as crianças de sua comunidade, o sistema não seria visto como uma reaparição do monstro *Papafigo* – um pensamento que existia inicialmente – mas como um negócio bom para a família e a comunidade...

Enfim, descrevemos agora de modo mais detalhado como seria a contribuição de Mazé. Para isso, vemos com ele incentiva as crianças e mobiliza as mães e os pais o dia da “coleta de mensagens”.

Quando Mazé exorta as crianças de seu grupo familiar a redigir as cartas, atende à aspiração do doador estrangeiro, o qual espera uma carta escrita com dedicação e alegria, cujo conteúdo relata, com as palavras da criança, o cotidiano de sua comunidade. O doador está feliz pelo vínculo criado com a criança e ele imagina as melhorias que ocorreram na vida da comunidade através de suas doações.

Quanto aos comunitários, eles atendem à recomendação de Mazé, dado que esperam um benefício material. O que importa para eles é uma retribuição tangível e direta, e não um vínculo afetivo com um doador que eles nem conhecem ou querem conhecer. Para as crianças, só lhes resta agradecer os pais e brincar com as outras crianças presentes. Estes são os únicos motivos que as permitem suportar o momento da redação da carta, que é tedioso para elas.

Com efeito, longe de exprimir o entusiasmo e a criatividade da criança, a carta é para elas uma obrigação, uma chatice, que elas abreviam ao copiar um modelo padrão de correspondência fornecido pela *Conviver*. O doador, no entanto, não sabe que os conteúdos de todas as cartas são quase todos idênticos: ele gosta do resultado e do conteúdo da carta, fato que o incentiva a manter o vínculo com a criança e sua comunidade. Mazé, por sua vez, fica feliz quando tudo ocorre de modo satisfatório. Ela é retribuída moralmente pelos comunitários que recebem benefícios materiais, assim como pelos organizadores do sistema – a *Conviver* e, sobretudo, a *Actionaid* – que agradecem a qualidade das cartas suscetíveis de manter o fluxo de recurso. Pode-se dizer que a liderança é também retribuída pelos doadores, que não sabem de sua existência, mas apreciaram a carta recebida.

No final das contas, há uma real conciliação entre todos os atores envolvidos. Os doadores estão satisfeitos, a *Actionaid* está satisfeita, a *Conviver* está satisfeita, Mazé está satisfeita e os pais e as mães das crianças o são também...

A ideia de conciliação, contudo, não subentende necessariamente que todos os atores do processo estejam satisfeitos. Outro exemplo, muito circunscrito e envolvendo Vavá, ilustra que às vezes apenas o mediador tira proveito da coisa intermediada (poder-se-ia objetar que a função do mediador não é de buscar seu próprio interesse, mas o interesse de todos, mas isso

seria uma definição idealizada da categoria). Enfim, no caso que queremos relatar, Vavá comunica sobre a necessidade de atribuir 70% dos recursos da *Conviver* para os projetos, e apenas 30% para os gastos...

Não é ele, originalmente, que produziu essa ideia: foi a Actionaid que, na efetivação de suas parcerias com as ONGs locais, exigia destas que aplicassem 70% de seu orçamento em projetos. Mas, como se pode esperar, a ideia – e uma ideia em geral – é algo muito subjetivo. Ela pode ser alvo de várias interpretações e traduções. E ela pode resultar em práticas diversas e às vezes contraditórias em relação ao intuito dos que a promoveram.

No caso que nos interessa, a exigência dos 70% têm suas ambivalências. Para a Actionaid, trata-se de *comunicar* sobre a aplicação de 70% dos recursos em *projetos*. É uma comunicação, como escrevemos, pois nesse percentual pode haver gastos em salários, em transporte, em escritório, etc. Basta considerar esses gastos como referente à execução de um determinado projeto. E é isso, logicamente, que acontece na própria contabilidade da Actionaid. Parte de seus salários, por exemplo, se materializam em despesas de projeto, por ser vinculadas a funcionários responsáveis de programas de “intervenções no campo”: promoção da igualdade de gênero, “incidência política” – ou seja, uma série de metas que levam os agentes da Actionaid a visitar as ONGs parceiras e a trabalhar com elas sobre os referidos temas.

Assim, a “comunicação sobre os 70%” parece obedecer, na lógica da ONG, a uma estratégia de comunicação destinada a subestimar os gastos em funcionamento. E essa estratégia, obviamente, é dirigida aos doadores, os quais são levados a pensar que 70% de suas doações são diretamente aplicados em projetos no campo, em benefício das crianças apadrinhadas e de suas famílias. Falta fazer uma pesquisa sobre esse tema, mas pode presumir-se que muitos doadores, na sua visão idealizada dos “70%”, não imaginam que nesse percentual inclui gastos em salários, transporte e hotéis para funcionários da Actionaid, o que de fato acontece... Aliás, a própria Actionaid poderia objetar que um salário pode se referir a um projeto, na medida a pessoa que o recebe age diretamente pelo público alvo. Afinal, temos aqui toda a ambivalência do significado de uma coisa: nela, cada um coloca o que ele quer...

E, voltando a Vavá, o que ele quis colocar na exigência dos “70%” foi diferente. Não se tratou-mais de subestimar os gastos em funcionamento. No seu entendimento e na sua prática, a orientação da Actionaid virou uma obrigação de gastar apenas 30% do orçamento

em salários, transporte, escritório – enfim, em tudo que não é diretamente investido nas comunidades rurais. E a mesma orientação virou argumento para Vavá: o de dizer que não se pode aumentar os salários, dado que apenas 30% do recurso da Actionaid deve ser aplicado neles...

Quando ele o acompanhava na *Conviver*, o autor deste trabalho presenciou muitas vezes Vavá formular esse argumento e se expressar sobre a exigência dos “70%”. Geralmente, isso acontecia quando havia reações de humores dos funcionários, os quais, reclamando do baixo nível de seus salários, pediam ao autor que ele comunicasse o problema ao diretor, para que este aumente os salários (Vavá e a equipe não se comunicavam diretamente, o autor servia de mediador entre eles). Em todos esses momentos, a resposta do diretor era a mesma: “tem que respeitar os 70%, a *Conviver* já tem muito gastos”! E, embora a realidade de tais gastos seja muito discutível – a *Conviver* tinha, afinal, um padrão de despesas reduzido – ela servia de argumento irrefutável: ninguém podia exigir salários maiores, e isso não por decisão unilateral do diretor, mas devido à necessidade de respeitar as exigências do financiador Actionaid.

Vejamos agora o segundo ponto: o fato de que as ideias, as ideologias, os conhecimentos, os valores veiculados pelos projetos se tornam, nas representações e práticas do mediador, objetos de lutas e legitimação.

A orientação sobre os “70%”, nesse aspecto, já representou um meio para Vavá deslegitimar toda pretensão a aumento de salários. Temos aqui, a partir de uma ideia muito circunscrita, um acionamento estratégico. E quando as ideias seriam de abrangência maior, as competições dos atores o seriam também...

Os atores competem assim não só para o acesso a recursos materiais – os bens veiculados pelos projetos – mas também para atingir uma ascendência simbólica em relação aos outros.

Norman Long, autor da sociologia de desenvolvimento – de outra escola que aquela liderada por François Olivier de Sardan – aborda esses pontos. Ele considera – ele e seus colegas da Escola de Wageningen³²⁷ – que os atores, nos projetos de desenvolvimento induzidos por entidades públicas, da sociedade civil ou das agências internacionais, “são

³²⁷ Wageningen é uma pequena cidade da Holanda, na qual se encontra a Wageningen University and Research Centre, especializada em ciências da vida, dos recursos naturais e da sociologia rural.

engajados em uma série de batalhas entrelaçadas sobre os recursos, os significados e a legitimidade institucional” (LONG, 2001, p.1). A ideia de um engajamento que não é planejado, deliberado, formal, mas que acontece no decorrer dos projetos, remete ao conceito de *ator agency* desenvolvido por Antony Giddens (2003)³²⁸. Nesse conceito, o ator depende dos outros, que se engajam com ele em projetos no qual circulam ideias, saberes e recursos. E em tudo isso há interações e confrontos. Os recursos materiais e simbólicos são assim alvos de lutas materiais e simbólicas. Na citação seguinte, Norman Long (2001, p.17) resume como a “agência” (do *ator agency*) é permeada de conflitos e competições:

A agência (e o poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam parcialmente, mas também sempre profundamente, engajados no “Projeto” de outra pessoa ou pessoas. A agência implica para eles a produção e o uso ou a manipulação de redes de relações sociais para o controle de itens específicos (os cargos, os títulos, os bens, os instrumentos, a informação) em certos pontos nodais de interação. Portanto, é essencial de dar conta dos caminhos nos quais cada ator se mobiliza em batalhas entrelaçadas sobre a atribuição do significado social dos eventos, da ação e das ideias.

Nessa perspectiva, os modelos de projetos de desenvolvimento (ou as políticas públicas) tornam-se armas estratégicas na mão daqueles que são encarregados de promovê-los.

Voltando ao nosso empírico o que nos interessa é ver quais são as principais ideias em torno dos quais os atores competem. E quais são suas representações em torno disso.

Nos projetos desenvolvidos em Mirandiba pela AS-PTA e pela *Conviver*, a principal ideia é aquilo que as lideranças rurais resumem como a “pensar coletivo”. Digamos anteriormente que Vavá, nas suas conversas com o autor, reclamava do fato da população “não pensar coletivo”: o que predominava nela seria o “pensamento individual”, pensamento se manifestando no “toma lá dá cá” da relação do povo com os políticos locais. Porém, a AS-PTA, e depois a *Conviver*, tentavam promover um novo modelo social, no qual o coletivo predominaria sobre o individual. Para Vavá, isso se resumia em “organizar o povo”, para que ele pense de outra maneira e seja solidário com os congêneres das comunidades rurais.

Na sua prática quotidiana de diretor da *Conviver*, tal modelo tinha duas grandes formas de materialização. De um lado, a participação às reuniões mensais das associações

³²⁸ O conceito associa-se a dois princípios (GUIDDENS, 2003): 1. A cognoscitividade (o que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem); 2. A consciência prática dos agentes, referindo-se, muito esquematicamente, uma série de competências pragmáticas forjadas e reproduzidas no fluxo quotidiano da vida social.

comunitárias, nas quais Vavá apelava os presentes a agir de acordo com o interesse coletivo (e não de acordo com o interesse individual dos políticos locais). E de outro lado, a execução de projetos do “vínculo solidário” de cunho coletivo – por exemplo, açudes de uso coletivo, onde todos teriam acesso à água (e não apenas o “dono” da terra onde era construído o equipamento). Nos casos dos açudes – casos emblemáticos porque a água era a maior procura das famílias – o “pensamento individual” se materializa em algo muito receado por Vavá: o fato do proprietário da terra “cercar o açude”, impossibilitando assim o acesso livre às outras famílias. O “açude cercado” – cercado por decisão unilateral do proprietário da terra onde a infraestrutura era situada – era assim o símbolo do individualismo das pessoas do sertão: pensar em si e não nos outros, apropriar-se individualmente do bem coletivo, querer tirar vantagens em detrimento dos outros (ao botar condições e restrições para o uso da água).

Contra aquilo, contra esses hábitos que Vavá considerava enraizados na mente do sertanejo (pensar em si, querer dominar os outros, “querer se tornar um coronelzinho”, reproduzindo os mesmo esquemas de dominação), contra toda essa cultura, enfim, o diretor da Conviver dizia promover o “coletivo”. E, para isso, ele costuma usar imagens facilmente compreensíveis para a população. Por exemplo, a ideia que é “fácil quebrar uma vara, mas é difícil quebrar um feixe de varas”³²⁹, um axioma particularmente pertinente para Vavá, que o utilizava para demonstrar o seguinte: vocês comunitários devem ser unidos, solidários e organizados (um feixe de varas), porque sendo assim vocês terão força para reivindicar melhoras aos políticos locais e aos governos; mas, caso contrário, caso vocês fossem desunidos, individualistas e desorganizados (varas isoladas) o político vai se aproveitar de vocês: ele vai força-os a aceitar favores individuais em troca de seu apoio, favores que o manterão na pobreza e na dependência.

A promoção da organização e do coletivo não se resumia em adágios. Vavá tinha atos concretos: ele incentivava de modo tangível os comunitários a se organizarem. Por exemplo, ele encoraja-os a criar associações – muitas delas foram criadas com sua contribuição durante os anos 2000 – e quando já tinha organizações formais ele orientava os associados em pontos práticos: os procedimentos para organizar uma eleição, as maneiras de fazer respeitar os

³²⁹ Durante as reuniões de associações rurais das quais ele participou, o autor presenciou muitas vezes, nos discursos dos associados, o uso de provérbios e adágios para falar da importância do coletivo. Entre estes, “uma andorinha não faz o verão” – uma pessoa só não faz uma associação – e o já muito comum “a união faz a força”. A divulgação de todas essas palavras deve em parte ao trabalho do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a primeira organização coletiva dos agricultores em Mirandiba. Depois vieram as intervenções de Nelson Pereira, as da AS-PTA e enfim as da *Conviver* e de seu diretor Vavá. E em todo esse processo, as figuras mais destacadas pela população rural são Nelson e Vavá...

estatutos (a norma oficial da associação, geralmente defasada com suas normas práticas, o que era visto como um problema a ser revolvido), e enfim de modo mais geral todo tipo de ações referente à vida associativa...

Em outros momentos, e no quadro de suas intervenções na *Conviver*, Vavá convidava as lideranças comunitárias a participarem de intercâmbios, a fim de reconhecer experiências em outros municípios, desenvolvidas por ONGs promovendo a organização dos agricultores e sua formação em novas técnicas de produção, como a agroecologia. Isso representava para as lideranças de Mirandiba uma abertura sobre outros mundos: outras realidades na região, com agricultores mobilizados e experimentando novas formas de protagonismo e de trabalho.

Essa abertura promovida por Vavá, combinado a seu discurso e ao seu trabalho sobre o “coletivo”, se tornou sua imagem de marca. E conseqüentemente seu diferencial que o permitiu se distinguir das demais lideranças, envolvidas como ele nas redes dos projetos da *Conviver* – assim que do Conselho Rural de Desenvolvimento. Evidentemente, tratava-se de um diferencial percebido, subjetivo: Vavá se considerava único, por ter um “espírito mais coletivo”. E também várias pessoas da zona rural, quando elas comparavam seu modo de atuar ao de outras lideranças ou de políticos locais, reconhecem que ele foi o grande idealizador e promotor desse “espírito”. Cícera Galdino, que foi presidente de uma associação comunitária (que será descrita mais detalhadamente no último capítulo) elogia as qualidades de vanguardista de Vavá, que teria sido o primeiro a entender a importância da “organização” em Mirandiba:

Quem despertou os agricultores para a realidade, para a organização, entendeu, da organização das comunidades rurais, das famílias de agricultores, foi Vavá quem incentivou desde o início.

A gente tinha conhecimento de nada, informações de nada... Ele [Vavá] ensinou o povo a correr atrás dos direitos, ele ensinou o povo a despertar a mente: por exemplo, as pessoas que não participavam de nada, ele começou a convidar até para reuniões lá fora, intercâmbios... Quantas vezes ele convidava os presidentes e articulava as lideranças das comunidades para participar das viagens. Que a gente não participava de nada! Era só leso e isolado lá no mato! A gente teve oportunidades: quantas vezes tinha intercâmbios lá fora e ele organizava transporte e levava tudo mundo, aquele montão de gente, passava um dia de campo em Afogados, conhecer as experiências, até com pessoas que trabalhavam de hortaliças, que a gente nessa época não tinha não...

Aí foi dessa forma. Foi saindo lá fora, vendo o que tinha lá fora, ele quem incentivava. Nos primeiros momentos ele incentivou. Incentivou muito, muito mesmo³³⁰...

Vavá e muitas pessoas como Cícera Galdino consideram que essa forma de incentivo não existia nas intervenções de outras lideranças, em particular os políticos locais. Para chegar a essa conclusão, as pessoas da zona rural faziam comparações entre a forma de agir de cada um. Por exemplo, na sua comunidade da *Barreira*, Vavá era muitas vezes comparado à outra liderança do lugar, uma liderança que como ele beneficia de um grande reconhecimento. Mas, enquanto o primeiro – Vavá – era considerado o “cabra das associações, da organização”, o outro – chamado Mané da Barreira – seria considerado o “cabra que sabe ajeitar o povo”. Duas coisas bem diferentes nas representações da população: o primeiro promovia o coletivo, enquanto o segundo “ajeitava” individualmente seus eleitores.

Vejamos isso mais claramente. Por que os dois eram vistos como tão diferentes? O segundo, Mané da Barreira, era o exemplo do líder assistencialista. Apoiador fiel e devotado de Nelson Pereira, e beneficiando de uma grande popularidade como seu mentor – ele acumulou quatro mandatos de vereadores de 1992 a 2008 – Mané da Barreira devia sua popularidade ao fato de conceder benefícios personalizados a seus eleitores: doações de remédios para os doentes, pagamentos de transporte para as cidades da região, doações de bolas de arame para cercar a roça, e enfim qualquer tipo de assistência pontual e circunscrita, que às vezes o político tirava de seu próprio bolso. Uma façanha, em suma, sobretudo em comparação a outros vereadores bem mais passivos. Por isso Mané da Barreira merecia sua imagem de “cabra sabendo ajeitar o povo”.

Bem oposto a essa imagem, Vavá era visto como o contrário do político dedicado e assistencialista: ele não ajudava individualmente, mas ele ajudava a comunidade em si, os comunitários, o coletivo; ele não se reunia individualmente com o eleitor – para negociar um benefício –, mas ele encontrava todas as famílias, ao organizar com todas elas reuniões onde se discutia as demandas da população. Vavá era assim percebido, na comunidade da *Barreira*, como a liderança agindo pelo bem da coletividade. E ele tirava desse empenho um grande reconhecimento local, ainda mais porque todo seu envolvimento resultava em benefícios coletivos para seus parentes e vizinhos da *Barreira*: o trator para a associação local, nos anos 1990, as primeiras cisternas da AS-PTA e do ProRural (pouco depois da obtenção do trator), e depois ainda um poço artesiano, e anos mais tarde, na fase da *Conviver*, uma passagem

³³⁰ Entrevista realizada dia 13 de março de 2014.

molhada, assim que a inclusão de um grupo de agricultores no PAA. Tudo isso era localmente muito mais impactante que as ajudas do vereador Mané da Barreira. E tudo isso fazia de Vavá uma liderança vista como diferente dos políticos...

Mas é justamente por causa dessa imagem diferenciada que a maioria das famílias da *Barreira* não imaginava Vavá entrar na política. A liderança era elogiada por seu empenho na organização do povo, porém, no que se refere a “política”, ele não teria as qualidades exigidas. Ou seja, ele não teria a capacidade de fazer o que sabe fazer o bom político: a capacidade de arrumar benefícios individualizados para os eleitores, a capacidade de defender seus interesses nas esferas da prefeitura, e em torno de tudo isso a capacidade de “tratar o povo”: visitá-lo várias vezes nas suas casas, conversar pacientemente com ele, pedir pacientemente seu voto, negociar pacientemente com ele benefícios individuais. Para as pessoas da *Barreira*, que muitas vezes conversaram sobre essas coisas com o autor deste trabalho, essas qualidades do bom político eram totalmente estrangeiras a Vavá. E tinha basicamente duas razões explicando esse fato. A primeira era que Vavá não se enquadra no perfil do político, porque não se podia pedi-lhe uma assistência individual – o que era o papel percebido da liderança política. A segunda era que o homem não tinha os traços de caráter compatíveis com o ofício do bom político: ele era visto como “avexado” demais (no sentido nordestino de apressado, impaciente, agoniado, nervoso), enquanto se esperava de um bom político qualidades de paciência, de escuta, de calma e de sociabilidade...

O autor deste trabalho, inumeráveis vezes, escutou assim que “Vavá nem tirava vinte votos” (para vereador). Não se confiava nele para a política. Mas, confiava-se nele no domínio do que ele sabia fazer: organizar o povo, promover o coletivo, promover a transferência e execução de projetos coletivos.

Portanto, Vavá era claramente percebido através de sua missão de promoção dos laços coletivos nas comunidades rurais. Ele tinha a legitimidade para ver-se assim e para ser visto assim. Não havia então muita dúvida, no seio da população rural, de que ele era a pessoa certa para dar conta da missão da *Conviver*: promover projetos coletivos para todas as famílias rurais, sem intrusão da “política”.

Legitimada por seu trabalho e sua imagem, Vavá tinha argumentos para criticar lideranças que tentavam interferir no seu domínio. Por exemplo, ele julgaria de modo muito severo a atuação de Sandro, seu maior concorrente na gestão do PAA. Mencionamos

anteriormente parte dessas críticas, em particular aquelas referentes à falta de “consciência agroecológica” de Sando, e sua tendência em se aproveitar individualmente do projeto. Mas, temos em paralelo a isso, uma reprovação mais abrangente, muito ligada a nossas atuais reflexões: a condenação da falta de “consciência coletiva de Sandro”.

Concretamente, Vavá acusava seu concorrente de não pensar no bem coletivo dos agricultores. Ele acusava-o em particular de negociar com estes benefícios individuais – o aumento de uma cota de produção, a recepção privilegiada de produtos – enquanto o papel de um coordenador seria de discutir coletivamente com o grupo, para decidir coletivamente determinadas decisões referentes à execução do PAA.

Um determinado dia, um dia muito lembrado até agora, o autor testemunhou essa reprovação. Ele viu Vavá chegar ao escritório da *Conviver* furioso. E ao perguntar ao interessado o motivo dessa fúria, ele recebeu a explicação: Sandro tinha sido visto preenchendo um documento importante na montagem do projeto do PAA – uma ficha das produções previstas pelo agricultor – em cima do capô de um carro estacionado no centro da cidade. A liderança tinha-se encontrado com o agricultor no centro da cidade, e eles tinham aproveitado o momento para completar um documento que faltava ao segundo para finalizar sua inscrição em uma nova proposta de projeto que seria submetida a Conab. Todas essas coisas – o encontro improvido do gestor e do agricultor na calçada de uma rua da cidade, o preenchimento improvido de um documento importante em cima do capô de um carro – tudo isso era uma demonstração de amadorismo totalmente inaceitável para Vavá. Pois, para ele, todas as etapas de elaboração de um projeto do PAA deviam ser realizadas nas comunidades rurais, com a presença de todos os agricultores das localidades. Não se podia preencher um documento importante de modo improvisado, e pior ainda em cima do capô de um carro, em pleno dia de feira em Mirandiba!

Anos mais tarde, Vavá reprovaria também as mudanças na gestão dos projetos do “vínculo solidário”. Lembramos ao leitor que, a partir de 2011, o diretor histórico da *Conviver*, fragilizado por crises repetidas e contestações internas, tinha perdido o monopólio na gestão desses projetos. O autor deste trabalho, acompanhado de Sandro, tinha o substituído na responsabilidade maior do vínculo solidário: decidir da aplicação dos recursos da Actionaid, junto com as famílias tendo seus filhos apadrinhados.

E, enquanto na gestão de Vavá, os recursos eram aplicados em projetos coletivos – açudes, poços, etc. –, na nova gestão haveria uma significativa inflexão: os projetos não seriam necessariamente coletivos, eles podiam ser também individuais, conforme as situações locais. A decisão tinha sido tomada para responder as crescentes reprovações das famílias, as quais alegavam que os “projetos coletivos” na verdade beneficiam apenas a grupos restritos (por exemplo, um açude utilizado por uma minoria de famílias – devido a sua localização longe de muitas residências, ou em outros casos devido à existência de divisões entre famílias).

Enfim, a decisão tinha sido tomada de mudar a estratégia, e o resultado dessa inflexão não demorou em se manifestar: as famílias das crianças optariam na sua grande maioria por benefícios individuais (por exemplo, doações de material de construção para reforma de casa), e em muitas comunidades novas famílias mostraram seu interesse em cadastrar seus filhos no sistema de apadrinhamento...

No entanto, com o passar do tempo, efeitos perversos apareceriam. Haveria casos de famílias vendendo os materiais recebidos, de outros pedindo a *Conviver* coisas puramente materiais – um colchão, uma televisão, um cômodo – e enfim de outras que tentaram montar estratégias para receber dinheiro vivo, em vez de receber um benefício que de qualquer maneira seria desvirtuado. Em suma, a situação geral do “vínculo solidário” conhecia sérios descompassos em relação ao seu ideário inicial: “mudar a vida” das famílias, combater a pobreza, “mudar as relações de poder”.

Aliás, em relação às “relações de poder”, o trabalho da *Conviver* se aparentava ao de um político local: conceder benefícios individuais que afinal não mudavam em nada a estrutura do poder local. E no caso da *Conviver* a retribuição no final do processo não era o voto, mas o mantimento da criança no sistema de apadrinhamento (mantimento que possibilitava manter os fluxos de recursos da Actionaid).

Vavá, informado dos deslizes do sistema, reproveria a atuação do autor deste trabalho e de Sandro – aliás, sobretudo de Sandro, o qual assumiria depois da saída do primeiro (em 2012) as decisões sobre a aplicação dos recursos do “vínculo solidário”. Mas não seria apenas Vavá que criticaria a falta de ambição de mudança social da nova gestão: a Actionaid, inconformada com as inflexões, exigiria da *Conviver* (em 2016) que ela implantasse com as famílias projetos de cunho coletivo.

4.4.c Lógicas dos mediadores da *Conviver*

Descrever como as ideias – a promoção do “coletivo”, por exemplo – formatam a intervenção das lideranças nos leva a desenvolver nosso pensamento sobre o questionamento central de nossa pesquisa: como as políticas públicas e as intervenções da sociedade civil são materializadas pelas referidas lideranças?

Um elemento de resposta é a manifestação de práticas do tipo patrimonialista por parte de Vavá, o qual tendia a fazer da *Conviver* seu domínio particular, um prolongamento de seu domicílio. O que ele vociferou a Porfiro o dia em que ele perdeu o poder da movimentação bancária – “em cima de eu na *Conviver*, só Deus, o resto é café pequeno” – reflete de certa maneira sua visão: a ONG se confunde com ele, e é ele que a sustenta, que a mantém, que a defende; os demais não chegam ao pé dele.

No entanto, embora a *Conviver* fosse considerada como seu patrimônio, ela não era necessariamente um negócio familiar. Em outros termos, Vavá não procurou “exageradamente” beneficiar sua família. Isso não significa que esta não foi privilegiada em alguns aspectos. Já escrevemos que a sobrinha da esposa de Vavá foi chamada logo no início para fazer parte da equipe. E nos mesmos momentos, a filha – que era adolescente – participou ativamente das “coletas” de mensagens das crianças apadrinhadas. E enfim, no final de seu período de diretor, Vavá chamou também seu genro para acompanhá-lo em todas as atividades – como motorista, mensageiro, ajudante na logística –, e como ele costumava fazer com outras pessoas, ele recorreu aos seus serviços sem nenhuma ligação empregatícia: o cunhado não recebia salários formais, nem ajudas de custo formais, mas apenas de vez em quando em dinheiro cujas origens não eram claras...

Pois bem, tudo isso tinha uma lógica familiar, mas não era a coisa fundamental. Uma coisa ainda mais profunda, afinal, era o fato de Vavá se confundir com a *Conviver*, de ser sua encarnação. Uma transfiguração, em suma, que não visava necessariamente um aproveitamento familiar, mas um aproveitamento simbólico: o de ser a figura da mudança social e da defesa agricultor familiar, ou de ser o promotor de outra sociedade, uma sociedade possivelmente mais justa e democrática... Nesse quadro “bonito”, havia também elementos mais prosaicos, como os ganhos materiais. Mas, pode-se supor que estes não foram muito significativos, pelo menos em termo de “valores brutos”, de dinheiro acumulado. Embora Vavá ganhasse mais que sua “ajuda de custo oficial” – contabilizada na contabilidade oficial –

ele não tinha como acumular um grande patrimônio material. Isso até porque os recursos da *Conviver* sempre foram limitados.

A forma de liderança de Vavá, nessa lógica patrimonial, foi perturbada uma primeira vez no quadro do PAA. A complexidade do projeto, muito maior em comparação aos projetos do vínculo solidário, atrapalhou o diretor da *Conviver*. A execução do programa governamental, necessitando mais descentralização, empenho rotineiro e competências técnicas, conferia a seus administradores mais zelosos, regulares e competentes um poder maior – e o reconhecimento desse poder pelos agricultores. E Vavá, inábil nas questões administrativas, e sem muito tempo para trabalhar no projeto, perdeu um considerável espaço. Espaço que foi ocupado aos poucos por Sandro...

Por isso, no confronto entre os dois, a apelo à autogestão de Vavá – dirigido aos agricultores – parecia subentender uma vontade de retomada de poder. Embora esse apelo à participação implicasse maior responsabilidade dos agricultores envolvidos na gestão do PAA – em particular de Porfiro – pode-se conjecturar que o resultado final dessa estratégia comunicativa era a volta de Vavá ao comando, volta sustentada por um grupo esperando melhor retribuição com ele do que com Sandro. Em outras palavras, a expectativa da autogestão, tanto anunciada, talvez fosse provocar uma maior verticalização da gestão – com um Vavá mandando e gratificando. Nesse sentido, o grupo promovido (no qual Porfiro se destacaria) tenderia a procurar, em vez da autonomia, a proteção de um líder concedendo mais vantagens (em termo material, simbólico) de que Sandro.

Justamente, Sandro, ao adquirir responsabilidades maiores no PAA, tendeu também a exercer uma coordenação centralizada. Esse ponto, abordado pelos agricultores, é uma questão sujeita a interpretações diversas: uns insistem sobre a inclinação autoritária de Sandro, tonando-se um “Vavá dois” que não escutava os conselhos de seus colegas agricultores e se recusava a formá-los (em particular nas tarefas mais estratégicas); outros insistem sobre as suas competências, que o levaram a assumir responsabilidades, ao contrário de certos agricultores com Porfiro que, com as mesmas oportunidades em determinado momento, demonstraram maior passividade.

A atuação de Magnus, enfim, demonstra que a implantação de programas políticos necessita de operações de “corretagem” de projetos, que podem, em tese, conduzir a muitas manipulações. Magnus, todavia, não pareceu fazer um uso instrumental de suas habilidades.

Ele conseguiu múltiplos financiamentos – entre outros, do PAA – e facultou aos atores locais a possibilidade de gerir com grande latitude os projetos transferidos.

Afinal, uma das principais contribuições de Magnus foi seu auxílio na adaptação do PAA ao contexto local. Um exemplo disso é sua concepção, ao longo do terceiro projeto, de um programa informatizado específico à administração local do PAA. O programa montado – que se revelou muito eficiente em termo de administração geral do projeto – previa uma dupla prestação de contas referentes, de uma parte, ao valor oficial autorizado pelas cotas dos agricultores (prestação fictícia para a Conab), e de outra, ao valor real alcançado por cada participante (prestação real para os agricultores). Ao formalizar dessa forma as “transferências de metas” evocadas anteriormente, Magnus concorreu a um processo não explicitado de transformação de sentidos, moldando o PAA segundo as circunstâncias e os interesses locais. Contra a lógica igualitarista promovida pelo dispositivo governamental, que requeria um montante de venda igual para todos, o agrônomo, junto com os gestores e participantes do projeto de Mirandiba, deu valor a dinâmica produtiva local, gerado por um grupo de agricultores familiares heterogêneos, mas mobilizados em torno de um projeto comum, com um interesse comum em “fechar” o projeto conforme as capacidades de produção de cada um.

Enfim, o enfoque do mediador, no estudo do PAA e do “vínculo solidário” em Mirandiba, contribuiu para entender como, diante de um dispositivo de ação promovido pelo Governo Federal ou a Actionaid, os atores locais se adaptam, reagem, percebendo as intervenções promovidas segundo suas lógicas e interesses, transformando-as de maneira intuitiva, dentro de determinados contextos culturais e sociais. A perspectiva do mediador, nesse sentido, revela como valores, ideias, práticas, atores e recursos se articulam dentro de um determinado dispositivo de ação. Ela revela também como essa articulação conduz a desdobramentos inesperados, um “exame de fato de que, a partir das mediações, qualquer coisa se passa, produz um acontecimento, uma passagem, que não deixa nada com dantes.” (Davallon, 2003, p. 15).

CAPÍTULO V

O PROTAGONISMO DAS LIDERANÇAS DIANTE DA CATEGORIA POLÍTICA QUILOMBOLA

É tempo agora de deixar a *Conviver* e ver a última dimensão do “laboratório mirandibense”: a formação, em várias comunidades do município, de uma realidade quilombola. Ou seja, de uma categoria política, jurídica e social quilombola, que se tornou após alguns anos uma categoria da população local. Processo que deve em parte significativa a lideranças das próprias comunidades. Entre elas Mazé, a liderança da comunidade *Feijão* que teve um papel de destaque nos projetos da *Conviver*.

Outra comunidade, onde não houve lideranças tão atuantes como Mazé, foi, todavia, particularmente impactada pela categoria quilombola: a comunidade de *Juazeiro Grande*, de onde vêm dois associados da *Conviver* – Jeremias Nogueira e Cícera Galdino. Essas duas lideranças, representando dois grupos familiares – os *Henrique / Nogueira* e os *Galdino* – foram dois dos protagonistas de um conflito criado pela penetração local da categoria quilombola, penetração originalmente induzidas por entidades externas – como a Fundação de Cultura Palmares e o Ministério da Integração.

Os dois casos aqui mencionados – o *Feijão* de Mazé e o *Juazeiro Grande* de Jeremias e Cícera – são emblemáticos dos processos gerados pela divulgação local da categoria quilombola. Embora nos dois lugares as lideranças tivessem tido um nível de iniciativa diferente, há dinâmicas parecidas: seja em *Juazeiro Grande*, seja no *Feijão*, a categoria quilombola gerou interações complexas, onde se mesclam, na arena dos atores locais, conflitos, negociações, arranjos e desarranjos. E também dinâmicas de tradução da categoria étnica, que os atores locais se apropriaram, conforme suas situações e a situação dos grupos com quem interagem. E, enfim, em torno de tudo isso, esses mesmos atores locais, em particular as lideranças, se engajaram numa competição simbólica pelos acessos aos recursos materiais e simbólicos gerado pela categoria étnica...

5.1 PARENTESCO E ETNICIDADE: TRAJETÓRIA DE MAZÉ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS QUILOMBOLAS³³¹

5.1.a Mazé, liderança de uma comunidade particularmente beneficiada pelas intervenções ligadas a categoria quilombola.

A ascendência de Mazé, já forte na *Conviver*, se materializou também nas intervenções ligadas a categoria quilombola. Isso explica porque, nas representações da população rural, o *Sítio Feijão e Posse*, uma das onze comunidades reconhecidas como quilombola no município³³², é percebida como sendo muito beneficiado pelas políticas públicas de recorte étnico. E os fatos comprovariam as opiniões: as 30 famílias nucleares da comunidade, por exemplo, foram contempladas com a construção de 22 moradias (em substituição às casas de barro), além da perfuração de vários poços de água para consumo humano e agropecuário, entre os projetos mais visíveis implantados desde o final dos anos 2000³³³.

A maioria das outras comunidades quilombolas não foi tão beneficiada. Então, se o *Feijão*³³⁴ consegue mais benefícios, é porque talvez ele tenha uma liderança como Mazé que demonstra habilidades na efetivação das políticas compensatórias e dos direitos sociais proporcionados pelo estado brasileiro. Inicialmente envolvida na associação comunitária por ser a pessoa com mais “estudo” – lembramos que ela é professora na escola da comunidade – Mazé foi adquirindo responsabilidade e experiência, o que a levou a assumir, a partir dos anos 2000, uma função informal de mediadora entre, de um lado, seus parentes e vizinhos da comunidade, e, de outro, atores externos, intervindo no âmbito de políticas públicas ou intervenções públicas ligadas à categoria quilombola.

As referidas políticas públicas, iniciadas na segunda metade da década de 2000, se efetivam em vários programas temáticos: construção de moradias, abastecimento em água, apoio a atividades culturais, apoio a educação escolar, etc. As intervenções públicas, em outro nível, remetem a uma série de ações visando à concretização dos direitos sociais previstos pela

³³¹ Esse capítulo é em parte tirado de um artigo do próprio autor: Parentesco e Etnicidade, trajetória de uma liderança quilombola em Mirandiba, sertão de Pernambuco (FAURE; PESSOA, 2016).

³³² As 11 comunidades representam quase 30% da população rural do município.

³³³ As casas são fruto de dois programas. O primeiro, no âmbito do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, têm a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) como executora. O segundo, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) é executado pela Caixa Econômica Federal (popularmente a “Caixa”).

³³⁴ Por razão de comodidade, falaremos não de *Sítio Feijão e Posse*, mas de *Feijão*. A união dos núcleos de moradores do *Feijão* e da *Posse*, fruto das dinâmicas locais, é materializada pela existência de uma única associação local e de um único reconhecimento como comunidade quilombola.

constituição brasileira. São por exemplos ações ligadas ao reconhecimento das comunidades quilombolas, ou a demarcação e titulação de seus territórios.

A função mediadora de Mazé, nessas intervenções e políticas, não se restringe a facilitar a alocação de recursos materiais para sua comunidade – como as moradias ou os poços que mencionamos. Ela visa também a construir um entendimento local de intervenções promovidas pelo Estado (e, também, por instituições do movimento social negro, da sociedade civil e do mundo acadêmico).

Em torno dessas mediações, estudaremos como Mazé formata programas públicos de apoio às comunidades quilombolas. Veremos então que, em algumas situações ligadas a execução dos programas, a liderança prioriza mais um núcleo de parentes próximos de que sua parentela extensa. Ou seja, para ela, e em determinados contextos, um grupo de parentesco construído nas interações com o Estado e seus parceiros da sociedade civil – que chamaremos facção – tem a ascendência sobre a parentela extensa – chamado localmente *uma família só*.

O que isso, mais precisamente, significa? Em primeiro lugar, significa que, para Mazé, os núcleos de moradores de *Feijão e Posse* – onde vive a referida facção – têm uma relativa prioridade sobre os outros lugares da parentela extensa, que são *Queimadas e Quixabeira* (situado entre um e cinco quilômetros de *Feijão e Posse*). Em segundo lugar, significa que a parentela extensa – unida pela história e por um histórico de relações com grupos sociais do entorno – é relativamente dividida no quadro dos programas de categorização como quilombola. Uma divisão que, em nossa perspectiva centrada em Mazé, se manifesta pela formação de uma facção organizada a partir da lógica do parentesco.

Aliás, a população da parentela extensa (*Feijão, Posse, Queimadas, Quixabeira*) enfatiza também a divisão. Quando é abordado o assunto das políticas quilombolas, as narrativas locais insistem sobre o fato de que “as comunidades são divididas” e que “não tem união”. Concretamente, isso se verifica em dois pontos. Primeiro: a separação dos núcleos da parentela extensa, aparentemente homogêneo – *uma família só* – em três comunidades oficialmente quilombolas – *Sítio Feijão e Posse, Quixabeira, Queimadas*. Segundo: a existência de divisões no seio dessas três comunidades, divisões não formais mais ressentidas pela população.

Essa ideia de desunião expressa indiretamente a complexidade das dinâmicas locais. E nessa complexidade, não se pode identificar apenas uma liderança atuante ou uma lógica fundamental. Ou seja, Mazé não é o único ator influente; e a dinâmica local não se resume a formação de facções movidas pela lógica do parentesco.

Vemos rapidamente o primeiro ponto, o de Mazé não ser o único ator influente. Sua contribuição, na mediação das políticas e intervenções quilombolas, é relativa. Outros atores, individuais ou institucionais, comunitários (os núcleos de moradores) ou locais (sobretudo, a prefeitura), do Estado (órgãos federais) ou da sociedade civil (ONGs, outras organizações quilombolas, etc.) contribuem para a execução dos programas. Ademais, de modo indireto, atores do contexto local influem sobre esses mesmos programas. São, por exemplo, os fazendeiros do entorno, cujas famílias interagem há várias gerações com a parentela extensa de Mazé.

Vemos agora o segundo ponto, o das facções. Dissemos que Mazé mobiliza um grupo restrito de parentesco. É possível, também, que outros grupos do mesmo tipo existem em outros núcleos de moradores... Porém, tudo não se resume a isso. Outras dinâmicas, outras lógicas existem. Mazé, por exemplo, pode ter uma atuação mais abrangente. De um lado, ela pode incentivar, em certos casos, a participação de todos os membros da associação local (que não são todos seus parentes, e não se confundem também com sua parentela extensa, a qual se divide em várias associações comunitárias). De outro, ela pode participar de ações destinadas a todos os quilombolas do município de Mirandiba (das onze comunidades reconhecidas), independentemente de suas filiações familiares ou comunitárias.

Então, qual seria o nível de mobilização maior na atuação de Mazé? O de um núcleo de parentesco? Ou da etnia, referente a um grupo étnico ligado por laços históricos e de parentesco, e que é chamado localmente de *uma família só*? O da associação comunitária? O de todos os quilombolas de Mirandiba? Na verdade: nenhum deles, cada um podendo ser acionados conforme as situações. Assim, no processo de categorização como quilombola, Mazé aciona de modo situacional vários níveis de pertencimento.

Realçar a complexidade das lógicas dos atores perante processos da categorização por parte do Estado é uma maneira para nós de evitar a “homogeneização do real” (ARRUTI, 2006; BOYER, 2010), esta última sendo uma crença na conformidade entre a categoria oficial quilombola e a existência de populações realmente diferentes (BOYER, 2010). Tal perigo, de

obliteração da singularidade dos grupos sociais (BOYER, 2010), já foi objeto de reflexão por parte dos antropólogos, através da ressemantização da noção de quilombo (ARRUTI, 2006; ALMEIDA, 2002; LEITE, 2000; MARQUES, 2009). O objetivo teria sido aqui de substituir a categoria política, administrativa e jurídica do quilombo, que seria por demais essencialista, culturalista e passadista, por uma categoria analítica mais aberta, processual e interacionista, dando conta de modo mais pertinente das dinâmicas envolvendo grupos sociais que estão se mobilizando (ou estão sendo mobilizados) como quilombolas.

A etnicidade, nesse quadro ressemantizado, virou um conceito chave. Os grupos sociais quilombolas – ou potencialmente quilombolas – seriam caracterizados por um protagonismo étnico não necessariamente ligado a uma essência cultural e indentitária, mas a uma busca de autonomia e reconhecimento (ALMEIDA, 2002; ARRUTI, 2006, MARQUES, 2009). Tal busca remete as interações desses grupos com os demais atores locais, dentro de determinados contextos. A etnicidade, em suma, é interacionista, contrastiva e situacional³³⁵: os grupos, em determinadas circunstâncias, se sentem diferentes – ou constroem suas diferenças – e se valem dessa diferença para defender seus direitos diante de atores e órgãos externos.

No entanto, mesmo com toda a flexibilidade da noção de etnicidade, que conduziria a uma visão mais processual das comunidades quilombolas, formulamos a hipótese de que essa noção não dá conta de todas as dinâmicas ocorrendo no *Feijão*, na *Posse*, na *Quixabeira* e nas *Queimadas*.

Propomos então uma perspectiva que não seja baseada em um conceito chave; mas em algo que François Olivier de Sardan (1995, p.38) chamaria de uma “perspectiva empírica e fragmentada da realidade social”. Inscrevemos assim nosso trabalho na abordagem proposta pelo referido autor, que constituiu a referência de nossas reflexões em todos os capítulos desta tese.

É importante ver, é nossa abordagem teórica, que o envolvimento de Mazé não se resume a uma função estratégica de busca de recursos para sua facção, para sua associação ou para os quilombolas de Mirandiba. Ele não se resume também a uma mediação cognitiva, que consistiria em traduzir as ideias, os conhecimentos e as informações veiculadas pela categoria

³³⁵ Tal entendimento da noção de etnicidade é inspirado por Barth (2011), autor para o qual a etnia é uma construção social, sempre dinâmica, nascendo das interações entre grupos sociais. Para ter uma ideia sobre as várias aceitações da noção de etnicidade, ver Poutignat e Streiff-Fenart (2011).

oficial étnica em representações e práticas fazendo sentido para as populações locais. Esse envolvimento de Mazé, de modo mais profundo, se associa a uma ideia da defesa dos direitos sociais dos quilombolas. E em torno dessa ideia, várias lideranças quilombolas de Mirandiba (inclusive Mazé) protagonizam de um modo coletivo uma reconfiguração do poder no município. De um passado pouco distante em que as políticas públicas – e a vida política em geral – era controlada por uma elite local (elite fundiária, social e política, oriunda de uma família extensa), encaminha-se para um cenário mais aberto: novos atores como Mazé, cujos antepassados eram moradores (no sentido de agricultores sem terra) vivendo e trabalhando na terra desta elite, são agora participantes ativos da mediação de políticas voltadas a categorias sociais tradicionalmente desfavorecidas.

5-1-b Surgimento da trajetória militante de Mazé

Os lugares do *Feijão*, da *Posse*, da *Quixabeira* e das *Queimadas*, situados perto da cidade de Mirandiba (de um a sete quilômetros), eram habitados por moradores negros sem terra, que viviam particularmente dominados pelos *Carvalhos*. Quase todos esses habitantes contam que seus antepassados eram dependentes deles e que, em alguns casos, essa dependência materializava-se em um estado de quase escravidão.

Como mencionamos no capítulo I, um tio de Mazé, que vivia humilhado por sua patroa, Maria do Destêrro Campos (popularmente Lilia Campos), chegou até a fugir dela, escondendo-se debaixo da lona de um caminhão que saía de Mirandiba.

As humilhações sofridas pelo tio fazem referência a uma vida de total sujeição nas mãos dos patrões. Fugir, em um momento de total aflição, seria de algum modo o expediente de um fraco: foge-se por não ser possível enfrentar acintosamente o patrão. Porém, em outras situações, moradores e famílias nucleares diferentes poderiam ter demonstrado mais disposição. Pelo menos esta é a ideia de Mazé, ao sugerir uma diferença entre o núcleo familiar de seu tio – proveniente da *Quixabeira* – e o de sua mãe e avô – oriundo do *Feijão*, distante um quilômetro da *Quixabeira*. Na visão da liderança, mais precisamente, as famílias nucleares da *Quixabeira*, moradores e *criados* da família *Carvalho* desde os anos 1930, teriam assumido, ao longo de gerações, uma atitude muito submissa; enquanto as famílias nucleares do *Feijão* – primas, sobrinhas ou irmãs das famílias da outra comunidade – teriam demonstrado uma maior capacidade de defender seus interesses.

Tal oposição entre dois lugares aparentemente tão parecidos teria sua origem no avô de Mazé, o já muito citado Porfirio Gomes de Souza, chamado Jiboião. Descrevemos essa liderança no primeiro capítulo, aonde vimos sua trajetória ascendente de *homem de palavra* gozando de certo reconhecimento em Mirandiba. Os sinais de um percurso que o levaram a uma ascendência local já foram descritos. Em resumo, podemos destacar os seguintes: o estatuto de homem de confiança do grande chefe político Elizeu Campos, nos anos 1940; depois o estatuto de homem de confiança do genro de Elizeu Campos, proprietário da terra onde trabalhava; anos depois a aquisição de uma terra, um “fundo de pasto” cedido pelo patrão; e enfim o desenvolvimento de um pequeno comércio, um comércio ambulante na região de Mirandiba.

Proprietário de um “fundo de pasto” de 50 hectares, onde ele produzia algodão com seus parentes, Jiboião deu origem ao núcleo do *Feijão*, que se diferenciava de dois núcleos habitados por sua parentela extensa: a *Quixabeira* – a qual permanecia na mão de Joaquim Bezerra (o antigo patrão de Jiboião), de sua cunhada Lilia Campos e de outros fazendeiros de sua família; e a *Posse* – fazenda cujo proprietário era o rival de Joaquim Bezerra nas questões de divisões de terra.

No seio de núcleos de parentela extensa dividida em duas grandes fazendas, Jiboião seria afinal o único proprietário de terra (até os anos 1960), o único pequeno comerciante (venda ambulante de galinhas) e o único homem com postura de *homem de palavra*.

Com o passar dos anos, Jiboião não perdeu a disposição, mas em certo momento tal caráter virou prejuízo. Um dia, o homem quase morreu a facadas, em um bar onde ele fora atacado. Vindo a falecer meses depois em consequência da agressão, Jiboião se despediu quando Mazé era recém-nascida.

Nos anos 1970, o *Feijão* (sem a *Quixabeira*, as *Posse* e as *Queimadas*³³⁶) dispunha de um pouco de autonomia; mas o lugar era, sobretudo, pobre e dominado. As famílias nucleares moravam em cinco ou seis casas de taipa sem nenhum conforto e, para sobreviver, precisavam trabalhar nas fazendas contíguas (*Quixabeira*, *Posse*). O pai de Mazé, por exemplo, era o *encarregado* da *Posse* (a pessoa que tomava de conta da fazenda, a serviço do patrão). E os

³³⁶ O núcleo das *Queimadas* surgiu nos anos 1970, a partir do núcleo da *Posse*. Seu fundador, casado com uma irmã de Jiboião, era o intermediário do patrão da *Posse* (ou seja, a pessoa que tomava conta da fazenda). Em virtude de uma condição um pouco melhor que o resto de seus parentes, essa pessoa adquiriu de um membro da família *Carvalho*, nos anos 1960, uma propriedade de 50 hectares situada a quatro quilômetros da *Posse*. Após tê-la cultivada vários anos sem morar nela, a referida pessoa decidiu morar na sua propriedade, junto com um grupo de parentes que o seguiu. O núcleo das *Queimadas* tinha assim nascido...

demais tios ou tias da liderança trabalhavam todos de diaristas ou rendeiros nas duas fazendas...

Mazé cresceu, assim, em um clima adverso. Porém, ela demonstraria, tal como seu avô, uma forte disposição para defender seus interesses e sua dignidade. Esse traço de caráter aparece no seguinte retrato da liderança, versando sobre a época de sua escolaridade:

O preconceito e o racismo em Mirandiba era a todo vapor. Na escola mesmo tinha dia que eu não queria entrar na sala de aula porque eu era muito discriminada. Era tanto que eu me sentava lá no final, na sala de aula. Tinha uma época que era a única negra na sala. Depois veio uma menina, que agora é minha colega de faculdade, que era negra, mas foi criada junto com os brancos, numa família mais rica. Eu era muito discriminada por ser a única negra pobre e assim mal vestida, porque meus pais não tinham dinheiro para eu ir à escola com uma roupa melhorzinha. Era a época que tinha que ir à escola com uma farda, todo mundo igual, sapato, meia, a roupinha padrão, mas mesmo assim as ricas tinham um jeito de se diferenciar. Eu brigava muito na escola e a forma de me defender era de bater nos meninos. Porque eu não tinha outra forma de conviver com esse preconceito. Então a forma que eu me defendia era bater neles. Infelizmente! Nos machos, nas fêmeas... E aí eu ganhava todas porque eu toda malhada não é, de carregar lenha e água, tinha muita força e sempre me sobressaia³³⁷.

Sobressaindo-se nas brigas que vivenciava, Mazé se distinguiu também nos resultados escolares. Obteve boas notas na escola – até a conclusão de sua formação em 1990 – o que a levou a conquistar uma vaga de professora do ensino fundamental.

Na época em que ela era uma jovem professora, Mirandiba vivia uma fase de efervescência social e política, a fase do “laboratório social” gerido por Nelson Pereira de Carvalho. Quase todas as famílias das redondezas do *Feijão* apoiavam o prefeito, e eram retribuídas por uma relativa melhoria em termo de projetos sociais.

No entanto, esse cenário de transformações ocorria em um município pouco habituado ao desenvolvimento participativo. No *Feijão* e nas suas redondezas, por exemplo, a participação era freada pela falta de conhecimento das famílias, que nunca expressavam suas reivindicações junto às esferas públicas. Criada em 1995, a associação local³³⁸, representando o *Feijão*, a *Posse*, a *Quixabeira* e as *Queimadas*, era assessorada por lideranças do grupo político do prefeito. As pautas eram sugeridas pelos assessores e as iniciativas dos associados se resumiam a discutir e aprovar os projetos propostos pela prefeitura.

³³⁷ Entrevista realizada dia 19 de agosto de 2014.

³³⁸ A associação era de agricultores, e não de quilombolas. No momento em que ela foi criada, a categoria étnica ainda não tinha sido promovida pelo poder público, dentro do município de Mirandiba.

Nessa situação, Seu Lu, filho de Jiboião, era a referência de sua parentela extensa. Mas, como vimos anteriormente, sua ascendência seria afetada pela afirmação de lideranças mais jovens, em particular Mazé. Na onda de democratização do país e do município, os mais jovens sentiam a necessidade de substituir suas lideranças, colocando à frente pessoas mais preparadas em relação ao novo contexto político e social. Foi assim que, no início dos anos 2000, e com a aprovação da grande maioria dos associados, um grupo liderado por Mazé alcançou a direção da associação, sem que Seu Lu de nenhuma forma participasse da nova diretoria.

De certa forma, Mazé afirmara-se na associação em virtude de sua participação em vários movimentos de âmbito maior (sindicato de professores, movimento negro, ONGs de apoio à agricultura familiar). Seus conhecimentos adquiridos com as experiências lhe conferiam uma posição de destaque na sua comunidade.

Mazé familiarizou-se desde cedo com a militância. Enquanto era aluna no colégio, já havia participado de um evento do Movimento Negro Unificado (em Salgueiro, perto de Mirandiba) no qual se debateu sobre as origens, cultura e direitos dos negros. Nos debates em que a situação dos negros era pensada em termos de atuação política, Mazé começou a adquirir conhecimentos não apenas através das temáticas abordadas, mas também pelos encontros feitos. Em particular com seus congêneres da comunidade de *Conceição das Crioulas* (no município de Salgueiro), cujas lideranças eram pioneiras no acionamento de seus direitos sociais veiculados à categoria jurídica quilombola.

Nos anos seguintes, Mazé teve outras oportunidades de se confrontar com os mundos militantes e as problemáticas sociopolíticas. Desta vez por intermédio da sociedade civil, atuando com o governo municipal do prefeito petista Nelson Pereira. Já evocamos todos esses projetos, em particular os da AS-PTA. E o que nos importa, aqui, é que o *Feijão* se tornou um palco privilegiado dessas experimentações.

Inicialmente isso acontecia através de Seu Lu, o homem que tinha seu retrato gigante nos locais da UFPE, devido a sua participação no projeto de eletrificação solar promovido por um professor da universidade.

Todavia, a partir dos anos 2000, fase que coincide com a emergência da *Conviver*, Mazé substituiria seu tio como figura de referência de sua parentela extensa do *Feijão*, da *Posse*, da *Quixabeira* e das *Queimadas*.

No entanto, nesse período de 2000 a 2003, a comunidade mobilizada não era tanto o *Feijão*, a *Posse*, a *Quixabeira* e as *Queimadas*, do que o *Feijão* e as *Posse*. Ou seja, o núcleo onde Mazé tinha seus parentes mais próximos correspondia ao núcleo onde os projetos alternativos eram experimentados com a maior visibilidade e o maior êxito. Sem presumir de um tratamento diferenciado dos associados – que eram dos quatro lugares –, podemos dizer, nessa etapa da descrição, que o grupo mais dinâmico, em relação aos projetos, era o do *Feijão* e da *Posse*, enquanto os demais pareciam mais apáticos.

5-1-c O início da fase quilombola

Em Mirandiba, no *Feijão* e nas suas redondezas, a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003, as políticas de apoio aos agricultores familiares e aos quilombolas gerariam importantes mudanças. Com relação à categoria quilombola, os processos começaram, todavia, de forma enigmática. Isto porque, em 2005, várias comunidades haviam se tornado quilombolas sem sabê-lo. Os *quilombolas*, que inicialmente não sabiam que o eram, suspeitaram, com o decorrer do tempo, que algumas pessoas ou instituições impuseram sem seu conhecimento esta nova identidade.

Mazé formulou uma hipótese sobre tais manobras. Conforme o seu postulado, subscrito por outras lideranças, dirigentes políticos de Mirandiba haviam tramado o reconhecimento de determinadas comunidades juntamente com entidades do Estado brasileiro. Tudo teria sido combinado às escondidas, sem a participação dos próprios comunitários, porque os políticos almejavam controlar os projetos e as verbas destinadas ao público alvo quilombola.

A descoberta do reconhecimento oculto das comunidades, que sustentaria essas conjecturas, ocorreu de maneira fortuita. O evento desencadeador, em 2006, foi o autoreconhecimento como quilombola do *Feijão* (através de sua associação de agricultores, que nessa época incluía *Feijão*, *Posse* e *Quixabeira*). Antes de ver em que sentido esse autoreconhecimento acarretou uma série de questionamentos e descobertas, precisamos

descrever rapidamente como ocorreu o processo de autoafirmação quilombola no *Feijão* e nas suas redondezas.

Na época dos fatos descritos, Mazé sugeriu que a associação local fosse acionada para que os associados afirmassem a identidade quilombola de sua comunidade (*Feijão*, *Posse*, *Quixabeira*). Tratava-se, afinal, de seguir o trâmite oficial para se tornar quilombola (o autoreconhecimento). Porém, nesse momento, ninguém – inclusive Mazé – tinha um conhecimento claro sobre tais procedimentos. O que contava, na visão da liderança e dos associados que ela mobilizava, era dar uma concretude maior a uma categoria quilombola que, até agora, era difusa e misteriosa. No momento do autoreconhecimento, a concretização do quilombo se resumiu então a uma formalização da identidade pelo meio da associação.

A estratégia usada, pelo menos, teria um efeito bem concreto: o *Feijão*, a *Posse* e a *Quixabeira*, através de seus associados, conduziam suas famílias para o autoreconhecimento na categoria jurídica quilombola; ao passo que as *Queimadas*, que disponha agora de sua própria associação³³⁹, não seguia o movimento do primeiro grupo. Assim, sem as *Queimadas*, em que ninguém teve a iniciativa de deliberar sobre a pertinência de se autoreconhecer com quilombola, o *Feijão* e suas redondezas foram levados, pelas próprias iniciativas dos associados mobilizados por Mazé, a acionar a nova identidade étnica.

A operacionalização do processo, tal como sua ideia original, foi conduzida pela liderança. Em um primeiro momento, esta solicitou ao órgão que certifica as comunidades quilombolas, a Fundação de Cultura Palmares (FCP), para orientá-la sobre o processo de reconhecimento (etapa fundamental, obrigatória e exclusiva para ser reconhecido formalmente na categoria jurídica quilombola). A FCP, em resposta, indicou a Mazé as devidas informações e lhe indicou os documentos necessários para formalizar o processo – ou seja, um modelo padrão de ata de autoidentificação quilombola, a ser assinado por lideranças da comunidade, assim como um formulário destinado a relatar o histórico das famílias. Tais documentos foram a seguir preenchidos e assinados por representantes dos associados do *Feijão* – e não por todos os associados, como é devidamente estipulado nos processos de autoreconhecimento.

Após alguns meses, essa conclusão do autoreconhecimento desencadearia a descoberta dos reconhecimentos ocultos que temos mencionado. A categoria quilombola, que tinha

³³⁹ A associação das Queimadas foi criada em 2003.

penetrado nas comunidades de cima para baixo, sem nenhuma iniciativa dos comunitários, deparava-se agora com um protagonismo comunitário. Uma intrusão inusitada em suma, que criaria um imbróglio polêmico: o *Feijão* que encaminhava seu autoreconhecimento a FCP para ser quilombola já era oficialmente quilombola. Havia algo estranho, que não se enquadrava às normas definidas pela Constituição brasileira: como uma comunidade que vinha a se reconhecer quilombola e encaminhara sua reivindicação à FCP já era oficialmente cadastrada como quilombola pela referida entidade?

Uma vez o problema evidenciado, os representantes da FCP – que, afinal, haviam chancelados o reconhecimento do *Feijão* e das outras comunidades – viram a Mirandiba e fizeram uma reunião com o intuito de informar a respeito da política quilombola e sua realidade no município. Os representantes da FCP, que eram acompanhados de integrantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, órgão responsável pela regularização fundiária das comunidades quilombolas), divulgou então que quatro comunidades – entre elas o *Feijão*³⁴⁰ – eram consideradas quilombolas.

Mazé, presente na reunião, afirmou que quase todos os comunitários estranharam a interferência do poder público. As reações eram até de franca hostilidade. Por exemplo, os representantes de uma comunidade chamada *Caruru* mostravam-se particularmente irritadas com as explicações sobre a origem negra dos quilombolas: os participantes da comunidade diziam não se sentir negros nem descendentes de escravos, e eles se mostravam importunados com a alusão aos negros. Ao ser mencionado o direito a um território, as mesmas pessoas ficaram horrorizadas: receava-se a invasão das propriedades do *Caruru* por *quilombolas* de fora apoiados pelo governo! Por fim, para piorar ainda mais a situação, nenhum agente da FCP ou do INCRA soube informar quem foram os atores locais (se, por acaso, realmente houve) por trás do reconhecimento das comunidades. Os participantes do *Caruru* e os outros não conheciam ninguém a quem dirigir sua ira e exigir explicações.

Ao contrário dos demais, Mazé alega não haver estranhado a interferência dos agentes externos na autodefinição como quilombola. Na sua visão, embora a realidade encoberta do reconhecimento das comunidades fosse algo estranho, a possibilidade em si de haver comunidades quilombolas representava uma circunstância normal e até proveitosa, já que

³⁴⁰ Lembramos que, quando se fala do *Feijão*, refere-se ao grupo social representado pelos associados da associação local, que vem dos núcleos do *Feijão*, da *Posse* e da *Quixabeira*. No entanto, nos registros da FCP, a comunidade se chama oficialmente *Sítio Feijão*.

muitas famílias de Mirandiba – inclusive as do *Feijão* – reconheciam-se como negras e viviam discriminadas por isso.

Vemos aqui que a palavra quilombola teria ganhado maior aceitação no *Feijão* pela sua assimilação a condição de ser negro. Tal tradução racial da categoria étnica, que Mazé contribuiu a difundir, foi um processo rápido que a liderança resume da seguinte forma:

O quilombola no *Feijão* não foi uma reação assim: nossa! Muito estranho! A gente sempre se identificou como negro, nunca escondeu essa questão da negritude. A gente nunca teve vergonha de ser negro... Estranho é o termo quilombola. Oxente, eu quilombola?! O que é quilombola? Eu não sou quilombola! Estranhamento por não conhecer o termo. Mas assim: olhe quilombola é negro, comunidade que só mora negro, pode até ter brancos, mas a maioria é negra. Então é *Feijão*³⁴¹.

Algumas pessoas do *Feijão*, no entanto, insistem sobre a perplexidade inicial em relação à categoria quilombola. Elas contam, em particular, que o quilombola inspirava o medo de perder a terra, perdendo assim o pouco de autonomia que os comunitários tinham conquistado. A solicitude do Governo Federal em renomear as comunidades, suspeita por ser tão insistente, foi inicialmente interpretada como um desejo de tutela: o governo difundia a categoria quilombola para dominar as famílias! As frágeis conquistas das famílias – que eram menos pobres e submissas que seus antepassados – corriam o risco de ser aniquiladas por causa de um governo estranhamente bondoso.

Tais representações, inicialmente comuns, já não o eram após alguns anos, quando os associados do *Feijão* realizaram um pedido oficial de autoreconhecimento. Cabe perguntar se tal mudança foi apenas consequência da mediação de Mazé ou de um trabalho mais coletivo. Mazé afirma, com relação a este ponto, que o processo foi coletivo. O quilombola “teria pegado” no *Feijão* porque várias pessoas, além de nossa liderança, traduziram esta categoria inicialmente externa em termos e explicações que respondiam às expectativas locais. Mazé se destacou pelas suas iniciativas e responsabilidades, mas ela teria contado localmente com um grupo, compartilhando suas experiências de tradução da categoria quilombola.

Nesse grupo, já destacamos seu irmão Porfiro, que já era um dos principais gestores do PAA de Mirandiba (depois de Sandro). Além dele, haveria outro irmão e outra irmã, assim que uma cunhada. Enfim, um grupo de parente próximo baseado, com vimos anteriormente, em uma sequência de casamentos entre duas famílias nucleares (Mazé, sua irmã e seu irmão

³⁴¹ Entrevista realizada o dia 21 de agosto de 2014.

casaram-se com dois irmãos e uma irmã, primos segundos da primeira família). O grupo assim formado virou um dispositivo de atuação política e social: a partir dele, deliberava-se todo tipo de assunto ligado a programas políticos envolvendo o *Feijão* e suas adjacências. O agenciamento formado se assemelhava a um primeiro núcleo de deliberação comunitária, que antecederia o segundo, o da reunião dos associados (que possuía entre 20 e 30 associados regulares).

A partir de 2006 e 2007, na mesma época em que emergia o PAA com a forte participação do *Feijão*, o grupo de Mazé – que chamaremos agora de facção – participou de intervenções federais relativas à categoria quilombola. A realidade do *Feijão* de suas redondezas, que já mudavam consideravelmente em virtude dos programas para agricultura familiar, mudaria também através das políticas étnicas.

Após o reconhecimento oculto de quatro comunidades quilombolas (seguido de três outros em circunstâncias semelhantes – inclusive as *Queimadas*³⁴²), uma entidade denominada Centro de Cidadania Zumbi dos Palmares foi criada por incentivos governamentais, no sentido de fortalecer a cultura quilombola em todo o município de Mirandiba. Em seguida, um programa educativo foi implantado, o Programa de Bibliotecas Rurais Arco das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): livros e materiais didáticos foram distribuídos em escolas de comunidades quilombolas, inclusive no núcleo do *Feijão*³⁴³. Alguns anos mais tarde, em 2007, no quadro do Projeto de Integração Nacional do Rio São Francisco, o governo fez importantes investimentos, entre os quais a construção de mais de 50 moradias de alvenaria para substituir as casas de barro nas comunidades quilombolas (dentre as quais 20 foram construídas no *Feijão* e na *Posse*).

Anteriormente – as ingerências de dirigentes políticos de Mirandiba que pretendiam “crescer em cima dos quilombolas”³⁴⁴. Uma maneira de reverter à situação foi pensada através de um protagonismo maior dos próprios quilombolas, substituindo os intermediários locais na execução das políticas.

Mas de que modo esse protagonismo poderia se concretizar? Em um primeiro momento, a forma hierarquizada das intervenções públicas, de cima para baixo, não concedia aparentemente uma grande margem de manobra aos comunitários. Tanto o reconhecimento

³⁴² Que, lembramos, tinha sua própria associação de agricultores, desde o ano 2003.

³⁴³ A escola do *Feijão* atendia crianças do *Feijão*, da *Posse* e da *Quixabeira*.

³⁴⁴ Esses termos são compartilhados tanto por Mazé quanto lideranças de outras comunidades quilombolas do município.

das comunidades na categoria jurídica quilombola quanto sua inclusão em programas de moradia foram definidos pelas esferas governamentais. No *Caruru*, comunidade em que a categoria quilombola inspirava uma real hostilidade, o Ministério da Integração Nacional tinha planejado a construção de sete casas sem jamais ter consultado os próprios comunitários. Também no *Feijão*, na *Posse* e na *Quixabeira*, a construção de um determinado número de casas tinha sido comunicada sem que as famílias participassem das etapas de definição do programa.

Na verdade, talvez os comunitários pudessem influir na etapa posterior às intervenções: a definição da lista final dos beneficiados nas comunidades (conforme o número de casas previstas em cada uma delas). Contudo, no *Feijão*, não dispomos de informações claras e uniformes sobre a escolha dos contemplados com as moradias. Alguns entrevistados insistem sobre a preponderância da facção de Mazé que, em virtude de seus contatos com os órgãos do governo federal e de sua capacidade em dispor de informações em primeira mão, teriam influído sobre a distribuição final das casas. Outros, mais ligados a Mazé, enfatizam o aspecto coletivo do processo, que passou pela associação local. Nessa visão, o número e o nome dos beneficiados, definidos previamente pelo poder público, teriam sido deliberados posteriormente na associação.

Seja qual for o procedimento adotado para a execução do programa, o que se verificou foi uma distribuição ampla e bastante igualitária das moradias. A maioria dos núcleos familiares foi contemplada, incluindo até famílias que não eram parentes de Mazé. Todavia, o espaço geográfico da *Quixabeira*, lugar previamente mencionado onde moravam parentes próximos de Mazé (igualmente associados, por quatro deles), não tinha sido incluído na repartição das casas. Indagados sobre a omissão, que não parecia obedecer a critérios objetivos (todos os comunitários moravam em casas de taipa), os moradores entrevistados na *Quixabeira* disseram ter sofridos *marcação* por parte do grupo de Mazé.

A *marcação*, no entendimento deles, é uma forma de *perseguição* por parte da facção de Mazé, o qual se aproveitaria de suas conexões com as instituições e atores externos para beneficiar determinadas pessoas e prejudicar outras. As pessoas prejudicadas o seriam por motivos pessoais. E, como os benefícios disponíveis (casas, poços) são em número limitado em relação ao número de famílias, a facção tende a contemplar as famílias com as quais tem uma aproximação maior.

A partir da segunda metade dos anos 2000, quando Mazé e sua facção começaram assumir responsabilidades importantes, a *Quixabeira* teria sofrido uma *marcação* importante. Em relação ao programa de construção de casas que descrevemos anteriormente, os entrevistados da *Quixabeira* dizem não conhecer os supostos estratagemas usados pela facção de Mazé. Porém, eles constatam seu resultado final: a ausência de moradias construídas na comunidade, em uma época conturbada seguindo a eleição municipal de 2008, eleição na qual Mazé se candidatou vereadora e não conseguiu nenhum apoio na *Quixabeira*³⁴⁵.

Após a desilusão de ter perdido a primeira série de casas, os mesmos entrevistados afirmam ter adquirido mais conhecimento sobre seus direitos e os meios de alcançá-los. Mas, mesmo assim, eles teriam sofrido outras *marcações*, em particular em 2015 e 2016. O contexto, todavia, mudou. Desta vez, a associação do *Feijão* não ficou mais responsável pela listagem final dos beneficiados. A responsabilidade foi outorgada a recém-fundada “Associação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba” (ACQMI, criada em 2014).

A associação, na qual Mazé é uma liderança influente (além de duas outras lideranças de outras comunidades), teria tramado contra a *Quixabeira*, no quadro do Programa Nacional de Habitação Rural executado pela Caixa Econômica Federal a partir de 2014. Os entrevistados apontam, nesse programa, duas manobras de Mazé e de outra liderança. A primeira é a de um *desvio*³⁴⁶ preliminar das casas previstas na *Quixabeira*. Ou seja, na primeira relação dos beneficiários, em 2014, teria tido seis famílias da comunidade, e na segunda, em 2016, apenas dois. Quatro famílias nucleares teriam sido cortadas... A segunda manobra, quanto a ela, vem em um segundo momento: o da formalização do cadastro com os agentes da “Caixa”. As duas famílias efetivamente cadastradas, em 2016, teriam sido informadas em cima da hora do prazo final exigido para a assinatura do contrato de posse das casas. Sabendo desse prazo apenas algumas horas antes dele se encerrar, elas teriam tido dificuldades para juntar a documentação necessária ao contrato. Apenas uma família nuclear – que, aliás, não é parente do núcleo da *Quixabeira* – teria conseguido fornecer os documentos aos agentes da Caixa presentes em Mirandiba no dia da assinatura dos contratos. A outra, pertencendo ao núcleo original da comunidade, acabou desistindo...

³⁴⁵ Veremos mais tarde, com mais detalhes, o envolvimento de Mazé na eleição municipal de 2008.

³⁴⁶ Categoria êmica, *desvio* significa que uma determinada facção (grupo político, grupo de parentesco) ou uma determinada liderança (política ou social) desvia um benefício público (uma moradia, um poço de água, etc.) em detrimento dos legítimos beneficiados selecionadas previamente pelo programa público. O ato de desviar significa assim que outras pessoas – que não tinham sido oficialmente selecionadas – saem favorecidas pelo suposto estratagma da facção ou da liderança.

Mazé nega as acusações de *marcação*. Segundo ela, o que aconteceu no projeto das moradias de 2009 foi a falta de participação dos comunitários da *Quixabeira*, os quais não se reconheceriam na identidade quilombola e por isso se recusariam a se engajar na luta com seus parentes das redondezas. O patriarca local, casado com uma tia segunda de Mazé – e de fenótipo negro como os demais – alegava sua identidade índia para justificar sua recusa em colaborar com as demais famílias da associação do *Feijão*. O laço indígena, afinal, tinha pertinência: o velho líder era parente dos *Oliveira*, uma das famílias que liderava o movimento indígena na Serra de Umã, perto de Mirandiba³⁴⁷. Para Mazé, contudo, tal acionamento da indianidade era mais um signo de *ignorância* do que signo de identificação étnica. O patriarca da *Quixabeira* pensaria de um modo muito individualista e ele desprezaria seus congêneres do *Feijão*. Um desprezo que, em certa medida, resultaria do peso da história. Habitado a se submeter aos padrões *Carvalho* e a considera-los como seus superiores, o patriarca daria mais valor a elite local do que aos congêneres lutando para a defesa dos direitos dos quilombolas.

5-1-d A imagem de Mazé

A imagem de Mazé, é importante dizer, não deve apenas ao seu envolvimento nos programas de categorização quilombola. Ele vinha também de sua grande participação aos projetos da *Conviver*: seu apoio à coordenação do PAA (mas, isso era, sobretudo, através de Porfiro); a inclusão privilegiada nos projetos do “vínculo solidário”; a coordenação de atividades ligadas ao Fórum de Mulheres de Mirandiba (para a sensibilização sobre as questões de gênero); e enfim a participação privilegiada a comunicação da *Conviver* – em contato privilegiado com os agentes da Actionaid.

Essas múltiplas experiências impeliram Mazé de pensar um engajamento político, que se concretizou em uma candidatura a vereadora (pelo PT) nas eleições municipais de 2008. O resultado final de sua campanha, porém, não foi o esperado: Mazé tirou apenas 78 votos³⁴⁸, mostrando assim que ela não tinha conseguido mobilizar sua parentela extensa. As *Queimadas* e a *Quixabeira* não tinham votado nela, e até o núcleo do *Feijão* e da *Posse* não a havia apoiado substancialmente.

³⁴⁷ A Serra Umã, no município de Carnaubeira da Penha, faz parte hoje do território indígena da etnia Atikum.

³⁴⁸ Em 2008, houve 10.362 eleitores aptos em Mirandiba. O vereador mais votado alcançou 546 votos, e o menos 291 votos.

Alguns comunitários alegam não ter votado em Mazé devido à sua suposta propensão a exercer a *marcação* sobre determinados grupos de parentes. Outro problema, evocado discretamente, é o peso das *questões* (ou seja, de crimes entre famílias). No ano anterior à eleição, um parente próximo de Mazé assassinou, aparentemente por um motivo fútil, um primo dele que residia nas *Queimadas*. Ademais, outro assassinato ocorreu pouco depois das eleições, talvez por causa das tensões geradas pela campanha eleitoral. Desta vez, um jovem da *Quixabeira*, filho do tio de Mazé que fugiu de sua patroa, morreu baleado. O crime foi imputado a alguém do *Feijão*, mas a polícia não investigou realmente o caso.

Sem abordar o ponto polêmico das *questões*, Mazé explicou a falta de apoio devido à presença de outro candidato vereador na família (alguém das *Queimadas*, que conseguiu apenas 69 votos). Outro ponto também é mencionado: a tendência de muitas famílias nucleares a privilegiar suas relações com a oligarquia política de Mirandiba em detrimento daquelas com os congêneres quilombolas. A liderança e seu grupo, lutando para a autonomia das comunidades, representariam para seus parentes mais conservadores uma espécie de perigo: o perigo de uma transformação desagradável à elite *Carvalho*, a qual controla a prefeitura e controla, por este meio, parte do povo do *Feijão* e de suas redondezas. Segundo Mazé, ao “sustentar” os comunitários com empregos mal pagos de contratados pela prefeitura³⁴⁹, o grupo mandando na prefeitura consideraria que a população dos arredores do *Feijão* lhe deve favor e lealdade – do mesmo modo que, alguns anos atrás, os pais e avôs desta mesma população deviam favor e lealdade aos *Carvalhos*, por serem moradores nas terras deles.

Ao situar sua interpretação em uma perspectiva de dominação por parte da elite local, Mazé evidencia que sua intercessão não se restringe a ajudar sua facção, mas a ajudar todos os que aderissem ao combate à autonomia. Como prova disso, ela relata seu comprometimento com a questão territorial e a criação de uma coordenação das comunidades quilombolas.

O primeiro ponto – a regularização fundiária do *Feijão* – seria do interesse de todos porque ele permitiria viabilizar, segundo Mazé, o crescimento das futuras gerações, o qual não é viável apenas no espaço da terra adquirida por Jiboião. No entanto, poucas pessoas na comunidade teriam a coragem de assumir a luta por um território maior, porquanto nas redondezas do *Feijão* há descendentes de fazendeiros abertamente hostis a toda tentativa de

³⁴⁹ Geralmente meio salário mínimo.

regularização de um território quilombola. Além disso, quase nenhum comunitário estaria disposto a enfrentá-los. Apenas Mazé se dispôs a tanto.

De fato, a liderança se destacou. Já há quinze anos ela se distinguiu na integração da antiga fazenda da *Posse* ao núcleo do *Feijão*. Mesmo que habitada há três gerações por parentes de Mazé, a fazenda tinha sido apropriada por lideranças do grupo de Nelson Pereira que queriam transformá-la num assentamento da reforma agrária. Mas, contra uma ocupação que já se organizava sem a participação dos próprios moradores da fazenda, Mazé incentivou seus parentes a apoderar-se do acampamento, montando barracas de lona junto às suas moradias e às barracas dos acampados vindos de fora.

Quando se soube que o acampamento, devido ao tamanho insuficiente, não poderia resultar em um assentamento da reforma agrária, Mazé resolveu fazer dele uma extensão do quilombo do *Feijão*. A antiga fazenda da *Posse* retornaria a seus moradores legítimos, ao passo que os moradores externos, famílias de fora que não haviam desistido da ocupação, foram incluídos no futuro quilombo do *Feijão*³⁵⁰.

O ponto mais árduo na questão fundiária implicaria um sobrinho do antigo proprietário da fazenda da *Posse*. Esta pessoa, alegando seu direito à terra, enfrentaria abertamente Mazé, que defendia o direito de seus parentes moradores. O argumento da liderança era que, na década de 1980, a *Posse* tinha sido doada verbalmente. Com efeito, a viúva do antigo patrão teria feito um acordo informal para conceder aos moradores a terra. Contudo, o sobrinho da viúva e do proprietário, negando a realidade de um acordo, demonstrou sua oposição ao construir na fazenda uma chácara, na qual ele costumava passar os fins de semana.

Quando, no final da década 2000, a regularização fundiária veio à tona, Mazé apoiou a ideia de uma integração total da *Posse* ao *Feijão*, enquanto parte de seus parentes próximos, temendo a reação do sobrinho do antigo proprietário, preferiu adotar uma atitude conciliatória. Em um primeiro momento, a ideia da conciliação pareceu até predominar. Muitos dos parentes próximos de Mazé mantinham boas relações com o sobrinho do antigo proprietário – que começava a “ajudar” a associação local através da doação de computadores ou de doações financeiras ao grupo comunitário de dança. No entanto, Mazé, oposta a esses arranjos,

³⁵⁰ Oito dessas famílias, aliás, ganharam uma moradia através de um programa do Ministério da Integração, conforme evocamos anteriormente.

conseguiu posteriormente impor seu ponto de vista: a incorporação de toda a fazenda das *Posse*, posição da liderança, tornar-se-ia a posição comum do *Feijão*.

Essa luta pelo território, que providenciaria às gerações mais novas um lugar para construir suas casas e plantar suas roças, gerou muitas intimidações. Mazé resume aqui as pressões que sofreu:

Ele [o sobrinho do antigo proprietário] passava com o carro já na minha porta. Assim, quando ia para a chácara dele, deixava a estrada principal e passava com o carro no meu terreiro. Então isso é uma forma de me intimidar, sobre a questão territorial. E aí comuniquei as pessoas do INCRA e nessa comunicação eles ficaram assim, oferecendo até policiais para ficar perto da minha casa se eu precisar, para ficar vigiando algum tempo, porque eles achavam realmente que eu estava sofrendo algum tipo de ameaça.

Quando você deixa a estrada principal, para você passar sempre na sua porta fazendo a maior poeira, era uma intimidação. Aí o que é que a gente fez? Pegamos um monte de pedras, colocamos ao redor do terreiro, fechamos, para obrigá-lo a passar do outro lado. Depois a gente fez a cerca, que ficou emendada na algaroba [árvore que fica no terreiro], tanto que o canto faz na algaroba da cerca.

E aí a gente sempre o parou, eu o chamava para conversar... E a gente escutava “humores” de outra pessoa, do que ele dizia. Mas isso não fez que eu parasse de caminhar. Eu ando só. Às vezes tenho que ir para Mirandiba só, voltar só, e muitas vezes isso deixa meu esposo muito preocupado, e o povo falava para eu ter cuidado...

Ele ajeitava um irmão meu [Porfiro], ajeitava, oferecia isso aquilo não sei o que, mas enquanto isso ele estava querendo me atingir, uma coisa de fazer algo disfarçado³⁵¹...

A determinação de Mazé e a mobilização dos comunitários que ela promoveu resultaram, em 2014, na demarcação pelo INCRA de um território de 800 hectares³⁵². Toda a extensão da antiga fazenda da *Posse* integrou-se à futura área quilombola a ser titulada, a qual conta com 30 famílias (sendo 22 do parentesco de Mazé e oito ligadas ao acampamento da *Posse*). O território, assim definido, é importante dizer, não engloba as *Queimadas* (situada a três quilômetros de distância), nem a contígua *Quixabeira* que, a partir de 2012, autonomizou-se em relação ao *Feijão*, ao ganhar sua própria associação e seu próprio reconhecimento quilombola.

³⁵¹ Entrevista realizada dia 19 de agosto de 2014.

³⁵² Em Mirandiba, das 11 comunidades quilombolas, apenas o *Feijão* e outra comunidade tinham seu território demarcado pelo INCRA em 2016.

Todavia, a ideia das instituições externas era de juntar as quatro comunidades. Em 2014, e mais uma vez em 2015, agentes do INCRA, acompanhados por uma liderança de *Conceição das Crioulas* – a maior comunidade quilombola de Pernambuco – sugeriram aos comunitários de se unir em um mesmo território, dado que as comunidades estão localizadas umas perto das outras e são habitadas por *uma família só*. A delimitação, nessa visão, deveria ter abarcado um território extenso, incorporando os espaços intermediários entre as propriedades dos comunitários, os quais pertenciam a integrantes da família *Carvalhos*.

Porém, as reuniões realizadas em 2014 nas comunidades resultaram em um recusa de *Queimadas* e *Quixabeira* em fazer parte de um quilombo único. Comunitários das *Queimadas* afirmaram “não querer mexer com a terra alheia” (as propriedades dos proprietários da família *Carvalho*). O patriarca da *Quixabeira*, igualmente contra a desapropriação das fazendas, era tão oposto a demarcação que ele chegou a adoecer. Depois de uma reunião restrita organizada na *Quixabeira*, ele passou dias sem comer, devido ao medo que lhe inspirava uma suposta perda de sua propriedade individual no quilombo unificado³⁵³. Maria de Silvia Gomes conta como seu pai, da *Quixabeira*, ficou abalado:

[Pai] não aceita. Era para ser um só, a documentação [da terra] tornava-se uma só. Pai é dessas pessoas antigas que é muito... muito, sei lá, até adoeceu... Disse que uma coisa que conseguiu com muito sacrifício, trabalhou, trabalhou para poder conseguir esses 15 hectares: foi uma doação porque antigamente, de Zé Tiburtino, tio de Bartholomeu [o prefeito de 2008 a 2016]. Trabalhou anos e anos para ele. Antes da morte que ele deu essa terra para ele, por conta disso ele disse que não ia ceder. O documento ia ser um só, aí ele não aceitou (...).

O mesmo dia [da reunião] pai ficou triste. Ele começou a chorar, aí nos também não aceitamos por conta dele (...).

Foi explicado sobre a demarcação, as terras vizinhas o governo ia indenizar, ia juntar *Feijão*, *Queimadas* e *Posse*, *Quixabeira* e *Cajueiro*³⁵⁴. Só que a única comunidade que aceitou, foi *Feijão e Posse*, que é uma comunidade só, as outras não aceitaram. Mesmo com a explicação do INCRA, de Antônio Meneses [a liderança de *Conceição das Crioulas*], não aceitaram³⁵⁵.

³⁵³ O território titulado seria registrado, segundo o INCRA, com o nome da Associação do Feijão, devido a seu envolvimento mais antigo na questão quilombola.

³⁵⁴ *Cajueiro* é uma comunidade quilombola situada perto das outras. Embora seus habitantes tenham laços de parentesco com as demais (em particular as *Queimadas*), o *Cajueiro* não é considerado como fazendo parte do grupo social de *uma família só*, incluindo *Feijão*, *Posse*, *Quixabeira* e *Queimadas*.

³⁵⁵ Entrevista realizada dia 14 de agosto de 2016.

Diferentemente dos demais, Mazé era a favor de uma união territorial das comunidades. Um território maior, no seu entendimento, responderia ao interesse de todos. Mas, segundo ela, as pessoas das outras comunidades pensariam acima de tudo no seu interesse individual (ou familiar). A liderança, ao contrário dos outros, pensaria a favor da coletividade, das comunidades e de toda a parentela extensa.

A imagem de liderança imparcial é endossada por outras lutas, desta vez na escala do município de Mirandiba, com a participação de outras lideranças quilombolas. Uma delas, formada na militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), havia voltado do Rio Grande do Sul, onde tinha-se formado através de uma bolsa de estudo financiada pelo movimento. Desde sua volta, a jovem liderança representava sua comunidade, recentemente reconhecida como quilombola. Quanto à outra liderança, originária de uma comunidade já reconhecida há tempos como quilombola (da mesma época que o *Feijão*), ela reclamava de um governo municipal cujo desejo era controlar as comunidades negras para *crescer* em cima delas.

Essas duas lideranças e Mazé formaram a base de uma associação criada em 2014, a já mencionada Associação das Comunidades Quilombolas de Mirandiba (ACQMI). O primeiro êxito da nova entidade, em 2015, seria sua participação no programa de moradias para comunidades quilombolas, ligado ao Projeto Nacional de Habitação Rural. A ACQMI, único intermediário local nas intervenções, ficou a interlocutora do Ministério da Integração Nacional, responsável pelo programa, e da Cooperativa Habitacional Quilombola de Garanhuns (em Pernambuco), responsável pela construção das casas³⁵⁶.

A ACQMI é vista de modo positivo por várias lideranças quilombolas, que salientam seu papel na mobilização “democrática” das comunidades: os comunitários seriam informados de todos os eventos ou programas referentes aos quilombolas, enquanto a comissão compoendo a entidade agiria de modo imparcial, sem lógica partidária ou de aproveitamento individual. Nesse sentido, a ACQMI se oporia à lógica clientelista e paternalista vigente em Mirandiba, em particular quando se trata da prefeitura, a qual recentemente teria conseguido – em 2014 – o reconhecimento de duas comunidades quilombolas para, em seguida, apresentar-se como a benfeitora de um programa federal de perfuração de poços implantado nas referidas comunidades. Contrariamente a esse governo municipal, que se coloca como força superior

³⁵⁶ Em 2016, o projeto estava sendo executado, com a previsão da construção de 120 casas em três etapas. Quatro dessas casas já foram construídas no *Feijão*.

em favor aos quilombolas, a ACQMI seria a própria encarnação dos quilombolas, cuja missão era garantir seus direitos.

Tal visão positiva do papel da ACQMI e de Mazé, no entanto, não é compartilhada por todos. Quanto a Mazé, as críticas focam o já evocado problema da *marcação*, assim que um problema mais geral ligado à concentração dos benefícios a favor do grupo da liderança. Por se sentirem frustradas, as famílias da *Quixabeira* cortaram até o vínculo associativo com o *Feijão*, ao criarem sua própria associação, representando uma nova comunidade quilombola.

Contudo, para Mazé e para suas colegas da ACQMI, tal associação foi obra dos *políticos*. Duas lideranças – João Batista Rodrigo dos Santos e Maria do Destêrro³⁵⁷ – teriam tramado a criação da nova entidade para legitimar a atuação da prefeitura e prejudicar a atuação de Mazé. Pelo fato de ocupar cargos de responsabilidade na prefeitura, as duas pessoas agiriam em favor do poder municipal, no intuito de constituir um contra-poder a associação do *Feijão* e ao grupo de Mazé – e afinal um freio às reivindicações territoriais e sociais do movimento quilombola³⁵⁸.

Em outra perspectiva, pessoas entrevistadas da *Quixabeira* salientam as melhorias alcançadas após as mudanças. Elas afirmam ter adquirido através da associação um conhecimento maior de seus direitos e dos meios para alcançá-los. Como prova disso, Lindomar Gomes da Silva, a presidente da nova entidade, relata sua participação na direção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (liderado por uma liderança oposta a prefeitura), participação que só se tornou possível mediante a existência da associação da *Quixabeira*:

Mudou muito agora porque antes eu não participava de reunião, participava de nada, e hoje com nossa associação tudo mudou. Dois mandatos que estou no conselho: a primeira foi como vice secretária, e hoje secretária. Viajo direto, quando tem reunião, ele [o coordenador do conselho] liga para mim. Fui para várias viagens em Pernambuco, antes a gente não tinha essa chance. Tem o benefício de três cisternas também. Uma calçadão e três normais. Aprendo com o pessoal do sindicato, o IPA [Instituto Agrônomo de Pernambuco, que desenvolve parcerias com o conselho]. Antes eu não participava e hoje³⁵⁹...

³⁵⁷ As duas pessoas, irmão e irmã, são primos segundos de Mazé e parentes próximos de todas as famílias nucleares da *Quixabeira*.

³⁵⁸ Para reforçar seu argumento, Mazé lembra que o mesmo grupo ligado a prefeitura tentou criar uma associação na Posse, a comunidade contígua ao *Feijão* e mobilizada com ela no movimento quilombola.

³⁵⁹ Entrevista realizada dia 14 de agosto de 2016.

Além de salientar a maior inserção de sua comunidade em redes de atores trazendo benefícios e conhecimentos, Lindomar e sua irmã Maria da Silva Gomes de Oliveira reconhecem um fato já apontado por Mazé em relação à criação da nova associação comunitária. Esse fato é que as duas lideranças parentes de Mazé e dos habitantes da *Quixabeira* (João Batista e Maria do Destêrro), lideranças das quais falamos anteriormente, tiveram um papel decisivo na formação da nova entidade. Contudo, enquanto para Mazé, essas duas pessoas, por suas ligações com a prefeitura, representam interferências do poder político na vida comunitária quilombola, para Lindomar e sua irmã, elas representam ao contrário uma ajuda desinteressada: as duas lideranças queriam apenas ajudar seus parentes da *Quixabeira* tendo sofrido um passado de *marcação*.

Lindomar e Maria da Silva Gomes, em uma entrevista coletiva, evocam os primeiros momentos da associação e o motivo de sua criação:

A ideia da associação foi através de Pitéu [apelido de João Batista]. A gente tinha direito a nada. Só aqueles sementes, um quilo de feijão e um quilo de milho³⁶⁰. Aí Pitéu: porque vocês não fazem uma associação? A gente pegou. [Lindomar Gomes da Silva]

Sempre vinha um benefício pro *Feijão*, aqui a gente tinha direito a nada. Vinha cisterna, as casas do governo, a gente nunca teve direito, só as sementes que minha irmã falou. [Maria da Silva Gomes]

Aí teve a polêmica. Dizendo que nossa associação foi fundada pelos políticos. Que não foi incentivo da gente, que foi incentivo deles, vontade política pelo meio, a polêmica foi essa. Pitéu e Destêrro foram eles quem fizeram a história, falaram que quem fosse para ser quilombola era Quixabeira... A história foi para a Fundação Palmares³⁶¹.

A história aqui mencionada foi uma documentação contando as origens da comunidade e que foi enviada para a Fundação de Cultura Palmares (FCP). *Quixabeira* legitimou assim uma organização quilombola própria, pela certificação da FCP que tratou positivamente sua demanda. A comunidade até foi qualificada como a mais legítima dos quilombolas pelas lideranças presentes na assembleia da fundação da associação. Declarando que “quem fosse para ser quilombola era Quixabeira³⁶²”, elas adoptaram o argumento da antiguidade da comunidade, a qual constituiu o núcleo original do povoamento que deu lugar as comunidades vizinhas de *Feijão*, *Posse* e *Queimadas*.

³⁶⁰ A pessoa refere-se ao projeto “Sementes Crioulos”, em parceria com a ONG Centro de Cultura Luiz Freire.

³⁶¹ Entrevista realizada dia 14 de agosto de 2016.

³⁶² Segundo Maria da Silva Gomes, moradora da Quixabeira, na entrevista realizada dia 14 de agosto de 2016.

O avanço percebido na *Quixabeira* relaciona-se, afinal, não só as conquistas materiais, mas também ao resgate de uma dignidade. As pessoas entrevistadas se sentem mais ouvidas e reconhecidas, e sua identidade quilombola é mais valorizada.

Antes da associação, a consideração da comunidade, segundo os entrevistados, vinha de sua participação a um grupo de dança afro-brasileira formado no quadro do Centro Zumbi dos Palmares – associação de cultura ligada a programas culturais para populações quilombolas. Aliás, o grande envolvimento dos jovens da *Quixabeira* já parecia cristalizar as divisões entre a comunidade e o *Feijão*. Havia de fato certa tensão, revelada pela participação desigual no grupo de dança: os jovens do *Feijão* brilhavam por sua ausência no grupo, enquanto os integrantes da *Quixabeira* se sobressaíam, sendo muitas vezes convidados a se apresentar em eventos na comunidade de *Conceição das Crioulas*, a referência em termo de comunidade quilombola.

Mazé justifica a ausência de seus parentes do *Feijão* pelo fato de que o *Zumbi* é gerado por lideranças ligadas à prefeitura. Nesta gestão, fortemente afetada por interferências políticas – mesmo que as lideranças fossem negras – os jovens negros da cidade teriam sido privilegiados, enquanto os jovens da zona rural teriam sido esquecidos³⁶³.

Todavia, as pessoas da *Quixabeira* explicam a não participação do *Feijão* pelo não envolvimento de Mazé na gestão do *Zumbi*. Supostamente barrada da gestão de uma associação que acessa vários programas federais ou estaduais, Mazé optou por criar seu próprio grupo cultural no núcleo do *Feijão* (o grupo efetivamente existe, mas ainda não alcançou o grau de visibilidade daquele do *Zumbi*).

Grande parte das divisões entre o grupo do *Feijão* e os grupos das comunidades vizinhas implicam João Batista e Maria de Destêrro, as duas lideranças que contribuíram para criar a associação da *Quixabeira*. O primeiro, sobretudo, pela sua relação privilegiada com a prefeitura, representaria, na visão de Mazé e das lideranças da ACQMI (a associação municipal quilombola), uma fonte de divisão.

³⁶³ Há realmente muitos jovens da cidade no grupo de dança, os quais se juntam aos da *Quixabeira* (distante dois quilômetros da cidade). Mas, afinal, todo o grupo é constituído de parentes oriundos da família “Marcos”. Trata-se de uma família extensa de pessoas de fenótipo negro que têm estreitos laços de parentesco com as famílias do *Feijão*.

Mazé denuncia em particular o fato que João Batista, na execução de programas federais quilombolas, usa sua posição na prefeitura para favorecer o governo municipal em detrimento dos próprios quilombolas. Tal esquema se baseou em primeiro nas responsabilidades adquiridas por João Batista. Em virtude de ele ser quilombola e de representar ao mesmo tempo um governo municipal cuja participação é exigida em muitas intervenções de âmbito federal, João Batista tornou-se um referente local das instituições federais participando das políticas quilombolas. Sendo um referente, ele usou de sua posição para se tornar o guia das instituições que, quando vinham em Mirandiba, precisavam de alguém para fazer conhecer a realidade das comunidades quilombolas do município (e firmar em alguns casos a parceria da prefeitura nos projetos implantados). Nessa conexão salientada por Mazé, haveria um esquema político: os interesses políticos da prefeitura, pelo viés de seu intercessor João Batista, prevaleceriam sobre os interesses sociais dos quilombolas.

A força dessas vinculações, na situação descrita, dever-se-ia ao fato de João Batista e sua irmã terem sido criados na casa de Lilia Campos, a então grande chefe política e maior proprietária da *Quixabeira*. Ao lado da mãe, que era empregada doméstica, o irmão e a irmã cresceram na casa da chefe, que considerava toda essa família como seus *criados*.

Muitos anos se passaram após a morte de Lilia Campos. No entanto, na visão de Mazé, ainda persiste a correlação entre um passado de *criados* e um presente de submissão: João Batista e sua irmã não teriam cortado o vínculo afetivo e de sujeição com a família *Carvalho*. Antigamente, o grupo ao qual elas se vinculavam era o da chefe política (e ao mesmo tempo da chefe da casa). Hoje, o grupo é do prefeito, descendente da mesma família e da mesma linhagem política que a chefe.

João Batista, em sua defesa, argumenta que nunca agiu com visão partidária, sendo apenas preocupado em ajudar as comunidades quilombolas, e em particular a comunidade onde ele tinha parentes mais íntimos: as *Queimadas*. As fortes críticas às quais ele foi sujeito, em relação a programas de cestas básicas que conseguia para as *Queimadas* (e não para as outras comunidades), seriam críticas injustas. Seu envolvimento, nessa questão das cestas básicas, teria sido o de uma liderança comunitária que, em virtude de seus contatos com agentes do Governo Federal e do Estado brasileiro, tentava conseguir benefícios para todas as famílias de sua comunidade, independentemente de afiliações políticas. Tal forma de envolvimento, afinal, não impediria de modo algum que outras lideranças tentassem conseguir os mesmos programas para suas comunidades.

5-1-e Pensar a lógica de Mazé e dos demais com uma perspectiva teórica da ação pública e da mediação

A categoria quilombola (nas suas dimensões jurídicas e administrativas) gerou no *Feijão* e nas suas redondezas o protagonismo do público ao qual ela é destinada: Mazé, seu grupo e outros atores se apropriaram da categoria de intervenção pública, traduzindo-a segundo seus interesses e segundo as circunstâncias locais.

Tal processo, que começa com a nomeação e mobilização de determinados grupos, obedece à mesma lógica que operações de desenvolvimento ou políticas públicas estudadas empiricamente pela antropologia da ação pública. Temos, em todos os casos, processos de ordenamento social que um conjunto de atores públicos (ou religiosos, acadêmicos e da sociedade civil) busca promover entre populações rurais.

A tentativa de ordenamento, no entanto, conduz a reações imprevistas dos primeiros interessados: os identificados como quilombolas. Mazé nos informou, por exemplo, que a categoria quilombola suscitou inicialmente medo e estranhamento: as famílias temiam uma *invasão de suas terras* sob o efeito da nova intervenção do governo. Todavia, essas reações, mesmo que de estranhamento, marcaram o início de um processo social no qual uma intervenção externa é conjecturada e, a seguir, protagonizada por atores locais.

Entender esse protagonismo requer, em nossa visão, uma abordagem empírica e interacionista, tal como a promove a antropologia da ação pública e das políticas públicas. Como já mencionamos, o empirismo refere-se a um esforço analítico tendo como referência os comportamentos, agenciamentos e pontos de vista dos atores (BIERSCHENK, 2007). O interacionismo, nessa base empírica, é pensado através da noção de arena que “não funciona na base de um consenso social negociado, mas através de interações entre interesses (grupos), níveis de saberes locais, estratégias, normas, conflitos, compromissos e ‘cessar-fogo’” (BIERSCHENK, 2007, p. 10).

No *Feijão*, na *Posse*, na *Quixabeira* e nas *Queimadas*, nossas descrições da arena em torno da categoria quilombola indicam, de fato, uma falta de consenso. A facção de Mazé suscitou perplexidade em certos casos e confrontou-se a outros grupos ou outros interesses, tanto em nível comunitário e associativo quanto do município e de seus atores. A ideia do conflito – hipótese de trabalho mais produtiva do que postular a existência do consenso

(OLIVIER DE SARDAN, 1995) – foi uma entrada para entender as estratégias locais, em particular a de Mazé e de seu grupo.

Para Olivier de Sardan (1995, p.5), a estratégia, por se vincular a práticas e representações, se assemelharia à lógica. O objetivo com os dois termos é de “detectar, em torno das interações entre um projeto e uma população, um determinado número de níveis de coerência permitindo dar conta da existência de comportamentos parecidos”. Um programa de mudança social no campo, que teoricamente conduziria a uma infinidade de ações (individuais e coletivas), produz na realidade um tipo relativamente reduzido de comportamentos, que se resumem à expressão de lógicas.

Em nosso caso empírico, a facção liderada por Mazé, na sua atuação em nível comunitário, expressaria uma lógica de parentesco. Evidenciada na distribuição dos benefícios relativos aos programas, essa lógica manifesta-se também em discursos e representações: Mazé e seu grupo dizem colher o fruto de seus esforços, e em torno dessa ideia eles lembram o engajamento na causa quilombola (e a falta de comprometimento dos demais). Porém, em outras circunstâncias, as práticas e representações do grupo parecem obedecer a outras lógicas. No confronto contra atores da prefeitura, por exemplo, a facção de Mazé coopera com lideranças de outras comunidades, em uma colaboração que se traduz em discursos e concepções sobre os direitos sociais dos quilombolas.

As lógicas descritas, de certa forma, além de ser contextuais, são ambivalentes. Os atores, na “confluência de múltiplas racionalidades” e “vivendo em um universo mental e pragmático permeado de ambiguidade e ambivalências” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 51), comportam-se e pensam através de estratégias múltiplas, agenciamentos complexos, jogos de poder, contradições e incoerências.

A antropologia do desenvolvimento e, sobretudo, sua continuadora, a antropologia da ação pública e das políticas públicas, investiga a complexidade da dinâmica social através da “norma”, conceito que corrobora formas de regulação das práticas e representações. A investigação versa, em um primeiro momento, sobre a dimensão das “normas oficiais”, que, no caso do *Feijão* e dos programas de categorização como quilombola, seriam determinados procedimentos normativos e ideológicos em torno da ideia de etnia, de direitos sociais e de territorialidade.

Confrontado as realidades locais, tais procedimentos encontram as normas sociais da população local, que na concepção de Olivier de Sardan (2015b) são formas explícitas de regulação da vida social, produzidas na esfera privada, mas que influem na vida pública. No contexto da difusão de uma realidade quilombola no *Feijão* e nas suas redondezas, essas normas poderiam ser, por exemplo, princípios sobre a família, a identidade, a moral, a honra. Tais princípios se articulam à história das famílias, à figura de Jiboião e de outros antepassados cuja dignidade e *disposição* associam-se a comportamentos adequados.

O encontro do *Feijão*, de sua história e dinâmica social, com intervenções públicas modeladas por outras dinâmicas produziria determinadas “normas práticas”. Teríamos aqui formas implícitas de regulação da vida social, derivando das normas sociais das famílias e das normas oficiais das instituições públicas (OLIVIER DE SARDAN, 2015b). Os arranjos locais materializam essas normas. No *Feijão*, uma de suas expressões seria a articulação ente a facção de Mazé e o grupo associativo. O modo operatório, moldado tanto por modelos normativos (através da associação e de suas regras oficiais) quanto pela ascendência de um grupo de parentesco, é um importante regulador das relações sociais – mas, ao mesmo tempo, ele é instável e contingente, por ser sujeito a interferências e jogos de poder.

Os conceitos e métodos brevemente apresentados se coadunam, em nosso trabalho, com a perspectiva do mediador e da mediação. Nesse sentido, Mazé parece se enquadrar na definição do mediador político definido por Neves (2008a), que o considera como:

[...] militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos (NEVES, 2008a, p. 06).

Agora, é interesse colocar em relação esta definição com a questão das mudanças de sentido evocado por Mendras (1971). Lembremos que, para esse autor, o sentido das coisas muda através do intermediário entre sociedade local e sociedade englobante. E no caso de Mazé, pode-se pensar esse processo. Em alguns aspectos, no entanto, a liderança provoca menos alterações do que consensos. A categoria quilombola, que inicialmente evocava para os comunitários a ameaça da *invasão de suas terras*, foi posteriormente percebida, através da mediação de Mazé, como uma intervenção útil para defender os direitos da comunidade. De uma descontinuidade cognitiva muito forte entre as partes envolvidas (o quilombo como

promoção da população negra, na ideia do estado, do governo, e do mundo acadêmico; *versus* o quilombo como perda da terra, na ideia dos comunitários) passou-se a uma situação de consenso cognitivo (o quilombo percebido de modo globalmente positivo, tanto para os atores externos quanto para os atores locais).

Mas a conformidade das representações concerne aspectos restritos. Mazé contribui de modo geral para transformar o sentido dos princípios, dos saberes, das informações e dos recursos que circulam entre atores externos ligados a programas quilombolas e a comunidade. O modelo idealizado pelo estado, o qual pressupõe, de um lado, a existência de solidariedades étnicas no seio de grupos vistos como homogêneos, e de outro, a possibilidade de uma participação ampla dos comunitários na defesa de seus direitos, é traduzido em um modelo diferente pela liderança do *Feijão*. Na escola comunitária, a lógica do parentesco coexiste – ou até se contrapõe – com a lógica das solidariedades étnicas. E em outro nível, a lógica da participação – que leva Mazé a defender de modo coletivo os direitos dos quilombolas – é concebida não necessariamente através do consenso e da igualdade de tratamento entre os comunitários, mas através da imposição de algumas medidas por parte daqueles que controlam mais o processo de participação. Um controle que, afinal, se justifica pelo desempenho do grupo que supostamente se engajaria mais no movimento quilombola, ao passo que os demais da *Quixabeira* e das *Queimadas* não entenderiam o sentido desse movimento.

5-1-f Considerações finais sobre a atuação de Mazé

Nesta etnografia, nossas referências foram os comportamentos, agenciamentos e pontos de vista de Mazé e dos comunitários que convivem com ela no contexto de intervenções ligadas a categoria quilombola. Buscamos retratar a diversidade das práticas e representações de modo a divulgar como Mazé entende sua atuação e como os demais a entendem.

Por outro lado, interessamo-nos também a atuação da liderança em programas de apoio a agricultura familiar, dado que as duas esferas de intervenções (agricultura familiar/quilombola) não são totalmente dissociadas na vivência dos atores locais. Os comunitários do *Feijão* e de sua redondeza protagonizam essas intervenções de caráter diferenciados através de lógicas que em muitos aspectos não são diferentes. Dessa forma, as práticas de Mazé nos programas de apoio a agricultura familiar informaram sobre suas práticas nos programas de categorização quilombola.

A partir da variedade das intervenções públicas estudadas, tiremos conclusões que não se afastam muito do entendimento elaborado tanto pelos comunitários quanto por Mazé. A pluralidade das interpretações sobre a atuação da liderança nos obrigou a destacar os vários pontos de vista, sem tomar partido por um lado ou por outro. O que contou foi mergulhar nos “mundos de vida” dos atores, entender suas rotinas, seus comportamentos, suas opiniões, e tirar disso alguns níveis de coerência que se aparentam às lógicas. Cada personagem da trama divulgada tem sua coerência e é convencida de agir da maneira certa. Não se trata então de dizer quem está justo e quem está errado, mas de observar minuciosamente a textura complexa das representações e práticas dos atores, dentro de determinadas situações.

Nosso aporte, afinal, constituiu em restituir de um modo erudito e sintético o que os atores comentam e analisam com suas falas do dia-dia. Isso seria, de certo modo, a contribuição pertinente para relatar a densidade interna das personagens.

A restituição que tentamos expor, no campo dos “adversários” de Mazé, enfatiza as divisões e os conflitos inerentes às quatro comunidades (*Feijão, Posse, Quixabeira, Queimadas*). Nessa perspectiva, escrevemos o que os comunitários falam com suas palavras a respeito dos conflitos internos para o acesso aos recursos da categoria quilombola. E, tal como esses comunitários se posicionam, concluímos sobre a inexistência, pelo menos nas situações descritas, de uma união local em relação ao quilombo. No seio de um meio social (*Feijão, Posse, Quixabeira, Queimadas*) em que *todos são parentes*, a desunião é percebida, tanto para os comunitários quanto para nós, como a demonstração de uma preponderância de facção de parentesco em detrimento de um grupo ideal abarcando os quatro lugares vizinhos e aparentemente homogêneos. Em suma, para eles e para nós, o que vale na efetivação local de políticas quilombolas, no momento circunscrito de nossa pesquisa, não é tanto uma condição objetiva de ser negros, parentes, descendentes de moradores sem-terra, mas condições mais subjetivas ligadas a grupos flutuantes de facções de parentesco competindo para o acesso a recursos públicos.

Todavia, ao se situar na perspectiva de Mazé, as conclusões mudam. Em nossa escrita, tal como nos discursos da liderança, as divisões internas são também enfatizadas, mas os fatores que as criam são vistos de maneira diferente. Os conflitos não nascem de uma competição para acessar os bens, mas de interferência da elite política local. Os políticos da oligarquia, acostumados a dominar a população negra, se opõem a ascensão de uma liderança como Mazé que ameaça seus interesses. Sentindo-se ameaçados, eles fomentam a divisão nas

comunidades, ao jogarem uns contra os outros. Mazé tenderia assim e ser marginalizada por alguns grupos políticos e comunitários, por ser uma personalidade independente defendendo a promoção dos quilombolas.

Chegamos aqui a outra dimensão das disputas locais: a ascensão de lideranças quilombolas que ganham influência no município e autonomia em relação às elites tradicionais. Tal promoção de representantes de um grupo tradicionalmente dominado é percebida como uma promoção do grupo em si, que ganha poder e reconhecimento na vida municipal. O quilombo, afinal, não é apenas visto pelo viés dos conflitos locais entre os comunitários quilombolas. Ele é percebido, em outras perspectivas, como um direito abrangente suscetível de promover os negros, tanto a nível material, como social, político ou cultural.

De certo modo, o que acabamos de expor revela a ambivalência da categoria quilombola, ambivalência que é ressentida tanto por nós quanto pelos comunitários – mesmo que estes não expressam essa complexidade através de palavras eruditas.

Ao nos ater aos sinais mais visíveis oferecidos pelos atores locais (suas falas, seus comportamentos, seus pontos de vistas), e ao tirar desses sinais interpretações as mais possíveis “pregadas” as interpretações locais, não descobrimos afinal nenhuma verdade oculta que explicaria o comportamento dos atores. Não podemos afirmar com muita evidência que Mazé age fundamentalmente por sua facção de parentesco, ou que ela é uma liderança fundamentalmente autoritária, que usa a ideia da participação comunitária a seu favor. Em outro nível, não podemos também apenas exaltar a lógica militante de Mazé, que a levaria a defender os quilombolas contra as manobras dos políticos locais, ou que a levaria a correr risco de vida para constituir um território a favor das famílias do *Feijão*.

Todas essas condutas, todas essas lutas, que de fato são observáveis, adquirem um grau de veracidade apenas a partir do momento em que elas são restituídas na sua dimensão contextual. Mazé revela ter práticas correspondendo a situações descritas aqui, mas é preciso entender em que situações ou circunstâncias tais práticas se exprimem. E, em uma perspectiva mais ampla, é preciso por em relação às ações de Mazé com a história de sua comunidade, com a história de sua parentela extensa e das divisões que a atravessa, com a situação política de seu município, assim que com muitos outros fatores que fazem o “mundo de vida” da liderança. Retratado, dessa forma, o engajamento de Mazé demonstra a densidade da personagem, suas habilidades, suas ambiguidades e ambivalências. Atrás do retrato, nenhuma

lógica profunda emerge, nenhuma explicação fundamental. O que aparece são lógicas intrincadas, entrelaçadas e contingentes, que representam a complexidade da vida social.

O fato de realçar a complexidade, de mostrar que o *Feijão* e suas redondezas não são comunidades unidas, não significa que descartamos, entretanto, a pertinência da noção de etnicidade na compreensão das dinâmicas locais. Alegamos apenas que o uso da noção deve ser contextualizado e circunscrito, perdendo assim de seu caráter englobante. A etnicidade, nesse sentido, dá conta de determinadas práticas. Ela informa, em primeiro lugar, sobre um ponto importante, expressado pelo empenho (nas intervenções quilombolas) de Mazé e de outras lideranças de sua parentela extensa: o que poderíamos chamar de apego desses atores à categoria quilombola, como categoria identitária própria as populações locais. Se o quilombola fosse apenas uma categoria oficial, jurídica, administrativa, uma categoria usada de modo instrumental, ele não teria resultado em uma participação tão ativa dos atores locais – como Mazé e os demais da sua facção, assim que os outros grupos da parentela extensa. E se o quilombola conseguiu “pegar” nas comunidades, é que ele se adequa, nas suas traduções locais, as formas de identificação dos comunitários. Em outras palavras, a parentela do *Feijão*, da *Posse*, da *Quixabeira* e das *Queimadas* – ou, pelo menos, suas lideranças – se identifica como quilombola porque essa identidade retraduzida “bate” com sua historicidade, com o histórico de suas relações com os segmentos sociais do entorno, enfim, “bate” com sua etnicidade.

Em uma escala maior, a do município de Mirandiba, há também um protagonismo em certos aspectos étnico. O comprometimento de Mazé e de outras lideranças na ACQMI (a associação das comunidades quilombolas) se fundamenta em reivindicações para os quilombolas, vistos como grupo identitário, político e social ao qual devem ser garantidos determinados direitos.

Ademais, poder-se-ia avançar que a etnicidade, na escala comunitária, informa determinadas práticas. Embora as comunidades de *Feijão*, *Posse*, *Quixabeira* e *Queimadas* não sejam unidas, pode-se objetar que, ao recortar a análise no *Feijão* e na *Posse*, observa-se um protagonismo étnico. A partir do envolvimento do fundador do lugar, o *Jiboião*, desenvolver-se-ia uma *práxis* étnica, fundamenta na busca de autonomia. As gerações mais jovens, incorporando o caráter forte de seu antepassado, teriam como ele a vontade de defender seus interesses, defendendo ao mesmo tempo uma identidade negra e comunitária discriminada. Teríamos aqui um protagonismo étnico: o grupo construído ao longo da história,

lutando por seus direitos (ao contrário do “grupo” da *Quixabeira*, mais submisso), lutaria contra determinados grupos da elite que não querem que ele se emancipe.

A ideia, de fato, tem sentido, mas ela não resiste a um exame mais aprofundado. No *Feijão*, Mazé e sua facção, embora acionem, nos seus discursos e práticas, a ideia de etnia (de ser negro no *Feijão* e vivenciar a condição de ser negro em Mirandiba), mobilizam de modo mais profundo o grupo de parentesco, construção de base das interações com as instituições externas. E, se focarmos apenas as interações internas a comunidade, vê-se que os antagonismos e conflitos locais permeiam a rotina das pessoas, mostrando assim que o protagonismo da facção é afetado por dinâmicas discordantes.

Mudando ainda de foco, e dirigindo-se agora a *Quixabeira*, pode-se confrontar de novo a ideia da etnicidade as realidades locais. Os habitantes da *Quixabeira*, vistos como tradicionalmente submissos à elite local, poderiam, por meio de sua nova associação e de sua identidade quilombola própria, ser os atores de um protagonismo étnico? Aqui também, um exame aprofundado responderia de maneira negativa. Já o tamanho reduzido do grupo dos associados o aparentaria mais a um grupo de parentesco. E, embora em tal grupo a ideia de uma identidade negra e comunitária exista, ela é confrontada à lógicas de parentesco mais atuantes. A associação local, que, nos comentários de associados da *Quixabeira*, seria controlada por apenas um núcleo familiar, demonstraria o peso dessas lógicas. De modo mais concreto, o controle exercido pela facção familiar se materializaria no controle de projetos e benefícios conseguidos através da associação, em particular de um poço cujo uso seria reservado ao grupo, excluindo assim os demais.

Estas divisões, e a multiplicidade das lógicas que movem os atores do *Feijão* e de suas redondezas, nos levam a pensar a categoria quilombola não necessariamente como um conceito sociológico – que identifica populações específicas –, mas como uma categoria social e identitária – que gera processos complexos entre populações locais não necessariamente específicas. Na perspectiva proposta, o reconhecimento inicial das comunidades quilombolas de Mirandiba – com forte intromissão do Estado – não significou de modo claro que as comunidades reconhecidas fossem inicialmente diferentes das demais do município (em termo de etnicidade), a não ser ao considerar seu diferencial em termo racial (o fenótipo negro de seus habitantes).

Assim, mais de que identificar de modo analítico quem é quilombola (pela etnicidade dos grupos, ou até pelo critério racial), o que temos proposto neste trabalho foi entender como a categoria quilombola penetrou na realidade de *Feijão*, *Posse*, *Quixabeira* e *Queimadas*. Vivenciada inicialmente de um modo bastante enigmático, a categoria, em nosso entendimento, veio depois gerar processos complexos que mudaram as realidades locais, fazendo com que as comunidades se diferenciem das outras.

No *Feijão* e na *Posse*, as mudanças foram profundas. Mazé e sua facção fizeram sua a categoria, e isso não só de modo instrumental, mas também de modo “fundamental”: o quilombo virou uma categoria subjetiva e por assim dizer essencialista, pelo fato de influir sobre os marcadores identitários e o comportamento das famílias.

5-2 AS DIVISÕES CRIADAS PELA CATEGORIA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE JUAZEIRO GRANDE³⁶⁴

O caso de Juazeiro Grande é interessante, e isso por duas razões. Primeiro: as lideranças do lugar não tiveram o nível de envolvimento e iniciativa de Mazé, o que faz com que a dinâmica seja diferente daquela do *Feijão* e de suas redondezas. Segundo: a penetração da categoria quilombola causou perturbações, e afinal uma divisão em dois grupos de parentesco. Cada um desses grupos possui agora sua associação.

5-2-a Apresentação da comunidade

A comunidade de Juazeiro Grande conta com aproximadamente 40 famílias nucleares, divididas em três grupos de parentesco: os *Henrique/Nogueira*, os *Galdino*, e os *Laurindo*.

Chamados pelos outros durante muito tempo de “Negros do Juazeiro Grande”, os *Henrique/Nogueira* são os mais numerosos na comunidade (em torno de 25 famílias nucleares). Eles descendem de uma fratria de sete irmãos moradores de uma grande fazenda,

³⁶⁴ Este capítulo é em parte tirado de um artigo do próprio autor: *Categorização Quilombola e socioantropologia do desenvolvimento* (FAURE, 2016).

que adquiriram, nos anos 1930, em troca de serviço, uma *gleba* de 46 *braças* de terra³⁶⁵. A fazenda de onde vinha o grupo de irmão era o *Brejo do Gama*, a primeira da região de Mirandiba – cujos proprietários eram de um ramo dos *Carvalhos* presente também no lugar de Juazeiro Grande: os *Laurindos*. Fato importante também: a terra que os *Henrique/Nogueira* adquiririam pertencia à parentela dos *Laurindos*.

Os sete irmãos *Henrique/Nogueira*, quando se mudaram para a sua nova propriedade, batizaram-na de *Juazeiro Grande*, em referência a um espécime imenso desta árvore, onde havia um poço que abastecia a família. A fonte de água, no entanto, era situada na propriedade dos *Laurindo*, grupo de parentesco que dispunha de quase todas as terras das adjacências.

Com o passar do tempo, a família dos *Henrique/Nogueira* cresceu, através de casamentos dentro do grupo, e também da união com mulheres de outras parentelas, em particular, mulheres *caboclas*, as quais eram percebidas como mulheres da caatinga, *lindas de cabelo liso*, mas não civilizadas. Os homens deveriam pegá-las *a dente de cachorro* para poder se casar com elas.

Embora alguns *Henrique/Nogueira*, nas gerações seguintes, comprassem pequenos lotes de terra, os novos lares, em geral, confinaram-se à *gleba* original de 130 metros de largura, muito estreita para sustentar todos (25 famílias nucleares atualmente se dividem em uma propriedade de 60 hectares).

Outra família de *Juazeiro Grande* – os *Galdinos* (10 núcleos familiares) – instalou-se na comunidade nos anos 1940. A chegada do grupo foi provocada pela expulsão de seu chefe, cuja mulher tinha-se envolvido com o patrão da terra onde os *Galdinos* trabalhavam e residiam (nos relatamos este episódio no capítulo I, na descrição da zona rural de Mirandiba). O caso teve uma forte repercussão e o patrão sedutor, além de humilhar seu morador, *mandou pra correr* toda a sua família. Os *Galdino* retiraram-se às pressas, em uma *gleba* comprada de um vizinho do patrão. A *gleba* – adquirida na base do sacrifício, pela venda de todo o gado da família – era do mesmo tamanho que a dos *Henrique/Nogueira*, muito estreita, porém generosa em comprimento.

A pessoa que tinha vendido a *gleba* aos *Galdino* pertence à terceira família, já evocada nesta apresentação: os *Laurindos*, um dos ramos dos *Carvalhos*. Possuindo também o poço

³⁶⁵ As *braças* (uma *braça* equivale a 2,2 metros) correspondem à largura da propriedade, de 130 metros. A terra adquirida, muito estreita, tinha uma extensão bem maior, contabilizando uma superfície total de 60 hectares.

que deu nome à comunidade (o poço perto do imenso angico, onde os *Henrique/Nogueira* procuravam água), este grupo – composto de seis famílias que ainda vivem na comunidade – monopolizava as terras onde as duas outras famílias trabalhavam em regime de diárias³⁶⁶.

Os poucos *Laurindos* que permaneceram agricultores, filhos naturais e *criados* (pessoas de condições mais humildes que foram criadas com a família), dispunham de propriedades menores e fragmentadas, devido ao crescimento demográfico das gerações. Nos dias atuais, os últimos ainda fixados na terra são, por assim dizer, empobrecidos: trata-se de três famílias nucleares que se enquadram agora na categoria de agricultor familiar, ao administrarem, na base do trabalho familiar, propriedades médias de um pouco mais de 50 hectares.

Mesmo empobrecidos, esses agricultores dispõem de um patrimônio fundiário que não se compara ao minifúndio dos *Henrique/Nogueira* e dos *Galdinos*. Ademais, a posse da terra, fonte de poder dos *Laurindos*, foi convertida em outras fontes de influência, em particular, na polícia estadual, profissão de três membros deste grupo. Os policiais, apesar de exercerem uma atividade “urbana”, mantêm um laço afetivo com suas terras. Nos fins de semana, deixando a cidade, eles se reúnem no *sítio* para se divertir e cuidar da roça e do gado. Um dos principais orgulhos do grupo é a reforma de um velho engenho familiar, que estava em ruínas e foi reconstruído, dando agora, uma vez por ano, uma rapadura muito apreciada³⁶⁷.

Esta rápida apresentação demonstrou que os *Laurindos*, agricultores, policiais ou outros, dispõem de uma influência muito maior do que as demais famílias da comunidade. Todavia, as intervenções políticas federais, sobretudo a partir dos anos 2000, começaram a questionar essa situação local profundamente desigual.

5-2-b A divulgação de cima por baixo da categoria quilombola, e a ideia dos benefícios materiais

³⁶⁶ As principais atividades dos trabalhadores eram ligadas à pecuária e ao plantio de algodão, a principal fonte de renda de Mirandiba até a década de 1980.

³⁶⁷ Grandes quantidades de rapadura foram comercializadas no quadro dos últimos convênios do PAA, em 2011. Um dos agricultores do grupo – Alexandre Laurindo – era cadastrado no programa, e ele conseguiu com seus gestores (em particular, Sandro) um acesso privilegiado a seus produtos: a rapadura teria gerado uma renda de R\$ 17.000 (por meio de várias cotas de produtores menores, que não tinha como fechar suas cota-partes).

Tal como no resto do município, a categoria quilombola “se convidou” em Juazeiro Grande de um modo enigmático e encoberto. Já vimos esse ponto na parte sobre Mazé. O que podemos acrescentar é que em Juazeiro Grande, não havia lideranças com o nível de discernimento da liderança do *Feijão*. Os atores locais, quando souberam – em 2007 – que seu lugar tinha-se tornado oficialmente quilombola, ficaram numa situação de profunda indecisão e incompreensão. Todos os relatos dos comunitários convergem: ninguém entendia o que era o “negócio quilombola”, e ninguém entendia como a comunidade tinha assumida essa entidade sem o consentimento de sua população...

Em suma, o protagonismo dos nomeados quilombolas foi bastante apagado. Mas, rapidamente, estes dariam sentido às categorizações étnicas e se posicionaram em consequência.

A palavra quilombola, quando inicialmente pronunciada pelos agentes da Fundação de Cultura Palmares e do INCRA (em uma reunião realizada em Mirandiba em 2007) suscitou estranhamento em Jeremias Nogueira, o presidente da associação local que presenciou as apresentações dos agentes públicos.

Mencionamos no capítulo III esse personagem, que era um dos associados fundadores da *Conviver*; e um dos primeiros participantes do PAA – que foi implantado em Juazeiro Grande desde o primeiro projeto³⁶⁸, em 2006. Jeremias deixava assim entender que tinha uma relação estreita com as lideranças da *Conviver*, em particular Vavá. O primeiro colaborava com o segundo, e o segundo repassava para seus parentes e vizinhos da comunidade as informações sobre os projetos da *Conviver*. E tudo isso resultava em ações concretas: a inclusão de mais de quinze agricultores da comunidade no PAA, a contratação do filho de Jeremias na fábrica de polpas de frutas, a implantação do “vínculo solidário” e das “coletas de mensagens”, a implantação do primeiro projeto “das crianças do vínculo” (a distribuição de matrizes de cabras e ovelhas) e de modo mais geral a possibilidade de participar de reuniões e eventos com a presença dos parceiros externos da *Conviver*.

Os contatos privilegiados de Jeremias tinham um pouco a ver com seu estatuto relativamente privilegiado em *Juazeiro Grande*. Vimos também esse ponto anteriormente. Não queremos dizer que Jeremias era rico ou muito influente, dissemos que demonstrava

³⁶⁸ A partir da segunda sequência de projetos do PAA – em 2007 – a Associação de Juazeiro Grande seria oficialmente proponente dos convênios com a Conab. Assim, junto com a Associação do Feijão e outra associação comunitária (de uma comunidade chamada Croatá), o Juazeiro Grande teria um papel importante na gestão do PAA.

alguns sinais de uma relativa ascendência local: a compra de uma pequena terra própria, a posse de uma camionete para o transporte dos alunos, e uma casa mais arrumada que a média das casas – uma construção de alvenaria, quando muitos dos parentes moravam em construções de taipa.

Pois bem: Jeremias era a principal referência do lugar, o presidente da associação, a pessoa com mais contatos nas esferas do movimento da *Conviver*. Porém, mesmo assim, seria difícil para ele entender de modo claro os possíveis desdobramentos da categoria quilombola. Escrevemos que sua primeira reação, quando o termo “se convidou” na realidade local, foi o estranhamento.

E depois disso uma primeira tradução, que seria também promovida entre os parentes e vizinhos. Uma tradução que basicamente seria o seguinte³⁶⁹: o quilombola traz benefícios, para aqueles que são negros. E os negros agora não são necessariamente desprezados, eles são também reconhecidos: podem ser beneficiados de um modo positivo e diferenciado.

Assim, a palavra negra adquiria um significado positivo, enquanto usualmente designava, em tom de desprezo, os *Henrique/Nogueira*.

E a categoria não se restringia à valorização do fato de ser negro. Ele se estendia também a ações e benefícios tangíveis: algumas comunidades de *peessoal moreno* de Mirandiba – *Feijão*, *Queimadas* – receberiam moradias do Governo Federal por ser agora quilombola (mencionamos também esse ponto na parte sobre Mazé).

Além disso, havia a possibilidade de participação em seminários e encontros, organizados por instituições públicas e ONGs, nos quais lideranças de várias comunidades de Mirandiba e de Pernambuco trocariam experiências. Sabia-se melhor da realidade de outras populações, especialmente da maior comunidade quilombola da região – *Conceição das Crioulas* – que já há alguns anos acionava sua identidade étnica, através de uma ONG local e de lideranças políticas da comunidade.

Enfim, o quilombola ganhava concretude em Juazeiro Grande. E isso em parte graças à atuação de Jeremias. Porém, seria um protagonismo um pouco passivo. Segundo seus parentes

³⁶⁹ Tiremos essa interpretação dos relatos de uma sobrinha de Jeremias, Maria Aparecida Nogueira, que assumiria mais responsabilidades na década de 2010. Outra pessoa que confirmou esse tipo de narrativa seria Cícera Galdino, a sucessora de Jeremias na associação local.

e membros dos *Galdino*, Jeremias não tomava muitas iniciativas. Ele podia participar de reuniões, mas ele não tinha o nível de envolvimento do “pessoal do *Feijão*”.

Sua contribuição maior, afinal, seria de mobilizar de modo privilegiado seu grupo de parentesco – os Henrique/Nogueira – dado que estes eram considerados por ele como os verdadeiros negros, ou seja, o grupo legítimo para ter direito aos benefícios da categoria quilombola.

Havia aqui as premissas de um conflito: dentro da mesma associação comunitária, uns (os Henrique/Nogueira) teriam mais direitos que outros (os Galdino) pelo fato de ser negros.

Assim, as tensões fundamentar-se-iam nas questões de identidade, dos descritores e delimitadores étnicos e de parentesco. E, em Juazeiro Grande, tais descritores eram muito marcados. Os *Laurindo* (que tinham dois associados) se diziam brancos, ou de uma mistura principalmente branca. Os *Henrique/Nogueira* não se diziam negros (eles preferiam o termo *moreno*), mas eles eram nomeados assim pelos vizinhos. E, enfim, os *Galdinos* não queriam ser negros: eles apontam suas origens *caboclas*, por serem parentas de famílias de um território indígena próximo à comunidade, e apontavam também suas origens brancas, por terem alguns *galegos de pele vermelha* no grupo de parentesco...

Assim, os três grupos de parentesco, a despeito de sua heterogeneidade, foram levados a se unir na trama quilombola que se desenrolaria na comunidade. Tal aliança forçada vinha do pertencimento dos três à associação comunitária, instituição através da qual são obrigatoriamente mediados todos os dispositivos políticos ligados à categoria quilombola³⁷⁰.

E, no período inicial do processo, em 2007, uma pesquisa do Centro de Cultura Luiz Freire, realizada em *Juazeiro Grande*, já sugeria futuras dificuldades ligadas à associação, às identidades e ao quilombola. Efetuada pela ONG, a entrevista com um *Galdino*, embora enfatizasse o consenso, subentendia possíveis embates:

[...] somos descendentes de índio, somos mestiço, negro, índio, branco. A gente tem mais sangue de índio... a gente já ficou com sendo de várias raças.

³⁷⁰ Na noção de arena, a associação seria considerada como um centro instituído de poder. Alcançar nela uma função estratégica confere a seu detentor um poder instituído, diferente do poder difuso dos indivíduos (fora de qualquer ligação institucional), que se expressa em influência, relações sociais etc. A arena identifica, desse modo, duas concepções de poder: o poder de todos – ou seja, o poder individual ou dos grupos estratégicos não formalmente institucionalizados – e o poder de alguns, fundamentado em posições estratégicas, como a de presidente da associação (OLIVIER DE SARDAN, 1995).

Mas eles (os *Nogueira*) não. O território é onde fica as terras dos *Nogueira*, a gente fica como morador do quilombo, dentro do território quilombola, mas nós não somos quilombola. A gente sempre conviveu junto, temos atividades, nosso relacionamento é de uma forma boa, a nossa associação de agricultores é tudo junto, é como se fosse uma família só (FREIRE, 2008, p. 03).

Nessa narrativa, a aparição de uma hierarquização na categorização quilombola e de uma união no quadro associativo revela uma profunda contradição. A hierarquização viria do fato de que os *Henrique/Nogueira*, de “uma raça só”, constituiriam a matriz do quilombo, enquanto os *Galdino*, com “mais sangue índio”, seriam sua extensão, ao integrarem como “moradores” um território estruturado pelos *Henrique/Nogueira*. A união, ao contrário, remeteria à convivência intensa (“como se fosse uma família só”, “tudo junto”) corporificada na associação comunitária.

A contradição entre a união dos comunitários e as gradações étnicas – contradição na qual se integra um terceiro elemento, os *Laurindos* – parecia anunciar uma situação intrincada, tensa, mas, ao mesmo tempo, atrativa. A perspectiva dos recursos do governo e a confusão sobre seus modos de alocação fizeram com que a comunidade se tornasse menos um espaço de consenso e de convivência do que uma arena onde se esboçam posicionamentos e relações de força, aspirações e receios, atitudes de busca de melhoria e atitudes defensivas.

Na arena que se constituiu, a associação materializa as tensões porque nela se conjugam as questões de recursos, mas também de identidades. Com efeito, não seriam apenas os bens materiais que transitariam pela entidade, mas também as mudanças de identidade. No final de 2010, a associação teve de se tornar oficialmente quilombola, em seu nome e estatuto, a fim de responder à exigência do governo: para acessar seus programas de recorte étnico, tal como o Projeto de Integração do Rio São Francisco³⁷¹ (voltado à construção de pequenos sistemas de abastecimento de água), o poder público requeria das entidades locais um nome devidamente étnico. Sem o epíteto quilombola, as associações comunitárias locais não poderiam “receber” o programa, que já estava em fase de implantação nacional.

Quando souberam do imperativo governamental, os *Galdinos*, e ainda mais os *Laurindos*, manifestaram sua oposição. Muitos não queriam se tornar quilombolas pelo viés da associação, mesmo com a perspectiva de benefícios! Mas, ao mesmo tempo, outros

³⁷¹ O nome completo do programa é: Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

associados, inclusive alguns “brancos” e “caboclos”, alegavam que o interesse de todos era aceitar as exigências do governo para poder acessar suas políticas públicas.

As divergências que se manifestavam e que se desdobravam em muitos aspectos não pareciam ter solução. Corria-se o risco de perder o programa. A resolução do impasse veio então da mediação realizada pelo presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o famoso Vavá, que dispunha de uma grande influência sobre as populações rurais.

Vavá evocou o acesso a políticas públicas, o protagonismo da população rural para acessá-las e o aspecto consensual das políticas quilombolas, as quais, nos termos da liderança, visavam a auxiliar os mais pobres, geralmente descendentes de moradores, sem prejudicar, entretanto, seus vizinhos apenas mais ricos, pequenos agricultores como os outros. Em suma, os aspectos assistencialistas das políticas (acesso à água, moradias) eram mais evocados, enquanto os mais polêmicos (a questão fundiária) eram ocultados.

Os associados, mesmo pouco convencidos pelas explicações, entenderam que as divisões internas poderiam prejudicar a efetivação do programa público. A assembleia geral dos associados ratificou, assim, a transformação do nome da associação, a qual ganhou o epíteto de “remanescente quilombola”.

No seio de uma associação agora étnica, criada na expectativa de acessar o *Projeto São Francisco*, os termos dos embates se resumiram inicialmente aos benefícios do tipo assistencialista, como o acesso à água ou a moradias. A lógica que prevalecia entre os associados – em particular, os *Galdinos* e os *Laurindos* – era a do direito prioritário atribuído aos que pagam escrupulosamente suas mensalidades. Os “bons pagadores” – ao contrário dos “maus”, como supostamente muitos dos *Henrique/Nogueira* – teriam a prevalência sobre os recursos transferidos pelo governo. Outra lógica, compartilhada pela maioria dos *Henrique/Nogueira*, era a de que o direito aos benefícios caberia aos associados que se dizem negros, e não aos demais, independentemente de quem paga ou não as mensalidades.

Tais dilemas, que revelam dinâmicas de tradução local da categoria quilombola, mobilizaram as normas sociais das famílias. A questão das normas – sociais, oficiais e práticas (OLIVIER DE SARDAN, 2015) – importa muito para a socioantropologia do desenvolvimento, porque informa sobre as representações dos atores e suas estratégias. Os comunitários de *Juazeiro Grande*, pouco esclarecidos sobre as normas oficiais promovidas

pelo governo (havendo instituído o que é a etnia, a *etnicidade*, os direitos sociais e o protagonismo social), fizeram uso de suas normas sociais para poder construir seu entendimento da categoria quilombola.

Para um autor como Olivier de Sardan (2015, p. 06), as normas sociais “prescrevem, proíbem e legitimam [...], se inscrevem em retóricas públicas [...] e são ensinadas”. Trata-se, em suma, de formas explícitas de regulação da vida social, produzidas na esfera privada, mas que influem na vida pública, como, por exemplo, na gestão da associação de Juazeiro Grande.

Na trama quilombola que se estabelecia na comunidade, essas normas eram, por exemplo, os descritores étnicos produzidos pelas famílias, os quais, ensinados de geração em geração pelas histórias das famílias contadas aos mais jovens, evocam fatos familiares portadores de sentido ou valores morais vetores de comportamentos adequados. Outras normas se relacionam ao associativismo, ou seja, à ação coletiva pautada em direitos e deveres, que dá acesso a bens e recursos para quem é engajado nos processos.

Com a intervenção da Fundação de Cultura Palmares (FCP) e ainda mais com a perspectiva do *Projeto São Francisco*, essas classificações diversas e intrincadas foram mobilizadas: os comunitários basearam-se nelas para construir normas práticas que, na socioantropologia do desenvolvimento, são formas implícitas de regulação da vida social, derivando das normas sociais das populações e das normas oficiais das instituições públicas (OLIVIER DE SARDAN, 2011).

A norma prática, em suma, representa um arranjo local tácito, mas que pode ser contestado e remodelado pelos atores. Em Juazeiro Grande, antes de a associação ser rebatizada, as famílias representavam o quilombola como sendo dos *Henrique/Nogueira*, porque as instituições como a FCP solicitavam-nos por eles serem negros e descendentes pobres de moradores. Aquele entendimento implícito da situação ocasionou um reflexo na associação. Ao término de suas reuniões mensais, quando o assunto recaía sobre questões quilombolas, os *Henrique/Nogueira* – através de Jeremias, o presidente da associação – organizavam momentos paralelos em que conversavam, entre eles, sobre os referidos assuntos.

Porém, com a transformação da associação em associação quilombola, aumentaram as contestações: no momento das reuniões, os *Laurindos* e os *Galdinos* começaram a acusar os *Henrique/Nogueira* de “fazer tudo entre eles”, ou de “querer puxar todos os benefícios para

eles”. O quilombola, ainda vinculado ao fenótipo negro dos *Henrique/Nogueira*, relacionava-se também cada vez mais às questões da associação, ou seja, da ação coletiva dos comunitários para conseguir benefícios e melhorias. Os debates tornavam-se, desse modo, mais acirrados, o que marcaria um sinal de breves mudanças na forma de organização da associação.

5-2-c Tensões acirradas

Em 2011, as tensões, até agora difusas ou confinadas ao bate-boca entre as famílias, atingiram um estado muito mais grave, ligado ao surgimento da questão da terra. A terra estava, desde o início da trama quilombola, relegada à imaginação dos comunitários, talvez por receio de falar dela, mas também por falta de conhecimento. Com efeito, as famílias não sabiam como se daria concretamente a questão fundiária e as poucas informações que circulavam, através das instituições ou das outras comunidades, eram mais rumores e conjecturas vagas do que elementos concretos e tangíveis. Mas, com o evento que chegaria, a terra ocuparia o primeiro lugar nas preocupações dos comunitários.

O evento deflagrador ocorreu até de maneira fortuita, durante a execução do Projeto São Francisco que, lembramos, não tinha como meta a regularização fundiária, mas apenas a construção de um poço de abastecimento de água potável. Os acontecimentos, mais precisamente, ocorreriam durante uma oficina de mapeamento participativo, etapa de diagnóstico realizada pelo programa antes de perfurar o poço e que visava a conhecer, através da narrativa das famílias, a realidade geográfica, social e econômica de *Juazeiro Grande*. A realização dessa oficina requeria, além do desenho de um mapa comunitário (realizado principalmente pelos *Henrique/Nogueira*), uma segunda etapa chamada de “caminhada” – ou seja, uma visita *in situ*, conferindo aos referidos locais da comunidade as realidades expressas no mapa dos comunitários.

Foi assim que, depois de terem percorrido alguns quilômetros e visitado algumas propriedades, os agentes do governo encontraram o agricultor – e membro da associação – Alexandre Laurindo, com o qual iniciariam uma pequena conversa, indagando-lhe sobre os limites de *Juazeiro Grande* com o lugar chamado *Fazenda Nova* (que representava o limite da comunidade, segundo os desenhistas do mapa). Surpreendido pela pergunta, Alexandre respondeu de forma amável, juntando palavras aos gestos, ao apontar as árvores marcando a

divisa. Ele não tinha então solicitado de seus interlocutores esclarecimentos sobre o motivo da caminhada e de suas indagações. Tinha restringindo sua fala ao que presumia que os agentes precisavam saber. Contudo, ao contar o acontecimento aos seus parentes algumas horas depois, acendeu-se um sistema de conjecturas, comentadas e aumentadas por todos, cujo tom de profecia alarmista espalhou-se com mais força que o fogo na caatinga: o rumor que circulava e se ampliava era que o governo pretendia “mandar os quilombolas tomar a terra dos brancos!”.

Nos meses seguintes ao acontecimento, *Juazeiro Grande* tornou-se palco de uma demonstração de força por parte dos *Laurindos*, que faziam alusões difamatórias – e pior, ameaçadoras – às duas outras famílias da comunidade. As pressões não eram sempre diretas, manifestando-se, em certos casos, de modo insidioso, através de comentários propagados na cidade de Mirandiba, que ampliavam a *questão*, tornando-a pública, conhecida das demais famílias do município. Sabia-se do caso, e os primeiros interessados, os *Galdino* e, sobretudo, os *Henrique/Nogueira*, recebiam por meio de terceiros recados sobre os “humores” dos *Laurindos*.

A nova presidente da associação comunitária, Cícera Galdino³⁷² (que tinha sucedido a Jeremias Nogueira), era, no entanto, submetida à coação direta. Os *Laurindos* a interpelavam, fazendo alusões sobre sua “atuação atrevida” como dirigente da associação, que teria conduzido às perturbações ocorridas na comunidade.

E um evento grave aumentaria ainda o clima de tensão. Um dia, no final da tarde, alguém dos *Laurindos* – policial na vida civil – tinha apontado uma arma e disparado tiros no bar da comunidade onde se encontravam membros dos *Galdino*. A discussão entre os clientes havia derivado na questão da terra e o *Laurindo* teria reclamado contra “os quilombolas”, atirando tiros no teto do estabelecimento.

Depois do ocorrido, Cícera solicitou uma visita do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³⁷³.

O INCRA, junto à FCP, organizou então uma reunião na comunidade. Todas as famílias compareceram à escola local, onde se sentia a materialidade da tensão acumulada no

³⁷² Mencionamos Cícera Galdino no final do capítulo IV, em uma parte sobre as representações acerca de Vavá. A partir de 2008, quando assumiu a presidência da associação local, Cícera teria mais influência: ele faria parte – junto com Porfiro – do grupo de agricultores participando diariamente da gestão do PAA.

³⁷³ O INCRA é responsável pela legalização territorial das comunidades que se reconhecem como quilombolas e receberam seu atestado da FCP.

decorrer dos eventos. Cada um escutou atentamente as explicações dos agentes públicos, que expuseram o sentido da política quilombola, assim como seus possíveis efeitos, tais como a demarcação e titulação de terras, além da concomitante indenização dos proprietários³⁷⁴. As tensões continuaram permeando as exposições, sobretudo quando se falava de terra e de sua compra pelo governo para regularizar o quilombo. Alguém dos *Laurindo* soltou um comentário irônico, perguntando se “por acaso, tinha uma placa de venda na sua terra”. Outros dos *Laurindos* e das outras famílias ficaram mais calados, mas, até o fim, o clima permaneceu pesado; cada grupo desconfiando do outro e os *Laurindos* desconfiando de todos, do governo, como também do seu público alvo, os quilombolas *Henrique/Nogueira* e até *Galdinos*.

Uma vez concluída a reunião, as ideias e estratégias dos atores locais tornar-se-iam, assim, mais claras.

5-2-d As representações das lideranças dos grupos de parentesco sobre a categoria quilombola

Os *Laurindos*, que somente em *Juazeiro Grande* são donos de três *glebas* encravadas nas terras dos *Henrique/Nogueira* e dos *Galdinos*, consideram, em sua maioria, o quilombola como uma imposição do governo ameaçando seus interesses fundiários. Alexandre Laurindo visualiza no fato de os “negros se submeterem às leis do governo” um fator de divisões, em uma comunidade onde, historicamente, a convivência entre os grupos teria sido harmoniosa. Nos termos dele, as famílias locais sempre colaboraram entre si, em uma relação de boa vizinhança: os *Laurindos* propiciavam serviços aos *Henrique/Nogueira* e aos *Galdinos* nas suas terras e eles os ajudavam em caso de necessidade.

Contudo, hoje, o equilíbrio desmoronou, e até os mais idosos dos *Henrique/Nogueira*, inconformados com a situação, confessariam a Alexandre não quererem se apossar da terra alheia. Porém, a lógica implacável do governo predominaria e o quilombola representaria “uma espada em cima da cabeça” dos brancos, pois a demarcação territorial, suscetível de ocorrer a qualquer hora, confiscaria arbitrariamente suas terras, o seja, o fruto de seu trabalho e da sua dedicação, adquirido através dos esforços repetidos das gerações. A arbitrariedade do governo se conjugaria, nas falas de Alexandre, como uma profunda injustiça, na medida em

³⁷⁴ Os relatos sobre a reunião são de Cícera Galdino e de Alexandre Laurindo.

que a família não se considera rica ou favorecida: na trama quilombola, a luta seria de “pequeno contra pequeno”.

Outra pessoa dos *Laurindos*, o já conhecido Anchieta Lopes Diniz (que quebrou o portão da *Conviver*), expressa uma visão mais nuançada da realidade. Ele reconhece a existência do preconceito racial, lembrando que, em seu casamento, um parente estendeu uma corda entre os convidados para separar, no momento de iniciar as danças, suas filhas brancas dos jovens *morenos*. A categoria quilombola, segundo Anchieta, tem sua justificativa, mas é a sua operacionalização que gera problema, pelo fato de as famílias não se comunicarem entre si. Cada um quer “puxar pro seu lado”, sem negociar nada com os demais. As famílias teriam o costume de se isolar, o que resultaria em uma grande inércia. A prática da endogamia atestaria esse hábito improdutivo, ao criar uma “pobreza de espírito”, uma “falta de visão”. Nesse universo confinado, da desconfiança e do isolamento, o futuro dos *Henrique/Nogueira* é considerado problemático, não só por razão da falta de abertura da família, mas, sobretudo, devido à falta da terra para sustentá-la.

Os *Galdino*, por sua vez, sofreram desde o início uma rejeição simbólica: eles são identificados (e se identificam) como “menos quilombolas” que os *Henrique/Nogueira*, apesar de compartilharem com eles características sociais parecidas (em termos de acesso à terra e disponibilidade de recursos). Por outro lado, mesmo sendo mais pobres que os *Laurindos*, os *Galdinos* compartilham com eles “laços de consideração”. As famílias compartilham o compadrio e essa consideração mútua remonta a um episódio já evocado: a expulsão dos *Galdino* da terra onde eram moradores e sua chegada a uma *gleba* comprada de um *Laurindo*. (Aquele momento de aflição, lembramos, foi provocado pelo envolvimento da mulher do chefe dos *Galdino* com o patrão da terra onde a família morava. No tumulto criado pelo caso, os *Galdinos* correram às pressas e foram “acolhidos” por um *Laurindo*, o qual cedeu a eles, por um preço supostamente baixo, a *gleba* onde os *Galdinos* construiriam seu futuro).

O laço de consideração, como sugerem os eventos do passado e a situação do presente, é fortemente assimétrico. E é por isso que os *Galdinos* são pressionados a desistir da ideia de se unir aos *Henrique/Oliveira*, em um quilombo que os afastaria dos *Laurindos* e causaria até sua ira, além do desencadeamento de reações imprevisíveis.

O dilema para os *Galdinos* é grande, mas, afinal, o propósito quilombola é considerado digno de interesse, devido às opções oferecidas aos mais pobres. O quilombola traz

benefetórias às comunidades, não só em termos de acesso à água e moradias, mas também influi na efetivação de políticas públicas que, como a aposentadoria rural e, em uma escala mais restrita, o Garantia Safra³⁷⁵, dependem da comprovação do uso de uma terra de tamanho compatível com a agricultura.

Os *Galdinos*, na sua situação de minifúndio que se agrava com o crescimento demográfico, têm cada vez mais dificuldades em acessar esses direitos sociais vinculados à atividade agrícola. Segundo o marido de Cícera Galdino, o problema poderia ser resolvido ao se tornar quilombolas, pois essa categorização os isentaria da obrigação de comprovar uma quantidade mínima de terra por beneficiário. O único requisito seria uma declaração atestando o pertencimento a um quilombo que disporia de seu próprio território. Portanto, o estatuto de quilombola adquire, pelo menos neste aspecto, um caráter emancipatório: libera da obrigação de se submeter aos proprietários maiores, que são solicitados para fornecer “contratos de terra”, documentos em parte fictícios usados para “atestar” o trabalho agrícola de uma pessoa em terra alheia. No caso dos *Galdinos*, essa prática é percebida como humilhante, por levá-los a pedir favor aos *Laurindos*, os quais, em muitas situações, recusam-se em aprovar o pedido, mesmo quando ele vem de alguém que já trabalhou com eles como diarista.

Mas, diante dos benefícios potenciais da categorização quilombola, os possíveis prejuízos são grandes e advêm, sobretudo, da terra e dos *Laurindos*. Nas declarações da ex presidente da associação Cícera Galdino, o fato de as *glebas* dos *Henrique/Nogueira* e dos *Bastos* não serem contíguas cria um problema. Para “emendar” as duas propriedades, seria necessário passar em duas *glebas* de *Laurindos* (que não são agricultores, mas demonstraram oposição à ideia de ceder suas terras). Além da falta de contiguidade do possível território quilombola, as dificuldades provêm daqueles que estão em volta dos *Henrique/Nogueira* e dos *Bastos*. Cercando as duas famílias, há um grupo do *Laurindos* agricultores e policiais que se mostra radicalmente oposto a uma possível extensão do quilombo.

O incômodo gerado pela categorização quilombola não advêm apenas dos *Laurindos*, mas também dos *Henrique/Nogueira*. A convivência entre eles e os *Galdinos* é considerada boa – “como se fosse uma família só”, na narrativa citada anteriormente – mas, quando se sonda nos pormenores a relação, observam-se divergências recorrentes. A primeira associa-se à raridade das uniões afetivas entre as duas famílias. Foram somente três casamentos em 70 anos

³⁷⁵ O Garantia Safra garante ao agricultor familiar recursos de indenização em caso de perda da safra.

de convivência e, com o passar dos anos, cada grupo tendeu a praticar a endogamia ou a se unir com famílias externas à comunidade. Alguns dos *Galdinos* – em particular, Cícera, sua irmã e de seu tio – interpretam esse fato sugerindo uma divergência mais geral associada à falta de abertura dos *Henrique/Nogueira*. Tal propensão afetaria, aliás, todos os aspectos da vida comunitária, inclusive aqueles ligados à categorização quilombola. Os *Henrique/Nogueira*, solicitados inicialmente para ingressar na categoria quilombola, imporiam sobre ela uma espécie de tutela, recusando-se a repassar para os *Galdinos* as informações (e, implicitamente, os recursos materiais) ligadas aos programas quilombolas.

Criticados pelas outras famílias, que reclamam de sua cultura do segredo e do confinamento, os *Henrique/Nogueira* dizem encarnar a categoria quilombola. Eles foram os protagonistas iniciais dessa trama – foi através deles que vieram as primeiras intervenções governamentais – e seriam eles, e unicamente eles, que materializariam a existência de uma etnia quilombola na comunidade. Os outros, ao contrário, teriam uma atitude oportunista, ao “querer entrar no quilombola só para os benefícios”.

Esses comentários, na verdade, advêm das lideranças, principalmente de uma jovem mulher – Maria Aparecida Nogueira – que dirige desde 2014 uma nova associação na comunidade (falaremos mais adiante dessa nova entidade).

Aparecida, como é chamada, se distingue por ser a professora da escola de ensino fundamental da comunidade. Amparado por seu nível superior ao de seus parentes próximos, ela se tornou a liderança de seu grupo quando seu tio, Jeremias, foi morar e trabalhar em Floresta – cidade distante de 60 km de Mirandiba. Sua participação na vida comunitária se materializaria inicialmente pelo seu cargo de secretária da associação local, dirigida por Cícera Galdino. Até o auge das tensões sobre as questões de terra e possíveis desdobramentos da política quilombola na comunidade, as duas lideranças colaboravam estreitamente. Mas, depois do ocorrido, depois das ameaças que ela sofreria – ela e seu irmão³⁷⁶ – Aparecida resolveu se dedicar mais a seu grupo de parentesco, e menos a uma comunidade que de fato era extremamente dividida. Para ela, o que valia era fazer de seu grupo o beneficiário

³⁷⁶ Segundo Aparecida, se não fosse o estatuto de quilombola da comunidade e de seus habitantes, as ameaças poderiam ter resultado em coisas mais graves. Um membro dos Laurindo particularmente exaltado, cujo comportamento inspirava profundos receios em Aparecida e seu irmão (os mais visados pelas ameaças), teria adotado uma atitude mais conformado, no momento em que o primo dele o avisou que não se podia mexer com pessoas quilombolas. Segundo o referido primo, ao fazer aquilo, corria-se o risco de chamar a atenção da Poder Federal e de sua polícia, a qual seria menos conciliante que a polícia local, dependendo do Estado de Pernambuco.

exclusivo das intervenções quilombolas, já que os *Galdino* se recusavam a assumir essas intervenções – ou pelo menos a assumir o aspecto mais polémico delas: o do direito a terra.

A primeira materialização da posição mais radical de Aparecida causaria uma enorme polémica, a qual explodiria em 2013, quando ainda tinha apenas uma associação na comunidade. Esse referido ano, o *Juazeiro Grande* foi selecionado por um programa de distribuição de cestas básicas para populações quilombolas – por meio de uma articulação da Fundação de Cultura Palmares. Aparecida, que era agora a nova presidente da associação, tomou uma decisão que dividiria profundamente as famílias. Ela alocaria todas as cestas básicas – na realidade, doações de carne – as famílias nucleares *Henrique/Nogueira*. Os *Galdinos*, embora fossem associados na mesma associação, seriam excluídos da distribuição! O argumento por tal decisão seria simples: Aparecida alegava que os demais, por não “querer ser quilombolas”, não tinham direitos aos benefícios da política quilombola...

Ao contrário de Aparecida (e também de seu irmão, que a apoiava abertamente), os parentes do grupo demonstrariam uma atitude muito menos radical. E uma atitude muito mais enigmática. Quando se trata do quilombola, eles abstêm-se de tomar posição, ao deixar toda a responsabilidade à Aparecida e seu irmão – “são eles que mexem com isso”. E, no melhor dos casos, eles se expressam de maneira lacônica, afetando certo distanciamento com as questões evocadas. Em algumas situações, parecem também se abrigar no Governo Federal, como se este fosse o único responsável pelas intervenções, o único dono da palavra que decide aquilo que deve ser feito.

E, mesmo na palavra de Aparecida, o Governo desempenha o protagonismo maior: ele é quem define as medidas, aplica os recursos e delimita os direitos dos diferentes atores envolvidos. O papel da liderança, nesse contexto, é de “segurar a peteca”, mantendo uma posição firme à espera das intervenções do governo.

5-2-e Estratégias dos grupos locais e de suas lideranças

Após as tensões de 2011, apenas os *Henrique/Nogueira* sustentaram o processo de categorização quilombola. Os *Galdino*, por meio de Cícera (presidente da associação na época), desistiram de levar adiante a transformação de Juazeiro Grande em quilombo. A frágil

aliança entre as duas famílias, materializada na ideia dos *Galdinos* de integrarem, como “moradores”, uma área quilombola cuja “sede” seria dos *Henrique/Nogueira*, desmoronou diante das ameaças dos *Laurindos*.

Os *Henrique/Nogueira*, afinal, saem reforçados da fase de tumulto. Legitimados por se considerarem (e serem considerados) como os “mais quilombolas”, eles aumentaram sua legitimidade ao tomar conta do processo de categorização quilombola, cujo fundamento é a questão territorial, por meio das etapas de demarcação e titulação de terras.

Concretamente, a retomada dos *Henrique/Nogueira* consistiu na criação, em 2013, de uma nova associação, batizada com o nome do fundador do clã – que tinha adquirido, em 1932, a terra onde seus filhos constituiriam suas famílias. Ao resgatarem o nome do patriarca, os *Henrique/Nogueira* enraízam a nova entidade no patrimônio familiar: todos os associados – em torno de 30 – são netos, bisnetos ou tataranetos do patriarca.

A associação, portadora do projeto quilombola, é dirigida por Maria Aparecida Nogueira, que soube desenvolver novas articulações, em particular com Mazé e outras lideranças, através da associação das comunidades quilombolas de Mirandiba (ACQMI). Por meio da nova entidade agindo no âmbito municipal, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), na sua modalidade quilombola, foi transferida localmente sem interferências de outros atores (como prefeitura ou o conselho de desenvolvimento). O movimento quilombola saiu assim reforçado do programa, mas infelizmente para ele, a partir de 2016, o governo federal parou os investimentos: no momento da redação deste trabalho (agosto de 2017), apenas um terço do projeto foi executado (30 das 120 casas previstas). As quatro casas que eram previstas em *Juazeiro Grande* não foram ainda construídas³⁷⁷.

Outro aspecto da atuação de Aparecida é a regularização fundiária da parte da comunidade de Juazeiro Grande representada pela recém-fundada associação dos *Henrique/Nogueira*. O processo é demorado e ainda está em fase inicial: o pedido de demarcação territorial junto ao INCRA foi lançado apenas em 2014, pela intermediação de uma dirigente da associação quilombola de Mirandiba. Antes de realizar esse pedido, Aparecida havia lutado para recuperar o precioso documento da Fundação de Cultura

³⁷⁷ Um ponto interessante é que duas das quatro casas são destinadas a integrantes da família *Galdino*. A posição de Aparecida era de beneficiar apenas seu grupo. Mas, segundo ela, Mazé a teria aconselhado a tomar uma atitude conciliante, ao incluir o outro grupo (que também vive em condições precárias, e por alguns deles em casas de taipa).

Palmares – o documento de certificação de Juazeiro Grande como comunidade quilombola. O documento em questão estava nas mãos do novo presidente da “associação matriz” de Juazeiro Grande: Alexandre Laurindo. Como os dois lados não se comunicam – e que, de qualquer maneira, Alexandre não entregaria a certificação – Aparecida solicitou diretamente à Fundação Palmares uma segunda via do documento, que logo foi enviada, para depois ser guardada meticulosamente na pasta de documentos da associação.

Afinal, o episódio da “confiscação” do atestado quilombola revela que os *Laurindos*, por meio de Alexandre, são mais implicados na gestão dos assuntos comunitários. Ciente de que “os negros sabem ocupar os espaços”, e que “os brancos são ausentes das associações e do conselho de desenvolvimento”, o novo presidente, eleito em 2014, resolveu ocupar o espaço local de poder, enquanto anteriormente ele se desinteressava das atividades associativas. O momento de sua posse foi até favorável, por se situar após a dissidência dos *Henrique/Nogueira* – que deixaram a associação para criar a sua própria entidade, a qual reivindicaria a regularização do quilombo. A associação matriz, recuperada por Alexandre, representaria, desse modo, o projeto oposto ao dos *Henrique/Nogueira*, ou seja, o projeto de permanência de Juazeiro Grande como comunidade “normal”, “não étnica”.

Nessa associação livre do “perigo” quilombola, Alexandre diz querer agir de forma diferenciada, pelo bem de todos, sem beneficiar seus parentes ou grupos de afinidade. Representando associados tanto dos *Galdinos* como de uma parte dos *Henrique/Nogueira* (em torno de um quinto deles), o novo presidente pretende “correr atrás de projetos” para todo o povo de *Juazeiro Grande*. Como demonstração disto, ele evoca um momento em que recusou a proposta de Vavá (o Vavá presidente do conselho de desenvolvimento), que queria colocá-lo na lista dos beneficiários de uma cisterna calçada³⁷⁸. Em vez de ser beneficiado, em virtude de suas boas relações com Vavá³⁷⁹, Alexandre preferiu “ceder” a cisterna para um de seus associados, um *Galdino* visto como muito necessitado.

A atenção concedida aos projetos leva Alexandre a não lançar mão dos benefícios ligados aos quilombolas. Ele justifica essa procura pela lógica associativa evocada

³⁷⁸ Com capacidade para 40.000 litros, essa cisterna capta a água da chuva através de um espaço calçado de 200 m². O projeto ao qual se refere o presidente da associação é do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), implantado pelo Governo Federal através de uma rede de organizações da sociedade civil (a Articulação Semiárido brasileiro - ASA), de ONGs regionais e de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

³⁷⁹ Vavá queria colocar Alexandre na presidência do Conselho, em um posto afinal mais honorífico de que realmente importante – dado que as reais responsabilidades ficariam com Vavá. Outro sinal da boa colaboração entre os dois é a presença de Alexandre na lista dos cooperados da COAAFAM (a cooperativa criada por Vavá, e a partir da qual se tenta montar um novo PAA).

anteriormente, que reconhece aos associados em dia com suas mensalidades o direito de usufruir dos bens transferidos através da associação. Ao rememorar os tempos da associação única, em que os *Galdinos* e os *Laurindos* supostamente pagavam suas contribuições (ao contrário dos *Henrique/Nogueira*³⁸⁰), o novo presidente reafirma a legitimidade de seu grupo em usar um poço artesiano perfurado em 2014, no âmbito do *Projeto São Francisco*. Mais precisamente, sua alegação é que o referido poço, contrariamente ao que dizem os *Henrique/Nogueira*, deverá abastecer, quando for equipado, todas as famílias da comunidade, e não apenas o “grupo dos quilombolas”.

É possível conjecturar que embates desse tipo serão numerosos nos anos vindouros. Em meio aos conflitos, os *Galdinos* parecem procurar uma conciliação passiva, ao manter uma relação submetida aos interesses dos *Laurindos*. Desde as tensões de 2010, que resultaram na desistência de Cícera da presidência da associação, aquela família não dispõe mais de lideranças capazes de influenciar o rumo das intervenções.

Sem latitude para orientar as ações de acordo com seus interesses, os *Galdino* dispõem de uma margem de manobra agora muito reduzida. A família parece estar “entre a cruz e a espada”: intercalada entre os *Henrique/Nogueira*, parceiros enigmáticos e duvidosos (na trama quilombola), mas encarnando um projeto promissor de emancipação étnica, e os *Laurindos*, compadres dominantes, representando a ordem estabelecida, o projeto de uma conformidade sem quilombolas nem promessas, mas também sem inseguranças.

5-2-f Lógicas entrelaçadas na comunidade

Talvez o receio de uma deterioração na convivência comunitária – do tipo “a situação está ruim hoje, mas pode ainda ser pior amanhã” – possa explicar as incertezas e renúncias dos *Galdinos*. Embora a trama quilombola possua uma vertente emancipatória, ela apresenta, no entendimento de alguns comunitários, um lado ameaçador, de atualização de laços de submissão, com os *Henrique/Nogueira* substituindo os *Laurindos* como grupo dominante.

³⁸⁰ Como se pode supor, esse argumento dos Henrique/Nogueira serem maus pagadores é fortemente contestado pela referida família. Aparecida, em particular, é particularmente virulenta sobre esse assunto.

Aludimos aqui o caráter ambivalente da categoria quilombola, ambivalência que, afinal, é inerente a todo projeto de transformação social. Nesse caso empírico, poderíamos até imergir mais profundamente nas contradições dos processos. Um elemento que, por falta de tempo, não foi evocado é a tensão referente ao projeto “socializante” do quilombola. Ao promover, no futuro, a posse coletiva de territórios que atualmente são divididos em propriedades privadas (ou familiares, em um sentido lato), a categorização quilombola confunde alguns moradores das comunidades, que temem a perda da posse e gestão de sua terra num conjunto mais amplo e coletivizado.

Essa situação, aliás, foi observada na comunidade da *Quixabeira*. Lembramos que o patriarca do núcleo de moradores tinha perdido a vontade de comer depois de uma reunião com agentes do INCRA, cuja pauta era a possibilidade de unir em um mesmo território a parentela extensa do *Feijão*, da *Posse*, da *Quixabeira* e das *Queimadas*...

O medo, nos dois casos – *Juazeiro Grande*, *Quixabeira* –, não é tanto de um coletivo impessoal e igualitarista, mas de um coletivo que seria controlado por determinados grupos (em particular, familiares), tirando proveito de sua posição no topo da organização quilombola. Em suma, tal como os *Galdinos* temendo a substituição de uma sujeição para outra, vários comunitários entrevistados – e não só da *Quixabeira*, mas também de *Queimadas* – parecem recear, no advento do quilombo, a substituição da dominação dos grandes proprietários para a dominação de grupos de afinidade (que, muitas vezes, são seus congêneres, parentes ou vizinhos).

De fato, o parente ou a pessoa de mesma condição não seria necessariamente um aliado. E no caso aqui estudado, ao considerar, devido à limitação de tempo, os grupos familiares de *Juazeiro Grande* de maneira genérica (na união de seus membros), não identificamos todas as divisões e contradições permeando os próprios grupos. Assim, um trabalho mais aprofundado – pautado nos princípios de que os grupos “[...] não são sujeitos coletivos dotados de volição” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 51) – desenvolveria uma análise mais atenta às múltiplas racionalidades dos atores e aos antagonismos que podem vivenciar, inclusive no seio de grupos restritos de parentesco.

Outro elemento a ser considerado na racionalidade dos atores é o elemento diacrônico, o qual, na socioantropologia do desenvolvimento, é sempre presente, na medida em que a história do passado informa sobre as estratégias atuais dos atores.

No *Feijão* e nas suas redondezas, vimos com esse olhar permite melhorar o entendimento de determinadas situações – como a ascendência de determinados grupos, ou a existência de divisões.

Em *Juazeiro Grande*, um olhar diacrônico instruir-nos-ia sobre a busca de autonomia dos *Henrique/Nogueira*, que hoje se expressa pelo acionamento da identidade quilombola, mas que antigamente passava pela identidade índia. Nos anos 1950, com efeito, a família, em um período de expansão de uma área indígena situada no entorno (a Serra de Umã), procurava acionar sua indianidade, através do ritual do toré, dança que exalta a ligação carnal dos índios com a terra. Em torno desses rituais, poderíamos ter resgatado, pelas narrativas dos comunitários, as colaborações e tensões entre os atores. E teríamos constatado, afinal, que as lógicas das famílias – de autonomia dos *Henrique/Nogueira*, de conciliação dos *Galdino* e de oposição dos *Laurindos* – tiveram um reflexo nas dinâmicas atuais.

O exercício efetuado, mesmo com suas limitações, revelou o “entrelaçamento de lógicas sociais” (OLIVIER DE SARDAN, 2007) que se manifesta em um projeto de categorização étnica. As noções de arena, conflito e estratégia contribuíram para revelar as dinâmicas ambíguas e entrelaçadas da mudança social em *Juazeiro Grande*. Lógicas familiares, lógicas associativas, de autonomia, de conciliação, de obstrução, lutas de classificações identitárias, lutas de influência se mesclam, esbarram-se e se cruzam para compor uma trama complexa. Nesta trama, as normas sociais (relativas à identidade, à ação coletiva e também ao uso da violência) regulam consideravelmente as interações, do mesmo modo que os arranjos locais promovidos pela prática e as normas oficiais agenciadas pelo poder público.

Afinal, o poder público, impulsor das dinâmicas, continua tendo um papel primordial. Para as famílias, é ele que regulariza a questão fundiária, ao liberar recursos e definir os direitos de cada grupo. Maria Aparecida Nogueira e seu irmão, que atualmente são as lideranças do grupo dos *Henrique/Nogueira*, esperam que o Estado assuma seu papel de guia e árbitro, ao mediar os conflitos e alocar recursos para se chegar a um consenso na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “laboratório social mirandibense” contribuiu decisivamente para a criação de um novo cenário sociopolítico local. Um cenário mais aberto e descentralizado, no qual novos atores sociais, representando as camadas sociais mais pobres, conquistam o direito “a voz” e ao poder de influenciar e decidir. Os conflitos tendo acontecido na comunidade quilombola de Juazeiro Grande ilustram esse fato. Eles mostram como um grupo social anteriormente marginalizado – os Henrique / Nogueira – adquiriu uma margem de manobra. Isso gerou fortes tensões, as quais revelam um processo de reconfiguração dos poderes na arena local.

As mudanças que ocorreram, fruto de um conjunto de políticas públicas e ações da sociedade civil, foram aqui analisadas através das lideranças locais, mediadores entre as esferas maiores e, às vezes externas, e as comunidades rurais. Esses mediadores, oriundos das próprias comunidades – exceto o caso de Nelson Pereira – conquistaram influência significativa. A comparação entre a década de 1980 – em que Nelson Pereira começou a atuar – e a década atual (anos 2000) indica a emergência desses novos atores. Na saída do regime militar, os grupos políticos ligados à elite local controlavam a alocação dos benefícios materiais e sociais, a exemplo dos recursos públicos. Nelson Pereira, nessa época começou a divulgar um projeto social ainda vago, mas com contornos de uma sociedade alternativa em termos de acesso a direitos. Mas ele, Nelson Pereira, era oriundo da elite local, e não dos estratos sociais mais pobres, constitutivos da maioria da população. E junto com ele, apenas uma pessoa oriunda desses estratos – a liderança sindical Poseidon Caboclo – parecia encarnar a possibilidade de uma alternativa. Apenas essa pessoa tinha certa influência, mas ainda muito relativa.

Vimos que, a partir da década de 1990, o cenário mudou. Um conjunto de novas lideranças, que não eram da elite, conseguiu se destacar. E a emergência desses atores se fez acompanhar da promoção de novos modelos sociais, os quais se articulam em duas identidades: o agricultor familiar e o quilombola. A primeira – a de agricultor familiar – ganhou concretude no final dos anos 1990, com a divulgação dos projetos da AS-PTA e a formação de lideranças locais (em particular Vavá). A segunda – a de quilombola – se materializou com o início do Governo Lula (depois de 2003) e foi promovida por lideranças oriundas dos estratos sociais mais desfavorecidos (os descendentes de moradores sem terra, geralmente de pele negra).

As novas identidades foram pautadas nos princípios e objetivos dos direitos sociais. Foram reconhecidos, o direito desses grupos acessarem bens materiais e imateriais, bens que historicamente lhes foram negados. Foi assim que, na área rural de Mirandiba, um conjunto de programas e intervenções deu materialidade aos direitos sociais dos agricultores familiares e dos quilombolas. Com relação à categoria agricultor familiar, o programa mais impactante foi o PAA. Mas outros programas também se destacaram, como o Garantia Safra. Com relação à categoria quilombola, os programas de construção de moradias ganharam uma visibilidade maior. Já as intervenções mais estruturantes, ligadas à demarcação e titulação de territórios, foram menos impactantes. Mas resultaram em um protagonismo importante das populações locais, que produziu fortes turbulências nas comunidades e no seu entorno.

Ao falar de protagonismo, chegamos à pergunta central de nossa pesquisa, a materialização das intervenções pelas lideranças locais. Vimos que, no caso das lideranças da Associação Conviver no Sertão, houve importantes agenciamentos coletivos. A gestão do PAA, em particular, resultou no protagonismo coletivo de lideranças e agricultores. Porém, nas funções de coordenação, a centralização foi maior. Lideranças como Vavá, e também Sandro, tenderam a exercer uma gestão centralizada. E no caso de Vavá, essa gestão se fez acompanhar de formas patrimonialistas de coordenação da *Conviver*.

Com relação às intervenções quilombolas, constatamos como as relações de parentesco podem influir fortemente sobre a atuação das lideranças. Teríamos aqui “solidariedades primordiais³⁸¹” que iriam se contrapor – pelo menos em certas situações – as solidariedades idealizadas, por exemplo àquelas praticadas pelos quilombolas, enquanto uma unidade constituída por uma etnicidade comum. E parte desse protagonismo estaria ligado a uma competição por acesso aos recursos materiais e simbólicos possibilitados pelas intervenções públicas. Aliás, até nos programas voltadas para apoiar à agricultura familiar (PAA, por exemplo), observamos lógicas familiares se opondo ao ideal de um protagonismo mais abrangente, da “classe” dos agricultores familiares. Nas narrativas de Vavá, tal forma de ação é resumida por termos que apontam para a falta de “pensamento coletivo” dos agricultores, sua tendência em priorizar excessivamente o grupo deles (grupo restrito) e não a comunidade (grupo maior). Aqui, a lógica familiar se manifestaria não tanto na liderança – Vavá – mas no público alvo, agricultores familiares beneficiários dos programas.

³⁸¹ A ideia da existência de solidariedades primordiais teve como inspiração o diálogo com o Professor Luiz Henrique Cunha, por ocasião do exame de qualificação deste trabalho de tese.

Embora haja lógicas de parentesco nas lideranças – e nos “liderados” – estas não representam a essência das práticas observadas. De fato, não há lógicas fundamentais, exclusivas, mas lógicas entrelaçadas. Não se pode dar conta do comportamento e das representações de atores ao se referir a uma racionalidade primordial. O que se observa são racionalidades diversas e contextuais.

Assim, nossa perspectiva empírica tentou revelar a complexidade dos processos gerados pelos programas públicos e também pela ação da sociedade civil. Complexidade que na perspectiva das lideranças requer uma imersão nos seus “mundos de vida”, e nos “mundos de vida” de seus parentes, vizinhos ou conhecidos compondo os públicos alvos.

A perspectiva do mediador, de outro ponto, permitiu entender “traduções” realizadas durante as ações de intervenção. Os programas e projetos de combate à pobreza, pautado nos direitos dos agricultores familiares e dos quilombolas, ganharam sentidos em parte pela contribuição das lideranças locais. E geralmente essas lideranças, ao mediar às intervenções, contribuíram para mudar seus significados. Ou, para ser mais preciso, para mudar os significados idealizados pelos promotores originais dos programas, nas esferas da sociedade civil, dos movimentos sociais, do Estado ou do Governo.

Um ponto importante, no protagonismo dos mediadores locais e dos públicos alvos, é sua tendência em não agir nos moldes esperados pelos promotores originais das intervenções. Essas reações, percebidas por esses promotores – seja das ONGs nacionais ou das instituições do Estado – são interpretadas, através de um viés normativo. Considera-se que os atores não agem como o esperado, porque eles não são suficientemente conscientizados. Ou, porque não são suficientemente formados. Ou ainda, porque não são suficientemente “empoderados” – sobretudo, em comparação a outros grupos sociais ligados a elite local. Ou porque, ainda que não seja determinante, são muito afetados por características da “cultura tradicional” do lugar, como o paternalismo, o clientelismo, a troca de favores, etc. Em outra dimensão, avalia-se a comportamento dos atores locais a luz da ineficiência dos programas, ou dos entraves burocráticos presentes no contexto local e nacional, cujos efeitos afetariam o protagonismo do público alvo.

A relação complexa entre programas de combate à pobreza e determinados grupos sociais nos leva a questionar a definição desses grupos. Poderíamos refletir, como Cunha e Paulino (2014), sobre o fato de algumas políticas serem instrumentos de reforço das

especificidades dos grupos sociais. No caso estudado pelos autores – os programas ligados ao paradigma de convivência com o semiárido – há um pressuposto que os sertanejos pobres são “excepcionais”, ou seja, diferentes de outros grupos, possuem outros valores, outras racionalidades, outras práticas e princípios, etc. Em Mirandiba, os programas e projetos implantados a partir do mandato de Nelson Pereira sugerem a mesma ideia, ou seja, que os grupos sociais da área rural, tradicionalmente dominados, seriam fundamentalmente diferentes da elite local (e de outros grupos sociais da região); eles teriam outros valores, outras visões do mundo, outras práticas, etc. E sendo assim, precisariam de programas que valorizassem suas diferenças. Os agricultores familiares, por exemplo, seriam diferentes dos grandes agricultores, que eles seriam mais ecológicos, mais solidários, menos capitalistas. E dentro dessa categoria, os quilombolas apresentariam ainda outras especificidades: eles teriam uma etnicidade própria, e uma relação própria com a terra e, em particular, com o território.

Mas, justamente, essa pesquisa nos alerta para o fato de que talvez esses grupos não sejam tão excepcionais. Ou, pelo menos, que eles não se enquadrem perfeitamente nos modelos sociais idealizados pelos promotores políticos. O mesmo quadro de análise vale para as lideranças. Estas não são fundamentalmente diferentes por pertencer a determinados grupos sociais apontados como mais de esquerda, vindos de baixo, pessoas do povo, etc. Nesse sentido, o aporte de nossa pesquisa é evitar os pressupostos em relação ao meio social das lideranças e aos seus possíveis protagonismos. Ao contrário, nosso legado pode ser observar as dinâmicas sociais, em determinadas circunstâncias de mediações políticas, e em determinados contextos culturais, sociais e políticos apenas como diferentes.

As dinâmicas observadas revelam que as “solidariedades primordiais”, ponto já mencionado acima, são particularmente importantes. O fato que, em certas situações, os laços de parentesco predominam sobre os laços mais abrangentes de uma “classe” idealizada (de agricultores ou quilombolas) revela que o protagonismo das lideranças é muitas vezes centrado no grupo restrito. E isso, afinal é algo normal. Por que normal? Porque quando uma intervenção pública ou civil passa a propiciar bens e serviços em “quantidades restritas”, é óbvio que grupos restritos vão se formar para acessar esses bens. E o que temos observado é que geralmente as intervenções em prol do agricultor ou do quilombola não atendem grupos amplos. Por falta de recursos – ou por outras “faltas” que não podemos evocar aqui – a política, o programa, o projeto não tem um alcance muito grande. O alcance é apenas circunscrito. Ou seja, apenas grupos restritos têm a possibilidade de se beneficiar dos projetos.

E sendo assim, a maioria que não participar dos “benefícios” fica frustrada, apontando a “esperteza” dos que acessam os bens e a injustiça de ser excluído dos programas. E, contrariamente, a minoria mais influente enfatiza seu grau de “conscientização” e engajamento, grau que a autoriza a ter um acesso privilegiado aos programas, em detrimento dos demais que não são “conscientizados” e não se mobilizam.

Tal esquema pode parecer muito redutor. Poder-se-ia objetar que vários programas – como o PAA, ou o PIMC para a construção de cisternas – atenderam quase a totalidade de seu público alvo – no caso, o agricultor familiar. E de fato, em Mirandiba, praticamente todas as famílias têm agora uma cisterna ou acessaram um dia o PAA. No entanto, isso não é a norma. Até o forte impacto do PAA foi algo circunstancial. Em Mirandiba, um conjunto de fatores concordantes, tantos internos como externos, fizeram com que o município seja privilegiado no que se refere à implantação do programa. De 2007 a 2011, três convênios (três “projetos” geridos pela *Conviver*) eram efetivados ao mesmo tempo e beneficiam um grande número de agricultores – sobretudo, quando se considera o tamanho do município. Como a maioria dos agricultores acessavam o programa, poucas famílias demonstravam a frustração por terem sido excluídas das intervenções. Mas esse período “fasto” demorou apenas cinco anos. E em outros municípios do semiárido nordestino (ou do Brasil rural em geral) pode-se supor que o PAA – implantado de forma menos abrangente que em Mirandiba – gerou frustrações em muitas famílias agricultoras que não participaram do programa.

Temos aqui um fato que pode ser considerado problemático: “as políticas não atendem a todos, apesar de todos terem o direito de serem atendidos”. Em Mirandiba, embora houvesse um grande número de programas em prol do agricultor familiar e do quilombola, muitas famílias desses grupos se sentiram prejudicadas pela falta de atendimento. Vemos a categoria quilombola, por exemplo. Na área rural de Mirandiba, muitas comunidades – que apresentam o mesmo perfil fundiário, histórico e social que as comunidades oficialmente quilombolas – não tiveram a possibilidade de “se tornar” quilombola. A categoria política, administrativa e jurídica – que, como vimos anteriormente, foi introduzida, inicialmente, “de cima para baixo” – se corporificou, materializou apenas em algumas comunidades. Apenas determinados grupos familiares, de determinados lugares, foram inicialmente levados a integrar a categoria étnica idealizada pelo Estado Brasileiro e os movimentos sociais. E, ao ser incluído de modo pouco transparente nessa categoria – até agora, ninguém em Mirandiba sabe dizer o que levou o Estado a definir quais eram as comunidades quilombolas –, as comunidades escolhidas

desenvolveram um protagonismo específico. Ou, para ser mais preciso, algumas lideranças locais, alguns grupos, começaram a se apropriar da categoria, desenvolvendo ações e agenciamentos visando defender seus direitos. Mas, muitos vizinhos e parentes desses grupos, morando em comunidades do entorno, se sentiram prejudicadas. Por que alguns lugares têm direito aos programas para quilombolas, e outros não? Não são todos parentes? Não são todos descendentes de moradores de condição? Não são, em muitos casos, todos herdeiros de um antepassado que adquiriu dos “brancos” uma terra? Enfim, por que alguns tiveram o direito de acessar uma categoria política, e outros não?

Esses questionamentos, além de expressar a frustração dos que se sentem excluídos, expressam também a ideia que existem os “escolhidos”. E estes são vistos pelos “excluídos” como os favorecidos do contexto político global. Ou seja, em determinadas circunstâncias, há a ideia de que um programa público possa beneficiar certos lugares, sem que os atores locais tivessem interferido nessas decisões. Muitos pensam, em suma, que as intervenções públicas são tramadas em esferas maiores, e que a população local não tem muita margem de manobra. Todavia, tais representações coabitam com outras dando ênfase ao protagonismo das lideranças locais que conseguem “puxar” os projetos para seus grupos de afinidade. Temos aqui outra dimensão das dinâmicas locais. A dimensão dos atores locais, de suas iniciativas e interações. E é nesse plano local que ocorrem as polêmicas maiores. Voltando ao ponto inicial de nossa pesquisa, pode-se dizer que a liderança é vista muitas vezes como alguém interesseiro, que usufrui de vantagens, que faz uso das funções para angariar benefícios pessoais, ou para beneficiar determinados grupos em detrimento de outros. Essa dinâmica pode ser resumida no ditado popular: “o mundo é dos espertos”, os mais espertos são os que tiram proveito das circunstâncias da vida social.

Certas vezes, essa opinião se fez acompanhar de um forte ressentimento. Um ressentimento contra aqueles que saem vitoriosos, e que são acusados de discriminar os outros. O outro sendo muitas vezes um parente, um vizinho ou um conhecido dos primeiros. Assim, muitos programas para o agricultor familiar e o quilombola, longe de incentivar a solidariedade entre os atores rurais, tendem ao contrário a atizar as tensões locais. E as inimizades entre os atores não são apenas inimizadas entre grupos claramente definidos. Muitas vezes são desavenças entre primos, entre compadres. Desavenças em cenários locais aparentemente unidos, onde todos são *de uma família só*. As divisões, nesses contextos de aparente harmonia, afetam consideravelmente os atores. É como se as inimizadas em lugares

supostamente unidos tivessem um gosto mais amargo. Eu mesmo fui muitas vezes confrontado com essas frustrações latentes, ao sentir as feridas abertas de muitos entrevistados, apontando as injustiças que vinham sofrendo por parte de parentes identificados como lideranças, mas supostamente opostas a eles. Em certos casos a tensão na fala do interlocutor era tão forte que cheguei até me sentir constrangido. Um constrangimento por intervir em assuntos íntimos, expressando a frustração, e até o ódio, acumulado pelas pessoas.

Tal imersão no “mundo de vida” dos atores locais, ao mostrar os possíveis desacertos das intervenções públicas e da sociedade civil, pode levar-nos a pensar o impacto dessas intervenções. Isso não foi nosso propósito, mas acreditamos que essa tese pode auxiliar pesquisadores a avaliar as mudanças geradas pelos programas de convivência com o semiárido, apoio a agricultura familiar, e em outra escala de apoio aos quilombolas.

Na perspectiva de tais estudos, seria necessário considerar as múltiplas dimensões das dinâmicas locais. Não se pode apenas enfatizar os confrontos locais com vistas o acesso aos bens materiais e simbólicos. As linhas acima insistem sobre essas tensões, mas há outras dimensões. Através da trajetória de lideranças como Nelson Pereira, Vavá e Mazé, percebemos que as múltiplas intervenções do poder público e da sociedade civil favoreceram a criação de agenciamentos, de redes de atores, de instituições coletivas, a partir das quais foram promovidas mudanças sociais de maior abrangência. A população local, aliás, é ciente de tudo isso, ao mencionar que “agora o povo tem mais voz”. Ou seja, depois de três décadas tendo seguido a redemocratização do Brasil, observa-se, através do cenário local de Mirandiba, uma situação sociopolítica em que a capacidade e o potencial de produzir mudanças dos atores tradicionalmente dominados – os agricultores familiares e os quilombolas – é um dado importante e reconhecido.

Em dimensões nas quais os direitos sociais são mais reconhecidos, mas também quando o povo reconhece que na maioria das vezes apenas os mais “espertos” se dão bem, enfim todas essas dinâmicas expressam um pouco a fragilidade da democracia brasileira. Uma democracia, na qual os grupos sociais tradicionalmente dominados são fortalecidos por direitos sociais abrangentes, em que as redes de sociabilidade favorecem muitas vezes lideranças ou grupos de pessoas influentes, em detrimento de outras pessoas ou outros grupos que mereciam também ser promovidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.43-81.

ALMEIDA, Jalcione; MACHADO DEPONTI, Cidônea. Sobre o Processo de Mediação Social nos Projetos de Desenvolvimento: Uma reflexão teórica. **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2008. p.1-16.

ALMEIDA Jalcione; MEDEIROS Monique. Heterogeneidade de saberes em situações de interface: Mediação e intervenção sócio-técnicas em projetos de desenvolvimento rural. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

ARAÚJO, Roberto; GEFFRAY, Christian; LÉNA, Philippe. Avant-Propos, **Lusotopie**, 1996. Paris: Karthala, p.105-108.

ARAÚJO, Roberto. Fondation d'un lieu et formes de domination sur les fronts pionniers. **Lusotopie**, 1996. Paris: Karthala, 1996, p.243-252.

ARRUTI, José Maurício. La "reproduction interdite": dispositif de nomination, réflexivité culturelle et médiations anthropologiques parmi les peuples indiens du Nordeste brésilien. **Brésil(s): Sciences humaines et sociales**, v. 4. 2013, p. 57-77.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Educs, 2006.

ARRUTI, José Maurício; MONTERO, Paula; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. In: GURZA LAVALLE, Adrian (Org.). **O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisas**. São Paulo: Ed. UNESP / CEBRAP, 2012.

ATLANI-DUAULT, Laëticia. **Au bonheur des autres: Anthropologie de l'aide humanitaire**. Paris: Armand Colin, 2009

BAKO-ARIFARI, Nassirou; LE MEUR, Pierre-Yves. Une anthropologie sociale des dispositifs de développement, in BARÉ, Jean-François (dir.), **L'évaluation des politiques de développement, Approches pluridisciplinaires**. Paris: L'Harmattan, 2001, p.121-173.

BAILEY F.G. **Gifts and poison: the politics of reputation**. New York, Schocken Books, 1969.

_____. **Stratagems and spoils: a social Anthropology of Politics**. London: Basil Blackwell, 1969, tradução francesa por Jean Copans: *Les règles du jeu politique: une étude anthropologique*. Paris, PUF, 1971.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In : STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2.ed. - São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BIERSCHENK, Thomas. Enchevêtrement des logiques sociales. Jean-Pierre Olivier de Sardan en anthropologue du développement. In: BIERSCHEK, T.; BLUNDO, G.; JAFFRÉ, Y.; TIDJANI ALOU, M. (Org.). **Une anthropologie entre rigueur et engagement**: Essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan. Paris: APAD – Karthala, 2007. p. 01-22.

BLUNDO, Giorgio. Élus locaux et courtiers en développement: trajectoires politiques, mode de légitimation et stratégies d'alliances. In In BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.P.; OLIVIER DE SARDAN, J.P. (Orgs.). **Courtiers en développement: Les villages africains en quête de projets**. Paris: Karthala, 2000, p. 71-100.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Friends of friends: Networks, manipulators and coalition**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Langage et pouvoir symbolique**, Paris: Éditions Fayard, 2001.

BOYER, Véronique. L'anthropologie des quilombos et la constitution de « nouveaux sujets politiques » : de l'ethnie à la race et de l'autodéfinition au phénotype. **Civilisations**, v.52, n°2, Les apparences de l'homme. p.157-178.

BURSTYN, Marcelo. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.

CARNEIRO, Marcelo, Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 02.04, 2002, p. 129-158.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

COHEN, Anthony Paul; CAMAROFF, John L. The Management of Meanings: On the Phenomenology of Political Transactions. In **Transactions and Meanings**. B. Kapferer, Association of Social Anthropologist, Essay in Social Anthropology, n°1, Philadelphia, Institut for the Studies of Human Issues, 1976.

COLL, Jérôme. Animateurs et coordinateurs: les courtiers en développement de Malem-Hodar (Sénégal), in In BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.P.; OLIVIER DE SARDAN, J.P. (Orgs.).

Courtiers en développement: Les villages africains en quête de projets. Paris: Karthala, 2000, p.101-124.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Publicação original em língua francesa: (2003), La médiation: la communication en process? **Médiations et Médiateurs**, **19**.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 2 vol, 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FAURE, Xavier Jean Charles; PESSOA, Carlos Eduardo Queiroz. Parentesco e etnicidade: trajetória de uma liderança quilombola no sertão de Pernambuco. **Tessituras**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 68-112, jul./dez. 2016.

FAURE, Xavier Jean Charles. História de mediadores: a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos em Mirandiba / PE, Brasil. **Revista Simbiótica**, Universidade Federal do Espírito Santo, v.2, n.2, 2015, p. 99-129.

_____. A categorização quilombola e socioantropologia do desenvolvimento. **Raízes**, Campina Grande, v.36, n.1, p.51-65. 2016.

FERREIRA, Maria. Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no sertão do médio São Francisco. **Raízes**, v.33, n.1. Campina Grande: 2013.

FREIRE, Centro de Cultura Luiz. **Mapeamento etnográfico das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco.** Projeto inclusão social para populações Quilombolas em Pernambuco. Pesquisadora Sumaia Vieira. Olinda: CCLF, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 15ª ed., 1977.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOIRAND, Camille. “Philanthropes” en concurrence dans les favelas de Rio. **Critique Internationale**, 1999/3 (nº4). Paris: Presse de Sciences Po (P.F.N.S.P.), 1999, p.155-167.

JALIL, Laeticia (2010). “A experiência da prática de monitoramento do programa de aquisição de alimentos, PAA como política vivida: um estodo de caso em Mirandiba/PE e Esperantina/PI”. **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político, 4. Curitiba: Editora da UFPR.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos.** Brasília: Editora Brasiliense, 1981.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAL MENDONÇA, Carolina Farias. **Insurgência política e Desobediência Epistêmica: movimento descolonial indígenas e quilombolas na Serra do Arapuã.** Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco: 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil : questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000. p. 333-354.

LE MEUR, Pierre Yves. Le développement comme constructivisme : point de vue anthropologique. **Sociétés Politiques Comparées, Revue Européenne d'Analyse des Sociétés Politiques** n. 8, 2008.

LINDQUIST, Johan. Brokers and Brokerage. In: **International Encyclopedia of Social and Behavioral Science**, 2nd edition. Amsterdam: Elsevier Departement of Social Anthropology, 2015.

LONG, Norman. **Development Sociology : actor perspectives.** Routledge, London and New York, 2001.

MARQUES DUARTE ROCHA, Ana Claudia. **Intrigas e Questões : vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco.** Rio de Janeiro : Relume Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MARQUES, Carlos Eduardo. De quilombos a quilombolas : notas sobre um processo histórico etnográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2009, v.52, n.º1. p.339-374.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Vozes, 1981.

_____. **Reforma Agrária, o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **O sujeito oculto, ordem e transgressão na reforma agrária.** Editora da UFRGCS, 2003.

MÉDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l'analyse politique. **Revue Française de Sciences Politiques**, 26. Paris: 1976. p.103-131.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie.** Paris: Gallimard, 1995.

MONGBO, Roch, L. Le développement local et les courtiers, concepts et réalités d'un phénomène social au Bénin. In BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.P.; OLIVIER DE

SARDAN, J.P. (Orgs.). **Courtiers en développement: les villages africains en quête de projets**. Paris: Karthala, 2000. p. 217-240.

NAY, Olivier; SMITH, Andy. Les intermédiaires en politique: médiations et jeux d'institutions, in **Le gouvernement du compromis, courtiers et généralistes dans l'action politique**. Paris, Economica, 2002, p.47-86.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. **Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2**. Campinas/SP: Unicamp, 2005, v. 1.

_____. Apresentação. In: NEVES, D.P. (Org.) **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, p. 3-16.

_____. Mediações sociais e mediadores políticos. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS, PGDR, 2008, p.17-41.

_____. Organização comunitária e ação política, os *ribeirinhos* e o Movimento de Educação de Base. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS, PGDR, 2008, p.58-92.

NOGUEIRA, Valdir José. **São José de Belmonte**. Recife: FIDEM, 1999.

OLIVEIRA ALVEAL, Carmen Margarida; CHAVES BARBOSA, Kleyson Bruno. A legitimidade da graça: os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa de Torre na capitania da Paraíba (século XVIII). **Topoi**. Rio de Janeiro, v.16, n.30, 2015, p.78-100.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Anthropologie et développement: essai en socio anthropologie du changement social**. Paris: APAD, Karthala, 1995.

_____. Émique. **L'Homme**, Alliance, rites et mythes, tome 38, n.147. 1998, p.151-156.

_____. Les entités nosológicas populares internes: quelques logiques représentationnelles. In: JAFFRÉ, YANNICK e OLIVIER DE SARDAN, **La Construction sociale des maladies: les entités nosológicas populares em Afrique de l'Ouest**. Paris: Presses universitaires de France, 1999, p.71-87.

_____. Le "je" méthodologique. Implication et explicitation dans l'enquête de terrain. **Revue Française de Sociologie**. V.41. 2000, p.417-445.

_____. Les trois approches en anthropologie du développement. **Tiers-Monde**, 2001, tome 42 n° 168, p. 729-754.

_____. De la nouvelle anthropologie du développement à la socio-anthropologie des espaces publics africains. **Revue Tiers Monde** N°191, Juillet/Septembre 2007, p. 543-552.

_____. Le culturalisme tradionaliste africaniste: analyse d'une idéologie scientifique. **Cahiers d'Études Africaines** (n°198, 199, 200), 2010, p. 419-453.

_____. Practical norms: informal regulations within public bureaucracies (in Africa and beyond). In: DE HERT, Tom; OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **Real governance and practical norms in Sub-Saharan Africa**. London e New York: Routledge, 2015.

_____. For an Antropology of Gaps, Discrepancies and Contradictions. **Antropologia**, Vol.3, n°1. 2016, p.111-131.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquia (1889-1934): A Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAOLLIELO PACHECO DE OLIVEIRA, Tomas. **Revitalização étnica e dinâmica territorial em Mirandiba: alternativas contemporâneas a crise da economia sertaneja**. Rio de Janeiro: UFRJ / IGEO, 2010.

PASSERON, Jean-Claude. **Le raisonnement sociologique: l'espace non-poppérien du raisonnement natural**. Paris: Nathan, 1991.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fr**

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. **Anhemi**, 24/26, 1956.

SÁ CARVALHO, Jonas de. **Genealogia da Família Panela D'Água**.

SAHLINS, Marshall D. Poor man, rich man, big-man, chief: political types in Melanesia and Polynesia, **Comparative Studies in Society and History** / Volume 5 / Issue 03, 1963, p. 285-303.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucna. **Mana**, 10. 2004, p.131-163

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and Community-nation Relationships in Central Italy, **Ethnology**, 4, 1965, p. 172-189.

SOUZA, Tulane. **Mirandiba, 100 anos de história e política**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WEBER, Max. **Économie et Sociétés. Tome 1**. Paris: Plon, 1971.

WOLF, Eric. Aspects of Group Relations in a Complex Society. **American Anthropologist**, 58, 1956, p.1065-1078.

_____. Kinship, Friendship and Patron-Client Relations in Complex Societies. In: BANTON, M., **The social anthropology of Complex Societies**. Londres: Tavistock, 1966, p.1-22.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paulo Lopes (2008). “El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar em Mirandiba, PE”. In.: SCOTTO Gabriela (Org.). **Aun Tiempo para el Sol: Pobrezas Sociales e Programas Sociais**. Brasil, Venezuela, Guatemala: uma mirada desde lo local. Rio de Janeiro: Actionaid. pp. 28-64.